

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARÍLIA DE NARDIN BUDÓ

MÍDIAS E DISCURSOS DO PODER: A LEGITIMAÇÃO DISCURSIVA DO
PROCESSO DE ENCARCERAMENTO DA JUVENTUDE POBRE NO BRASIL

CURITIBA
2013

MARÍLIA DE NARDIN BUDÓ

MÍDIAS E DISCURSOS DO PODER: A LEGITIMAÇÃO DISCURSIVA DO
PROCESSO DE ENCARCERAMENTO DA JUVENTUDE POBRE NO BRASIL

Tese apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Doutora em Direito,
Programa de Pós-graduação em Direito,
Setor de Ciências Jurídicas, Universidade
Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Katie Silene Cáceres
Argüello

CURITIBA
2013

TERMO DE APROVAÇÃO

MARÍLIA DE NARDIN BUDÓ

MÍDIAS E DISCURSOS DO PODER: A LEGITIMAÇÃO DISCURSIVA DO
PROCESSO DE ENCARCERAMENTO DA JUVENTUDE POBRE NO BRASIL

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de doutor no programa de pós-graduação em direito, setor de ciências jurídicas, universidade federal do paraná, pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Katie Silene Cáceres Argüello
Orientadora – PPGD/UFPR

Profa. Dra. Sylvia Debossan Moretzsohn
Departamento de Comunicação Social – UFF

Prof. Dr. Mário Luiz Ramidoff
Departamento de Direito - UNICURITIBA

Prof. Dr. Pedro Rodolfo Bod  de Moraes
Departamento de Ciências Sociais – UFPR

Prof. Dr. Juarez Cirino dos Santos
Departamento de Direito – UFPR (aposentado)

Prof. Dr. Maurício Dieter
Departamento de Direito – UNICURITIBA (suplente)

Curitiba, 18 de dezembro de 2013.

AGRADECIMENTOS

Uma longa jornada de aproximadamente quatro anos se encerra, e o que mais tenho é a quem agradecer.

Primeiramente, aos professores, funcionários e colegas do PPGD, que tanto me ensinaram e auxiliaram nesse período, em especial à minha orientadora, a professora Katie Argüello pelas importantes trocas que pudemos vivenciar enquanto estive em Curitiba.

À CAPES, pela concessão da bolsa de doutorado sanduíche e ao professor Massimo Pavarini, por ter gentilmente me recebido na *Università di Bologna* para a realização desse período de estudos, sem o qual o resultado de minha tese certamente não teria sido o mesmo.

À professora Vera Regina Pereira de Andrade, por sempre fazer parte de minha vida, como mestre e como amiga.

Devo agradecer especialmente à Silvana, ao Caubi, à Dona Maria (*in memoriam*) e ao Felipe, que me receberam de coração aberto em Curitiba desde a primeira etapa da seleção de doutorado, e depois tão amorosamente me acolheram como membro da família. A minha vida em Curitiba foi muito mais leve graças à companhia e à atenção de vocês.

Agradeço a todos os meus amigos de Santa Maria, com quem sempre pude contar em todos os momentos, especialmente a Clarissa Franzoi Dri, que, além de ombro amigo, foi uma excelente e competentíssima coorientadora informal deste trabalho.

À vó Hilda, aos meus familiares, tios, tias, primos, primas, pelo companheirismo ao longo dessa jornada. Ao vô Luiz, à vó Maria e ao vô Sebastião, em memória, por todas as experiências compartilhadas que determinaram a construção do sujeito que sou hoje.

Ao Rafael, pelo carinho e compreensão que me dedicou ao longo dos doze anos que estivemos juntos, compartilhando comigo momentos lindos.

Ao Lourenço, por me ensinar, desde o seu primeiro dia de vida, a tentar ser uma pessoa melhor. À Cláudia, por ingressar em nossa família como uma verdadeira irmã, cheia de carinho e ternura.

À Anita, a coautora de quatro patas deste trabalho, por me cuidar como nenhum ser humano é capaz.

Por fim, ao José e à Lourdes, meus pais queridos que me ensinaram desde os meus primeiros passos até as minhas primeiras reflexões críticas sobre a sociedade. O desejo de transformação social e a crença na docência como meio para atingi-la são a lição mais potente que vocês me transmitem.

*As alternativas não são utopias distantes, mas
são parte da vida diária, continuamente
inventadas pelos atores sociais.*

Louk Hulsman

RESUMO

Partindo de uma perspectiva crítica sobre a ascensão da repressão penal em diversas partes do mundo e, em especial, no Brasil, o trabalho busca investigar como essa tendência se comunica com o surgimento e desenvolvimento do direito da criança e do adolescente no país. O aumento do encarceramento de adolescentes, mesmo após o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente é investigado a partir do discurso legitimador dessa repressão que propicia o incremento das desigualdades sociais. O principal objeto do trabalho é a interação do discurso político com o discurso midiático sobre o ato infracional. A partir da análise dos discursos político e midiático, pretende-se identificar os pontos em comum encontrados, de maneira a traçar as características do discurso hegemônico sobre esse tema. Busca-se, ainda, identificar as interferências entre os dois campos, compreensíveis através de duas principais chaves de análise: a cognição social e a produção da agenda política. O problema de pesquisa pode, então, ser formulado da seguinte maneira: Como interagem os discursos político e midiático sobre o ato infracional e a medida socioeducativa de internação na reprodução do discurso hegemônico e na consequente produção de políticas destinadas à criança e ao adolescente? O marco teórico utilizado é a Criminologia crítica, em um sentido amplo, que permite a utilização de ferramentas teóricas provenientes de outras tradições, como os estudos críticos do discurso, utilizados como referencial teórico-metodológico para a análise do discurso político. A pesquisa desenvolvida foi de tipo qualitativo. O método utilizado foi o da teoria fundamentada nos dados. O trabalho se divide em duas partes, as quais se subdividem em quatro capítulos cada. A primeira parte, juntamente com uma revisão bibliográfica sobre o status jurídico da criança no Brasil, traz a análise do discurso político sobre o adolescente autor de ato infracional, a partir das justificativas de todos os projetos de lei da Câmara dos Deputados propostos entre os anos de 2003 e 2012 com o objetivo de aumentar a repressão aos adolescentes. A segunda parte insere o trabalho no contexto da sociedade midiaticizada em que o ato infracional surge como situação problemática a ser tratada social e politicamente. Inicia-se com uma revisão bibliográfica onde consta o estado da arte das pesquisas na interseção mídia, juventude e sistema penal para, a seguir, apresentar os resultados da análise de conteúdo do jornal Folha de S. Paulo, para identificar a representação social exposta por este jornal a respeito do adolescente infracionalizado, do ato infracional e das medidas socioeducativas. O objetivo é o de compreender de que maneira essas representações sociais, contextualizadas no tempo e no espaço, relacionam-se com o discurso político, nas dimensões cognitiva e político-criminal. Após verificar a forte implicação do discurso de senso comum na produção de políticas repressivas aos adolescentes, parte-se para o último capítulo, no qual se propõe, a partir de uma base teórica gramsciana, possibilidades de ação na mudança do senso comum sobre o crime/ ato infracional, o criminalizado /infracionalizado e a punição/ medida. O objetivo final e mais profundo do trabalho é o de buscar, através da percepção de que o discurso constitui as práticas, demonstrar a importância de transformação da palavra, e de construção de um discurso contra-hegemônico sobre as situações socialmente problemáticas envolvendo adolescentes. Sem essa mudança, tampouco as práticas violentas de que se revestem os sistemas penais poderão se modificar.

Palavras-chave: Criminologia crítica, discurso político, discurso midiático, ato infracional

ABSTRACT

From a critical perspective on the rise of law enforcement in various parts of the world, especially in Brazil, in the last twenty years, the study aims to investigate how this trend communicates with the emergence and development of the right of children and adolescents in this country. The increase in the incarceration of teenagers, even after the emergence of the Statute of Children and Adolescent is investigated from the legitimizing discourse of this repression that propitiates the growth of social inequality. The main object of the work is the interaction between political discourse and the media discourse on juvenile criminality. From the analysis of the political and media discourses, the work aims to identify the commonalities found in order to outline the characteristics of the hegemonic discourse on this topic. The aim is also to identify the interference between the both fields, understandable through two main keys of analysis: social cognition and the production of the political agenda. The research problem can then be formulated as follows: How political and media discourses about the offense and the socio-educational measure of deprivation of liberty interact in the reproduction of a hegemonic discourse and the consequent production of policies for children and adolescents? The theoretical framework used is the Critical Criminology, in a broad sense, which allows the use of theoretical tools from other traditions, such as the Critical Discourse Studies used as a theoretical and methodological framework for the analysis of political discourse. The research conducted was qualitative. The method used was the Grounded Theory. The work is divided into two parts. The first part, along with a literature review on the legal status of the child in Brazil, contains the analysis of the political discourse on the adolescent author of offense from the justifications of all bills of the House of Representatives proposed between the years 2003 and 2012 with the objective of increasing repression adolescents. The second part places the work in the context of the mediatized society in which the offense arises as a problematic situation to be dealt with socially and politically. It begins with a literature review which include the state of the art on media, youth and penal system, then present the results of the content analysis of the newspaper *Folha de S. Paulo*, to identify the social representation exposed by this newspaper about the adolescent criminalized, the offense, and the socio-educational measures. The goal is to understand how these social representations, contextualized in time and space, are related to the political discourse in the cognitive and criminal policy dimensions. After verifying the strong influence of the common sense discourse in producing repressive policies against adolescents, we proceed to the final chapter, which proposes that, from a Gramscian theoretical basis, possibilities for action in changing common sense about crime /offense, criminal and punishment /measure. The ultimate goal and deeper work is to seek, through the perception that discourse is action, to demonstrate the importance of changing the words, and create a counter-hegemonic discourse about problematic situations involving adolescents. Without this shift, neither the violent practices of the penal system can be modified.

Keywords: Critical Criminology, political discourse, media discourse, juvenile crime

RESUMEN

Partiendo de una perspectiva crítica sobre la ascensión de la represión penal en diversas partes del mundo y, en especial, en Brasil, el trabajo busca investigar como esa tendencia se comunica con el surgimiento y desarrollo del derecho del niño y del adolescente en el país. El aumento del encarcelamiento de adolescentes, mismo después del advenimiento del Estatuto del Niño y del Adolescente es investigado a partir del discurso legitimador de esa represión que propicia el incremento de las desigualdades sociales. El principal objeto del trabajo es la interacción del discurso político con el discurso mediático sobre el acto infraccional. A partir del análisis de los discursos político e mediático, se pretende identificar los puntos en común encontrados, de manera a trazar las características del discurso hegemónico sobre ese tema. Buscase, aún, identificar las interferencias entre los dos campos, comprensibles a través de dos claves principales de análisis: la cognición social y la producción de la agenda política. El problema de pesquisa puede, entonces, ser formulado de la siguiente manera: ¿Cómo interaccionan los discursos político y mediático sobre el acto infraccional y la medida socioeducativa de internación de adolescentes en la reproducción del discurso hegemónico y en la consecuente producción de políticas destinadas a niños y adolescentes? El marco teórico utilizado es la Criminología crítica, en un sentido amplio, que permite la utilización de herramientas teóricas provenientes de otras tradiciones, como los estudios críticos del discurso, que es el referencial teórico-metodológico para el análisis del discurso político. La investigación desarrollada fue de tipo cualitativo. El método utilizado fue el de la *Grounded Theory*. La tesis se divide en dos partes, las cuales se subdividen en cuatro capítulos cada. La primera parte, juntamente con una revisión bibliográfica sobre lo status jurídico del niño en Brasil, trae el análisis del discurso político sobre el adolescente autor de acto infraccional, a partir de las justificaciones de todos los proyectos de ley de la Cámara de los Diputados propuestos entre los años de 2003 y 2012 con el objetivo de aumentar la represión a los adolescentes. La segunda parte inserta el trabajo en el contexto de la sociedad mediatizada en que el acto infraccional surge como situación problemática a ser tratada social y políticamente. Empieza con una revisión de la literatura donde sobre la intersección de los *media*, con la juventud y el sistema penal, para, a seguir, presentar los resultados del análisis de contenido del periódico Folha de S. Paulo, para identificar la representación social expuesta por este periódico respecto al adolescente criminalizado, del acto infraccional y de las medidas socioeducativas. El objetivo es lo de comprender de qué manera esas representaciones sociales, contextualizadas en el tiempo y en el espacio, se relacionan con el discurso político, en las dimensiones cognitiva y político-criminal. Después de verificar la fuerte implicación “de las ideas de todos los días” en la producción de políticas represivas a los adolescentes, se parte para el último capítulo, en el cual se propone, a partir de una base teórica gramsciana, posibilidades de acción en el cambio del discurso sobre el crimen/ acto infraccional, el criminalizado/ infraccionalizado, y la punición/ medida. El objetivo final y más profundo del trabajo es lo de buscar, a través de la percepción de que el discurso constituye las prácticas, demostrar la importancia de la transformación de la palabra, y de la construcción de un discurso contra-hegemónico sobre las situaciones socialmente problemáticas envolviendo adolescentes. Sin ese cambio, tampoco las prácticas violentas de los sistemas penales van a poder cambiarse.

Palabras-clave: Criminología crítica, discurso político, discurso mediático, acto infraccional

RIASSUNTO

Partendo da una prospettiva critica sull'ascensione, negli ultimi anni, di una politica penale austera nelle varie aree della politica brasiliana, questo lavoro investiga come questa tendenza si comunica con la nascita e lo sviluppo del Diritto del Bambino e dell'Adolescente. L'aumento dell'incarceramento di adolescenti, stesso dopo l'avvento dello Statuto del Bambino e dell'Adolescente è investigato partendo dal discorso che legittima questa repressione e porta all'incremento delle disuguaglianze sociali. Il principale oggetto del lavoro è l'interazione del discorso politico con il discorso mediatico sul reato giovanile. Dall'analisi dei discorsi politico e mediatico si cerca di identificare i punti in comune trovati, in maniera da tracciare le caratteristiche del discorso egemonico su questo tema. Si cerca, ancora, di identificare le interferenze tra i due campi, comprensibili attraverso due principali chiavi d'analisi: la cognizione sociale e la produzione dell'agenda politica. Il problema della ricerca può essere formulato come segue: Come interagono i discorsi politico e mediatico sul reato giovanile e sulla misura socio-educativa di internamento nella riproduzione del discorso egemonico e nella conseguente produzione di politiche destinate al bambino e all'adolescente? Il marco teorico utilizzato è quello della Criminologia critica, in un senso ampio, che permette anche l'uso di strumenti teorici provenienti da altre tradizioni, come gli Studi Critici del Discorso, impiegati come referenziale teorico-metodologico per l'analisi del discorso politico. La ricerca è di tipo qualitativo, ed si vale del metodo della *Grounded Theory*. Il lavoro si divide in due parti, le quali se suddividono in altri quattro capitoli ognuna. La prima parte, insieme ad una revisione della letteratura sullo *status* giuridico del bambino in Brasile, porta l'analisi del discorso politico sull'adolescente autore di reati, partendo dalle giustificazioni di tutti i progetti di leggi della Camara dei Deputati proposti tra gli anni di 2003 e 2012, con l'obiettivo di aumentare la repressione agli adolescenti. La seconda parte inserisce il lavoro nel contesto della società mediatizzata, nella quale le infrazioni commesse da giovani emergono come situazioni problematiche che devono essere trattate socialmente e politicamente. Si inizia con una revisione della letteratura sull'intercessione *media*, gioventù e sistema penale per, in seguito, presentare i risultati dell'analisi di contenuto del giornale *Folha de S. Paulo*, per identificare la rappresentazione sociale esposta da questo periodico rispetto l'adolescente criminalizzato, il reato da lui commesso e le misure socio-educative. L'obiettivo è quello di comprendere in che maniera le rappresentazioni sociali, contestualizzate nel tempo e nello spazio, hanno un rapporto con il discorso politico, nelle dimensioni cognitive e politico criminali. Dopo di verificare la forte implicazione del discorso di senso comune nella produzione di politiche repressive agli adolescenti, si parte per un ultimo capitolo nel quale si propone, partendo da una base teorica gramsciana, alcune possibilità di azione nel cambio di questa comune percezione sul reato/infrazione minorile, il criminalizzato, e la punizione/misura. L'obiettivo finale e più profondo del lavoro è quello di cercare, attraverso la percezione di che il discorso costituisce le pratiche, dimostrare l'importanza della trasformazione della parola, e di costruzione di un discorso contro-egemonico sulle situazioni socialmente problematiche coinvolgendo adolescenti. Senza questo cambio, neppure le pratiche violente del sistema penale si potranno trasformare.

Parole chiave: Criminologia critica, discorso politico, discorso mediatico, infrazione minorile

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – FREQUÊNCIA DE PROJETOS DE LEI DE ALTERAÇÃO DO ECA (2003-2012).....	133
GRÁFICO 2 – CATEGORIAS ONDE OS PROJETOS DE LEI FORAM INCLUÍDOS	134
GRÁFICO 3 – POLÍTICA PENAL x POLÍTICA SOCIAL	134
GRÁFICO 4 – POLÍTICA x PARTIDOS POLÍTICOS.....	137
GRÁFICO 5 – POLÍTICA PENAL: DISTRIBUIÇÃO.....	139
GRÁFICO 6 – POLÍTICA PENAL x ANO	139
GRÁFICO 7 – POLÍTICA PENAL x PARTIDO	140
GRÁFICO 8 – POLÍTICA PENAL x PERFIL IDEOLÓGICO	142
GRÁFICO 9 – POLÍTICA PENAL x SITUAÇÃO	144
GRÁFICO 10 – CONSUMO DE MÍDIA PELOS PARLAMENTARES (2013).....	285
GRÁFICO 11 – JORNAIS IMPRESSOS MAIS LIDOS PELOS PARLAMENTARES (2013).....	286

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – POLÍTICA PENAL X POLÍTICA SOCIAL.....	134
TABELA 2 – REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO ADOLESCENTE E FUNÇÕES DA MEDIDA DE INTERNAÇÃO.....	233
TABELA 3 – DEZ MAIORES JORNAIS IMPRESSOS DO BRASIL (2012).....	286
TABELA 4 – NÚMERO DE MATÉRIAS JORNALÍSTICAS ENCONTRADAS NOS PERÍODOS SELECIONADOS PARA A ANÁLISE.....	289
TABELA 5 – NÚMERO DE REPORTAGENS SOBRE OS CASOS LIANA E FELIPE E JOÃO HÉLIO SEGUNDO O TEMA PREDOMINANTE E A SEMANA DE PUBLICAÇÃO.....	291
TABELA 6 – CHAPÉUS UTILIZADOS NAS MATÉRIAS DE NOVEMBRO DE 2003.	292
TABELA 7 – CASOS QUE GERARAM REPORTAGENS NO JORNAL FOLHA DE S. PAULO NOS PERÍODOS ANALISADOS (NOV-DEZ 2003 e JAN 2004; FEV-ABR 2007; DEZ 2008 e JAN-FEV 2009; FEV-ABR 2012).	303
TABELA 8 – ARGUMENTOS CONTRÁRIOS À REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL NAS MATÉRIAS INFORMATIVAS.....	342
TABELA 9 – ARGUMENTOS FAVORÁVEIS À REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL NAS MATÉRIAS INFORMATIVAS.....	344
TABELA 10 – ARGUMENTOS CONTRÁRIOS AO AUMENTO DO PRAZO DE INTERNAÇÃO.....	347
TABELA 11 – ARGUMENTOS FAVORÁVEIS AO AUMENTO DO PRAZO DE INTERNAÇÃO.....	348

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – QUADRO PUBLICADO DURANTE AS INVESTIGAÇÕES	299
FIGURA 2 – INFOGRÁFICO APRESENTADO NA MATÉRIA “MENOR PARTICIPA DE 1% DOS HOMICÍDIOS EM SP”	306
FIGURA 3 – INFOGRÁFICO APRESENTADO NA MATÉRIA “JOVENS TROCAM TRÁFICO POR ROUBO NO RIO”	309
FIGURA 4 – FOTOGRAFIA CONTIDA NA REPORTAGEM “UNIÃO SÓ LIBERA 4,5% DA VERBA PRA INFRATOR”	314
FIGURA 5 – FOTOGRAFIA CONTIDA NA REPORTAGEM “PARA ALCKMIN, PRESÍDIOS ESTÃO PREPARADOS”	331
FIGURA 6 – FOTOGRAFIA CONTIDA NA REPORTAGEM “UNIDADE É FECHADA NO IMPROVISO”	334
FIGURA 7 – FOTOGRAFIA CONTIDA NA REPORTAGEM “FUNDAÇÃO CASA PRECISA SE CUIDAR PARA NÃO VOLTAR A SER FEBEM, DIZ CNJ”	335

LISTA DE SIGLAS

ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça
CD – Câmara dos deputados
CEDECA – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
CF – Constituição Federal
CIDC – Convenção Internacional dos Direitos da Criança
CNT – Confederação Nacional do Transporte
CONFECOM - Conferência Nacional de Comunicação
CP – Código Penal
CSPCCO – Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado
CSSF – Comissão de Seguridade Social e Família
DEM – Democratas
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
ILANUD – Instituto Latinoamericano de las Naciones Unidas para la Prevención del Delito y el Tratamiento del Delincuente
INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos
MNMMR – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
ONG – Organização Não-governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PAN – Partido dos Aposentados da Nação
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PFL – Partido da Frente Liberal
PHS – Partido Humanista da Solidariedade
PL – Partido Liberal
PL – Projeto de Lei
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN – Partido da Mobilização Nacional
PNBEM - Política Nacional de Bem-estar do Menor
PP – Partido Progressista
PPB – Partido Progressista Brasileiro
PPR – Partido Progressista Renovador
PPS – Partido Popular Socialista
PR – Partido Republicano
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PRONA – Partido da Renovação da Ordem Nacional
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTC – Partido Trabalhista Cristão
PV – Partido Verde
RDD – Regime Disciplinar Diferenciado
RICD – Regimento Interno da Câmara dos Deputados
SAM - Serviço de Assistência do Menor
SF – Senado Federal
SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
STF – Supremo Tribunal Federal
STJ – Superior Tribunal de Justiça
TJ-RS – Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
UNICEF – United Nations Children's Fund

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	31
PARTE I – O SABER HEGEMÔNICO SOBRE O ADOLESCENTE E O ATO INFRACIONAL.....	51
1 EM PERIGO OU PERIGOSA? GÊNESE DO SABER SOBRE A CRIANÇA NO BRASIL	51
1.1 O surgimento do <i>menor</i> e o controle de crianças e adolescentes do Império à República	51
1.1.1 O Código criminal do Império e o adulto em miniatura.....	52
1.1.2 O surgimento do binômio abandono-infração no Brasil republicano	55
1.1.3 O menor-problema social como interesse prioritário da ditadura militar: gênese da doutrina da situação irregular	68
1.1.4 Participação e mudança social: a abertura política e a construção coletiva do estatuto da criança e do adolescente.....	74
1.2 Uma mudança no discurso legislativo? O ato infracional e as medidas socioeducativas no Estatuto da Criança e do Adolescente	80
1.2.1 O ato infracional e a medida socioeducativa de internação	81
1.2.2 Menores e loucos no direito brasileiro	86
1.2.3 Medidas socioeducativas: objetivos declarados e objetivos reais	100
2 O UNIVERSO DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: MAIS POLÍTICA PENAL, MENOS POLÍTICA SOCIAL.....	123
2.1 Os projetos de lei da Câmara dos Deputados	125
2.2 Apresentação das variáveis	127
2.2.1 Variável “categoria”	128
2.2.2 Variável “política pública”	131
2.3 A punição é a resposta: resultados da pesquisa quantitativa	132
2.3.1 Os dois sentidos da política penal em matéria de criança e adolescente	138
2.3.2 Situação dos PLs	143
2.3.3 Processos de infracionalização primária na Câmara dos Deputados	145
3 EM DEFESA DA SOCIEDADE: A DESORDEM SOCIAL E A ORIGEM DO MAL NO DISCURSO POLÍTICO SOBRE A INFRACIONALIZAÇÃO.....	148
3.1 Discursos sobre a “desordem social”	152

3.1.1 Está ocorrendo um aumento da criminalidade violenta no Brasil.	152
3.1.2 O aumento da criminalidade gera sensação de insegurança social.	155
3.1.3 O aumento da criminalidade e da insegurança social está estritamente relacionado ao crescimento da criminalidade juvenil.	157
3.1.4 A sociedade clama por maior rigor na resposta estatal aos adolescentes autores de atos infracionais.	164
3.2 Discursos sobre a “origem do mal”	170
3.2.1 O aumento da criminalidade dos jovens é causada pela benevolência do Estatuto da Criança e do Adolescente.....	170
3.2.2 O envolvimento com o tráfico de drogas e com o crime organizado intensifica a prática de atos infracionais violentos.	178
4 A criança e o adolescente no discurso político sobre o ato infracional: um jogo de máscaras de tutela, proteção e punição	182
4.1 Discursos sobre a “solução salvadora”	182
4.1.1 O aumento do prazo de internação tem o intuito de punir gravemente os adolescentes proporcionalmente ao dano causado.....	186
4.1.2 O aumento do prazo de internação deverá dissuadir os adolescentes de cometerem atos infracionais.....	188
4.1.3 O aumento do prazo de internação vai ao encontro do sentimento da sociedade	195
4.1.4 O aumento do prazo de internação irá garantir a efetiva ressocialização do adolescente	207
4.1.5 O aumento do prazo de internação deverá manter a sociedade segura enquanto os adolescentes perigosos estiverem privados de liberdade.....	221
4.2 Vítimas, bandidos e doentes mentais: o adolescente autor de ato infracional no discurso dos deputados federais	226
PARTE II – O DISCURSO SOBRE O ATO INFRACIONAL NA SOCIEDADE MEDIATEZADA	236
1 MÍDIA, CRIME E JUVENTUDE	238
1.1 O discurso jornalístico sobre o crime.....	238
1.1.1 A hierarquia de credibilidade e o problema do acesso	242
1.1.2 A página policial entre credibilidade e sensacionalismo	249
1.1.3 Representações do crime na mídia	251
1.1.4 Medo e criminalização	260
1.2 Mídia e construção social do ato infracional	272
1.2.1 As crianças como “tragic victims” e “evil monsters”	272

1.2.2 Os pânicos morais também têm lugar nos países marginais	280
2 DISCURSO MIDIÁTICO E PODER SIMBÓLICO: A DEMONIZAÇÃO DA JUVENTUDE POBRE.....	284
2.1 O oráculo indesmentível e outras fontes	290
2.1.1 Delegado de polícia: a fonte número um por excelência.....	296
2.1.2 A fonte de número três: temas polêmicos e parcialidade das fontes	301
2.2 O ato infracional, o adolescente e a privação de liberdade segundo a Folha de S. Paulo	303
2.2.1 O ato infracional no jornal: “os mais bárbaros ‘crimes’ dos últimos tempos” ..	303
2.2.2 O adolescente no jornal: recuperáveis e irrecuperáveis.....	313
2.2.2.1 A construção de um monstro: o caso Champinha	320
2.3 A “solução salvadora” na Folha de S. Paulo	322
2.3.1 A percepção social das medidas socioeducativas	323
2.3.1.1 As instituições de internação	325
2.3.1.2 Menção a outras medidas socioeducativas.....	336
2.3.2 A política na mídia: propostas de alteração da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente	337
2.3.3 A Folha de S. Paulo e seu empreendimento moral: os editoriais	349
2.3.3.1 Não há soluções mágicas para o problema da violência: os Editoriais da Folha (2003/2004)	349
2.3.3.2 Os remédios à mão e seus efeitos instantâneos: os Editoriais da Folha (2007).....	358
3 A RETROALIMENTAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: MÍDIA, POLÍTICA E A DIVISÃO DO TRABALHO NA CONSTRUÇÃO DO SENSO COMUM SOBRE O ATO INFRACIONAL.....	367
3.1 Manuais de demonologia e monstros juvenis	368
3.1.1 Os empreendedores morais e os claims makers	384
3.1.2 Demônios midiaticizados	387
3.2 “<i>The world outside and the pictures in our heads</i>”: mídia e agendamento da política.....	389
3.2.1 Mas a lei não mudou: análise da tramitação dos projetos.....	399
3.2.3 Impacto da mídia no Legislativo: efeitos simbólicos ou concretos?	413
3.3 Efeitos simbólicos: discurso e dominação.....	413
4 A NECESSÁRIA CONSTRUÇÃO DE UM DISCURSO CONTRA-HEGEMÔNICO	420

4.1 Hegemonia e batalha cultural: ferramentas teóricas para a construção de uma contra-hegemonia no discurso criminológico.....	424
4.2 Dois campos de ação na <i>Newsmaking criminology</i>: democratizar a comunicação tradicional; ocupar as novas mídias	432
4.2.1 Ocupar a mídia tradicional	436
4.2.2 Lutar pela democratização da comunicação.....	440
4.2.3 Ocupar as novas mídias	445
4.3 Os movimentos sociais e a luta pela emancipação social.....	453
CONCLUSÃO.....	466
APÊNDICE A – Lista dos projetos de lei analisados (PP2)	516
APÊNDICE B – Lista das reportagens selecionadas	536
ANEXO A – Árvore de apensados do PL 2847/2000	542

INTRODUÇÃO

O que descobrimos pesquisando é a complexidade do mundo. Quando respondemos algumas perguntas, colocamos outras. E não importa o quão bem concebido pensemos que está nosso projeto no começo, sempre há viradas imprevistas ao longo do caminho que nos levam a recolocar nossas posições e a questionar nossos métodos e que nos mostram que não somos tão inteligentes como pensamos¹.

Não há como compreender a permanência de práticas violentas, segregacionistas e profundamente injustas nas democracias modernas sem estudar os discursos que permeiam o seu exercício e acabam por legitimar o ilegítimo. Várias são as instâncias que eles percorrem. Perpassam o controle social informal e penetram na escola, na Igreja, na família, nos meios de comunicação; nas instâncias formais, estão na voz dos parlamentares e governadores, juízes e promotores. A impermeabilidade desses discursos ao saber acadêmico é sintomática também de que essas práticas cumprem funções preciosas para a manutenção das estruturas de poder.

Dentre elas se destaca a expansão do encarceramento de crianças, adolescentes e adultos na maior parte dos países ocidentais, logo em seguida ao impulso desestruturador do sistema penal desenvolvido no âmbito das sociologias inglesa e norte-americana das décadas de 1960 e 1970². A inflação carcerária nos Estados Unidos e em alguns países europeus é um reflexo dessa mudança de direção ocorrida concomitantemente com a queda do Estado de bem-estar social. No Brasil, o encarceramento em massa levou a que, nos últimos vinte anos, o país tenha triplicado o número de presos adultos, e duplicado o número de adolescentes internados. Somam-se a esses dados quantitativos, os qualitativos: os privados de liberdade são homens, negros ou pardos, muito jovens, pobres e com baixa escolaridade. Deve-se referir, contudo, que parte desse expansionismo se volta também contra as mulheres, em especial no seio da lucrativa e sangrenta política de guerra às drogas.

Esse processo pode ser identificado historicamente com a ascensão de

¹ STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. *Bases de la investigación cualitativa*. Técnicas y procedimientos para desarrollar la teoría fundamentada. Medellín: Universidad de Antioquia, 2002. p. 62.

² COHEN, Stanley. *Visiones del control social: Delitos, castigos y clasificaciones*. Barcelona: PPU, 1988.

políticas neoliberais, o chamado “capitalismo de barbárie”³. Nos países latino-americanos, as privatizações e as reformas previdenciária e trabalhista buscaram reduzir a pequena margem desenvolvida a partir da década de 1930 para o surgimento dos direitos sociais. Os sociólogos que analisam esse contexto, identificam uma reformulação do próprio significado da palavra “segurança”: a segurança, antes vista como a garantia da satisfação dos direitos sociais traduz-se em segurança individual a ser protegida através do combate ao crime efetivo ou potencial⁴.

Nos anos sessenta, quando as políticas sociais do pós-guerra chegavam ao seu ápice, e, simultaneamente, a luta política ocorria no âmbito da busca pela liberação nas mais diversas esferas da vida, jamais se poderia imaginar que duas décadas após se apresentaria a tendência ao fenômeno oposto. “Se os lemas da social democracia do pós-guerra haviam sido *controle econômico e emancipação social*, a nova política dos fins dos anos oitenta impulsionou um marco bastante diferente de *liberdade econômica e controle social*”⁵.

Entretanto, o cumprimento de uma função simbólica por parte do direito penal não significa que a adoção de posturas punitivistas não tragam consequências muito reais sobre aqueles que são objeto do controle penal. Prova disso é a situação de superlotação dos presídios em grande parte dos países ocidentais, que passam a não dar conta da quantidade de pessoas que são objeto de controle. Ainda que as condições de vida nessas instituições sejam toleráveis, o que não é o caso das prisões latino-americanas, o crescente encarceramento de jovens não possui qualquer finalidade que não seja a de converterem-nos em matéria-prima para o controle do crime⁶, e de neutralização, sendo as prisões verdadeiros depósitos de

³ BATISTA, Vera Malaguti. *Introdução crítica à criminologia brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012. p. 101.

⁴ BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 59. Grifos no original.

⁵ GARLAND, David. *La cultura del control: Crimen y orden social en la sociedad contemporánea*. Barcelona: Gedisa, 2005. p. 174. Grifos no original. Tradução livre do original em espanhol: “Si las consignas de la socialdemocracia de posguerra habían sido *control económico y liberación social*, la nueva política de los años ochenta impulso un marco bastante diferente de *libertad económica y control social*”. Garland parte da ideia de que, ainda que as estruturas de controle tenham se modificado, a mudança mais importante se deu na cultura do controle do delito, a qual se formou em torno de três elementos centrais: 1. umwelfarismo penal modificado; 2. uma criminologia do controle; 3. uma forma econômica de raciocínio. *ibid.* p. 287.

⁶ CHRISTIE, Nils. *A indústria do controle do crime: A caminho dos GULAGs em estilo ocidental*. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

lixo⁷ ou campos de concentração de pobres, negros e estrangeiros⁸.

Essa situação de superlotação das prisões e das instituições de internação de adolescentes não parece constituir um óbice a esse crescimento: indesejados podem ser empilhados, pois o seu destino já está traçado e não é a reintegração social⁹. Hoje, a despeito de a legislação brasileira declarar a prevenção especial positiva como a principal meta da execução penal, a realidade a desmente todos os dias, para confirmar o que não pode ser dito, ao menos não em voz alta: já que não é possível disciplinar, o objetivo da punição é dizimar esses sobrantes que sujam as ruas, corrompem criancinhas, e ameaçam os consumidores. Na realidade da medida “socioeducativa” de internação, também contrariando os preceitos democráticos e emancipatórios do Estatuto da Criança e do Adolescente, a regra nesse sistema vem sendo – como sempre foi, aliás – a antecipação da produção de carreiras criminosas. Ao sair dessas instituições, os adolescentes pouco têm a escolher e muito a desejar. Presas fáceis do sistema de controle penal, o seu destino é a prisão. E da prisão o destino acaba sendo a reprodução da carreira, que terminará, enfim, com a morte.

O discurso jurídico aparece aí como uma importante fonte de legitimação dessas práticas que afetam a juventude pobre, por fazer crer que se as injustiças acontecem é porque a lei não foi cumprida. Quando, na verdade, a lei não passa de uma maneira de silenciar, para os que estão de fora, os que berram dentro dos muros.

Há outros discursos, porém, que são tão ou mais constitutivos desse poder do que o jurídico. Há vozes ouvidas em todos os lugares, em todos os momentos, por todas as pessoas. E essas vozes falam sobre o sistema penal o tempo todo. Falam sobre crimes, criminosos – adultos e jovens – e penas. São ubíquos. Não é possível estudar o discurso sem tratar sobre os meios de comunicação de massa, nessa sociedade midiaticizada.

Na interação com a mídia, encontra-se o discurso político. Quem não sabe usar a linguagem da mídia hoje não tem a menor chance de alçar posições destacadas na política. A construção da imagem do político e, portanto, de seu capital simbólico, depende das câmeras de televisão. Daí que a partir da construção

⁷ BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

⁸ CHRISTIE, Nils. *A indústria do controle do crime: A caminho dos GULAGs em estilo ocidental*. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

⁹ BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

da insegurança pública como a principal preocupação das pessoas, a postura dos políticos tenda a seguir o mesmo caminho. Na busca por popularidade, o discurso punitivo vem acompanhando políticos dos mais diversos perfis e partidos.

Este trabalho tem o objetivo de desvendar esses discursos, trazê-los à tona em sua funcionalidade e perversão. Se o discurso hegemônico produz inimigos públicos e assim legitima as práticas que contrariam os direitos humanos, então é papel da academia a busca pela sua transformação. A mudança social é possível e parte da possibilidade de conhecer o que move essas práticas, buscando desmitificá-las. O discurso produz, o simbólico é real. Sem mudar o discurso, a prática tampouco se desconstitui.

A partir da análise do discurso político e do discurso midiático sobre o ato infracional e as medidas socioeducativas, pretende-se identificar os pontos em comum encontrados, de maneira a traçar as características do discurso hegemônico sobre esse tema. Busca-se, ainda, identificar as interferências entre os dois campos, compreensíveis através de duas principais chaves de análise: a cognição social e a produção da agenda política. Se, por um lado, os políticos partem de definições próprias sobre os problemas sociais, suas causas e suas possíveis soluções, na maior parte das situações elas decorrem de uma base comum de conhecimento compartilhado, onde se encontram também repercutidas as estruturas opressoras. Por outro lado, parte da conduta e da compreensão dos políticos sobre os temas urgentes pode provir da agenda midiática, a qual vem encravada de interesses privados ligados ao poder econômico desses órgãos.

Entender esses processos de construção das políticas e, sobretudo, de reprodução do discurso hegemônico sobre o crime e o ato infracional é um passo fundamental na elaboração e difusão de um discurso alternativo, contra-hegemônico. O problema de pesquisa pode, então, ser formulado da seguinte maneira: Como interagem os discursos político e midiático sobre o ato infracional e a medida socioeducativa de internação na reprodução do discurso hegemônico e na consequente produção de políticas destinadas à criança e ao adolescente?

O marco teórico, que será explicado adiante, é o da criminologia crítica. Contudo, em razão de esse marco teórico não trazer teoria e métodos específicos do discurso, optou-se por trazer ao trabalho a perspectiva dos estudos críticos do discurso (ECD). Trata-se de um campo teórico e metodológico em perfeita harmonia com o marco teórico da criminologia crítica, especialmente se levada em

consideração sua base interacionista e construcionista, aliada à dimensão do poder. Os ECD auxiliam o pesquisador a identificar em estratégias argumentativas realizadas pelos autores de discursos indicações sobre as representações sociais por eles compartilhadas. Os ECD constituem um movimento científico especificamente interessado na formação de teoria e na análise crítica da reprodução discursiva de abuso de poder¹⁰. Buscam desvendar as desigualdades sociais, em especial, “o papel do discurso na (re)produção e contestação da dominação”¹¹. A expressão *dominação* é definida como o exercício de poder social por elites, instituições ou grupos, o que resulta em desigualdade social, incluindo desigualdades políticas, culturais, de classe, étnicas, raciais e de gênero. Tal conceito, apesar de não decorrer exatamente do marco materialista da Criminologia crítica, é com ela perfeitamente compatível, especialmente no sentido ampliado do criticismo latino-americano¹².

Essas relações discursivas de poder podem aparecer de diversas maneiras, pelo exercício, negação, mitigação ou o encobrimento da dominação. A partir da constatação de diferentes estratégias de manutenção discursiva das relações de poder, os analistas dos ECD querem saber quais estruturas, estratégias ou outras propriedades do texto, da fala, da interação verbal ou eventos comunicativos desempenham um papel nesses modos de reprodução. É possível, assim, examinar através de que estilo, retórica ou significado de textos se busca encobrir as relações de poder¹³.

A opção por trabalhar na linha dos Estudos Críticos do Discurso, não implica em uma pesquisa comprometida com um resultado predeterminado, e por isso, destituída das características necessárias à sua aceitação no meio acadêmico. A opção pela tomada de posição em favor dos grupos oprimidos nas relações de poder implica nas escolhas realizadas no momento da análise. Assim, ao se identificar os discursos político e midiático como produções simbólicas que implicam em grande parte das situações na reprodução ideológica de relações de dominação, buscando-se encontrar justamente através de que recursos essa dominação é

¹⁰ Van DIJK, Teun. *Discurso e poder*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 9.

¹¹ VAN DIJK, Teun A. Principles of critical discourse analysis, London, *Discourse & Society*, vol. 4(2), 1993. p. 249-283. p. 249. Tradução livre do original em inglês: “[...] the role of discourse in the (re)production and challenge of dominance”.

¹² ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Pelas mãos da criminologia*. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2012.

¹³ VAN DIJK, Teun A. Principles of critical discourse analysis, London, *Discourse & Society*, vol. 4(2), 1993. p. 249-283. p. 249.

possibilitada, então a escolha do *corpus*, das categorias etc. serão determinadas para esse viés. Trata-se, de fato, de uma delimitação que já aparece na elaboração do problema de pesquisa e dos objetivos. O que será encontrado, as próprias categorias criadas, os recursos etc., irão depender da sensibilidade do pesquisador em permitir que os resultados emergjam dos dados.

Sabe-se, a partir do marco teórico apresentado, que os temas penais, de maneira geral, estão incrustados de mitos e impregnados de estereótipos, os quais desempenham uma função essencial à manutenção do sistema tal como ele é: dificultar a contestação; facilitar a dominação. É no domínio das mentes, na imaginação sobre o sistema, que reside o maior exercício de poder. E nada melhor do que o discurso, do texto à fala, para garanti-lo.

Este trabalho não pretende ser um estudo objetivo sobre uma realidade dada. Trata-se de uma pesquisa comprometida, e parcial, conforme se exige da pesquisa crítica. A realidade é uma construção social e como tal não pode ser conhecida em sua pureza. Cada fenômeno pode ser estudado através de olhares os mais diversos, e é a subjetividade do cientista que optará por um ou por outro, consciente ou inconscientemente. No campo da criminologia, em que com frequência o discurso se traduz em política criminal, a necessidade de tomada de posição do cientista é ainda mais fundamental. Em razão disso, Pavarini observa que a criminologia é uma ciência com vocação partidária¹⁴. Também Baratta esclarece que a Criminologia crítica deve ser uma teoria social comprometida com a transformação positiva, emancipadora da realidade social, de modo que o interesse das classes subalternas é o ponto de vista a partir do qual ela se coloca¹⁵.

Nesse trabalho, a escolha principal é a do paradigma que identifica no discurso um meio de exercício de poder e dominação de uns grupos sobre os outros. É no discurso, percebido de maneira micro no texto e na fala, que se encontra a ponte entre o individual e o social; entre as crenças pessoais do escritor ou orador e as crenças compartilhadas coletivamente¹⁶.

Para compreender com qual poder estão preocupados os ECD, é necessário

¹⁴ PAVARINI, Massimo. *Un arte abyecto: ensayo sobre el gobierno de la penalidad*. Buenos Aires: Ad-Hoc, 2006. p. 281.

¹⁵ BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. 3 ed. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002. p. 158.

¹⁶ VAN DIJK, Teun. Political discourse and political cognition. In: CHILTON, Paul A.; SCHÄFFNER, Christina (Eds.). *Politics as Text and Talk: Analytical approaches to political discourse*. p. 204-236. Amsterdam: Benjamins, 2002. p. 205.

notar que não se trata de um poder individual, mas sim, social. “O poder social é baseado no acesso privilegiado aos recursos socialmente valorizados, tais como saúde, renda, posição, status, força, pertencimento a grupo, educação ou conhecimento”¹⁷. Ele é compreendido, ainda, como controle sobre o discurso de outros: poucas pessoas podem dizer e escrever o que querem¹⁸. O controle envolve a ação e a cognição: “um grupo poderoso pode limitar a liberdade de ação de outros, mas também pode influenciar suas mentes”¹⁹. É na cognição que se encontra o meio de controle mais efetivo, promovido pela persuasão, dissimulação ou manipulação, entre outros meios estratégicos para modificar a mente dos outros em relação aos seus próprios interesses²⁰. Ou seja, são foco dos ECD os discursos que legitimam o controle de alguns grupos sobre outros e naturalizam a ordem social, ainda quando permeados por estratégias sutis e cotidianas.

As relações de poder pelas quais se interessam os ECD, por outro lado, são aquelas consideradas abusivas, derivadas de brechas de leis, regras e princípios da democracia, igualdade e justiça por aqueles que dominam o poder. Para distinguir, então, formas de poder legítimos e aceitáveis daqueles abusivos, os teóricos dos ECD optaram pelo uso do termo *dominação*²¹. No controle do conhecimento compartilhado reside, portanto, a base das relações de dominação.

O marco teórico de que parte o trabalho é a Criminologia crítica. Concebida na década de 1970, a Criminologia crítica parte, sobretudo, da perspectiva de que a criminalidade não possui *status* ontológico ligado a certos comportamentos de indivíduos cujo estudo específico determinará as causas do desvio, mas é, isso sim, uma qualidade atribuída aos mesmos, mediante uma dupla seleção: a criminalização primária - “seleção dos bens protegidos penalmente, e dos comportamentos ofensivos destes bens, descritos nos tipos penais” – e a criminalização secundária – “seleção dos indivíduos estigmatizados entre todos os indivíduos que realizam

¹⁷ VAN DIJK, Teun A. Principles of critical discourse analysis, London, *Discourse & Society*, vol. 4(2), 1993. p. 249-283. p. 254. Tradução livre do original em inglês: “Social power is based on privileged access to socially valued resources, such as wealth, income, position, status, force, group membership, education or knowledge”.

¹⁸ Van DIJK, Teun. *Discurso e poder*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012

¹⁹ VAN DIJK, Teun A. Principles of critical discourse analysis, London, *Discourse & Society*, vol. 4(2), 1993. p. 249-283. p. 254. Tradução livre do original em inglês: “[...] a powerful group may limit the freedom of action of others, but also influence their minds”.

²⁰ VAN DIJK, Teun A. Principles of critical discourse analysis, London, *Discourse & Society*, vol. 4(2), 1993. p. 249-283. p. 254.

²¹ VAN DIJK, Teun A. Principles of critical discourse analysis, London, *Discourse & Society*, vol. 4(2), 1993. p. 249-283. p. 254.

infrações a normas penalmente sancionadas”²². Ao definir a Criminologia crítica, Baratta observa que é ela “uma direção da sociologia jurídico-penal e da sociologia criminal que se distingue da criminologia tradicional por uma mudança de objeto e de método”²³.

Mudança essa que teve como precursoras as teorias da reação social, em especial, a teoria do etiquetamento, ou *labeling approach*. Compreendendo o desvio social como uma construção, resultante das interações sociais, o *labeling approach* rompe com a criminologia tradicional ao perceber que o crime e o criminoso não são dados pré-constituídos à experiência. Assim, um determinado comportamento, ainda que desviante em relação às normas sociais, somente será assim definido caso haja reação social ao ato²⁴. Fica claro, portanto, que o etiquetamento depende muito mais do grau de tolerância da sociedade diante de determinados comportamentos desviantes do que da sua ocorrência efetiva²⁵.

A questão que pouco havia sido desenvolvida até então diz respeito à variável que orienta a seleção dos comportamentos desviantes ou criminosos em relação aos quais há reação social e penal. É o que, na década de 1970 se passou a estudar, primeiramente com a Criminologia radical, nos Estados Unidos, com a Nova criminologia, na Inglaterra²⁶, e, mais adiante, com a Criminologia crítica na Itália²⁷.

²² BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002. p. 161.

²³ BARATTA, Alessandro. Che cosa è la criminologia critica. In: MATA, Victor Sancha (entrevista a cura di), *Dei delitti e delle pene*: Rivista di studi sociali storici e giuridici sulla questione criminale, n. 1, mar. 1991, Bologna, p. 53-81. p. 53. Tradução livre do original em italiano: “è una direzione della sociologia giuridico-penale e della sociologia criminale che si distingue dalla criminologia “tradizionale” per un cambiamento dell’oggetto e del metodo”.

²⁴ BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002. p. 89.

²⁵ LEMERT, Edwin M. *Social pathology: A systematic approach to the theory of sociopathic behavior*. New York: McGraw-Hill Book Company, 1951.

²⁶ Sobre a Nova criminologia na Inglaterra, cf. TAYLOR, Ian; WALTON, Paul; YOUNG, Jock. Criminologia crítica in Gran Bretagna. Rassegne e prospettive. *La questione criminale*: Rivista di ricerca e dibattito su devianza e controllo sociale, Bologna, anno I, n. 1, gennaio-aprile 1975, p. 67-117. Ainda, TAYLOR, Ian; WALTON, Paul; YOUNG, Jock. *La nueva criminología*: contribución a una teoría social de la conducta desviada. Buenos Aires: Amorrortu, 1990.

²⁷ No Brasil, a Criminologia radical foi primeiramente introduzida pela obra de Cirino dos Santos, o qual esclarece que ela estuda “[...] o papel do Direito como *matriz* de controle social dos processos de trabalho e das práticas criminosas, empregando as categorias fundamentais da teoria marxista, que o definem como instituição superestrutural de reprodução das relações de produção, promovendo ou embaraçando o desenvolvimento das forças produtivas”. SANTOS, Juarez Cirino. *A criminologia radical*. Rio de Janeiro: Forense, 1981. p. 28. Essa visão é, posteriormente, mitigada através da introdução em países europeus. Mosconi explica que o atraso na chegada das teorias críticas sobre o desvio na Itália, em relação à Inglaterra e aos Estados Unidos, se deveu à longa e forte tradição que o positivismo criminológico construiu no país, bem como à questão carcerária vista sob a cultura católica como caritativo-assistencial, além do debate sobre o crime e sobre a pena ter sido realizada muito mais no terreno jurídico-penal, engessando qualquer estudo de verificação

A perspectiva italiana da Criminologia crítica foi a que mais se desenvolveu nos países latino-americanos, principalmente em função da atuação de Alessandro Baratta, professor das universidades de Bologna, na Itália, e Saarland, na Alemanha, o qual recebeu durante muitos anos pesquisadores de várias nacionalidades. Sua influência teórica pode ser considerada mais difundida na América Latina do que propriamente na Europa²⁸. A preocupação do estudioso italiano com os fenômenos latino-americanos o fez uma grande referência nessa região²⁹.

Como aduz Baratta, a utilização do paradigma do etiquetamento é apenas uma condição necessária, mas não suficiente para qualificar como crítica uma teoria do desvio e da criminalidade³⁰. Para que uma criminologia seja considerada “crítica” a questão dos processos de definição é importante, mas não mais do que outras, como: “Se a qualidade e o status social de desviante e de criminoso são o resultado de processos de definição e de etiquetamento, como é distribuído em uma determinada sociedade o poder de definição? De que maneira são distribuídas as possibilidades de vir etiquetado como desviante, de se ver atribuído o status social de criminoso?”³¹. Dessa maneira, é possível afirmar que, para o autor, o mínimo denominador comum da perspectiva da Criminologia crítica é a “dimensão da

científica de base sociológica. MOSCONI, Giuseppe. Traduzione ed evoluzione della criminologia critica nell'esperienza italiana: questione criminale e diritto penale, *Dei delitti e delle pene*, anno XX, n. 1, 2 e 3, gennaio-dicembre 2003, p. 7-39. Um importante histórico sobre a Criminologia crítica e suas raízes pode ser conferida em: SWAANINGEN, René van. *Critical criminology: visions from Europe*. London: Sage, 1997.

²⁸BERGALLI, Roberto. La sociologia giuridico-penale di Alessandro Baratta in Spagna e in America Latina: problemi, equivoci e fallacie. In: MARRA, Realino. *Filosofia e sociologia del diritto penale*. Torino: Giappichelli, 2006. p. 93-122. Alguns dos nomes que trabalharam com Baratta e desenvolvem suas pesquisas a partir da Criminologia crítica proposta pelo autor são Roberto Bergalli, Lola Aniyar de Castro, Rosa Del Olmo, Eugenio Raúl Zaffaroni, Juarez Cirino dos Santos, Vera Regina Pereira de Andrade, Ana Lucia Sabadell, entre outros.

²⁹MARTÍNEZ SÁNCHEZ, Mauricio. El sur que amaba El profesor Baratta. Latinoamérica como referente material para construcción de la criminología crítica. *Anthropos*, edición especial en homenaje a Alessandro Baratta: el pensamiento crítico y la cuestión criminal, n. 204, Barcelona, 2004. p. 120-128.

³⁰BARATTA, Alessandro. Che cosa è la criminologia critica. In: MATA, Victor Sancha (entrevista a cura di), *Dei delitti e delle pene*: Rivista di studi sociali storici e giuridici sulla questione criminale, n. 1, mar. 1991, Bologna, p. 53-81. p. 55.

³¹BARATTA, Alessandro. Che cosa è la criminologia critica. In: MATA, Victor Sancha (entrevista a cura di), *Dei delitti e delle pene*: Rivista di studi sociali storici e giuridici sulla questione criminale, n. 1, mar. 1991, Bologna, p. 53-81. p. 55. Tradução livre do original em italiano: “Se la qualità e lo status sociale di deviante e di criminale sono il risultato di processi di definizione e di etichettamento, come è distribuito in una determinata società il potere di definizione? In che maniera sono distribuite le possibilità di venire etichettato come deviante, di vedersi attribuito lo stato sociale di criminale?”.

definição” aliada à “dimensão do poder”³².

Resta claro que a influência das reflexões marxistas esteve presente no desenvolvimento desse pensamento. Porém, é necessário observar que nem Marx e Engels, nem os grandes pensadores marxistas se dedicaram especificamente à questão do crime³³. Para o desenvolvimento dessa teoria foi necessário destacar, dentro do pensamento marxista, algumas indicações teóricas e metodológicas. Na opinião de Pavarini,

[...] é possível afirmar que com o termo nova criminologia se pode compreender uma pluralidade de iniciativas político-culturais e um conjunto de obras científicas que a partir dos anos setenta nos Estados Unidos, e posteriormente na Inglaterra e em outros países da Europa ocidental, desenvolveram um pouco depois as indicações metodológicas dos teóricos da reação social e do conflito até o ponto de superar criticamente estes enfoques. E na revisão crítica dos resultados aos quais se havia chegado, alguns se orientaram para uma interpretação marxista – certamente não ortodoxa – dos processos de criminalização nos países de capitalismo avançado: estes últimos são reconhecidos – ou mais comumente reconhecem-se – como criminólogos críticos.³⁴

Diante dessa perspectiva macrossociológica sobre a criminalidade, torna-se possível questionar a sobrerrepresentação da população mais pobre nas prisões, nos diferentes países: por detrás da seleção da população criminosa são reencontrados “os mesmos mecanismos de interação, de antagonismo e de poder que dão conta, em uma dada estrutura social, da desigual distribuição de bens e oportunidades entre os indivíduos”³⁵. Daí que não seja possível pensar essa imagem do sistema como um erro, mas sim como uma ideologia, que se torna parte do objeto de uma análise científica do sistema penal:

³² BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. 3 ed. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002. p. 211.

³³ Para uma análise sobre a questão penal em O Capital, cf. MELOSSI, Dario. Criminologia e marxismo: alle origini della questione penale nella società de “Il Capitale”. *La questione criminale*: Rivista di ricerca e dibattito su devianza e controllo sociale, Bologna, anno I, n. 2, maggio-agosto, 1975, p. 319-336.

³⁴ PAVARINI, Massimo. *Control y dominación*: Teorías criminológicas burguesas y proyecto hegemónico. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002. p. 155-156. Grifos no original. Tradução livre do original em espanhol: “se puede afirmar que con el término *nueva criminología* se pueden comprender una pluralidad de iniciativas político-culturales y un conjunto de obras científicas que a partir de los años sesenta en los EU, y posteriormente en Inglaterra y en los otros países de Europa occidental, han desarrollado un poco después las indicaciones metodológicas de los *teóricos de la reacción social y del conflicto* hasta el punto de superar críticamente estos enfoques. Y en la revisión crítica de los resultados a los que se había llegado, algunos se han orientado hacia una *interpretación marxista* – ciertamente no ortodoxa – de los procesos de criminalización en los países de capitalismo avanzado: estos últimos son reconocidos – o más comúnmente les gusta reconocerse – como *criminólogos críticos*”.

³⁵ BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002. p. 106.

A forma da mediação jurídica das relações de produção e das relações sociais na sociedade capitalista moderna (o direito igual) é *ideológica*: o funcionamento do direito não serve, com efeito, para produzir a igualdade, mas para reproduzir e manter a desigualdade. O direito contribui para assegurar, reproduzir e mesmo legitimar (esta última é uma função essencial para o mecanismo de reprodução da realidade social) as relações de desigualdade que caracterizam da nossa sociedade, em particular a escala social vertical, isto é, a distribuição diferente dos recursos e do poder, a consequência visível do modo de produção capitalista³⁶.

Sendo assim, em um sistema de classes, enquanto alguns são contemplados com bens positivos como patrimônio, renda e privilégio, a criminalidade é um bem negativo atribuído a algumas pessoas, através de mecanismos análogos³⁷. Os resultados a que chega a Criminologia crítica são justamente a demonstração de que o princípio da seletividade, já formulado pela teoria do etiquetamento, está orientado conforme a desigualdade social, sendo que as classes inferiores são as efetivamente perseguidas. Assim, “[...] o sistema punitivo se apresenta como um subsistema funcional da produção material e ideológica (legitimação) do sistema social global, isto é, das relações de poder e de propriedade existentes”³⁸.

Ao conseguirem impor ao sistema a impunidade às próprias ações criminais, os grupos poderosos da sociedade determinam a perseguição punitiva às infrações praticadas pelos indivíduos mais vulneráveis. Assim, os crimes mais graves, aqueles que causam danos em grande proporção, como os delitos econômicos e ambientais dificilmente são criminalizados³⁹.

Isso demonstra, em primeiro lugar, que a seletividade do sistema inicia na criminalização primária, quando são definidos no Legislativo os bens jurídicos que deverão ser protegidos. Daí serem os crimes contra o patrimônio os mais comuns nos ordenamentos jurídicos de países capitalistas, e também de serem pobres os principais clientes do sistema penal. O Parlamento é, então, parte do conjunto de instituições encarregadas de produzir a política criminal, isto é, “o programa do

³⁶ BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. 3 ed. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002. p. 213.

³⁷ BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002.. p. 108.

³⁸ BARATTA, Alessandro. Principios del derecho penal mínimo. In: ELBERT, Carlos Alberto; BELLOQUI, Laura (orgs.). *Criminología y sistema penal*: Compilación in memoriam. p. 299-333. Buenos Aires: Julio César Faira, 2004. p. 301. Tradução livre do original em espanhol: “[...] el sistema punitivo se presenta como un subsistema funcional de la producción material e ideológica (legitimación) del sistema social global, es decir, de las relaciones de poder y de propiedad existentes, más que como instrumento de tutela de intereses y derechos particulares de los individuos”.

³⁹ BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002.

Estado para controlar a criminalidade”⁴⁰.

A criminalização secundária, aquela que decorre da atuação das agências executiva e judiciária do sistema penal (polícia, justiça), é ainda mais seletiva. Mesmo quando previstos na lei crimes típicos das classes dominantes, ou mesmo quando praticam delitos comuns, dificilmente pessoas que delas fazem parte são criminalizadas.

A constatação da seletividade segundo a desigualdade de classe traz diversas consequências. A principal delas é o descrédito no princípio de igualdade perante a lei. Conforme conclui Andrade, ao invés de assegurar a igualdade e a generalização no exercício da função punitiva, a dogmática penal trouxe para o sistema penal a reprodução da seletividade e da desigualdade percebida na sociedade⁴¹.

Para Baratta, a partir desses achados, três seriam as ordens de questões que deveriam ser trabalhadas no interior de uma Criminologia crítica: 1) as questões relacionadas às condições *materiais* dos processos subjetivos de definição da criminalidade; 2) as questões relacionadas aos efeitos ou às funções da construção social da criminalidade, ou seja, “aos efeitos ou funções que a sua imagem exerce sobre a sociedade”; 3) questões relativas à definição da negatividade social, de um ponto de vista externo ao sistema penal institucional e à imagem da criminalidade no senso comum, definida, pelo autor como o “referente material” das definições da criminalidade⁴².

No que tange à segunda ordem de questões, mais ligada ao tema deste trabalho, é fundamental a comparação que o autor faz com o “teorema de Thomas”: “situações definidas como reais possuem efeitos reais”, querendo significar que, se uma determinada imagem da realidade é afirmada, esta age efetivamente sobre a estrutura ideológica e material da sociedade. Na atual sociedade midiaticizada há uma enorme influência dos processos comunicativos na definição da criminalidade. Sendo assim, “para obter determinados efeitos políticos, para legitimar ou deslegitimar, por exemplo, um sistema político ou um governo, não é necessário

⁴⁰ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. Política criminal: realidades e ilusões do discurso penal. *Discursos sediciosos: crime, direito, sociedade*, ano 7, n. 12, 2º sem. 2002. p. 53-58. p. 53.

⁴¹ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *A ilusão de segurança jurídica*. Do controle da violência à violência do controle penal. 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. p. 311.

⁴² BARATTA, Alessandro. Che cosa è la criminologia critica. In: MATA, Victor Sancha (entrevista a cura di), *Dei delitti e delle pene*: Rivista di studi sociali storici e giuridici sulla questione criminale, n. 1, mar. 1991, Bologna, p. 53-81. p. 59.

influir sobre a realidade, é suficiente agir sobre a sua imagem”⁴³. Uma das características importantes da Criminologia crítica é, portanto de inserir a questão da ideologia penal como momento fundamental da legitimação e reprodução das relações de desigualdade.

O respeito aos direitos humanos é um dos requisitos para a adoção de um modelo de mínima intervenção penal, e, ao mesmo tempo, “para a articulação programática no quadro de uma política alternativa do controle social”⁴⁴. Para criar esse programa, Baratta elencou e desenvolveu na forma de princípios alguns requisitos mínimos de respeito dos direitos humanos na lei penal⁴⁵. Alguns desses princípios se confundem, inclusive, com muitos dos direitos fundamentais protegidos pelas constituições e convenções internacionais de direitos humanos. Isso demonstra que para alcançar um direito penal mínimo, deve-se iniciar pelo respeito à Constituição. Se para a preservação dos direitos humanos é necessário limitar o *jus puniendi*, então o caminho prático, como consequência das teorias acima expostas, é justamente o de contração do sistema penal. Essa é a noção que deverá respaldar a análise das políticas criminais que vêm sendo adotadas nos diferentes países ocidentais: em caminho contrário, percebe-se uma exacerbação dos limites de penas e do alcance do sistema penal na sociedade. Todas as práticas que rompem com a lógica punitiva vêm ao encontro do ideal abolicionista que é o fim para o qual se dirigem os criminólogos críticos.

A Criminologia crítica, como se pode observar, nasce da análise dos sistemas penais dos países centrais. Entretanto, para se estudar uma realidade específica como a latino-americana e ainda mais especificamente, brasileira, torna-se necessário ressaltar algumas questões. A primeira é a de que essa seletividade não se baseia apenas na classe social: a raça é um dos componentes fundamentais, senão o mais importante quando se trata da América Latina. Como é claramente

⁴³ BARATTA, Alessandro. Che cosa è la criminologia critica. In: MATA, Victor Sancha (entrevista a cura di), *Dei delitti e delle pene*: Rivista di studi sociali storici e giuridici sulla questione criminale, n. 1, mar. 1991, Bologna, p. 53-81. p. 63. Tradução livre do original em italiano: “Per ottenere determinati effetti politici, per legittimare o delegittimare, ad esempio, un sistema politico o un governo, non è necessario influire sulla realtà, è sufficiente agire sulla sua immagine”.

⁴⁴ BARATTA, Alessandro. Principios del derecho penal mínimo. In: ELBERT, Carlos Alberto; BELLOQUI, Laura (orgs.). *Criminología y sistema penal*: Compilación in memoriam. p. 299-333. Buenos Aires: Julio César Faira, 2004. p. 304. Tradução livre do original em espanhol: “para su articulación programática en el cuadro de una política alternativa del control social”.

⁴⁵ BARATTA, Alessandro. Principios del derecho penal mínimo. In: ELBERT, Carlos Alberto; BELLOQUI, Laura (orgs.). *Criminología y sistema penal*: Compilación in memoriam. p. 299-333. Buenos Aires: Julio César Faira, 2004.

concretizado na música Haiti, de Caetano Veloso e Gilberto Gil, classe e raça são duas questões que remetem a estruturas específicas, mas que se relacionam, se interligam na exclusão social do cotidiano brasileiro, ainda que de maneiras diferentes. O adolescente “quase branco, quase preto de tão pobre” é aquele que se aproxima do “lugar do negro” na sociedade brasileira, uma sociedade cuja hierarquização social é tão forte quanto naturalizada⁴⁶. Negros e índios, em alguns dos países latino-americanos, formam uma clientela sobrerrepresentada nas prisões e, principalmente, dentre as vítimas dos massacres cotidianos dessa região. Massacres esses que levam Zaffaroni a identificar a operacionalidade real dos sistemas penais latino-americanos como “o genocídio em ato”⁴⁷. Como observa Andrade, a Criminologia crítica latino-americana vem reiterando que a diferença entre o controle penal do centro e o da margem é uma diferença de especificidade (qualitativa) e dose (quantitativa) de violência⁴⁸.

Disso resulta que a deslegitimação teórica do sistema penal realizada pela Criminologia crítica com base na realidade europeia ocorre pelos próprios fatos na realidade latino-americana. Ademais, a origem desses sistemas penais possui uma história um tanto quanto diversa: inicia-se com a colonização, período no qual se torna necessário justificar a opressão sobre os povos originários da América, bem como sobre os africanos, que passam a ser traficados e escravizados. O discurso que possibilitou tal justificativa foi o biológico, baseado nas teorias evolucionistas, explicando qualquer desconformidade das massas exploradas como “demonstração da barbárie ou da selvageria”⁴⁹. Ou seja, as teorias sobre a inferioridade racial foram a base do sistema colonialista, e por isso tal categoria deve ser analisada acuradamente no estudo da realidade latino-americana.

De fato, em sociedades latino-americanas como a brasileira, com uma secular tradição de maus-tratos, tortura e extermínio (crueldade) como tecnologia punitiva e mecanismo de controle social, os corpos, sobretudo de pobres e mestiços, indígenas e negros (antes das tribos, campos e senzalas, e depois das favelas), das marginalizadas e conflituosas periferias urbanas ou zonas rurais, ainda que jovens e até infantis, nunca saíram de cena como objeto da punição. Ainda, quando a pena é declarada pública-estatal, subterraneamente se perpetua a pena privada, por meio do

⁴⁶ BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 78.

⁴⁷ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas: o sistema penal em questão*. Rio de Janeiro: Revan, 1991. p. 123.

⁴⁸ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Pelas mãos da criminologia*. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2012. p. 106.

⁴⁹ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Criminología: Aproximación desde un margen*. Bogotá: Temis, 1993. p. 134. Tradução livre do original em espanhol.

exercício arbitrário de poder, por atores e em espaços privatizados e domesticados, completamente subtraída do controle publicamente declarado⁵⁰.

Em razão das idiossincrasias desta “região marginal”, outros autores também buscaram especificar a análise da operacionalidade dos sistemas penais latino-americanos, como é o caso do próprio Zaffaroni, e seu realismo marginal, de Aniyar de Castro e sua criminologia da libertação, de Bústos Ramírez e sua sociologia do controle penal⁵¹. Diante de tantas diferenças de abordagem a respeito da criminologia neste continente, torna-se fundamental definir o que significa a crítica na criminologia latino americana, tarefa empreendida por Andrade. Como nota a autora, o surgimento da Criminologia crítica, ocorreu em contextos geográficos e temporais bastante marcados, quais sejam, os Estados Unidos, com a criminologia radical; a nova criminologia na Inglaterra e a criminologia crítica na Europa continental, no final da década de 1960 e início da década de 1970. Daí que chegar à América Latina e ao Brasil do século XXI, algumas considerações epistemológicas devem ser feitas.

A proposta de Andrade é a de um criticismo alargado nessa região marginal, que permita abarcar diferentes perspectivas teóricas, mantendo um mínimo comum. Apesar de todos fazerem parte de um mesmo “movimento” criminológico crítico, a sua realização na América Latina adquire o sentido de um movimento de resistência, além daquele já existente nos países centrais de ser um “movimento de transformação do controle penal que não perde de vista, em momento algum, sua conexão política com a transformação social”⁵². A autora nesse ponto faz questão de apontar o caráter instituinte que caracteriza o “criticismo”, de maneira a se perceber que é um movimento em constante desenvolvimento e transformação, declarando-o vivo e não morto. A ideia de que a criminologia crítica estaria morta foi tratada por vários autores, e desmentida por tantos outros, como, por exemplo, na extensa análise de Anitua⁵³.

Assim, em um sentido lato, Criminologia crítica “[...] pode designar toda criminologia desenvolvida com base no paradigma da reação social, inclusive as que

⁵⁰ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Pelas mãos da criminologia*. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2012. p. 107.

⁵¹ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Pelas mãos da criminologia*. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2012.

⁵² ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Pelas mãos da criminologia*. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2012. p. 94.

⁵³ ANITUA, Gabriel Ignacio. *História dos pensamentos criminológicos*. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

não aderiram ao marxismo (“realismo jurídico-penal marginal”, “sociologia do controle penal”)⁵⁴. O caminho para o qual apontam os estudos abarcados nesse conceito é o da contração dos sistemas penais, já que têm construído “[...] um acúmulo argumentativo sobre os riscos de um “mais” controle penal, quando estamos precisamente diante de um “Ornitorrinco” punitivo, metáfora que pode muito bem ilustrar a hibridez do nosso controle penal, amálgama que tem sido de escravismo com capitalismo, de público com privado, de patrimonialismo com universalismo, de liberalismo com autoritarismo”⁵⁵.

Nessa análise, a criança e o adolescente ingressam com suas faces ambigualmente construídas na interação com o sistema penal: vítimas e bandidos; vulneráveis e vulneradores; em perigo e perigosos. A estrutura social desigual historicamente tem provocado uma cisão na infância. De um lado, está a criança inocente romantizada. De outro lado, a criança que, pelo abandono ou por uma natureza má se torna uma ameaça precoce à sociedade⁵⁶. A atuação do sistema penal em relação à infância não deixa de reproduzir tais estereótipos, de maneira que, a despeito do paradigma da proteção integral recentemente adotado no Brasil, a institucionalização seletiva como meio de lidar com a infração ainda seja a escolha preponderante na prática⁵⁷. Este é, talvez, o campo em que imaginação e realidade mais se confundem no senso comum teórico dos juristas: a esquizofrenia é evidente quando se compara os textos de autores de direito da criança e do adolescente e a realidade do sistema de justiça da infância e da juventude.

Assim, é possível afirmar que este trabalho, especificamente voltado à compreensão e crítica do discurso hegemônico sobre o ato infracional e suas consequências políticas no Brasil, insere-se no que Andrade refere como o criticismo latino-americano, o qual, mais do que transferir as teorias produzidas no contexto europeu e norte-americano, produz conhecimento novo, latinizando a Criminologia crítica⁵⁸.

Também é necessário observar que, em razão do marco teórico de que parte

⁵⁴ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Pelas mãos da criminologia*. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2012. p. 95.

⁵⁵ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Pelas mãos da criminologia*. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2012. p. 111.

⁵⁶ MUNCIE, John. *Youth and Crime*. 2nd ed. London: Sage, 2004.

⁵⁷ RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

⁵⁸ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Pelas mãos da criminologia*. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2012. p. 113.

a presente tese, a análise dos meios de comunicação e de sua interação com a sociedade e o sistema penal deve ser complexificada. A mesma base sociológica que originou a criminologia crítica influenciou a perspectiva da notícia como construção social da realidade, abandonando de vez o determinismo contido na teoria da agulha hipodérmica⁵⁹, por vezes ainda defendida em outros campos do conhecimento⁶⁰. Daí que tanto o interacionismo simbólico e a etnometodologia, quanto os estudos culturais tenham provocado uma ruptura de paradigma na Comunicação Social⁶¹ que não pode ser ignorada pelo pesquisador no campo do direito.

Justamente em razão da consciência da complexidade com que se está lidando ao tratar sobre esse tema, foi escolhido um método de pesquisa que permitisse, por um lado, flexibilidade para lidar com os conceitos e com os dados, e, por outro lado, que auxiliasse na construção teórica sem partir de teorias prontas. Isso porque, faz parte já do senso comum dos juristas, especialmente em matéria penal, afirmar, sem margem para dúvidas, que os legisladores são influenciados pela mídia na produção de políticas penais, desconsiderando muitas vezes toda a sorte de variáveis importantes no sucesso de um projeto e no arquivamento de tantos outros.

Em razão disso, a pesquisa desenvolvida foi de tipo qualitativo. Sabendo que o objeto da pesquisa é uma construção e, por isso, é típico da pesquisa qualitativa ser flexível e estar aberta a modificações à medida que ela progride⁶², optou-se por

⁵⁹ Elaborada sob a influência da teoria da sociedade de massas e da psicologia behaviorista, a Teoria hipodérmica tem como objetivo o estudo do comportamento humano com os mesmos métodos de experimentação e observação típicos das ciências naturais e biológicas. Assim, a unidade “estímulo/resposta” exprimiria a relação entre a transmissão da mensagem, pelos veículos de comunicação, e os seus efeitos. “O estímulo, na sua relação com o comportamento, é a condição primária, ou o agente, da resposta”. Nesse sentido, os efeitos da comunicação no indivíduo e na sociedade sequer precisariam ser estudados, pois eram dados por garantidos. A teoria se baseou, sobretudo, no estudo da propaganda nazista, uma maneira inédita de utilização dos meios de comunicação e que produziu de fato efeitos impressionantes. Em resumo, segundo essa teoria, “se uma pessoa é atingida pela propaganda, pode ser controlada, manipulada, induzida a agir”. WOLF, Mario. *Teorie delle comunicazioni di massa*. 22 ed. Milano: Bompiani, 2006. p. 22.

⁶⁰ Sobre a adoção do behaviorismo na análise dos efeitos dos meios de comunicação no campo da psicologia cf. BUDÓ, Marília De Nardin. De fator criminógeno a fator simbólico na construção social da criminalidade: os estudos interdisciplinares sobre mídia, violência e crime. In: *Criminologia e sistemas jurídico-penais contemporâneos*: Anais do II Congresso Internacional de Ciências Criminais. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2011. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/cienciascriminais/edicao2/Marilia_Budo.pdf> Acesso em: 15 mai. 2013.

⁶¹ WOLF, Mario. *Teorie delle comunicazioni di massa*. 22 ed. Milano: Bompiani, 2006.

⁶² PIRES, Álvaro P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, J.; DESLAURIERS, J. P.; GROULX, L. H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A. P.; (org.). A

trabalhar, em alguns pontos, segundo a perspectiva da Teoria fundamentada nos dados. Esse método parte de uma perspectiva epistemológica ampla, segundo a qual “[...] o mundo social não seria dado, como o postula o positivismo, mas seria constantemente *construído* pelos atores sociais”⁶³. Em razão disso, a teorização enraizada “recusa toda construção *a priori* de conceitos ou de hipóteses de pesquisa sobre o fenômeno social pesquisado, sendo estes conceitos e hipóteses construídos e verificados à medida da progressão da pesquisa no campo”⁶⁴. Essa perspectiva vem se opor ao método hipotético-dedutivo de Popper, por se inscrever em uma perspectiva de descoberta, mais do que de verificação⁶⁵. Se, por um lado, é extremamente difícil afirmar que este é um trabalho de tipo indutivo, pois em vários pontos está clara a utilização da dedução, predomina a construção de hipóteses, mais do que a verificação de hipóteses, especialmente na análise de discurso. Essa também é uma característica da teoria fundamentada: ela é anárquica, não trabalha com uma hipótese mestra de trabalho, mesmo havendo um marco teórico a partir do qual o problema de pesquisa é definido e com o qual os resultados da pesquisa empírica irão dialogar.

O trabalho se divide em duas partes, as quais se subdividem em quatro capítulos cada. A primeira parte trata sobre a percepção social da criança e do adolescente no direito brasileiro, primeiramente através de uma revisão bibliográfica, tendente a compreender as transformações legais que culminaram no Estatuto da Criança e do Adolescente (1). Em seguida, traz os resultados da análise quanti-qualitativa das propostas intencionadas a modificar o Estatuto da Criança e do Adolescente entre os anos de 2003 e 2012, com especial foco para as políticas penais (2). O terceiro capítulo traz a primeira parte da análise crítica do discurso das justificativas dos projetos de lei destinados à infracionalização de adolescentes, a

pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 154-211.

⁶³ LAPERRIÈRE, Anne. A teorização enraizada (*grounded theory*): procedimento analítico e comparação com outras abordagens similares. In: POUPART, J.; DESLAURIERS, J. P.; GROULX, L. H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A. P.; (org.). *A pesquisa qualitativa*: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 353-385. p. 355.

⁶⁴ LAPERRIÈRE, Anne. A teorização enraizada (*grounded theory*): procedimento analítico e comparação com outras abordagens similares. In: POUPART, J.; DESLAURIERS, J. P.; GROULX, L. H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A. P.; (org.). *A pesquisa qualitativa*: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 353-385. p. 355.

⁶⁵ LAPERRIÈRE, Anne. A teorização enraizada (*grounded theory*): procedimento analítico e comparação com outras abordagens similares. In: POUPART, J.; DESLAURIERS, J. P.; GROULX, L. H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A. P.; (org.). *A pesquisa qualitativa*: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 353-385. p. 357.

partir das macrocategorias “situação problemática” e “origem do mal”, buscando identificar quais são as representações sociais a respeito do contexto que provoca a necessidade de mudança da lei, bem como das causas dos problemas ligados ao ato infracional (3). O último capítulo da primeira parte finaliza a análise de discurso das justificativas dos projetos de lei, a partir da macrocategoria “solução salvadora”, com a análise dos tipos de solução propostas nos projetos relacionados à representação do adolescente infracionalizado (4).

A segunda parte insere o trabalho no contexto da sociedade midiaticizada em que o ato infracional surge como situação problemática a ser tratada social e politicamente. Inicia-se com uma revisão bibliográfica onde consta o estado da arte das pesquisas na interseção mídia, juventude e sistema penal (1). A seguir, parte-se para os resultados da análise de conteúdo do jornal Folha de S. Paulo, para identificar a representação social exposta por este jornal a respeito do adolescente infracionalizado, do ato infracional e das medidas socioeducativas (2). O objetivo final dessa análise será o de compreender de que maneira essas representações sociais, contextualizadas no tempo e no espaço, relacionam-se com o discurso político, nas dimensões cognitiva e político-criminal (3). O último capítulo desta tese busca propor, a partir de uma base teórica gramsciana, possibilidades de ação na mudança do senso comum sobre o crime/ ato infracional, o criminalizado /infracionalizado e a punição/ medida (4). O objetivo final e mais profundo do trabalho é o de buscar, através da percepção de que o discurso constitui as práticas, demonstrar a importância de transformação da palavra. Sem essa transformação, tampouco as práticas violentas de que se revestem os sistemas penais poderão se modificar.

PARTE I – O SABER HEGEMÔNICO SOBRE O ADOLESCENTE E O ATO INFRACIONAL

Since childhood was institutionalised, since children were conceptually 'born', adult ambivalence has prevailed. Childhood is conceived as an ambiguous state, and children (at least some children) are variously understood as 'victims' who need protection, nurturing and care, or 'threats' who require correction, discipline and control⁶⁶.

Compreender a maneira como o direito e a mídia tratam a criança e o adolescente é uma tarefa quase impossível sem que se conheça as bases da construção do saber jurídico sobre esses sujeitos quase invisíveis no Brasil. Em razão disso, o primeiro capítulo desta parte pretende introduzir as políticas sobre a criança e o adolescente que orbitaram em torno das percepções sociais sobre esses sujeitos, e o seu léxico característico. No segundo capítulo, apresenta-se os resultados da pesquisa quantitativa que traz um panorama dos projetos de lei buscando alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente nos últimos dez anos. No terceiro e quarto capítulos são apresentados os resultados da análise de discurso das justificativas dos projetos de lei infracionalizadores propostos pelos deputados federais entre 2003 e 2012.

1 EM PERIGO OU PERIGOSA? GÊNESE DO SABER SOBRE A CRIANÇA NO BRASIL

A construção social da infância e da adolescência no Brasil é explorada neste capítulo, desde o período imperial até o aparecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 (1.1). A seguir, estuda-se especificamente o tema do ato infracional e da resposta estatal a ele no Estatuto e na realidade social (1.2).

1.1 O surgimento do *menor* e o controle de crianças e adolescentes do Império à República

Segundo consta na documentação oficial brasileira, a menção à criança e ao

⁶⁶ GOLDSOON, Barry. Children, Crime and the State. In: GOLDSOON, Barry; LAVALETTE, Michael; McKECHNIE, Jim (Eds.). *Children, Welfare and the State*. London: Sage, 2002. p. 120-135. p. 134.

adolescente foi absolutamente marginal até meados do século XIX⁶⁷. As primeiras regulamentações sobre esses sujeitos reconheceram-nos a partir da delinquência juvenil. Essa realidade brasileira não é única: em toda a América Latina, bem como na Europa e nos Estados Unidos a preocupação com as especificidades da criança, seja em caso de maus-tratos, seja em relação à delinquência juvenil, somente surge no final do século XIX e na virada do século XX⁶⁸.

Justamente por isso, identifica-se o Código Criminal do Império, de 1830, e, portanto pós-independência do Brasil, como a legislação que inaugura a chamada doutrina do Direito Penal do Menor⁶⁹. Mesmo em termos de vocabulário, as crianças até o final do século XVIII ainda eram tratadas, nos documentos, por “meúdos”, “ingênuos”, “infantes”⁷⁰. O início do período imperial, acompanhando a tendência de descoberta da infância ocorrida na Europa, trouxe para o vocabulário novas expressões, como “creança, adolescente e menino”⁷¹.

Esta seção busca fazer uma análise da representação social da criança e do adolescente ao longo das legislações brasileiras. Divide-se em quatro subseções, tratando a primeira sobre a criança no Código criminal do Império (1.1.1), a visão republicana e positivista da infância (1.1.2), a doutrina da situação irregular no contexto da segurança nacional (1.1.3) e, por fim, a abertura política e o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (1.1.4).

1.1.1 O Código criminal do Império e o adulto em miniatura

No Brasil do início do século XIX, ainda nos primeiros anos da independência, é o código criminal que se preocupa com a criança, aquela que pratica infrações penais. Apesar de nascer sob a égide de uma Constituição inspirada naquela francesa revolucionária e, portanto, portadora dos princípios do iluminismo e do liberalismo, o referido Código é também tributário de um determinado contexto socioeconômico: o da escravidão, do latifúndio e da pena de morte. Se, por um lado,

⁶⁷ CUSTÓDIO, André Viana; VERONESE, Josiane Rose Petry. *Crianças esquecidas: o trabalho infantil doméstico no Brasil*. Curitiba: Multidéia, 2009. p. 23.

⁶⁸ GARCÍA MENDEZ, Emilio; COSTA, Antonio Carlos Gomes. *Das necessidades aos direitos*. São Paulo: Malheiros, 1994.

⁶⁹ VIEIRA, Cleverton Elias; VERONESE, Josiane Rose Petry. *Limites na educação*. Florianópolis: OAB/SC, 2006. p. 20.

⁷⁰ DEL PRIORE, Mary. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 84-107. p. 84.

⁷¹ MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 137-176. p. 140.

a Constituição proibia as penas cruéis, o Código criminal cominava açoites aos escravos⁷², simbolizando aí a contradição entre liberalismo e escravismo⁷³. Como nota Dieter, os traços “iluminista-humanitários” dessa legislação serviam apenas “para disfarçar um sistema brutal de exploração da força de trabalho”⁷⁴.

O mesmo código adotou a idade de quatorze anos para a imputabilidade penal, limite este que não abrangia as crianças escravas, as quais sequer eram consideradas seres humanos e contra quem imperavam os castigos privados⁷⁵. Como nota Dieter, o código criminal do império declara serem os escravos seres humanos, ainda que contrariamente à legislação civil. Essa mudança de status, contudo, serviu apenas para permitir que o escravo fosse sempre considerado um imputável⁷⁶. Em relação à menoridade, houve enorme divergência sobre se o limite de 14 anos seria aplicável ao escravo, chegando-se, apenas em 1852 ao Aviso n. 190 que dirimia o conflito: tornavam-se inimputáveis os escravos menores⁷⁷.

A adoção da idade de 14 anos para a responsabilidade penal foi objeto de críticas por Tobias Barretto, importante jurista da época que se debruçou sobre o tema. Para ele, não há qualquer explicação para esta escolha, especialmente se considerado o contexto brasileiro de poucas possibilidades de estudo e, portanto, de amadurecimento tardio das crianças⁷⁸. Mesmo o *Code Pénal* francês, que serviu de base para grande parte do código criminal do império, instituía a idade de dezesseis anos para a maioridade penal⁷⁹.

⁷² “Art. 60. Se o réo fôr escravo, e incorrer em pena, que não seja a capital, ou de galés, será condenado na de açoites, e depois de os soffrer, será entregue a seu senhor, que se obrigará a trazê-lo com um ferro, pelo tempo, e maneira que o Juiz designar. O numero de açoites será fixado na sentença; e o escravo não poderá levar por dia mais de cincoenta”. BRASIL. *Código Criminal do Império do Brasil*. 16 de dezembro de 1830. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm> Acesso em: 23 ago. 2012.

⁷³ ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BÁTISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. *Direito penal brasileiro*. v. I. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

⁷⁴ DIETER, Maurício Stegemann. Sistema econômico e tutela penal do escravo no Brasil imperial, *Discursos Sediciosos: crime, direito, sociedade*, Rio de Janeiro, ano 17, n. 19-20, 1º e 2º sem. 2012. p. 613-648. p. 617.

⁷⁵ GÓES, José Roberto de; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 177-191.

⁷⁶ DIETER, Maurício Stegemann. Sistema econômico e tutela penal do escravo no Brasil imperial, *Discursos Sediciosos: crime, direito, sociedade*, Rio de Janeiro, ano 17, n. 19-20, 1º e 2º sem. 2012. p. 613-648.

⁷⁷ DIETER, Maurício Stegemann. Sistema econômico e tutela penal do escravo no Brasil imperial, *Discursos Sediciosos: crime, direito, sociedade*, Rio de Janeiro, ano 17, n. 19-20, 1º e 2º sem. 2012. p. 613-648.

⁷⁸ BARRETTO, Tobias. *Menores e loucos em direito criminal e fundamento do direito de punir*. Obras Completas v. V. 2 ed. Recife: Estado de Sergipe, 1923.

⁷⁹ Como observa Tobias Barretto, a previsão do *Code* de que o menor pudesse ser entregue à sua família e não sofrer uma punição estatal tampouco foi copiada no Brasil. Isso demonstra que o

Se a influência francesa não esteve presente na definição da idade penal aos 16 anos foi, contudo, fundamental na introdução de um subterfúgio até hoje requisitado para a flexibilização dos critérios de responsabilização de *menores*, que pode ser lido no art. 13: “Se se provar que os menores de quatorze annos, que tiverem commettido crimes, obraram com discernimento, deverão ser recolhidos ás casas de correção, pelo tempo que ao Juiz parecer, com tanto que o recolhimento não exceda á idade de dezasete annos”⁸⁰. Assim, além de adotar a tenra idade de catorze anos para a imputabilidade penal, o código ainda possibilitou a relativização dessa idade através do ambíguo conceito de *discernimento*⁸¹.

As expressões utilizadas no Código Criminal do Império para designar esse grupo social não eram específicas: a palavra *menor* não era utilizada como substantivo, vindo sempre acompanhada de uma idade de referência, como também o fora no período colonial. Assim, *menor de catorze annos* era o sujeito inimputável, a quem “não se julgarão criminosos”, desde que não obrassem com discernimento (art. 10, 1º); *delinquente menor de vinte e um annos* era o autor de crime que tinha direito a uma circunstância atenuante (art. 18, 10º) e a quem nunca poderia ser imposta a pena de galés (art. 45, 2º)⁸². Essa terminologia demonstra por si só o critério determinante para a intervenção do Estado sobre os jovens: não a sua situação social, moral, familiar ou econômica, mas sim, meramente, a prática de ato definido como crime e a idade, uma perspectiva liberal e individualista.

legislador brasileiro somente acolheu do *Code Pénal* o que de mais grave se apresentava: a relativização da idade penal. BARRETTO, Tobias. *Menores e loucos em direito criminal e fundamento do direito de punir*. Obras Completas v. V. 2 ed. Recife: Estado de Sergipe, 1923. Interessante notar a sua lucidez a respeito do tema ao tratar sobre essa questão do discernimento há mais de um século atrás: “Porquanto os males, que sem duvida resultam de taxar-se, por meio da lei, uma especie de maioridade em materia criminal, são altamente sobrepujados pelos que resultariam do facto de entregar-se ao criterio de espiritos ignorantes e caprichosos a delicada apreciação da má fé pueril. Em todo caso, antes correr o risco de ver passar impune, por força da lei, quando commetta algum crime, o gymnasiasta de treze annos, que já fez os seus versinhos e sustenta o seu namorico, do que se expôr ao perigo de ver juizes estupidos e malvados condemnarem uma creança de dez annos, que tenha porventura feito uma arte, segundo a frase de familia, e isso tão somente para dar pasto a uma vingança”. *ibid.* p. 15.

⁸⁰ BRASIL. *Código Criminal do Imperio do Brazil*. 16 de dezembro de 1830. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm> Acesso em: 23 ago. 2012.

⁸¹ Como será visto nos próximos capítulos, o debate atual a respeito da redução da maioridade penal no Brasil gira em torno da questão do discernimento, a ponto de a Proposta de Emenda Constitucional nº 20 que tramita no Senado Federal, buscar a redução para 16 anos somente em casos em que uma comissão de psiquiatras atestasse o discernimento no momento da prática do ato. As propostas tendentes a aumentar o prazo de internação de adolescentes, agora no direito infracional, também buscam se justificar através da questão do discernimento, além do argumento de a necessidade de “recuperação” dos adolescentes por vezes exigir um prazo mais longo.

⁸² BRASIL. *Código Criminal do Imperio do Brazil*. 16 de dezembro de 1830. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm> Acesso em: 23 ago. 2012.

O Direito Penal do Menor aí nascente evidenciava o fato de que o início do século XIX no Brasil teve a característica de trabalhar com a questão da infância de maneira repressiva. A assistência aos pobres e abandonados era realizada principalmente pelo setor privado, que costumava manter orfanatos, casas de correção, entre outras instituições filantrópicas.

Na segunda metade do século XIX, relata-se uma mudança nessa característica inicial: a perspectiva positivista que sustentou ideologicamente a proclamação da República também foi responsável por uma maior preocupação assistencial dirigida a vários grupos sociais, dentre eles, os jovens. “O civilismo cristão vem acompanhado da medicina social e do racionalismo das leis para justificar a reclusão e a disciplina do trabalho como formas de adaptação à vida em sociedade”⁸³. Simultaneamente, os postulados iluministas começam a ser deixados de lado, junto com seu viés individualista na conquista de direitos de liberdade e de sua visão a respeito do livre-arbítrio. As consequências desse viés teórico e ideológico positivista na área penal, especialmente na área da infância e juventude repercutirão durante todo o século XX no Brasil.

1.1.2 O surgimento do binômio abandono-infração no Brasil republicano

As mudanças políticas e a necessária separação entre Estado e Igreja propiciaram a assunção pelo Estado de atividades que antes não eram tradicionalmente de sua competência. O interesse do Estado pelos menores de idade se amplia e faz com que essa designação se estenda de uma mera categoria jurídica a um caráter eminentemente social e político⁸⁴. É nesse contexto que nasce o *paradigma menorista* e a categoria *menor*: agora não mais um adjetivo comparativo, mas um substantivo de significado equívoco, e paulatinamente enraizado na sociedade brasileira. Como observa Londoño, no final do século XIX e no início do século XX, a palavra *menor* já fazia parte do vocabulário Judicial da República, e também dos jornais⁸⁵.

⁸³ LONGO, Isis S. Da legislação menorista ao ECA: mudanças e permanências nos discursos e imaginário sobre a conduta infanto-juvenil. Anais do Seminário Educação 2009. 17ª edição. *Políticas educacionais: cenários e projetos sociais*. Disponível em: <<http://www.ie.ufmt.br/semiedu2009/gts/gt8/ComunicacaoOral/ISIS%20SOUSA%20LONGO.pdf>> Acesso em 29 ago. 2012.

⁸⁴ RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004. p. 22.

⁸⁵ LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito menor. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991. p. 129-145.

O Brasil é, nesse momento, influenciado também pelo que ocorre em outras partes do mundo. Partindo de um movimento geral dirigido à remoção de adolescentes do processo criminal adulto, bem como à criação de programas especiais para crianças delinquentes, dependentes e abandonadas, em 1899 foi criada a primeira Corte Juvenil oficial nos Estados Unidos⁸⁶. É o período das reformas, embasadas, sobretudo, na criminologia positivista, na etiologia do crime e no determinismo. Em termos ideológicos, a criminologia positivista dá origem à ideia da defesa social e então, a partir desse momento, o agir sobre a chamada infância “desvalida” passou a ser compreendido como uma forma de evitar a transformação – dada por garantida – da criança abandonada na criança delinquente.

Esse determinismo teórico legitimava o deslocamento da reprovação de condutas cometidas pelo sujeito no passado – base da legitimidade da aplicação de sanções no direito penal clássico – “a uma reprovação – com base em um diagnóstico pseudocientífico – ao que no futuro possa chegar a fazer a criança ou o adolescente”⁸⁷. A previsão do futuro é, assim, realizada em conjunto: “através de ferramentas como os exames de discernimento se busca detectar o grau de ‘enfermidade’ de que padece o sujeito e com base nisso o juiz – que melhor atuaria aqui como um médico – receita o remédio adequado a cada situação”⁸⁸.

As consequências jurídicas do processo de reforma que decorre dessa nova compreensão a respeito da delinquência juvenil podem ser resumidas, para García Mendez, em dois aspectos fundamentais: o aumento da idade da responsabilidade penal para afastar completamente as crianças do sistema penal dos adultos e a imposição de sanções específicas para as crianças “delinquentes”⁸⁹.

⁸⁶ PLATT, Anthony. *The child savers: the invention of delinquency*. London: Rutgers University, 2009.

⁸⁷ CORTÉS MORALES, Julio. A 100 años de la creación del primer Tribunal de Menores y 10 años de la Convención Internacional de los Derechos del Niño: el desafío pendiente. In: UNICEF. *Justicia y derechos del niño*, n. 9. Santiago, Chile: 2007. p. 143-158. p. 146. Tradução livre do original em espanhol: “[...] a un reproche –con base en un diagnóstico seudocientífico– a lo que en el futuro pueda llegar a hacer el niño o adolescente”.

⁸⁸ CORTÉS MORALES, Julio. A 100 años de la creación del primer Tribunal de Menores y 10 años de la Convención Internacional de los Derechos del Niño: el desafío pendiente. In: UNICEF. *Justicia y derechos del niño*, n. 9. Santiago, Chile: 2007. p. 143-158. p. 146. Tradução livre do original em espanhol: “A través de herramientas como los exámenes de discernimiento se intenta detectar el grado de “enfermedad” de que adolece el sujeto y en base a eso el juez –que más bien actuaría aquí como un médico– receta el remedio adecuado para cada situación”.

⁸⁹ GARCÍA MENDEZ, Emilio; COSTA, Antonio Carlos Gomes. *Das necessidades aos direitos*. São Paulo: Malheiros, 1994. Ao tratar sobre as reformas penais ocorridas nos Estados Unidos nesse período Platt observa que o plano dos reformatórios a partir do final do século XIX incorporava os seguintes princípios: 1) Jovens infratores devem ser segregados das influências corruptoras dos criminosos adultos. 2) Os “delinquentes” precisam ser removidos dos seus ambientes e aprisionados para o seu próprio bem e proteção. 3) Os “delinquentes” devem ser enviados aos reformatórios sem

É importante deixar claro que essas iniciativas emergentes no mesmo período histórico em várias partes do mundo provêm de uma origem teórica mais ou menos comum: o positivismo cientificista. É o pensamento de uma época que vem marcar as práticas que acabam sendo simbolizadas na institucionalização de *menores*. A coincidência de pensamentos não provém apenas, porém, de uma base teórica comum, mas também da organização política dos mentores dessa visão sobre a infância, que levou à realização de congressos na Europa onde compareceram importantes representações de Estado, de maneira a formular coletivamente e de forma sistemática e moralista os temas que ecoam até os dias atuais sobre o *menor-abandonado-delinquente*⁹⁰.

Essa influência europeia pode ser vista na análise de Goldson sobre a criação das Cortes Juvenis na Inglaterra, que serviram como um dos modelos para o juizado de menores no Brasil. O autor observa que essas cortes surgiram tanto com jurisdição civil – para lidar com as crianças necessitadas – quanto criminal – para lidar com a recém-delimitada categoria do *juvenile offender*⁹¹. Essas duas abordagens das cortes correspondem a dois discursos diferentes sobre a infância, definidos por Rogers como um discurso assistencial e um discurso do controle, o primeiro baseado na concepção da criança como naturalmente boa; o segundo, baseado na criança que não possui autocontrole e precisa ser regulada. Ambos, porém, possuem algo em comum: defendem fundamentalmente “o melhor interesse

juízo e com mínimos requisitos legais. O devido processo não é requerido porque os reformatórios têm o objetivo de reformar e não de punir. 4) As sentenças devem ser indeterminadas, de modo que os internos são encorajados a cooperar na sua própria reforma e impedir que “delinquentes” recalcitrantes retomem suas carreiras criminosas. 5) Reforma não pode ser confundida com sentimentalismo. A punição é necessária somente quando é para o bem da pessoa punida e somente quando outros métodos foram exauridos. 6) Os internos devem ser protegidos da ociosidade e indulgência através de treinamento militar, exercícios físicos e supervisão constante. 7) Os reformatórios devem ser construídos em áreas rurais e projetados de acordo com um plano rural. 8) Trabalho, educação e religião constituem o programa essencial de reforma. 9) Os valores da sobriedade, parcimônia, prudência, ambição “realista” e ajustamento devem ser ensinados. PLATT, Anthony. *The child savers: the invention of delinquency*. London: Rutgers University, 2009. p. 54. É interessante notar o quanto eles continuam na fala dos políticos e mesmo no discurso generalizado sobre o ato infracional, especialmente no que se refere ao isolamento e do valor do trabalho.

⁹⁰ GARCÍA MENDEZ, Emilio; COSTA, Antonio Carlos Gomes. *Das necessidades aos direitos*. São Paulo: Malheiros, 1994. p. 35. O “Primeiro Congresso Internacional de Tribunais de Menores” realizado em Paris, entre 29 de junho e 1 de julho de 1911, relatado em seus principais termos por García Méndez é considerado por este autor um marco essencial na história dessa reforma empreendida em diferentes países no início do século XX no tratamento da infância.

⁹¹ GOLDSOON, Barry. Children, Crime and the State. In: GOLDSOON, Barry; LAVALETTE, Michael; McKECHNIE, Jim (Eds.). *Children, Welfare and the State*. London: Sage, 2002. p. 120-135. p. 123.

da criança”, discordando, evidentemente, do que isso significa⁹².

A especificidade latino-americana na introdução do projeto reformador, contudo, vem marcada pelo abismo entre teoria e prática, a começar pela possibilidade de cumprimento de medida nos mesmos locais em que os adultos cumpriam pena, ainda que declarada como situação excepcional⁹³.

No contexto dessa matriz teórica, empregada claramente na prática da institucionalização de crianças, acaba se legitimando a ideia de que a pobreza gera criminalidade, e um novo tipo de infância e adolescência é então criado: o da menoridade. “A categoria ‘menor’ é construída então para designar a criança objeto da Justiça e da Assistência, tornando-se o alvo das políticas de internação”⁹⁴. Normalmente, a institucionalização vinha servindo – e ainda vem –, sob pretextos educacionais, à assistência e, sobretudo, ao controle social dessa população que começava a ser cada vez mais representada como perigosa. Se, por um lado, a infância deixa de ser secundária para ocupar um espaço fundamental no discurso daqueles que pensam o futuro do país, e, portanto, passa a simbolizar a esperança, por outro lado também nessa época sua inocência é posta em dúvida⁹⁵ e a preocupação com a educação e o afastamento do caminho da criminalidade se torna fundamental na política estatal⁹⁶. Trata-se de uma perspectiva sobre a criança que traz à tona a sua “incapacidade e debilidade”⁹⁷.

“Ordem e progresso” eram postulados que não combinavam com a desordem provocada pelos imigrantes anarquistas ou com crianças “vadias” a baterem carteiras pelas ruas. Nas estatísticas de criminalização do início do século, tem-se o dado de que, entre 1900 e 1916, as prisões de menores corresponderam a cerca de 47% do total, sendo motivadas, em sua maior parte, por desordens, vadiagem,

⁹² ROGERS, Wendy Stainton. Constructing Childhood, Constructing Child Concern. In: FOLEY, Pam; ROCHE, Jeremy; TUCKER, Stanley (eds.) *Children in society: Contemporary Theory, Policy and Practice*. Milton Keynes: Open University, 2001. p. 26-33.

⁹³ GARCÍA MÉNDEZ, Emilio; COSTA, Antonio Carlos Gomes. *Das necessidades aos direitos*. São Paulo: Malheiros, 1994. p. 37.

⁹⁴ RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004. p. 68.

⁹⁵ A teoria do delinquente nato, desenvolvida por Lombroso permitiu que o germe do criminoso fosse percebido nas condutas mais corriqueiras das crianças, indicando serem já futuros problemas sociais. Em seu famoso “O homem delinquente”, um capítulo é destinado à “demência moral e os delitos entre as crianças”, onde constam elementos como a cólera, a vingança, o ciúme, as mentiras etc. LOMBROSO, Cesare. *O homem delinquente*. Tradução de Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone, 2007. p. 59.

⁹⁶ RIZZINI, Irene. *O século perdido: Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. 2 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2008. p. 26.

⁹⁷ GARCÍA MÉNDEZ, Emilio; COSTA, Antonio Carlos Gomes. *Das necessidades aos direitos*. São Paulo: Malheiros, 1994.

mendicância e “gatunagem”⁹⁸, crimes que, com o auxílio dos jornais, geravam o pânico dos transeuntes. A visão positivista foi coerente, ao estabelecer no Código Penal de 1890 o antídoto para essas desordens: o desenvolvimento da disciplina através da internação em estabelecimentos industriais. Essa era a pena atribuída àqueles menores de catorze anos e maiores de nove que agissem com discernimento⁹⁹, expressão sem conteúdo preestabelecido que acabava por ser o mote de grande parte dos debates judiciais e doutrinários.

É evidente na história uma diferenciação essencial para compreender o status da infância nesse período: o foco desse sistema assistencial, assim como o do repressivo sempre foi voltado para os mesmos grupos sociais, aqueles das classes sociais baixas e os negros. Como observa Rizzini, na análise da literatura histórica, em diferentes fontes consultadas a respeito da criança, o que mais aparece é a preocupação com os estratos empobrecidos da população, seja em razão de sua orfandade, abandono, ou exposição, seja em função da libertinagem, vício ou delinquência¹⁰⁰.

Por isso, a importância da compreensão da categoria *menor* em sua especificidade: ela não teve o papel de designar todas as crianças menores de idade, mas apenas aquelas que eram o foco do controle estatal. “O menor não era, pois o filho ‘de família’ sujeito à autoridade paterna, ou mesmo o órfão devidamente tutelado e sim a criança ou o adolescente abandonado tanto material como moralmente”¹⁰¹.

Na década de 1920 surge o “Serviço de Assistência e Protecção à Infancia Abandonada e aos Delinqüentes”. Em 1921, por força da Lei nº 4242 a maioria penal passa para catorze anos, devendo os menores entre catorze e dezoito responder a processo especial. Em 1927, é publicado o Código de Menores – também conhecido como código Mello Mattos –, uma consolidação das leis que tratavam sobre a assistência. Esse código, não obstante manifestar um viés educacional, e a intenção de propiciar o bem-estar dos chamados menores, é

⁹⁸ SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Criança e criminalidade no início do século. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 210-230.

⁹⁹ BRASIL. *Decreto n. 847 de 11 de outubro de 1890*. Promulga o Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943Aimpressao.htm> Acesso em: 24 ago. 2012.

¹⁰⁰ RIZZINI, Irene. *O século perdido: Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. 2 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2008. p. 45.

¹⁰¹ LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito menor. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991. p. 129-145. p. 135.

bastante claro, em seu art. 1º, sobre qual é o seu objeto e o seu fim: “o menor, de um ou outro sexo, *abandonado* ou *delinquente*, que tiver menos de 18 annos de idade, será submettido pela autoridade competente ás medidas de assistencia e protecção contidas nesteCodigo”¹⁰². Se até então a situação da criança abandonada e pobre poderia ser lida segundo uma perspectiva benevolente da sociedade, nesse momento altera-se essa percepção.

O Código de Menores não era, portanto, destinado a todas as pessoas consideradas menores de idade segundo as leis civil e penal. Era direcionado especificamente a um grupo especial delas, designados pelas seguintes expressões: crianças de primeira idade (art. 2º), infantes expostos (art. 14), menores abandonados (art. 26), menores vadios (art. 28), menores mendigos (art. 29), menores libertinos (art. 30), menores delinquentes (art. 68), capoeiras (art. 78). O objetivo declarado de *proteger* esses meninos e meninas traía-se, contudo, pela linguagem: enquanto a palavra “protecção” aparece 22 vezes na mencionada lei, a palavra “vigilancia” é encontrada 32 vezes, sendo esta inclusive o foco de um de seus capítulos, ao contrário daquela¹⁰³. Sua função real, portanto, era evidentemente o *controle*¹⁰⁴.

Apesar de a lei prever estabelecimentos próprios para menores, estes poderiam ser submetidos à privação de liberdade em prisão comum, porém separados dos adultos. Se o crime fosse considerado grave, o menor seria remetido a estabelecimento para condenados de menor idade, ou prisão comum até que se

¹⁰² BRASIL. *Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927*. Consolida as leis de assistencia e protecção a menores. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>> Acesso em: 24 ago. 2012.

¹⁰³ BRASIL. *Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927*. Consolida as leis de assistencia e protecção a menores. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/19101929/D17943Aimpressao.htm> Acesso em: 24 ago. 2012. Optou-se por manter a grafia da época.

¹⁰⁴ Os menores de catorze annos eram considerados inimputáveis, não podendo ser processados por crimes. Porém, caso se tratassem de *abandonados*, *pervertidos* ou em risco de o serem, poderia o juiz providenciar sua internação em asilos, casas de educação, escolas de preservação ou confiar sua educação a pessoa idônea. Os jovens maiores de catorze annos e menores de dezoito annos que praticassem crimes eram submetidos a processo especial, e caso não fossem abandonados ou perversos e não precisassem de tratamento mental, eram submetidos à internação em casa de correção por um a cinco annos. Caso fossem abandonados ou perversos o prazo de internação era de três a sete annos. Essas mudanças, que passaram a impedir que crianças fossem processadas e julgadas segundo os postulados do sistema adulto, tiveram também o objetivo de aumentar a idade da inimputabilidade de maneira a angariar mais clientes da “protecção” estatal, completamente despojada das garantias formais do processo penal. GARCÍA MENDEZ, Emilio; COSTA, Antonio Carlos Gomes. *Das necessidades aos direitos*. São Paulo: Malheiros, 1994.

verificasse sua regeneração, sem ultrapassar a duração máxima legal da pena¹⁰⁵. É interessante notar que o Código de Menores está imbuído do ideal correcionalista, justamente em um período em que a urbanização e o início da industrialização no país necessitam da produção de operários disciplinados, além, é claro, dos ideais positivistas de ordem e progresso que na década de 1920 ainda repercutem.

Ainda, o Código de Menores previa que outros saberes que não o jurídico estivessem presentes no juízo de menores: a lei destina um artigo para determinar o papel que deveria exercer o médico psiquiatra no juízo de menores, demonstrando “a inter-relação entre as práticas médicas e jurídicas na definição do menor como um objeto institucional”¹⁰⁶. O discurso médico, fundamental na ideia do tratamento e cura do delinquente, é atravessado pelos saberes psicológico e antropológico. As correntes psicológicas da antropologia criminal e seus estudos direcionados aos grupos segregados, sempre provenientes da pobreza, ainda que com as melhores intenções declaradas, ergueram, segundo García Mendez “a obra mais gigantesca de negação e mistificação dos profundos conflitos estruturais, que as sociedades latino-americanas atravessam”¹⁰⁷. A consolidação da categoria *menor* nesse momento, a despeito do discurso declarado de assistência e proteção, tem por função real a negação da infância e da juventude: ela cria “uma categoria de jovem que, todavia, não possui o mesmo status que indivíduos da mesma faixa etária originários, porém, de outra classe e/ou população étnico-racial”¹⁰⁸.

A categoria *menor abandonado* surge como o primeiro elemento discursivo para justificar a atuação estatal perante a criança. A criança encontrada pelas ruas vivia uma situação de risco para si, mas, sobretudo, representava um risco à sociedade, seja em razão dos pequenos delitos ligados à sobrevivência, seja pela depravação que horrorizava os moralistas de plantão.

A rua da cidade com seus espaços múltiplos, onde andam pessoas

¹⁰⁵ BRASIL. *Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927*. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/19101929/D17943Aimpressao.htm> Acesso em: 24 ago. 2012. Optou-se por manter a grafia da época.

¹⁰⁶ LONGO, Isis S. Da legislação menorista ao ECA: mudanças e permanências nos discursos e imaginário sobre a conduta infanto-juvenil. Anais do Seminário Educação 2009. 17ª edição. *Políticas educacionais: cenários e projetos sociais*. Disponível em: <<http://www.ie.ufmt.br/semiedu2009/gts/gt8/ComunicacaoOral/ISIS%20SOUSA%20LONGO.pdf>> Acesso em 29 ago. 2012.

¹⁰⁷ GARCÍA MENDEZ, Emilio; COSTA, Antonio Carlos Gomes. *Das necessidades aos direitos*. São Paulo: Malheiros, 1994. p. 29.

¹⁰⁸ MORAES, Pedro Bodê de; PESCAROLO, Joyce Kelly. Quem tem medo dos jovens? *Não-violência*. Disponível em: <<http://www.naoviolenca.org.br/pdf/quemtemedodosjovens.pdf>> Acesso em 25 jul. 2012.

desconhecidas, com seus becos e cortiços onde os pobres se amontoam e se escondem, é escolhida pelo discurso normalizador como o lugar onde se evidenciam as marcas de uma modernidade que para alguns não deixa de ser incômoda¹⁰⁹.

Não é por acaso que o *abandono* não é apenas aquele material, no qual a criança é desprovida do amparo dos pais, mas também o *abandono moral*, ligado aos hábitos viciosos dos pais¹¹⁰. Os juristas da época, apoiados no recente positivismo criminológico, eram incansáveis ao sustentar que o abandono moral era a gênese do crime.

O conceito de “abandono material ou moral”, constitui um dos exemplos mais representativos dos pressupostos sobre os quais descansa o (não) direito de menores. Se trata em realidade, de uma hipótese vazia de conteúdo destinada a se concretizar casuística e discricionariamente com os preconceitos dos detentores do poder de decisão (o juiz de menores neste caso). Na realidade, um menor em “abandono material ou moral” é aquele definido como tal. Sobre esta definição que não reflete nenhuma essência, senão que a cria, se legitima qualquer intervenção coativa, que definitivamente permitirá alterar de forma definitiva a condição jurídica e material da infância pobre¹¹¹.

A problemática do abandono serve nesse momento, de um lado, para legitimar a intervenção e institucionalização de crianças por parte do Estado, pois evidencia a questão da incapacidade dos pais, especialmente pertencentes aos grupos sociais mais pobres, de criar os filhos e os culpabiliza pela situação de carência a que os filhos são submetidos¹¹². De outro lado, essa legitimação se baseia na perspectiva determinista de que o abandonado será propenso a delinquir e que, portanto, assisti-lo significa prevenir o crime.

Assim, o *menor abandonado* é compreendido, em primeiro lugar, como uma

¹⁰⁹ LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito menor. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 129-145. p. 136.

¹¹⁰ RIZZINI, Irene. *O século perdido*: Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 2 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2008. p. 71.

¹¹¹ GARCÍA MENDEZ, Emilio. *Infancia y privaciones arbitrarias de la libertad*: la “solución como problema”. Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/bulacio/emilio.pdf>> Acesso em: 14 set. 2012. p. 4. Tradução livre do original em espanhol: “El concepto de “abandono material o moral”, constituye uno de los ejemplos más representativos de los supuestos sobre los que descansa el (no) derecho de menores. Se trata en realidad, de una hipótesis vacía de contenido destinada a concretarse casuística y discrecionalmente con los prejuicios de los detentadores del poder de decisión (el juez de menores en este caso). En realidad, un menor en “abandono material o moral”, es aquél definido como tal. Sobre esta definición que no refleja ninguna esencia, sino que la crea, se legitima cualquier intervención coactiva, que en definitiva permitirá alterar en forma definitiva la condición jurídica y material de la infancia pobre”.

¹¹² Essa incapacidade é punida pelo Código Penal de 1940: os crimes de abandono material (art. 244), abandono intelectual (art. 246) e abandono moral (art. 247) vêm no mesmo sentido para penalizar esses adultos, que poderiam, assim, ser também institucionalizados. BRASIL. *Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940*. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 30 ago. 2012.

vítima do abandono dos pais, mas em relação a quem também se deve agir para que se não transforme em *bandido*. Essa ação serve para produzir um desvio na rota que o levaria à delinquência. O tratamento da infância, encontrada nos discursos jurídico e médico da época, é ambíguo, na medida em que ela é representada ora em perigo, ora perigosa: “tais representações não por acaso estavam associadas a determinados estratos sociais, sendo a periculosidade invariavelmente atrelada à infância das classes populares”¹¹³.

Para o *menor em perigo* não se tornar um *menor perigoso*, deveria se submeter à proteção a ele conferida, pela sociedade (nas iniciativas de caráter filantrópico) ou pelo Estado (no âmbito tutelar), e ser eternamente grato¹¹⁴. O recolhimento das crianças da rua era tido como *limpeza*, na linguagem jurídica e jornalística da época¹¹⁵, um alívio para a ansiedade dos temerosos transeuntes.

Para García Méndez, essa indistinção entre *menores abandonados* e *delinquentes* se converteu na profecia que se autorrealiza, e cita a fala de Arenaza, juiz de menores e teórico argentino da época, para explicar: “Dá-se que, em determinados casos, simula-se ou acusa-se a criança de uma contravenção para que a ação protetora do Estado possa tornar-se um benefício”¹¹⁶. Assim, se a criança não fosse nem vítima imediata, nem ofensora, não teria como o Estado agir para protegê-la (e principalmente controlá-la). A praticidade de se anular as garantias jurídicas se dá no sentido de permitir a eficácia das tarefas de “compaixão-repressão”¹¹⁷.

Como observa Nunes, a categoria do abandonado se constitui a partir de duas bases centrais para a compreensão de todo o arcabouço socioinstitucional que se destina a ela:

A primeira diz respeito ao eixo vitimização–culpabilização. A segunda diz respeito à subalternização. Como vítimas do abandono dos pais, as crianças devem submeter-se às diretrizes que a sociedade lhes destina. O abandonado, ao entrar em contato com o padrão de proteção social, tem o seu reconhecimento social construído pela via da não-cidadania,

¹¹³ RIZZINI, Irene. *O século perdido: Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. 2 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2008. p. 28.

¹¹⁴ NUNES, Deise Gonçalves. A Infância dos pobres no Brasil da modernidade. *Inter-Ação*, Revista da Faculdade de Educação da UFG, v. 27, n. 1, 2002, Goiânia: UFG. p. 3.

¹¹⁵ LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito menor. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991. p. 129-145. p. 140.

¹¹⁶ GARCÍA MENDEZ, Emilio; COSTA, Antonio Carlos Gomes. *Das necessidades aos direitos*. São Paulo: Malheiros, 1994. p. 48.

¹¹⁷ GARCÍA MENDEZ, Emilio; COSTA, Antonio Carlos Gomes. *Das necessidades aos direitos*. São Paulo: Malheiros, 1994. p. 48.

determinada pelas condições de miserabilidade a que está submetido¹¹⁸.

A questão do trabalho ingressa aí como forma de inserir socialmente o abandonado no mercado segundo uma lógica de disciplinamento e subalternização¹¹⁹. Esse é justamente o momento da urbanização e da necessidade de mão-de-obra e de disciplina no Brasil, com pelo menos um século de atraso em relação à Europa¹²⁰.

Para Rizzini, a adoção de uma política predominantemente jurídico-assistencial implicou na dicotomização da infância: “de um lado, a criança mantida sob os cuidados da família, para a qual estava reservada a cidadania; e do outro, o menor, mantido sob a tutela vigilante do Estado, objeto de leis, medidas filantrópicas, educativas/repressivas e programas assistenciais [...]”¹²¹. Enquanto a primeira ainda era representada a partir de uma visão romântica atravessada pela ideia de inocência, à segunda era reservada a ideia da perversão, sobretudo quando pensada a partir dos moldes lombrosianos tão aplaudidos à época¹²².

Com o início do governo Vargas, a dimensão assistencialista, mas simultaneamente disciplinadora, controladora e repressora, aprofunda-se. Na dimensão da repressão, um ponto positivo foi a alteração da idade penal para 18 anos com o Código Penal de 1940, mantendo-se ainda uma atenuante para aqueles autores de crimes que tivessem entre 18 e 21 anos¹²³.

Essa mudança, porém, precisava de correlatos na questão da assistência. Em 1941 cria-se o Serviço de Assistência do Menor (SAM), com o objetivo de prestar amparo social aos menores *desvalidos* e *delinquentes*, centralizando-se a execução de uma política nacional de assistência. Tinha ainda o objetivo de realizar pesquisas

¹¹⁸ NUNES, Deise Gonçalves. A Infância dos pobres no Brasil da modernidade. *Inter-Ação*, Revista da Faculdade de Educação da UFG, v. 27, n. 1, 2002, Goiânia: UFG. p. 4.

¹¹⁹ NUNES, Deise Gonçalves. A Infância dos pobres no Brasil da modernidade. *Inter-Ação*, Revista da Faculdade de Educação da UFG, v. 27, n. 1, 2002, Goiânia: UFG. p. 3-4.

¹²⁰ Para Ariès, na Europa o nascimento da indústria têxtil no século XIX foi responsável por uma possível regressão na história do sentimento da infância típico da idade moderna e aprofundado com o iluminismo e a romantização da infância: “o trabalho das crianças conservou uma característica da sociedade medieval: a precocidade da passagem para a vida adulta. Toda a complexidade da vida foi modificada pelas diferenças do tratamento escolar da criança burguesa e da criança do povo”. ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Tradução de Dora Flaksman. 2 ed. LTC, 1981. p. 194.

¹²¹ RIZZINI, Irene. *O século perdido*: Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 2 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2008. p. 29.

¹²² RIZZINI, Irene. *O século perdido*: Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 2 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2008. p. 101.

¹²³ BRASIL. *Decreto-Lei nº 2848 de 7 de dezembro de 1940*. Código Penal. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm> Acesso em: 30 ago. 2012.

sobre as causas do abandono e da delinquência infantil e publicar relatórios a esse respeito¹²⁴. Nas pesquisas, normalmente as causas do abandono eram buscadas nos próprios menores, assim como em suas famílias, consideradas desorganizadas¹²⁵. Os estudos serviam, de fato, para descaracterizar a própria responsabilidade do Estado e da sociedade na situação em que se encontravam os *menores*. “A produção discursiva de todo o período da forte presença do Estado no internamento de *menores* é fascinante, pelo grau de certeza científica com que as famílias populares e seus filhos eram rotulados de *incapazes*, *insensíveis*, e uma infinidade de rótulos [...]”¹²⁶.

A assistência era voltada àqueles *desvalidos* e *delinquentes* internados, em instituições privadas ou públicas. Assim, é possível afirmar que sua base era a internação para o disciplinamento, como nota Veronese: “a internação significaria, sob esta ótica, a exposição máxima ao trabalho disciplinado, do qual resultaria a recomposição da identidade da criança abandonada e infratora, dentro dos padrões convencionais de interação”¹²⁷. Essa perspectiva não vinha isolada da busca pelo controle: a centralização do SAM também reflete o caráter ditatorial de que se revestia o Estado Novo, e o fato de que, nesse momento, “intervir junto à infância

¹²⁴ BRASIL. *Decreto-Lei nº. 3.799, de 5 de novembro de 1941*. Transforma o Instituto Sete de Setembro em Serviço de Assistência a Menores e dá outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=87272>> Acesso em: 30 ago. 2012.

¹²⁵ Um exemplo, trazido por Rizzini, é o de testes de QI realizados pela psicóloga do SAM junto a três mil menores internados, concluindo que 81% deles eram sub-normais. RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004. p. 31.

¹²⁶ RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004. p. 31.

¹²⁷ VERONESE, Josiane Rose Petry. *Os direitos da criança e do adolescente*. São Paulo: LTR, 1999. p. 32. Como observa Longo, “os programas assistencialistas desenvolvidos pelo governo Vargas têm o compromisso com a inserção das crianças e adolescentes pobres no sistema produtivo por meio da disciplina institucional e o caráter moral e pedagógico do trabalho. No caso dos menores improdutivos (vadios, delinquentes, infratores, libertinos, mendigos), a política de confinamento em instituições totalitárias será realizada pelo poder judiciário, na figura do juiz (auxiliado pelo comissário de menores e pelo médico) e pelo poder executivo, na figura do Estado mantenedor e/ou fiscalizador das instituições para reeducação de menores”. LONGO, Isis S. Da legislação menorista ao ECA: mudanças e permanências nos discursos e imaginário sobre a conduta infanto-juvenil. Anais do Seminário Educação 2009. 17ª edição. *Políticas educacionais: cenários e projetos sociais*. Disponível em: <<http://www.ie.ufmt.br/semiedu2009/gts/gt8/ComunicacaoOral/ISIS%20SOUZA%20LONGO.pdf>> Acesso em 29 ago. 2012. p. 6. A questão do disciplinamento pelo trabalho fica evidente na relativização da proibição do trabalho infantil com o surgimento da Consolidação das Leis Trabalhistas, em 1943. Trata-se justamente dos casos de alunos ou internados nas instituições que ministrassem exclusivamente o ensino profissional e nas de caráter beneficente ou disciplinar submetidas à fiscalização oficial. As possibilidades de exploração da mão-de-obra infantil em decorrência de tal previsão são evidentes. Assim, a linha que separa a assistência da repressão segundo a ótica da disciplina termina por ser bastante tênue.

torna-se uma questão de defesa nacional”¹²⁸.

A construção social do menor delinquente nesse momento histórico pode ser mais bem compreendida quando se conhece o Decreto-Lei 6026 de 1943. Buscando adaptar a situação dos “menores” após a mudança da idade que estabelece a maioridade penal, essa norma surgiu para regradar o tratamento conferido aos menores de dezoito anos e maiores de catorze que praticassem atos considerados infração penal. Duas são as medidas estabelecidas pela lei, de acordo com o pertencimento do menor a uma ou outra categoria: a de *perigoso* ou a de *não perigoso*.

- a) se os motivos e as circunstâncias do fato e as condições do menor não evidenciam periculosidade, o Juiz poderá deixá-lo com o pai ou responsável, confiá-lo a tutor ou a quem assuma a sua guarda, ou mandar interná-lo em estabelecimento de reeducação ou profissional e, a qualquer tempo, revogar ou modificar a decisão;
- b) se os elementos referidos na alínea anterior evidenciam periculosidade o menor será internado em estabelecimento adequado, até que, mediante parecer do respectivo diretor ou do órgão administrativo competente e do Ministério Público, o Juiz declare a cessação da periculosidade¹²⁹.

Esse decreto não trata apenas do rótulo que diferencia o menor abandonado e vítima do menor delinquente: cria-se um novo, que permitirá ainda maiores arbitrariedades. A determinação da periculosidade é realizada pelo juiz, incumbido de, a partir dessa análise, definir qual é a melhor solução para o problema. Por isso, cabe a ele, conforme o art. 10, estudar “a personalidade do menor, sobretudo em seu ambiente familiar e social, mandando proceder reservadamente às perícias e inquéritos necessários à individualização do tratamento e da educação”.

Enquanto o *menor não perigoso* poderia retornar ao lar ou receber uma medida de internação em estabelecimento correccional ou industrial, o *menor perigoso* deveria ser isolado em instituição adequada indefinidamente, pois dependeria de uma reavaliação por parte do juiz e do entendimento de que a periculosidade haveria cessado. Além disso, em casos excepcionais, poderia o juiz mandar internar o menor perigoso em seção especial de estabelecimento destinado

¹²⁸ RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004. p. 33. Segundo Rizzini, isso fica evidente na adoção de um modelo policial de apreensão e identificação de menores em 1937. *ibid.* p. 66.

¹²⁹ BRASIL. *Decreto-Lei nº 6.026, de 24 de Novembro de 1943*. Dispõe sobre as medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos considerados infrações penais e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6026-24-novembro-1943-416164-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 30 ago. 2012.

a adultos, “até que seja declarada a cessação da periculosidade”¹³⁰. Percebe-se que, nesse caso, sequer busca o Estado construir um sentido manifesto à internação que represente uma possibilidade de regeneração: aqui discurso e prática coincidem, o que se quer é a mera neutralização do *menor perigoso*¹³¹.

Na verdade, a questão das medidas por tempo indeterminado, impostas por um juiz-pai, sem as figuras da acusação e da defesa foi um dos principais pontos sustentados nas origens ideológicas do reformismo emergente no início do século XX. Para a maior parte dos especialistas no assunto, a medida por tempo determinado seria contraproducente, pois significaria uma proteção temporária, no lugar de uma proteção permanente¹³².

O Serviço de Assistência do Menor (SAM) se desmoralizou após as numerosas críticas às péssimas condições a que submetia os internados. Especificamente no que tange aos chamados *transviados*, sua fama de fabricar criminosos marcou profundamente sua imagem. Segundo Rizzini, a imprensa desempenhou papel fundamental na construção da imagem do egresso do SAM como um rapaz temido e marcado para sempre: “ao mesmo tempo em que denunciava os abusos contra os internados, ressaltava o grau de periculosidade dos ‘bandidos’ que passaram por suas instituições de reforma”¹³³.

Já em 1964, com as mudanças institucionais decorrentes do golpe militar, o SAM deu lugar à Fundação de Bem-estar do Menor (FUNABEM) e a uma nova

¹³⁰ O juiz de menores, ao decidir de plano, sem a necessidade de acusação, ao realizar diligências de ofício e, simultaneamente, ao exercer um papel quase onipotente, era um verdadeiro inquisidor. Esse papel do juiz, que repercutirá em todo o século XX no Brasil, foi gestado nos congressos europeus sobre criança e adolescente do início do século, os quais fundamentaram a necessidade de uma justiça familiar para os menores, na qual a defesa é figura praticamente anulada. PLATT, Anthony. *The child savers: the invention of delinquency*. London: Rutgers University, 2009.

¹³¹ Outra questão interessante é a trazida no §3º do artigo 2º: “Completada a maioridade sem que haja sido declarada a cessação da periculosidade, observar-se-ão os parágrafos 2º e 3º do art. 7 do decreto-lei n. 3.914, de 9 de dezembro de 1941”. O parágrafo da lei de introdução ao Código penal estabelece que o internado “será transferido para colônia agrícola ou para instituto de trabalho, de reeducação ou de ensino profissional, ou seção especial de outro estabelecimento, à disposição do juiz criminal”. Ainda, o §3º prevê que se observará o disposto no Código Penal sobre a revogação de medida de segurança.

¹³² GARCÍA MENDEZ, Emilio; COSTA, Antonio Carlos Gomes. *Das necessidades aos direitos*. São Paulo: Malheiros, 1994. Isso demonstra que aqui se equipara a medida aplicável aos menores à medida de segurança, o que é explicitado pelo uso do termo distintivo *periculosidade*. A opção pela medida de segurança e não pela pena e pelo direito penal como parâmetro para a resposta às infrações penais praticadas pelos *menores* possibilitou que todas as garantias vinculadas ao princípio de culpabilidade do direito penal fossem completamente afastadas. Para García Méndez, o abandono dos princípios processuais próprios do direito iluminista para crianças e adolescentes é logrado através da indistinção entre menores delinquentes, abandonados e maltratados, de maneira a garantir a atuação do Estado nas funções de “proteção e controle”, termos estes inseparáveis.

¹³³ RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil*: Percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004. p. 34.

categoria de compreensão do menor.

1.1.3 O menor-problema social como interesse prioritário da ditadura militar: gênese da doutrina da situação irregular

O tratamento hoje conferido à criança e ao adolescente somente pode ser bem compreendido a partir da concepção trazida, em 1964, com a instituição da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), e sistematizada no Código de Menores de 1979. Se o SAM esteve diretamente ligado à questão da defesa nacional no contexto do Estado Novo, a FUNABEM não pode ser isolada do contexto do golpe militar.

Essa instituição não tinha o objetivo de assistir diretamente os jovens marginalizados, mas sim “o de pesquisar métodos, testar soluções, estudar técnicas que conduzam à elaboração científica dos princípios que devem presidir toda ação que vise à reintegração desses menores à sociedade”¹³⁴. A assistência direta seria realizada a partir dos princípios estabelecidos pela FUNABEM, mas por fundações estaduais, as Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor (FEBEMs) e entidades privadas. Um de seus objetivos declarados era o de substituir a mentalidade repressiva e meramente assistencialista pela certeza científica¹³⁵.

A ideia de ruptura com a política de internação anterior prevaleceu no discurso da Política Nacional de Bem-Estar do Menor, buscando “assegurar prioridade aos programas que visem à integração do menor na comunidade, através de assistência na própria família e da colocação familiar em lares substitutos”¹³⁶. A despeito disso, nota Rizzini que “[...] o grande modelo difundido no período foi o do internato de *menores*, ou os ‘internatos-prisão’ [...]”, chegando-se a internar, apenas entre 1967 e 1972, 53 mil crianças¹³⁷.

O discurso da desinstitucionalização não se ajustava à doutrina de segurança

¹³⁴ BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *O “menor-problema social” no Brasil e a ação da FUNABEM*. Rio de Janeiro: MPAS, 1976. p. 36.

¹³⁵ BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *O “menor-problema social” no Brasil e a ação da FUNABEM*. Rio de Janeiro: MPAS, 1976. p. 36.

¹³⁶ BRASIL. *Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964*. Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4513impressao.htm> Acesso em: 30 ago. 2012.

¹³⁷ RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004. p. 37.

nacional, e justamente por isso não é uma surpresa que a eficácia da FUNABEM tenha sido invertida.

O chamado problema do menor foi inserido nos aspectos psicossociais da política de segurança. O menor foi pensado como um dos objetivos nacionais permanentes, isto é, aqueles que se realizam em longo processo histórico através da definição dos elementos fundamentais da nacionalidade como a terra, o homem e as instituições¹³⁸.

Em razão disso, a retirada das crianças das ruas e o controle daqueles que a legislação chamou de *menores desassistidos* significava também diminuir os riscos da subversão¹³⁹.

O *menor desassistido*, categoria utilizada à época da instituição e desenvolvimento da FUNABEM, era conceituado como “todo menor que, atingido pelo processo de marginalização, se constitui em ‘Menor-Problema Social’”¹⁴⁰. Duas categorias do menor desassistido são ressaltadas: o *menor carentiado*, “aquele que, em virtude do não atendimento de suas necessidades básicas e da ausência ou incapacidade dos pais ou responsáveis, se encontra em situação de abandono total ou de fato, ou está sendo vítima de exploração” e o *menor de conduta antissocial*, “aquele que infringe as normas éticas e jurídicas da sociedade”¹⁴¹. A origem de ambas as categorias de menores está na marginalização social, processo entendido como “[...] uma situação de baixa renda, de pouca participação no consumo de bens materiais e culturais, de incapacidade de trazer a si os serviços de habitação, saúde, educação e lazer”¹⁴². Isso significa que o menor de conduta antissocial é originado na pobreza, de maneira que o PNBEM e a FUNABEM tinham já, em seu discurso declarado, a identificação de seu foco: *menor* é o menor de 18 anos em situação de marginalidade social. Isso se explica ainda pelas características comuns dos grupos marginalizados conforme a FUNABEM: “a) situação de pobreza; b) quebra de valores e padrões de comportamento cultural; c) alto índice de natalidade; d)

¹³⁸ PASSETTI, Edson. O menor no Brasil republicano. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991. p. 146-175. p. 151.

¹³⁹ RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004. p. 38.

¹⁴⁰ BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *O “menor-problema social” no Brasil e a ação da FUNABEM*. Rio de Janeiro: MPAS, 1976. p. 21.

¹⁴¹ BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *O “menor-problema social” no Brasil e a ação da FUNABEM*. Rio de Janeiro: MPAS, 1976. p. 21.

¹⁴² BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *O “menor-problema social” no Brasil e a ação da FUNABEM*. Rio de Janeiro: MPAS, 1976. p. 14.

atividades marginalizadas; e) alto índice de alcoolismo; f) alto índice de violência e criminalidade; g) alimentação deficiente; h) promiscuidade habitacional; i) mendicância”¹⁴³.

Nessas condições, os menores seriam marginalizados em massa, posto que pertencentes a grupos sociais “marginalizados-marginalizantes”: é que em razão de seu crescimento vegetativo, e da sua constituição em “caldo de cultura da marginalização”, esses grupos tendem a marginalizar outros¹⁴⁴. O discurso moralizante e determinista que relaciona a pobreza e a criminalidade, bem como busca focar as suas causas na própria incapacidade das pessoas pertencentes ao grupo de saírem dessa situação predomina na lógica da FUNABEM, chegando mais uma vez a um ponto fundamental: o da incapacidade dos pais de educarem os próprios filhos. O circuito planejado por essa política é o que pretende desviar o pobre antissocial da marginalização levando-o, através da institucionalização, à reintegração social¹⁴⁵.

Se, por um lado, a insistência no debate sobre o aspecto socioeconômico para identificar a origem do “menor-problema social” pode ser visto como um aparente avanço, por outro lado, as pessoas são culpabilizadas pela sua situação de marginalização. Não há um questionamento a respeito do sistema econômico e das desigualdades sociais. Para Rossato, “ainda que possa parecer estranho, é a FUNABEM que implanta a chamada fase do bem-estar social aplicada à área da infância abandonada por utilizar-se de um discurso em que a matriz política e econômica era a base de explicação do problema do menor”¹⁴⁶. Contudo, como nota

¹⁴³ BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *O “menor-problema social” no Brasil e a ação da FUNABEM*. Rio de Janeiro: MPAS, 1976. p. 15.

¹⁴⁴ BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *O “menor-problema social” no Brasil e a ação da FUNABEM*. Rio de Janeiro: MPAS, 1976. p. 15. Como nota García Méndez, nesse período modifica-se o foco das causas do surgimento do *menor-abandonado-delinquente*: “vagas referências de caráter estrutural, desajustes emocionais, falhas de personalidade e pais divorciados substituem a anormalidade física, a decadência da raça e a amoralidade dos imigrantes na legitimação das recorrentes práticas de classificação”. GARCÍA MENDEZ, Emilio; COSTA, Antonio Carlos Gomes. *Das necessidades aos direitos*. São Paulo: Malheiros, 1994. p. 30-31.

¹⁴⁵ PASSETTI, Edson. O menor no Brasil republicano. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1991. p. 146-175. p. 159. Nesse sentido, o Estado, reconhecendo a incapacidade dos pais pobres de educarem os próprios filhos assume a função de um preceptor, segundo Passetti: “esse preceptor moderno fez-se passar por educador, utilizando-se da capa e carapuça de algoz: o bem-estar social tem condições de se erguer como um belo número de ilusionismo”. *ibid.* p. 164-165.

¹⁴⁶ ROSSATO, Geovanio Edervaldo. Infância abandonada e Estado de Bem-Estar no Brasil: de menor marginalizado a meninos e meninas de rua. *Acta Sci. Human Soc. Sci.*, Maringá, v. 30, n. 1, p.17-24, 2008. p. 20. É interessante notar aqui a crítica de Beloff a uma interpretação muito comum: a de que

o mesmo autor, paradoxalmente essa instituição foi responsável por uma assistência tão ou mais repressiva que aquela realizada pelo antigo SAM.

Além disso, a insistência em torno da questão da marginalidade e a prioridade conferida aos menores na ditadura militar, com a criação do chamado *problema do menor*, tem uma motivação a mais se considerado o contexto político¹⁴⁷. Por um lado, a marginalidade representava “um fator de risco para a harmonia e o bem-estar social, o que sob o ponto de vista da Doutrina de Segurança Nacional deveria ser evitado a todo custo, sob a pena de afastamento dos objetivos do Brasil enquanto nação-potência”¹⁴⁸. Por outro lado, as populações mais jovens e pobres poderiam ser mais facilmente doutrinadas pelos inimigos comunistas, constituindo-se o seu controle em uma verdadeira ação estratégica ligada à doutrinação dessa população.

Seguindo a lógica da Política Nacional de Bem-estar do Menor (PNBEM), em 1979, ainda durante a ditadura militar, surge o novo código de menores. Lá, seus primeiros artigos se dedicam a apresentar a finalidade dessa lei: assistência, proteção e vigilância; e o seu objeto: menores até dezoito anos de idade em situação irregular e os menores entre dezoito e vinte e um anos nos casos dispostos em lei. Todas aquelas qualificações presentes no Código de 1927 para designar os menores que seriam o objeto de proteção, vigilância e assistência aqui são englobados dentro da terminologia da situação irregular, assim definida no art. 2º do Código de 1979:

Art. 2º Para os efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor:

I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:

a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;

b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;

II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;

III - em perigo moral, devido a:

a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;

b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;

o paternalismo estatal e, portanto, o controle diferenciado entre adultos e *menores* não foi resultado do estado social latino-americano, mas é anterior a ele e sua justificação foi mais de tipo político-criminal do que político-social BELOFF, Mary. *Luces y sombras de la opinión consultiva 17 de la corte interamericana de derechos humanos: “condición jurídica y derechos humanos del niño”*. In: UNICEF. *Justicia y derechos del niño*, n. 9. Santiago, Chile: 2007. p. 49-124. p. 95.

¹⁴⁷ PASSETTI, Edson. *O que é menor*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

¹⁴⁸ BECHER, Franciele. Os “menores” e a FUNABEM: influências da ditadura civil-militar brasileira. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH)*, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300846619_ARQUIVO_FrancieleBecher-SimposioANPUH.pdf> Acesso em: 03 set. 2012.

IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;

V - com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;

VI - autor de infração penal¹⁴⁹.

Mais uma vez o legislador se volta para um grupo específico de crianças e adolescentes, os mesmos da legislação anterior: os clientes do Código de Menores serão preferencialmente aqueles excluídos, especialmente em razão de sua classe social, mas muitas vezes pela cultura, raça, etnia, ou gênero. Além disso, essa legislação, no clima da ditadura militar e da doutrina de segurança nacional, “trouxe a concepção biopsicossocial do abandono e da infração, fortaleceu as desigualdades, o estigma e a discriminação dos meninos e meninas pobres, tratando-os como menores em situação irregular, e ressaltou a cultura do trabalho, legitimando, portanto, toda ordem de exploração contra crianças e adolescentes”¹⁵⁰. A doutrina da situação irregular, impregnada nessa última legislação, manteve a perspectiva da criança e do adolescente como objetos e não como sujeitos de direito.

Para Custódio, a continuidade da identificação menorista das crianças e adolescentes pobres como “menores em situação de risco” ressignificava a realidade, na medida em que acabava por responsabilizá-los individualmente por sua condição de “irregularidade”. “Era a construção de um mundo paralelo, onde a irregularidade era imaginada com base em preconceitos e estereótipos e depois restava aos agentes do Estado enquadrar o público perfeito à caracterização da barbárie”¹⁵¹.

¹⁴⁹ BRASIL. *Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979*. Institui o Código de Menores. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697impressao.htm> Acesso em: 25 ago. 2012.

¹⁵⁰ CUSTÓDIO, André Viana; VERONESE, Josiane Rose Petry. *Crianças esquecidas: o trabalho infantil doméstico no Brasil*. Curitiba: Multidéia, 2009. p. 68.

¹⁵¹ CUSTÓDIO, André Viana. Teoria da proteção integral: pressuposto para compreensão do direito da criança e do adolescente. *Revista do Direito*, v. 29, p. 22-43, Santa Cruz do Sul, 2008. p. 25. Se por um lado a representação da criança e do adolescente na legislação do menorismo é a da criança abandonada, vítima de violência ou autora de crimes, é evidente que por outro lado as políticas adotadas para sua “proteção, assistência e vigilância” são aquelas que entendem esse grupo social como um problema a ser resolvido. E a solução principal é encontrada, mais uma vez, na disciplina. Primeiro, o disciplinamento através do trabalho mantém-se forte nas estratégias do Estado autoritário para a solução do “problema do menor”. Essa inserção no mundo do trabalho, porém, permanece problemática do ponto de vista do adolescente: assim como a CLT, em 1943, já havia trazido a possibilidade da exploração do trabalho infantil de crianças institucionalizadas, gerando enormes abusos, a década de 1980 viu surgir o chamado *trabalho educativo*. Trata-se de um processo de subalternização do trabalho infantil, da maneira como regulamentado pelo Decreto nº 94.338/87. Sob o jugo da situação irregular essa norma criou o “Programa Bom Menino”, responsável pela inserção de *menores assistidos* no trabalho através de bolsas de iniciação ao trabalho não inferior à metade do

Se os menores assistidos, porém, não fossem disciplinados pelo trabalho e acabassem por praticar uma infração penal, entrava em cena a parte mais polêmica, desde o surgimento do SAM: a internação de menores autores de infração penal. Na decisão sobre a imposição ou não dessa medida, jogava papel essencial o juiz de menores, “um misto de gestor assistencialista com agente de repressão policial”¹⁵², cuja atuação amplamente discricionária permitia os mais absurdos abusos de poder. Dentre os seus poderes estava o de editar portarias, além de atuar diretamente no sistema PNBEM e mesmo na FEBEM, mesmo que estes órgãos fossem dos poderes Executivo Federal e Estadual, respectivamente. “O Juiz de Menores também tinha amplos poderes para agir *ex officio*, aplicando a medida de internação independentemente de provocação por outro órgão ou agente, não se observando o ‘princípio da inércia’”¹⁵³. Como nota García Méndez, na figura do juiz de menores se encontra a realização institucional da ideologia da “compaixão-repressão”¹⁵⁴.

Quanto à previsão legal no Código de Menores sobre a responsabilização dos autores de infrações penais, observa-se que, apesar de a internação ser medida subsidiária às demais, o art. 41 deixa claro que não há limite máximo de tempo para a aplicação dessa medida, dependendo de que “a autoridade judiciária, em despacho fundamentado, determine o desligamento, podendo, conforme a natureza do caso, requisitar parecer técnico do serviço competente e ouvir o Ministério Público”¹⁵⁵. A verificação sobre a manutenção ou permanência da medida deveria ser realizada periodicamente, com intervalos máximos de dois anos (§2º)¹⁵⁶.

salário mínimo, jornadas de quatro horas diárias e trinta dias de férias. Ao não se reconhecer a relação de emprego, todos os demais direitos trabalhistas não eram pagos, gerando o absurdo de na mesma empresa uma criança de 14 anos trabalhar o mesmo que os demais, mas ganhar a metade e ainda não possuir os direitos sociais. VERONESE, Josiane Rose Petry. *Os direitos da criança e do adolescente*. São Paulo: LTR, 1999. p. 80-81.

¹⁵² CUSTÓDIO, André Viana. Teoria da proteção integral: pressuposto para compreensão do direito da criança e do adolescente. *Revista do Direito*, v. 29, p. 22-43, Santa Cruz do Sul, 2008. p. 26.

¹⁵³ LEITE, Carla Carvalho. Da doutrina da situação irregular à doutrina da proteção integral: aspectos históricos e mudanças paradigmáticas. *Juizado da Infância e da Juventude*, Porto Alegre, n. 5, p. 9-24, mar. 2005. p. 12.

¹⁵⁴ GARCÍA MENDEZ, Emilio; COSTA, Antonio Carlos Gomes. *Das necessidades aos direitos*. São Paulo: Malheiros, 1994. p. 93.

¹⁵⁵ BRASIL. *Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979*. Institui o Código de Menores. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697impressao.htm> Acesso em: 25 ago. 2012.

¹⁵⁶ Dois pontos interessantes sobre a medida de internação no código de menores, porque seu retorno é proposto nos projetos de lei analisados nos capítulos 2, 3 e 4, são os parágrafos do artigo 41: “[...] § 2º Na falta de estabelecimento adequado, a internação do menor poderá ser feita, excepcionalmente, em seção de estabelecimento destinado a maiores, desde que isolada destes e com instalações apropriadas, de modo a garantir absoluta incomunicabilidade. § 3º Se o menor completar vinte e um anos sem que tenha sido declarada a cessação da medida, passará à jurisdição do Juízo incumbido das Execuções Penais. § 4º Na hipótese do parágrafo anterior, o menor será

Apesar de a lei de 1979 ter estado vigente simultaneamente ao Código Penal de 1940, que aumentou a maioria penal, e tornou inimputáveis os menores de dezoito anos, a internação aplicável a estes poderia ser muito mais gravosa do que para os adultos, a ponto de se equiparar a uma pena por tempo indeterminado. A possibilidade de cumprimento da medida de internação em prisão para adultos, desde que separados, já demonstra o caráter de pena aplicável a estes menores. Mas o que confere força definitiva a esse argumento é a possibilidade de, ao completar os vinte e um anos, o adolescente passar para o juízo de execução penal, sendo que o motivo que fundamentou a medida seria considerado extinto a partir da legislação penal, e duraria até que o Juízo incumbido das Execuções Penais assim o julgasse.

Daí que se os adultos autores de infrações penais tinham em seu favor as garantias penais e processuais penais, penas sempre limitadas no tempo, com prazo a depender da gravidade da conduta, os adolescentes não dispunham de nada disso, ficando completamente à mercê do arbítrio judicial.

Se no processo judicial as condições das crianças e adolescentes eram absurdamente inferiores em termos de garantias em comparação aos adultos, também a execução das medidas aplicadas repetiam essa situação. As unidades de internação das FEBEMs foram tão criticadas quanto o SAM da era Vargas, com relatórios detalhando as mais diversas violências cometidas contra os internos, de torturas a assassinatos. As rebeliões das FEBEMs foram e ainda são, apesar de sob outro nome e sob outra legislação, objeto de numerosas notícias a denunciar mais a incontrolabilidade dos adolescentes internados do que as péssimas condições de higiene, educação e saúde, e, o que é pior, espancamentos, torturas e assassinatos¹⁵⁷.

1.1.4 Participação e mudança social: a abertura política e a construção coletiva do estatuto da criança e do adolescente

removido para estabelecimento adequado, até que o Juízo incumbido das Execuções Penais julgue extinto o motivo em que se fundamentara a medida, na forma estabelecida na legislação penal". BRASIL. *Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979*. Institui o Código de Menores. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697impressao.htm> Acesso em: 25 ago. 2012. Grifos nossos.

¹⁵⁷ NJAINE, Kathie; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise do discurso da imprensa sobre rebeliões de jovens infratores em regime de privação de liberdade. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2002, vol.7, n.2, pp. 285-297. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232002000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 ago. 2008.

A emergência do Estatuto da Criança e do Adolescente, no ano de 1990, precedido pela Constituição Federal de 1988 e pela Convenção Internacional dos Direitos da Criança, de 1989, costuma ser apontada como uma grande ruptura de paradigma na área da infância e da juventude¹⁵⁸. De maneira muito singular na história do Brasil, essa mudança não foi uma imposição do Estado, mas sim, o resultado de lutas populares nascidas sob a vigência do Código de Menores.

Foram vários os setores que intervieram nesse tema no final da década de 1970 e no início da década de 1980. A influência da Igreja Católica esteve presente, com a chamada Pastoral do Menor. O movimento de defesa das crianças congregou desde aqueles vinculados às FEBEMs, administradores, técnicos e outros trabalhadores, até intelectuais, pais de crianças internadas, líderes comunitários, defensores de direitos humanos e outros cidadãos.

Ao longo da década de 1980, uma das características do trabalho da sociedade civil para com as crianças foi a utilização da Educação Social de Rua, buscando interagir com as crianças em situação de rua e propiciar a autonomia desse público, através de práticas libertárias. Os então chamados *meninos e meninas de rua* não eram mais entendidos como incapazes, vítimas de suas famílias desajustadas ou de um sistema econômico injusto, e, portanto, passivas destinatárias de políticas assistencialistas que escondem o controle e a repressão, mas sim como agentes de suas próprias vidas, promotores de uma nova sociedade justa, fraternal e participativa¹⁵⁹. A propagação dessas ações levou o seu desenvolvimento para fora de São Paulo, onde nasceu, e, em 1985, foi fundado o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR).

Esse movimento é um dos precursores da transformação terminológica que depois daria lugar ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Em lugar de *menores abandonados, marginalizados*, ou em *situação irregular*, as crianças que eram o foco

¹⁵⁸ CUSTÓDIO, André Viana. Teoria da proteção integral: pressuposto para compreensão do direito da criança e do adolescente. *Revista do Direito*, v. 29, p. 22-43, Santa Cruz do Sul, 2008. p. 22.

¹⁵⁹ OLIVEIRA, Walter F. de. Educação social de rua: bases históricas, políticas e pedagógicas. *História, Ciências, Saúde*, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 14, n.1, p.135-158, jan.-mar. 2007. O método para ação dos membros desse movimento era principalmente aquela da pedagogia de Paulo Freire, tornando cada ator um educador de rua. O foco desse movimento era o de ajudar na construção de “projetos de vida”, e o de “desenvolver uma consciência crítica que levasse à transformação das estruturas sociais injustas. Evitando a assistência, promoveria a organização política das crianças e adolescentes”. *ibid.* p. 152.

do Código de menores eram compreendidas como *meninos e meninas de rua*¹⁶⁰. A nova concepção da criança e do adolescente como *sujeitos de direitos*, como *sujeitos políticos*, e, portanto, como *cidadãos*, vem transformar a compreensão jurídico-política da criança relacionada ao filantropismo leigo e religioso na compreensão associada à ação de emancipação do cidadão no século XX¹⁶¹.

Em 1986, foi criada a Comissão Nacional Criança e Constituinte, pelos Ministérios da Educação, Saúde e Previdência Social em parceria com a Unicef, com o objetivo de interferir diretamente na produção da nova Constituição Federal. Essa comissão foi responsável por numerosos eventos, propagandas e principalmente uma carta de reivindicações de direitos contendo mais de 1,4 milhões de assinaturas de crianças e adolescentes¹⁶². Além disso, duas emendas de iniciativa popular foram apresentadas à Assembleia Nacional Constituinte, perfazendo mais de duzentas mil assinaturas de eleitores. O resultado de toda essa mobilização está no art. 227 da Constituição Federal promulgada em 1988:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão¹⁶³.

Esse texto traz claramente a adoção da doutrina da proteção integral e o respeito aos princípios da Convenção Internacional dos Direitos da Criança¹⁶⁴, com

¹⁶⁰ ROSSATO, Geovanio Edervaldo. Infância abandonada e Estado de Bem-Estar no Brasil: de menor marginalizado a meninos e meninas de rua. *Acta Sci. Human Soc. Sci.*, Maringá, v. 30, n. 1, p.17-24, 2008.

¹⁶¹ SANTOS, Benedito Rodrigues dos. 18 anos de ECA: a inclusão de crianças e adolescentes no estado de direitos brasileiro, *Inclusão social*, Brasília, v. 2, n. 2, p. 152-154, abr.-set. 2007. p. 152.

¹⁶² GARCÍA MENDEZ, Emilio; COSTA, Antonio Carlos Gomes. *Das necessidades aos direitos*. São Paulo: Malheiros, 1994.

¹⁶³ BRASIL. Constituição (1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 22 ago. 2012. Observe-se que o referido artigo foi modificado em 2010 para inserir o “jovem”, como sujeito desses direitos, compreendido como a pessoa entre 18 e 29 anos. Sobre o conceito de jovem na ONU e no Brasil cf. BARRIENTOS-PARRA, Jorge. O Estatuto da Juventude: Instrumento para o desenvolvimento integral dos jovens. *Revista de Informação legislativa*, Brasília, ano 41, n. 163, jul.-set. 2004.

¹⁶⁴ NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/doc_crianca.php> Acesso em: 01 jun. 2009. É interessante observar a respeito da efetivação da referida Convenção, que “ao contrário da Declaração Universal dos Direitos da Criança, que sugere princípios de natureza moral, sem nenhuma obrigação, representando basicamente *sugestões* de que os Estados poderiam se servir ou não, a Convenção tem natureza coercitiva e exige de cada Estado Parte que a subscreve e ratifica um determinado posicionamento”. VERONESE, Josiane Rose Petry. *Os direitos da criança e do adolescente*. São Paulo: LTR, 1999. p. 97.

apenas um detalhe: ela ainda não existia. Isso veio a ocorrer apenas em 1989, mas a antecipação havia sido possível graças à mobilização dos grupos sociais organizados, interessados na superação da doutrina da situação irregular¹⁶⁵. Como observa García Méndez, se desde a década de 1970 os movimentos sociais atuavam segundo o novo modelo, despreocupados com a lei e com a dificuldade de mudança de concepção dos juristas, neste momento eles assumem um novo papel, graças ao ambiente democrático então vivido. “Neste campo, os movimentos sociais no Brasil inverteram a ordem ‘natural’ imperante na América Latina”, segundo a qual as mudanças provêm antes das elaborações jurídicas e políticas para depois chegarem ao povo¹⁶⁶.

Após a inserção do art. 227 da Constituição Federal manteve-se a mobilização pela aprovação da lei infraconstitucional que deveria revogar o Código de Menores. Essa mobilização foi articulada através da criação do Fórum-DCA: Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente¹⁶⁷, o qual, através de suas diferentes atividades (palestras, congressos, manifestações públicas, publicações, grupo de redação) influenciou diretamente na elaboração do ECA.

Sem deixar de lado o mundo jurídico e o mundo ligado às políticas sociais da época, não há dúvidas de que o grande responsável pela mudança foram os movimentos sociais em um clima democrático propício. Além deles, as rebeliões dos próprios meninos e meninas internados nas FEBEMs foram fundamentais para uma mudança na compreensão do que se estava fazendo e do que se devia fazer em relação a esses adolescentes, criando-se a bandeira da desinstitucionalização¹⁶⁸. A adoção da doutrina de proteção integral seria um pressuposto para essa luta.

Construída sobre dois pilares, a concepção da criança e do adolescente como

¹⁶⁵ Internacionalmente, a doutrina da “proteção integral”, também denominada de “Doutrina das Nações Unidas para a proteção dos direitos da infância” é formada por quatro instrumentos jurídicos básicos: a Convenção Internacional das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores (Regras de Beijing); as Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil; as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade.

¹⁶⁶ GARCÍA MENDEZ, Emilio; COSTA, Antonio Carlos Gomes. *Das necessidades aos direitos*. São Paulo: Malheiros, 1994. p. 57.

¹⁶⁷ GARCÍA MENDEZ, Emilio; COSTA, Antonio Carlos Gomes. *Das necessidades aos direitos*. São Paulo: Malheiros, 1994.

¹⁶⁸ Rizzini observa que, em 1987 o governo buscou salvar a FUNABEM, através de uma tentativa de rever seus paradigmas, o que não resultou, porém, no avanço que se buscava: manteve-se “a lógica de que, internando-se o *menor carente*, evitava-se o *abandonado*, e, por sua vez, o *infrator*”. RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004. p. 47.

“sujeitos de direitos” e a afirmação de sua “condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”, a doutrina da proteção integral busca garantir à criança – conceito que envolve, na percepção das Nações Unidas, todos os menores de 18 anos – a proteção e os cuidados especiais de que necessitam. O reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos traz consigo a proibição de que, sob o pretexto de proteger, venha-se a vulnerar ou restringir direitos, prática muito usual na perspectiva tutelar menorista¹⁶⁹. A absoluta prioridade e o respeito ao princípio do melhor interesse da criança são os principais fundamentos dessa doutrina¹⁷⁰.

Isso significa que toda a proteção destinada às crianças não resulta de atos benevolentes concedidos pelo poder público ou pelos indivíduos e instituições privadas: trata-se de direitos fundamentais inerentes às crianças, enquanto seres humanos em desenvolvimento. Nisso se destaca a sua aparição na esfera pública agora como cidadãos completos. Estão protegidos, segundo esta doutrina, todas as crianças e adolescentes, regulamentados os seus direitos e deveres e consagrada a responsabilização ao invés da tutela¹⁷¹.

Precisamente, a proteção integral quer evitar a construção social que separa os ‘menores’ das crianças e dirige-se às crianças e adolescentes como sujeitos com direitos humanos originários, com a finalidade de evitar a sua marginalização e de reintegrar os ‘menores’ em desvantagem ou infractores o mais rapidamente possível no sistema normal da infância e da adolescência¹⁷².

O Brasil foi o primeiro país latino-americano a efetivamente introjetar a doutrina da proteção integral, não apenas a nível constitucional, mas também na

¹⁶⁹ CORTÉS MORALES, Julio. A 100 años de la creación del primer Tribunal de Menores y 10 años de la Convención Internacional de los Derechos del Niño: el desafío pendiente. In: UNICEF. *Justicia y derechos del niño*, n. 9. Santiago, Chile: 2007. p. 143-158. p. 154.

¹⁷⁰ Conforme este princípio da Convenção, quando houver conflito entre interesses de criança e interesses de outras pessoas ou instituições, os primeiros devem prevalecer. NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/doc_crianca.php> Acesso em: 01 jun. 2009. Esse princípio, porém, diferentemente da maneira como acaba sendo interpretado por vezes pelas autoridades, não é vazio de conteúdo; não está aberto à discricionariedade do que um adulto venha a entender como sendo o melhor para a criança. Se há o reconhecimento explícito de um catálogo de direitos das crianças, “[...] é possível afirmar que o interesse superior da criança é a plena satisfação de seus direitos. [...] Todo ‘interesse superior’ passa a estar mediado por referir-se estritamente ao ‘declarado direito’; por sua vez, somente o que é considerado direito pode ser ‘interesse superior’”. CILLERO BRUÑOL, Miguel. El interés superior del niño en el marco de la convención internacional sobre los derechos del niño. In: UNICEF. *Justicia y derechos del niño*, n. 9. Santiago, Chile: 2007. p. 125-142. p. 134.

¹⁷¹ VERONESE, Josiane Rose Petry. Sistema de justiça da infância e da juventude: construindo a cidadania e não a punição. *Sequência*, ano XXIV, n. 50, jul. 2005, p. 103-120. p. 114.

¹⁷² BARATTA, Alessandro. Os direitos da criança e o futuro da democracia. In: *Perspectivas do direito no início do século XXI*. Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Studia Jurídica, n. 41, p. 61-91. Coimbra: Coimbra, 1999. p. 73.

legislação infraconstitucional, com o Estatuto. Isso não significou, porém, que não se esteja enfrentando, nas duas últimas décadas sérias dificuldades em sua implementação. Como observa García-Méndez, as dificuldades não se resumem às questões estruturais: talvez a mais tormentosa de todas seja o problema de interpretação, como se verá repetidamente nos discursos analisados nos próximos capítulos.

As posições existentes, seja na representação da criança e do adolescente, seja na questão das políticas públicas relacionadas a eles, podem ser, para García Méndez, resumidamente três: *repressivos* – não ultrapassaram a situação irregular; *protetivos* e *democráticos*, que defendem a responsabilização dos adolescentes e primam pelas políticas de universalização das políticas sociais, mais a que programas assistencialistas pontuais, sempre atravessada pela participação política da sociedade mas também das próprias crianças e adolescentes; e uma posição, que assume teoricamente os postulados da proteção integral, mas não arca com todas as suas consequências, especialmente a de abrir mão dos conceitos de vulnerabilidade e situação de risco, de maneira a acabar com a discricionariedade para lidar com a infância. Trata-se do “paradigma da ambiguidade”¹⁷³.

Para efetivar toda a programação trazida pelo Estatuto, a adoção do paradigma da proteção integral exige várias mudanças a serem proporcionadas, seja no conceito e no rol das principais instituições públicas destinadas à infância, seja na produção de uma “revolução na linguagem, o que constitui um relevante sinal de transformação no plano normativo: fala-se e escreve-se sempre menos sobre ‘menores’, e sempre mais de ‘infância’, de crianças, de adolescentes e seus direitos”¹⁷⁴. Diante disso, a prática de ato contrário às normas penais se renomeia para ato infracional; a resposta estatal diante do ato infracional se transforma em medida socioeducativa, entre outras alterações.

O Estatuto está fundado sobre três eixos centrais, denominados sistemas de garantias. São eles: o sistema primário de garantias, com foco em toda a população infanto-juvenil brasileira voltada às políticas sociais; o sistema secundário de garantias, que “tem como foco a criança e o adolescente enquanto vitimizados,

¹⁷³ GARCÍA MÉNDEZ, Emilio. Infancia, ley y democracia: una cuestión de justicia. In: UNICEF. *Justicia y derechos del niño*, n. 9. Santiago, Chile: 2007. p. 27-47.

¹⁷⁴ BARATTA, Alessandro. Os direitos da criança e o futuro da democracia. In: *Perspectivas do direito no início do século XXI*. Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Studia Jurídica, n. 41, p. 61-91. Coimbra: Coimbra, 1999. p. 73.

enquanto vulnerados em seus direitos fundamentais”, direitos que não se resumem à vida e à integridade física, mas também, à liberdade de expressão, à saúde, à educação etc.; e o sistema terciário de garantias que tem por objetivo o adolescente em conflito com a lei¹⁷⁵.

As medidas socioeducativas, regulamentadas no Brasil pelo Estatuto nos arts. 112 a 125, têm na base a responsabilização, buscando expurgar do ordenamento a pura e simples repressão de crianças e adolescentes. Destaca-se nessa avançada legislação a possibilidade de remissão, prevista nos arts. 126 a 128, no intuito de evitar toda a sorte de malefícios que a aplicação de uma sanção, em especial a de internação, pode causar na identidade do adolescente¹⁷⁶.

Além disso, deve-se observar que, apesar de mantida a possibilidade de privação de liberdade do adolescente, ela é subsidiária e reservada taxativamente a três situações: tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa; por reiteração no cometimento de outras infrações graves; por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta¹⁷⁷. Ainda assim, ao Juiz é facultada a aplicação da medida, ou seja, esses são requisitos necessários para a sua adoção, mas não suficientes¹⁷⁸. Soma-se a essas mudanças o reconhecimento de todas as garantias processuais no curso do procedimento por ato infracional, algo inédito.

Contudo, a implementação das políticas sociais básicas vem conflitando com o sistema econômico hegemônico na atualidade, de modo que os níveis assistencial e correccional dessa legislação parecem ser encarados como prioridade¹⁷⁹.

1.2 Uma mudança no discurso legislativo? O ato infracional e as medidas socioeducativas no Estatuto da Criança e do Adolescente

¹⁷⁵ SARAIVA, João Batista Costa. *Compêndio de direito penal juvenil*. 4 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010. p. 64.

¹⁷⁶ A deterioração da identidade a partir da institucionalização pode ser lida em GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

¹⁷⁷ BRASIL. *Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 20 jun. 2009.

¹⁷⁸ FRASSETO, Flávio Américo. Ato infracional, medida socioeducativa e processo: a nova jurisprudência do STJ. *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, ano 7, n. 12, 2º sem. 2002, p. 167-191.

¹⁷⁹ BARATTA, Alessandro. Os direitos da criança e o futuro da democracia. In: *Perspectivas do direito no início do século XXI*. Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Studia Jurídica, n. 41, p. 61-91. Coimbra: Coimbra, 1999. p. 63.

Como se sabe, desde o código penal de 1940 a maioria penal começa aos dezoito anos, em razão da adoção do critério biológico. A Constituição Federal de 1988, bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente ecoaram essa opção¹⁸⁰.

Este tópico terá o objetivo de esclarecer o marco jurídico no qual se estabeleceu o Estatuto em 1990, no que tange ao ato infracional, bem como irá explorar o tratamento do Estatuto a esse respeito (1.2.1). A seguir, o próximo tópico trabalhará com a realidade de sua aplicação nos últimos vinte e dois anos para, a partir do confronto entre dever-ser e ser, chegar a uma conclusão a respeito de qual é o caráter do ato infracional no direito brasileiro e na criminologia crítica e quais são as funções desempenhadas pela medida socioeducativa de internação em uma perspectiva crítica (1.2.2).

1.2.1 O ato infracional e a medida socioeducativa de internação

Como visto anteriormente, a doutrina da proteção integral vem inscrita internacionalmente. As mudanças essenciais trazidas pela Convenção Internacional de Direitos da Criança a respeito do ato infracional podem ser sintetizadas nos seguintes pontos, de acordo com Beloff: 1) compreendem exclusivamente as situações nas quais uma pessoa que tem menos de 18 anos comete um delito, uma falta ou uma contravenção; 2) são previstas soluções alternativas à relação estatal punitiva frente ao conflito jurídico-penal originário; 3) a atribuição de responsabilidade se expressa na exclusão deste sistema das crianças (segundo as novas leis latino-americanas, as pessoas menores de 12, 13 ou 14 anos); 4) trata-se de um sistema que coloca os que têm menos de 18 anos fora da justiça penal dos adultos; 5) os jovens, enquanto sujeitos de direitos e de responsabilidades gozam de todas as garantias processuais e substantivas de que goza um adulto, mais alguns direitos particulares; 6) a atribuição de responsabilidade em função da particular

¹⁸⁰ Numerosas são as propostas para a modificação da idade penal, buscando inserir um conteúdo psicológico com a criação de uma possível imputabilidade relativa a partir dos dezesseis anos. Segundo a proposta de emenda constitucional PEC 20/1999, que foi aprovada pela Comissão Constituição e Justiça do Senado em 2007, todo adolescente acusado de prática de ato infracional que tivesse entre dezesseis e dezoito anos deveria passar por uma avaliação psicológica para determinar seu amadurecimento intelectual e emocional. Manter-se-ia, porém, o critério biológico que define a menoridade até os dezesseis anos e a maioria para os adultos a partir dos dezoito anos. BRASIL. Senado Federal. *Proposta de Emenda à Constituição n° 20, de 1999*. Altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para 16 (dezesseis) anos a idade para imputabilidade penal. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=38389&tp=1>> Acesso em: 12 set. 2012.

condição de sujeito que está crescendo se expressa em consequências jurídicas diferentes, chamadas nas diferentes legislações medidas, medidas socioeducativas ou, ainda sanções; 7) a privação da liberdade constitui uma sanção alternativa, excepcional, a ser aplicada eventualmente em casos de delitos muito graves, limitada no tempo e breve¹⁸¹.

Segundo o art. 103 do Estatuto, ato infracional é a conduta descrita como crime ou contravenção penal praticada por criança ou adolescente. Apesar de o sistema brasileiro ser um dos mais avançados da América Latina, a inclusão das contravenções penais praticadas por adolescente no conceito de ato infracional contraria a posição mais progressista na interpretação da Convenção¹⁸², sobretudo se confrontado ao princípio de intervenção mínima.

O art. 112, por sua vez, determina que em caso de prática de ato infracional, a autoridade competente *poderá* aplicar ao adolescente algumas medidas, chamadas medidas socioeducativas¹⁸³. Diferentemente do direito penal, âmbito no qual o magistrado é obrigado a aplicar pena caso estejam presentes os elementos do crime e da punibilidade, no direito da criança e do adolescente a aplicação da medida é facultada ao juiz. Caso entenda não ser ela adequada, o juiz pode deixar de aplicá-la, mesmo quando todos os elementos do ato infracional estiverem presentes.

Outra característica que distingue fortemente o direito penal adulto da previsão estatutária é a ausência de correlação pré-estabelecida pela lei entre o ato infracional praticado e a medida socioeducativa adotada. A exceção é a aplicação da medida de internação, que, além de ser subsidiária às demais, está condicionada à ocorrência das situações do art. 122 já mencionados acima.

Ainda assim, não há uma vinculação específica entre ato infracional e medida, o que torna o instituto da internação objeto de duras críticas, pois sua vagueza “deu lugar a interpretações amplas que admitem a privação da liberdade em praticamente

¹⁸¹ BELOFF, Mary. Algunas confusiones en torno a las consecuencias jurídicas de la conducta transgresora de la ley penal en los nuevos sistemas de justicia latinoamericanos. In: UNICEF. *Justicia y derechos del niño*, n. 3. Buenos Aires: 2001. p. 9-37. *Passim*.

¹⁸² BELOFF, Mary. Los nuevos sistemas de justicia juvenil en América Latina (1990-2006). In: UNICEF. *Justicia y derechos del niño*, n. 9. Santiago, Chile: 2007. p. 177-218.

¹⁸³ BRASIL. *Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 20 jun. 2009.

todos os casos de adolescentes infratores”¹⁸⁴. Essa abertura se encontra ainda nas definições dos termos contidos nos incisos do art. 122: é a discricionariedade do juiz que decidirá o que é a *reiteração de infrações graves*¹⁸⁵ e, portanto, qual medida adotar. Além disso, não há como saber através da lei o que significa um descumprimento “injustificável” de medida anteriormente imposta. Tudo isso demonstra que, apesar de todos os avanços trazidos pelo Estatuto, ele continua sendo bastante aberto a interpretações prejudiciais aos direitos da criança e do adolescente, em especial para o uso *neomenorista* de suas disposições¹⁸⁶.

O processo para averiguação dos atos infracionais e atribuição de responsabilidade a adolescentes não se desenvolve em vara criminal: o Estatuto substituiu, no art. 145, o antigo Juizado de Menores pela Justiça da Infância e da Juventude, concretizada em varas especializadas exclusivas. Da mesma maneira, o Juiz de Menores e seu perfil inquisidor foram substituídos pelo Juiz da Infância e Juventude e um sistema de direitos e garantias processuais antes inexistentes¹⁸⁷.

Nesse sistema, sob o título de direitos individuais encontram-se: o direito a não ser privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem

¹⁸⁴ BELOFF, Mary. Los nuevos sistemas de justicia juvenil en América Latina (1990-2006). In: UNICEF. *Justicia y derechos del niño*, n. 9. Santiago, Chile: 2007. p. 177-218. p. 185. Tradução livre do original em espanhol: “[...] ha dado lugar a interpretaciones amplias que admiten la privación de la libertad en prácticamente todos los casos de adolescentes infractores”. Um exemplo é o tráfico de drogas, que, apesar de não encerrar os requisitos do art. 122, vinha levando adolescentes à privação da liberdade até a edição da Súmula 492 do STJ pacificar o entendimento de que “O ato infracional análogo ao tráfico de drogas, por si só, não conduz obrigatoriamente à imposição de medida socioeducativa de internação do adolescente”. BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Súmula nº 492*. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/sumulas/doc.jsp?livre=%40docn&&b=SUMU&p=true&t=&l=10&i=8>> Acesso em: 01 set. 2012.

¹⁸⁵ Já existe o entendimento do STJ de que a reiteração do ECA não se confunde com a reincidência do CP: “a reiteração prevista nos incisos II e III do art. 122 do ECA, não se confunde com o conceito de reincidência, de sorte que, para sua configuração, é necessária a prática de, pelo menos, 3 atos anteriores, seja infração grave ou medida anteriormente imposta, respectivamente”. BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Habeas corpus n.º 90.920/SP. Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho. Quinta Turma, julgado em 06/05/2008.

¹⁸⁶ SARAIVA, João Batista Costa. *Compêndio de direito penal juvenil*. 3 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006. p. 56.

¹⁸⁷ GARCÍA MENDEZ, Emilio; COSTA, Antonio Carlos Gomes. *Das necessidades aos direitos*. São Paulo: Malheiros, 1994. O Estatuto prevê que o ato infracional somente pode ser cometido por adolescente, isto é, por maiores de doze anos. Por isso mesmo, também as medidas socioeducativas são destinadas apenas a eles. Se uma criança pratica um ato análogo a um crime, pode receber uma medida de proteção, dentre aquelas previstas no art. 101. Isso, porém, é por conta dos conselhos tutelares, e não do juiz, apesar de ele exercer o papel de controle jurisdicional dos atos do conselho. Para García Mendez, esse é um dos avanços do ECA: o juiz não acumula mais as tarefas protetivas e repressivas. Ao mesmo tempo, pelo fato de essas medidas serem consideradas “protetivas”, há certa concordância de que não é necessário mover um processo de averiguação da responsabilidade da criança, ficando prejudicadas as garantias e os princípios relacionados ao processo, principalmente o de presunção de inocência e seus correlatos. SARAIVA, João Batista Costa. *Compêndio de direito penal juvenil*. 3 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente (art. 106); direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão, e de ser informado de seus direitos (art. 106, §ú); limite da internação provisória ao prazo máximo de quarenta e cinco dias com decisão judicial devidamente fundamentada em indícios suficientes de autoria e materialidade e a demonstração da necessidade imperiosa da medida (art. 108); não identificação compulsória em caso de identificação civil (art. 109).

Como garantias processuais constam: o devido processo legal (art. 110); o pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente; a igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias à sua defesa; a defesa técnica por advogado; a assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei; o direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente; o direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento (art. 111).

Apesar de todas as garantias, em especial o direito à ampla defesa, diferentes estudos vêm mostrando que, se na esfera criminal ainda persiste o sistema processual inquisitorial¹⁸⁸, na esfera da infância e da juventude ela chega a ser caricatural, como bem representado no documentário de Maria Augusta Ramos, “Juízo”. No âmbito da academia, o estudo etnográfico da antropóloga Paula Miraglia, realizado nas audiências da Vara de Infância e Juventude do Brás, em São Paulo, demonstra que acusado e defensor são totais coadjuvantes, figurando à sombra do protagonista, que fala, interpreta, aconselha e julga – legal e moralmente: o juiz da infância e juventude¹⁸⁹.

¹⁸⁸ Coutinho explica que a diferenciação entre os sistemas processuais inquisitório e acusatório faz-se através dos princípios unificadores inquisitivo e dispositivo, determinados pelo critério de gestão da prova. “[...] Ora, se o processo tem por finalidade, entre outras, a reconstituição de um fato pretérito, o crime, mormente através da instrução probatória, a gestão da prova, na forma pela qual ela é realizada, identifica o princípio unificador. Com efeito, pode-se dizer que o sistema inquisitório, regido pelo princípio inquisitivo, tem como principal característica a extrema concentração de poder nas mãos do órgão julgador, o qual detém a gestão da prova. Aqui, o acusado é mero objeto de investigação e tido como o detentor da verdade de um crime, da qual deverá dar contas ao inquisidor”. COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. Introdução aos princípios do Direito Processual Penal brasileiro. *Separata ITEC*, ano 1, nº 4 – jan/fev/mar 2000, p. 3.

¹⁸⁹ MIRAGLIA, Paula. Aprendendo a lição: uma etnografia das Varas Especiais da Infância e da Juventude. *Novos Estudos*, n. 72, jul. 2005. p. 79-98.p. 92. Em um dos trechos interessantes de uma das oitenta audiências que a pesquisadora assistiu, o juiz responde ao advogado de defesa constituído que buscou argumentar pela aplicação de medida mais leve do que a de internação já decidida pelo magistrado: “Imagino que essa seja a primeira vez que o doutor vem aqui. Aqui as coisas são um pouco diferentes, o doutor não precisa defender seu cliente dessa forma, aqui nós sempre buscamos um acordo. Se o doutor não quiser fazer parte desse acordo, pode até vir a prejudicar seu cliente”. Apenas ao ouvir tal advertência do juiz ao advogado a pesquisadora pode

Daí a preocupação de Moraes da Rosa com “o exercício da Jurisdição a partir da estrutura do processo como procedimento em contraditório”, rompendo-se a ideia de que o contraditório se basta na oitiva das partes ou na participação dos sujeitos do processo¹⁹⁰. É necessária a efetiva participação, com paridade de armas, algo que raramente acontece diante do perfil do Juiz inquisidor, que se confunde com a acusação sob o argumento de sua bondade¹⁹¹. Assim, mesmo se sabendo que o adolescente não pode receber tratamento mais gravoso que o adulto em situação semelhante, a realidade aponta para o contrário¹⁹².

Normativamente, a condenação apenas pode ocorrer se, após um processo fundado na ampla defesa e no contraditório, restar comprovada a responsabilidade do adolescente pela prática de ato infracional. Nesse caso, com a condenação advém uma das seguintes medidas socioeducativas, previstas no art. 112 do ECA: “I - advertência; II - obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviços à comunidade; IV - liberdade assistida; V - inserção em regime de semi-liberdade; VI -

compreender a lógica desse ritual. “A explicação era perfeita. De fato, era assim que as audiências eram conduzidas. No entanto, o que o juiz chamava de “acordo”, era, na verdade, sua supremacia na tomada de decisão”. Parte desse “acordo” passa pela confissão do réu, a qual é solicitada pelo juiz como um meio para que ele supostamente seja beneficiado. Porém, na prática, “os jovens acabam revelando fatos que podem lhes prejudicar no andamento do processo como, por exemplo, confessar infrações cometidas anteriormente. Tais revelações podem servir de indicativo para o juiz de que aquele jovem já está no “caminho do crime”, o que pode acarretar numa medida sócio-educativa mais dura para o adolescente”. *ibid.* p. 95.

¹⁹⁰ ROSA, Alexandre Moraes da; LOPES, Ana Christina Brito. *Introdução crítica ao ato infracional: princípios e garantias constitucionais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 268.

¹⁹¹ ROSA, Alexandre Moraes da; LOPES, Ana Christina Brito. *Introdução crítica ao ato infracional: princípios e garantias constitucionais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 185.

¹⁹² É o caso, por exemplo, da questão da tipicidade. Em alguns tribunais, entende-se que o princípio da insignificância não se aplica na área da infância e juventude, pois a resposta é pedagógica e não punitiva. Uma pesquisa rápida no TJ-RS leva a impressionantes resultados, como, os trechos a seguir: “Não tem aplicação aos procedimentos infracionais o princípio da bagatela, sob pena de serem os pequenos infratores estimulados no comportamento anti-social, mormente quando revelarem propensão para o ilícito e ausência de senso crítico e dos limites que devem observar”. RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Apelação Cível nº 70050584895. Sétima câmara cível. Relator Des. Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves. Porto Alegre, 26 de setembro de 2012. “O princípio bagatelar não tem aplicação no caso, pois o propósito não é punir, mas educar o infrator”. RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Apelação Cível nº 70050726231. Sétima câmara cível. Relator Des. Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves. Porto Alegre, 26 de setembro de 2012. São muitos os exemplos, inclusive muitos que apelam para uma pretensa situação de vulnerabilidade ou de risco para optar pela internação ao invés de medidas menos graves. É o caso, ainda, da internação provisória, que pode ser decretada para garantia da segurança pessoal do adolescente, figura inexistente no processo penal. Na pesquisa realizada por Passetti, revelou-se que “‘internar provisoriamente’ tem sido uma prática que pode ultrapassar o limite legal, evidenciando a propensão do aparelho judiciário a estender o encarceramento provisório para mais do que os 45 dias previstos em lei. Trata-se de medida usual nos processos, mostrando com isso “o desrespeito aos direitos estatutários dos adolescentes pelo Juízo da Infância e da Juventude, sua ilegalidade e descaso frente a procedimentos judiciais corretos e justos”. PASSETTI, Edson (coord.). *Violentados: crianças, adolescentes e Justiça*. São Paulo: Imaginário, 1999. p. 99.

internação em estabelecimento educacional; VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI"¹⁹³. Enquanto as medidas I a IV preservam a liberdade do adolescente, a V e a VI mantêm para o sistema juvenil a mesma lógica historicamente fracassada da sua privação, própria de sistemas anteriores, bem como do sistema adulto. Apesar de manter-se a internação, é ela declarada medida excepcional, regida pela brevidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, de acordo com o art. 35 do SINASE, e o art. 121 do Estatuto. Esses princípios são explícitos, ainda, na Convenção Internacional dos Direitos da Criança, nas Regras de Beijing e nas Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens. Contudo, por detrás do declarado, a realidade da aplicação de medidas socioeducativas é invertida: a medida de internação não é percebida como exceção, em especial quando o adolescente provém das classes mais baixas da população, e é negro ou pardo.

1.2.2 Menores e loucos no direito brasileiro

O direito penal liberal, fundado na culpabilidade do agente, não admite a responsabilização penal de pessoas que não estão completamente maduras para agir livremente. Isso porque, para os clássicos, um dos requisitos da imputação de um fato criminoso a alguém é que ele tenha agido com liberdade. Afastam-se desse conceito todas as noções deterministas, restando claro o fundo racionalista dessa elaboração.

Porém, o problema desse caráter de livre-arbítrio que fundamentaria a culpabilidade e, portanto, uma imposição de pena ao sujeito, é que ele é indemonstrável, tendo surgido na atualidade numerosos autores que buscam rechaçar a culpabilidade para buscar critérios de imputação mais racionais, apropriados e exatos¹⁹⁴. Daí a crítica pertinente de que o princípio de culpabilidade deve servir como limitação da pena, para garantir a liberdade do cidadão contra o poder do Estado, ao contrário de fundamentar a pena e legitimar o poder do Estado

¹⁹³ BRASIL. *Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 20 jun. 2009.

¹⁹⁴ ROXIN, Claus. *La teoría del delito en la discusión actual*. Traducción de Manuel Abanto Vázquez. Lima: Grijley, 2007.

contra o indivíduo¹⁹⁵. Nesse sentido, “a culpabilidade nunca exige uma pena; somente sua ausência exclui a pena e sua magnitude determina a fronteira máxima da pena”¹⁹⁶.

Em seu conceito normativo, a culpabilidade é compreendida como reprovabilidade. O juízo de reprovação é possibilitado através da análise de três categorias: a imputabilidade, entendida como “condições pessoais mínimas que capacitam o sujeito a *saber o que faz*”; a consciência da antijuridicidade, “como conhecimento concreto do valor que permite ao autor imputável *saber, realmente, o que faz*”; e a exigibilidade de conduta diversa, “como expressão de normalidade das circunstâncias de fato e indicação de que o autor *tinha o poder de não fazer o que fez*”¹⁹⁷.

A categoria dos inimputáveis surge como forma de limitar a punição estatal àqueles que tiveram condições de, na prática de sua conduta, entender o caráter ilícito do fato e se autodeterminar de acordo com esse entendimento. Por isso, no art. 26 do Código Penal, os doentes mentais são considerados inimputáveis e, portanto, irresponsáveis penalmente, pois “*para que se possa reprovar uma conduta a seu autor, é necessário que ele tenha agido com um certo grau de capacidade, que lhe haja permitido dispor de um âmbito de autodeterminação*”¹⁹⁸.

¹⁹⁵ SANTOS, Juarez Cirino. *Direito penal: parte geral*. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris/ICPC, 2008. p. 288.

¹⁹⁶ ROXIN, Claus. *La teoría del delito en la discusión actual*. Traducción de Manuel Abanto Vázquez. Lima: Grijley, 2007. p. 304. Tradução livre do original em espanhol: “[...] la culpabilidad nunca exige una pena; solamente su ausencia excluye la pena y su magnitud determina la frontera máxima de la pena”. É interessante notar que o autor, apesar de defender o direito penal de culpabilidade, não o faz no sentido retributivo dos primeiros autores do direito penal clássico. Sua perspectiva sobre as funções da pena e, portanto, seu cálculo, leva em consideração eminentemente a prevenção, sendo ela especial e/ou geral, dependendo do caso. *ibid.*

¹⁹⁷ SANTOS, Juarez Cirino. *Direito penal: parte geral*. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris/ICPC, 2008. p. 282. Grifos no original. Para uma análise diferentes definições materiais do conceito normativo de culpabilidade, cf. *ibid.* p. 287-294. Destaca-se a percepção de Santos, para quem a culpabilidade está assentada na alteridade, e não na presunção de liberdade. Pelo fato de viver em sociedade, o homem é responsável por suas ações perante o outro. *ibid.* p. 292-293. Para uma leitura diferenciada a respeito da culpabilidade, com base, sobretudo, em Foucault e Freud, cf. SILVA, Luana de Carvalho. *O princípio da culpabilidade e a produção dos sujeitos*. Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná. Dissertação (mestrado). 196 f. Curitiba, 2008.

¹⁹⁸ ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. *Manual de direito penal brasileiro*. v. 1. 7 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. p. 535. Grifos no original. Para Zaffaroni *et. al.*, a culpabilidade de ato, medida pelos critérios da imputabilidade, potencial consciência da antijuridicidade e exigibilidade de conduta diversa tem a função de apresentar o limite do poder punitivo. Porém, após essa análise, é necessário identificar um outro dado a determinar a culpabilidade: a vulnerabilidade. Nessa perspectiva, dada a arbitrária seletividade criminalizante, que “privilegia” alguns com a sanção criminal mais do que outros, é necessário observar que dadas as características do autor, o esforço que ele realizará para ser controlado pelo sistema será menor ou maior conforme o seu afastamento ou proximidade ao poder. Assim sendo, quanto mais vulnerável é o autor de uma conduta, menor é a sua culpabilidade, dado que menor esforço precisa ser feito para

A questão que se costuma debater no âmbito da inimputabilidade pela idade é que os adolescentes, diferentemente dos doentes mentais, teriam condições de entender o caráter ilícito do fato, residindo especificamente nesse ponto o maior número de críticas daqueles que postulam pela redução da maioridade penal. Em primeiro lugar, o critério biológico adotado pelo código penal para determinar a maioridade penal desconsideraria as especificidades de cada adolescente, e, portanto, não levaria em conta o famigerado *discernimento*. Em segundo lugar, o limite de dezoito anos seria, para esse grupo, muito elevado, especialmente em se considerando o acesso à informação que os adolescentes hoje possuiriam, além do fato de que grande parte dos demais países possui legislações que permitem a condenação criminal de adolescentes e, até mesmo, de crianças¹⁹⁹.

O art. 27 do Código Penal, corroborado pelo art. 228 da CF e pelo art. 104 do ECA, define como penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, “ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial”²⁰⁰. Trata-se este de uma decisão com base em critérios de política criminal, adotada em 1940 e reafirmada em 1984 quando da reforma da parte geral do Código Penal. Conforme consta na exposição de motivos da nova parte geral, decidiu-se pela manutenção da idade de dezoito anos em razão de se considerar que “[...] o menor, ser ainda incompleto, é naturalmente antissocial na medida em que não é socializado ou instruído. O reajustamento do processo de formação do caráter deve ser cometido à educação, não à pena criminal”²⁰¹. Refere-se, a seguir, ao Código de Menores como instrumento necessário para que o menor de 18 anos fosse afastado do convívio social sem ser exposto à contaminação carcerária.

Para Santos, a idade de dezoito anos como limite à responsabilidade penal foi uma decisão adequada: quanto à compreensão da ilicitude do fato, o autor entende que “adolescentes menores de 18 anos podem compreender o injusto de alguns crimes graves, como homicídio, lesões corporais, roubo e furto, por exemplo, mas

que seja surpreendido pelo sistema de controle penal. ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. *Direito Penal Brasileiro*, v. II, I. Rio de Janeiro: Revan, 2010. p. 65.

¹⁹⁹ CAPPI, Riccardo. *Motifs du contrôle et figures du danger: l'abaissement de l'âge de la majorité pénale dans le débat parlementaire brésilien*. Université Catholique de Louvain. École de criminologie. Tese de doutorado. 2011.

²⁰⁰ BRASIL. *Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940*. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 30 ago. 2012.

²⁰¹ BRASIL. Exposição de motivos da nova parte geral do Código Penal. In: *Códigos: Penal; Processo Penal e Constituição Federal*. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 199-210. p. 202.

não são capazes de compreender o injusto da maioria dos crimes comuns e, praticamente, de nenhum dos crimes definidos em leis especiais”²⁰². Por outro lado, os adolescentes “[...] não são capazes de comportamento conforme a eventual compreensão do injusto, por insuficiente desenvolvimento do poder de controle dos instintos, impulsos ou emoções”²⁰³. Trata-se do reconhecimento, conforme a própria normativa internacional, de que pessoas com menos de dezoito anos são pessoas em desenvolvimento e assim devem ser compreendidas²⁰⁴.

O art. 112, §1º do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê quais são os elementos que devem ser levados em consideração pelo juiz para definir qual é a medida adequada a cada caso. São eles: a capacidade de o adolescente cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração²⁰⁵. Segundo a lei, portanto, esse direito infracional é um direito do ato, não preocupado com o autor. As características psíquicas ou biográficas dele não estariam implicadas no momento da aplicação da medida. Porém, na prática, seja na atuação da Justiça, seja em razão de outras características contidas no próprio Estatuto, enormes inconsistências aparecem ao se contrapor as garantias constitucionais previstas para a criança e o adolescente e o caráter discricionário possibilitado ao juiz e aos órgãos da execução da medida. Algumas delas aproximam-no de um direito penal de periculosidade, afastando-o de um direito penal de culpabilidade; poucas características afastam-no do direito penal.

Se é a conduta o que aproxima o adolescente do Judiciário, é a sua história, porém, que determina na prática a medida que a ele será aplicada. A própria questão da reiteração de infrações graves – ainda que não sejam elas definidas – como hipótese que permite a aplicação da medida de internação é um indício desse interesse pela biografia do infrator. Como notam Ciarallo e Almeida, em estudo de

²⁰² SANTOS, Juarez Cirino. *Direito penal: parte geral*. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris/ICPC, 2008. p. 296.

²⁰³ SANTOS, Juarez Cirino. *Direito penal: parte geral*. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris/ICPC, 2008. p. 296.

²⁰⁴ Na ótica do direito penal juvenil, há uma contradição nos sistemas de discernimento e de proteção justamente porque negam a culpabilidade, mas não renunciam à privação de liberdade, ainda que sob o pretexto de proteger ou de educar. Por isso, para Cillero Bruñol, o princípio de culpabilidade deve exercer a função, tanto no direito penal adulto como no sistema socioeducativo, de limite à intervenção estatal, mormente no caso de privação de liberdade. CILLERO BRUÑOL, Miguel. *Nulla poena sine culpa: un límite necesario al castigo penal*. In: UNICEF. *Justicia y derechos del niño*, n. 3. Buenos Aires: 2001. p. 65-76. p. 71.

²⁰⁵ BRASIL. *Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 20 jun. 2009.

processos infracionais em Brasília, por mais que o corpo biológico não seja objeto da atenção dos operadores jurídicos nos documentos do processo, a contínua referência à personalidade dos adolescentes acusados, em um esforço investigativo, é um dado importante de análise. “Tal prerrogativa possibilitou o atravessamento de conteúdos moralistas na avaliação da personalidade pelo operador do Direito, permitindo, até mesmo, a construção de estereótipos”²⁰⁶. Uma das expressões presentes nos processos e referida pelas autoras é a “personalidade voltada para a prática de ilícitos”, algo muito semelhante ao “desvio de conduta” do Código de Menores para designar a situação irregular²⁰⁷. A partir dessas categorias, é a biografia do adolescente o que passa a interessar na definição da medida a ser aplicada pelo juiz, biografia esta, porém, construída a partir da documentação processual, a qual pouco ou nada diz sobre a subjetividade do adolescente. É ele catalogado segundo categorias pré-constituídas a partir de um pensamento preconceituoso e de base menorista, o que corresponde a uma culpabilidade de autor, onde ela se constitui em uma reprovação ao indivíduo por sua conduta de vida²⁰⁸. É interessante notar que a utilização dessa linguagem que remonta ao positivismo criminológico e que tem uma pretensa base psicológica é realizada sobretudo pelos próprios juízes, antes do que pelos psicólogos: como se sabe, a antipsiquiatria surtiu poderosos efeitos, especialmente na busca pela despatologização de comportamentos considerados problemáticos por um mero processo de definição – o mesmo realizado no momento de definir o criminoso²⁰⁹.

Da mesma maneira, Miraglia observa que nas audiências da Vara da Infância e Juventude, muito mais do que um julgamento por um ato infracional cometido, os adolescentes são julgados moralmente por outros aspectos de sua vida, e isso mesmo quando não há qualquer prova de culpa ou quando há prova da inocência. “O que está em questão não é só o ato, mas sua conduta como um todo. No limite, é esse o desvio que se tenta corrigir”²¹⁰.

²⁰⁶ CIARALLO, Cynthia R. C. A.; ALMEIDA, Ângela Maria de O. Conflito entre práticas e leis: a adolescência no processo judicial. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 21, n. 3, p. 613-630, set./dez. 2009. p. 622.

²⁰⁷ CIARALLO, Cynthia R. C. A.; ALMEIDA, Ângela Maria de O. Conflito entre práticas e leis: a adolescência no processo judicial. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 21, n. 3, p. 613-630, set./dez. 2009. p. 622.

²⁰⁸ ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. Manual de direito penal brasileiro. v. 1. 7 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

²⁰⁹ CARVALHO, Salo de. *Antimanual de criminologia*. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

²¹⁰ MIRAGLIA, Paula. Aprendendo a lição: uma etnografia das Varas Especiais da Infância e da Juventude. *Novos Estudos*, n. 72, jul. 2005. p. 79-98. p. 95.

A relação entre a medida socioeducativa de internação e a medida de segurança, bem como a equiparação entre crianças e adolescentes e doentes mentais é mais próxima do que parece ao se ler o Estatuto da Criança e do Adolescente. A primeira semelhança é a mais evidente: menores de dezoito anos e doentes mentais estão inseridos na mesma categoria de inimputáveis. Ainda que uns o sejam por motivos de política criminal – e com fundamento na falta de consciência do dever ou do direito, como diria Tobias Barretto²¹¹ – outros o são pela ausência de livre-arbítrio, dado pela impossibilidade de compreender o caráter ilícito do fato ou de autodeterminar-se de acordo com esse entendimento.

A partir do conceito de inimputabilidade e da impossibilidade de esses dois grupos praticarem crimes e receberem penas, entram em cena as respostas, já não consideradas penais – nos estritos limites do que essa caracterização significaria –, dadas pelo Estado à prática de ato equiparado a crime: as medidas socioeducativas para menores de dezoito anos e as medidas de segurança para doentes mentais.

Se os inimputáveis não são culpáveis, e, portanto, para eles a concepção de livre arbítrio não se aplica, não serão os postulados clássicos que irão fundamentar a pena. Lança-se mão dos postulados positivistas, sobretudo, da categoria da *periculosidade*. Será ela que determinará a medida de segurança adotada, bem como a sua continuidade ou cessação levarão à manutenção ou revogação da medida. Por isso, não há que se falar em tempo determinado, ou em direito penal do fato. Esse âmbito é regido por um direito penal de autor, o qual mantém a decisão nas mãos do juiz, mas que somente é possibilitado em razão da inserção de uma série de saberes técnicos que adentram no discurso e exercem poder²¹².

Hoje as medidas de segurança se encontram em profunda crise, dado que ambos os seus fundamentos – a previsão de crimes futuros, fundado na periculosidade do autor e a eficácia das medidas de segurança para evitar crimes futuros – são indemonstráveis. “Primeiro, nenhum método científico permite prever o comportamento futuro de ninguém; segundo, a capacidade da medida de segurança para transformar condutas anti-sociais de inimputáveis em condutas ajustadas de

²¹¹ BARRETTO, Tobias. *Menores e loucos em direito criminal e fundamento do direito de punir*. Obras Completas v. V. 2 ed. Recife: Estado de Sergipe, 1923.

²¹² FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. 37 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

imputáveis não está demonstrada”²¹³. O que se tem visto na prática é uma tendência à obtenção de prognoses negativas por parte do saber psiquiátrico, em decorrência de uma supervalorização da *periculosidade*, além da estrita confiança dos juristas no saber técnico, gerando aberrações que tornam a resposta estatal aos inimputáveis muito mais penosa do que aquela destinada aos imputáveis.

Na medida socioeducativa de internação, apesar de todos os postulados garantidores, importados do direito penal e processual penal constitucionais, ocupa-se de um instituto que retira direitos – através da privação da liberdade – mas que não é declaradamente pena. Como no sistema dos doentes mentais, a medida socioeducativa mais grave é a de internação *por tempo indeterminado*, ressalvado, no caso do Estatuto, o prazo máximo de três anos. Pelo fato de ser indeterminada, a duração dessa medida não está ligada à gravidade do fato, podendo ser a mesma tanto para atos infracionais em que a violência ou grave ameaça à pessoa é o seu objetivo principal – como no caso do homicídio –, quanto para aqueles em que ela é secundária – como no roubo.

Dentro desse período de três anos prevê-se, no art. 121, §2º, que, no mínimo, a cada seis meses o adolescente seja reavaliado e, em decisão fundamentada, o juiz decida pela manutenção ou revogação da medida. Uma informação interessante trazida no art. 42, §2º da Lei 12594/2012, que institui o SINASE, é a de que “a gravidade do ato infracional, os antecedentes e o tempo de duração da medida não são fatores que, por si, justifiquem a não substituição da medida por outra menos grave”²¹⁴, regra claramente tendente a frear os impulsos punitivistas, mas que também pode acabar servindo para a função oposta.

A despeito do prazo de seis meses, a reavaliação pode ser realizada em prazo menor, desde que solicitada pela direção do programa de atendimento, do defensor, do Ministério Público, do adolescente, de seus pais ou responsável. Ainda assim, essa indeterminação a respeito do tempo de duração da medida de internação, além da discricionariedade com a qual atua o juiz ao determinar sua

²¹³ SANTOS, Juarez Cirino. *Direito penal*: parte geral. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris/ICPC, 2008. p. 654.

²¹⁴ O Sinase prevê, no art. 42, que a autoridade judiciária pode designar audiência quando finalizado o prazo de seis meses, para determinar a manutenção ou revogação da medida. Nessa audiência, servirão para a instrução os relatórios da equipe técnica de atendimento sobre a evolução do Plano Individual de Atendimento (PIA) do adolescente. BRASIL. *Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012*. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm> Acesso em: 02 set. 2012.

manutenção ou revogação, e ainda a inserção de um saber técnico psiquiátrico, através da avaliação psicossocial nessas definições aproximam muito o sistema juvenil daquele destinado aos loucos no sistema brasileiro²¹⁵.

Assim, nas decisões da vara da infância e juventude, diferentemente do que ocorre nas varas criminais, a influência dos “saberes psi” está presente tanto na decisão para determinar qual medida será aplicada quanto na execução da medida, para determinar a sua permanência ou o término. Trata-se de verdadeiros *juízes anexos*, nas palavras de Foucault, que multiplicam as instâncias da decisão judicial²¹⁶.

Como na medida de segurança, a medida socioeducativa de internação é fortemente encarada como medida preventiva, destinada à transformação do adolescente. Por isso, é ela voltada não à análise do ato, mas do autor. Isso pode ser facilmente visualizado nas decisões judiciais²¹⁷, especialmente com o uso de termos como *periculosidade* e *vulnerabilidade* para justificar a decisão pela internação. Para Maglio, trata-se de um indicativo a mais para aproximar a medida de internação do Estatuto das medidas de segurança do código penal²¹⁸.

²¹⁵ MAGLIO, Maria Fernanda dos Santos Elias. *Da medida de segurança e da medida socioeducativa de internação: uma análise comparativa entre as duas formas de privação de liberdade*. Dissertação de mestrado. Universidade Bandeirante de São Paulo. Mestrado profissional em adolescente em conflito com a lei. 2010. 119p. Para Passetti, a inserção desse saber técnico apresentado ao juiz através dos relatórios, além de instrumentalizarem a decisão judicial, a predeterminam, especialmente quando apoiam a opção pela internação. Com base em sua pesquisa em processos infracionais, o autor conclui que “[...] mesmo os relatórios que não prescrevem explicitamente a adoção de qualquer medida, instrumentalizam a decisão do juiz para a internação, através de pistas evidentes e intencionais que culpabiliza, sob qualquer pretexto, o chamado infrator”. O autor aponta que para cada relatório estritamente técnico, existem oito que sugerem aberta ou veladamente a internação. PASSETTI, Edson. *Violentados: crianças, adolescentes e Justiça*. São Paulo: Imaginário, 1999. p. 110.

²¹⁶ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 37 ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 25.

²¹⁷ Dois exemplos rapidamente buscados sem qualquer dificuldade, apenas utilizando os termos de busca “periculosidade e ato infracional” nos sites do TJ-RS e do STJ: “Tratando-se da prática de fato grave, definido como roubo tentado, pois foram apreendidos logo após a prática delitiva, que foi realizada com concurso de agentes e emprego de arma de fogo, no qual os adolescentes, que apresentam expressivo rol de antecedentes, revelaram extrema agressividade, ousadia, ausência senso crítico e de limites, revelando periculosidade social, mostra-se cabível e necessária a imposição da medida socioeducativa de internação sem atividades externas” RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Apelação cível nº 70050328954. Sétima Câmara Cível. Relator Des. Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves. Porto Alegre, 26 de setembro de 2012. E em decisão do STJ: “[...] Ainda que assim não fosse, o Juiz da Infância e da Juventude, ao fixar a medida [de internação], justificou motivadamente sua necessidade, especialmente em razão do comportamento desajustado do Paciente, de sua personalidade voltada para a prática de atos equiparados a crimes e de sua extrema periculosidade”. BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. HC 242796/SP. Quinta Turma. Relatora Ministra Laurita Vaz. Brasília, 06 de setembro de 2012. Grifou-se.

²¹⁸ Maglio analisa em seis categorias a aproximação entre os dois tipos de medidas: a) Presença de características próprias do Direito Penal do autor, em que é dada maior ênfase na pessoa autora do

Onde a *periculosidade* não aparece com tanta frequência no discurso judiciário sobre a criança e o adolescente, é a *vulnerabilidade* a categoria que serve para fazer se sobrepôr o direito infracional de autor ao direito infracional de ato. Como observa Uriarte, o termo periculosidade foi proscrito pela doutrina da proteção integral, dando margem ao uso excessivo dos termos vulnerabilidade e contenção para lidar com os adolescentes através de suas condições pessoais e sociais²¹⁹. A ideia de vulnerabilidade relacionada às condições socioeconômicas dos indivíduos se funda claramente no determinismo positivista, que considera mais propensos ao crime aqueles pertencentes às chamadas *classes marginalizadas*²²⁰. Isso é evidente, por exemplo, na análise das decisões judiciais do Superior Tribunal de Justiça. Em estudo recente, buscou-se a partir dos termos de busca *vulnerabilidade e ato infracional* os sentidos empregados para definir essa categoria²²¹. Em relação

delito do que no ato praticado (lembrando aqui da importância do crime como aspecto revelador da personalidade do sujeito); b) Juízo de periculosidade (em ambos os institutos jurídicos há um esforço em prever-se o futuro, avaliando-se o risco de o agente novamente infringir o regramento jurídico, considerando-o, assim, mais ou menos perigoso, de acordo com essa probabilidade); c) Em regra, as decisões judiciais, em ambos os institutos se limitam a acolher o discurso apresentado pelos elementos extrajurídicos (avaliações e perícias), acatando a sugestão dos avaliadores, mormente se essa sugestão for no sentido da manutenção da custódia; d) Presença de um discurso dito protetivo, em que a privação da liberdade é tida como um benefício ao adolescente e ao portador de transtorno mental; e) Dificuldade e ineficácia do discurso da defesa nas searas das medidas socioeducativas de internação e das medidas de segurança (além da dificuldade em se exercer o efetivo direito de defesa nesses processos, em virtude da forte e decisiva presença dos elementos extrajurídicos, há uma tendência a desconsiderar-se, por completo, os argumentos trazidos pela defesa, principalmente quando esta questiona o conteúdo das avaliações e a sugestão de continuidade do encarceramento); f) Indivíduos protagonistas de ambos os institutos são frequentemente tratados como objeto de tutela e não como sujeito de direitos. MAGLIO, Maria Fernanda dos Santos Elias. *Da medida de segurança e da medida socioeducativa de internação: uma análise comparativa entre as duas formas de privação de liberdade*. Dissertação de mestrado. Universidade Bandeirante de São Paulo. Mestrado profissional em adolescente em conflito com a lei. 2010. 119p. p. 57.

²¹⁹ URIARTE, Carlos E. *Vulnerabilidad, privación de libertad de jóvenes y derechos humanos*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 2006.

²²⁰ Essa tendência, levada a cabo pelos magistrados a partir de seus preconceitos travestidos de empiria, também existe e é forte no campo científico, especialmente nos Estados Unidos. Toda a construção de uma política criminal atuarial desenvolvida nos últimos anos naquele país se embasa na ideia da possibilidade de se conhecer fatores de risco por parte de algumas pessoas e assim poder prever quem serão os criminosos e antecipar a resposta estatal. Dieter observa que no estudo da criminalidade juvenil foram encontrados os fundamentos criminológicos que sustentam a proposta de incapacitação seletiva, a partir de uma pesquisa que constatou a possibilidade de descrever o perfil da terrível minoria criminosa dentre a totalidade de jovens de mesma idade. Esse perfil, evidentemente, segue a lógica da seletividade, permitindo-se associar o perfil de risco a partir de seis fatores: comportamento antissocial; hiperatividade e déficit de atenção; baixa inteligência e rendimento escolar; contato com membros da família com histórico de criminalização; família pobre, numerosa ou em condições ruins de moradia; disciplina parental deficiente, autoritária ou negligente. DIETER, Maurício Stegemann. *Política criminal atuarial: a criminologia do fim da história*. Rio de Janeiro: Revan, 2013. Trata-se da exata definição dada pelos magistrados de “vulnerabilidade”, conforme se percebe na nota abaixo, além de corresponder à retórica política da FUNABEM, como visto anteriormente.

²²¹ No estudo de todos os 26 acórdãos resultantes da pesquisa, todos datados de 2010 a 2012 (o que significa ser esta uma categoria nova), nota-se que ela foi empregada sempre em conjunto com a

a que essas pessoas são vulneráveis, é uma questão não respondida diretamente, nem mesmo como, se elas são vítimas de uma realidade como tal – o que em tese diminuiria a reprovabilidade da conduta – pode a elas caber o sofrimento de uma medida mais gravosa.

Em algumas situações, lê-se que o adolescente está em risco por conta dessa vulnerabilidade. Risco, por exemplo, de ser vítima de alguma agressão ou mesmo de passar fome ou necessidades. Em outras situações, especialmente quando ligada ao uso de drogas, à prática de outros atos infracionais e às más companhias, a vulnerabilidade parece ser entendida como propensão ao crime. Trata-se de uma estreita relação com o conceito de periculosidade: ao analisar a vida pregressa do indivíduo, faz-se uma projeção do que será o seu futuro. Confirma-se aí a passagem linearmente compreendida do *menor em perigo*, em decorrência de suas condições sociais, ao *menor perigoso*: de vítima da sociedade desigual e de pais irresponsáveis, a algoz dessa mesma sociedade²²².

Desse modo, apesar de defender a necessidade de que o direito da criança e do adolescente se desvincule do direito penal, é necessário confrontar a descrição da realidade – na prática, o sistema das medidas socioeducativas é diariamente inserido em um âmbito ainda pior do que o da pena e do direito penal, o das medidas de segurança – com a prescrição da realidade: se o Estatuto é, de fato, a primeira lei brasileira que se encaminha em direção ao abolicionismo penal, isso não

análise das condições pessoais e sociais do adolescente para determinar a medida socioeducativa ou protetiva mais adequada, nas seguintes situações: 1) condição econômica desfavorável; 2) família desestruturada; 3) perda do pai ou da mãe; 4) influência negativa de membros da família; 5) prática de outros atos infracionais; 6) gravidez; 7) uso de entorpecentes; 8) dificuldade de cumprir normas e regras; 9) identidade com a vida nas ruas; 10) abandono da escola; 11) más companhias; 12) pai e/ou mãe presos. Essas situações costumam ser apresentadas em conjunto, dependendo do caso do adolescente em questão e do que se está buscando fundamentar ao utilizar o termo vulnerabilidade. De qualquer maneira, a vulnerabilidade é apresentada como um dado pertencente ao indivíduo que está sendo julgado, sem grandes explicações ou contextualizações: trata-se de uma perspectiva que entende que ontologicamente, os adolescentes pobres e cuja família não se estrutura dentro do modelo “desejável”, segundo uma percepção moralista do próprio julgador, são vulneráveis. Quanto às situações para as quais o termo *vulnerabilidade* foi instrumentalizado, dois grandes grupos de resultados puderam ser encontrados nos 26 acórdãos analisados. No primeiro grupo – de 24 acórdãos – encontram-se os entendimentos de que a situação de vulnerabilidade indica a necessidade de maior intervenção do Estado para corrigir o adolescente, sendo as medidas mais graves – a semiliberdade e a internação – consideradas as mais adequadas para a “proteção” do adolescente. No segundo grupo, no qual constam dois acórdãos, entende-se a vulnerabilidade como situação que enseja a adoção de medidas protetivas e não socioeducativas. BUDÓ, Marília De Nardin. Vulnerabilidade, exclusão, seletividade: o menorismo vivo nas decisões do STJ sobre o ato infracional. In: *Anais do XXII Encontro Nacional do Conpedi*. Curitiba: Boiteux, 2013.

²²² MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de; PESCAROLO, Joyce Kelly. *Quem tem medo dos jovens?* Disponível em: <<http://www.naoviolenca.org.br/pdf/quemtemedodosjovens.pdf>> Acesso em: 20 ago. 2012.

implica que se possa confiar que esse sistema não será utilizado no sentido oposto através das práticas que rançosamente desenterram a doutrina da situação irregular. Daí a necessidade de uma transformação na linguagem e na mentalidade das pessoas, na busca pela real mudança do pensamento hegemônico sobre o ato infracional. Mas defender o minimalismo, nesse caso, também implica em retrocesso, pois desconsidera o avanço da legislação, que não busca “a bondade dos bons” ou a “punição justa”, mas sim a responsabilização do adolescente que causou um dano, a reparação do dano e a preservação dos laços da família e da comunidade.

Prisão perpétua à brasileira²²³: sem crime, sem processo, sem condenação

Para ir além do campo jurídico, deve-se notar que a solicitação, por juízes, de constantes avaliações psiquiátricas de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas para averiguar seu grau de periculosidade ou diagnosticar transtornos de personalidade antissocial vem sendo também objeto de preocupação por parte dos profissionais da área da psicologia²²⁴. A patologização dos adolescentes autores de ato infracional é tratada por Vicentin *et. al.* como “fenômeno analisador de determinadas lógicas de poder em jogo hoje na gestão dos riscos que a juventude coloca ao campo social, principalmente pela via da articulação entre transtorno mental e criminalidade juvenil”²²⁵. As autoras demonstram, em sua pesquisa, que na esfera da infância e juventude, em especial em sua relação com o Poder Judiciário, tem-se um retorno ao período anterior às conquistas de desinstitucionalização do movimento antimanicomial, chegando-se ao ponto de, em

²²³ A revista Istoé do dia 29 de abril 2011 publicou uma reportagem com esse título, para tratar sobre o caso Champinha. Champinha foi condenado pelos assassinatos de Felipe Caffé e Liana Friedenbach, mortos em novembro de 2003 em Embu-Guaçu, na grande São Paulo. O adolescente tinha 16 anos à época e foi internado. Nas vésperas de encerrarem os três anos da medida de internação o adolescente foi interditado civilmente através de pedido do Ministério Público e então foi levado à Unidade Experimental de Saúde, como o seu primeiro interno. Assim, mesmo sem que tenha cometido novo ato, e já cumprida a medida socioeducativa pelos fatos anteriores, o adolescente permanece privado de liberdade até os dias atuais. AZEVEDO, Solange. Prisão perpétua à brasileira. *Istoé*, n. 2164, 29 abr. 2011. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/135118_PRISAO+PERPETUA+A+BRASILEIRA> Acesso em: 21 mar. 2012.

²²⁴ VICENTIN, Maria Cristina G.; GRAMKOW, Gabriela; ROSA, Miriam Debieux. A patologização do jovem autor de ato infracional e a emergência de “novos” manicômios judiciais. *Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano*, v. 20, n. 1, p. 61-69, 2010.

²²⁵ VICENTIN, Maria Cristina G.; GRAMKOW, Gabriela; ROSA, Miriam Debieux. A patologização do jovem autor de ato infracional e a emergência de “novos” manicômios judiciais. *Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano*, v. 20, n. 1, p. 61-69, 2010.p. 62.

São Paulo, por exemplo, um novo manicômio ser construído para abrigar adolescentes considerados perigosos²²⁶.

A partir de São Paulo vem ocorrendo uma remanicomialização destinada aos adolescentes *perigosos*, os quais já cumpriram a medida socioeducativa e são internados na Unidade Experimental de Saúde sem que tenham cometido novo ato infracional ou crime. A partir da chave do *transtorno de personalidade* e de seu correlato, a *periculosidade*, o adolescente que precisa ser liberado compulsoriamente, em razão de haver completado 21 anos ou de ter cumprido os três anos de internação, é interditado civilmente por iniciativa do Ministério Público e é imposta a sua internação psiquiátrica por tempo indeterminado²²⁷. Sequer prazos de reavaliação do caso, ou a definição de equipes incumbidas de promovê-la estão previstas, de modo que a característica que se sobressai desses processos de interdição é a absoluta indeterminação do tempo de privação de liberdade²²⁸.

Como observa Rauter, o transtorno antissocial possui uma característica em comum com o que se entendia antes por psicopatia: “o de pretender fazer da

²²⁶ A psiquiatrização do tratamento da juventude, entendida como “a predominância dos saberes e fazeres *psi* na gestão das problematizações e dos conflitos que setores da juventude vêm colocando ao campo social”, pode ser identificada em alguns traços: 1) propostas de alteração do ECA centradas no argumento *periculosidade* e dos transtornos mentais e a criação de medidas de segurança para adolescentes; 2) crescente encaminhamento de adolescentes pelo juiz para avaliações psiquiátricas; 3) crescente internação psiquiátrica de adolescentes por determinação judicial e por prazos superiores àqueles que ingressam sem esse tipo de decisão, em casos de distúrbios de conduta e não psicóticos; 4) a fundação, no estado de São Paulo, da Unidade Experimental de Saúde (UES), em dezembro de 2006, destinada a oferecer atendimento para autores de ato infracional com diagnóstico de transtorno de personalidade e/ou de periculosidade, durante cumprimento de medida socioeducativa de internação e tiveram essa medida convertida pelo Poder Judiciário em medida protetiva, com a justificativa de o SUS não atender tais casos em regime de contenção. VICENTIN, Maria Cristina G.; GRAMKOW, Gabriela; ROSA, Miriam Debieux. A patologização do jovem autor de ato infracional e a emergência de “novos” manicômios judiciais. *Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano*, v. 20, n. 1, p. 61-69, 2010.p. 62.

²²⁷ FRASSETO, Flávio Américo. *Unidade Experimental de Saúde – mais um triste capítulo da história de paulista no tratamento de jovens infratores*. Mimeo, s/d.

²²⁸ FRASSETO, Flávio Américo. Fronteiras psi-jurídicas dos casos de interdição em andamento em São Paulo e a questão da Unidade Experimental de Saúde. In: *Políticas de saúde mental e juventude nas fronteiras psi-jurídicas*. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região, 2011. p. 9-14. p. 11. Uma fala representativa a respeito da criação da UES é a realizada em sua inauguração pela então superintendente de saúde: “[...] a unidade não abrigará doentes mentais, mas adolescentes de 'conduta anti-social', que ela mesma define como 'internos com tendência a depredar unidades, que não cuidam de suas coisas, são questionadores e não seguem normas, os agitados’”. O intuito claro de neutralização e a linguagem fundada na ideia de conduta antissocial são questionados pelos psicólogos a partir de uma análise evidente: dentro das instituições de internação de adolescentes a conduta antissocial é beneficiada e estimulada, de maneira que os mais antissociais são os mais respeitados, seja pelos demais internos, seja pelos funcionários da instituição. VICENTIN, Maria Cristina G.; GRAMKOW, Gabriela; ROSA, Miriam Debieux. A patologização do jovem autor de ato infracional e a emergência de “novos” manicômios judiciais. *Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano*, v. 20, n. 1, p. 61-69, 2010.p. 65.

oposição às leis, da rebeldia, da desobediência, o sintoma de uma doença”²²⁹. Não se trata, portanto, de algo diverso das tentativas positivistas de enquadrar o criminoso em algum tipo de anormalidade, trazendo como resposta à sua biografia e estilo de vida, e não aos seus atos, um tratamento correspondente. Para Bentes, esse transtorno é o resultado da inconformidade: “Não se comportando como “bons infratores”, só resta aos invencíveis a possibilidade de estarem loucos”²³⁰. A característica inovadora é a do expansionismo que vem vivenciando a moderna psiquiatria simbolizada no transtorno antissocial, “pois se refere a estranhas formas de loucura lúcida, difíceis de diferenciar da normalidade”, constituindo-se em um híbrido, segundo Rauter, situado a meio caminho entre justiça e psiquiatria²³¹. Trata-se, de fato, da utilização pelo Estado de uma arma oferecida pela psiquiatria, descoberta no Brasil já no início do século XX: “a possibilidade da exclusão de cidadãos que não tenham contrariado qualquer artigo do Código Penal”²³².

A patologização da juventude é entendida como uma estratégia por Rosa e Vicentin, advinda da adoção de uma postura de defesa social, despreocupada com os seus direitos e, sobretudo, tendente a excluí-los da vivência social. Para as autoras, a questão da periculosidade, da maneira como é percebida hoje no discurso político-jurídico-médico sobre o adolescente, já não a identifica como em sua origem oitocentista como um atributo intrínseco do sujeito, voltando-se para uma noção de “incontrolabilidade”. Facilita-se, assim o seu uso, inclusive seu diagnóstico por parte dos juristas, os quais necessitam apenas verificar o comportamento indisciplinado do adolescente para entendê-lo como perigoso²³³.

²²⁹ RAUTER, Cristina. *Criminologia e subjetividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2003. p. 13.

²³⁰ BENTES, Ana Lúcia Seabra. *Tudo como dantes no quartel d'Abrantes: estudo das internações psiquiátricas de crianças e adolescentes através de encaminhamento judicial*. Dissertação (Mestrado). Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Osvaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1999. 141 f. p. 81.

²³¹ RAUTER, Cristina. *Criminologia e subjetividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2003.

²³² RAUTER, Cristina. *Criminologia e subjetividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2003. p. 43. Como observa Foucault, o “biográfico” faz existir o “criminoso” antes do crime e, num raciocínio – limite, fora deste: “Entramos então no dédalo “criminológico” de que estamos bem longe de ter saído hoje em dia: qualquer causa que, como determinação, só pode diminuir a responsabilidade, marca o autor da infração com uma criminalidade ainda mais temível e que exige medidas penitenciárias ainda mais estritas. À medida que a biografia do criminoso acompanha na prática penal a análise das circunstâncias, quando se trata de medir o crime, vemos os discursos penal e psiquiátrico confundirem suas fronteiras; e aí, em seu ponto de junção, forma-se aquela noção de indivíduo “perigoso” que permite estabelecer uma rede de causalidade na escala de uma biografia inteira e estabelecer um veredicto de punição-correção”. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhe. 37 ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 239.

²³³ ROSA, Miriam Debieux; VICENTIN, Maria Cristina. Os Intratáveis: o exílio do adolescente do laço social pelas noções de periculosidade e irrecuperabilidade. *Psicologia Política*, 10(19), 107-124, 2010.

Essa psiquiatrização não é, porém, um produto do acaso. Vem de fins do século XIX a generalização da psiquiatria que permite patologizar as condutas a partir do afastamento ou aproximação da norma, que é dada pela própria psiquiatria. “Tudo que é desordem, indisciplina, agitação, indocilidade, caráter recalcitrante, falta de afeto etc., tudo isso pode ser psiquiatrizado agora”²³⁴. O que é irregular em relação à norma, é disfunção patológica em relação ao normal. Evidentemente trata-se de um pensamento típico de outra época, e que desconsidera toda a crítica desenvolvida especialmente nos anos 1960 a esse processo. Como dito acima, os próprios juristas potencializam as ingerências da psiquiatria no campo do direito, crendo em uma capacidade quase mágica de previsão do futuro através da elaboração de prognósticos pelas equipes médicas. Essa tendência pode ser claramente percebida na manutenção da lógica asilar no sistema das medidas de segurança, contrariando, da mesma forma, os princípios e direitos alinhados à luta antimanicomial inscritos na Lei 10.216/2001²³⁵.

Daí que se, por um lado, a aproximação do direito da criança e do adolescente e da medida de internação do direito penal e da pena de prisão, em um sentido prescritivo, representa, sem dúvidas, um verdadeiro retrocesso diante da teleologia abolicionista do Estatuto, em um sentido descritivo essa aproximação traz mais benefícios ao adolescente do que essa tendência real à aproximação da internação com a medida de segurança. Nesse sentido, o princípio de culpabilidade como limite à intervenção estatal na liberdade do adolescente é mais desejável do que a periculosidade, que não limita, mas sim, abre instâncias ilegais de intervenção do Estado, baseada não mais no direito, mas sim na psiquiatria. A luta, portanto, deve se direcionar a ambas as frentes: a do minimalismo como meio para o abolicionismo, nas situações em que a internação esteja sendo tratada como um bem ao adolescente, mesmo implicando em violação de direitos; a do abolicionismo, onde quer que as práticas não punitivas e responsabilizadoras possam ser levadas a efeito em virtude de uma melhor compreensão desse sistema por parte dos atores envolvidos²³⁶. Mas mais importante do que qualquer uma dessas posturas é aquela

²³⁴ FOUCAULT, Michel. *Os anormais*: curso no Collège de France (1974-1975). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. 138.

²³⁵ CARVALHO, Salo de; WEIGERT, Mariana de Assis Brasil e. A punição do sofrimento psíquico no Brasil: reflexões sobre os impactos da reforma psiquiátrica no sistema de responsabilização penal, *Revista de Estudos Criminais*, Porto Alegre, n. 48, janeiro-março 2013, p. 55-90.

²³⁶ Segue-se aqui de perto a percepção de Andrade, no que respeita ao fato de abolicionismo e minimalismo não poderem “ser encerrados numa dicotomia ou bipolarização estática, pois os

contestadora no âmbito do discurso: desconstruir tanto a legitimidade dos argumentos menoristas quanto dos argumentos punitivos são o passo talvez mais desafiador e fundamental da prática abolicionista na luta pela hegemonia.

1.2.3 Medidas socioeducativas: objetivos declarados e objetivos reais

A lei nº 12594/2012 instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e regulamentou a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente condenado pela prática de ato infracional, superando o problema do vácuo legal que havia nessa matéria²³⁷. Um deles era o dos objetivos das medidas socioeducativas, as quais, em especial nas decisões judiciais, aparecem como sendo de prevenção especial positiva, ou seja, tratamento para modificação da conduta do adolescente através da medida, função essa mais conhecida como de *ressocialização* ou *reeducação*. Justamente em razão desse entendimento, o que vigora nas mentalidades jurídicas país afora é o uso do critério da *periculosidade*, muitas vezes substituído pelo da *vulnerabilidade* para aferir a necessidade ou desnecessidade da medida, especialmente a de internação.

O grande problema de interpretação não advém da dificuldade de eliminar as práticas más, autoritárias, repressivas e criminalizadoras da pobreza, mas sim, de eliminar as “boas” práticas tutelares e compassivas: “as piores atrocidades contra a infância se cometeram (e ainda se cometem), muito mais em nome do amor e da compaixão do que em nome da própria repressão”²³⁸. É a cultura do *messianismo*, do *subjetivismo* e da *discrecionalidade* que implica na crise de interpretação do

minimalismos teóricos, partindo da deslegitimação, não são bipolares, mas complementares ou contraditórios e assim se dialetizam com os abolicionismos, seja porque os modelos incorporam a razão e a utopia abolicionista (Alessandro Baratta e Eugenio Raúl Zaffaroni) e a elas são reconduzidos estratégica e taticamente; seja porque instauram a polêmica, isto é, sua antítese dialética (Ferrajoli), o que desemboca no plano da argumentação”. ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Pelas mãos da criminologia*. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2012. p. 269.

²³⁷ Para Ramidoff, o SINASE se constitui em mais uma produção jurídica que não contribui para a mudança na cultura jurídica, verdadeiro ponto fraco da aplicação do Estatuto. Trata-se, ainda, de uma legislação “[...] concorrente, pelo que desestabiliza a própria equação assecuratória então estabelecida pelos direitos e garantias fundamentais particularmente inerentes à criança e ao adolescente”. RAMIDOFF, Mário Luiz. *Lições de direito da criança e do adolescente: ato infracional e medidas socioeducativas*. 3 ed. Curitiba: Juruá, 2011. p. 103.

²³⁸ GARCÍA MENDEZ, Emilio. *Adolescentes y responsabilidad penal: un debate latino-americano*. In: Congreso Internacional de Derecho Penal. Ciudad de México: Centro de Investigaciones jurídicas, UNAM, 2006. Disponível em: <<http://www.juridicas.unam.mx/sisjur/penal/pdf/11-566s.pdf>> Acesso em: 13 set. 2012. p. 6. Tradução livre do original em espanhol: “Se partía aquí de la constatación, lamentablemente confirmada por la historia en forma reiterada, acerca de que las peores atrocidades contra la infancia se cometieron (y se cometen todavía hoy), mucho más en nombre del amor y la compasión que en nombre de la propia represión”.

ECA, já que ele e toda a normativa internacional com a qual coaduna, foram criados para combater essas *bondades*, que estão vinculadas à teoria das incapacidades e à ideologia tutelar²³⁹.

A ideia de que o *menor* era um completo incapaz estava na base da necessidade de sua tutela e da discricionariedade. Por outro lado, sob o paradigma da proteção integral, a incapacidade atribuída às crianças tem caráter transitório e relativo (art. 5º e 12 da CIDC), não sendo admitida tal discricionariedade, mesmo quando há o dever de proteção²⁴⁰. Segundo García Méndez, o que a Convenção faz, ao transformar as necessidades em direitos, é limitar a discricionariedade dos adultos no trato da infância²⁴¹.

Assim, diante da mudança de paradigma, os objetivos declarados necessariamente devem ser outros, condizentes com a compreensão do adolescente como sujeito de direitos e não como objeto de tutela. Foi o que fez a Lei 12.594/2012, quando os definiu (no art. 1º, §2º) da seguinte maneira:

§ 2º Entendem-se por medidas socioeducativas as previstas no art. 112 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), as quais têm por objetivos:
I - a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;
II - a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e
III - a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei²⁴².

Tais objetivos se coadunam à perspectiva emancipatória do ECA, no sentido de não conceber as medidas socioeducativas como proteção ou tutela, mas como responsabilização do adolescente e desaprovação da conduta, bem como a sua integração social. A ideia de integração social está na base do projeto abolicionista

²³⁹ GARCÍA MENDEZ, Emilio. *Adolescentes y responsabilidad penal: un debate latino-americano*. In: Congreso Internacional de Derecho Penal. Ciudad de México: Centro de Investigaciones jurídicas, UNAM, 2006. Disponível em: <<http://www.juridicas.unam.mx/sisjur/penal/pdf/11-566s.pdf>> Acesso em: 13 set. 2012. p. 6.

²⁴⁰ GARCÍA MENDEZ, Emilio. A dimensão política da responsabilidade penal dos adolescentes na América Latina: notas para a construção de uma modesta utopia, *Educação e realidade*, Porto Alegre, n. 33, v. 2, p. 15-36, jul.-dez. 2008.p. 26

²⁴¹ GARCÍA MENDEZ, Emilio. A dimensão política da responsabilidade penal dos adolescentes na América Latina: notas para a construção de uma modesta utopia, *Educação e realidade*, Porto Alegre, n. 33, v. 2, p. 15-36, jul.-dez. 2008.p. 26

²⁴² BRASIL. *Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012*. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato_2011-2014/2012/lei/l12594.htm> Acesso em: 02 set. 2012.

do Estatuto, que, além de *facultar* ao juiz a aplicação de medida socioeducativa, estabelece os princípios de mínima intervenção judicial, brevidade da medida e excepcionalidade da internação, bem como o princípio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Na execução das medidas socioeducativas, além dos princípios que regem todo o processo infracional, estão presentes outros, trazidos pelo SINASE. O primeiro princípio, de legalidade, segue de perto a previsão da Convenção, em seu art. 40, 2, b, de que nenhuma criança será suspeita ou acusada de condutas que ao tempo de seu cometimento não eram proibidas por lei. Para Cillero Bruñol, a sobreposição do princípio de legalidade em relação ao princípio de tutela da irregularidade, e a do juízo de responsabilidade em relação ao de periculosidade são dois elementos básicos que inspiraram as reformas no direito da criança e do adolescente desde a CIDC²⁴³.

O SINASE traz ainda o princípio de excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos, o que o diferencia muito do sistema adulto e demonstra uma face abolicionista (art. 35, II). Esse viés pode ser percebido também no princípio da “prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas”, contido no inciso III do art. 25. Também o princípio da brevidade da medida (art. 35, V) é reiterado pelo SINASE, bem como o da mínima intervenção, “restrita ao necessário para a realização dos objetivos da medida” (art. 35, VII). O fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo, princípio contido no art. 35, IX, é coerente à proposta de mínima intervenção, buscando permitir a inclusão do adolescente, e não sua exclusão social.

No que tange à individualização da medida socioeducativa, prevê o SINASE que devem ser consideradas a idade, as capacidades e as circunstâncias pessoais do adolescente, de maneira a adaptar a medida à sua realidade (art. 35, VI). Essa individualização é uma garantia do adolescente, e, por isso, condições desfavoráveis economicamente ou socialmente jamais podem implicar na adoção de medidas mais gravosas. Por fim, o princípio de não discriminação do adolescente deve estar presente na execução da medida, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação

²⁴³ CILLERO BRUÑOL, Miguel. *Nulla poena sine culpa*: un límite necesario al castigo penal. In: UNICEF. *Justicia y derechos del niño*, n. 3. Buenos Aires: 2001. p. 65-76. p. 66.

ou pertencimento a qualquer minoria ou status (art. 35, VIII).

Na interpretação dos objetivos declarados da medida socioeducativa e dos princípios trazidos pelo ECA, os estudiosos se dividem. É possível destacar alguns grupos de posturas, que serão detalhados a seguir.

a) Direito penal juvenil: grupo de autores que entendem ser a responsabilização estatutária um tipo de sanção e que costumam adotar uma postura garantista, nos moldes propostos por Ferrajoli.

b) Posição agnóstica: entende que a medida socioeducativa possui caráter não penal, mas também adota a perspectiva garantista de Ferrajoli originariamente pensada para o direito penal adulto, mas “plenamente aplicável aos adolescentes”²⁴⁴, entendendo a medida socioeducativa como agnóstica.

c) Posição educativa: percebe esse sistema independentemente do direito penal, buscando uma autonomia fundada na ideia de que a medida tem um objetivo educacional e não punitivo²⁴⁵. A medida tem caráter educativo-pedagógico para permitir ao adolescente a construção de um projeto de vida²⁴⁶.

a) O garantismo penal como forma de limitar o arbítrio punitivo contra a criança e o adolescente

Com o objetivo precípua de afastar a concepção menorista do direito da criança e do adolescente, após a ruptura paradigmática trazida pela CIDC²⁴⁷, autores como García Méndez, Cortés Morales, Beloff e Saraiva buscam exorcizá-lo de qualquer intenção tutelar e do *messianismo*, *subjetivismo* e *discrecionalidade* que costumam acompanhá-la quando se trata do ato infracional²⁴⁸.

Para tanto, designam o ato infracional como crime, a medida socioeducativa

²⁴⁴ ROSA, Alexandre Morais da; LOPES, Ana Christina Brito. *Introdução crítica ao ato infracional: princípios e garantias constitucionais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 268.

²⁴⁵ VERONESE, Josiane Rose Petry; LIMA, Fernanda da Silva. Medidas sócio-educativas: a responsabilização estatutária como antagônica da visão penal. In: *Anais do II Seminário Internacional de Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje*, 2008, Rio de Janeiro: Rede Sirius/ UERJ, 2008.

²⁴⁶ RAMIDOFF, Mário Luiz. *Lições de direito da criança e do adolescente: ato infracional e medidas socioeducativas*. 3 ed. Curitiba: Juruá, 2011.

²⁴⁷ CUSTÓDIO, André Viana. Teoria da proteção integral: pressuposto para compreensão do direito da criança e do adolescente. *Revista do Direito*, v.29, p.22-43, Santa Cruz do Sul, 2008.

²⁴⁸ GARCÍA MENDEZ, Emilio. *Adolescentes y responsabilidad penal: un debate latino-americano*. In: Congreso Internacional de Derecho Penal. Ciudad de México: Centro de Investigaciones jurídicas, UNAM, 2006. Disponível em: <<http://www.juridicas.unam.mx/sisjur/penal/pdf/11-566s.pdf>> Acesso em: 13 set. 2012. p. 6.

como sanção e o sistema de medidas socioeducativas como direito penal juvenil. Se a medida for considerada um bem, não haverá motivo para limitá-la. Cortés trata essa construção discursiva da situação irregular como uma “fraude de etiquetas”²⁴⁹: dizia-se que as crianças eram tratadas, mas elas eram punidas. A consequência disso era a ausência do reconhecimento das garantias penais, acompanhada de todas as consequências nefastas que a punição traz para o indivíduo. Em razão dessa análise, que demonstra historicamente a prática de um direito punitivo travestido de tutelar, o autor afirma que “não é inteiramente correto que os sistemas de responsabilidade juvenil inovem quanto à aplicação de penas à infância, a novidade nessa área está dada pela aplicação de garantias”²⁵⁰.

Uma das principais consequências de se compreender o direito infracional como um direito penal juvenil é a crítica à ausência de relação preestabelecida entre infração e medida, bem como ao indeterminado período de sua duração. Beloff explica que, nessa perspectiva, as consequências jurídicas da conduta transgressora da lei penal realizada por adolescente são sanções, e justamente por isso devem ser estabelecidas por tempo determinado, proporcionalmente à gravidade do ato. Trata-se de um direito penal do fato, o que é confirmado pela ideia de que as circunstâncias pessoais só podem operar para reduzir a gravidade da sanção, e “[...] os fins de reintegração e integração social do jovem declarado penalmente responsável não podem se antepor à reprovação pelo ato”²⁵¹.

Responsabilidade é a palavra que, para Beloff, resume a CIDC: “em primeiro lugar dos adultos, representados pelo Estado, pela comunidade e pela família; e em segundo lugar, das crianças”²⁵². É justamente a compreensão de crianças e

²⁴⁹ CORTÉS MORALES, Julio. A 100 años de la creación del primer Tribunal de Menores y 10 años de la Convención Internacional de los Derechos del Niño: el desafío pendiente. In: UNICEF. *Justicia y derechos del niño*, n. 9. Santiago, Chile: 2007. p. 143-158. p. 155.

²⁵⁰ CORTÉS MORALES, Julio. A 100 años de la creación del primer Tribunal de Menores y 10 años de la Convención Internacional de los Derechos del Niño: el desafío pendiente. In: UNICEF. *Justicia y derechos del niño*, n. 9. Santiago, Chile: 2007. p. 143-158. p. 155. Tradução livre do original em espanhol: “[...] no es enteramente correcto que los sistemas de responsabilidad juvenil innoven en cuanto a la aplicación de penas a la infancia, más bien la novedad en esta área está dada por la aplicación de garantías”. No Brasil outra autora fundamental a tratar sobre o tema nessa mesma perspectiva é Karina Sposato. Cf. SPOSATO, Karyna Batista. *O Direito Penal Juvenil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006. Também Shecaira traz importantes contribuições ao campo, inclusive tratando de maneira crítica sobre as relações entre imputabilidade e culpabilidade. Cf. SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Sistema de garantias e direito penal juvenil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

²⁵¹ BELOFF, Mary. Los nuevos sistemas de justicia juvenil en América Latina (1990-2006). In: UNICEF. *Justicia y derechos del niño*, n. 9. Santiago, Chile: 2007. p. 177-218. p. 216.

²⁵² BELOFF, Mary. Algunas confusiones en torno a las consecuencias jurídicas de la conducta transgresora de la ley penal en los nuevos sistemas de justicia latinoamericanos. In: UNICEF. *Justicia*

adolescentes como sujeitos de direitos que leva à sua responsabilidade.

Em razão dessa percepção, alguns dos defensores do direito penal juvenil entendem que a ideia de ressocialização não deve ser o objetivo da sanção, dado o seu caráter de direito penal do autor, bem como a ilegitimidade do Estado de impor um determinado modo de vida como o único correto. Por isso, os autores dessa corrente buscam explicar o significado da expressão “educação” contida em todo arcabouço jurídico relacionado à criança e ao adolescente. Para Couso, a educação é um direito social de todas as crianças e adolescentes, inclusive daquelas que praticaram atos infracionais. Já a sanção penal é uma resposta negativa dada pelo Estado àquele que transgrediu a norma. Enquanto a perspectiva pedagógica dirigida à educação do adolescente está profundamente ligada às políticas sociais do Estado, pois “aspira ao desenvolvimento da personalidade, contando com sua autonomia e participação, e considerando plenamente sua subjetividade”²⁵³, no direito penal juvenil isso só pode ter outro sentido: a educação como efeito da pena, é entendida no sentido da intimidação individual (“efeito educativo da retribuição”), e da “ressocialização”²⁵⁴.

Assim, apesar de haver autores, como Saraiva, que adotam a perspectiva do direito penal juvenil, mas que entendem haver uma finalidade educacional na medida socioeducativa, vinculada às *necessidades* dos adolescentes e da sociedade²⁵⁵, a maior parte dos autores aí posicionados entendem que a finalidade precípua é a *responsabilização*. O conteúdo educacional nada tem de pedagógico, não busca uma transformação na identidade do sujeito, mas é uma consequência da atribuição de responsabilidade, ou seja, da ligação entre o adolescente e a sua conduta.

Dessa maneira, ainda que se esteja tratando no caso de concreto de uma

y *derechos del niño*, n. 3. Buenos Aires: 2001. p. 9-37. p. 15. Tradução livre do original em espanhol: “Si hay una palabra que resume a la Convención, esa es responsabilidad; en primer lugar, de los adultos, representados por el Estado, por la comunidad y por la familia; y en segundo lugar, de los niños”.

²⁵³ COUSO, Jaime. Principio educativo y (re)socialización en el derecho penal juvenil. In: UNICEF. *Justicia y derechos del niño*, n. 9. Santiago, Chile: 2007. p. 219-232. p. 219. Tradução livre do original em espanhol: “[...] aspira al desarrollo de la personalidad, contando con su autonomía y participación, y considerando plenamente su subjetividad”.

²⁵⁴ COUSO, Jaime. Principio educativo y (re)socialización en el derecho penal juvenil. In: UNICEF. *Justicia y derechos del niño*, n. 9. Santiago, Chile: 2007. p. 219-232. p. 219. Tradução livre do original em espanhol: “[...] aspira al desarrollo de la personalidad, contando con su autonomía y participación, y considerando plenamente su subjetividad”.

²⁵⁵ SARAIVA, João Batista Costa. *Compêndio de direito penal juvenil*. 4 ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010. p. 71.

situação em que a privação de liberdade acabe sendo a medida adotada, a ideia de ressocialização apenas pode surgir como limite à internação, criando o maior número possível de situações nas quais o adolescente deixará o cárcere. Esse princípio, ainda, importa na opção de sempre proporcionar uma situação mais benigna ao adolescente do que ao adulto, operando em dois sentidos: primeiro, exigindo melhor infraestrutura de acolhimento dos adolescentes nos centros de privação de liberdade, fundadas no direito constitucional de possuir condições dignas; segundo, no sentido de fomentar os benefícios penitenciários, permitindo ao jovem terminar a pena antecipadamente, ou substituí-la²⁵⁶.

O princípio ressocializador e educativo seria, então, ao contrário do que pregam os menoristas, não um princípio positivo, no sentido de impor ao adolescente uma transformação de sua forma de vida, mas sim, um princípio negativo, no sentido de proporcionar a ele o maior número possível de situações nas quais ele possa usufruir de liberdade e de contato com a família e a comunidade²⁵⁷.

A normativa internacional não é clara quanto à natureza jurídica da reação estatal à prática de ato infracional por adolescentes. A questão, portanto, que divide os estudiosos da matéria é sobre se se tratam de *medidas*, *medidas socioeducativas*, *penas* ou *sanções*²⁵⁸. Para Beloff, apesar de a maior parte dos países terem previsto essa resposta sob o título de *medidas socioeducativas*, ele não seria o mais apropriado, principalmente por aparentar um benefício ao

²⁵⁶ COUSO, Jaime. Principio educativo y (re)socialización en el derecho penal juvenil. In: UNICEF. *Justicia y derechos del niño*, n. 9. Santiago, Chile: 2007. p. 219-232. p. 223-224.

²⁵⁷ Para Couso, esse princípio criaria uma ordem de prioridade nas alternativas existentes em um caso de ato infracional: “- primeira opção, desestimar a causa, deixando de intervir para não entorpecer ou por em perigo o processo de socialização da criança ou adolescente; - segunda opção, desestimar o caso na justiça juvenil e derivar o assunto aos serviços sociais regulares e de proteção (ou terapia) da infância e da família quando o adolescente tem necessidades educativas e de socialização insatisfeitas que requerem alguma intervenção institucional, que jamais poderá ser sanção encoberta. - terceira opção, procurar um entendimento entre o adolescente autor e a vítima, que conduza em seu caso a uma reparação; - quarta opção, impor uma medida ou sanção ambulatoria, orientada a reduzir a possibilidade de um futuro comportamento delituoso; - quinta opção (como último recurso e pelo menor tempo possível), impor uma sanção privativa de liberdade, em condições privilegiadas em comparação com outros centros e colocando-se desde o primeiro momento a possibilidade de reduzir seu impacto negativo para a socialização através de benefícios penitenciários”. COUSO, Jaime. Principio educativo y (re)socialización en el derecho penal juvenil. In: UNICEF. *Justicia y derechos del niño*, n. 9. Santiago, Chile: 2007. p. 219-232. p. 229-230. Tradução livre do original em espanhol.

²⁵⁸ Beloff compila as expressões utilizadas pelos diferentes países latino-americanos. A expressão *medidas socioeducativas* é utilizada em Brasil, Bolívia, Guatemala, Honduras, Peru, Paraguai; apenas *medidas* é a expressão utilizada em El Salvador, Nicarágua, Equador (medidas de reintegração); são *sanções* na Costa Rica, Panamá, Venezuela (também medidas). BELOFF, Mary. Algunas confusiones en torno a las consecuencias jurídicas de la conducta transgresora de la ley penal en los nuevos sistemas de justicia latinoamericanos. In: UNICEF. *Justicia y derechos del niño*, n. 3. Buenos Aires: 2001. p. 9-37. p. 32.

adolescente, perdendo a dimensão de reprovação que toda sanção deve trazer. Isso acabaria levando a um retorno à não desejada indiferenciação entre medidas de proteção – a serem aplicadas quando o adolescente tem os seus direitos violados – e sanções, aplicáveis quando o adolescente pratica ato infracional. Para que isso não ocorra, qualquer eventual benefício que possa ser oferecido pelo Estado ao adolescente em decorrência do ato infracional deve ser considerado um valor agregado da sanção, mas não o seu fundamento ou justificação²⁵⁹.

Apesar de muitos dos argumentos trazidos por esses autores serem bastante pertinentes, em um nível descritivo, o principal problema encontrado na defesa de um direito penal juvenil é a crença de que o seu reconhecimento teria o condão de proteger o adolescente do arbítrio estatal em um nível prescritivo. Sabe-se que apesar de as promessas do direito penal estarem focadas na segurança de não serem aplicadas penas injustas, através do princípio da igualdade e do reconhecimento das garantias penais e processuais, não foi isso, de fato, o que se operou na realidade.

A segurança jurídica tão desejada pelos reformadores do século XVIII foi invertida na prática, mostrando-se como uma ilusão, nas palavras de Andrade: a regra é a seletividade decisória, de maneira que todas as garantias penais são diariamente violadas²⁶⁰. O déficit de proteção aos direitos humanos e o excesso de arbítrio punitivo são as características principais do que se transformou o sistema penal na atualidade²⁶¹.

Recorrer ao direito penal como forma de garantir direitos, diante da constatação de sua crise estrutural, não é, evidentemente, o caminho mais aconselhável. A defesa dos direitos deve ocorrer por fora do direito penal, de maneira a reduzi-lo ao mínimo para, então, aboli-lo. Isso não significa dizer que muitos dos argumentos utilizados pelos autores do direito penal juvenil não sejam muito pertinentes. De fato, a busca por distinguir abandono e infração, bem como “bondade” e arbítrio é um caminho fundamental a ser travado em direção ao reconhecimento das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Contudo, a

²⁵⁹ BELOFF, Mary. Algunas confusiones en torno a las consecuencias jurídicas de la conducta transgresora de la ley penal en los nuevos sistemas de justicia latinoamericanos. In: UNICEF. *Justicia y derechos del niño*, n. 3. Buenos Aires: 2001. p. 9-37. p. 33.

²⁶⁰ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *A ilusão de segurança jurídica*. Do controle da violência à violência do controle penal. 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

²⁶¹ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *A ilusão de segurança jurídica*. Do controle da violência à violência do controle penal. 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

legitimação do direito penal para esse fim é inaceitável. Daí que uma aproximação do discurso crítico sobre o ato infracional e o discurso garantista seja possível apenas diante de outras posições que com essas dialetizam: a *menorista*, que busca um retorno à doutrina da situação irregular ao compreender os adolescentes como objetos de tutela que devem ser disciplinados para o trabalho, evidente em muitos dos projetos de lei de aumento do prazo de internação; e a *eficientista*, baseada na necessidade de utilização do direito penal para a repressão dos adolescentes, bem exemplificada nas numerosas propostas de redução da maioridade penal no Congresso Nacional brasileiro.

b) A função agnóstica da medida socioeducativa de internação

A função agnóstica da medida de internação defendida por Alexandre Morais Rosa e Ana Christina Brito Lopes coincide com a perspectiva do direito penal juvenil ao negar a possibilidade de sua justificação através de argumentos jurídicos preventivos, especialmente a ressocialização. Seguindo o garantismo negativo de Ferrajoli, os autores entendem que a medida socioeducativa possui somente uma justificação política, de ato de força estatal. Nessa perspectiva, seriam duas as funções da medida socioeducativa: a primeira seria a de “[...] impedir a vingança privada (abusiva e espúria), eis que quem é Juiz em causa própria se vinga desmesuradamente – baluarte Iluminista e constante no pensamento do contratualista Locke”²⁶². A segunda seria a de restringir a manifestação do poder político estatal através da medida socioeducativa, de maneira que não viole os Direitos Fundamentais e ocorra de acordo com a legalidade estrita²⁶³. Trata-se da percepção, teorizada por Ferrajoli e adaptada por Rosa e Lopes, do direito penal como proteção do mais fraco: “[...] do fraco ofendido ou ameaçado com o delito, como do fraco ofendido ou ameaçado pela vingança; contra o mais forte, que no delito é o réu e na vingança é o ofendido ou os sujeitos públicos ou privados que lhes são solidários”²⁶⁴.

Essa visão se contrapõe àquela abolicionista, não por ser agnóstica, mas por

²⁶² ROSA, Alexandre Morais da; LOPES, Ana Christina Brito. *Introdução crítica ao ato infracional: princípios e garantias constitucionais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 268.

²⁶³ ROSA, Alexandre Morais da; LOPES, Ana Christina Brito. *Introdução crítica ao ato infracional: princípios e garantias constitucionais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 268.

²⁶⁴ FERRAJOLI, Luigi. *Direito e Razão*: Teoria do garantismo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. p. 270.

acreditar que sem a atuação estatal na repressão aos desviantes, ocorreria uma “anarquia punitiva”. Se o direito penal possui dois objetivos, o de prevenir os delitos e as reações informais a ele, a sua abolição traria enorme impacto tanto em uma quanto na outra esfera. O resultado, no que tange ao descumprimento do segundo objetivo, seria o retorno a um sistema punitivo “selvagem”²⁶⁵. Isso porque dentro da prevenção da anarquia punitiva estariam tanto a “prevenção geral da vingança privada, individual e coletiva, tal como expressa na vingança de sangue, no exercício das próprias razões, no linchamento, na represália e outros similares”²⁶⁶, quanto a “prevenção geral da vingança pública, que, na ausência do direito penal, seria atuada por poderes soberanos de tipo absoluto e despótico, não regulados nem limitados por normas e garantias”²⁶⁷. Assim, abolir o sistema penal e, sobretudo, o direito penal, seria abrir mão do que Ferrajoli entende como “o maior esforço para minimizar e disciplinar o arbítrio e a prepotência punitiva”²⁶⁸.

Assim, o modelo garantista proposto por Ferrajoli, trazido à questão da infância e da juventude por Rosa e Lopes, ainda que seja formulado a partir de um minimalismo penal fundado no respeito ao ser humano e na limitação do poder de punir do Estado através das garantias penais e processuais, deve ser entendido como legitimador do sistema penal, por acreditar em sua importância no cumprimento daqueles dois objetivos acima apresentados²⁶⁹.

Para Rosa, assumir a postura garantista de Ferrajoli, construída sobre os pilares do direito penal, não implica em aproximar o direito infracional do direito penal, devendo ela ser apenas trazida para esta esfera do direito, constituindo o que aquele autor chama de “garantismo infracional”. Para Rosa, “[...] as garantias penais não decorrem (*sic*) do Direito Penal, mas da normativa aplicável aos atos infracionais, da Democracia Republicana”²⁷⁰. Parece, porém, que Ferrajoli entende sim como fundamental o direito penal para que o Estado seja limitado em seu poder

²⁶⁵ FERRAJOLI, Luigi. *Direito e Razão: Teoria do garantismo penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. p. 274.

²⁶⁶ FERRAJOLI, Luigi. *Direito e Razão: Teoria do garantismo penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. p. 274.

²⁶⁷ FERRAJOLI, Luigi. *Direito e Razão: Teoria do garantismo penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. p. 274.

²⁶⁸ FERRAJOLI, Luigi. *Direito e Razão: Teoria do garantismo penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. p. 275.

²⁶⁹ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Minimalismos e abolicionismos: a crise do sistema penal entre a deslegitimação e a expansão. *Seqüência*, Florianópolis, ano XXVI, v. 52, p. 163-182, 2006.

²⁷⁰ ROSA, Alexandre Moraes da; LOPES, Ana Christina Brito. *Introdução crítica ao ato infracional: princípios e garantias constitucionais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. XLII.

de punir. Não é impossível transportar sua perspectiva garantista do direito penal para o direito infracional. Contudo, os limites não estão claros nesse ponto de vista. Rosa acaba trazendo a análise crítica de Baratta e Andrade para demonstrar a deslegitimação do sistema penal e então justificar a sua não filiação ao direito penal juvenil. Mas, simultaneamente, traz Ferrajoli e sua doutrina garantista para legitimar as medidas socioeducativas, fazendo crer que não se tratam de direito penal, mesmo que todos os princípios daquele a ela se apliquem e que as medidas sejam vistas como um mal ao adolescente. Para ele, “todas as medidas, desde a advertência até a internação, serão violentas, pelo menos simbolicamente (Bourdieu). Esta função de privar, limitar, sempre será realizada em nome do poder, não se podendo cair na armadilha de exercitar o poder de impor de maneira ‘bondosa’”²⁷¹.

O autor se posiciona contrariamente, portanto, às finalidades retributivas e preventivas das medidas socioeducativas, ao mesmo tempo em que pugna pelo prazo determinado em sentença para a duração da medida de internação, de maneira a trazê-la para um direito infracional do ato e não do autor. Na prática, abandonando os postulados abolicionistas e também as teorias justificacionistas das medidas socioeducativas, o que faz Rosa é aproximar-se da postura de alguns dos autores do direito penal juvenil, pois deixa claro o caráter negativo de que se reveste a medida, e, por isso, sua necessária limitação pela lei. Ele apenas não acredita que para garantir direitos seja necessário inserir-se no âmbito do direito penal.

c) Postura abolicionista-pedagógica

Dois autores que trabalham de maneira diferente, mas que se declaram abolicionistas são Mário Ramidoff e Edson Passetti. O primeiro dedica parte de seu trabalho a rejeitar os argumentos que aproximam o direito da criança e do adolescente do direito penal. Por abolicionismo penal juvenil o autor entende “a abolição tanto de eventuais interpretações jurídico-penais que se lastreiam na dogmática jurídico-penal, quanto à orientação cultural (ideológica) e política de

²⁷¹ ROSA, Alexandre Moraes da; LOPES, Ana Christina Brito. *Introdução crítica ao ato infracional: princípios e garantias constitucionais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 271.

cunho repressivo-punitivo”²⁷².

Para ele, os autores do direito penal juvenil, ao ironizarem “a bondade dos bons” menoristas, a qual buscam afastar, ocultam que o garantismo acaba sendo apresentado como um tipo de bondade também, mas uma “bondade punitiva”. Trata-se da substituição da punição pela ritualização garantista do castigo. Apresenta essa corrente como um “plano *b*” às propostas de redução da maioridade penal²⁷³. Para o autor, o sistema de garantias prometido não depende de se reconhecer a medida socioeducativa como sancionatória, pois ele decorre do regime democrático, da Constituição Federal e do próprio Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ademais, afasta a dogmática penal, interpretando o art. 103 da Lei 8069/1990 como uma equiparação apenas do substrato fático, entendendo que os critérios da antijuridicidade e da culpabilidade não seriam utilizados na averiguação do ato infracional. Para chegar nessa conclusão, parte da ideia de que o tipo penal não é o crime em si, pois depende da tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade, segundo a teoria analítica²⁷⁴. Assim, após explicar que o ato infracional se distingue do crime não apenas pelo nome ou por ser aplicado apenas aos menores de dezoito anos, Ramidoff parte para o esclarecimento de que os direitos da criança e do adolescente tampouco podem ser protegidos ou efetivados através do direito penal, mas sim através da doutrina da proteção integral²⁷⁵.

Nessa ótica não punitiva, mas protetiva-pedagógica, o intento da medida socioeducativa é o de criar “[...] condições de possibilidade para a pessoa desenvolver o seu amadurecimento cognitivo – daí a ideia educacional – para que autonomamente possa julgar o que é certo e errado”²⁷⁶. O caráter educativo-pedagógico é, então, o que distingue as medidas socioeducativas, restando necessária a construção de um sentido “deste componente elementar e constitutivo

²⁷² RAMIDOFF, Mário Luiz. Abolicionismo penal juvenil. In: BOZZA, Fábio; ZILIO, Jacson (orgs.). *Estudos críticos sobre o sistema penal*. Curitiba: LedZe, 2012. p. 359-382. p. 378.

²⁷³ RAMIDOFF, Mário Luiz. *Lições de direito da criança e do adolescente: ato infracional e medidas socioeducativas*. 3 ed. Curitiba: Juruá, 2011. p. 57.

²⁷⁴ RAMIDOFF, Mário Luiz. *Lições de direito da criança e do adolescente: ato infracional e medidas socioeducativas*. 3 ed. Curitiba: Juruá, 2011. p. 79.

²⁷⁵ “A Doutrina da Proteção Integral é bastante em si para fundar um trabalho coletivo do novo pensamento sobre o asseguramento integral e prioritário dos direitos da criança e do adolescente, de forma continuada e superadora, haja vista que isto representa o sentido mesmo da dialética democrática que evita um centralismo autoritário do estado em ser o concentrador expansionista e tutelador de direitos, e passa a (re)conduzir a mirada protetiva na centralidade e dignidade da pessoa humana”. RAMIDOFF, Mário Luiz. *Lições de direito da criança e do adolescente: ato infracional e medidas socioeducativas*. 3 ed. Curitiba: Juruá, 2011. p. 65.

²⁷⁶ RAMIDOFF, Mário Luiz. *Lições de direito da criança e do adolescente: ato infracional e medidas socioeducativas*. 3 ed. Curitiba: Juruá, 2011. p. 68-69.

do que se possa entender tanto material, quanto normativamente possa ser o conteúdo e essência deste instituto jurídico”²⁷⁷. O autor segue afirmando que a medida socioeducativa não é sanção. Ela é “preliminarmente a estipulação de uma relação conceitual normativa – art. 103, do Estatuto da Criança e do Adolescente – estimativa e limitativa da intervenção estatal diferenciada, em dimensão pragmática, que se utiliza da construção tipológica penal para assemelhar aquelas situações e circunstâncias que permitem e exigem a intervenção do Estado”²⁷⁸.

O objetivo dessas medidas é, para o autor, o de estabelecer “uma proposta socioeducativa que favoreça, através de diversas estratégias pedagógicas transdisciplinares, o desenvolvimento pessoal pelos valores humanos, a constituição consistente da dignidade da pessoa humana, através do respeito e a solidariedade afetiva pelo outro”²⁷⁹. Apesar de concordar que a medida socioeducativa é uma intervenção exterior sobre a pessoa do adolescente, tenta explicar o que significa essa intervenção através da ideia da educação, seja de conteúdos ou valores a serem interiorizados, seja no auxílio ao adolescente nas tomadas de decisão mais importantes de sua vida.

O autor parte da ideia de que a própria prática do ato infracional indica que o adolescente “necessita de especiais cuidados com absoluta prioridade”²⁸⁰ ou se encontra em uma situação de risco pessoal ou social. Por isso, essa “capacitação educacional” é entendida como um “programa emancipatório que ensina a autonomia daquele sujeito de direito, enquanto um ser ensinante – muito antes de ser um objeto de estudo”²⁸¹. Ademais, esse processo deve ter o comprometimento das pessoas envolvidas, inter e intrafamiliar, sendo fundamental a (re)estruturação da família. “Este é o propósito de toda medida socioeducativa cuja essência, conteúdo e natureza jurídica – educativo-pedagógico – devem ensinar, qual seja: um

²⁷⁷ RAMIDOFF, Mário Luiz. *Lições de direito da criança e do adolescente: ato infracional e medidas socioeducativas*. 3 ed. Curitiba: Juruá, 2011. p. 99.

²⁷⁸ RAMIDOFF, Mário Luiz. *Lições de direito da criança e do adolescente: ato infracional e medidas socioeducativas*. 3 ed. Curitiba: Juruá, 2011. p. 100.

²⁷⁹ RAMIDOFF, Mário Luiz. *Lições de direito da criança e do adolescente: ato infracional e medidas socioeducativas*. 3 ed. Curitiba: Juruá, 2011. p. 101.

²⁸⁰ RAMIDOFF, Mário Luiz. *Direito da criança e do adolescente: por uma propedêutica jurídico-protetiva transdisciplinar*. Tese (doutorado). Programa de pós-graduação em direito da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007. p. 317.

²⁸¹ RAMIDOFF, Mário Luiz. *Lições de direito da criança e do adolescente: ato infracional e medidas socioeducativas*. 3 ed. Curitiba: Juruá, 2011. p. 103.

projeto de vida responsável”²⁸². Essa responsabilidade deve provir também do próprio adolescente, de maneira a desenvolver sua própria capacidade de percepção dos valores humanos. Essa seria uma intervenção estatal eficaz.

Contudo, apesar de trabalhar segundo aquela ótica abolicionista descrita anteriormente, o autor se posiciona de maneira contrária às alternativas trazidas pelo Sinase e à justiça restaurativa, entendendo serem esses institutos “distorções ideológicas” ligadas ao Direito Penal Juvenil, de cunho repressivo-punitivo.

Essas proposições transmutadas em “alternativas” ao tratamento socioeducativo destinado ao adolescente que é autor ou que se envolve numa conduta conflitante com a lei, então, considerada desviada numa sociedade orientada pelos valores e princípios liberalizantes do capital, preocupam-se mais com a docilidade e a conformação das pessoas que se encontram na condição peculiar de desenvolvimento através dos processos de colonização e adesão sugestionada pela “bondade dos bons”, do que propriamente com a efetividade dos direitos fundamentais pertinentes à infância e à juventude²⁸³.

Para ele, esse tipo de iniciativa vem carregado de pressões para que o adolescente se submeta a decisões muitas vezes sem direito de defesa, e caso recuse, acaba sendo demonizado. Segundo essa ótica, o sistema socioeducativo não é voltado para a vítima, de fato, mas sim para a criança ou adolescente envolvido em ato conflitante com a lei, sendo papel do Estado apoiá-la. A autocomposição dos conflitos seria, então, “[...] quase sempre reivindicatória da culpa e do sofrimento, senão, da própria vingança, pois é o sentimento de dor e de perda que orienta a atuação do lesionado”²⁸⁴. Ao invés de solucionar a situação problemática, o que se estaria operando seria o aumento do sofrimento de todos os envolvidos, pois os sentimentos não esvaneceriam através da mediação.

Dessa maneira, Ramidoff parece não considerar problemático o rótulo de ato infracional à conduta contrária à lei praticada por adolescente, ou o de adolescente infrator²⁸⁵ ao seu autor, nem mesmo a atuação judicial na imposição de medidas

²⁸² RAMIDOFF, Mário Luiz. *Lições de direito da criança e do adolescente: ato infracional e medidas socioeducativas*. 3 ed. Curitiba: Juruá, 2011. p. 104.

²⁸³ RAMIDOFF, Mário Luiz. *Direito da criança e do adolescente: por uma propedêutica jurídico-protetiva transdisciplinar*. Tese (doutorado). Programa de pós-graduação em direito da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007. p. 295.

²⁸⁴ RAMIDOFF, Mário Luiz. *Direito da criança e do adolescente: por uma propedêutica jurídico-protetiva transdisciplinar*. Tese (doutorado). Programa de pós-graduação em direito da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007. p. 298.

²⁸⁵ “‘Adolescente infrator’ é uma designação que reconhece aos jovens direitos individuais e garantias – ambos de cunho fundamental – precisamente, por se constituírem sujeitos de direito”. RAMIDOFF,

socioeducativas, tais como previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Em razão disso, também não coaduna com a busca por alternativas a esse sistema, pois o considera adequado, restando problemática apenas a dificuldade de implementação da doutrina da proteção integral na mentalidade dos operadores do direito. Sua postura abolicionista se configura, então, na negação do direito penal como modelo para o direito da criança e do adolescente, bem como na adoção de posturas repressivo-punitivas.

Os vieses abolicionistas encontrados no Estatuto, contudo, parecem ser mais profundos do que isso. Essa afirmação se baseia no fato de que a legislação brasileira traz nitidamente a busca pela integração social do adolescente, a “excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos”; e a “prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas”. Essas características deixam de lado a percepção tradicional sobre a infração à lei, centrando-se mais no dano e na situação problemática do que no ato ou no autor. Dessa maneira, possibilita que o Estado não exproprie o conflito das partes, garantindo protagonismo ao adolescente, entendido como sujeito, e à vítima. Assim, também se torna possível evitar a estigmatização decorrente tanto do responder a um processo infracional quanto do cumprir uma medida imposta pelo Estado, a qual supõe a incapacidade do autor da conduta danosa de se responsabilizar por ela.

As críticas apresentadas por Ramidoff nesse sentido parecem ser mais descritivas do que prescritivas: trata-se do temor de que essa conciliação se converta em imposição ou vingança. Mas nesse sentido, também não é possível garantir através da intervenção judicial que a medida aplicada, agora sem a participação ativa do adolescente e da vítima na decisão, não seja mais uma medida punitiva do que educativa. Dessa maneira, torna-se necessário distinguir o que é desejável – nível prescritivo – das críticas à realidade – nível descritivo.

Passetti adota uma postura não punitiva, mas que compreende a necessidade de o adolescente se responsabilizar pelos seus atos. A superação do senso comum sobre o crime e o ato infracional, passando a tratar a questão como situação-problema, na esteira de Hulsman, seria um passo fundamental para a adoção de práticas abolicionistas. Diferentemente de Ramidoff, Passetti entende que “[...] antes

de qualquer intervenção externa, deve-se restaurar o poder inalienável do indivíduo de encontrar frente ao outro soluções conciliadoras”²⁸⁶.

Percebe-se aí uma contraposição em relação ao Estatuto, pois, mesmo que se analise o germe abolicionista dessa lei, o uso do termo “infração” para designar a conduta danosa praticada pelo adolescente, acaba sustentando uma acepção moralista, assim como o conceito de crime, que possui uma acepção criminal-punitiva²⁸⁷. O autor entende que

O enfrentamento da situação problema exige uma aplicação pedagógica de medidas sócio-educativas que, no limite, questiona a própria internação. A noção de situação-problema interpela e dialoga com o ECA pelo seu lado pedagógico, exigindo seu cumprimento, e propicia a possibilidade de superar o espelhamento infração/crime, que é uma mera tradução da economia política da pena para adolescentes²⁸⁸.

O ECA, compreendido, portanto, sob um viés não punitivo, teria finalidade eminentemente pedagógica, com indicadores educacionais, terapêuticos e compensatórios, apesar de, na prática da aplicação da medida socioeducativa, o encarceramento estar ocorrendo sem critérios objetivos. Para Passetti, a terapêutica está limitada, na prática judiciária, aos casos de uso de substâncias entorpecentes ilegais, vindo à tona a necessidade de sua recuperação para outros casos, “não como corretivo normalizador, mas como um bem necessário para buscar dentro de um adolescente em situação-problema outras possibilidades constitutivas”²⁸⁹. O tratamento seria, assim, um direito do adolescente, “sempre e quando isto não for utilizado para mantê-lo mais tempo encarcerado”²⁹⁰.

Além da terapêutica, o modelo educacional e o compensatório deveriam estar presentes. Neste último, a vítima estaria presente para ser compensada pelo dano a ela causado, sem a necessidade de intervenção do Estado. Ao refutar o caráter ontológico da conduta criminosa, o autor defende que a classificação em penal e civil se enfraquece, e que, portanto, a noção de situação-problema enfrentada por adolescentes deveria ser tomada com a flexibilidade e perspectiva conciliatória do

²⁸⁶ PASSETTI, Edson. *Violentados: crianças, adolescentes e Justiça*. São Paulo: Imaginário, 1999. p. 92.

²⁸⁷ PASSETTI, Edson. *Violentados: crianças, adolescentes e Justiça*. São Paulo: Imaginário, 1999. p. 92.

²⁸⁸ PASSETTI, Edson. *Violentados: crianças, adolescentes e Justiça*. São Paulo: Imaginário, 1999. p. 66.

²⁸⁹ PASSETTI, Edson. *Violentados: crianças, adolescentes e Justiça*. São Paulo: Imaginário, 1999. p. 144.

²⁹⁰ PASSETTI, Edson. *Violentados: crianças, adolescentes e Justiça*. São Paulo: Imaginário, 1999. p. 144.

direito civil, e não com aquela punitiva do direito penal²⁹¹.

Seguindo a argumentação abolicionista de Hulsman e Celis, o autor busca demonstrar, em primeiro lugar, que os atos infracionais que chegam ao Judiciário são um número muito pequeno se comparado ao total de atos infracionais cometidos diariamente, o que demonstraria o fato de as alternativas ao sistema penal já preponderarem na sociedade. Em segundo lugar, o autor explica que esse ínfimo número de casos que chega ao Judiciário é constituído por autores excluídos da população, sempre pobres e vulneráveis ao sistema penal, reforçando a desigualdade social. Argumenta, em terceiro lugar, que, mesmo quando a medida aplicada ao adolescente é aquela mais branda, de advertência, por exemplo, já há a estigmatização da condenação, criando-se severas dificuldades de integração social futura.

A análise de Passeti está de acordo com a compreensão da Criminologia crítica a respeito do funcionamento seletivo do sistema e, principalmente, por buscar uma saída dos mecanismos de institucionalização. Contudo, apresenta o ideal pedagógico como função das medidas socioeducativas, no sentido de buscar alterar a individualidade do adolescente, o que já foi objeto de questionamento quando se tratou a respeito da disciplina e do controle. Além disso, parte do pressuposto da inferioridade moral do adolescente, ao buscar modificá-lo externamente, o que contraria sua percepção como sujeito de direitos.

Como já foi dito durante todo o trabalho, o Estatuto da Criança e do Adolescente constitui um avanço sem precedentes na história do país no tratamento da criança e do adolescente. No âmbito do ato infracional e das medidas socioeducativas, é possível destacar os seguintes avanços:

- 1) A distinção entre crime e ato infracional;
- 2) A distinção entre pena e medida socioeducativa;
- 3) A possibilidade de composição dos conflitos;
- 4) A possibilidade de o juiz deixar de aplicar medida socioeducativa, mesmo que estejam presentes todos os elementos que caracterizem o ato infracional;
- 5) A possibilidade da remissão;
- 6) A possibilidade de o juiz aplicar medida protetiva ao adolescente;

Contudo, não é possível afirmar que o Estatuto tenha avançado o suficiente.

²⁹¹ PASSETTI, Edson. *Violentados: crianças, adolescentes e Justiça*. São Paulo: Imaginário, 1999. p.146.

De fato, são vários os pontos em que essa legislação deixa margens para que sua interpretação se enverede no senso comum sobre o ato infracional e siga os caminhos percorridos pelo direito penal. O punitivismo só poderá ser realmente evitado se o senso comum que permeia os conceitos de crime e também de ato infracional for superado. A própria terminologia do Estatuto caminha na direção contrária: embora a violação da lei penal pelo adolescente ter sido nomeada ato infracional e não crime, estão embutidas nesse conceito todas as condutas que violem a lei penal, ainda que elas não tenham nada em comum, senão o fato de serem proibidas. Não se questionar a esse respeito é assumir a perspectiva de que o ato infracional tem status ontológico. Adaptando as palavras de Hulsman, não há nada intrínseco que distinga os “atos infracionais” de outras dificuldades ou situações desagradáveis²⁹².

Engastada nesse conceito também está a ideia da excepcionalidade da conduta contrária às normas penais. Sabe-se que a violação à lei não é uma exceção, antes é uma regra. Como nota Santos, a contestação das normas é até mesmo uma característica da adolescência, o que torna excepcionais aqueles que dela não participam²⁹³. Significa dizer que, se o ato infracional é uma conduta como outra qualquer, a não ser pelo fato de ser proibida pela lei, e que a maior parte dos adolescentes o pratica com frequência, então a punição não faz mais sentido, nem, contudo, a ideia de ressocialização ou reeducação através de medidas impostas externamente.

Outra questão fundamental que fica oculta sob o título de “ato infracional” e “adolescente infrator” é a infracionalização secundária. São muitos os dados que demonstram ser seletiva a atuação do sistema penal no controle dos adolescentes (assim como dos adultos)²⁹⁴. De maneira que, se a maior parte dos adolescentes em regra pratica essas condutas e prosseguem suas vidas normalmente, o que os

²⁹² HULSMAN, Louk. Posfácio. In: HULSMAN; Louk; CELIS, Jacqueline Bernat de. *Penas perdidas: o sistema penal em questão*. Traduzido por Maria Lúcia Karam. Niterói-RJ: Luam, 1993. p. 141-180.

²⁹³ SANTOS, Juarez Cirino dos. O adolescente infrator e os direitos humanos. *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, ano 5, n. 9 e 10, 1º e 2º sem. 2000, p. 169-179.

²⁹⁴ O principal deles é a composição dos adolescentes internados: na sua maioria possuem baixa escolaridade, são pobres, possuem famílias “desequilibradas” de acordo com os padrões dominantes e relação com drogas. Diferentemente do que parece ser o objetivo das instituições quando traçam o perfil do adolescente internado, não se trata de identificar as causas do ato infracional, mas as causas da infracionalização. Como observou Cicourel, em seu proeminente estudo sobre a justiça juvenil na década de 1960 nos Estados Unidos, muito mais do que causas do crime, essas características compõem o *second code* através do qual os diferentes profissionais do sistema irão distinguir os adolescentes infracionalizáveis dos não infracionalizáveis. CICOUREL, Aaron Victor. *The Social Organization of Juvenile Justice*. New Brunswick: Transaction, 1995.

diferencia dos rotulados “adolescentes infratores” senão o rótulo? Dessa forma, questiona-se: por que estes devem ser submetidos às atividades pedagógicas que buscam uma sua modificação a partir de fora se, na sua maior parte, o problema é muito mais de vulnerabilidade ao sistema penal pela correspondência ao estereótipo de “adolescente infrator”, bem como da conduta ao estereótipo de “ato infracional” do que de educação? Por que se deve supor que o adolescente infracionalizado pelo sistema possui alguma característica que o diferencia do que não foi infracionalizado? Por que os autores não cansam de afirmar que a prática do ato infracional indica uma situação de risco pessoal e de vitimização do adolescente, se o dado do qual partem está viciado pela operacionalização seletiva do sistema que escolhe justamente os meninos negros ou pardos, pertencentes às classes baixas da população, de baixa escolaridade etc.?

Como nota Baratta, o fato do adolescente ser infracionalizado traz menores condições de que consiga adotar condutas correspondentes ao direito. “De fato, a cada sucessiva recomendação do menor às instâncias oficiais de assistência e de controle social, a cada sucessiva ação desta sobre o menor, corresponde um aumento, em lugar de uma diminuição, das *chances* de ser selecionado para uma carreira criminosa”²⁹⁵.

Quanto ao ato infracional, sua ligação direta e inevitável com a legislação penal traz ao debate uma frase singela de Hulsman para desconstruir seu caráter ontológico: “A legislação Penal não é um padrão confiável para distinguir entre o que é bom e mau, seguro ou nocivo”²⁹⁶.

Quando Hulsman busca responder ao questionamento de Bustos Ramirez sobre se o programa abolicionista proposto pelo primeiro para colocar no lugar da justiça criminal seria real, afirma: “[...] não quero propor um ‘programa no lugar da justiça criminal’ e não lembro de tê-lo feito”²⁹⁷. O que Hulsman e os abolicionistas propõem é algo bem distinto, é algo que foge da organização cultural da justiça criminal. Para tanto, é necessário desmistificar o crime, o ato infracional, o criminoso, o adolescente infrator: “antes que alguém possa começar a cooperar para

²⁹⁵ BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. 3 ed. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002. p. 182.

²⁹⁶ HULSMAN, Louk. Posfácio. In: HULSMAN; Louk; CELIS, Jacqueline Bernat de. *Penas perdidas: o sistema penal em questão*. Traduzido por Maria Lúcia Karam. Niterói-RJ: Luam, 1993. p. 141-180. p. 150.

²⁹⁷ HULSMAN, Louk. Posfácio. In: HULSMAN; Louk; CELIS, Jacqueline Bernat de. *Penas perdidas: o sistema penal em questão*. Traduzido por Maria Lúcia Karam. Niterói-RJ: Luam, 1993. p. 141-180. p. 142.

desenvolver novos programas, esta pessoa tem que se libertar da idéia de que situações criminalizáveis extremamente diversas têm algo em comum”²⁹⁸. É comum que nesse debate a existência do crime e de criminosos seja considerada um fato natural e não o resultado de processos de definição. Da mesma maneira ocorre com o ato infracional e com os “adolescentes infratores”.

Os abolicionismos, na esfera penal, nasceram comunicando teoria e práxis, e, em sua vertente teórica podem ser classificados em quatro variantes, segundo Zaffaroni: marxista, representada por Thomas Mathiesen, fenomenológica, de Louk Hulsman, estruturalista de Michel Foucault e fenomenológica historicista de Nils Christie²⁹⁹.

O objeto da abolição é um dos pontos controvertidos dentre as vertentes abolicionistas. Porém, é possível afirmar que estão de acordo que a

[...] abolição não significa pura e simplesmente abolir as instituições formais de controle, mas abolir a cultura punitiva, superar a organização ‘cultural’ e ideológica do sistema penal, a começar pela própria linguagem e pelo conteúdo das categorias estereotipadoras e estigmatizantes (crime, autor, vítima, criminoso, criminalidade, gravidade, periculosidade, política criminal, etc.), que tecem cotidianamente, o fio desta organização (pois tem plena consciência de que de nada adianta criar novas instituições ou travestir novas categorias cognitivas com conteúdos punitivos)³⁰⁰.

Assim, é claro que não se pretende renunciar à solução de conflitos, mas propor “uma reconstrução de vínculos solidários de simpatia horizontais ou comunitários, que permitam a solução desses conflitos sem a necessidade de apelar para o modelo punitivo formalizado”³⁰¹. Por isso, ao contrário do que os críticos

²⁹⁸ HULSMAN, Louk. Posfácio. In: HULSMAN; Louk; CELIS, Jacqueline Bernat de. *Penas perdidas: o sistema penal em questão*. Traduzido por Maria Lúcia Karam. Niterói-RJ: Luam, 1993. p. 141-180. p. 143. Não se pode deixar de destacar o fato de que não existe uma definição única de abolicionismo, sendo este movimento de política criminal bastante heterogêneo em suas bases epistemológicas. Para uma análise dessas diferenças, cf. FOLTER, Rolf S. Sobre la fundamentación metodológica del enfoque abolicionista del sistema de justicia penal: una comparación de ideas de Hulsman, Mathiesen y Foucault. In: *Abolicionismo penal*. Buenos Aires: Ediar, 1989. p. 57-86.

²⁹⁹ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas: A perda de legitimidade do sistema penal*. Rio de Janeiro: Revan, 1991. p. 98-103. Esse trabalho não objetiva analisar detalhadamente cada uma dessas vertentes. Para tanto, cf. FOLTER, Rolf S. de. Sobre la fundamentación metodológica del enfoque abolicionista del sistema de justicia penal. Una comparación de ideas de Hulsman, Mathiesen y Foucault. In: *Abolicionismo penal*. Buenos Aires: Ediar, 1989. p. 57-86.

³⁰⁰ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Minimalismos e abolicionismos: a crise do sistema penal entre a deslegitimação e a expansão. *Seqüência*, Florianópolis, ano XXVI, v. 52, p. 163-182, 2006. p. 172. A operacionalização do abolicionismo é exemplificada pela autora, citando Hulsman: “Os abolicionistas validam muitas táticas, intra e extrasistêmicas, desde processos de descriminalização legal, judicial, ministerial, despenalização, transferência de conflitos para outros campos do Direito, como civil e administrativo, modelos conciliatórios (mediação penal de conflitos, conciliação cara a cara), terapêuticos, indenizatórios, pedagógicos [...]”.

³⁰¹ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas: A perda de legitimidade do sistema penal*. Rio de Janeiro: Revan, 1991. p. 104.

costumam fazer parecer, não se prega com o abolicionismo a ideia de se abolir o sistema penal “da noite para dia”, sendo que “podemos exercer práticas abolicionistas cotidianamente, às vezes até sem o saber sempre que levamos a sério a ultrapassagem do modelo punitivo e esta via, de certa maneira, co-responsabiliza a todos nós”³⁰². Isso demonstra que as ações abolicionistas necessitam de situações concretas, e por isso são sempre locais.³⁰³

Diante das ideias arraigadas de delito e pena, o desenvolvimento do abolicionismo pressupõe uma mudança de tratamento diante de fatos individuais concebidos hoje como delitos, para conflitos, problemas como quaisquer outros, que devem ser tratados sem proceder à exclusão social, buscando reinserir a vítima na busca pela sua solução³⁰⁴.

O enfoque abolicionista de Hulsman traz, ainda, um conceito diferente de sistema penal. Para ele, além das agências formais de controle, como a polícia, o Ministério público, a Justiça, o Legislativo, a Prisão, etc., o sistema penal é formado também pelas instâncias informais de controle. Isso significa que a ideologia punitiva está presente nos grupos sociais, e é funcionalizada segundo a mesma lógica do sistema de justiça criminal.

Daí que, por mais avançada que seja a legislação brasileira sobre a criança e o adolescente, mormente se comparada ao sistema penal, não se pode deixar de criticar as brechas que essencializam o ato infracional, patologizam o adolescente e buscam, com base nessas mistificações, produzir medidas mais preocupadas em impor valores aos “infratores” do que se centrar na situação problemática e nas pessoas para quem essa situação é problemática.

No mais, diante da realidade punitiva vivenciada hoje, o abolicionismo tem a

³⁰² ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Minimalismos e abolicionismos: a crise do sistema penal entre a deslegitimação e a expansão. *Seqüência*, Florianópolis, ano XXVI, v. 52, p. 163-182, 2006. p. 174. Hulsman observa que existem formas mais positivas e mais negativas de exercer controle social: Positivas: “Provendo formas e meios; resolvendo, reparando, compensando, recompensando, ajudando, apelando ao dever e à solidariedade”. Negativos: Levantando barreiras; castigando, reprimindo, separando”. HULSMAN, Louk. El enfoque abolicionista: Políticas criminales alternativas. In: RODENAS, Alejandra; FONT, Enrique A.; SAGARDUY, Ramiro (orgs). *Criminología crítica y control social*. El poder punitivo del Estado. Rosario: Juris, 2000. p. 73-102. p. 83. Segundo a proposta abolicionista, as formas positivas são sempre preferíveis.

³⁰³ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas: A perda de legitimidade do sistema penal*. Rio de Janeiro: Revan, 1991. p. 104.

³⁰⁴ STEINERT, Heinz. Más allá del delito e de la pena. In: *Abolicionismo Penal*. Buenos Aires: Ediar, 1989. p. 35-56. p. 49.

tarefa árdua de abolir a justiça criminal das pessoas para que daí emergja a possibilidade de que, já libertos das mistificações, seja possível empreender uma caminhada rumo a alternativas que não estigmatizem e não produzam bruxas e demônios. Não é possível, após todo o conhecimento sociológico sobre o funcionamento das instituições totais e seus efeitos na identidade do indivíduo, apostar na privação de liberdade de adolescentes com o fim de ressocialização. Muito além disso, não há como justificar a privação de liberdade. Nesse ponto se insere a proposta de uma teoria agnóstica, porém, diferente daquela sustentada por Rosa, já que este acredita na necessidade da privação de liberdade. A proposta de Carvalho, ainda que não relacionada diretamente com as medidas socioeducativas, mas sim com o direito penal, parece mais próxima dos autores abolicionistas: já que não é possível justificar a privação de liberdade – cárcere – então, há que diminuí-lo até o ponto de chegar a sua abolição³⁰⁵. A diferença essencial da esfera adulta para a juvenil nesse caso seria propriamente o fato de que o instrumental jurídico para tanto já existe no Estatuto da Criança e do Adolescente, como visto acima.

Neste trabalho, adota-se uma postura abolicionista, que busca, sobretudo, criar alternativas ao sistema de justiça criminal, e também aos processos de estigmatização e reprodução social que o sistema da infância e da juventude vem desenvolvendo, seja pelas brechas menoristas e pela linguagem (ainda) mistificadora sobre a violação da lei, seja pela dificuldade de compreensão da doutrina da proteção integral. Por isso, ainda que o Estatuto da criança e do adolescente e o Sinase, bem como a normativa internacional tenham avançado muito, não se deve deixar de considerar os efeitos prejudiciais das medidas de internação e semiliberdade, bem como os processos de estigmatização que vêm muitas vezes desacompanhados da necessária responsabilização e reparação do dano à vítima. Por isso, adota-se um posicionamento que compreende a medida socioeducativa como uma forma de responsabilização do adolescente, de reparação do dano e, por isso, a função educativa contida em seu nome se restringe a dois pontos: em primeiro lugar, ao caráter pedagógico inerente à responsabilização, pois o adolescente deve entender os danos por ele causados e então ele é reconhecido como sujeito responsável; como um direito social a ser usufruído por todas as crianças e adolescentes, inclusive aqueles responsabilizados por algum dano

³⁰⁵ CARVALHO, Salo de. *Antimanual de criminologia*. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

causado.

Desse modo, busca-se evitar que adolescentes sejam privados de liberdade. Enquanto isso ainda ocorrer, em decorrência da legislação e da dificuldade que se encontra de mudanças ideológicas que superem tanto o punitivismo quanto a ideologia tutelar, é ainda necessária a postura minimalista, que vê a reintegração social não como algo que possa ser conquistado *através* dela, mas sim *apesar* dela³⁰⁶. Daí a necessidade de efetivação das garantias previstas no direito da criança e do adolescente – sem haver a necessidade de equiparação ao direito penal –, sobretudo os princípios da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, o de não ser uma resposta mais gravosa do que um adulto teria e ainda a ampliação das situações em que o adolescente pode vir a ser liberado. Mas mais importante do que qualquer uma dessas posturas é aquela contestadora no âmbito do discurso: desconstruir tanto a legitimidade dos argumentos menoristas quanto dos argumentos punitivos são o passo talvez mais desafiador e fundamental da prática abolicionista na luta pela hegemonia.

³⁰⁶ BARATTA, Alessandro. Resocialización o control social: por um concepto crítico de “reintegración social” del condenado. In: ELBERT, Carlos Alberto; BELLOQUI, Laura (orgs.). *Criminología y sistema penal*: Compilación in memoriam. Buenos Aires: Julio César Faira, 2004. p. 376-393.

2 O UNIVERSO DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÕES DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: MAIS POLÍTICA PENAL, MENOS POLÍTICA SOCIAL

O parlamento é o cenário onde se iniciam os processos de infracionalização. A partir dos projetos de lei e dos debates realizados por deputados e senadores, tomam forma os princípios que conduzirão o tratamento da criança e do adolescente pelo controle social formal. O princípio de legalidade delimita o direito infracional, assim como o direito penal adulto. Daí a importância de se conhecer, na origem, como os parlamentares compartilham ou não diferentes representações sociais que irão orientar a sua conduta no processo legislativo. A partir disso será possível identificar de que forma o discurso legitima opções políticas que contribuem para a reprodução do poder social dos legisladores enquanto membros e porta-vozes de grupos dominantes.

Trata-se aqui de partir da ideia, já analisada anteriormente, de que o foco do sistema penal são os excluídos, e não há ninguém que represente melhor essa exclusão na sociedade brasileira do que crianças e adolescentes pertencentes à classe pobre, bem como, e especialmente, aqueles que são negros ou pardos. Essa exclusão é histórica e as tentativas de exercício de poder sobre esse grupo também o são. No tema da criança e do adolescente, o discurso tutelar, da “bondade dos bons” está permeado de propriedades que expressam, confirmam e reproduzem o poder social sobre os “desvalidos”, mesmo no período atual, quando já se passaram vinte e três anos da adoção no Brasil da doutrina da proteção integral.

O discurso se torna, a partir dessa delimitação, a base sobre a qual se assentará a análise, de tal maneira que seja possível encontrar nas linhas e entrelinhas das justificativas de projetos de lei, nos pareceres das comissões, o sentido conferido ao conceito de crime e à adoção do braço repressor do Estado na busca por soluções de importantes – velhos e novos – problemas brasileiros.

O discurso político, porém, não se encontra isolado da sociedade. As representações do crime, do criminoso e da punição têm uma base ideológica na qual se encontra assentada e é por isso que se optou por não analisar o discurso político isolado, mas sim, na interação com o discurso midiático.

Assim, a partir do termo de busca “Estatuto da Criança e do Adolescente”, foi possível compreender que tipo de propostas preponderavam e quais eram

secundárias na Câmara dos Deputados. A partir desse pré-teste, realizou-se uma pesquisa quantitativa com o objetivo de verificar a representatividade das propostas legislativas em matéria de repressão penal e correcional, bem como algumas variáveis. Diferentemente do que se imaginava no início da pesquisa, a repressão penal está muito mais presente no discurso legislativo a respeito da criança e do adolescente do que toda a doutrina da proteção integral que está na base de seu tratamento pela Constituição Federal de 1988 poderia comportar.

O que surpreendeu nesses dados, que se tornaram a base para a pesquisa quantitativa a seguir apresentada, foi não somente a quantidade de propostas tendentes a recrudescer o aspecto correcional do Estatuto, sobretudo através do aumento do prazo máximo de internação de adolescentes, mas sim a enorme quantidade de propostas criminalizando condutas nas quais crianças e adolescentes figurariam como vítimas. De outra parte, as políticas sociais – necessariamente preponderantes na doutrina da proteção integral – aparecem de maneira residual nas propostas em todos os anos considerados (nas três últimas legislaturas, incluindo a atual – de 2003 a 2012).

Essa comparação entre política social e política penal no tema da criança e do adolescente pareceu de enorme interesse para a análise aqui trazida, especialmente em razão da equívoca expressão *proteção*, que pode comportar múltiplos significados, dependendo de onde parte o autor do discurso. No Brasil, vários discursos sobre a proteção da criança convivem nas diferentes esferas políticas e sociais. O discurso declarado da proteção integral por vezes acaba servindo como máscara a ocultar decisões políticas latentemente menoristas. A representação social da criança e do adolescente e de seu papel na sociedade é fundamental para se compreender o tipo de política que vem sendo empreendida pelos deputados federais brasileiros. Para compreender esses resultados, torna-se necessário entender também o fato de que há, hoje, no Brasil, como nota Moraes, uma situação de extrema violência contra os jovens, dos homicídios aos encarceramentos, o que o leva a concluir que estas “[...] parecem ser as políticas públicas que efetivamente alcançam os jovens, considerando o declínio ou a precariedade de outras esferas da vida social, como o acesso ao trabalho ou os processos educativos presentes na escola”³⁰⁷.

³⁰⁷ MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. Juventude, medo e violência. *Ciclo de conferências direito e psicanálise*: novos e invisíveis laços sociais. 2005. Disponível em:

A escolha dessa temporalidade (de 2003 a 2012) deu-se em razão da necessidade de visualizar as flutuações de propostas em um tempo relativamente longo, de maneira que fosse possível comparar legislaturas diferentes. Antes de analisar os discursos dos legisladores brasileiros, apresenta-se aqui um mapeamento das propostas, categorizando-as e quantificando-as, de maneira a se apresentar uma abordagem quantitativa do *corpus* de pesquisa. Através dessa análise, torna-se clara a opção por alguns projetos de lei em detrimento de outros para a etapa posterior de pesquisa qualitativa. Cabe, ainda, realizar algumas observações sobre o processo legislativo na Câmara dos Deputados.

2.1 Os projetos de lei da Câmara dos Deputados

Ambas as casas do parlamento brasileiro podem originar diferentes tipos de proposições. O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), em seu art. 100, prevê que são elas: proposta de emenda à Constituição, projeto, emenda, indicação, requerimento, recurso, parecer e proposta de fiscalização e controle³⁰⁸. Segundo o regimento interno da Câmara dos Deputados, os deputados federais podem realizar suas proposições a qualquer tempo.

A função legislativa da Câmara dos Deputados é realizada através dos projetos de lei ordinária ou complementar, de decreto legislativo ou de resolução, além da proposta de emenda à Constituição. A iniciativa de projetos de lei da Câmara poderá ser de Deputados, individual ou coletivamente; de Comissão ou da Mesa; do Senado Federal; do Presidente da República; do Supremo Tribunal Federal; dos Tribunais Superiores; do Procurador-Geral da República; dos cidadãos.

As proposições não são apreciadas diretamente pelo Plenário, passando primeiramente pelas comissões a que a matéria estiver afeta, bem como pela Comissão de Finanças e Tributação e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania “para o exame dos aspectos de constitucionalidade, legalidade,

<http://www.ipardes.gov.br/pdf/cursos_eventos/governanca_2006/gover_2006_01_juventude_medo_pedro_bode.pdf> Acesso em: 22 ago. 2012.

³⁰⁸ BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Resolução nº 17 de 1989*. Aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/legislacao/regimento_interno/RIpdf/Reg_Interno.pdf> Acesso em: 21 jan. 2012.

juridicidade, regimentalidade e de técnica legislativa, e, juntamente com as comissões técnicas, para pronunciar-se sobre o seu mérito, quando for o caso”³⁰⁹. Em alguns casos há ainda a criação de Comissão Especial para pronunciar-se quanto à admissibilidade jurídica e legislativa e, quando for o caso, a compatibilidade orçamentária da proposição, e sobre o mérito.

Os pareceres aprovados nessas comissões podem possuir efeito terminativo, como, por exemplo, no caso de a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania considerar a matéria inconstitucional. Caso aprovada nas comissões, a proposição segue o seu curso, sendo que algumas matérias não são submetidas à deliberação pelo plenário³¹⁰.

O deputado autor da proposição pode requerer a sua retirada a qualquer tempo, o que pode ser deferido ou indeferido pelo presidente da mesa conforme o momento da tramitação. O arquivamento das proposições pode ocorrer pelos seguintes motivos: a) término da legislatura, em caso de proposições em tramitação, salvo as que tiveram pareceres favoráveis de todas as Comissões; que foram aprovadas em turno único, em primeiro ou segundo turno; que tenham tramitado pelo Senado, ou dele originárias; de iniciativa popular; de iniciativa de outro Poder ou do Procurador-Geral da República (art. 105 RICD); b) o recebimento de pareceres contrários, quanto ao mérito, de todas as Comissões a que for distribuída (art. 133 RICD); c) a prejudicialidade, pela perda da oportunidade ou em virtude de prejulgamento pelo Plenário ou Comissão, em outra deliberação (art. 164 RICD).

No caso de arquivamento em razão do término da legislatura, é possível solicitar o desarquivamento da proposição dentro dos primeiros cento e oitenta dias da primeira sessão legislativa ordinária da legislatura subsequente, retomando a tramitação desde o estágio em que se encontrava.

Estando em curso duas ou mais proposições da mesma espécie, que regulem matéria idêntica ou correlata, é possível promover sua tramitação conjunta, mediante requerimento de qualquer Comissão ou Deputado ao Presidente da Câmara.

Dos projetos analisados, são raros aqueles que trazem autoria coletiva. São vários, porém, aqueles que são propostos pelo Senado Federal e pelo Poder Executivo, sendo residuais os de iniciativa popular.

A partir dessas noções é possível explicar as decisões tomadas para a

³⁰⁹ Conforme o art. 53 do RICD.

³¹⁰ Conforme o art. 24, II do RICD.

elaboração da pesquisa nos projetos. Em primeiro lugar, foram selecionados apenas aqueles de iniciativa dos deputados federais, propostos individual ou coletivamente, já que se busca com o trabalho compreender a ação legislativa desses políticos. Em segundo lugar, foram incluídos na análise quantitativa apenas os projetos de lei, excluindo-se as propostas de emenda constitucional, de lei complementar etc. Isso significa que as propostas visando à redução da maioria penal não aparecem na população analisada, mas apenas projetos de lei intencionados a modificar, de qualquer maneira, o Estatuto da Criança e do Adolescente. Em terceiro lugar, estão computadas todas as propostas no período de 01 de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2012, incluindo-se as aprovadas, as arquivadas e as que ainda estão tramitando.

Foram analisados todos os 315 projetos de lei selecionados segundo esses critérios, catalogados segundo as seguintes variáveis: número da proposta, autor da proposta, sexo do autor da proposta, seu partido, tipo de política pública, categoria, situação e data.

A data da proposição também é fundamental na determinação dos períodos em que houve maior produção legislativa em determinadas matérias, de maneira a buscar evidências da relação entre a elaboração de políticas penais e um recrudescimento no discurso midiático no mesmo período, o que poderia servir de base para a escolha do material a ser analisado na pesquisa qualitativa. A análise dos dados foi realizada através do programa de computador *Predictive Analytics SoftWare Statistics 17 (PASW Statistics 17)*.

2.2 Apresentação das variáveis

As variáveis são preponderantemente nominais, com exceção da data de apresentação do projeto. Em razão disso, os dados apresentados não trazem importantes análises estatísticas, mas principalmente análises de frequência.

Enquanto algumas delas são facilmente compreensíveis, como número, autor, sexo, partido e data, outras merecem uma explicação mais aprofundada. É o caso das variáveis “categoria” (composta pelos valores: conselhos tutelares; deveres; direitos; educação; trabalho; saúde; família; prevenção geral; prevenção especial; política de atendimento; medidas protetivas; medidas socioeducativas diferentes da internação; infracionalização; situação de rua; procedimentos; criminalização;

infração administrativa; questões administrativas; outros) e “tipo de política pública” (composta pelos valores: política penal e política social).

2.2.1 Variável “categoria”

Ao longo da análise, os projetos foram sendo classificados em categorias, criadas conforme o título, capítulo ou seção do ECA onde estaria inserido o artigo de lei que deveria ser alterado, revogado ou criado. Essas categorias são:

1) *Conselhos tutelares*: foram inseridos nesta categoria projetos tendentes a alterar, revogar ou incluir novos artigos ao ECA no tema dos conselhos tutelares, em especial quanto à sua composição, método de ingresso, remuneração e (im)possibilidade de recondução. A localização no ECA é o Título V – arts. 131 a 140. Dos 315 projetos, 39 versaram sobre os conselhos tutelares.

2) *Deveres*: alguns projetos tinham a intenção de criar deveres da criança e do adolescente, como contrapartida aos direitos. Foram, pois, incluídos em uma categoria assim denominada, que computou três projetos de lei do total.

3) *Direitos*: inclui projetos tendentes a ampliar os direitos da criança e do adolescente já existentes no ECA, somando seis projetos no total.

4) *Educação*: traz projetos relacionados ao exercício dos direitos previstos no Capítulo IV do Título II: Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer. Somam oito projetos do total.

5) *Trabalho*: Alguns projetos dispõem sobre a regulamentação do trabalho educativo, tendo sido incorporados a esta categoria. São dez os projetos aqui inseridos.

6) *Saúde*: Projetos buscando garantir o acesso à saúde física e mental da gestante, da criança e do adolescente são incluídos nesta categoria. No total eles somam nove.

7) *Família*: Incluídos os projetos sobre família natural – reconhecimento de paternidade, p. ex. – e família substituta – adoção, guarda e tutela. Somam dezoito projetos ao total.

8) *Prevenção geral*: A prevenção está localizada no Título III da Parte Geral do ECA e se divide em prevenção geral e prevenção especial. Dividiu-se da mesma maneira nesta análise, constando em prevenção geral os projetos relacionados à ameaça ou à violação de direitos. Quinze projetos foram inseridos nessa categoria.

9) *Prevenção especial*: A prevenção especial (Título III, Parte Geral) é dividida em três seções no ECA: Da informação, Cultura, Lazer, Esportes, Diversões e Espetáculos; Dos Produtos e Serviços; Da Autorização para Viajar. Todos os projetos que versam sobre quaisquer temas envolvendo essas três seções foram incluídas sob o rótulo “prevenção especial”. Alguns exemplos são os projetos que versam sobre a programação televisiva, o acesso de crianças a espetáculos, *lan houses*, cinemas etc. Constam, ainda, nessa categoria os PLs sobre proibição de venda de alguns produtos a crianças e adolescentes como, por exemplo, álcool, drogas e munição. Foram 34 os projetos de lei incluídos nesta categoria.

10) *Política de atendimento*: Os projetos que tratam sobre a política de atendimento (Título I, Parte Especial) foram incluídos nesta categoria, tratando principalmente das instituições de atendimento. Três projetos foram incluídos nesta categoria.

11) *Medidas protetivas*: Tratam das medidas de proteção contidas no Título II da Parte Especial do ECA. Dois projetos de lei foram incluídos nesta categoria.

12) *Medidas socioeducativas diferentes da internação*: os projetos sobre medidas socioeducativas trouxeram características diferentes entre si e, como o foco deste trabalho na parte qualitativa será analisar a forma como os parlamentares lançam mão do aspecto repressivo do ECA, entendeu-se por bem separá-las em três categorias, conforme se tratem de medidas diferentes da internação, da medida de internação com o intuito de recrudescer o controle e, portanto, reprimir, e da medida de internação para garantir direitos e estabelecer melhoria nas condições de sua execução. Todas se localizam no Título III da Parte Especial do ECA. Na primeira categoria, constam os projetos sobre medidas em meio aberto e medida de semiliberdade, em especial os projetos que tratam sobre a inserção do trabalho educativo. São sete os projetos contidos nesta categoria.

13) *Infracionalização*: essa categoria trata sobre projetos de lei que possuem um profundo caráter repressivo, buscando recrudescer a medida socioeducativa de internação através da ampliação dos prazos de internação, tanto daquela decorrente de sentença judicial, quanto da internação provisória. São 47 os projetos de lei contidos nessa categoria

14) *Medida socioeducativa de Internação: direitos, garantias, condições*: os projetos contidos nesta categoria também versaram sobre a medida socioeducativa de internação, porém, sob o enfoque da garantia de direitos aos adolescentes

internados, bem como à melhoria das condições de cumprimento da medida. Sete projetos de lei foram incluídos nesta categoria.

15) *Situação de rua*: São compreendidos nesta categoria três projetos de lei que tratam sobre a restrição do direito de ir e vir de crianças e adolescentes desacompanhados à noite. Trata-se de um importante resquício da doutrina da situação irregular, buscando permitir a internação obrigatória em abrigos, ou a entrega das crianças imediatamente aos pais para impedir que essas crianças permaneçam nas ruas.

16) *Procedimentos*: Alguns procedimentos especiais são trazidos pelo ECA e os projetos de lei tendentes a modificar esses procedimentos, ou mesmo acrescentá-los ou revogá-los, foram incluídos nesta categoria. Os procedimentos estão previstos no Capítulo III do Título VI do ECA. Cinco projetos de lei trataram desse tema.

17) *Criminalização*: inclui projetos que buscam alterar, revogar ou adicionar artigo ao Capítulo I do Título VII do ECA, onde estão localizados os crimes e as penas. Trata-se dos arts. 225 a 244-B. 66 projetos foram incluídos nesta categoria.

18) *Descriminalização*: aqui se encontra apenas um projeto, no qual o deputado pretende a descriminalização da conduta de quem priva de liberdade a criança ou adolescente sem que eles estejam em flagrante prática de ato infracional ou que disponha de ordem judicial.

19) *Infração administrativa*: estão catalogados nesta categoria os projetos que buscaram alterar, revogar ou adicionar artigo ao Capítulo II do Título VII do ECA, onde se localizam as infrações administrativas (arts. 245 a 258-B). Somaram um total de dezoito projetos de lei.

20) *Questões administrativas*: inclui projetos de leis buscando alterar, revogar ou criar artigos a respeito das doações aos fundos dos direitos da criança e do adolescente nacional, distrital, estaduais ou municipais, provenientes da dedução do imposto de renda. Localizam-se nas disposições finais e transitórias do ECA. Dos 315 projetos analisados, doze projetos constam nesta categoria.

21) *Outros*: Nesta categoria foram inseridos projetos que dizem respeito a outras áreas e apenas residualmente alteram o ECA. Totalizaram três projetos.

É importante observar que dos 315 PLs, dezesseis poderiam pertencer a mais de uma categoria. Os principais exemplos são aqueles em que se cria uma proibição, na categoria *prevenção especial* e, a seguir, cria-se uma infração

administrativa como sanção àquele que descumprir a proibição. Em razão da dificuldade em trabalhar com esses dados com respostas múltiplas, além da pouca representatividade estatística desses PLs pluricategorizáveis, optou-se por incluí-los em apenas uma categoria, entendida como predominante. No exemplo acima, os PLs foram categorizados apenas como *prevenção especial*.

2.2.2 Variável “política pública”

Esta variável foi elaborada a partir de agrupamentos da variável *categoria* para buscar diferenciar os projetos de lei que utilizam a face repressiva do Estado daqueles que levam a cabo projetos de política social. Foram criados, então, três valores para essa variável: *política penal*, *política social* e *outros*. A maior parte dos projetos não dizia respeito nem a uma nem a outra política, e se tornaram valores dispensáveis para a análise pretendida dessa variável. Em razão disso, aqueles projetos que não se enquadraram foram catalogados como *missing values*, o que significa dizer que puderam ter o seu cômputo excluído no momento da análise dos dados pela pesquisadora, como se verá na análise a seguir.

No valor *política penal* (PP) foram inseridos os projetos de lei buscando criminalizar condutas, contidos na categoria *criminalização* (doravante tratada pela sigla PP1) e também aqueles intencionando recrudescer a repressão a adolescentes autores de atos infracionais, ou seja, aqueles contidos na categorias *infracionalização* (doravante tratada pela sigla PP2).

Em *política social* (PS) foram incluídos os projetos das categorias *Saúde*, *Educação* e *Trabalho*.

O objetivo da criação dessa variável foi o de visualizar a forma como os deputados federais vêm buscando ou não a implementação da doutrina da proteção integral em seus projetos, de acordo com a referência ao aspecto piramidal que esta doutrina possui: enquanto na base devem estar as políticas sociais, sendo, portanto, mais numerosas e prioritárias, no topo, e menos numerosas, devem ser as políticas correcionais e penais. A inclusão da categoria PP2 na *política penal*, ao lado da categoria PP1, deve-se, à adoção de uma perspectiva que compreende as propostas de aumento do prazo de internação como medidas repressivas, com finalidade punitiva, mesmo considerando a postura abolicionista exigida pelo Estatuto. Trata-se de uma leitura mais descritiva do que prescritiva. Está-se aqui

utilizando a perspectiva de como as medidas socioeducativas são tratadas hoje pelas mais diversas instâncias da sociedade, em especial, o Legislativo.

As propostas incluídas nessa categoria são aquelas que buscam ultrapassar os princípios da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, posto que tendem a aumentar o prazo máximo da medida socioeducativa de internação, variando de cinco anos até prazo indeterminado sem limite máximo. Através da análise qualitativa desses projetos, a seguir realizada, restará mais claro o discurso que sustenta essas proposições, o que não é a pretensão deste momento. Tais propostas são verdadeiras formas de possibilitar a criminalização de adolescentes, o aumento do rigor no seu tratamento, o eterno retorno à doutrina da situação irregular.

Na categoria PP1, a mais numerosa e bem distribuída ao longo dos últimos dez anos dentre todas, estão incluídos os projetos que buscam o aumento de penas para os crimes já previstos no Estatuto, a criminalização de novas condutas ou o endurecimento de questões como a prescrição e a inclusão de crimes já existentes no rol dos crimes hediondos. Nesse caso é mais fácil sustentar a inserção nas políticas penais.

Esse rótulo não foi identificado pelo termo *políticas criminais*, pois estas não necessariamente implicam em repressão penal, podendo ser alternativas a ela. Porém, como nota Santos, em sua crítica à miopia de que se reveste a compreensão política sobre o crime, “a definição de crimes, a aplicação de penas e a execução penal, como níveis sucessivos da política penal do Estado, representam a única resposta oficial para a questão penal”³¹¹. Isso implica que se não pode afirmar a existência de políticas criminais em um sentido mais genérico nas propostas analisadas.

Após essas justificações sobre as escolhas realizadas para a análise quantitativa dos PLs, passa-se, a seguir, aos resultados.

2.3 A punição é a resposta: resultados da pesquisa quantitativa

Ao apresentar os dados de projetos de lei a respeito da criminalização de condutas e do recrudescimento das medidas socioeducativas em confronto com

³¹¹ SANTOS, Juarez Cirino dos. *Direito penal*: parte geral. Curitiba: ICPC; Lumen Juris, 2008. p. 459.

todos os outros projetos de lei apresentados em um período de dez anos tem-se a dimensão contextual desses projetos, que passam a não ser tomados isoladamente. De 01 de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2012 foram 315 projetos de lei apresentados por deputados na Câmara dos Deputados buscando alterar o ECA. O gráfico 1 apresenta a distribuição desses projetos conforme o ano da proposição.

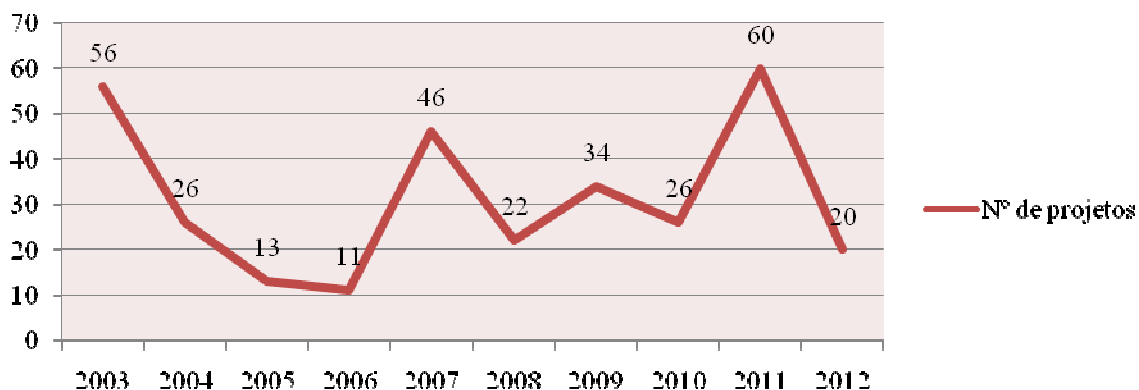


GRÁFICO 1 – FREQUÊNCIA DE PROJETOS DE LEI DE ALTERAÇÃO DO ECA (2003-2012)

FONTE: Elaboração própria com base em dados coletados no sítio da Câmara dos Deputados (www.camara.leg.br)

Os três picos que aparecem são os anos de 2003, 2007 e 2011, os quais coincidem com os primeiros anos da 52^a, 53^a e 54^a legislaturas. Os anos eleitorais, mesmo aqueles municipais, constituem os de menor número de proposições. No gráfico 2 abaixo constam as categorias nas quais foram incluídos todos os 315 projetos.

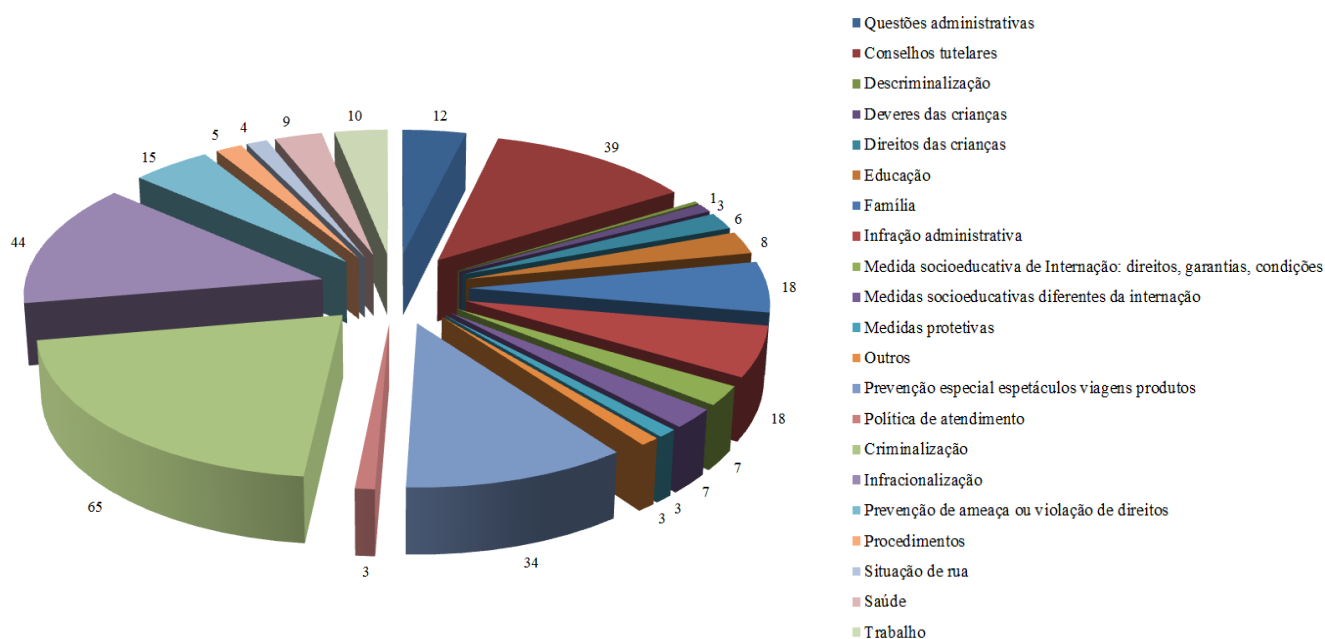


GRÁFICO 2 – CATEGORIAS ONDE OS PROJETOS DE LEI FORAM INCLUÍDOS

FONTE: Elaboração própria com base em dados coletados no sítio da Câmara dos Deputados (www.camara.leg.br)

Do total de projetos de lei analisados, foram propostos mais projetos, em primeiro lugar, na categoria *criminalização* (65 PLs), e, em segundo lugar, na categoria *infracionalização* (44 PLs). Em terceiro lugar, vêm as categorias *conselhos tutelares* (39 PLs) e, a seguir, *prevenção especial* (34 PLs).

Reunidos, os projetos das categorias PP1 e PP2, correspondentes a políticas repressivas, formam o título *política penal* da variável *política pública*, correspondendo a mais de um terço de todos os projetos propostos. Quando comparados apenas os projetos de política penal e política social, resulta que aqueles correspondem a 80,3%, contra 19,7% destes, conforme mostra a TABELA 1.

TABELA 1 – POLÍTICA PENAL X POLÍTICA SOCIAL

		FREQUÊNCIA	PERCENTUAL	PERCENTUAL VÁLIDO	PERCENTUAL CUMULATIVO
Válidos	Política penal	110	35	80,3	80,3
	Política social	27	8,6	19,7	100,0
	Total	137	43,6	100,0	
Missing	Outros	177	56,4		
Total		314	100,0		

FONTE: Elaboração própria com base em dados coletados no sítio da Câmara dos Deputados (www.camara.leg.br)

O gráfico 3 apresenta a proporção das políticas penal e social.

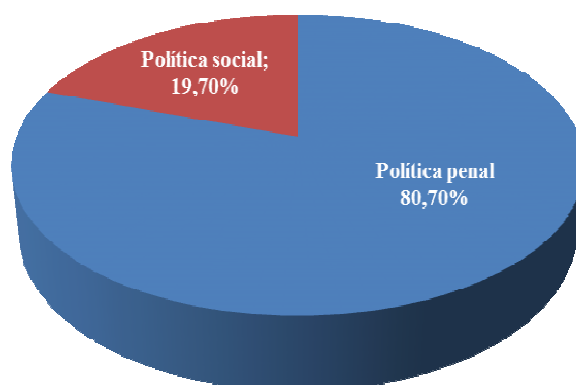


GRÁFICO 3 – POLÍTICA PENAL X POLÍTICA SOCIAL

FONTE: Elaboração própria com base em dados coletados no sítio da Câmara dos Deputados (www.camara.leg.br)

Visualiza-se nesse gráfico a representatividade da predominância da política penal em relação à política social, excluídos os projetos inválidos na variável *política pública*. Esse dado vem confirmar o que se tem observado ao longo dos últimos vinte anos na maior parte do mundo ocidental, não apenas no Brasil: a predominância da adoção de posturas estatais repressivas em detrimento de posturas voltadas ao bem-estar social. Trata-se de uma realidade trazida simultaneamente à perda do poder econômico por parte do Estado a partir dos conselhos dos ideólogos neoliberais. Estado mínimo não é significado de Estado ausente nessa lógica, mas de um mero sinal invertido, de um Estado policial: mínimo na esfera social; máximo na esfera penal³¹².

A insegurança dessa fórmula resultante – a respeito do emprego, aposentadoria, saúde, educação – acaba sendo convertida em insegurança pública, em medos concretos ligados ao crime e à violência individual. Como acentua Bauman, “reformular as irremediáveis preocupações com a *segurança individual*, plasmando-as em ânsia de combate ao crime efetivo ou potencial e, assim, de defesa da *segurança pública* é um eficiente estratagema político que pode dar belos frutos eleitorais”³¹³.

Na área da infância e da adolescência essa regra parece se confirmar, a despeito de o ECA possuir, desde a sua elaboração, um forte viés social. Se, por um lado, a Constituição Federal de 1988 adotou a doutrina da proteção integral, condicionando o surgimento do ECA dois anos após à mesma vertente ideológica, as propostas tendentes a alterar essa avançada legislação caminham no sentido contrário. Uma das características fundamentais da doutrina da proteção integral, conforme a Convenção Internacional dos Direitos da Criança (CIDC), de 1989, é a adoção de uma estrutura piramidal em quatro níveis, como nota Baratta:

Estes níveis apresentam-se – como demonstrou García Mendez – na forma de uma pirâmide cuja área vai diminuindo à medida que nos deslocamos da base em direção ao vértice. A parte mais ampla está representada pelas políticas sociais básicas (escola, saúde). No segundo nível encontramos as políticas de ajuda social (medidas de protecção em sentido estrito); mais

³¹² WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: A nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2003.

³¹³ BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 59. Grifos no original.

acima as políticas correccionais (medidas sócio-educativas de resposta à delinquência juvenil); finalmente, encontramos as políticas institucionais que se referem à organização administrativa e judicial, ou seja, aos direitos processuais fundamentais das crianças³¹⁴.

Na análise desses níveis, evidencia-se a necessária prioridade conferida às políticas sociais básicas. Assim, tanto medidas de proteção quanto medidas correccionais são necessariamente secundárias e subsidiárias às primeiras. Isso requer, contudo, a presença de um Estado social forte, e é nesse ponto que a efetivação do ECA e das normas internacionais se embatem diretamente com o sistema econômico que goza de hegemonia na atualidade³¹⁵. A preponderância dessas políticas repressivas em detrimento das sociais, somada às taxas de homicídios de adolescentes e jovens, inclusive pela polícia, leva à conclusão trazida por Moraes: o que efetivamente têm sido as políticas públicas disponíveis e aplicadas a esta população são repressão, prisão e extermínio. Tudo resulta, então, em uma policialização da sociedade e dos conflitos sociais³¹⁶.

Os dados acima apresentados demonstram que as propostas do Legislativo na área da criança e do adolescente não se subtraem a essa lógica. Por detrás de um forte discurso protetivo, figuram uma série de práticas punitivas, somadas à ideologia menorista tão enraizada no país, questões que serão detalhadamente estudadas na análise qualitativa. Além disso, a ideia de que através da punição rigorosa de criminosos, que se aproveitam da ingenuidade infantil para praticar as mais diversas condutas danosas, estar-se-ia protegendo as crianças e adolescentes, demonstra que proteção e repressão acabam figurando do mesmo lado da moeda: a da política penal. A partir dessa realidade, Baratta observa o que segue:

O sistema dos direitos das crianças e dos adolescentes foi, até o momento, esmagado por duas emergências: a emergência risco-abandono e a emergência criminal. Por conseguinte, e contrariamente ao proposto pela Constituição e pelo Estatuto, na ótica institucional e na opinião pública, prevaleceram as políticas públicas de resposta contingencial a essas urgências, e não as políticas públicas básicas, que deveriam representar a

³¹⁴ BARATTA, Alessandro. Os direitos da criança e o futuro da democracia. In: *Perspectivas do direito no início do século XXI*. Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Studia Jurídica, n. 41, p. 61-91. Coimbra: Coimbra, 1999. p. 63.

³¹⁵ BARATTA, Alessandro. Os direitos da criança e o futuro da democracia. In: *Perspectivas do direito no início do século XXI*. Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Studia Jurídica, n. 41, p. 61-91. Coimbra: Coimbra, 1999. p. 63.

³¹⁶ MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. Juventude, medo e violência. *Ciclo de conferências direito e psicanálise: novos e invisíveis laços sociais*. 2005. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/cursos_eventos/governanca_2006/gover_2006_01_juventude_medo_pedro_bode.pdf> Acesso em: 22 ago. 2012.

forma estrutural e preventiva de intervenção nas condições sociais e nos serviços fundamentais (escola, saúde, ambiente, trabalho, relações de propriedade), das quais dependem as emergências³¹⁷.

Na busca pelos fatores que agem no sentido de aumentar o domínio do sistema penal (sem justificativa racional) no parlamento, Hulsman explica que, dentre eles, está o fato de este ser o único que não traz a necessidade de o legislador indicar de onde os recursos orçamentários serão extraídos para a efetivação da proposta. Como consequência, em períodos de dificuldades econômicas, a pressão por criminalização se torna mais forte³¹⁸.

A relação entre a adoção de posturas punitivas e a posição política dos parlamentares foi também objeto de análise. O GRÁFICO 4 apresenta os resultados desse cruzamento.

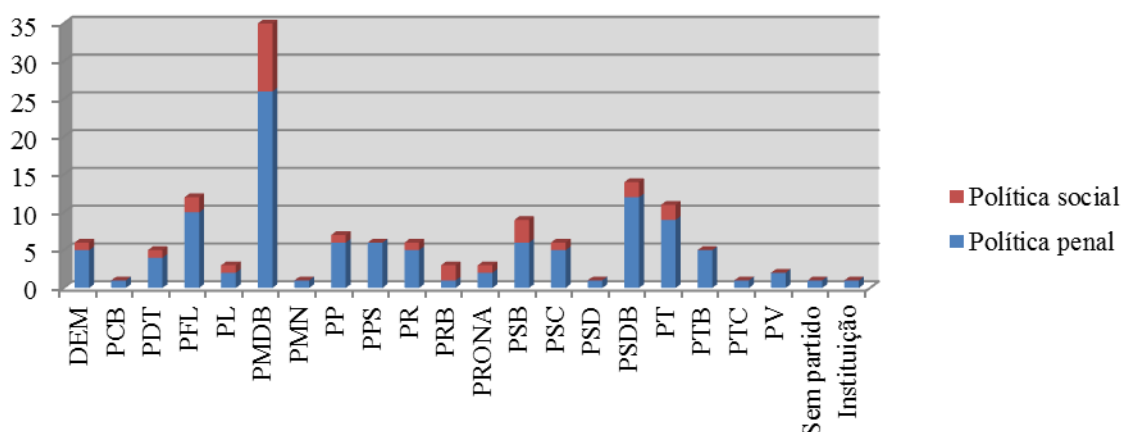


GRÁFICO 4 – POLÍTICA X PARTIDOS POLÍTICOS

FONTE: Elaboração própria com base em dados coletados no sítio da Câmara dos Deputados (www.camara.leg.br)

Como se pode ver, há a predominância de propostas legislativas em matéria de política penal em relação à política social em quase todos os partidos, com exceção, apenas, do Partido Republicano Brasileiro (PRB). Percebe-se que a opção por propor políticas penais, quando o tema é o número de proposições buscando alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente independe da orientação ideológica dos partidos tradicionalmente considerados de direita e esquerda³¹⁹.

³¹⁷ BARATTA, Alessandro. Prefácio. In: BATISTA, Vera Malaguti. *Difíceis ganhos fáceis*: Drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 30.

³¹⁸ HULSMAN, Louk H. Descriminalização, *Revista de Direito Penal*, n. 9/10, Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1973, p. 7-26.

³¹⁹ Não obstante o frequente questionamento a respeito da existência de importantes diferenças ideológicas entre os partidos políticos no Brasil, sobretudo na última década, há estudos realizados no campo da ciência política que, baseados nos manifestos dos partidos, na opinião dos *experts*, dos

Observa-se, por exemplo, um importante número de propostas na área social por parte do PMDB, considerado de centro, e do PSB, o qual se encontraria na centro-esquerda. Mas os partidos de esquerda como o PT e o PC do B apresentam pouca produção legislativa nessa área. Isso demonstra que a opção pela criminalização vem se irradiando, de fato, para todo o espectro político.

Essa análise sobre o fortalecimento da esfera penal do Estado, realizada por diversos sociólogos e criminólogos, costuma vir acompanhada de um importante debate também ligado ao momento político que se vive na atualidade: o esvaziamento da distinção entre esquerda e direita. Desde a ascensão do debate sobre o populismo punitivo no início da década de 1990, percebe-se certa miscelânea entre os partidos políticos das mais diversas histórias e tradições na adoção de uma postura predominantemente repressiva³²⁰.

2.3.1 Os dois sentidos da política penal em matéria de criança e adolescente

O GRÁFICO 5 traz a forma como se distribuem as categorias no valor *política penal* da variável *política pública*.

eleitores ou ainda em entrevistas com os políticos, que demonstram a permanência dessa diferenciação. Tarouco e Madeira explicam que, apesar de os mecanismos europeus de avaliação da orientação ideológica de partidos políticos não corresponderem a todas as realidades, como a brasileira, em razão de questões históricas e culturais, vários autores vêm buscando realizar tal análise a partir de diferentes métodos. A caracterização realizada pelos autores, contudo, não leva em consideração o comportamento legislativo, ou seja, o comportamento estratégico desenvolvido pelos parlamentares em razão das circunstâncias políticas momentâneas e as coalizões realizadas independentemente de posições ideológicas no parlamento. Outra questão importante é que essa análise não comporta as especificidades regionais de cada partido, mas apenas o que eles declaram ser de suas prioridades mais gerais. TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Left and right in the Brazilian party system. *XI Congress of the Brazilian Studies Association*. 6-8 September 2012. University of Illinois at Urbana-Champaign. Disponível em: <http://www.brasa.org/documents/brasa_xi/Gabriela-Tarouco-Rafael-Madeira.pdf> Acesso em: 18 jan. 2013. A partir desse estudo, dentre outros, optou-se por considerar as orientações ideológicas dos partidos da seguinte maneira: PSOL, PT e PC do B como esquerda; PDT, PCB/PPS, PSB, PV como centro-esquerda; PMDB e PHS como centro; PMN, PSC, PTB, PAN e PSDB como centro-direita; PDS/PPR/PPB/PP, PFL/DEM, PRONA, PSD, PTC, PR, PL, PRTB, PRB como direita.

³²⁰ Nos governos do PT, de 2003 até os dias atuais, vem se consolidando essa face repressiva. Não houve um rompimento com o punitivismo que caracterizou os governos FHC, sendo que a maior parte das novas leis penais surgidas são propostas de origem no Executivo. Em estudo sobre a legislação penal produzida entre 1989 e 2006, Campos mostra que das quarenta leis aprovadas, 15 foram de iniciativa de partidos de esquerda, quatro das quais despenalizadoras. CAMPOS, Marcelo da Silveira. *Crime e Congresso Nacional: uma análise da política criminal aprovada de 1989 a 2006*. São Paulo: IBCCRIM, 2010. p. 148. A característica principal dessa legislação é a de se voltar às demandas dos movimentos sociais, como os movimentos feministas, os movimentos de defesa da criança e do adolescente, movimentos contra a discriminação racial etc., desconsiderando o fato de o próprio sistema penal ser estruturalmente classista, patriarcal e racista. ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Pelas mãos da criminologia*. Rio de Janeiro: Revan, 2012. p. 172.

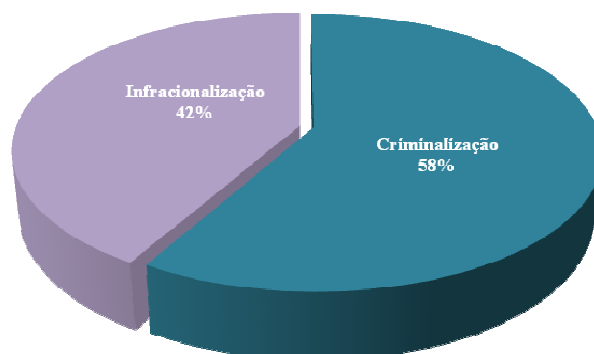


GRÁFICO 5 – POLÍTICA PENAL: DISTRIBUIÇÃO

FONTE: Elaboração própria com base em dados coletados no sítio da Câmara dos Deputados (www.camara.leg.br)

Verifica-se que do total de PLs propostos, 58,41% foram incluídos na categoria PP1, e 41,59% na categoria PP2, o que demonstra certo equilíbrio, com a predominância, contudo, da primeira. O GRÁFICO 6 apresenta a distribuição desses projetos de lei ao longo desses dez anos:

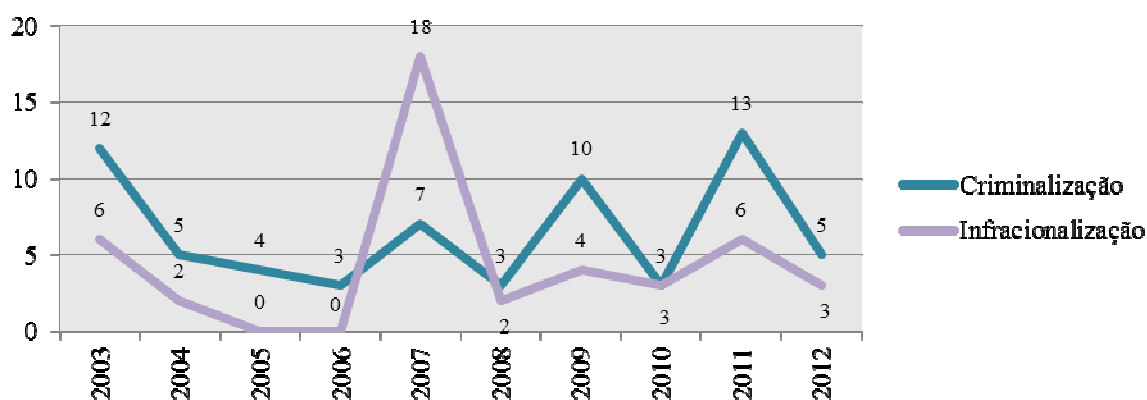


GRÁFICO 6 – POLÍTICA PENAL x ANO

FONTE: Elaboração própria com base em dados coletados no sítio da Câmara dos Deputados (www.camara.leg.br)

Na distribuição ao longo desse tempo há certa correspondência entre os anos em que houve maior número de PLs apresentados em uma e em outra categoria. Apesar de em quantidades e distribuição diferentes é possível verificar que tanto os projetos de lei de criminalização de condutas quanto aqueles sobre o recrudescimento da medida socioeducativa de internação atingem os seus maiores números nos anos de 2003, 2007, 2009 e 2011. No caso da categoria PP1, ressaltam-se os anos de 2003, 2009 e 2011. No caso da categoria PP2, nota-se que

há um pico isolado no ano de 2007, cujo motivo será investigado na pesquisa qualitativa a seguir.

Apesar de haver certa consonância teórica, como visto acima, a respeito da priorização de posturas punitivistas em todo o espectro político da atualidade, independentemente do perfil ideológico, um contraste, porém, costuma ser indicado pelos autores: a direita estaria preocupada com a criminalização da miséria (direita criminológica), enquanto a esquerda lançaria mão da repressão contra o crime de colarinho branco, além das demandas punitivas dos movimentos sociais (esquerda punitiva)³²¹.

Para investigar esse possível traço distintivo, partiu-se para um novo cruzamento de dados, agora separando as categorias PP1 e PP2, bem como agrupando os partidos conforme o seu pertencimento ao perfil ideológico traçado na nota de rodapé nº 319. O gráfico 7 aponta os resultados do cruzamento conforme o partido político.

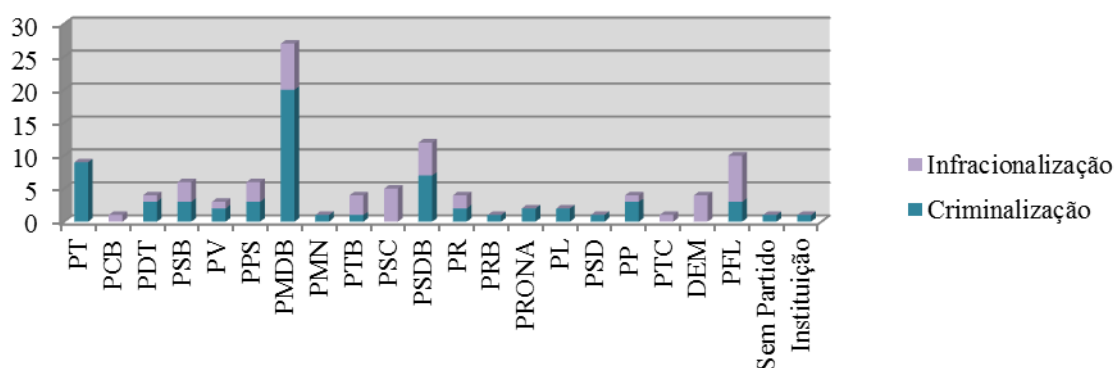


GRÁFICO 7 – POLÍTICA PENAL x PARTIDO

FONTE: Elaboração própria com base em dados coletados no sítio da Câmara dos Deputados (www.camara.leg.br)

Da representação gráfica extrai-se uma primeira suspeita de que, mesmo apelando para a repressão penal, os deputados de partidos tradicionalmente classificados como de esquerda não costumam apresentar projetos de lei visando à infracionalização (PP2), mas claramente optam pela criminalização de condutas

³²¹ A respeito da bifurcação do sistema penal globalizado, cf. ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Movimentos contemporâneos de controle do crime. *Violência e controle social na contemporaneidade*. Anais do III Ciclo de Estudos e Debates sobre Violência e Controle Social. p. 143-148. Porto Alegre: PUC-RS, 2008. Especificamente sobre os movimentos da direita criminológica e esquerda punitiva, cf., respectivamente, PEGORARO, Juan. Derecha criminológica, neoliberalismo y política penal. *Delito y sociedad*: Revista de Ciencias Sociales, Buenos Aires, año 10, n. 15/16, p. 141-160, 2001 e KARAM, Maria Lúcia. A esquerda punitiva. In: *Discursos sediciosos*: crime, direito e sociedade, ano 1, número 1, 1º semestre de 1996., p. 79-92.

praticadas contra crianças e adolescentes (PP1). Por outro lado, os partidos que tiveram um número de projetos de lei apresentados na categoria PP2 superior à PP1 foram dois partidos de direita e um de centro-direita: respectivamente, Partido da Frente Liberal/Democratas (PFL/DEM)³²², Partido da República (PR)³²³ e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Da mesma maneira, os partidos que tiveram apenas PLs propostos na categoria PP2 são predominantemente de direita, o Partido Trabalhista Cristão (PTC) e o Partido Social Cristão (PSC), com exceção do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), considerado de esquerda.

O Partido Progressista (PP), tradicionalmente classificado como de direita, apresentou o mesmo número de projetos nas duas categorias. Assim também o Partido Popular Socialista (PPS), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido Verde (PV), tiveram um número de propostas na categoria PP1 superior à categoria PP2. Por fim, alguns partidos propuseram apenas na categoria PP1: Partido Liberal (PL), Partido da Mobilização Nacional (PMN), Partido Republicano Brasileiro (PRB), Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA) e Partido dos Trabalhadores (PT).

Analisando partido por partido, verifica-se que há PLs propostos em ambas as categorias na maior parte deles, não se apresentando, aparentemente, grandes divergências conforme o perfil ideológico, com exceção da oposição entre o PFL/DEM e o PT. Contudo, quando agrupados, o resultado do cruzamento parece indicar um contraste entre as categorias PP1 e PP2 conforme a orientação ideológica. É o que demonstra o GRÁFICO 8.

³²² O Partido da Frente Liberal foi fundado em 24 de janeiro de 1985 a partir de uma cisão no Partido Democrático Social (PDS), hoje Partido Progressista (PP), no período da abertura política. Em 28 de março de 2007 o partido foi refundado e mudou de nome para Democratas (DEM). Apesar de os dados desses partidos terem sido apresentados separadamente, em razão do período em que foram propostos, a análise será conjunta.

³²³ O Partido da República foi criado recentemente, em 26 de outubro de 2006, sendo o produto da fusão entre o Partido Liberal (PL) e o Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA). Essa fusão foi realizada com a intenção de garantir que o novo partido alcançasse a já extinta cláusula de barreira. Essa cláusula exigia que a bancada da sigla correspondesse a 5% dos votos válidos em todo País, distribuídos em pelo menos nove estados, com um mínimo de 2% em cada um. O partido que não a atingisse sofreria uma série de restrições, como, por exemplo, a participação no Fundo Partidário e do horário gratuito no rádio e na TV. FUSÃO do PL e do Prona dá origem ao Partido da República. *Portal da Câmara dos Deputados*. Notícia de 26 out. 2006. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/ULTIMAS-NOTICIAS/339060-FUS%C3%83O-DO-PL-E-DO-PRONA-D%C3%81-ORIGEM-AO-PARTIDO-DA-REP%C3%9ABLICA-\(02'39%22\).html](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/ULTIMAS-NOTICIAS/339060-FUS%C3%83O-DO-PL-E-DO-PRONA-D%C3%81-ORIGEM-AO-PARTIDO-DA-REP%C3%9ABLICA-(02'39%22).html)> Acesso em: 19 jan. 2013.

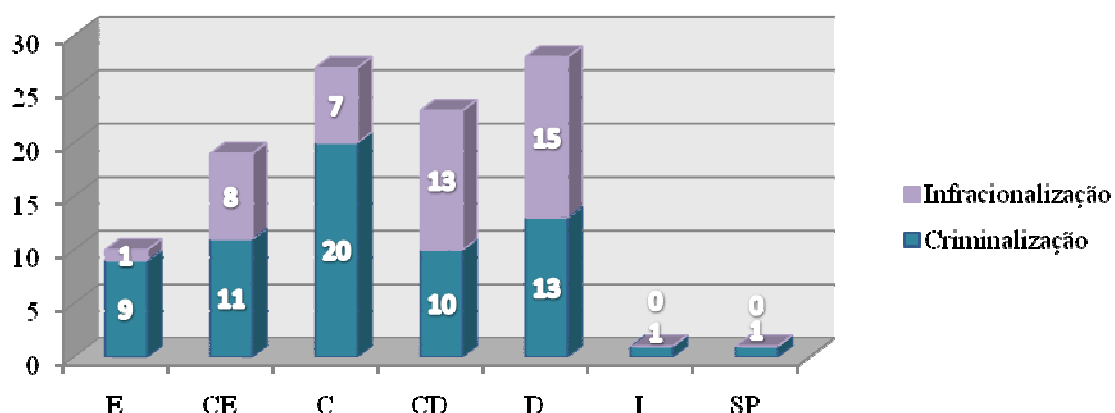


GRÁFICO 8 – POLÍTICA PENAL x PERFIL IDEOLÓGICO

FONTE: Elaboração própria com base em dados coletados no sítio da Câmara dos Deputados (www.camara.leg.br)

Assim, apesar de se ter optado por reunir as categorias PP1 e PP2 como política penal, e isso ter por base a análise descritiva supramencionada, isso não significa que a percepção social sobre essas categorias seja predominantemente esta. Em geral, é possível afirmar que os partidos de esquerda costumam se filiar fortemente à doutrina da proteção integral e, portanto, à manutenção de limites rígidos quanto a temas como a redução da maioria penal e o aumento do prazo de internação. Defender esses limites significa buscar proteger a criança e o adolescente do arbítrio antes dispensado em seu tratamento quando da prática do ato infracional. Por outro lado, a criminalização de condutas da forma como realizada nesses PLs vem acompanhada de um lamento quanto à vitimização de crianças, e a necessidade de punição daqueles que as vitimizam ou põem em perigo. Postar-se ao lado da criminalização nesse caso significa, aos olhos do senso comum, apresentar soluções contra os algozes da infância. Trata-se de uma demanda de proteção, aliada à demanda de punição.

Assim, a predominância dos projetos de política penal na categoria PP1 nos partidos de esquerda e de centro-esquerda implica em certa coerência quanto à representação da criança e do adolescente que se pauta na ideia de vulnerabilidade, tanto quando pratica ato infracional quanto quando é vítima de um crime praticado por um adulto. Em razão disso, a opção pela criminalização se dá no polo que se entende ser o mais forte da relação: no caso da criança ou adolescente vítima, a

criminalização será do autor do fato; no caso do adolescente autor do fato, não se pode implicar em mera criminalização em razão da sua situação, quer seja ela ligada ao caráter de pessoa em desenvolvimento, quer seja relacionada à condição social da qual provém. Essa opção acaba canalizando o discurso para uma compreensão mais complexa sobre o ato infracional, fugindo da mera perspectiva binária bandido *versus* vítima, apesar de isso acabar ocorrendo quando se trata da categoria PP1.

No caso das opções tomadas pelos partidos de direita e centro direita também se percebe uma coerência, não quanto à representação do adolescente, que parece ser visto como vítima no caso da categoria PP1, mas como “bandido”, no caso da categoria PP2, porém da lógica da punição adotada em ambos os casos. Trata-se de uma percepção que enquadra dois tipos de problemas no mesmo tipo de investigação causal, e na mesma solução possível: de um lado, a criança indefesa está à mercê de adultos criminosos, cuja causa são as penas brandas do ECA e a solução está no recrudescimento da criminalização destes; de outro lado, a sociedade amedrontada está à mercê de adolescentes irresponsáveis, descomprometidos e criminosos devido à leniência do ECA ao não prever uma medida mais séria ao adolescente que pratica atos infracionais graves. A solução, novamente, está no recrudescimento da resposta repressiva do Estado, agora contra os adolescentes. Essa análise será aprofundada na etapa qualitativa.

2.3.2 Situação dos PLs

Se é possível evidenciar a predominância da política penal nos PLs visando à alteração do ECA, não se pode dizer o mesmo em relação à sua transformação em lei. O GRÁFICO 9 abaixo trata da situação de tramitação dos PLs incluídos nas categorias PP1 e PP2.

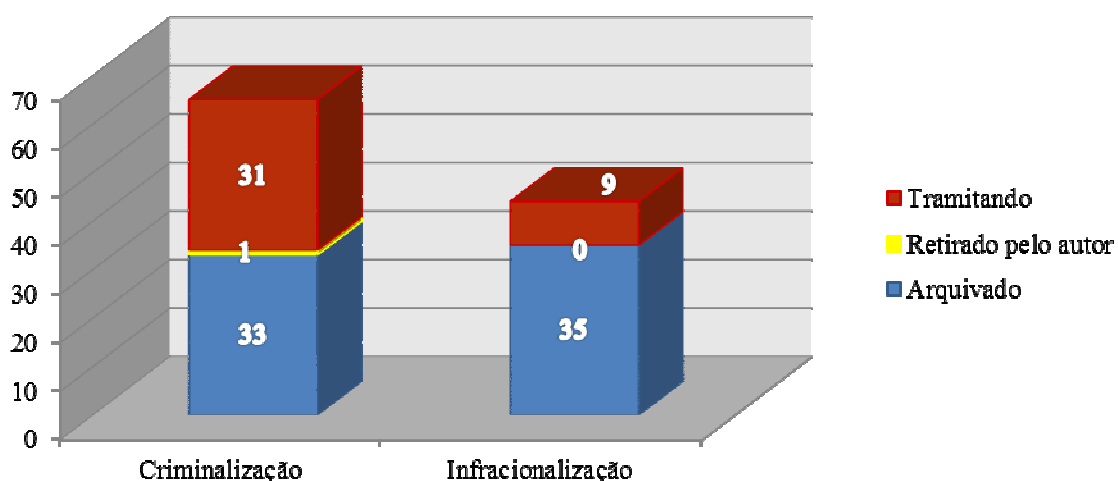


GRÁFICO 9 – POLÍTICA PENAL x SITUAÇÃO

FONTE: Elaboração própria com base em dados coletados no sítio da Câmara dos Deputados (www.camara.leg.br)

Na categoria PP1, são 33 os projetos de lei arquivados, um retirado pelo autor e 31 ainda em tramitação. Ou seja, cerca de metade de todos os projetos propostos nesta categoria permanecem em tramitação. Ao contrário, na categoria PP2, cerca de 80% dos projetos propostos desde 2003 foram arquivados.

Evidentemente, quanto mais antigo é o projeto, maiores são as chances de já ter sido arquivado, especialmente pela mudança de legislatura, mas também pelos demais motivos apontados acima. Assim, como o número de projetos daquela primeira categoria tem sido constantemente alto, em especial nos anos de 2009 e 2011, é provável que, apesar da mudança da legislatura em 2011, mais projetos estejam em tramitação. Já na segunda categoria, em que um pico é visualizado no ano de 2007, ou seja, cinco anos atrás, é mais provável que os projetos já tenham sido arquivados.

Ao investigar mais a fundo esse dado curioso na tramitação dos PLs incluídos na categoria PP2, verificou-se que todos aqueles apresentados na CD antes de 2009 foram declarados prejudicados em razão da aprovação do PL 1627/2007, do Executivo, que em 2012 se transformou na Lei nº 12.594. Como visto nos capítulos anteriores, essa lei institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamentando a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Assim, só estão em tramitação os PLs sobre medidas socioeducativas que foram propostos a partir do ano de 2010. Daqueles que foram propostos em 2010, contudo, todos também foram arquivados

em razão do art. 105 do RICD, ou seja, mudança de legislatura. Apenas tramitam aqueles dos anos de 2011 e 2012, os quais totalizam dez projetos³²⁴.

2.3.3 Processos de infracionalização primária na Câmara dos Deputados

Do total de projetos de lei propostos na Câmara dos Deputados entre janeiro de 2003 e dezembro de 2012, 44 foram catalogados na categoria *infracionalização*, inserido, ainda, na variável *política penal* da categoria *política pública*. Considerando os objetivos deste trabalho, é a partir desse dado que a pesquisa qualitativa começa, tendo início a análise do discurso legislativo nas justificativas de todos esses projetos. É a partir desse dado também que será realizada a seleção da amostra dos discursos em plenário e nas comissões e, ainda, dos jornais a serem analisados na próxima etapa desta pesquisa.

Dos 44 projetos, 27 fazem parte da árvore de apensados do PL 2847/2000 (cf. ANEXO A), que chegou a tramitar na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO). Esses projetos (com exceção do PL 941/2007), acrescentados de mais seis propostos entre 2000 e 2002 tiveram parecer favorável do relator, com substitutivo, o qual foi aprovado em reunião daquela comissão em 12 de dezembro de 2007.

Os que permanecem em tramitação, portanto, são aqueles propostos em 2011 e 2012, somando dez projetos, alguns já com pareceres das CSPCCO e Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) (ver relação dos projetos no apêndice 1). Para a análise do discurso optou-se por estender a todos os projetos pertencentes à árvore mencionada, até mesmo porque os pareceres daqueles posteriores a 2003 estão vinculados aos anteriores. Sendo assim, os documentos analisados, através do software WEFT-QDA somaram 66, incluindo os projetos de lei da categoria PP2 de 2003 a 2012 (44), os demais entre 2000 e 2002 vinculados ao PL 2847/2000 (7) e os pareceres e votos em separado nas comissões (15).

Esses projetos trazem várias propostas infracionalizadoras, das quais se sobressaem as que constam no QUADRO 1 abaixo:

QUADRO 1 – PROPOSTAS INFRACIONALIZADORAS CONTIDAS NOS PROJETOS DE LEI NA

³²⁴ A análise qualitativa sobre a tramitação dos projetos será realizada no capítulo 3 da segunda parte.

CATEGORIA PP2

- Elevação ou extinção do prazo máximo de internação;
- elevação ou extinção da idade da liberação compulsória;
- elevação do prazo máximo da internação provisória;
- criação de novas situações ensejadoras da aplicação da medida de internação;
- criação de novas medidas socioeducativas relacionadas à internação psiquiátrica;
- realização obrigatória de laudos psiquiátricos para fundamentar a liberação ou manutenção da internação;
- determinação de que condenações por atos infracionais contem como antecedentes na esfera criminal adulta;
- transferência do jovem que completa 18 anos em medida de internação para estabelecimento penitenciário comum em ala separada;
- criação de medidas de segurança para adolescentes;
- exclusão dos princípios da brevidade e excepcionalidade da internação previstos no art. 121 do ECA;
- proibição de realização de atividade externa durante a internação;
- diminuição da frequência de reavaliação da medida de internação;
- criação de regime disciplinar especial de incomunicabilidade durante a internação.

Fonte: Elaboração própria

Dessas propostas, as que estão presentes em quase todos os projetos são as duas primeiras. As propostas sobre o aumento do prazo de internação somam 42 no período investigado, variando desde quatro anos até prazo indeterminado. Há propostas que admitem chegar a dez, vinte e até a trinta anos. Quanto à idade, as propostas vão de 23 a 38 anos, sendo que em alguns projetos a preferência é por deixar a idade indeterminada. Na maior parte deles, de qualquer maneira, busca-se excluir o limite máximo de três anos e a idade de 21 anos para a liberação compulsória.

Em vários projetos, a elevação do prazo de internação e da idade somente ocorreria em casos específicos. Estão entre eles: ato infracional cometido com emprego de violência ou grave ameaça à pessoa; ato infracional análogo a crime hediondo; pertencimento ao crime organizado; ato infracional análogo a tráfico de drogas; ato infracional cujo crime análogo conta com pena em abstrato de reclusão; reiteração em ato infracional grave; ato infracional que causa a morte da vítima ou lesão corporal grave. Além desses casos, relacionados ao ato cometido, outros, agora relacionados ao autor, são previstos, como a periculosidade decorrente de doença mental grave, grave desvio de personalidade, não apresentar “condições de personalidade” para o convívio social. Há ainda vários projetos que deixam o critério indeterminado, dando ao juiz a liberdade de decidir caso a caso qual é o tempo mais

adequado para que o adolescente permaneça internado.

A partir desse panorama sobre os projetos de lei apresentados pelos deputados federais visando à modificação do Estatuto, parte-se para a análise do discurso que os sustentou, especificamente na categoria PP2.

3 EM DEFESA DA SOCIEDADE: A DESORDEM SOCIAL E A ORIGEM DO MAL NO DISCURSO POLÍTICO SOBRE A INFRACIONALIZAÇÃO

São várias as características que distinguem o discurso político de outros tipos de discurso. A análise de quais dessas características serão importantes para um determinado estudo depende de qual é o objetivo do trabalho, bem como qual metodologia está sendo usada. O objetivo da análise do discurso político neste trabalho é o de compreender quais são as representações sociais compartilhadas pelos emissores do discurso a respeito do adolescente, do ato infracional e da medida socioeducativa de internação, para que se permita visualizar através de quais propriedades do discurso legitima-se uma relação de dominação.

Como visto na introdução deste trabalho, parte-se dos Estudos Críticos do Discurso, ancorado, sobretudo, em Teun Van Dijk e Norman Fairclough, os quais buscam compreender de que maneira o discurso contribui para a perpetuação das desigualdades sociais.

A partir da análise das proposições infracionalizadoras ao longo dos últimos dez anos, busca-se apresentar os argumentos que as justificam, de maneira a identificar neles que imagem se tem sobre a figura, tão invisível quanto temida, do adolescente. Através da análise dessas representações é possível identificar o discurso legitimador das propostas infracionalizadoras, que dificultam a implementação da doutrina da proteção integral e de uma proposta abolicionista na esfera da criança e do adolescente. Ao mesmo tempo, daí se extrairão os elementos para possibilitar a análise comparativa com o discurso midiático, bem como as interferências do discurso político no discurso midiático e vice-versa.

Os discursos foram buscados através da palavra escrita, nos projetos de lei propostos pelos deputados, bem como em seus pareceres e votos nas comissões. Optou-se pelas justificativas dos projetos de lei porque esse discurso vem acompanhado de uma proposição, de maneira que é possível comparar o “declarado” e a política realmente proposta. Isso permite identificar situações nas quais o discurso protetivo vem acobertar uma proposta punitiva ou tutelar. Além disso, o estudo dos projetos de lei permite identificar o impacto real ou simbólico de acontecimentos ao longo da história na produção legislativa.

Uma característica do discurso político é a sua necessária simplificação. Para

se dirigir, seja aos colegas parlamentares, provenientes das mais diferentes formações, seja ao povo, também extremamente heterogêneo, implica na necessidade de que tanto as propostas quanto os discursos que buscam legitimá-las sejam acessíveis à maioria. Essa simplificação importa, porém, no risco de se perder muito do conteúdo e até mesmo da veracidade do discurso. Dois procedimentos muito comumente utilizados para simplificar o discurso são a singularização e a essencialização. Charaudeau explica o procedimento de singularização como uma forma de evitar a multiplicação de ideias para não confundir o auditório. O ideal é exprimir uma ideia de cada vez, para garantir a clareza e a compreensão. Já a essencialização é realizada através da criação de uma forma nominalizada para condensar numerosas ideias em alguns contextos, de maneira que “de tanto empregar essa forma nominalizada nesses contextos, ela se torna portadora de algo que existe em si, de maneira absoluta, impondo-se inevitavelmente. O indivíduo não teria mais que se interrogar sobre a complexidade desse fenômeno”³²⁵. As nominalizações, maneira como Chilton se refere a essa estratégia, são frequentes no discurso político e permitem se comunicar com as representações sociais do público³²⁶.

Todos os projetos de lei propostos na Câmara dos Deputados vêm acompanhados de uma justificação, escrita ou oral, com o objetivo de fundamentá-los³²⁷. Não há uma regra específica para a sua elaboração, de maneira que, no *corpus* dessa pesquisa, foram encontradas justificações que se estendem de um parágrafo até cinco páginas. De uma maneira geral, esse texto é composto através de uma estrutura que costuma se repetir: apresenta-se primeiramente uma contextualização do momento vivido, dessa contextualização extrai-se um problema, geralmente qualificado como muito grave, analisa-se as causas para, então, trazer a solução, encarnada na proposição.

Essa estrutura, como observa Charaudeau, apesar de ser extremamente comum no discurso político, é típica dos contos populares e das narrativas de aventura: “uma situação inicial que descreve o mal, a determinação de sua causa, a

³²⁵ CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 94.

³²⁶ CHILTON, Paul; SHÄFFNER, Christina. Discurso y política. In: van DIJK, Teun (comp.). *El discurso como interacción social*. Barcelona: Gedisa, 2000. p. 297-330..

³²⁷ Conforme o art. 103 do RICD.

reparação desse mal pela intervenção do herói natural ou sobrenatural” ³²⁸.

Observe-se que essa justificação é dirigida aos próprios parlamentares, pois monopolizam a possibilidade de que as proposições se transformem em leis. A escolha desse público é claramente visível na parte final de praticamente todas as justificações, caracterizada por um vocativo, conclamando os colegas à aprovação do projeto a partir das expressões “meus nobres Pares”, “meus colegas parlamentares”, “demais parlamentares desta Casa e no Senado Federal”, “ilustres Pares”, “nossos Pares”, “nobres parlamentares”, “nobres colegas deputados”. Diferentemente dos discursos em plenário, que são transmitidos pela TV Câmara, e que se caracterizam pelo uso de outros vocativos que incluem os cidadãos através das lentes das câmeras, as proposições pouco são acessadas pelo público, e pouco dele dependem. Assim, a reparação do mal identificado na justificação tem o protagonismo do deputado proponente, mas inclui os demais parlamentares desde que aprovem a proposição.

Acrescenta-se ainda a essa narrativa, segundo Charaudeau, que as causas dos problemas são por vezes identificadas nos adversários políticos, especialmente em temas como o da infância e juventude e do crime/ato infracional, que costuma dividir claramente as posições ideológicas.

O discurso político, que procura obter a adesão do público a um projeto ou a uma ação, ou a dissuadi-lo de seguir o projeto adverso, insiste mais particularmente na *desordem social* da qual o cidadão é vítima, na *origem do mal* que se encarna em um adversário ou um inimigo, e na *solução salvadora* encarnada pelo político que sustenta o discurso ³²⁹.

Apesar de serem caracterizadas pelo uso frequente da retórica, as justificativas costumam possuir linguagem extremamente simples, até mesmo coloquial algumas vezes. A linguagem técnica é pouco usada. Raramente são citadas fontes para as afirmações realizadas pelos autores, as quais, a partir de recursos discursivos acabam soando como verdades inquestionáveis, questão se voltará em seguida.

Em termos de fontes, mesmo as estatísticas oficiais são pouco mencionadas, aparecendo em apenas quatro dos 67 textos analisados. Pesquisas específicas não aparecem, constando apenas afirmações como “a maioria dos especialistas no tema

³²⁸ CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 91.

³²⁹ CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 91.

concorda que...”; “não são poucos os estudiosos que...”; “É sabido, dos meios acadêmicos da sociologia...”³³⁰; “Segundo especialistas em segurança pública [...]”³³¹. Por outro lado, textos de doutrinadores do campo jurídico são mais frequentes, apesar de terem aparecido em apenas quatro projetos³³². Dentre todas as fontes citadas, a imprensa aparece em primeiro lugar. Isso demonstra que, em grande parte, os projetos não se baseiam em estudos a respeito de sua adequação empírica para alcançar os fins desejados³³³.

As citações aparecem, então, como forma de legitimar o discurso de verdade apresentado pelo legislador, seja na identificação do problema, das causas ou das soluções. Através delas, o deputado demonstra que está fundamentado em estudos credíveis, na opinião pública representada pela imprensa, na opinião de especialistas que referendam a sua proposta. Não é o único, portanto, a defendê-la.

A análise do discurso dos deputados será realizada a partir de três categorias principais, relacionadas à usual organização das justificativas descrita acima. A primeira categoria se intitula *desordem social*. Busca-se na análise dos argumentos trazidos pelos deputados nas justificativas a representação social da realidade problemática na qual se insere o projeto como solução. Trata-se de uma análise realizada por eles do contexto vivido no momento da proposição. Evidentemente, este não é um contexto de ordem, pois se assim fosse, não haveria motivos para a proposição realizada. Por isso, em todos os casos, as justificativas partem da percepção de uma realidade que precisa ser modificada. Identificar que realidade é essa e de que maneira os parlamentares a compreendem é o objetivo deste tópico.

A segunda categoria é intitulada *origem do mal*, e estão nela incluídos os argumentos das justificativas que buscam identificar qual é a causa dos problemas vivenciados na ordem social. Aqui se encontra a análise das representações sociais compartilhadas pelos parlamentares acerca das causas, seja de uma maneira geral, da desordem social, seja de uma maneira específica, do ato infracional.

³³⁰ BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Voto em separado ao PL 345/2011. Deputada Keiko Ota. 13 jun. 2012. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1001329&filename=Tramitacao-PL+345/2011> Acesso em: 22 out. 2012.

³³¹ PL 347/2011.

³³² PL 2754/2008; PL 2847/2000; PL 3503/2012; PL 7208/2010.

³³³ Para uma interessante análise sobre a adequação empírica da criminalização do tráfico de drogas, cf. DIMOULIS, Dimitri. Problemas de constitucionalidade da criminalização do tráfico de entorpecentes na perspectiva da tutela dos direitos fundamentais, *Revista Ultima Ratio*, n. 4, ano 3, p. 1, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

Por fim, a terceira categoria foi denominada *solução salvadora*, nela contidos os motivos pelos quais a proposta empreendida pelo deputado tem o condão de resolver os problemas antes identificados. Estarão aí contidos os argumentos relacionados às representações sociais dos deputados acerca da medida socioeducativa de internação e da internação provisória, em especial sobre suas funções. A análise dessa última categoria foi reservada a um capítulo próprio.

3.1 Discursos sobre a “desordem social”

A maior parte das propostas de infracionalização parte de uma análise do contexto social na qual se ressalta, principalmente, o incremento da criminalidade violenta no Brasil. A ideia de desordem social aparece com evidência nos textos das justificativas, tendo sido organizadas em quatro principais tópicos do discurso:

T1: *Está ocorrendo um aumento da criminalidade violenta no Brasil.*

T2: *O aumento da criminalidade gera sensação de insegurança social.*

T3: *O aumento da criminalidade e da insegurança social está estritamente relacionado ao crescimento da criminalidade juvenil.*

T4: *A sociedade clama por maior rigor na resposta estatal aos adolescentes autores de atos infracionais.*

Cada um desses tópicos será apresentado abaixo, através da análise de trechos das justificativas dos projetos.

3.1.1 *Está ocorrendo um aumento da criminalidade violenta no Brasil.*

Esse tópico, encontrado em várias justificativas, trata da percepção de que há uma mudança inusitada no ritmo de crescimento da criminalidade, de maneira a ser identificada pelos propositores uma verdadeira situação de emergência e caos social.

Em primeiro lugar, é fundamental apresentar o contexto em que essas proposições costumam ser apresentadas no parlamento. Apesar de elas aparecerem em justificativas dos mais variados momentos, dentro do período analisado, observa-se que aquelas nas quais a argumentação apela mais para a emoção através do sentimento de medo são as contextualizadas temporalmente próximas de acontecimentos acompanhados de forte reprodução midiática e “clamor

social”. Dois casos se destacam ao longo desse período. O primeiro é o do sequestro e assassinato de um casal de namorados adolescentes, Liana Friedenbach e Felipe Caffé por cinco homens, dos quais um era adolescente, em novembro de 2003. No desvendar do caso, a polícia expôs a hipótese de que o adolescente, apelidado de Champinha fosse o comandante da quadrilha, despertando enorme comoção midiática em prol da redução da maioria penal, dentre outras medidas tendentes a recrudescer a resposta estatal a atos infracionais graves.

O segundo contexto, é o que se seguiu ao assalto que culminou com a morte do menino João Hélio de seis anos, em fevereiro de 2007. No roubo ao carro de sua mãe, onde se encontrava no banco de trás e preso ao cinto de segurança, o menino não conseguiu se soltar e foi arrastado por sete quilômetros do lado de fora do carro. Nesse período, o número de projetos de infracionalização se avolumou drasticamente, tendo o caso sido citado explicitamente nas justificativas de seis desses projetos³³⁴. Dado o caráter emocional do momento, a manipulação do sentimento de medo foi comum nos textos dos deputados.

Um exemplo é o trecho da justificativa do PL 179/2007, de autoria do Deputado Alexandre Santos (PMDB):

Não devemos constituir, neste momento, uma *legislação de pânico*. Entretanto, é necessário entender que *não estamos mais em uma situação de normalidade* onde seria possível discutir tais questões *sem a atual urgência*. Crimes cada vez mais graves sucedem-se a cada semana. *Não há mais tempo* para pretermos uma solução satisfatória. [...] O crime no Brasil ultrapassou o limite do que se pode considerar como grave. Precisamos *enfrentar os bandidos* e nos mantermos em um *padrão normal de civilidade*. A sociedade brasileira já não mais aceita a vigência de *leis permissivas* que redundam em um crescente *sentimento de que não há segurança no país*³³⁵.

Em ambos os trechos aparece a identificação da desordem social atrelada à criminalidade violenta, sobretudo através de uma linguagem que se comunica diretamente com a sensibilidade daqueles que, no período, estavam acompanhando a vultosa cobertura do caso promovida pela imprensa. Dizer que não se trata de uma legislação de pânico significa, aparentemente, a necessidade de tomar decisões racionais e não dadas pela emoção de um momento excepcional. De fato, o argumento racional é uma estratégia de legitimação da política proposta, afinal,

³³⁴ PL 102/2007, PL 109/2007, PL 157/2007, PL 173/2007, PL 177/2007, PL 719/2007.

³³⁵ PL 179/2007. Grifou-se.

espera-se dos políticos que legislem a partir de dados concretos da realidade e não das emoções ou paixões³³⁶. Entretanto, a seguir aparece a contradição: o autor afirma claramente que se não está vivendo uma situação de normalidade, pois se trata de uma questão urgente a ser solucionada sem perda de tempo. Apela, assim, justamente à emoção que pretendia afastar na primeira frase, demonstrando que ela não passou de uma tentativa de se defender de possíveis críticas à falta de debate racional em torno do tema. É evidente aqui a busca por uma resposta ao sentimento de medo coletivo que vem sendo diuturnamente construído em torno dos jovens pobres, e não brancos no Brasil. Apesar de as estatísticas de crimes violentos apontarem-nos como as suas maiores vítimas e não como os maiores perpetradores, cresce a representação de que essas pessoas são perigosas e ameaçadoras à sociedade³³⁷. Isso confirma a afirmação de Moraes de que as políticas repressivas em relação aos jovens contribuem, sobretudo, para aumentar o medo e tornar mais reativas e emocionais as respostas a essa distorção da realidade que é a ideia de um incontável aumento da criminalidade entre os jovens. De fato, a compreensão dos jovens como pessoas incompletas e instáveis e, por isso, perigosos auxilia no aprofundamento da repressão. As respostas emocionais levam a que seja impossível se perceber racional e cientificamente a realidade, de modo que elas se prestam apenas “para reforçar todo o sistema que foi, ele próprio, produtor daquilo que pretende combater”³³⁸.

No parágrafo seguinte, o autor já identifica o motivo da desordem [leis permissivas], e a solução [enfrentar os bandidos]. Aparece aqui um recurso típico da argumentação política emocional: a definição da evidente dualidade entre o “nós”, constituído pelo autor do texto, os colegas parlamentares e a sociedade, a quem a proposta se destina, e o “eles”, atores sociais descritos negativamente como inimigos, aqui identificados como bandidos. A separação entre o bem e o mal na

³³⁶ REYES, Antonio. Strategies of legitimization in political discourse: from words to actions. *Discourse & Society*, 22 (6), p 781-807. Sage, 2011. p. 786.

³³⁷ MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. Juventude, medo e violência. *Ciclo de conferências direito e psicanálise: novos e invisíveis laços sociais*. 2005. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/cursos_eventos/governanca_2006/gover_2006_01_juventude_medo_pedro_bode.pdf> Acesso em: 22 ago. 2012.

³³⁸ MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. Juventude, medo e violência. *Ciclo de conferências direito e psicanálise: novos e invisíveis laços sociais*. 2005. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/cursos_eventos/governanca_2006/gover_2006_01_juventude_medo_pedro_bode.pdf> Acesso em: 22 ago. 2012.

percepção sobre a criminalidade reflete o desenvolvimento histórico de um dos princípios da ideologia da defesa social, segundo Baratta. É fundamental para a legitimação de posturas punitivistas identificar os “criminosos” como agentes do “mal” que vulneram a sociedade de “bem”, pois assim se compreende a sociedade como uma em seus valores e crenças. Todos aqueles que fogem desses valores correspondem, então, ao mal³³⁹.

Observe-se, ainda, que o autor, escrevendo já na primeira pessoa do plural, adverte da necessidade de manter-se um nível de civilidade, e a seguir diz o que isso significa: acabar com as leis *permissivas*. A civilidade é por ele reconhecida como algo ligado ao incremento da punição. O trecho é concluído por um sintagma cristalizado, repetido *ad infinitum* nos projetos analisados: o sentimento de insegurança.

O fato de utilizar o procedimento da enunciação “elocutiva”³⁴⁰ na forma do “nós” contribui, segundo Charaudeau, com a instalação de um *ethos*³⁴¹ de “solidariedade” na convicção, no dever ou na ação³⁴²: convicção de que “não *estamos* mais em uma situação de normalidade”; dever de “não *preterirmos* uma solução satisfatória” e de “*nos mantermos* em um padrão normal de civilidade”; ação de “[*precisamos*] enfrentar os bandidos”. A imagem do político solidário e conhecedor das demandas sociais aparece aí com evidência a legitimar tanto o diagnóstico do problema quanto a solução salvadora por ele incorporada no projeto de lei.

3.1.2 O aumento da criminalidade gera sensação de insegurança social.

³³⁹ BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. 3 ed. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002. p. 42.

³⁴⁰ Expressa com a ajuda dos pronomes pessoais de primeiras pessoas que revelam a implicação do orador e descrevem seu ponto de vista pessoal. CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 174.

³⁴¹ Foi Aristóteles quem propôs dividir os meios discursivos que influenciam o auditório em três categorias: “o *logos*, de um lado, que pertence ao domínio da razão e torna possível convencer; o *ethos* e o *pathos*, de outro, que pertencem ao domínio da emoção e tornam possível emocionar. Tanto o *ethos* quanto o *pathos* participam, portanto, dessas ‘demonstrações psicológicas’ que não correspondem, como lembra Barthes, ao estado psicológico real do orador ou ao do auditório, mas ‘ao que o público crê que os outros têm em mente’”. CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 113. O *ethos* está relacionado à percepção do público sobre o autor do discurso, que será constituído por traços pessoais de caráter, corporalidade, comportamentos, declarações, de acordo com as expectativas dos cidadãos, “por meio de imaginários que atribuem valores positivos e negativos a essas maneiras de ser”. *ibid.* p. 137.

³⁴² CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 175.

Ainda apelando para o discurso emocional do medo, a justificativa do PL 2575/2003 do deputado Ronaldo Vasconcellos (PTB) se desenvolve na dualidade nós-eles, traduzindo-a para vítimas-bandidos, como se percebe a seguir³⁴³. “Entendemos oportuno buscar uma situação de equilíbrio, que resguarde os direitos e interesses dos *jovens infratores*, sem, contudo, deixar ao desamparo *a sociedade brasileira*, já tão *amedrontada e massacrada* pela *onda de crescente violência* no País”³⁴⁴.

No trecho, o deputado identifica a situação de desordem social com uma onda crescente de violência. Nesse contexto, duas posições se encontram em confronto e, para o deputado, é necessário encontrar um equilíbrio. De um lado, os *jovens infratores*. De outro lado, a *sociedade amedrontada e massacrada*. Note-se que os adjetivos utilizados para qualificar os substantivos “jovens” e “sociedade” representam perfeitamente a ideia que se pretende construir de uma dualidade entre bandidos ativos e vítimas passivas. Trata-se de uma estratégia discursiva que sustenta a construção da representação dos atores sociais, e que auxiliará a adesão à proposta apresentada³⁴⁵.

Nessa representação do problema, o pertencimento dos *jovens infratores* à sociedade é uma perspectiva para a qual nenhum espaço sobra. *Jovens infratores* são pessoas externas e podem, por isso, serem tratadas como inimigas. São estratégias discursivas desse tipo que permitem a demonização de inteiros grupos sociais, com efeitos desejáveis na política. O caráter genérico com que esses grupos são evocados torna mais fácil que sejam percebidos como inimigos. Como nota Edelman,

Associações implícitas com um inimigo emprestam intensidade emocional para uma questão pública, enquanto a nomeação explícita do inimigo torna mais fácil à oposição refutar a premissa e criar algumas dúvidas entre

³⁴³ Apesar de já não contextualizada em 2007, essa proposição foi elaborada durante outro momento de grande comoção social: o caso Liana e Felipe, já referidos. O projeto em comento foi proposto em 25 de novembro de 2003 e, apesar de não mencionar o caso, está no contexto da repercussão a ele conferida.

³⁴⁴ PL 2575/2003. Grifou-se.

³⁴⁵ Segundo Reyes, quando os políticos buscam legitimar seus argumentos através das emoções, sobretudo do medo, é fundamental utilizar estratégias discursivas que possibilitem a identificação de dois lados opostos em conflito, sendo um representado como o causador do problema e o outro como a vítima. Para tanto, as *estratégias referenciais*, que buscam construir a representação dos atores sociais, negativamente ou positivamente, conforme se esteja tratando do “eles” ou do “nós” são fundamentais. REYES, Antonio. Strategies of legitimization in political discourse: from words to actions. *Discourse & Society*, 22 (6), p 781-807. Sage, 2011.

aqueles que a aceitam. A evocação através da condensação de simbolismos é então crucial a essas formas de construção do inimigo³⁴⁶.

Juntamente com os termos genéricos “jovens infratores”, ingressam termos essencializados como *onda de violência*, ou *onda de criminalidade*, para descrever a situação de desordem social que estaria sendo vivenciada pela sociedade. A expressão já pode ser considerada um clichê, um lugar comum que se vale da imagem da onda do mar varrendo o que aparece à frente para enfatizar um suposto aumento real da violência em determinado momento e lugar. Apesar de ainda não constar nos manuais de redação e estilo dos órgãos de imprensa como chavão a evitar, a expressão já é extremamente vulgar, sendo especialmente comum nas capas de jornais de todo o país. Onde essa situação é identificada pelo legislador não há, contudo, uma análise mais detida das fontes de onde o dado é retirado, apesar de algumas referências à imprensa darem uma indicação disso.

3.1.3 O aumento da criminalidade e da insegurança social está estritamente relacionado ao crescimento da criminalidade juvenil.

Ainda na categoria *desordem social*, o esquema que busca representar a situação a ser transformada pelos políticos é conduzido para uma especialização do argumento. Após representar a realidade social como imersa em uma alarmante onda de violência, a maior parte das justificativas identifica a ação de adolescentes como sendo o diferencial que está a acarretar toda essa sensação de insegurança. É o que se pode ver no trecho a seguir, do PL 3503/2012: “A violência deixou de ser atributo das grandes cidades, tornando-se frequente e corriqueira em todos os Municípios brasileiros. Um dos fatos mais preocupantes é que *a violência cometida por crianças e adolescentes vem aumentando em proporções inusitadas*”³⁴⁷. No trecho, o deputado responsabiliza crianças e adolescentes pela distribuição da violência a todos os municípios brasileiros, através de uma afirmação enunciada como evidência.

³⁴⁶ EDELMAN, Murray. *Constructing the political spectacle*. Chicago: The University of Chicago, 1988. p. 73. Tradução livre do original em inglês: “Implicit associations with an enemy lend emotional intensity to a public issue, while the explicit naming of an enemy makes it easier for the opposition to rebut the premise and create some self doubts among those who accept it. Evocation through condensation symbolism is therefore critical to these forms of enemy construction”.

³⁴⁷ PL 3503/2012. Grifou-se.

No PL 173/2007, identifica-se a mesma situação: “A delinquência juvenil constitui, *sem dúvida*, fenômeno em franco desenvolvimento no país” ³⁴⁸. Observe-se, nessa frase, que a utilização do termo “sem dúvida” vem para produzir um reforço na argumentação do deputado, de maneira a garantir a segurança de que ele sabe do que está falando, mesmo não apresentando provas. O fato de utilizar a enunciação delocutiva faz o receptor da mensagem ingressar em um “mundo de evidência”: é uma voz terceira que se compromete, uma voz de verdade que prescinde de provas³⁴⁹. Da mesma maneira, o PL 109/2007:

Apesar de a Constituição Federal, em seu Art. 228, reza que “são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos à legislação especial”, é indispensável, tendo em vista a *escalada da violência promovida por crianças e adolescentes* nos últimos anos, que agravemos a legislação especial - no caso, o Estatuto da Criança e do Adolescente - para darmos um basta a uma situação de efetivo *caos social*³⁵⁰.

Nesse trecho, o deputado usa um deíctico para localizar o leitor temporalmente: a escalada de violência vem ocorrendo *nos últimos anos*. O objetivo dessa localização é demonstrar que o Estatuto se desatualizou, pois é anterior à desordem social que precisa ser solucionada. Mais adiante se verá que ele não é apenas considerado anacrônico: o Estatuto também é visto por alguns parlamentares como a causa do suposto aumento da “criminalidade juvenil”. A agravação da legislação é já apresentada como solução à desordem. A primeira pessoa do plural (“para darmos um basta”) é utilizada como forma tanto de representar um *ethos* de solidariedade, como também de conclamar os colegas deputados como salvadores da sociedade. A representação da realidade é resumida, ao final, como uma situação de “efetivo caos social”, buscando mobilizar, uma vez mais, o sentimento de insegurança, as emoções que conduzem ao medo, e, ao final, à legitimação de qualquer proposta que busque expurgar o risco. A expressão “caos social” representa o contrário de “ordem” e “equilíbrio”, expressões típicas de uma perspectiva consensualista e funcionalista da sociedade. Percebe-se aí a ocultação dos conflitos permanentemente desenvolvidos nessa mesma sociedade, através da exploração econômica, da violência de gênero, do racismo

³⁴⁸ PL 173/2007. Grifou-se.

³⁴⁹ CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 179.

³⁵⁰ PL 109/2007.

etc. Tudo o que é questionamento estrutural passa longe do discurso político, o qual é mais facilmente compreendido se essencializado e fragmentado.

À identificação do aumento da prática de atos infracionais por adolescentes, traduzido como aumento da *delinquência juvenil*, segue-se uma especificação de quem são esses jovens e qual a sua relação com a sociedade. O PL 4808/2009, por exemplo, vai mais adiante: “Atualmente, tem-se verificado um crescente número de crimes cometidos por adolescentes, que, *certos da impunidade, sentem-se livres para praticar delitos, como se tivessem uma autorização do Estado para serem bandidos*, sem nenhuma consequência”³⁵¹. E segue: “Assim, a sociedade não pode mais conviver com essa realidade, de forma impotente, sem qualquer mecanismo de defesa contra as *atrocidades praticadas por bandidos menores*”³⁵².

O crescimento do número de atos infracionais praticados por adolescentes – apresentado como um dado, ainda que sem qualquer referência – é apenas o mote para apresentar importantes traços que irão definir a sua representação social. Ademais das estratégias referenciais, dadas a partir das expressões com as quais os atores sociais são identificados, parte-se aqui para estratégias predicativas: identifica-se os atores sociais a partir de atribuições avaliativas³⁵³. Assim, afora o uso do termo *bandidos menores* que já os designa como figuras do mal a vulnerar a sociedade, também atribui a eles a prática de atrocidades. O objetivo dessa atribuição é claramente o de fazer despertar o sentimento de medo. Como observa Reyes, ao tratar sobre o uso das emoções como estratégia de legitimação do discurso político,

[...] o medo é frequentemente desenvolvido no discurso político por um processo de demonização do inimigo, e esse processo é linguisticamente realizado por atributos (tais como atitudes morais negativas) e ações (tais como atrocidades, incluindo atrocidades do passado e do futuro [atrocidades potenciais])³⁵⁴.

A demonização produzida por esse texto é nua. Na expressão *bandidos menores* nota-se o evidente intuito de se referir a adolescentes que praticam ato

³⁵¹ PL 4808/2009. Grifou-se.

³⁵² PL 4808/2009. Grifou-se.

³⁵³ REYES, Antonio. Strategies of legitimization in political discourse: from words to actions. *Discourse & Society*, 22 (6), p 781-807. Sage, 2011.

³⁵⁴ REYES, Antonio. Strategies of legitimization in political discourse: from words to actions. *Discourse & Society*, 22 (6), p 781-807. Sage, 2011. p. 790. Tradução livre do original em inglês: “Fear is often developed in political discourse by a process of demonization of the enemy, and that process is linguistically realized by attributes (such as negative moral attitudes) and actions (such as atrocities, including past and future atrocities [potential atrocities])”.

infracional. Contudo, da forma como escrito, o termo termina por trazer uma visão dúbia. Para que seja ela entendida como referido acima, seria necessária a inversão para “*menores bandidos*”, de maneira a colocar o substantivo antes do adjetivo. Assim, estar-se-ia falando de pessoas com menos de 18 anos que levam uma vida que os identificaria com a representação social de bandidos, fora-da-lei. Da forma como escrito, porém, entende-se que *bandidos* é o substantivo, e *menores* é o adjetivo. Sendo assim, estar-se-ia falando de bandidos de menor importância. A inversão, provavelmente indesejada, conduz a uma interessante contradição: ao mesmo tempo em que o autor atribui aos adolescentes a responsabilidade pela desordem social, afirma serem eles menos importantes que outros bandidos na constituição dessa mesma situação.

Se a intenção do autor era – e provavelmente era – tratar *menores* como substantivo e *bandidos* como adjetivo, então está-se a utilizar um vocabulário pré-Estatuto, pois, a partir de 1990, a expressão *menor* isolada foi banida do ordenamento jurídico brasileiro. Como visto na revisão teórica, essa expressão é hoje relacionada à doutrina menorista, que se caracteriza por compreender a criança e o adolescente como objetos de tutela, além de dirigir a atenção estatal apenas àqueles considerados em situação irregular, como é o caso dos autores de ato infracional, com a exclusiva intenção de manter sobre eles o controle social.

Além de fazer uso dessa estratégia referencial, o autor ainda cuida de caracterizar os adolescentes a partir de uma convicção e um sentimento: a impunidade e a liberdade para praticar delitos. Desse modo, empreende a criação da imagem de uma pessoa que vulnera os direitos de outros, e que debocha da lei, age com escárnio perante a sociedade amedrontada. Essa sensação de liberdade é dada por algo que aparentemente seria uma autorização do Estado: a tão denunciada leniência do Estatuto da Criança e do Adolescente. Coloca, então, lado a lado o adolescente demonizado e o Estado negligente, que praticamente autoriza-o a praticar atrocidades. Do lado oposto, coloca a sociedade, que não pode mais ser impotente e conviver com essa realidade. Identifica a necessidade de criação de uma defesa diante dos ataques frequentes do outro lado. Define o ator potente e a vítima impotente.

Todos esses elementos são sintetizados no trecho a seguir, do PL 120/2007: “A sociedade já não suporta mais a ocorrência de crimes bárbaros praticados por menores que ficam amparados numa legislação altamente permissiva e que sobre

(sic) o argumento da imaturidade acabam, cada vez mais, vitimando as famílias numa onda crescente de violência que causa perplexidade em toda a nação”³⁵⁵.

A representação dos adolescentes aqui é dada pela atribuição de condutas: crimes bárbaros é o que caracteriza a sua ação. A palavra *menores* mais uma vez é empregada e as metáforas coletivas, que os excluem, se reproduzem: sociedade, famílias e nação correspondem ao “nós”. O “eles” é constituído por *menores*, os quais, pela forma como a argumentação se apresenta, não fazem parte de qualquer daquelas coletividades. Seu papel é vulnerá-las.

Historicamente, o uso de metáforas coletivas tem servido para produzir toda a sorte de horrores. Em especial quando se usa o termo *nação* em um discurso político relacionado à criminalidade, está-se a construir uma ideia de consenso do qual os dissidentes devem ser excluídos. Nas décadas de 1960 e 1970 no Brasil, a expressão foi muito utilizada, por exemplo, no combate ao comunismo, através da doutrina de segurança nacional. Nessa doutrina, “a Nação é vista como um todo homogêneo dotado de uma única vontade: a partir daí pode-se facilmente deduzir a ideia de interesse nacional, ideia tão vaga e tão confusa e que parece tão clara a nossos ideólogos porque eles a vêem surgir de sua personificação da Nação”³⁵⁶. O consensualismo em torno de valores vem seguido pela ideia de que é necessário buscar a segurança a qualquer preço. Eliminar o inimigo é uma consequência óbvia dessa série, trazendo para a política características essenciais da guerra³⁵⁷.

Quando se trata de segurança pública, também se lida com um conceito equívoco, baseado em uma concepção coletiva de segurança que pressupõe homogeneidade social. Não é possível, em uma sociedade reconhecidamente conflitual, que se possa tratar sob o conceito de “segurança pública” as diferentes necessidades sociais. Ocorre que, como nota Baratta, a tendência de se adjetivar ao substantivo “segurança” palavras como “nacional”, “pública”, “cidadã” leva a que conotações coletivas conceitualmente indefinidas propiciem interpretações baseadas, sobretudo, em noções ideológicas. Uma nação segura, uma comunidade estatal segura, uma cidade segura, são metáforas ideológicas que trazem consigo hábitos mentais seletivos: quando se fala de segurança pública trata-se sempre da

³⁵⁵ PL 120/2007.

³⁵⁶ COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: O poder militar na América Latina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 29.

³⁵⁷ BUDÓ, Marília De Nardin. Metáforas coletivas e a exclusão do outro: Nação, Segurança Nacional e Segurança Pública. In: *Anais do XXI Encontro Nacional do CONPEDI*, 2012, Uberlândia. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012. p. 7230-7258.

criminalidade tradicional, que está no centro dos estereótipos sobre o crime no senso comum, e que são dominantes no alarma social e no medo da criminalidade³⁵⁸.

O discurso político tem por característica a busca de homogeneização, justamente pela necessidade de atingir o maior público possível, levando-se à utilização do recurso da essencialização.

Isso nos leva a concluir que os grupos sociais encontram-se em uma situação paradoxal: eles não cessam de produzir, de reinterpretar, na verdade, de questionar os imaginários, e, ao mesmo tempo, não podem se furtar a essencializá-los, pois esses imaginários só valem por sua pretensão à universalidade: os massacres de populações, os genocídios e outras purificações étnicas não poderiam ser realizados sem o suporte de imaginários com pretensão universal³⁵⁹.

Nota-se que da maneira como a maior parte dos projetos retrata a desordem social, ela parece ser evidentemente causada por um problema de segurança pública. Entretanto, muitos são os projetos que buscam relativizar essa representação, ainda que superficialmente, tratando de manter a oposição adolescentes *versus* sociedade, mas reconhecendo a necessidade de proteger ambos os lados. Surgem então, nos projetos, alguns dos termos que caracterizam a doutrina da proteção integral, nunca, porém, assumindo-a por completo.

O trecho abaixo, do PL 2575/2003, do deputado Ronaldo Vasconcellos (PTB), representa essa tentativa de conciliação:

Estas sugestões visam à *proteção dos jovens*, sem deixar, entretanto, de contemplar os *problemas que a sociedade vem enfrentando* com a utilização cada vez mais freqüente de adolescentes pelo crime organizado, além do aumento dos delitos praticados por menores, que se sentem livres para a prática de condutas tipificadas na legislação penal, tendo em vista o benefício da inimputabilidade do menor de 18 anos, estabelecida pela Constituição Federal³⁶⁰.

A ideia de proteção dos jovens nesse trecho não passa de uma tentativa de agradar aqueles que entendem que o problema não se resume à segurança pública, e percebem a necessidade de trabalhar em uma perspectiva protetiva e não punitiva. Mas não passa disso, pois todo o texto que segue repete a estrutura daqueles acima apresentados: indica como causa da desordem social a prática de

³⁵⁸ BARATTA, Alessandro. Política criminal: entre la política de seguridad y la política social. In: ELBERT, Carlos Alberto. *Criminología y sistema penal*: Compilación in memoriam. Montevideo/Buenos Aires: B de F, 2004. p. 152-167. p. 157.

³⁵⁹ CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 205-206.

³⁶⁰ PL 2575/2003.

atos infracionais por *menores*. São eles representados, uma vez mais, como indivíduos que se sentem livres para praticar esses atos em razão de serem inimputáveis. Por isso, e como será visto em outros trechos a seguir, o eufemismo é uma figura retórica do discurso político dos mais usados no tema das medidas socioeducativas. Observe-se, ainda, que a inimputabilidade é representada como um *benefício* conferido pela Constituição Federal aos adolescentes.

No PL 241/2007, do deputado Paulo Maluf (PP), inicia-se uma segunda bifurcação: adolescentes trabalhadores e adolescentes criminosos. O trecho a seguir traz a distinção:

Se por um lado é certo que o Estado não cumpre o seu papel social de maneira apropriada, por outro, é notório que a maioria dos jovens, mesmo em dificuldades, dedica-se ao estudo, ao trabalho e à família, não podendo o adolescente que friamente retira vidas ser isento de responsabilidade. De fato, sabemos que existem deturpações profundas de personalidade mesmo em pessoas em tenra idade. Afinal, *os fatos expõem*, com cada vez mais frequência, jovens cometendo infrações em que o nível de *premeditação e frieza* superam com folga crimes cometidos por adultos³⁶¹.

A definição é dada pelos atos atribuídos aos dois grupos: enquanto os jovens trabalhadores fazem parte do consenso social relacionado ao estudo, ao trabalho e à família, os demais friamente retiram vidas. *Deturpação de personalidade* é o rótulo da sua patologia, que os aparta do consenso. *Frios e premeditados* são características de seus atos infracionais. Com a primeira parte do trecho, busca-se isentar o Estado e a sociedade da responsabilidade pela violência; com a segunda, demonstrar que não existe argumento a justificar a diferenciação entre adolescentes e adultos para a lei, dado que os atos daqueles superam os destes. A estratégia argumentativa que se sobressai nessa última parte do trecho é o uso da enunciação delocutiva: a ninguém é atribuída a responsabilidade pela informação de que os jovens superam os adultos na frieza e premeditação de suas infrações, pois ela é exposta pelos *fatos*. Não há, assim, maneira mais propícia para se evitar questionamentos. Como diz o ditado: “contra os fatos não há argumentos”.

Na representação social do adolescente autor de ato infracional está presente, ainda, a clássica relação entre pobreza e criminalidade. No trecho apresentado acima, ao opor adolescentes trabalhadores e adolescentes que praticam atos infracionais, o autor busca afirmar que não é a diferença de classe social que possibilita essa bifurcação, pois aqueles pertencentes ao primeiro grupo o

³⁶¹ PL 241/2007.

fazem “mesmo em dificuldades”. Quer dizer que se está a focar, evidentemente, as condutas dos jovens das periferias. A ideia de ressocialização do adolescente como disciplinamento fica evidente nessa comparação entre trabalhadores e criminosos.

3.1.4 A sociedade clama por maior rigor na resposta estatal aos adolescentes autores de atos infracionais.

Se nos trechos anteriores foi possível verificar a argumentação utilizada pelos legisladores para contextualizar socialmente as medidas propostas como um momento de crescimento da *delinquência juvenil* e sensação de insegurança por parte da sociedade, nesse tópico analisa-se a maneira como a sociedade que, por vezes, é representada como vítima passiva, aqui é entendida como protagonista de demandas punitivas ao Estado. Este trecho do PL 109/2007, da deputada Solange Amaral (PFL), adequa-se a essa perspectiva:

Tenho consciência de que a *Nação*, neste momento, está justa, correta e adequadamente indignada. E a exigir de *nós*, seus representantes, uma resposta que vá ao encontro dos seus anseios por *justiça* e *paz*. Por tudo isso, meus nobres Pares, tenho plena convicção de que este Projeto de Lei destinado a modificar o Estatuto da Criança e do Adolescente será encaminhamento dos mais justos pleitos da *população*³⁶².

O uso da primeira pessoa, e, com ela, da enunciação elocutiva, transmite ao receptor da mensagem um *ethos* de convicção, especialmente quando se verifica a enumeração de adjetivos à indignação da Nação. O uso da voz ativa, tendo como sujeito a *Nação*, confere a ela o protagonismo que aparecerá em várias outras justificativas. Atribui a ela, identificando-a em sua aparentemente inevitável homogeneidade, o sentimento de indignação perante a impunidade de *assassinos frios*, referindo-se aos autores do assassinato do menino João Hélio, e a ação de exigir uma resposta dos legisladores. O “*nós*” aqui compreende o autor do discurso como autor da solução salvadora, como um porta-voz dos anseios da sociedade por justiça e paz e dos demais parlamentares. Ao atribuir à *população* a intenção que se encontra por detrás da proposição, cria uma forma de legitimá-la através do dever que os legisladores possuem de *representar* os seus anseios. Por isso, destaca: “*nós*, seus representantes”. Na lógica da democracia representativa, uma exigência dos eleitores deve ser seguida da adoção de uma postura a ela coerente. Apelando

³⁶² PL 109/2007.

a esse dever, torna-se evidente a intenção de legitimação do argumento. Para enfatizar a relação entre a proposição e os anseios da população, a autora afirma: “tenho plena convicção”. Tanto “população” quanto “nação” aparecem aqui como metáforas coletivas – com os pressupostos já analisados no item anterior – conformando um hipotético consenso: tudo se passa como se todas as pessoas pensassem da mesma maneira, compartilhassem do mesmo sentimento de indignação e clamassem coletivamente pela ação dos parlamentares.

De onde provém a constatação desses pleitos é algo que em poucas justificativas aparece. Em uma delas, contudo, a fonte fica evidenciada: “A Sociedade também clama por essa mudança [ampliação do período de internação], como bem demonstra o editorial do respeitado jornal ‘Folha de São Paulo’ do último dia 15 de fevereiro” ³⁶³. O editorial do jornal faz parte dos gêneros opinativos do jornalismo e porta a posição do jornal frente aos temas considerados mais importantes. Diferentemente dos gêneros informativos, como as notas, notícias e reportagens, os gêneros opinativos não possuem qualquer tipo de compromisso com a divulgação de informações verdadeiras ou mesmo isentas. Trata-se de uma forma declarada de apresentar uma opinião institucional. Então, argumentar que o editorial de um jornal demonstra o clamor da sociedade significa que o parlamentar identifica o jornal como representante da sociedade. Só assim é possível compreender a relação apresentada. De qualquer maneira, evidencia-se que não apenas na construção social das *ondas de violência juvenil* no país os jornais possuem importante protagonismo, mas também na construção social do *clamor público* por mudanças na legislação.

Outra questão interessante é trazida da análise do trecho a seguir, do PL 934/2007:

Observa-se, principalmente, nas grandes metrópoles do país “a juvenilização” do crime; ou seja, o envolvimento cada vez maior de crianças, adolescente e jovens adultos em práticas criminosas diversas. Estes são também, as maiores vítimas da criminalidade violenta como, por exemplo, em casos de homicídios praticados por armas de fogo. Essa realidade gera um clamor público por mudanças na legislação penal³⁶⁴.

Nesse trecho, o deputado Ayrton Xerêz (DEM) reproduz um tema que já pode ser considerado um senso comum, contido inclusive no discurso dos partidos de

³⁶³ PL 719/2007.

³⁶⁴ PL 934/2007.

esquerda³⁶⁵: “os jovens constituem o grupo social que mais mata e que mais morre no Brasil”. O deputado atribui a esse fenômeno a causa do clamor público por mudanças na legislação penal. Mas, ao contrário disso, não é possível afirmar que são os jovens que mais matam: os diferentes estudos realizados sobre o ato infracional trazem números que indicam ser baixo o percentual de crimes contra a vida a causa de internação de adolescentes, sendo que o tráfico de drogas e os crimes contra o patrimônio são os mais frequentes³⁶⁶. É verdade, porém, que são eles que mais morrem por causas externas, principalmente os do sexo masculino, negros ou pardos e pobres³⁶⁷.

Assim, ao identificar a ideia acima apresentada com o aumento do clamor público por maior rigor da legislação contra os adolescentes, o deputado justifica a infracionalização a partir de uma representação da realidade que não se verifica nos estudos sobre o tema. E o faz através de uma estratégia de enunciação delocutiva: não cita a referência, não se responsabiliza pela autoria do dado (não usa a primeira pessoa), utiliza o impessoal (“observa-se”) e ainda finaliza com a palavra “realidade”. Mais uma vez, é apagado qualquer traço do próprio enunciador, criando-se uma sensação de evidência, algo que tem valor em si. Para auxiliá-lo a atingir esse objetivo, o parlamentar ainda faz uso de um estilo sintático que exagera nas nominalizações: “juvenilização do crime”; “envolvimento de crianças, adolescentes e jovens adultos em práticas criminosas”. Com essa estratégia, não existe a apresentação de uma ação com um sujeito, verbo e predicado, ou seja, não aparece quem é responsável pela ação, dando a sensação de que “existe uma ‘ordem

³⁶⁵ KULAITIS, Letícia Figueira Moutinho. Entre a vitimização e a criminalização: a juventude como foco das políticas de segurança pública. In: *Anais do IV Seminário Internacional de Sociologia e Política*. Curitiba: UFPR, 2012

³⁶⁶ Em relatório do CNJ, publicado em 2012, resultado de pesquisa em todo o país com entrevistas a 1898 adolescentes privados de liberdade, a média de adolescentes presos por homicídio foi de 13%. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Panorama nacional: a execução das medidas socioeducativas de internação*. Programa Justiça ao Jovem. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/programas/justica-ao-jovem/panorama_nacional_justica_ao_jovem.pdf> Acesso em: 07 dez. 2012. Em outro relatório, publicado no mesmo ano, mas com metodologia diferente, o percentual de atos infracionais análogos a crimes contra a vida foi de 8%. Nesse caso foram estudados os processos nas Varas da Infância e Juventude. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Justiça infantojuvenil: situação atual e critérios de aprimoramento*. Relatório de pesquisa. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/relatorio_pesquisa_infantoJuvenil.pdf> Acesso em: 07 dez. 2012.

³⁶⁷ WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: Sangari, 2011. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br> Acesso em: 26 jul. 2012.

natural' das coisas e um curso 'natural' dos fatos"³⁶⁸, como se o universo mudasse independentemente de qualquer coisa.

Outra abordagem realizada pelos legisladores é aquela que reconhece estarem em jogo questões mais complexas do que a luta da sociedade de bem contra os jovens do mal. Um exemplo é o do parecer da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado ao PL 934/2007:

É certo que essa tarefa está a exigir cautela, pois, de um lado, temos a opinião pública a clamar por um maior rigor no tratamento jurídico dispensado aos menores infratores; e, do outro, temos a *inquestionável* constatação de que vivemos em uma sociedade injusta, onde o Estado ainda não cumpre seu dever de assegurar a todas as crianças e a todos os adolescentes o direito à vida, saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, dentre outros, conforme determina o artigo 227 da Constituição Federal³⁶⁹.

O deputado Carlos Sampaio (PSDB) identifica no trecho de seu parecer uma relação entre injustiça social e ato infracional, relativizando, assim, a importância que deve ser conferida ao clamor público na decisão parlamentar. O autor chega, nessa frase, a apresentar um argumento pela deslegitimação de um tratamento rigoroso dos adolescentes autores de ato infracional, em razão de que os direitos previstos na Constituição não são respeitados.

Em termos de estratégias discursivas, ao iniciar a frase com a expressão “é certo que”, utiliza a propriedade de produzir um efeito de verdade, mesmo sendo destituída de qualquer dado mais profundo a confirmá-la. Após, ele ainda usa a expressão “a inquestionável constatação”, trazida ao texto com o mesmo objetivo: partir de uma leitura da realidade que é a única possível. No caso, ele se refere primeiro ao clamor da opinião pública pelo aumento no rigor do tratamento dispensado ao ato infracional, e no segundo, ao possível contraponto de vivermos em uma sociedade injusta.

Essa apresentação de dois lados possíveis a serem levados em consideração, ao contrário de outros discursos que são inflamados e clamam pela punição, constrói uma figura de ponderação e conciliação, ambas virtudes

³⁶⁸CHILTON, Paul; SHÄFFNER, Christina. Discurso y política. In: van DIJK, Teun (comp.). *El discurso como interacción social*. Barcelona: Gedisa, 2000. p. 297-330. p. 323. Tradução livre do original em espanhol: “[...] existe un orden ‘natural’ de las cosas y un curso ‘natural’ de los hechos”.

³⁶⁹BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Parecer ao PL 2847/2000. Relator Deputado Carlos Sampaio. 05 dez. 2007. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=D75A9A6C6C00FCDB573FECC25E2F6CA0.node2?codteor=529530&filename=Tramitacao-PL+2847/2000> Acesso em: 22 jan. 2012.

esperadas de um político, especialmente na situação em que ele se encontrava e nos objetivos que tinha: tendo de analisar 38 diferentes propostas em um parecer que pretendia fosse aprovado pelos seus colegas deputados dos mais variados perfis ideológicos na CSPCCO. Esse perfil conciliador, contudo, mostrou-se uma verdadeira estratégia ligada mais ao *ethos* do que ao *logos*, pois o substitutivo apresentado pelo deputado, e que foi, ao final, aprovado, resultou em uma das propostas que trazem maior rigor no tratamento do adolescente: aumenta para oito anos o prazo da medida socioeducativa de internação, para 26 anos a idade de liberação compulsória, para 180 dias o prazo máximo da internação provisória, cria a medida de segurança por tempo indeterminado, entre outras alterações. Assim, nos discursos analisados, mesmo quando o discurso legislativo parece trazer argumentos a contrariar o senso comum sobre o ato infracional no parlamento, o resultado final não é diferente dos discursos punitivos, evidenciando-se a utilização de uma máscara protetiva que esconde a face real punitiva.

A justificativa do PL 1895/2011, do deputado Alexandre Leite (DEM), que ainda se encontra em tramitação, apresenta características semelhantes:

Cabe ressaltar que a simples mudança da legislação especial não trará a segurança e a paz tão almejadas pela sociedade brasileira. É preciso, ao lado dessas medidas, analisar as reais condições de vida da juventude brasileira, proporcionando educação adequada e de qualidade. *A sociedade em que vivemos* tem criado uma camada de excluídos.

As questões envolvendo o direito penal não devem ser analisadas sob a emoção do momento social vivido. Qualquer modificação legal, em especial, sobre o direito penal, deve ser precedida de estudos e de sua real eficácia³⁷⁰.

Essa justificativa se distingue das demais por buscar afastar o caráter emocional de que costumam se revestir as propostas relacionadas às medidas socioeducativas. Atenta-se ao contexto, mostrando a necessidade de compreensão de como a exclusão social contribui para os problemas que tanto afetam o sentimento de segurança da sociedade, mesmo que nessa análise esteja implicado certo determinismo a relacionar pobreza e criminalidade. Da mesma forma, mostra que são necessários estudos para embasarem políticas que culminem com a alteração do Estatuto. O projeto, contudo, não traz estudos, nem sequer elabora medidas relacionadas à exclusão social. A proposta caminha, sim, no sentido oposto: prevê prazo máximo de internação de até dez anos após o jovem atingir a

³⁷⁰ PL 1895/2011.

maioridade, estendendo até os 28 anos a possibilidade de seu cumprimento; prevê prazo mínimo de internação de três anos para atos infracionais cometidos mediante violência ou grave ameaça à pessoa e de seis anos para aqueles que resultem em morte ou lesão corporal de natureza grave; permite a internação do jovem entre 18 e 28 anos em ala especial de estabelecimento penitenciário comum. Evidencia-se, assim, que quando os deputados se atentam para uma argumentação mais racional e condizente com a complexidade do problema do qual estão tratando, identificando na desordem social mais do que um maniqueísmo simplório, há uma tendência a que ela não passe de retórica, trazendo contradições evidentes ao mais desavisado leitor. O objetivo é o de construir uma figura própria de ponderação e racionalidade, interessando para isso mais o discurso do que a prática.

Nesse trecho ainda pode ser destacado o uso de termos valorativos e simbólicos a legitimar a proposição: paz e segurança são vocábulos que não possuem conteúdo fixo, que podem ser utilizados para qualquer coisa. Nenhum autor diria que sua proposição provocará conflitos, ou insegurança.

Uma questão contextual deve desde já ser ressaltada a partir desses tópicos. A primeira é o fato de os deputados proponentes tratarem de utilizar uma estratégia comum no discurso político, a de diferenciar o grupo ao qual ele pertence (no caso, a sociedade) de um grupo qualificado negativamente, representado pelos outros (no caso, os adolescentes autores de ato infracional). Ao se identificarem com a sociedade, representada a partir da imagem de vítima passiva da violência, os deputados buscam legitimar a sua argumentação através de uma nítida estratégia populista. Para que fique evidente a sua posição de herói salvador da sociedade ameaçada, cabe ao autor do texto sempre cuidar de enfatizar as informações positivas e minimizar as negativas sobre o grupo do “nós”, ao mesmo tempo em que devem ser ressaltadas as informações negativas dos outros (“eles”)³⁷¹.

Outro procedimento argumentativo que permeia toda essa primeira categoria que apresenta a situação problemática é o uso dos argumentos pelo *peso das circunstâncias* e dos argumentos pelo *risco*³⁷². Nos primeiros é comum apresentar uma situação problemática tal qual é compreendida pelo deputado e que ele acredita ser compartilhada pelo seu auditório para justificar a tomada de uma atitude, no

³⁷¹ van DIJK, Teun. *Discurso e poder*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

³⁷² CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 102.

caso, a aprovação da proposta realizada. No segundo, apresenta-se o risco do que acontecerá se essa atitude não for tomada, podendo assumir uma forma de ameaça. O uso desses procedimentos tem por finalidade produzir um efeito dramatizante ao mesmo tempo em que se confere ao discurso político uma aura de racionalidade³⁷³.

3.2 Discursos sobre a “origem do mal”

Após a contextualização do problema vivenciado e que deve ser solucionado, de maneira a se superar a situação de desordem social, a maior parte dos projetos de lei segue buscando as causas desse problema. Na categoria *origem do mal* aparecerá o discurso dos deputados sobre as causas do ato infracional, e do incremento de sua frequência – o que é por eles pressuposto, como visto na categoria anterior.

A categoria está dividida em tópicos, que buscam sistematizar os tópicos encontrados. São eles:

T1 O aumento da criminalidade dos jovens é causada pela benevolência do ECA.

T2 O envolvimento com o tráfico de drogas e com o crime organizado intensifica a prática de atos infracionais violentos.

T3 Uma das causas da delinquência juvenil são as más condições de vida da população.

3.2.1 O aumento da criminalidade dos jovens é causada pela benevolência do Estatuto da Criança e do Adolescente

Se na categoria anteriormente exposta é possível afirmar que o aumento da prática de atos infracionais graves por jovens é um pressuposto de que partem todos os deputados propositores dos projetos analisados, na presente categoria o pressuposto compartilhado é o de que o Estatuto é condescendente com os adolescentes, favorecendo a impunidade. A expressão *benevolência* é a mais comum para qualificar o Estatuto na parte das medidas socioeducativas, junto de adjetivos como: débil, brando, complacente, fraco, insuficiente, viciado, tolerante,

³⁷³ CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 104.

inflexível, entre outros.

A relação dessa indulgência atribuída ao Estatuto com a prática de atos infracionais como uma das causas da expansão da criminalidade dos jovens é recorrente. É o que aparece no PL 173/2007, do deputado Onyx Lorenzoni (PFL): “Protegidos por uma inflexível inimputabilidade penal, jovens do país dedicam-se, certos da impunidade, à prática reiterada de crimes e contravenções. Nesse sentido, a legislação sobre o menor atualmente em vigor, apesar de seus méritos, incorre em alguns vícios que devem ser sanados com urgência”³⁷⁴.

A certeza da impunidade, seja em razão da inimputabilidade, seja pela condescendência do Estatuto, é, para o autor do projeto, o que estimula a prática de atos infracionais. Ao qualificar como inflexível a inimputabilidade penal, o deputado expressa uma valoração negativa, demonstrando-se favorável à redução da maioridade penal. Apresenta, porém, uma proposição alternativa àquela, menos polêmica, algo que aparece em vários outros trechos de justificativas.

Em termos de estratégias referenciais por ele utilizadas a respeito do grupo social que busca representar, os jovens, atribui a eles o ato de praticarem reiteradamente crimes e contravenções, justamente por estarem certos de que não terão uma punição. Há aí uma clara generalização, como se, simplesmente pelo fato de ser jovem e saber da “benevolência” do Estatuto, a pessoa estaria destinada a praticar todo tipo de atos infracionais. Tudo se passa como se a previsão legal de consequências mais gravosas representasse um impedimento real à prática de condutas danosas.

Essa interpretação aparece também na justificativa do PL 345/2011, do deputado Hugo Leal (PSC):

Esta benevolência da legislação é uma das causas do descrédito do sistema de recuperação de jovens infratores, pois, em boa parte dos casos concretos, a medida imposta torna-se simplesmente um mito. Sua função de prevenção geral das infrações penais torna-se bem enfraquecida, gerando sensação de insegurança para a sociedade³⁷⁵.

Novamente nesse trecho estão presentes elementos já analisados, como a “sensação de insegurança” da sociedade. Mas aqui essa sensação está relacionada à ideia de impunidade. Trata-se da atribuição da função de prevenção geral positiva da medida que não estaria sendo cumprida, o que é percebido na ideia de

³⁷⁴ PL 173/2007.

³⁷⁵ PL 345/2011.

“descrédito”. Esse descrédito seria decorrente do fato de que “a medida imposta torna-se simplesmente um mito”. Ao comparar a situação concreta a um mito, que na linguagem figurada significa algo que não existe na realidade, o deputado pretende defender a ideia de que as medidas não são obedecidas. Trata-se de uma estratégia que busca conferir força ao seu argumento, através do uso retórico de uma metáfora carregada de sentidos.

Da generalização empreendida acerca dos jovens infratores nesses dois trechos, parte-se para uma especialização trazida pelo voto em separado ao PL 345/2011 da Deputada Keiko Ota (PSB) na CSPCCO: “[...] instaurou nos meios suburbanos e criminosos a convicção de impunidade erroneamente associada à liberdade certa aos 21 anos de idade para o menor infrator, uma vez que o ECA não permite medida privativa de liberdade maior que três anos e que exceda essa idade”³⁷⁶. A deputada aqui define quem é o jovem autor de ato infracional na sua representação do problema: ele vem dos meios suburbanos.

Uma ideia bastante reproduzida nas justificativas é a de que o Estatuto, ao prever o prazo máximo de três anos de internação para qualquer tipo de ato infracional, desde que observadas as condições inseridas no rol do art. 122, não atenta à proporcionalidade: um adolescente que pratica o ato infracional análogo ao crime de roubo recebe como resposta do Estado a mesma medida que um adolescente que praticou, por exemplo, ato infracional análogo a homicídio qualificado.

É para esse ponto que se atenta o trecho a seguir, do PL 109 de 2007, de autoria da deputada Solange Amaral (PFL):

O Estatuto da Criança e do Adolescente, apesar de constituir um documento legal contemporâneo, caracterizado por suas boníssimas intenções, criou, ao não prever penas mais graves para os que cometem atos infracionais graves, como homicídio qualificado ou como crime hediondo, as condições ideais para que menores incidam em verdadeiras atrocidades contra a pessoa humana³⁷⁷.

A primeira parte do trecho é interessante porque, de maneira semelhante a outros, inicia fazendo uma ressalva: a de que o Estatuto não é de todo ruim,

³⁷⁶ BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Voto em separado ao PL 345/2011. Deputada Keiko Ota. 13 jun. 2012. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1001329&filename=Tramitacao-PL+345/2011> Acesso em: 22 out. 2012.

³⁷⁷ PL 109/2007.

constituindo-se em um documento contemporâneo, este o seu mérito. A seguir, excepciona essa caracterização ao atribuir a essa mesma legislação a criação das condições ideais para a prática de atos infracionais graves. Assim, apresenta o seguinte cenário: de um lado, o Estatuto foi criado a partir de *boníssimas intenções*, de outro lado, seu resultado culminou em *verdadeiras atrocidades* contra a pessoa humana. Se colocados lado a lado os dois sintagmas, é evidente que o primeiro denota algo fluido, abstrato, que não corresponde necessariamente à sua implementação; já a segunda se refere algo concreto, visualizado claramente e, portanto, possui mais força argumentativa. Entre as boníssimas intenções não concretizadas e as verdadeiras atrocidades ocorridas, a segunda caracterização possui um efeito persuasivo consideravelmente superior, suplantando a primeira e conduzindo a proposta para a negação daquelas primeiras intenções: deixa a proteção em direção à repressão.

Através do uso reiterado de um estilo de escrita emocional, o mesmo PL 109/2007 irá a seguir afirmar: “É insensato, é irreal, é incompreensível que assassinos frios sejam submetidos a uma legislação que os trata brandamente. E mais debilmente ainda os pune”³⁷⁸. O estilo léxico desse trecho é revelador: trata do destino de *assassinos frios*, não de qualquer criança ou adolescente; o seu destino, portanto, não deve corresponder ao tratamento brando, mas a uma verdadeira punição. O encadeamento de exclamações na parte inicial da primeira frase indica a necessidade de conferir ênfase ao caráter *absurdo* de que se revestiria o Estatuto na percepção da deputada.

Na busca por apoio político através do apelo emocional, os adjetivos utilizados para designar as condutas também costumam ser fundamentais. O trecho do PL 719/2007, do deputado Léo Alcântara (PR) é um exemplo: “Com efeito, hoje, por mais hedionda, brutal e abjeta que seja a conduta do menor infrator sua punição está limitada a míseros 3 (três) anos de internação”³⁷⁹. Em primeiro lugar, o vocábulo empregado na caracterização do adolescente é *menor infrator* e a medida socioeducativa é compreendida como *punição*. Para qualificar a conduta do adolescente o deputado utiliza três adjetivos “hedionda, brutal e abjeta”. Já o termo a adjetivar o prazo da internação é “míseros três anos”. Esses adjetivos dão conta justamente de caracterizar a desproporção que está sendo denunciada.

³⁷⁸ PL 109/2007.

³⁷⁹ PL 719/2007.

A essa pretensa benevolência do Estatuto é atribuído um engessamento das autoridades, que acabam limitados pela lei na hora da aplicação das medidas. É o argumento que aparece no PL 2628/2003, do deputado Jutahy Junior (PSDB):

Ocorre, que as limitações previstas pelo ECA para a aplicação da medida de internação vêm engessando as autoridades do Poder Executivo, do Ministério Público e do Poder Judiciário e gerando grandes injustiças e intranquilidade na Sociedade, pois fecham os olhos à possibilidade, como reconheceu o Tribunal de Justiça de São Paulo, de “admitir que também os menores podem ser criminosos”, ignorando a realidade e gerando impunidade e injustiças³⁸⁰.

Na análise desse trecho, várias questões devem ser pontuadas. Primeiro, o Estatuto e toda a sua carga protetiva e garantidora do adolescente são representados como empecilhos que devem ser superados, no intuito de permitir a aplicação do prazo da internação ampliado (no caso dessa proposta para até dez anos). Essa leitura a respeito da lei é bastante comum na esfera penal: não é raro que garantias como a presunção de inocência ou o devido processo legal sejam interpretadas como verdadeiros entraves à realização de uma Justiça quase sempre confundida com a punição. Segundo, esse empecilho é responsável por injustiças e intranquilidade da Sociedade – escrita assim, com letra maiúscula. Refere-se, então, à função simbólica da internação no sentido de transmitir a um grupo da população – pois a sociedade consensual não existe – a sensação de segurança. Essa relação de causa e efeito vem apartada do seu contexto, reforçando a representação do senso comum sobre a desnecessidade de limites legais. Por fim, o autor cita um trecho de uma decisão do TJ de São Paulo, no qual o desembargador afirma a necessidade de “admitir que menores também podem ser criminosos”: parte, então, do pressuposto de que aqueles que defendem o Estatuto tentam se agarrar à ideia de que adolescentes não praticam atos graves. Para dizer isso, contudo, o autor da frase se denuncia: usa a palavra *menor*, para designar o adolescente, e *criminosos* para significar o rótulo atribuído ao adolescente autor de ato infracional. Trata-se de lançar mão do vocabulário menorista, instrumentalizando um imaginário pré-estatutário.

No PL 904/2003, do deputado Rogério Silva (PPS), também é possível visualizar a referência ao tratamento mais brando concedido aos jovens, esclarecendo a discordância de seu autor em relação à sua aplicação

³⁸⁰ PL 2628/2003.

indiscriminada: “Entretanto, há que se ponderar que o tratamento mais brando dispensado aos jovens não pode ser fator que, aplicando indiscriminadamente tratamento mais benevolente, acabe por dispensar do crivo da Justiça ações que mereçam tratamento rigoroso”³⁸¹.

Nesse quadro mental que alia adolescente à periculosidade, a oposição adolescente-sociedade é levada às últimas consequências nos projetos que pretendem uma bifurcação a mais no sistema: a divisão adolescente infrator recuperável-adolescente infrator perigoso. Para os primeiros, a medida socioeducativa de internação é vista como suficiente para o retorno à sociedade, ainda que se proponha o aumento de seu limite máximo. Já para os segundos, adota-se a perspectiva da periculosidade, e então somente poderá ocorrer a liberação do adolescente quando um laudo psicológico indicar a cessação daquele estado.

São numerosos os projetos que buscam criar prazos e medidas especiais para alguns adolescentes, partindo de dois principais critérios de diferenciação em relação aos demais: a gravidade do ato infracional cometido e o fato de possuírem algum transtorno grave de personalidade. Para ambos os casos, o rótulo atribuído é o de “perigoso”, e a consequência é a medida de internação por prazos longos ou medidas de segurança por tempo indeterminado. Essa diferenciação é realizada, por exemplo, no PL 4753/2009, do deputado Osório Adriano (DEM): “Os *menores mais perigosos* devem ter tratamento muito especial e diferenciado dos demais *delinquentes de menor gravidade*, uma vez que a promiscuidade existente provoca o desvirtuamento comportamental e educacional dos jovens infratores”³⁸². Os adjetivos “especial” e “diferenciado” que qualificam o tratamento a ser dispensado aos “menores mais perigosos” se referem a um prazo de internação ampliado, de acordo com a proposição. O raciocínio apresentado no caso é o de que os taxados de perigosos podem influenciar os não perigosos na prática de atos graves.

No PL 241/2007, do deputado Paulo Maluf (PP), o autor também busca explicar a diferenciação: “Ao contrário de pequenos furtos, que muitas vezes são motivados por dificuldades financeiras enfrentadas pelo adolescente, a prática de atos infracionais violentos expõe distorção da personalidade e do caráter devendo

³⁸¹ PL 904/2003.

³⁸² PL 4753/2009.

receber tratamento mais rigoroso”³⁸³. O termo *distorção de personalidade* aparece em vários projetos, em especial naqueles que optam pela bifurcação acima analisada entre adolescentes normais e adolescentes perigosos, chegando à distinção entre recuperáveis e irrecuperáveis. Um exemplo é o seguinte trecho do PL 904/2003:

[...] mesmo em crianças e adolescentes podem existir manifestações e sintomas evidentes de desvios profundos de personalidade. Os noticiários estão a demonstrar reiteradamente a ocorrência de crimes cometidos por jovens, em que o grau de frieza, premeditação e ousadia suplantam em muito crimes cometidos por adultos³⁸⁴.

O objetivo do uso de termos como crimes bárbaros, atrocidades, frieza, ousadia, hediondez, brutalidade etc. é o de construir a imagem do adolescente como uma pessoa que carrega especificidades, principalmente aquela que os positivistas qualificavam como anormalidade. A ideia de que alguns adolescentes são anormais auxilia na construção de sua imagem de irrecuperáveis, bem como de ameaças à sociedade, que não pode prever o seu comportamento. Através de analogias com termos dos saberes psi, os deputados procuram excluir da esfera dos juristas a execução das medidas, passando para outros atores, como psiquiatras e psicólogos. A influência do positivismo criminológico é tamanha que a gravidade do crime implica muito mais em um sintoma de uma anomalia do que em fundamento para a aplicação da medida. A citação dos noticiários como fonte onde se encontra a prova de que adolescentes autores de atos infracionais graves manifestam transtornos mentais também é um dado interessante. Olvida-se a seletividade do jornal na escolha dos crimes divulgados, funcionando como se fossem os noticiários espelhos da realidade.

Ao lado do argumento da bifurcação entre adolescentes normais e perigosos, surge o questionamento a respeito da inimputabilidade daqueles menores de dezoito anos. Em muitos dos Projetos os deputados se posicionam favoravelmente à redução da maioria penal, mas, com o objetivo de se desviarem da polêmica causada pelas PECs que a propuseram, optam pelo aumento do prazo de internação como alternativa. Nesse caso, a medida é compreendida como punição e o adolescente é um criminoso comum. Em alguns deles, a crítica à inimputabilidade dos menores de dezoito anos se deve mesmo à constatação de que adolescentes cometem atos infracionais graves, como no caso seguinte, do PL 7208/2010, do

³⁸³ PL 241/2007.

³⁸⁴ PL 904/2003.

deputado William Woo (PPS):

É considerado imputável aquele que comete o fato típico aos primeiros momentos do dia em que completa 18 anos, pouco importando a hora exata do nascimento. Entretanto, esta não é mais a realidade em nosso país, considerando o fato de muitos inimputáveis estarem cometendo crimes gravíssimos e de grande impacto em nossa sociedade³⁸⁵.

Parte-se aí do pressuposto de que a inimputabilidade significaria a incapacidade de praticar atos definidos como crime pela lei penal. O impacto desses crimes na sociedade acaba sendo um termômetro a mostrar a necessidade da punição aos adolescentes. Por outro lado, há também o argumento do discernimento: não se trata mais de verificar que adolescentes cometam crimes, mas sim de defender a consciência por eles compartilhada de que o estão fazendo. Leia-se no trecho do PL 4808/2009:

A idéia de que o menor de dezoito anos é inimputável, porque não tem a ciência completa da gravidade de suas ações, é completamente ultrapassada e insustentável, tendo em vista o avanço das informações e o grau de desenvolvimento verificado nos jovens de hoje em dia. Um adolescente de dezessete anos, por exemplo, sabe perfeitamente o que significa sequestrar e matar alguém ou quais os perigos de que se reveste o tráfico ilícito de entorpecentes³⁸⁶.

O argumento do discernimento é comum tanto nas propostas de redução da maioria penal³⁸⁷ quanto em algumas daquelas de aumento do prazo de internação. A ideia consiste basicamente em resumir a questão da imputabilidade ao agente ter ou não consciência do que faz. Assim, considerando as mudanças ocorridas na sociedade nos últimos anos, haveria a ideia de que o adolescente amadureceria mais cedo. Em outro trabalho, essa representação do adolescente e seu uso político em prol das políticas de infracionalização foi questionada a partir de outros projetos de lei: aqueles que caracterizam crianças e adolescentes como vítimas dos adultos e que desconsideram a carga de informação da sociedade atual, de maneira a compreendê-los em sua ingenuidade e imaturidade³⁸⁸.

³⁸⁵ PL 7208/2010.

³⁸⁶ PL 4808/2009.

³⁸⁷ CAPPI, Riccardo. *Motifs du contrôle et figures du danger: l'abaissement de l'âge de la majorité pénale dans le débat parlementaire brésilien*. Université Catholique de Louvain. École de criminologie. Tese de doutorado. 2011.

³⁸⁸ BUDÓ, Marília De Nardin. De vítimas a bandidos: o caráter equívoco do tratamento da infância e da adolescência nos projetos lei propostos na Câmara dos Deputados. In: *Anais do IV Seminário de Sociologia e Política*. Curitiba: UFPR, 2012.

3.2.2 O envolvimento com o tráfico de drogas e com o crime organizado intensifica a prática de atos infracionais violentos.

Mesmo nesses projetos voltados à infracionalização e à criminalização de adolescentes a ambiguidade sobre a representação do adolescente persiste. É que em vários deles há a constatação de que muitas vezes os jovens são seduzidos por adultos, ou mesmo usados por eles para conseguirem se ocultar do sistema de justiça. Sendo assim, os próprios membros de grupos ligados ao crime organizado fariam uso da ingenuidade dos adolescentes e da “benevolência” do Estatuto. Sobre isso trata o deputado Carlos Sampaio (PSDB) em seu parecer na CSPCCO ao PL 2847/2000:

Por fim, com relação às infrações análogas ao crime de tráfico de entorpecente, *é de conhecimento público* que, cada vez mais, os líderes dessas organizações criminosas se utilizam de adolescentes para a prática desse ilícito. A inclusão dessa infração, como passível de internação, tem dois objetivos: o primeiro é o de afastar os adolescentes do convívio com bandidos, assassinos e outros párias da sociedade, que integram os grupos de traficantes; e o segundo é o de reeducar os adolescentes, já excessivamente prejudicados em seu comportamento social, face ao convívio diário com esses marginais. Aliás, o mesmo se dá em relação à quadrilha ou bando e ao crime organizado, sendo evidente a necessidade de se afastar os adolescentes do convívio com pessoas que compõem esses grupos criminosos³⁸⁹.

Nesse ponto, nota-se claramente a contradição: se em muitas das proposições o adolescente é visto como um bandido impiedoso e consciente de seus atos, aqui ele é visto como pessoa ingênua e imatura que por ignorância se deixa seduzir por adultos criminosos. Deve-se ressaltar a forma como o crime organizado é uma expressão essencializada, de maneira que ninguém sabe exatamente do que se trata, caindo como uma luva no discurso político por fazer uso de um imaginário já construído pela mídia. O valor de verdade conferido à ideia de que “adultos se utilizam adolescentes” é dado através da figura “é de conhecimento público”: se todos sabem, então isso deve ser verdade. Ao incluir o tráfico de drogas e a participação em ações de crime organizado como condutas a ensejar a aplicação da medida de internação, o substitutivo apresentado diz ter por objetivo

³⁸⁹ BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Parecer ao PL 2847/2000. Relator Deputado Carlos Sampaio. 05 dez. 2007. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=D75A9A6C6C00FCDB573FECC25E2F6CA0.node2?codteor=529530&filename=Tramitacao-PL+2847/2000> Acesso em: 22 jan. 2012.

principal o afastamento do adolescente do convívio com os grupos criminosos. Assim, para protegê-lo de ser usado, deve ser privado de sua liberdade. Trata-se de uma forma de mascarar a intenção punitiva que se encontra por detrás da proposta infracionalizadora.

No trecho a seguir, do PL 109/2007 – o mesmo que anteriormente tratou os adolescentes como *assassinos frios* – a autora cita o verbo “cooptar” para designar a ação dos adultos na determinação da conduta dos adolescentes: “Modificar a legislação especial, ademais, impõe-se porque os líderes do crime organizado no Brasil aproveitam-se do espírito complacente do Estatuto da Criança e do Adolescente para cooptar menores para a vida marginal, na medida em que a lei prevê a pena máxima de três anos de internação para os que cometem atos infracionais graves”³⁹⁰. Uma vez mais se desloca o objetivo do aumento do prazo de internação: ele parece ter sua eficácia não tanto voltada para o adolescente quanto para os grupos criminosos que o cooptam. Desse modo, tanto a redução da maioria penal quanto o aumento do prazo de internação teriam dentre seus objetivos, “[...] coibir uso de menores em atos criminosos, mormente o narcotráfico”³⁹¹.

Essa ambiguidade é encontrada também por Riccardo Cappi na análise das justificativas das propostas de emenda constitucional que propõem a redução da maioria penal: “De um lado, uma representação dos adolescentes como sujeitos aos adultos que os incitam ou os obrigam a se engajar nas atividades criminosas. De outro lado, mais frequente, aquela do jovem que, dispondo de uma vontade culpável, comete os crimes por sua própria conta”³⁹². É o que se pode visualizar também no PL 7398/2010, da deputada Rita Camata (PSDB), no qual o verbo “aliciar” é utilizado para explicar a conduta dos adultos em relação aos adolescentes:

Apesar da boa tendência mostrada nas estatísticas entre 2006 e 2009, de uma estabilidade na porcentagem de internações, colaborando para comprovar o acerto da política de atendimento prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, inclusive o de priorizar medidas de meio aberto, excetuando a internação e deixando para trás o aumento de mais de 100%

³⁹⁰ PL 109/2007.

³⁹¹ PL 3503/2012.

³⁹² CAPPI, Riccardo. *Motifs du contrôle et figures du danger: l'abaissement de l'âge de la majorité pénale dans le débat parlementaire brésilien*. Université Catholique de Louvain. École de criminologie. Tese de doutorado. 2011. p. 153. Tradução livre do original em francês: “D'une part, une représentation des adolescents comme assujettis aux adultes qui les incitent ou les obligent à s'engager dans des activités criminelles. D'autre part, plus souvent, celle du jeune qui, disposant d'une volonté coupable, commet des crimes pour son propre compte”.

das internações ocorrido na segunda metade da década de 90, vemos, no entanto, que a reincidência na prática dos atos infracionais cometidos tem aumentado porque os *adolescentes seguem sendo aliciados por adultos para realizar ações consideradas socialmente e legalmente hediondas* sob o suposto manto da inimputabilidade que lhes seria oferecida por direito fundamental³⁹³.

A contextualização do problema – centrada a ideia da reincidência dos adolescentes – vem seguida da causa: o aliciamento dos adolescentes pelos adultos. Observe-se que na última frase do trecho, apesar de “adolescentes” ser o sujeito da oração, o uso da voz passiva não atribui a eles uma ação, são eles caracterizados pela inatividade: “seguem sendo aliciados”. O protagonismo dos adultos seria aí evidenciado. Essa interpretação é coerente, de certa forma, com a percepção da deputada proponente, a qual relatou o PL 1627/2007 aprovado em 2009 na Câmara e que se transformou, em 2012, na lei que instituiu o Sinase. A incoerência surge na tentativa de reduzir direitos dos adolescentes para coibir a ação dos adultos.

No tema da utilização de adolescentes pelos adultos normalmente os deputados tratam sobre o tráfico de drogas. Essa atividade é considerada uma das mais perniciosas, tanto que grande parte dos projetos propõe que seja ela incluída no rol do art. 122 como causa para a aplicação da medida de internação. Além de o tráfico “arregimentar” adolescentes, o discurso dominante dos deputados que tratam sobre o tema também atribui a ele a condução dos adolescentes por um caminho que os leva ao cometimento de atos infracionais cada vez mais graves. É disso que trata o trecho abaixo, do PL 347/2011, do deputado Hugo Leal (PSC):

O tráfico de drogas *é considerado*, hoje, um dos principais crimes cometidos por menores, chegando a representar 25% das ocorrências. *Segundo especialistas em segurança pública*, os jovens estão cometendo outros tipos de crime em função das drogas e assumindo o controle do tráfico cada vez mais cedo. Assim, há necessidade urgente de ações mais rigorosas no combate a este tipo de criminalidade. O número de ocorrências tem mantido a média dos anos anteriores. Mas o tipo de crime mudou. O ato infracional, que até então era praticado sem violência, na sua maioria, hoje não. Os adolescentes estão usando de violência, chegando às raias de assinar [sic] as pessoas³⁹⁴.

Essa compreensão a respeito das drogas é compartilhada por boa parte dos deputados que propõem projetos infracionalizadores: o fato de o tráfico não ser um crime contra a pessoa e muito menos contra a vida é constantemente deixado de

³⁹³ PL 7398/2010.

³⁹⁴ PL 347/2011.

lado através de argumentos que indicam ser essa atividade a precursora de crimes violentos. Apesar de admitir que não cresceu o número de ocorrências de atos infracionais nos últimos anos, algo que contraria a percepção sobre o ato infracional apresentada no tópico anterior, explica que alterou-se o tipo de ato infracional, sobressaindo-se aqueles violentos. Para dar credibilidade ao seu argumento, na primeira frase ele apresenta a sua percepção social sobre o ato infracional sem indicar a fonte, usando a voz passiva: “é considerado”. A seguir, porém, atribui a afirmação realizada anteriormente a “especialistas em segurança pública”, buscando assim garantir um tom de autoridade a respeito do assunto.

Essa relação entre tráfico de drogas e violência contra a pessoa, contudo, em nenhum momento é associada à política de guerra às drogas empreendida no Brasil especialmente nos últimos anos, com a “ocupação de territórios” pela polícia e pelo exército³⁹⁵. São várias as pesquisas que demonstram ser esta letalidade provocada pelo próprio proibicionismo, que acumula como consequências o aumento extraordinário nas taxas de encarceramento e de mortos nas periferias³⁹⁶.

Assim, a percepção social do ato infracional aqui se reconfigura. Se na categoria anterior ficou evidente a ideia de que o número de atos infracionais vinha crescendo em uma onda alarmante, aqui aparece uma manutenção do número mas uma mudança de qualidade, de crimes sem violência a crimes graves contra a pessoa. A causa disso é identificada nos três tópicos apresentados: a bondade do Estatuto e o envolvimento de adolescentes com o tráfico de drogas e com o crime organizado.

³⁹⁵ BATISTA, Vera Malaguti. O alemão é muito mais complexo. In: YUKA, Marcelo (org.). *Criminologia de cordel*. Rio de Janeiro: Revan, 2012. p. 55-102.

³⁹⁶ ARGÜELLO, Katie. O fenômeno das drogas como um problema de política criminal. In: *Anais do IV Seminário Nacional de Sociologia e Política*. Curitiba: UFPR, 2013. Disponível em: <http://www.seminario_sociologiapolitica.ufpr.br/anais2012/pdfs/gt15/s4/arguello_katie.pdf> Acesso em 07 jul.2013. CARVALHO, Salo de. *A política criminal de drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático da Lei 11.343/2006*. 5 ed. Ampliada e atualizada. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

4 A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NO DISCURSO POLÍTICO SOBRE O ATO INFRACIONAL: UM JOGO DE MÁSCARAS DE TUTELA, PROTEÇÃO E PUNIÇÃO

Após descrever a forma como os deputados apresentaram, na estrutura de suas justificativas aos projetos de lei, a *desordem social* e a *origem do mal*, pretende-se agora analisar a representação dos deputados a respeito da *solução salvadora*. A solução é, em todos os casos, muito semelhante: a infracionalização dos adolescentes, especialmente através do aumento do prazo máximo da medida socioeducativa de internação, com nuances diferenciadas conforme a representação social do adolescente compartilhada pelo deputado proponente. Por isso, na primeira parte serão analisados os textos das justificativas segundo a função que o aumento do prazo de internação desempenharia, para, em seguida, relacionar essas soluções propostas com a imagem do adolescente de que elas partem.

4.1 Discursos sobre a “solução salvadora”

A proposição que resume essa categoria é a seguinte: “É necessário enrijecer o tratamento conferido pelo Estatuto ao adolescente autor de ato infracional”. Em muitos dos projetos analisados, o argumento genérico para justificar a necessidade de recrudescimento do controle estatal sobre os adolescentes através da alteração do Estatuto é o seu caráter anacrônico. Tal percepção parte, primeiramente, da representação do adolescente tal como analisada na categoria anterior, que o compreende como um sujeito consciente, que age com discernimento em razão de seu amadurecimento precoce decorrente das mudanças na sociedade. A ideia de atualização aparece claramente no trecho abaixo do PL 179/2007, do deputado Alexandre Santos (PMDB):

O Congresso precisa sensibilizar-se e perceber que o Brasil *deve ser* enquadrado num *modelo de modernidade* no que tange à lei penal. *É necessário* um debate amplo sobre o tipo de futuro que o país quer dar para seus jovens e para a sociedade como um todo. O Estado *tem que* dispor de instrumentos eficazes para conter essa onda de violência. Sobretudo, *é inevitável* que discutamos a *atualização* do Estatuto da Criança e do Adolescente³⁹⁷.

³⁹⁷ PL 179/2007.

Busca por um *modelo de modernidade e atualização* da lei especial são os termos que caracterizam o texto, pressupondo o seu caráter obsoleto. Esse objetivo vem enfatizado no texto através de uma forma de enunciação delocutiva: não aparecem as vozes dos interlocutores do discurso, de maneira que expressões como “precisa”, “deve”, “é necessário”, “tem que”, “é inevitável” constroem um valor de evidência para o que o deputado está dizendo. Modelo de modernidade é uma expressão sem conteúdo, que pode ser utilizada para justificar qualquer postura política. No caso, o modelo de modernidade apresentado tem em seu âmago o incremento da punição, seja ela destinada aos adultos, seja aos adolescentes. Esse argumento de elogio da modernidade e de busca por alcançá-la é algo que está na base de um imaginário comumente acessado pelo discurso político, assim como os imaginários da tradição e da soberania popular³⁹⁸. Este último, por exemplo, é onde está enraizada a frase que fala da necessidade de um “debate amplo”. Da forma como constrói a estrutura do trecho, o deputado busca convencer o receptor da mensagem de que o aumento do prazo de internação é um instrumento eficaz para conter uma suposta onda de violência, dando ares de certezas indiscutíveis às suas afirmações.

Esse não é um exemplo isolado. São muitas as justificativas que buscam instrumentalizar esse imaginário de modernização. Trata-se de um verdadeiro uso da linguagem que busca ocultar a realidade contrária: o retrocesso que elas buscam é tão evidente, que muitas das passagens das propostas repetem *ipsis literis* leis que já vigeram no Brasil entre as décadas de 1920 e 1970. Alguns exemplos são a periculosidade como critério para balizar a medida de internação, a medida de internação por tempo indeterminado, bem como a possibilidade de o adolescente passar à competência do juízo da execução penal após completar dezoito anos³⁹⁹.

Assim, mudança e modernização são expressões que bem descrevem o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como a reforma manicomial, e não as propostas que buscam voltar ao tempo da situação irregular e da institucionalização de *menores e loucos*.

Além do vocábulo *modernização*, outros termos são utilizados para designar as alterações propostas, como, por exemplo, *aperfeiçoamento* e *correção de falhas*.

³⁹⁸ CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 102.

³⁹⁹ Cf. 1.1.1. da Parte I.

No trecho a seguir, do PL 173/2007, de autoria do deputado Onyx Lorenzoni (PFL), essa percepção fica também evidenciada:

É hora do Poder Legislativo contribuir no sentido de oferecer critérios e definições com maior grau de objetividade, colaborando com o Poder Judiciário na fixação de parâmetros sobre a qualificação dos atos infracionais, bem assim a aplicação de medidas sócio-educativas. Tais propostas têm a finalidade de aperfeiçoar o sistema introduzido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente no sentido de minimizar ou mesmo erradicar o problema da delinquência juvenil que assola as famílias de bem do país⁴⁰⁰.

O sistema introduzido pelo Estatuto nesse trecho aparece como a causa do problema identificado pelo autor, e entende-se que a sua alteração levará à sua minimização ou erradicação. Ao explicar que a contribuição do Legislativo deve ser dada “com maior grau de objetividade”, o autor usa um comparativo, dando a entender que está falando de outras contribuições que não tiveram essa característica. Como sua proposta é a de alterar o Estatuto aumentando o prazo de internação, refere-se então à sua redação original, corroborando com a ideia da necessidade de seu *aperfeiçoamento*. A evocação da objetividade aparece aí como forma de construir uma figura de racionalidade, fugindo tanto das paixões midiáticas quanto da visão protetiva que, para ele, parece ser tão perniciosa. O autor essencializa a “delinquência juvenil”, que aparece como um sintagma cristalizado nesse trecho, reservado ao nível das evidências. As vítimas do problema são identificadas como as “famílias de bem do país”, mais uma essencialização que faz uso do imaginário social maniqueísta, mas que se refere, claramente, a uma distinção entre bandidos e mocinhos, típica da ficção hollywoodiana e que já se transformou em um verdadeiro *slogan* político.

Também no trecho do PL 177/2007 entende-se que o aumento do prazo de internação é uma das *armas* a contribuir no *combate* às quadrilhas *ousadas* e *impiedosas* nas grandes cidades:

A proposta possibilita uma sanção mais grave para os menores infratores, sem impedir que o Estado possa reintegrá-lo na sociedade. O recente caso do menino João Hélio, brutal e covardemente arrastado pelos subúrbios do Rio de Janeiro, é apenas mais um exemplo da ousadia e impiedade das quadrilhas que agem nas grandes cidades e que precisam ser combatidas com todas as armas ao alcance⁴⁰¹.

A menção ao caso João Hélio é interessante na medida em que demonstra de

⁴⁰⁰ PL 173/2007.

⁴⁰¹ PL 177/2007.

onde provém a percepção a respeito da criminalidade e do Estatuto que se supõe desatualizado. Trata-se evidentemente de uma legislação de emergência que procura seguir de perto os anseios sociais construídos, fomentados e repercutidos pelos meios de comunicação. Metáforas bélicas aqui são usadas no sentido de fortalecer o discurso punitivo, que é todo revestido de um tom emocional.

A percepção da solução salvadora encarnada nos projetos de aumento do prazo de internação possui, porém, sentidos diferentes conforme o objetivo declarado pelo deputado. O que os diferencia é, na verdade, a representação dessa medida, especialmente a respeito de sua função. Muitos dos projetos atribuem mais de uma função à medida de internação, especialmente combinando outras funções à de ressocialização, que aparece em quase todas as justificativas.

Essas representações das funções da medida de internação serão analisadas segundo os seguintes tópicos que buscam resumi-las:

T1 O aumento do prazo de internação tem o intuito de punir gravemente os adolescentes proporcionalmente ao dano causado.

T2 O aumento do prazo de internação deverá dissuadir os adolescentes de cometerem atos infracionais.

T3 O aumento do prazo de internação vai ao encontro do sentimento da sociedade.

T4 O aumento do prazo de internação irá garantir a efetiva ressocialização do adolescente.

T5 O aumento do prazo de internação deverá manter a sociedade segura enquanto os adolescentes perigosos estiverem privados de liberdade.

Em todos esses tópicos um tipo de argumento é recorrente e será assinalado várias vezes ao longo da análise: o argumento pela força das crenças partilhadas⁴⁰². A visão orgânica da sociedade contribui com a tendência dos políticos de empregarem esse procedimento argumentativo, em prol da *defesa social*⁴⁰³,

⁴⁰² CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 102.

⁴⁰³ Apesar de a ideologia da defesa social ter sido analisada por Baratta no contexto do saber jurídico produzido pelas escolas penais Clássica e Positiva, percebe-se que os princípios que a envolvem estão difusos na argumentação política. Daí que a concepção abstrata e a-histórica de sociedade, entendida como uma totalidade de valores e interesses prevaleça. Essa ideologia tem um efeito legitimante do controle penal e, sabendo-se que tal controle é exercício de dominação, cabe compreender tais efeitos e questioná-los. BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. 3 ed. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002. p. 43.

especialmente nos tópicos 2 e 5, do *sentimento de segurança*, como ocorre no T3, ou ainda da *educação para viver em sociedade*, no caso do T4⁴⁰⁴.

4.1.1 O aumento do prazo de internação tem o intuito de punir gravemente os adolescentes proporcionalmente ao dano causado.

Um dos temas frequentes tratados pelos deputados nas justificativas de propostas infracionalizadoras é o da redução da maioridade penal. Duas são as principais posições sustentadas: uma defende a necessidade dessa mudança na Constituição, mas entende a polêmica de que está revestida e então adota a busca pelo aumento do prazo de internação como alternativa política; outra menciona a redução da maioridade penal para demonstrar o seu desacerto, mas também apresenta a proposta infracionalizadora como alternativa⁴⁰⁵, um meio-termo⁴⁰⁶ entre uma posição mais punitivista e outra mais protetiva. O debate sobre a maioridade penal nas Propostas de Emenda Constitucional (PEC) traz a possibilidade de se analisar discursos punitivos e os seus adversários. No debate sobre infracionalização, por outro lado, mesmo aqueles que são contrários à redução da maioridade penal e a essa visão punitivista adotam muitas vezes uma atitude infracionalizadora, não tanto pelo sentido punitivo, mas antes através de posturas menoristas, figurando a privação da liberdade como um bem ao adolescente.

A posição favorável à redução da maioridade penal é bastante comum em projetos que igualam a medida socioeducativa à pena, e por isso acabam por adotar

⁴⁰⁴ O caráter equívoco da defesa social também foi encontrado por Prando ao analisar o discurso dos juristas durante o período de reforma penal da década de 1930 no Brasil. Para a autora, a defesa social foi o elemento legitimador das reformas penais e produção do saber pelos juristas, contudo, seu conteúdo foi construído ambigualmente. A defesa social foi defendida desde uma postura correccionalista, “no qual a defesa da sociedade ganhava como conteúdo o tratamento e a readaptação do delinquente à vida produtiva”, até uma postura repressiva, na qual a punição dura do delinquente corresponderia a proteção da sociedade como potencial vítima. PRANDO, Camila Cardoso de Mello. *O saber dos juristas e o controle penal: o debate doutrinário na Revista de Direito Penal (1933-1940) e a construção da legitimidade pela defesa social*. Rio de Janeiro: Revan, 2013. p. 252.

⁴⁰⁵ A deputada Rita Camata (PSDB) trata sua proposta (PL 7398/2010) exatamente com essa expressão: “A nosso ver, a proposta representa, além de uma resposta a questionamentos da sociedade sobre o atendimento a adolescentes envolvidos em crimes hediondos, também *uma alternativa concreta* às mais de duas dezenas de Propostas de Emenda à Constituição - PECs que, equivocadamente, propõem como “solução” para o problema da violência no país desconfigurar o art. 228 da Constituição Federal que determina que as pessoas menores de 18 anos de idade estão sujeitas a normas de uma legislação especial, e não ao Código Penal”.

⁴⁰⁶ Essa leitura aparece no PL 5037/2001, do deputado Enio Bacci (PDT): “Além disso, trata-se de *um meio termo* entre os que defendem a redução da maioridade penal como solução para o grave problema da violência e aqueles que defendem a manutenção do atual sistema e a manutenção do ECA, assim como se apresenta”.

uma postura punitiva bastante acentuada. O argumento principal a sustentá-la é a ocorrência de transformações na sociedade, sobretudo no aspecto informacional, nos últimos anos. Os projetos que trazem claramente esse posicionamento são o PL 2628/2003 (Jutahy Júnior – PSDB), PL 4808/2009 (Fernando de Fabinho – DEM), PL 7008/2010 (William Woo – PPS), PL 7208 (William Woo – PPS).

Já os que se posicionam declaradamente contra a redução da maioridade penal são mais numerosos e se manifestam no sentido de diferenciar o adolescente do adulto, além de buscar a demonstração de que aquela proposta não possui o condão de cumprir com os objetivos declarados: o controle da “delinquência juvenil”. Nas palavras da deputada Perpétua Almeida (PCdoB), no PL 165/2007: “isto significaria submeter a todos a uma ‘vala comum’”⁴⁰⁷. O argumento jurídico também aparece para contrapor aquelas iniciativas. O deputado Edson Ezequiel (PMDB), na justificativa do PL 2754/2008, explica a inconstitucionalidade da medida, apesar de todo o texto ser bastante emotivo e defender o aumento da internação para o prazo de até 10 anos. Esse argumento se aplica também à violação dos compromissos assumidos pelo Brasil na esfera internacional, contido, por exemplo, na justificativa do PL 2847/2000, do deputado Darcísio Perondi (PMDB).

O argumento psiquiátrico aparece no PL 3503/2012, do deputado Ronaldo Benedet (PMDB), a demonstrar a necessidade de tratamento dos adolescentes baseado em laudos psiquiátricos, ao invés da mera punição. Aproxima-se aqui a medida de internação à medida de segurança, distanciando-a da pena privativa de liberdade⁴⁰⁸.

Se a maior parte dos projetos possui uma postura preventiva e relativa a respeito das funções da medida de internação, há também aquelas que apresentam uma visão retributiva ou absoluta. Eles são poucos, pois normalmente mesmo quando o deputado pretende adotar uma posição punitivista, ele costuma florear o seu discurso e mascarar suas verdadeiras intenções para não se desviar tanto do discurso protetivo. Dentre esses poucos casos está o PL 934/2007, do deputado Ayrton Xerêz (DEM), como se lê no trecho abaixo:

A proposta apresentada, claramente, transcende a função socializadora das medidas de internação do ECA e se firma no aspecto punitivo do adolescente infrator, aos moldes da legislação penal brasileira. O aspecto punitivo prevê a transferência para o sistema penitenciário em ala especial.

⁴⁰⁷ PL 165/2007.

⁴⁰⁸ Cf. 1.2.2 da Parte I.

O sistema penitenciário está voltado para o cumprimento de penas, que apesar de possuírem caráter ressocializador, são diferentes das medidas sócio-educativas”⁴⁰⁹.

Com essa argumentação, o deputado não busca mascarar seu discurso através de uma argumentação protetiva que esconde uma finalidade meramente punitiva: diz que “claramente” a proposta não é ressocializadora e se firma no aspecto punitivo. Diferencia as medidas socioeducativas das penas, mas isso apenas para dizer que opta por essas últimas a serem aplicadas para os adolescentes, demonstrando o posicionamento favorável à indiferenciação das funções da pena. O autor ainda segue: “A primeira e fundamental questão que se apresenta é: medidas sócio-educativas de 8 anos servirão para reintegrar o jovem à sociedade? Certamente não. O enfoque da medida não será a reintegração social, mas o aspecto punitivo”⁴¹⁰.

Novamente nesse trecho o autor compara um aspecto punitivo, por ele defendido, com outro de reintegração social, o qual é afastado peremptoriamente através do advérbio junto à negação: “certamente não”. Afora esse projeto, outros tratam a mera punição como função da medida de internação, mas de maneira secundária: “Por outro lado, as internações também sinalizam uma melhor aplicação da ferramenta de punição para responsabilizar aqueles que cometeram atos infracionais considerados”⁴¹¹.

De todo modo, se o discurso exclusivamente retributivo é bastante comum nas PECs que buscam a redução da maioria penal, nas propostas infracionalizadoras ele é infrequente. Isso não significa que a instrumentalização de outras funções à medida de internação, embora preventivas, não lancem mão de discursos punitivos muito semelhantes, como se verá adiante.

4.1.2 O aumento do prazo de internação deverá dissuadir os adolescentes de cometerem atos infracionais

Da análise da argumentação dos deputados que propuseram alterações no Estatuto sobre a medida socioeducativa de internação depreende-se a compreensão partilhada por alguns deles de que tal medida é, na verdade, sanção. Em razão

⁴⁰⁹PL 934/2007.

⁴¹⁰PL 934/2007.

⁴¹¹PL 346/2011.

disso, não é estranho que muitos projetos tragam em suas justificativas a percepção de que o aumento da gravidade da sanção em abstrato no Estatuto teria como consequência uma mudança no comportamento dos potenciais infratores. Trata-se do emprego da função de prevenção geral negativa da pena no direito infracional.

Na definição de Zaffaroni e Batista *et. al.*, o objetivo da função de prevenção geral negativa é o de “obter com a pena a dissuasão dos que não delinqüiram e podem sentir-se tentados a fazê-lo”⁴¹². Assim, a medida da pena seria aquela suficientemente intimidante para uma pessoa que realiza o cálculo custo-benefício antes de praticar o delito.

O primeiro exemplo de trecho enquadrado nessa categoria é o do PL 109/2007, da deputada Solange Amaral (PFL):

A iniciativa investe no sentido de submeter menores e adolescentes infratores que cometem atos infracionais gravíssimos a um tratamento mais rigoroso. Medida que se faz absolutamente necessária e urgente, inclusive para *desestimular* crianças e adolescentes de enveredarem pelo caminho do crime, em função de o Estatuto da Criança e do Adolescente beneficiá-los quando do cometimento de homicídios qualificados e até mesmo de crimes hediondos⁴¹³.

Como visto anteriormente, o PL 109/2007 trouxe várias características que tornam essa função da medida com ele coerente. A ideia de que uma das causas da suposta “onda de criminalidade juvenil” é a benevolência do Estatuto tem como consequência lógica a ideia de que acabar com essa característica implicará na redução da violência. O raciocínio é cristalino:

Desordem social: Está ocorrendo uma onda de criminalidade juvenil.

Origem do mal: O Estatuto é complacente com as condutas gravemente danosas praticadas por adolescentes.

Solução salvadora: Tornar o Estatuto mais rigoroso evitará que adolescentes pratiquem atos infracionais graves.

No trecho, o que caracteriza a adoção dessa postura é o verbo *desestimular*. Isso demonstra que não se trata de uma medida tendente a agir sobre o adolescente que foi infracionalizado, mas sim sobre aqueles que ainda não o fizeram. Ele parte do pressuposto de que o Estatuto, tal como se configura atualmente não apenas não pune como *beneficia* os adolescentes quanto estes cometem homicídios e crimes

⁴¹² ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. *Direito Penal Brasileiro*. v. I. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 117.

⁴¹³ PL 109/2007.

hediondos. Ao agir no sentido contrário, estaria dissuadindo-os dessa prática.

O trecho abaixo, do PL 4808/2009, do deputado Fernando de Fabinho (DEM), busca explicar o mecanismo de funcionamento da dissuasão:

Essas medidas, de maior rigor, *certamente* terão um *efeito psicológico muito forte na mente do menor infrator*, arrefecendo o ânimo para a prática do crime. A fim de *defender melhor a sociedade e prevenir o ingresso de jovens no crime*, contamos com o apoio dos ilustres Parlamentares, a fim de procedermos à atualização da atual legislação, já defasada, aplicada ao menor infrator⁴¹⁴.

Essa proposta apresenta a mesma lógica argumentativa anterior, baseada na defasagem do Estatuto e na prevenção geral negativa. Explica o mecanismo a partir do efeito psicológico que provoca um freio no comportamento infrator, prevenindo que os jovens ingressem no crime. Simultaneamente, o deputado explicita a função de *defesa social*, a qual está por detrás de todas as teorias justificadoras das penas⁴¹⁵. Além disso, só nesse trecho por duas vezes o autor apresenta o sintagma *menor infrator* como a figura que se contrapõe à defesa da sociedade, entendida como um todo orgânico. Para conferir caráter de veracidade aos efeitos da medida proposta, o autor usa o advérbio “certamente”, mesmo que não traga qualquer indício mais forte e empírico dessa afirmação.

No trecho a seguir, do parecer com substitutivo da CSPCCO ao PL 2847/2000, o verbo *inibir*, também característico da prevenção geral negativa, é dirigido tanto aos adolescentes quanto aos adultos que os cooptam, segundo a percepção do deputado Carlos Sampaio (PSDB):

Buscamos, ainda, através de nosso substitutivo, *inibir* a prática corriqueira, através da qual adultos utilizam-se de adolescentes para a prática de crimes, sob a alegação de que os atos por ele praticados, ao atingirem a maioridade, não serão considerados para fins de antecedentes. Para se evitar a continuidade dessa prática, que nada mais representa do que uma “escola primária” do crime para esses adolescentes, *propomos* que, a partir dos 16 (dezesesseis) anos, todo ato infracional praticado por adolescentes possa ser considerado como antecedente, para fins de fixação da pena base. *Acreditamos* que, como consequência, o adolescente será *desestimulado* a participar de atividades criminais⁴¹⁶.

⁴¹⁴ PL 4808/2009. Grifou-se.

⁴¹⁵ Mesmo sendo bastante distintas entre si, todas as teorias da pena têm em comum o fato de serem variantes da função geral de defesa social, e dessa maneira legitimam a exclusão da vítima do modelo punitivo. Para Zaffaroni, Batista *et. al.*, a sociedade é entendida de maneira organicista ou contratualista quando o modelo trata de debilitar o estado de direito, ou de maneira não-organicista nas versões legitimantes de um poder punitivo o mais legitimado, no qual se fala de segurança jurídica em lugar de sociedade. ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. *Direito Penal Brasileiro*. v. I. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 115.

⁴¹⁶ BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Parecer ao PL 2847/2000. Relator Deputado Carlos Sampaio. 05 dez. 2007. Disponível

O PL, que trata, além do aumento do prazo de internação, da possibilidade de que as condenações por atos infracionais sejam consideradas como antecedentes em caso de prática de crime quando adulto, parte do pressuposto de que os adultos se preocupam com o destino dos adolescentes, quando os recrutam para a prática de crimes, pelo fato de que seus atos não constituirão como antecedentes. Novamente é a complacência do Estatuto tido como fomentadora da prática de atos infracionais. Além de inibir, o verbo desestimular é utilizado, demonstrando a crença na possibilidade de que a lei atinja a finalidade de prevenir o crime daquele que ainda não delinuiu. Em termos enunciativos, o deputado utiliza a primeira pessoa do plural, causando a impressão de estar agindo coletivamente, em solidariedade à população. Porém, no último verbo utilizado, o autor demonstra sua insegurança e a ausência de base empírica para o argumento da dissuasão: ele apenas “acredita” na sua eficácia. Mesmo que outros trechos tenham também trazido meras suposições sem comprovação empírica, a opção por termos como “é certo”, “é evidente”, “temos certeza”, causa um impacto no receptor, construindo uma imagem de segurança. “Acreditar”, ao contrário, já é questão de fé, e não de política, o que provoca descrédito.

Por fim, o autor ainda utiliza uma metáfora frequente no meio político: o da “escola primária” do crime. O objetivo do autor é o de se utilizar de recursos cognitivos que auxiliam na comunicação de conceituações da realidade que talvez tivessem dificuldades de serem expressas ou compreendidas se outra forma de enunciação fosse adotada. No caso, além de a metáfora ser bastante conhecida, ela joga com uma questão crucial do ponto de vista da infância e da adolescência: a educação. Por detrás dela está a contraposição entre o que deveria ser – o acesso à escola para todos – e o que realmente parece ser a realidade segundo o deputado – muitos jovens estão matriculados na escola do crime. Como já foi trabalhado anteriormente a respeito da representação do adolescente como cooptado por adultos, aqui essa imagem retorna para mais uma vez apresentar o paradoxo: por que os adolescentes devem ser infracionalizados se sua matrícula na escola primária do crime é principalmente responsabilidade de adultos?

Esse raciocínio aparece também no PL 157/2007, do deputado Onyx

Lorenzoni (PFL), que acrescenta a participação em quadrilha ou bando ou em atividades do crime organizado como situação a ensejar a medida de internação: “O agravamento das penalidades, ora proposto, *embora insuficiente, pode desestimular, pelo menos*, a cooptação de menores por essas quadrilhas, o que já representará um passo importante na luta diária dos *cidadãos de bem* contra o *crime organizado*”⁴¹⁷. Nesse trecho, o deputado justifica o agravamento das “penalidades” dos adolescentes – já demonstrando certa incompreensão com a mudança terminológica do Estatuto – como forma de desestimular os adultos a cooptarem-nos, também pressupondo que esses grupos se preocupam com o destino destes. O interessante nesse trecho é que, assim como no anterior, não há qualquer expressão de certeza. O autor denuncia sua ignorância a respeito dos reais efeitos do aumento do prazo de internação, o que fica evidenciado em termos como: “embora insuficiente” – reconhece diretamente a insuficiência da medida proposta –; “pode desestimular” – não significa que efetivamente desestimele, talvez sim, talvez não –; “pelo menos” – significa que o deputado se contenta com a mera possibilidade de que o mínimo aconteça, e nem esse mínimo é certo –; e “o que já representará um passo importante” – um resultado condicionado a que todas as incertezas anteriormente expostas se transformem em certezas. Ao final, apesar de já haver demonstrado que a adoção de medidas a respeito da arregimentação de adolescentes para o tráfico é extremamente complexa e que o aumento do prazo da internação não possui efeitos certos de dissuasão, o autor finaliza com duas essencializações polarizadas que podem agora sim auxiliá-lo a produzir um efeito de verdade: seu objetivo é o de amparar os “cidadãos de bem” na “luta diária” contra o “crime organizado”.

O PL 1895/2011, do deputado Alexandre Leite (DEM), também traz um trecho relacionado ao envolvimento de adolescentes com o famigerado crime organizado, combinando as funções da medida de internação entre retribuição proporcional, dissuasão e, ainda, de reeducação:

A sociedade não pode reagir da mesma forma que os criminosos, pois *não somos bárbaros*. A época da barbárie, da escravidão, da violência indiscriminada contra o homem foi substituída pelo humanismo. O século XX conquistou o respeito à dignidade humana. A nova etapa e o desafio é o real respeito a este estado alcançado. Não podemos correr o risco de indicar soluções bárbaras. Sem cair na barbárie e na emoção do momento social, o país necessita de uma reforma na legislação penal e processual

⁴¹⁷ PL 157/2007.

penal. Entretanto, a falta de diferença, para o adolescente, entre matar uma pessoa e matar dez pessoas, praticar o ato infracional correspondente a um latrocínio ou a dez latrocínios, favorece a percepção do “pode tudo”, de maneira nefasta. O comportamento correto e adequado deve ser sempre premiado; o comportamento inadequado e grave não deve ser aceito pela sociedade, e deve-se contribuir para incutir, no adolescente, a idéia de que o respeito às normas é salutar e que tais comportamentos não devem ser repetidos. O adolescente, assim, procurará evitar tais comportamentos e, se não o fizer, será afastado do convívio social para ser reeducado⁴¹⁸.

No trecho, o deputado utiliza o “nós” para designar a sociedade, incluindo a ele próprio, de maneira a afastar a “barbárie”, identificada à “violência indiscriminada contra o homem” e aos criminosos, pois afirma que agir barbaramente seria reagir como eles. Todo o texto busca confrontar os valores da racionalidade e do humanismo com os da emoção e da barbárie, de maneira a fazer sobressaírem aqueles em detrimento destes. Após explicar a necessidade de evitar “soluções bárbaras”, o autor expõe que o país necessita de reformas na legislação penal e processual, propondo, contudo, alterações no Estatuto. O objetivo seria, primeiramente, o de dissuadir o adolescente autor de ato infracional. Caso isso não ocorra, o objetivo muda e passa a ser o de reeducá-lo. Sua proposta traz a possibilidade de que o jovem permaneça internado até os 28 anos, recrudescendo sobremaneira a previsão legal original. Isso confirma a percepção de Zaffaroni a respeito: a tendência da função de dissuasão é sempre aumentar a repressão. O autor se refere à necessidade de dissuasão a partir da representação que estaria sendo compartilhada pelos adolescentes de que “pode-tudo”. Trata-se de uma expressão coloquial utilizada pelo deputado para melhor comunicar o que gostaria, chegando, porém, a ser populista.

A partir desses trechos, nota-se a filiação dos projetos que justificam a mais gravosa infracionalização primária à representação:

- da *sociedade* como um todo orgânico;
- da *desordem social* como de caos decorrente do aumento da *delinqüência juvenil*;
- do *adolescente* autor de ato infracional em parte como indivíduo consciente que realiza um cálculo racional antes de praticá-lo, fazendo-o por pura maldade, em parte como indivíduo ignorante à mercê da esperteza dos adultos;
- do *ato infracional* como conduta grave que deve pressupor uma retribuição

⁴¹⁸ PL 1895/2011

proporcional;

- da *origem do mal* como a benevolência do Estatuto;
- da *solução salvadora* como o aumento da gravidade da resposta estatal ao ato infracional, dirigida aos potenciais delinquentes com a função de dissuadi-los.

Essas representações sociais partem de numerosos pressupostos que não possuem qualquer tipo de confirmação empírica. Quanto às percepções sobre a sociedade, a desordem social e o adolescente, foram vistas anteriormente as suas implicações.

Ingressam aqui outras críticas, que podem ser trazidas da própria crítica do direito penal. Em primeiro lugar, a gravidade da resposta estatal a um ato só tem o condão de dissuadir aqueles que possuem chances efetivas de criminalização. Ou seja, dada a seletividade do sistema, aqueles que possuem o estereótipo do criminoso podem se sentir mais inibidos do que os demais, dada a sua maior vulnerabilidade em relação ao sistema penal. Porém, mesmo entre os mais vulneráveis, a criminalização secundária depende da habilidade, de maneira que “estimula o aperfeiçoamento criminal do delinquente ao estabelecer o maior nível de elaboração delituosa como regra de sobrevivência para quem delinqüe” ⁴¹⁹. Isso significa que apenas os “crimes toscos” chegam às raias do sistema. Assim, se o autor do crime é invulnerável, fanático ou motivado por um grande ganho patrimonial, também pouco se pode falar em dissuasão. Desse modo, “a ilusão da prevenção geral negativa faz as agências políticas elevarem os patamares máximos e mínimos das escalas penais e as judiciais – atemorizadas ante as agências políticas e as agências de comunicação – imporem penas irracionais a algumas poucas pessoas inábeis, que terminam levando a carga de todo o *mal social*” ⁴²⁰. A partir daí, percebe-se como consequência o fato de essa teoria permitir a legitimação de penas sempre mais graves, fazendo com que seu destino final seja sempre a pena de morte para todos os delitos, porque se esgota o catálogo de males crescentes.

Em termos políticos, a ideia de que a pena serve para a dissuasão significa

⁴¹⁹ ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. *Direito Penal Brasileiro*. v. I. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 117.

⁴²⁰ ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. *Direito Penal Brasileiro*. v. I. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 119.

que a pessoa que efetivamente a sofre não é visualizada pelo sistema, mas apenas os potenciais usuários, de maneira que “a pessoa humana desaparece, reduzida a um meio a serviço dos fins estatais” ⁴²¹. Se analisado em termos individuais, a dissuasão provocaria uma diferenciação das penas segundo os seus efeitos em cada pessoa: os que mais se intimidam receberiam pena menor, os demais receberiam pena mais gravosa, a ponto de se fugir da culpabilidade de ato para chegar na culpabilidade de autor. Por fim, Zaffaroni, Batista *et. al.* concluem que “a lógica da dissuasão faz o delito perder sua essência de lesão jurídica para convertê-lo em um indício de *inimizade* com a cultura que o estado quer homogeneizar ou com a moral que deseja impor” ⁴²².

Esse ideal de homogeneidade é um tema já tratado anteriormente e que se mostra claramente nas metáforas coletivas sociedade, cidadãos de bem, nação etc., de modo a transformar os dissidentes em verdadeiros inimigos.

4.1.3 O aumento do prazo de internação vai ao encontro do sentimento da sociedade

As metáforas coletivas acima mencionadas também são frequentes quando os deputados se propõem a justificar o aumento do prazo máximo da medida de internação a partir do clamor público. Essa função atribuída à medida socioeducativa também pode ser lida no sentido a ela conferido no âmbito do direito penal. Na teoria da pena, seu título é prevenção geral positiva e trata-se de uma perspectiva que visualiza os efeitos da pena na percepção social dos não delinquentes a respeito da validade da norma, ou seja, à “sociedade de bem” – para utilizar a linguagem dos projetos analisados.

A reação da sociedade perante a situação de desordem social detectada pelos deputados costuma ser o foco das justificativas dos projetos de lei enquadrados nessa categoria. Trata-se de argumentações que portam um sentido de desaprovação social da violação da norma sem uma respectiva reação do Estado a transferir-lhe a sensação de segurança e de devido cumprimento da lei. *Sensação de insegurança*, *sentimento da sociedade* e *clamor social* são alguns dos sintagmas

⁴²¹ ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. *Direito Penal Brasileiro*. v. I. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 120.

⁴²² ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. *Direito Penal Brasileiro*. v. I. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 121.

que identificam a percepção social da medida socioeducativa como exercício de uma função de prevenção geral positiva.

No trecho do PL 5037/2001, do deputado EnioBacci (PDT) é visível a tentativa de tratar a sociedade de uma maneira consensual e a necessidade da punição mais gravosa em decorrência da percepção social da impunidade: “A sociedade brasileira não suporta mais assistir menores que tiram vidas humanas injustificadamente e retornam ao seu convívio, com liberdade completa, como uma espécie de prêmio pela maioria”⁴²³. O trecho tematiza a liberação compulsória aos 21 anos, justificando a necessidade de tolher esse limite etário e permitir ao juiz decidir o prazo da internação. O uso da ironia, ao dizer que o completar da idade de 21 anos traria ao adolescente um prêmio, tem o intuito de provocar o interlocutor e expor um caráter supostamente desprovido de sentido do instituto em questão. Observe-se que a sociedade é o sujeito da oração, escrita na ordem direta, com verbo transitivo e na voz ativa, buscando efetivamente deixar clara a responsabilidade dela pelo “não suportar”, e, ao mesmo tempo, fazendo com que o narrador esteja à parte do discurso, meramente descrevendo uma situação aparentemente externa. Trata-se de uma maneira de legitimar o argumento através da instrumentalização de um imaginário democrático, onde o Legislativo deve servir à sociedade, em especial aos cidadãos.

O PL 120/2007, do deputado Neilton Mulim (PR), caminha na mesma direção, buscando, aparentemente, uma forma de conciliar o punitivismo e a benevolência. A solução salvadora encontrada para tanto foi a eliminação do prazo máximo de internação:

Assim, *não adianta colocarmos* de um lado aqueles que querem até a pena de morte para os menores e de outro aqueles que desejam deixar a situação como se encontra. *Ambas as posições discrepam do sentimento da nossa sociedade. Não podemos mais* assistir esse quadro sem adotar uma medida segunda (sic) a nossa realidade e assimilar o que ocorre no mundo moderno, criando uma situação jurídica que permita a aplicação de uma medida justa, sem nenhum cunho policialesco, mas protegendo o nosso povo, sem deixar a violência ser absorvida pela própria sociedade. Dessa maneira, *propomos* a alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente criando uma Comissão da Infância e Juventude composta de profissionais da área da saúde que, *de maneira científica*, elaborarão um laudo que será requisito para o juiz estabelecer a medida a ser aplicada ao adolescente. Outra medida apresentada é o fim do prazo máximo de internação, que será de competência do juiz de acordo com o tipo de ato praticado. Juntamente com isso, *estamos também determinando* a separação do maior de idade do menor. Temos a certeza que essa

⁴²³ PL 5037/2001.

proposição espelha o sentimento da sociedade e que essa Casa de Leis irá aperfeiçoá-la na sua tramitação⁴²⁴.

A proposta apresentada nesse trecho é uma aplicação perfeitamente condizente com a função de prevenção geral positiva, afinal, ao excluir o prazo máximo de internação, confere ao juiz o poder de identificar caso a caso qual será o prazo adequado de intervenção para garantir o equilíbrio social, possível apenas através da crença social na validade da norma. Ainda, confere cientificidade a essa decisão, na medida em que convoca técnicos para comporem a referida Comissão, fazendo uso de uma estratégia oriunda da criminologia positivista através da qual se passa a exercer poder não sobre os fatos, mas sobre os indivíduos⁴²⁵.

No trecho, o sintagma “sentimento da sociedade” aparece duas vezes a corroborar o entendimento de que o legislador deve produzir a norma com base no que ele entende corresponder a tal sentimento. A solidariedade para com esse sentimento fica evidenciada no uso da primeira pessoa do plural, de maneira que o enunciador se soma àqueles para quem está se dirigindo nos anseios e desejos. Para finalizar, o autor apresenta com clareza o objetivo exclusivo de “espelhar o sentimento da sociedade”, enfatizando a sua efetividade através da expressão “temos a certeza”.

Se a ação legislativa sobre o ato infracional tende a agradar esse sentimento, então ela é muito mais simbólica do que instrumental. Apesar de essa percepção ser subjacente a todas as justificativas que compartilham a função de prevenção geral positiva da medida de internação, em pelo menos um trecho esse caráter fica explícito: “A proposta não resolve o problema da violência urbana, especialmente nos grandes centros, como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, palcos prediletos da bandidagem. Mas pode ser uma resposta - ainda que tardia - do Parlamento à onda crescente de crimes com o envolvimento de menores”⁴²⁶. Trata-se de uma resposta e nada mais, uma ação fundamentalmente simbólica, discursiva, que tratará de ocupar o cenário midiático e auxiliar na legitimação do sistema. Em relação ao “problema da violência urbana”, o autor não titubeia ao afirmar que seu projeto não o resolve. Ao contrário, quando diz que então ele serviria como resposta à onda crescente de crimes, não parece estar certo do que afirma, pois usa um

⁴²⁴ PL 120/2007.

⁴²⁵ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. 37 ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 23.

⁴²⁶ PL 157/2007.

“pode ser”, deixando margem à interpretação de que pode também não ser. A representação do problema da violência é restrita a essa urbana, individual e de rua, em detrimento das outras formas de violência, sobretudo a estrutural e a institucional, e, simultaneamente, os seus perpetradores. Seu olhar é focado nos grupos sociais que compõem a “bandidagem”, evidentemente dirigido aos outros e não ao próprio deputado, contribuindo à construção social da imagem do criminoso como sendo aquele de rua ligado às classes mais baixas da população.

Nota-se que, nessas propostas, o foco não é o adolescente que pratica o ato infracional, nem na realidade, nem potencialmente, mas sim o que o parlamentar imagina sentir a sociedade. É o que aparece claramente no trecho do PL 102/2007, do deputado Jorge Tadeu Mudalen (PFL), trazendo em conjunto a fonte onde os legisladores vão buscar esse sentimento:

Todas essas medidas [por ele propostas no projeto] vem (sic) de encontro (sic) ao *anseio da sociedade*, tendo em vista as *terríveis notícias de barbaridades cometidas por adolescentes* que se aproveitam da inimizabilidade para cometer crimes. Foi o caso do menino carioca que morreu ao ser arrastado por um carro em assalto por pelo menos quatro quilômetros, para citar notícia mais recente, das inúmeras *que tomam conta das capas de jornais de todo o Brasil*⁴²⁷.

A mídia, como fonte de informação a respeito da situação de desordem social, aparece tanto como espelho da realidade brasileira, como da reação social a essa realidade, em especial nos discursos onde se evidencia a famigerada impunidade dos jovens. Daí que a construção social do clamor público também dela dependa. Dadas as “terríveis notícias de barbaridades cometidas” o projeto se apresenta como resposta ao “anseio da sociedade”. Mais importante do que fazer frente à desordem atacando as suas causas é proporcionar uma resposta simbólica para conter a ansiedade da população. A ideia de que “os adolescentes se aproveitam da inimizabilidade para cometer crimes” é um pressuposto que aparece no trecho como um dado da realidade, sem margem para questionamentos.

Todos esses termos trazem elementos emocionais, utilizando-se de uma estratégia já caracterizada acima quando da análise da desordem social. No trecho a seguir, do PL 4753/2009, esse tom sentimental aparecerá claramente também para reafirmar a função simbólica da medida de internação: “A medida proposta, portanto, virá *aprimorar* a legislação em vigor, o que se torna imperioso *no momento*

⁴²⁷ PL 102/2007.

atual, proporcionando à Justiça as normas legais que *hoje se apresentam frágeis e inadequadas*, ao tempo que contribuirá para *eliminar o terror que vem se apoderando da sociedade* face à crescente criminalidade envolvendo menores”⁴²⁸.

Dentre os sentimentos da sociedade levados em consideração pelos deputados, é possível que o medo seja o mais comum. No trecho acima, ele aparece na palavra *terror*, termo que invoca uma percepção ainda mais intensa. A solução salvadora tem a função de eliminar o sentimento, deixando no vácuo a sua capacidade de fazer frente ao seu objeto, “a crescente criminalidade envolvendo menores”, que aqui é também vista como um dado inquestionável da realidade. Através de deícticos como “hoje” e “no momento atual” o deputado logra demonstrar a existência de mudanças sociais que culminaram na situação de terror exigindo a proposta infracionalizadora como um *aprimoramento* do Estatuto. Em outras propostas, as ideias de mudança social e necessidade de o Estatuto acompanhá-la aparecem em termos como atualização, aperfeiçoamento ou inovação. É o caso do PL 3700/2000:

Uma avaliação do Estatuto da Criança e do Adolescente tendente ao seu aperfeiçoamento, 9 anos após sua sanção, quase um decênio de vigência, evitará a alteração da Constituição, firmará a conquista da prevalência da sócio-educação sobre a penalização pura e simples, *oferecerá a almejada segurança à sociedade* e melhor *protegerá os menores, crianças e adolescentes* e apagará a enganosa impressão de impunidade. *É a satisfação que se deve à comunidade brasileira*⁴²⁹.

O aperfeiçoamento – alcançado através do aumento do prazo de internação e da possibilidade de se criar a medida de segurança por tempo indeterminado em hospital de custódia ao adolescente que possua “estado mental patológico” – tem como consequência, como se pode ler no trecho, constituir uma alternativa à redução da maioridade penal, de maneira a privilegiar a socioeducação em detrimento da punição. Seu autor busca, no caso, conciliar dois campos que costumam ser representados em oposição: o da sociedade insegura, que terá restituída a segurança; e o dos *menores, crianças e adolescentes* que serão protegidos. É interessante notar que o deputado coloca três termos a designar o jovem em questão: menores, crianças e adolescentes. Não está claro o que distingue principalmente os menores das crianças e adolescentes. Se levado em

⁴²⁸ PL 4753/2009.

⁴²⁹ PL 3700/2000.

consideração o vocabulário pré-Estatuto, único capaz de realizar essa distinção, seria possível compreender o uso do termo *menores* como aquelas crianças e adolescentes que têm em sua história alguma mancha que os torne em situação irregular e, portanto, objetos da tutela estatal. Crianças e adolescentes, por outro lado, seriam aqueles que aparecem no direito da criança e do adolescente como sujeitos de direitos. Trata-se de um pretense aperfeiçoamento, mas as mudanças propostas são todas mais gravosas do que a resposta oferecida hoje pelo Estado ao autor de ato infracional.

O eufemismo é uma figura retórica muito comum no discurso político. Aqui, é evidente que a palavra *proteção* aparece como um eufemismo anacrônico, tanto na passagem do Código de Menores ao Estatuto – pois agora não se pode mais confundir abandono e infração –, quanto na própria estrutura interna do Estatuto, dado que as medidas socioeducativas têm em seu âmago a responsabilização, e não a proteção do adolescente⁴³⁰. Trata-se da criação de uma semântica ocultadora das consequências e sofrimentos reais ligados à proposta apresentada, de modo a evidenciar um *second code*: se a justificativa apresenta um primeiro código de proteção, a proposta real não deixa margem a essa interpretação, o segundo código é punitivo e vem carregado de sofrimento⁴³¹. A visível preocupação com a sensação de impunidade, e a última frase do texto exposto, evidenciam melhor a inclusão desse projeto na presente categoria: o projeto é definido como uma “satisfação que se deve à sociedade brasileira”. Mais uma vez, a prevalência da função simbólica sobre a instrumental.

Um último trecho que se julgou interessante analisar nessa categoria é o que

⁴³⁰ BRASIL. *Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012*. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm> Acesso em: 02 set. 2012.

⁴³¹ Em realidade, todo movimento surgido nos Estados Unidos em prol das cortes juvenis no final do século XIX tem em sua base o movimento dos “*child savers*”, composto por filantropos de classes altas e movido por um discurso essencialmente tutelar, baseado na incapacidade dos pobres e na bondade perante as crianças abandonadas. Diante disso, a ausência de direitos e garantias do devido processo se justificava pela própria bondade dos juízes. Daí que essa máscara protetiva que esconde a face punitiva tenha suas raízes nas origens do menorismo, sendo reproduzida nos estereótipos até os dias de hoje. Nos mesmos Estados Unidos das cortes juvenis, Cicourel, em sua obra publicada em 1968, ao isolar os fatores que influenciam as decisões dos juízes perante os jovens, o autor percebe que as características dos adolescentes que costumam explicar o seu comportamento desviante (família desestruturada, uso de drogas etc.) não são exatamente as suas causas, mas os critérios usados pelos atores do sistema de justiça juvenil para selecioná-los. Por outro lado, aqueles jovens não pertencentes aos estereótipos, mesmo tendo praticado delitos, passam por filtros de maneira a não chegar ao sistema. Trata-se do que o autor veio a denominar “*second code*” na ação dos agentes de controle penal. CICOUREL, Aaron Victor. *The Social Organization of Juvenile Justice*. New Brunswick: Transaction, 1995.

segue, do parecer do relator da CSPCCO ao PL 2847/2000:

Uma outra *inovação* que apresentamos, e que poderia ser objeto de polêmica, é o de duração máxima da medida sócio-educativa de internação. Todavia, desde já esclarecemos que não vemos motivo para que se polemize o assunto, na medida em que a maneira pela qual estamos propondo o aumento do tempo de internação de 3 (três) para até 8 (oito) anos, conforme demonstraremos, se dará de forma *excepcional e justificada*. Ou seja, trata-se de uma *inovação que vai ao encontro do clamor da sociedade, sem que vejamos afrontados os direitos dos adolescentes*⁴³².

Parte das justificativas tem a intenção de provar que o aumento do prazo de internação não infringe os princípios da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, bem como os direitos dos adolescentes. É o caso desse trecho que, além de buscar essa legitimação, destaca a intenção de a inovação proposta ir “[...] ao encontro do clamor da sociedade”. O uso do termo “inovação” aparece no mesmo sentido do anteriormente analisado discurso da “atualização” do Estatuto: a partir de práticas antigas, especialmente a possibilidade de submeter adolescentes a longos períodos de internação, pretende-se justificar as propostas como formas de atender a uma nova sociedade, mais violenta e também mais informada. É curioso notar que o deputado autor do substitutivo identifica como possível causa de polêmica o aumento do prazo de internação, mas busca afastá-la através do argumento de que isso “só se dará de forma excepcional e justificada”. Esse argumento, contudo, não convenceria os seus opositores, pois, na prática, tudo o que deveria ser excepcional no direito da criança e do adolescente, sobretudo em termos de restrição de direitos acaba se convertendo em regra. O caso exemplar é o da própria medida de internação. No caso, por detrás dessa tentativa de convencimento de que a internação por oito anos seria medida excepcional está a realidade: ela seria aplicável a qualquer caso de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa e em caso de atos análogos a crimes definidos como hediondos. Ou seja, tudo está aí incluído, até mesmo o roubo e o tráfico de drogas, mormente se considerado o fato de que a maior parte dos adolescentes internados hoje praticaram esses atos infracionais⁴³³.

⁴³² BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Parecer ao PL 2847/2000. Relator Deputado Carlos Sampaio. 05 dez. 2007. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=D75A9A6C6C00FCDB573FECC25E2F6CA0.node2?codteor=529530&filename=Tramitacao-PL+2847/2000> Acesso em: 22 jan. 2012. Grifou-se.

⁴³³ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Panorama nacional: a execução das medidas socioeducativas de internação*. Programa Justiça ao Jovem. Brasília, 2012.

Isso demonstra que a parte final – “sem que vejamos afrontados os direitos dos adolescentes” – traz apenas palavras soltas, sem conteúdo, com o único objetivo de ocultar a realidade contrária: é praticamente uma brincadeira dos opostos. No lugar, ele bem poderia ter escrito: “para que vejamos afrontados os direitos dos adolescentes”. Desse modo, a única parte do discurso que corresponde ao que o deputado compreende sobre a realidade é a de que a proposta vai ao encontro do clamor da sociedade.

O PL 3700/2000 traz ainda mais claramente a importância da confiança na norma:

Ninguém desconhece que o Estatuto da Criança e Adolescente, mesmo tendo representado um enorme avanço no desdobramento evolutivo do direito brasileiro, *está paulatinamente caindo no descrédito de nossa população*, até mesmo de juristas de renome e de pessoas cultas, em razão não só de um processo de generalizada desinformação a respeito, mas também de algumas lacunas e imperfeições⁴³⁴.

Ao começar pela expressão “ninguém desconhece”, o autor já busca afastar a ideia contrária, trazendo uma característica de evidência para o descrédito da população, dos juristas e pessoas cultas no Estatuto. Excepciona esse descrédito para afirmar o avanço que a mesma lei teria representado, mas apenas para mitigar um pouco a crítica de que haveria lacunas e imperfeições a serem corrigidas.

A discussão teórica dessa categoria passa pela análise, ainda que superficial, das propostas atuais e críticas à prevenção geral positiva como teoria justificadora da pena. Remonta a Durkheim uma de suas principais formulações. Apesar de reconhecer que todos os criminólogos de sua época estavam de acordo quanto ao caráter patológico do crime, Durkheim pondera que tal fenômeno é observado “em todas as sociedades de todos os tipos”, apresentando todos os sintomas da normalidade. “Fazer do crime uma doença social seria admitir que a doença não é algo acidental, mas, ao contrário, deriva, em certos casos, da constituição fundamental do ser vivo; seria apagar toda distinção entre o fisiológico e o patológico”⁴³⁵. O crime possuiria, então, uma função na sociedade: a de possibilitar a reafirmação da validade das normas sociais, através da punição⁴³⁶. A pena, por sua vez, não poderia ter por objeto curar o crime, já que ele não tem nada de

⁴³⁴ PL 3700/2000.

⁴³⁵ DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2007. p. 83.

⁴³⁶ BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002.

patológico. Então, “sua verdadeira função deve ser buscada em outra parte”⁴³⁷.

A função da pena será, pois, satisfazer a consciência comum, ferida pelo ato cometido por um dos membros da coletividade: o crime exige reparação e o castigo do culpado é esta reparação feita aos sentimentos de todos⁴³⁸. Ao apelar para o sentimento, Durkheim dirá, então, que o fundamento da pena é, de fato, a reação emocional diante do ferimento à consciência coletiva. A exigência de castigo é uma reação passional, e ele se torna necessário para apaziguar a sociedade.

Dáí se percebe que Durkheim não viu na pena as funções clássicas da doutrina penal, seja a prevenção de delitos, seja um instrumento para a correção dos infratores, seja, ainda, um meio para lograr que o direito seja cumprido. As reais funções do castigo são “a) assegurar a coesão social, b) reforçar o sentido da autoridade, c) contribuir à reprodução moral da sociedade, e d) ser um eficaz meio de disciplinamento social”⁴³⁹.

Essa perspectiva sobre a função da pena produziu enormes efeitos na teoria social, influenciando sociólogos como Talcott Parsons e Niklas Luhmann. A partir deles, o jurista alemão Günter Jakobs formulou uma sua interpretação da teoria da prevenção-integração, com o intuito de buscar superar, sobretudo, a função de prevenção especial positiva da pena.

São várias as críticas à prevenção-integração, e, fundamentalmente ao funcionalismo sistêmico, mas o fato é que ela se desenvolveu e vem ganhando força na última década⁴⁴⁰. O principal questionamento a essa formulação jurídica é o fato de que ela “traslada do indivíduo ao próprio sistema o centro da subjetividade do sistema social, e com isso atribui muito mais valor, para a estabilidade do sistema social, à produção de consenso e a seus equivalentes funcionais que ao princípio crítico de valoração ética e política tanto individual como coletiva”⁴⁴¹. Assim, ao violar

⁴³⁷ DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

⁴³⁸ ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

⁴³⁹ RIVERA BEIRAS, Iñaki. *Recorridos y posibles formas de la penalidad*. Barcelona: Anthropos, 2005. p. 45. Tradução livre do original em espanhol: “(...) como institución social que es (a) asegurar la cohesión social, (b) reforzar el sentido de la autoridad, (c) contribuir a la reproducción moral de la sociedad, y (d) ser un eficaz medio de disciplinamiento social”.

⁴⁴⁰ Para uma análise crítica da função de prevenção geral positiva da pena, cf. BUDÓ, Marília De Nardin. Crítica à função de prevenção geral positiva da pena na interação entre mídia e sistema penal. In: BOZZA, Fábio; ZILIO, Jacson (orgs.). *Estudos críticos sobre o sistema penal*. Curitiba: LedZe, 2012. p. 747-776.

⁴⁴¹ BARATTA, Alessandro. Integración-prevención: una “nueva” fundamentación de la pena dentro de la teoría sistémica. In: Elbert, Carlos Alberto. *Criminología y sistema penal: compilación* in memoriam. Montevideo/Buenos Aires: B de F, 2004. p. 3. Tradução livre do original em espanhol: “En efecto, la teoría sistémica traslada del individuo al sistema mismo el centro de la subjetividad del sistema social,

a norma, o indivíduo, mais do que lesionar bens jurídicos, quebra a confiança institucional dos membros da sociedade, e, por isso, a pena servirá justamente para recuperar essa confiança. Nas palavras de Luhmann, “a sanção ao infrator do direito torna-se então o meio mais expressivo e institucionalmente privilegiado, da manutenção das normas”⁴⁴². Nota-se aí a vinculação com a concepção de Durkheim sobre a função da pena.

Na percepção de Jakobs a respeito das funções da pena, ela é uma ratificação da existência da norma diante de uma conduta que a desafiou⁴⁴³. Isso significa que é ela a expressão de recusa da sociedade em conceber uma mudança em sua configuração diante do fato punível, com isso permitindo a manutenção do *status quo*⁴⁴⁴.

Se não é possível provar a pertinência de suas teses, tampouco o é contrariá-las a partir de dados sociológicos. Assim, “os princípios de legitimação preventiva do Direito Penal antes representam princípios de crença do que princípios de ciência”⁴⁴⁵. As críticas não irão se centrar, então, em estudos sociológicos que provem o não cumprimento, pela punição, da função de estabilização social, mas sim em outros âmbitos de análise. Em primeiro lugar, na área da dogmática, os questionamentos da teoria da prevenção-integração recaem sobre a sua adequação aos princípios do direito penal liberal. Em segundo lugar, quanto à base sociológica, questiona-se se é pertinente basear uma teoria de justificação da pena a partir de um modelo de sociedade consensual, dado o pluralismo característico das sociedades avançadas. Em terceiro lugar, o questionamento fundamental sobre o funcionamento concreto dessa teoria através das seguintes perguntas: qual é a fonte da decisão a respeito de quais comportamentos violadores da norma geram desconfiança social? Como pode ser determinada a medida da pena de tal modo que se possa atingir a finalidade de estabilização social? Ainda, em quarto lugar, são

y con ello atribuye mucho más valor, para la estabilidad del sistema social, a la producción de consenso y a sus equivalentes funcionales que al principio crítico de la valoración ética y política tanto individual como colectiva”.

⁴⁴² LUHMANN, Niklas. *Sociologia do direito*. v. I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983. p. 116.

⁴⁴³ JAKOBS, Günter. *Dogmática penal y la configuración normativa*. Madrid: Civitas, 2004. p. 76.

⁴⁴⁴ JAKOBS, Günter. Imputación jurídicopenal: desarrollo del sistema a partir de las condiciones de vigencia de la norma. In: JAKOBS, Günter; STRUENSEE, Eberhard. *Problemas capitales del derecho penal moderno*. Buenos Aires: Hammurabi, 1998. p. 33-54. p. 33.

⁴⁴⁵ ALBRECHT, Peter-Alexis. *Criminologia: uma fundamentação para o direito penal*. Trad. Juarez Cirino dos Santos e Helena Schiessl Cardoso. Curitiba: ICPC; Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 73.

questionadas as consequências políticas da adoção dessa teoria⁴⁴⁶.

Exigir fidelidade à norma pressupõe a ausência de questionamentos macroestruturais ligados ao direito penal: o fato de as normas na sociedade capitalista serem instrumento de dominação de classe⁴⁴⁷; as características de sociedades patriarcais que usam o direito para subjugar as mulheres; a pluralidade cultural interna às sociedades em seus valores e crenças e a relatividade do direito penal etc. Assim, as relações de poder subjacentes ao direito não aparecem questionadas na perspectiva funcional, a qual está pronta a legitimar qualquer conteúdo, desde que a forma seja adequada a seus princípios. É justamente este o ponto de crítica de Pavarini: “o uso instrumental da teoria da prevenção-integração para relegitimar o sistema penal vigente, evadindo a questão dos conteúdos – o que se protege e como se protege penalmente – e, mais ainda, o problema de suas possíveis alternativas (que e como se poderia tutelar de outro modo)”. É ideológica, portanto, essa teoria quando defende ser esta realidade a única normalidade possível⁴⁴⁸.

Por outro lado, a crítica da situação preterida do sujeito na análise sobre a função da pena conclui que ele não é o destinatário de uma política de reintegração social, ele é apenas o “bode expiatório” de uma resposta penal simbólica que exerce tal função preventiva e integradora, funcionando como mero instrumento, suporte psicofísico de uma ação simbólica⁴⁴⁹. Na prática está o direito penal ancorado apenas simbolicamente, já que não pretende proteger bens jurídicos, mas causar uma sensação na sociedade: a de que se pode confiar no direito. Essa teoria não

⁴⁴⁶ BUDÓ, Marília De Nardin. Crítica à função de prevenção geral positiva da pena na interação entre mídia e sistema penal. In: BOZZA, Fábio; ZILIO, Jacson (orgs.). *Estudos críticos sobre o sistema penal*. Curitiba: LedZe, 2012. p. 747-776. Nesse sentido é a crítica de Baratta de que “a posição de Jakobs não permite identificar como problema político a desigualdade na distribuição do ‘bem negativo’ criminalidade, em prejuízo dos grupos da população mais fracos socialmente e a exigência de uma compensação a essa desigualdade”. Desse modo, a pena adequada não obedece ao critério da reprovabilidade, mas antes, de um lado, a uma análise sobre a intolerabilidade social da conduta contrária à norma, e, de outro lado, sobre a capacidade da pena para restaurar a confiança no sistema. BARATTA, Alessandro. Integración-prevención: una “nueva” fundamentación de la pena dentro de la teoría sistémica. In: ELBERT, Carlos Alberto. *Criminología y sistema penal: compilación in memoriam*. Montevideo/Buenos Aires: B de F, 2004. p. 22.

⁴⁴⁷ PASUKANIS, E. B. *A teoria geral do direito e o marxismo*. Rio de Janeiro: Renovar, 1989.

⁴⁴⁸ PAVARINI, Massimo. *Un arte abyecto*: Ensayo sobre el gobierno de la penalidad. Buenos Aires: Ad Hoc, 2006. p. 78. Tradução livre do original em espanhol: “(...) el uso instrumental de esta teoría para relegitimar el sistema penal vigente, evadiendo la cuestión de los contenidos – qué se protege y cómo se protege penalmente – y, más aún todavía, el problema de sus posibles alternativas (qué y cómo se podría tutelar de otro modo).”

⁴⁴⁹ BARATTA, Alessandro. Integración-prevención: una “nueva” fundamentación de la pena dentro de la teoría sistémica. In: ELBERT, Carlos Alberto. *Criminología y sistema penal: compilación in memoriam*. Montevideo/Buenos Aires: B de F, 2004. p. 23..

deixa de estar ligada, portanto, à ideia de sensação de insegurança, tão cara a discursos políticos e midiáticos da atualidade.

Ao excluir os criminosos como bodes expiatórios, cria-se um paradoxo: se com a pena se busca o retorno ao equilíbrio social, a punição, ao provocar a desintegração social do condenado acabaria gerando uma disfunção no sistema. Como bem diz Jakobs, o cidadão não deve ser neutralizado, sua pena serve apenas para assegurar aos demais a validade da norma. Porém, dadas as pesquisas a respeito das dificuldades de reinserção social daquele que foi privado de liberdade pelo sistema penal, além das teorias sobre o desvio secundário e a formação de carreiras criminosas, a reincidência é o caminho mais provável diante da estigmatização. Desse modo, do contato reiterado com o sistema penal será possível resultar na sua transformação em inimigo: aquele que possui características que importem uma segurança cognitiva insuficiente de um comportamento pessoal não poderá ser tratado como pessoa⁴⁵⁰.

Diante do que foi possível extrair em comum das justificativas inseridas nessa categoria, é possível resumir o seguinte raciocínio:

Desordem social: Está ocorrendo uma onda de criminalidade juvenil, a qual gera sensação de insegurança na sociedade.

Origem do mal: A sensação de insegurança na sociedade é consequência da percepção social sobre a impunidade do adolescente, em razão da benevolência do ECA.

Solução salvadora: Tornar o Estatuto mais rigoroso virá ao encontro do clamor social, eliminando o descrédito na norma, o medo e o sentimento de insegurança social.

Aqui também é possível resumir as representações compartilhadas pelos deputados, a respeito:

⁴⁵⁰ A proposta do direito penal do inimigo, contraposto ao direito penal do cidadão foi criada por Günther Jakobs, e apresentada pela primeira vez ainda na década de 1980. Atualmente, a ideia foi revista e reapresentada pelo autor na forma de artigos, e tem como base a ideia de que “quem não presta uma segurança cognitiva suficiente de um comportamento pessoal, não só não pode esperar ser tratado como pessoa, mas o Estado não deve tratá-lo, como pessoa, já que do contrário vulneraria o direito à segurança das demais pessoas”. JAKOBS, Günther. Direito penal do cidadão e direito penal do inimigo. In: CALLEGARI, André Luís; GIACOMOLLI, Nereu José. *Direito penal do inimigo: noções e críticas*. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007. p. 42.

- da *sociedade* como um todo orgânico⁴⁵¹;
- da *desordem social* como o descrédito da sociedade no Estatuto da Criança e do Adolescente;
- do *adolescente* autor de ato infracional como um bode expiatório do sistema, cuja “punição” serve para acalmar a sociedade;
- do *ato infracional* como conduta grave que provoca um desequilíbrio na sociedade;
- da *origem do mal* como a impunidade;
- da *solução salvadora* como o aumento da gravidade da resposta estatal ao ato infracional, dirigida aos não-delinquentes no intuito de responder aos seus anseios.

4.1.4 O aumento do prazo de internação irá garantir a efetiva ressocialização do adolescente

A maior parte das justificativas dos projetos em análise trouxe, sob algum enfoque, a ideia de que a medida socioeducativa de internação tem como objetivo a modificação do adolescente. Isso ocorreu isoladamente ou em conjunto com outras

⁴⁵¹ Em termos teóricos, essa visão orgânica da sociedade e a importância atribuída ao clamor social na produção legislativa a respeito da punição podem ser encontradas também na obra do italiano Raffaele Garofalo, datada de princípios do século XX. Ligado ao positivismo de Lombroso e Ferri e baseado, sobretudo, em Spencer, o autor apresenta justamente a sociedade como a fonte na qual o legislador deveria buscar o delito natural. Com o objetivo de definir o crime independentemente da lei penal, Garofalo faz uma extensa análise, chegando à conclusão de que, apesar de as diferentes culturas trazerem consigo valores também diferentes e o repúdio a diferentes condutas, seria possível conceituar o crime natural como aquela conduta que fere os sentimentos de piedade e probidade das pessoas. Ao legislador caberia encontrar na “moralidade média” quais são as condutas repudiadas pela população, em seu senso de “piedade” e “probidade”. Para Garofalo, esse senso moral é encontrado no que ele chama de “opinião pública”: “[...] Por que distinguir o sentimento moral médio, da opinião pública? De onde deriva esta opinião se não do termo médio dos sentimentos morais?”. Assim, o conceito de delito vinculado à violação dos sentimentos de piedade e probidade determina que nem sempre uma conduta, por mais cruel ou injusta que seja, será considerada delito, mas sim apenas aquela que violar esses sentimentos. Isso significa que em caso de guerra, em que são mortos às vezes de maneira cruel os inimigos, não há delito porque não foi ofendido o sentimento de piedade, reservado apenas aos semelhantes. Os inimigos de guerra não podem ser vistos como semelhantes. Para Garofalo, porém, não somente o inimigo externo pode ser objeto de ações cruéis impuníveis. Existem outros que tampouco geram simpatia e sua eliminação não fere o sentimento de piedade e por isso a crueldade praticada contra eles não constitui delito: são eles os inimigos internos, ou criminosos. Desse raciocínio emerge a sua célebre frase: “É, em um certo aspecto, o mesmo caso de uma execução capital: por meio de uma carnificina no campo de batalha, a nação se defende de seus inimigos externos: por meio de uma execução capital, de seus inimigos internos”. O primeiro problema que surge dessa definição de delito natural é amplitude excessiva de seu conceito, de maneira que se pode criminalizar, a partir dele, qualquer tipo de diferença ou de dissidência. GAROFALO, Raffaele. *La criminología: Estudio sobre la naturaleza del crimen y teoría de la penalidad*. Versión española de Pedro Borrajo. Madrid: Daniel Jorro, 1912. p. 62.

funções, em especial as de prevenção geral. Vários termos foram utilizados para designar essa intervenção no indivíduo, tais como: reeducação, ressocialização, recuperação, reintegração social, reencaminhamento para a vida social, reinserção na sociedade.

Fazendo novamente um paralelo com as teorias da pena, trata-se aqui de um tipo de prevenção especial, pois busca agir sobre o indivíduo que delinuiu, mas é positiva porque pretende alterar o seu comportamento e até mesmo a sua personalidade, em alguns casos. Trata-se de uma intervenção do Estado na individualidade através do tratamento realizado durante um período de exclusão do indivíduo do convívio de sua comunidade de origem, privando-o de liberdade e inserindo-o em um ambiente no qual os seus convivas compartilham da mesma situação.

Zaffaroni trata essa função e suas teorias justificadoras sob o título *ideologias re*: todas possuem a intenção de melhorar o infrator. Apesar de sua evidente crise na atualidade, seja pelas mudanças no capitalismo, que já não pressupõe a necessidade de fabricação de operários em um contexto de excesso de mão de obra e necessidade de encontrar uma utilidade para os consumidores falhos; seja pela comprovação, através das ciências sociais, de que a privação da liberdade deteriora a identidade do criminalizado e do prisionizado, é ela ainda sustentada na lei e na dogmática penal e infracional, pois esses âmbitos pouco foram impactados pelos estudos sociológicos referidos⁴⁵².

No âmbito da criança e do adolescente, sua utilização é ainda mais comum, em razão de que o próprio Estatuto atribui o título de *medidas socioeducativas* para designar a resposta do Estado ao cometimento de ato infracional, inclusive a de privação da liberdade. Nos projetos de lei analisados, a educação é vista praticamente como um sinônimo de ressocialização. A ideia de integração social é menos comum.

Como visto na revisão da literatura sobre o ato infracional e as medidas socioeducativas (tópico 1.2.3), os autores se dividem na interpretação sobre o que

⁴⁵² A institucionalização total e prolongada cria, para a criança e para o adolescente, um quadro de referências que permeia toda a sua vida cognitiva, afetiva e emocional, que norteia todas as suas relações e que dita as suas respostas comportamentais. Enquanto interna, toda a busca da pessoa por aprovação, valorização e reconhecimento se dá dentro deste quadro de referências que é a antítese da vida, pois valoriza atitudes, comportamentos e coisas que fora da instituição são rejeitadas e estigmatizadas. SILVA, Roberto da. O que é institucionalização/prisionização. *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, ano 4, n. 7 e 8, 1º e 2º sem. 1999, p. 125-133. p. 128.

significa essa *socioeducação*. O fato é que o Estatuto não traz sequer uma vez a palavra *ressocialização*, e a lei do SINASE traz uma vez apenas quando fala do Programa Individual de Atendimento. Dentre os objetivos declarados pelo SINASE para as medidas socioeducativas, não consta também essa função, estando presente, porém, a de “*integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais*”⁴⁵³.

A educação aparece tanto no Estatuto quanto no Sinase como direito dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa e não como o seu objetivo. Sendo assim, torna-se difícil afirmar que a medida deva pretender modificar o indivíduo ou impor valores a ele. Até porque isso violaria o seu próprio direito de liberdade de pensamento, de crença etc. Além disso, integração social importa em liberdade e não na sua privação. Defender a posição contrária seria aceitar a perspectiva menorista que entende a privação de liberdade como um bem ao adolescente, e, portanto, as propostas para o aumento de seu prazo e para a não concessão de benefícios seriam aplaudidas e não rechaçadas. Daí que surja a necessidade premente de demonstrar o quanto o discurso da *ressocialização* aparece, nos mais diferentes meios, em especial no político, no jurídico e no midiático com o objetivo de travestir a privação de liberdade de um grande bem que se faz ao adolescente, justificando o fim dos seus limites.

Nos projetos de lei analisados, a representação da medida é claramente de *ressocialização* através da privação de liberdade, levando às últimas consequências o paradoxo de se querer incluir através da exclusão⁴⁵⁴. Tanto é assim que o argumento mais comum é o que vem carimbado com a expressão “a bondade dos bons”, de que fala García Méndez: deve-se aumentar o prazo de internação do adolescente para que o Estado tenha mais tempo para educá-lo e garantir um bom retorno à sociedade. É o caso do PL 114/2007, do deputado Alberto Fraga (PFL): “O que se deseja não é a punição pura e simples do menor infrator, mas a ampliação dos tempos legais para que este possa ser realmente preparado para a vida em sociedade; procura-se, assim, proteger as pessoas em geral e o próprio

⁴⁵³ BRASIL. *Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012*. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm> Acesso em: 02 set. 2012.

⁴⁵⁴ BARATTA, Alessandro. *Resocialización o control social: por un concepto crítico de “reintegración social” del condenado*. In: ELBERT, Carlos Alberto; BELLOQUI, Laura (orgs.). *Criminología y sistema penal: Compilación in memoriam*. Buenos Aires: Julio César Faira, 2004.

adolescente. A medida proposta é mais educativa que punitiva”⁴⁵⁵. Com a mesma argumentação, eis um trecho do PL 179/2007, do deputado Alexandre Santos (PMDB):

A medida proposta deve ser entendida como de caráter educativo - e não punitivo. Tendo em vista que a grande maioria desses menores não encontra conforto social e educativo nos ambientes em que vivem, seria de grande valia se o Estado pudesse assumir o compromisso de reencaminhá-los - por meio de um prazo maior - para a vida normal na sociedade⁴⁵⁶.

Em ambos os trechos os deputados partem rebatendo possíveis críticas: no primeiro, faz sobressair o objetivo educativo do aumento do prazo de internação em relação ao punitivo; no segundo, afirma que sequer existe um sentido punitivo, sendo ele apenas educativo. No primeiro, o deputado usa o termo *menor infrator* para designar o adolescente, explicando que o aumento do prazo de internação servirá para a sua proteção – e também da sociedade. Nesse caso, é possível observar que o reconhecimento dos problemas sociais existentes no Brasil, e a relação realizada entre esses problemas e o ato infracional acaba transformando a medida, através do discurso, em um meio de superação dessas dificuldades enfrentadas pelos jovens. Essa é uma clara estratégia de legitimação do discurso, utilizada muito frequentemente: “fazer coisas para os outros, especialmente os pobres, os inocentes, os vulneráveis, é bem-visto em nossa sociedade e pode ajudar o processo de justificação”⁴⁵⁷. Na prática, porém, *proteção* é uma palavra já destituída de sentido no campo da criança e do adolescente, pois a sua mera menção parece legitimar qualquer ação, por mais vulneradora de direitos dos *protegidos* que ela seja. O uso da figura retórica do eufemismo aparece novamente: se o objetivo é garantir educação, trata-se de uma questão de política social e não correcional. A longa internação tem aqui um sentido punitivo apenas encontrado por detrás das palavras de negação desse caráter.

No segundo, o termo usado para referir-se ao adolescente é *menor*, e sua representação está evidente: são adolescentes que não encontram “conforto social e educativo nos ambientes em que vivem”. Traduzindo, o deputado compreende que a maior parte dos adolescentes que cumprem a medida de internação são pobres. E

⁴⁵⁵ PL 114/2007.

⁴⁵⁶ PL 179/2007.

⁴⁵⁷ REYES, Antonio. Strategies of legitimization in political discourse: from words to actions. *Discourse & Society*, 22 (6), p 781-807. Sage, 2011. p. 801. Tradução livre do original em inglês: “Doing things for others, especially the poor, the innocent, the vulnerable, is well-perceived in our society and can help the process of justification”.

ele está certo. Não que os demais não pratiquem atos contrários à lei, mas o sistema se volta apenas contra um número ínfimo de atos infracionais. Mas a seletividade evidenciada na fala do deputado confere com os fatos em função da infracionalização secundária. O trecho vem demonstrar, contudo, que ela está presente também na infracionalização primária. Para os legisladores, *menor infrator* é sinônimo de *adolescente pobre*. Evidencia-se aí a relação perversa, mas profundamente consolidada no imaginário social, de que a pobreza gera criminalidade. Os efeitos nefastos dessa fórmula ficam evidentes na ação das agências do sistema penal: busca-se a criminalidade onde se acredita que ela será encontrada.

O aumento do prazo de internação nessa segunda proposta aparece quase como uma caridade oferecida pelo Estado ao adolescente – que é apresentado como uma vítima do sistema (ou do acaso, por ter nascido em um meio social desfavorecido), já que não teve acesso à educação – e, simultaneamente, como um risco à sociedade, a qual somente poderá aceitá-lo de volta após muitos anos de intervenção estatal retardada no seu encaminhamento à vida normal. O que vem a ser *vida normal* para esse deputado? Que valores estão pressupostos nessa qualificação? Os adolescentes levam uma *vida anormal*? A partir de que ponto de referência?

Uma resposta parece ser aquela apresentada no PL 3858/2012, do deputado Toninho Pinheiro (PP): o trabalho subalterno ao qual jovens pobres estariam destinados é visto como algo muito desejável, em oposição à prática de atos infracionais. Nesse projeto, a bifurcação entre jovens trabalhadores e jovens “criminosos” está na proposição que constrói políticas de incentivo ao trabalho dos jovens de 14 a 18 anos direcionadas ao público de classe social baixa como uma alternativa ao que literalmente se lê como “[...] o caminho do mal”⁴⁵⁸. A justificativa do projeto se mostra, assim, impregnada pelo preconceito social que estabelece uma relação determinista entre pobreza e crime.

Como continuidade dessa proposta é possível relacionar o PL 346/2011, do deputado Hugo Leal (PSC) demonstrando os caminhos do disciplinamento, especialmente dos pobres, da fábrica à prisão: a ausência de oportunidade de trabalho para os adolescentes é vista como uma das causas da prática de atos

⁴⁵⁸ PL 3858/2012.

infracionais, e as internações com trabalho e estudo obrigatórios, e cujo prazo se propõe aumentar, são uma forma de desviar a história de vida do indisciplinado. Nesse mesmo projeto, apesar de haver um apelo à necessidade da educação e do trabalho nas instituições de internação, entendendo-a como um bem ao adolescente, ficam evidentes nas frases subsequentes da justificativa o reconhecimento de sua função latente de pena: “as internações também sinalizam uma melhor aplicação da ferramenta de *punição* para responsabilizar aqueles que cometeram atos infracionais considerados”⁴⁵⁹. Assim, o PL 3858/2012 e o PL 346/2011 se complementam no tratamento conferido aos adolescentes pobres.

Dois caminhos são apresentados aos jovens: o do disciplinamento pelo trabalho (o bem) e o do crime (o mal). Para garantir que o primeiro seja o escolhido, entra em ação o trabalho educativo proposto pelo PL 3858/2012. Se, porém, isso não ocorre, entra em ação a punição através da privação da liberdade (um mal) cumulada com a formação profissionalizante dos internados e, portanto, o seu tardio disciplinamento (um bem): é o que propõe o PL 346/2011⁴⁶⁰.

Esse imaginário representa uma excelente forma de exercício de poder dos grupos hegemônicos. Como nota Rauter, “Dar ao desemprego uma conotação patológica, ao trabalho propriedades curativas, caracterizar a miséria como decorrente de características morais (ociosidade, ausência de “hábito de residência”, etc.) são estratégias que permitem estender a ação disciplinar do Estado sobre os setores miseráveis da população”⁴⁶¹.

Essa relação da pobreza com o crime é também o principal mote do PL 4603/2009, de autoria do deputado Vital do Rêgo Filho (PMDB), o qual trabalha, em uma só proposição, com a mesma bifurcação: de um lado, a prevenção do crime através do trabalho, “impedindo aos que passam por privações financeiras que se lancem no crime como forma de sobrevivência”⁴⁶²; de outro lado, para aqueles que ingressam nesse âmbito, prevê o aumento do prazo de internação para cinco anos e a liberação compulsória apenas aos 23 anos. Tudo isso com o pretexto da proteção às crianças e adolescentes, como se lê no trecho a seguir: “[...] estamos propondo algumas alterações na legislação aplicada à criança e ao adolescente, a fim de

⁴⁵⁹ PL 346/2011.

⁴⁶⁰ BUDÓ, Marília De Nardin. De vítimas a bandidos: o caráter equívoco do tratamento da infância e da adolescência nos projetos lei propostos na Câmara dos Deputados. *Anais do IV Seminário Nacional Sociologia & Política*. Curitiba: UFPR, 2012. Disponível em: <http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais2012/pdfs/gt15/s3/budo_marilia.pdf> Acesso em: 01 mai. 2013.

⁴⁶¹ RAUTER, Cristina. *Criminologia e subjetividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2003. p. 65.

⁴⁶² PL 4603/2009

atualizar suas normas, adequando-as às necessidades dos novos tempos, *visando à proteção, integridade e os direitos fundamentais de nossas crianças e adolescentes* [...]”⁴⁶³. Novamente, o disciplinamento através da longa privação de liberdade do adolescente é visto como um bem, assim como é ele declaradamente compreendido como sujeito de direitos. Mas, na prática, a proposta contempla o agravamento da medida socioeducativa da internação, ou seja, em última análise, o objetivo é o mesmo daqueles parlamentares que compreendem o adolescente escancaradamente como bandido. De qualquer maneira, os trechos buscam legitimar, através do discurso educativo como um bem aos adolescentes, o aumento do prazo de privação de liberdade. Mascara-se, assim, o fato de esse ser um meio extremamente gravoso de inflição de dor.

Essa percepção fica ainda mais evidente no PL 395/2007, do deputado Márcio França (PSB):

*Esclareça-se, que o aumento do período máximo de internação é dirigido ao Estado, que já falhou anteriormente na implementação de políticas públicas e em medidas protetivas voltadas à criança e ao adolescente em situação de risco pessoal ou social, para que disponha de mais tempo, quando necessário, para educar e socializar o adolescente infrator apto a absorver os ensinamentos e as regras de conduta para se viver em harmonia na sociedade*⁴⁶⁴.

O eufemismo contido nesse trecho é de uma hipocrisia nua: tudo se passa como se a ampliação do limite da internação fosse um direito do adolescente do qual o Estado é devedor por ter falhado na prevenção do ato infracional. Essa representação repete o que foi visto anteriormente sobre a “cara” do adolescente e seu pertencimento à pobreza, pois são esses que precisam de políticas públicas e medidas protetivas na percepção menorista compartilhada pelo deputado. As categorias “situação de risco” e “vulnerabilidade”, apesar de não serem previstas no Estatuto, que se destinou a todas as crianças e não apenas a algumas, costumam ser instrumentalizadas tais como a “situação irregular” do código de menores, de tal maneira que a relação abandono-infração permanece intacta no imaginário social sobre a criança e o adolescente e o ato infracional, acompanhada de um problema ainda mais delicado: enquanto no código de menores a categoria vinha prevista e conceituada, no Estatuto não há essa previsão, chegando-se ao ponto de, sob a máscara da proteção integral, fazer uso dos conceitos e instrumentos do paradigma

⁴⁶³ PL 4603/2009.

⁴⁶⁴ PL 395/2007.

menorista, sem qualquer limite⁴⁶⁵. Quem define o risco? Quem define a vulnerabilidade?⁴⁶⁶ A tendência é a de que sejam utilizadas as mesmas características de antes: o rol do art. 1º da Lei 6.697 de 1979 permanece na ativa, bem como toda a estigmatização de que é portador.

Nessa passagem fica clara a visão orgânica e equilibrada da sociedade: “para viver em harmonia com a sociedade”. Ao mesmo tempo, traz uma bifurcação implícita: apenas poderão viver em harmonia com a sociedade aqueles que estiverem “aptos para absorver os ensinamentos e as regras de conduta” através do “benefício” da internação prolongada. Ao dizer isso, o autor pressupõe que existem pessoas inaptas para tanto. Essa inaptidão é traduzida como *doença mental grave* em sua proposta, e a consequência de sua detecção – através de uma perícia psiquiátrica obrigatoriamente realizada em todos os adolescentes condenados – é a aplicação de uma medida de segurança por tempo indeterminado, cumprida através de tratamento ambulatorial ou internação em hospital de custódia. As características hospitalares do estabelecimento de internação são encaradas pelo deputado como um direito do adolescente *perigoso*. A medida durará enquanto não cessar a periculosidade, sempre atestada por uma junta médica.

Essa não é a única proposta de inclusão de medidas de segurança por tempo indeterminado e cujo término é pautado na cessação da periculosidade: no período analisado, somam-se sete propostas⁴⁶⁷. A esse respeito cabem as observações realizadas no tópico 1.2.2 quanto às relações dos saberes *psi* com o saber jurídico na área da infância e juventude, as quais estão permanentemente em crise, e ao mesmo tempo consolidando-se, como se percebeu nas semelhanças entre a medida socioeducativa de internação e a medida de segurança.

O elemento da periculosidade era o que faltava para completar essas semelhanças: terminologia já utilizada no Judiciário, também no Legislativo é um critério considerado científico. Apesar de a palavra aparecer numerosas vezes nos documentos analisados, nenhuma vez é ela definida, sendo sua averiguação

⁴⁶⁵ TONIAL, Cleber. Situação de risco = Situação irregular: Por uma questão de princípios. *Site da Justiça da Infância e da Juventude do Estado do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <http://jjj.tj.rs.gov.br/jjj_site/docs/DO_UTRINA/SITUA%C7%C3ODERISCO.HTM> Acesso em: 28 mar. 2013.

⁴⁶⁶ Para uma análise da aplicação desse conceito no Superior Tribunal de Justiça, cf. BUDÓ, Marília De Nardin. Vulnerabilidade, exclusão, seletividade: o menorismo vivo nas decisões do STJ sobre o ato infracional. In: *Anais do XXII Encontro Nacional do Conpedi*. Curitiba: Boiteux, 2013.

⁴⁶⁷ PL 2847/2000; PL 2588/2003; PL 395/2007; PL 7208/2010; PL 347/2011; PL 348/2011; PL 1052/2011.

sempre destinada à atividade dos técnicos provenientes de outras áreas. Mistura-se aí a possibilidade de tratamento e modificação do adolescente com a sua impossibilidade, casos em que a neutralização entrará para garantir a defesa da sociedade. Como visto anteriormente, o imaginário da modernidade costuma ser empregado pelos deputados para justificar suas propostas de enrijecimento do Estatuto, porém, a referência à periculosidade é um exemplo evidente do enorme retrocesso incorporado nas medidas propostas: o Decreto-Lei 6026/1943, de Getúlio Vargas trazia exatamente a mesma previsão, como referido no 1.2.2. A obrigatoriedade de realização de laudos psiquiátricos para avaliar todos os adolescentes condenados é uma proposta que vem se reiterando, e vem sendo aplicada em algumas regiões do país⁴⁶⁸.

O trecho do parecer com substitutivo ao PL 7008/2010 aprovado pela CSPCCO, redigido pelo deputado Laerte Bessa (PSC), também busca legitimar o aumento do prazo de internação com um discurso de benefício individual ao adolescente:

Entendemos o espírito da proposta *que busca amenizar os problemas da violência social*, equacionando o aumento do tempo máximo de internação a que um adolescente pode ser submetido de forma a permitir que o Estatuto da Criança e do Adolescente, tenha uma melhor adequação à realidade, *dando aos profissionais envolvidos, mais tempo para as suas ações em prol do adolescente*⁴⁶⁹.

Além das justificativas que trazem o objetivo de causar um bem ao adolescente através da melhora em suas condições pessoais como decorrência do prazo de internação, há aqueles mais voltados às necessidades de defesa social, sobretudo quando tratam do objetivo de integração social através da internação. É o caso do PL 4753/2009, de autoria do deputado Osório Adriano (DEM): “Nesse sentido, o presente projeto aperfeiçoa o Estatuto para que o jovem infrator de crimes

⁴⁶⁸ Nessa importante questão psiquiátrica, não se pode deixar de visualizar tudo o que Foucault teorizou a respeito das relações entre saber e poder, em especial quanto à produção do delinquente pelo discurso científico do século XIX, e que se reproduz até os dias atuais. Cabe aqui inserir suas palavras: O laudo psiquiátrico, mas de maneira geral a antropologia criminal e o discurso repisante da criminologia, encontram aí uma de suas funções precisas: introduzindo solenemente as infrações no campo dos objetos susceptíveis de um conhecimento científico, dar aos mecanismos da punição legal um poder justificável não mais simplesmente sobre as infrações, mas sobre os indivíduos; não mais sobre o que eles fizeram, mas sobre aquilo que eles são. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 37 ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 23.

⁴⁶⁹ BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Parecer ao PL 7008/2010. Relator Deputado Laerte Bessa. 16 jun. 2010. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=E911DB38E4A2F75AC92EFD401609180B.node2?codteor=780933&filename=Tramitacao-PL+7008/2010> Acesso em: 22 jan. 2012.

considerados graves pela nossa sociedade possa receber medida de internação para retornar ao convívio social”⁴⁷⁰. Questiona-se aqui a crença de que *através* da internação o indivíduo vá desenvolver as habilidades necessárias para o convívio social, apostando-se novamente no já tão referido paradoxo da inclusão através da exclusão. Do mesmo modo, no trecho seguinte, do mesmo PL:

A instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente (lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) veio proporcionar meios capazes de atender, razoavelmente, ao objetivo essencial de *preservar os direitos do menor*, necessitando porém *aprimoramento* dos seus dispositivos a fim de adequá-los à realidade vivenciada pelas nossas comunidades e obrigar o Estado a propiciar aos menores infratores de maior gravidade o atendimento específico necessário à sua reeducação e recuperação para o convívio social⁴⁷¹.

O Estatuto é representado no trecho como uma legislação surgida com o objetivo de preservar os direitos da criança e do adolescente (no trecho, designado por *menor*). Ao contrário de se opor diretamente a esse objetivo, o autor busca aproximar sua proposta dessa compreensão, demonstrando que a alteração visa ao aprimoramento da lei, no sentido de atender às necessidades de *menores infratores de maior gravidade*. Da forma como apresentada a alteração, o trecho indica ser o aumento do prazo de internação uma forma de preservar direitos dos adolescentes, mesmo quando afirma que o objetivo final é a “recuperação para o convívio social”, pressupondo a sua incapacidade original.

O PL 6923/2002, do deputado Pompeo de Mattos (PDT), é interessante não apenas pelo estilo léxico adotado para designar os destinatários das medidas socioeducativas, mas também pela sua percepção a respeito dos objetivos da internação:

Em que pese o aumento do elenco das medidas sócio educativas, propiciando que a internação deixasse de ser a mais usada entre as atitudes frente à adolescência ‘problemática’ - que gera problemas ou que sofre os tais problemas - persiste o entendimento de que é o jovem infrator quem deve ser modificado e não a sociedade⁴⁷².

Segue, então expondo sua preocupação em “[...] conciliar o adequado tratamento ao menor, com medidas eficazes de proteção da integridade física e moral dos cidadãos”⁴⁷³. O trecho evidencia a oposição entre o *menor* e os *cidadãos*. *Menor é o adolescente problemático* – “que gera problemas ou que sofre com tais

⁴⁷⁰ PL 347/2011.

⁴⁷¹ PL 4753/2009.

⁴⁷² PL 6923/2002.

⁴⁷³ PL 6923/2002.

problemas” – e que não pertence à cidadania. Essa expressão traz à memória a expressão utilizada pela Funabem, na década de 1970, para designar o grupo social com quem essa fundação se preocupava: o “menor-problema social”⁴⁷⁴. Ainda segundo o trecho em análise, a sociedade, a que pertencem os cidadãos, deve permanecer harmoniosa em torno de suas crenças e valores, devendo o adolescente que gera problemas a essa sociedade ser modificado. Aí está a descrição perfeita da prevenção especial positiva, especialmente em suas primeiras definições correcionalistas datadas do século XIX.

Um dos argumentos mais contundentes a questionar as propostas de aumento do prazo de internação é a sua incoerência com os princípios da brevidade e excepcionalidade, previstos no art. 121 do Estatuto.⁴⁷⁵ Diante dessa possível crítica, várias são as posturas adotadas nos projetos. Alguns simplesmente ignoram a contradição, destacando em seus textos esses princípios e ainda assim propondo o aumento do prazo de internação⁴⁷⁶. Em outros, há a mera exclusão desses princípios do *caput* do art. 121 do Estatuto, sem sequer fazer menção a eles na justificativa⁴⁷⁷. Há ainda os que os mantêm, mas excepcionam a sua aplicabilidade em alguns casos, como, por exemplo, atos infracionais análogos a crimes hediondos⁴⁷⁸. Por fim, destaca-se aqueles que optam por argumentar no sentido de afastar o que seria uma apenas aparente contradição⁴⁷⁹.

Esse último caso é o do PL 7398/2010, de autoria da deputada Rita Camata (PSDB)⁴⁸⁰. Conhecedora que era do SINASE e de toda a principiologia que o abalizou, a deputada se preocupou em demonstrar a coerência de sua proposta:

⁴⁷⁴ BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *O “menor-problema social” no Brasil e a ação da FUNABEM*. Rio de Janeiro: MPAS, 1976. p. 21.

⁴⁷⁵ Esses princípios estão previstos também na Convenção Internacional dos Direitos da Criança (alínea b do art. 37), nas Regras de Beijing (regra 19) e nas Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens privados de liberdade (ponto 2).

⁴⁷⁶ Exemplos: PL 1895/2011; PL 2628/2003; PL 2754/2008.

⁴⁷⁷ Exemplos: PL 165/2007; PL 7208/2010; PL 2588/2003.

⁴⁷⁸ Exemplos: PL 120/2007; PL 165/2007.

⁴⁷⁹ Exemplos: PL 7008/2010; PL 7398/2010.

⁴⁸⁰ A deputada Rita Camata foi a relatora da comissão especial que elaborou o substitutivo da Câmara aprovado em 2009 ao PL 1627/2007, que posteriormente se transformou no SINASE com a edição da Lei 12594/2012. Essa lei, como explicado anteriormente, coerente com a doutrina da proteção integral e com o Estatuto veio complementá-lo. O trabalho da deputada Rita Camata foi de excepcional importância na sua transformação em lei. Contudo, no ano de 2010 e, portanto, após a aprovação do SINASE na Câmara, a deputada propôs o PL 7398/2010 com o objetivo de aumentar o prazo de internação para cinco anos, e da idade para a liberação compulsória para 23 anos, o que, aparentemente, parece ser uma contradição. No mesmo ano de 2009 a deputada saiu do PMDB e filiou-se ao PSDB, o que talvez explique a mudança de postura.

É necessário, porém, entendê-la no âmbito do SINASE e dos recentes avanços que temos promovido no atendimento socioeducativo. É importante observar a manutenção da garantia dos princípios da brevidade, da excepcionalidade e do respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, os quais asseguram o *cumprimento da medida socioeducativa de internação no prazo mínimo necessário para o atendimento a cada caso específico*. Além do que, a medida socioeducativa de internação continuará sendo reavaliada a cada seis meses. O projeto reforça ainda, a necessidade do respeito ao que determina o SINASE na aplicação da medida, o que inclui o PIA - Plano Individual de Atendimento⁴⁸¹.

A deputada apresenta a sua interpretação do princípio da brevidade, não tanto relacionado ao prazo máximo de duração da internação previsto abstratamente na lei, mas sim à permanência do adolescente pelo tempo mínimo necessário, e essa duração varia de caso a caso. Entrega, então, ao Judiciário, e, é claro, aos grupos interdisciplinares encarregados de reavaliar os adolescentes periodicamente, a definição do que significará, no caso concreto, a obediência ao princípio da brevidade. Ao mesmo tempo, porém, amplia as possibilidades de manutenção da privação da liberdade justificando, assim, a retirada de direitos e a infligção de dor com o objetivo de cura, como um bem, a possibilidade de o tratamento se adequar melhor à realidade.

Para finalizar a análise dos projetos dessa categoria, insere-se abaixo um trecho do já referido PL 6923/2002:

É necessário conciliar o adequado tratamento ao menor, com medidas eficazes de proteção da integridade física e moral dos cidadãos. *É inaceitável* que menores homicidas, estupradores, sequestradores, assaltantes de bancos, enfim, jovens introduzidos no mundo do crime pesado, precisam muito mais do que cumprir um breve período em uma instituição, como se a pouca idade atenuasse a gravidade dos delitos. Nesse aspecto, *é indispensável* que os casos graves de infração sejam tratados com mais dedicação e tempo. O prolongamento da internação de menores infratores graves em instituição adequada - associada ao devido acompanhamento profissional - servirá para afastar o jovem do crime, dando-lhe uma nova oportunidade de vida. Pela presente proposta, à (sic) critério do Juiz de Menor (sic), o prolongamento do período de internação poderá estender-se aos 24 anos de idade, desde que respeitando-se os devidos limites legais. *É através da internação prolongada, com condições de recuperação e profissionalização, que se pode propiciar ao adolescente a construção de um projeto de vida*. O que se pretende é criar mecanismos, que os preparem para sua inserção futura na sociedade, sem precipitação, possibilitando garantir, inclusive, seu espaço no mercado de trabalho⁴⁸².

Esse trecho traz representações bastante confusas tanto sobre o adolescente quanto sobre a medida socioeducativa. Em um primeiro momento, o autor se utiliza

⁴⁸¹ PL 7398/2010.

⁴⁸² PL 6923/2002.

de uma estratégia de enunciação que permite criar o efeito de verdade inabalável da argumentação apresentada [“é necessário”, “é inaceitável”, “é indispensável”], para esclarecer que o adequado tratamento ao “menor” corresponde à proteção da integridade moral e física dos “cidadãos”. Na frase seguinte, ele esclarece quem é o “menor”, e provavelmente por que ele se opõe aos “cidadãos”: homicidas, estupradores, sequestradores e assaltantes de banco. Percebe-se aí o emprego de uma estratégia de demonização como forma de legitimar a grave medida por ele proposta. Porém, ao mesmo tempo em que deixa clara a sua representação social dos indesejáveis para quem ele está legislando, busca modificar o discurso para disfarçar o que seria uma percepção retributiva através do uso da palavra “tratamento”, indicando, então, a filiação a uma percepção da medida de internação mais reintegradora do que excludente. A transição entre o discurso punitivo derivado da caracterização do “menor” para o discurso reintegrador é evidente em um aparente erro contido na mesma frase: o autor começa dizendo que “é inaceitável” para concluir assim: “precisam muito mais do que cumprir um breve período em uma instituição”. Ou seja, a frase não faz o menor sentido se lido fora da possível intenção por detrás. Segue então com o discurso correccionalista pleno de eufemismos a explicar porque a internação prolongada é um bem ao “menor”, dando-lhe “nova oportunidade de vida”, “a construção de um projeto de vida”, “um espaço no mercado de trabalho”.

De uma maneira geral, várias críticas podem ser realizadas às funções *re* atribuídas à privação de liberdade. Algumas delas são assinaladas abaixo, com base em Zaffaroni *et. al.*: 1) as ciências sociais comprovaram que a criminalização secundária deteriora a identidade do criminalizado e do prisonizado; 2) além de deteriorante a prisão possui efeito regressivo, “ao condicionar o adulto a controles próprios da etapa infantil ou adolescente, eximindo-o das responsabilidades inerentes à sua idade cronológica”⁴⁸³; 3) as condições das prisões também levam a elevados riscos de morte e a evidentes penas corporais, contrárias também a seu ideal de melhoramento individual do preso; 4) por pressupor a pena como um bem, oculta-se a sua natureza dolorosa; 5) isso leva a consequências políticas complicadas: “a medida da pena será aquela necessária para realizar a ideologia *re* que for sustentada (ressocialização, reeducação, reinserção, repersonalização,

⁴⁸³ ZAFFARONI, E. Raúl; BATISTA, Nilo; SLOKAR, Alejandro; ALAGIA, Alejandro. *Direito penal brasileiro*. v. I. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 126.

reindividualização, reincorporação); 6) o delito é tido como um sintoma de inferioridade, ou seja, é apenas o que levará o problema ao conhecimento do Estado, a partir daí o que deve ser estudado é o indivíduo, para ser transformado; 7) com esse discurso o Estado de direito é substituído por um Estado de polícia paternalista clínico ou moral, conforme seja o melhoramento policial-biológico-materialista ou ético-idealista.

Hoje a deslegitimação dessas teorias é tão evidente que vêm sendo sustentadas apenas para evitar a transformação dos presídios em campos de concentração. Na esfera da infância e da juventude é nessa categoria que estão incluídos os discursos menoristas mais emblemáticos. A “bondade dos bons” de que fala García Méndez aparece em todos os momentos, de maneira a buscar transformar discursivamente o que é uma privação de direitos em uma maravilhosa panaceia cheia de oportunidades⁴⁸⁴.

Nessa categoria se localizam todos os discursos políticos que poderiam ser considerados de esquerda dentre os analisados, e conforme os critérios expostos na nota de rodapé nº 319. Propostas do PDT, PCdoB e PSB se unem a esses discursos, muitos aparentemente bem intencionados, mas mal informados. Na sua maior parte, porém, a representação do adolescente e do ato infracional denuncia a postura menorista dos autores dos textos.

A partir dos trechos analisados, nota-se que há um compartilhamento de percepções por parte dos deputados, mesmo que para isso seja necessário generalizar. Assim, percebe-se a representação:

⁴⁸⁴ O eufemismo é uma estratégia típica do discurso político e pode ser encontrado nos mais diversos âmbitos. Talvez o conjunto de eufemismos mais conhecidos e paradigmáticos sejam aqueles utilizados para legitimar socialmente as decisões de Hitler quanto ao extermínio dos judeus na Alemanha Nazista. A construção de uma “regra de linguagem”, ou seja, de eufemismos e mentiras empregados linguisticamente pelos oficiais nazistas para nomearem suas ações, foi um método vitorioso de manipulação da própria memória. Exemplo disso é a raridade de se encontrar “documentos em que ocorram palavras ousadas como ‘extermínio’, ‘eliminação’ ou ‘assassinato’”. ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 100. Para designar assassinato, usava-se os codinomes “solução final”, “evacuação” (*Aussiedlung*), e “tratamento especial” (*Sonderbehandlung*). “A deportação [...] recebia os nomes de “reassentamento” (*Umsiedlung*) e “trabalho no Leste” (*Arbeitseinsatz im Osten*)”. ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 100. Esse sistema de linguagem não apenas dava nomes diferentes a condutas terríveis, mas permitia construir outro conceito, pois com tais designações essas eram condutas terríveis justificadas, sendo essa “uma questão de vida ou morte para os alemães, que tinham de aniquilar seus inimigos ou ser aniquilados”. Portanto, observa Arendt que “o efeito direto desse sistema de linguagem não era deixar as pessoas ignorantes daquilo que estavam fazendo, mas impedi-las de equacionar isso com seu antigo e ‘normal’ conhecimento do que era assassinato e mentira”. ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 101.

- da *sociedade* ainda como um todo orgânico;
- da *desordem social* como o aumento da criminalidade juvenil;
- do *adolescente* autor de ato infracional como resultante de uma falha no disciplinamento, acarretada por uma “situação de risco” na infância. Eles dividem-se em recuperáveis – capazes de absorver as normas sociais através de um tratamento– e os irrecuperáveis – incapazes de mudar sua conduta, também chamados de perigosos;
- do *ato infracional* como mero sintoma de um problema maior a ser tratado;
- da *origem do mal* como a ineficiência do Estado no disciplinamento;
- da *solução salvadora* como o aumento do prazo de internação, ou o fim de seu limite máximo com o objetivo de agir sobre o adolescente e modificá-lo, de maneira a torná-lo inofensivo à sociedade.

4.1.5 O aumento do prazo de internação deverá manter a sociedade segura enquanto os adolescentes perigosos estiverem privados de liberdade

Da análise das justificativas dos projetos de lei foi possível verificar que a defesa social está presente em todas as categorias, mesmo quando se trata da prevenção especial positiva, que tem por objetivo intervir no adolescente. Neste quinto grupo de representações sobre as funções da medida socioeducativa de internação estão aqueles trechos de justificativas que exibiram a defesa social da maneira mais nua: neles entende-se que ela somente será atingida através da incapacitação do adolescente autor de ato infracional.

Essa função também é tratada na esfera individual, e, portanto, visa a intervir no adolescente. Entretanto, seu objetivo não é modificá-lo através da internação, mas apenas prevenir fisicamente um risco – o de que ele venha a vulnerar a sociedade. Mantê-lo privado de liberdade é o meio mais fácil de ter a certeza de que não voltará a praticar atos infracionais, ao menos não fora da instituição total onde se encontra. Como observam Zaffaroni, Batista et. al., o objeto da prevenção especial negativa é o indivíduo, para neutralizar os efeitos de sua inferioridade, atribuindo a ele um mal, em troca de um bem para a sociedade. Segundo os autores, essa teoria costuma ser utilizada quando as demais fracassam em seus

objetivos⁴⁸⁵.

No plano da realidade social, diferentemente das demais funções da pena, a função de prevenção especial negativa cumpre exatamente com aquilo que promete: seu êxito está na morte e demais impedimentos físicos eficazes para suprimir condutas posteriores do mesmo sujeito. Já no plano teórico, apresentam a sua incompatibilidade com o conceito de pessoa, estando fora do conceito de direito. Trata-se, sobretudo, de eliminar um risco. É o caso do trecho do PL 2523/2003, do deputado Moroni Torgan (PFL):

O que pretendemos com a presente proposição não é o aumento do tempo de internação do menor como mera retribuição ou vingança da sociedade. É preciso que se tenha em mente que, para quem mata, três anos (ou menos) de internação não são suficientes para fazer o agente retornar à sociedade sem o risco de cometer novos homicídios ou outros crimes. A medida que propomos é, assim, uma forma de defesa da própria sociedade, que estará mais segura se as pessoas capazes de matar ficarem privadas da liberdade por mais tempo⁴⁸⁶.

De todas as propostas analisadas, há apenas duas em que os deputados fazem questão de eliminar qualquer conteúdo utilitário da medida de internação, tornando-a meramente punitiva e retributiva, como visto no tópico 4.1.1. Nas demais, o conteúdo punitivo está também presente, mas ele não é defendido claramente, é necessário buscá-lo através da análise do discurso.

Mesmo na categoria prevenção especial negativa, os deputados buscam ocultá-lo. É o que aparece na primeira frase do trecho acima: o autor busca demonstrar a utilidade da internação longa para a sociedade. Na segunda frase ele acaba trazendo uma perspectiva correccional, de modificação do sujeito antes de retorno à sociedade. Porém, logo a seguir, na última frase fica evidente a função de neutralização: a segurança da sociedade depende da privação longa da liberdade dos adolescentes capazes de matar. Ao final da justificativa, o deputado encerra com a seguinte exortação: “Pelas razões expostas, entendemos que o momento é adequado para que o Congresso Nacional aprove esta medida, apresentada *em defesa da nossa sociedade*”⁴⁸⁷.

O argumento da defesa social permite justificar numerosas formas de ação. O argumento racista que legitimou a dominação de uns grupos sobre os outros e que

⁴⁸⁵ ZAFFARONI, E. Raúl; BATISTA, Nilo; SLOKAR, Alejandro; ALAGIA, Alejandro. *Direito penal brasileiro*. v. I. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 126.

⁴⁸⁶ PL 2523/2003.

⁴⁸⁷ PL 2523/2003.

justificou, levando às últimas consequências, numerosos genocídios, como o dos índios e negros na América, mas também o dos judeus, homossexuais, ciganos, doentes mentais etc. na Alemanha nazista, também teve como base a defesa da sociedade.

Aqui o argumento da contenção parece se legitimar através da brutalização e demonização dos jovens:

Em alguns casos, a internação do adolescente é a única medida necessária e suficiente para resguardar os direitos das vítimas e, basicamente, de toda a Sociedade, que não podem continuar suportando o verdadeiro escárnio de ver em liberdade aqueles que praticaram, com requintes de profissionalismo, maldade e crueldade, crimes gravíssimos, e continuar a assistir imobilizadas a constante escalada de crimes graves praticados por menores de 18 anos, tais como torturas, estupros, homicídios e latrocínios, entre outros⁴⁸⁸.

O objetivo da internação parece ser aqui a proteção das vítimas e da sociedade, no sentido de que, privando de liberdade o agressor, há a certeza de sua anulação. A conduta atribuída é a de crimes gravíssimos, mas não é só: são torturas, estupros, homicídios e latrocínios. E não termina aí: esses crimes são praticados com requintes de profissionalismo, maldade e crueldade. Está-se, enfim, a descrever um monstro, uma verdadeira ameaça de que a sociedade se deve livrar. O aumento do prazo de internação aparece como a solução salvadora, já que formas mais literais de neutralização não poderiam ser aceitas no ordenamento jurídico brasileiro. Corroborando com essa perspectiva, o trecho do PL 4295/2004, do Pastor Francisco Olímpio (PSB):

Soltar um menor delinqüente envolvido em crimes hediondo (sic) é colocar a sociedade em risco através de um elemento. Para tais pessoas portadora (sic) de psicopatia, reconhecida socialmente, onde precisa de um aprofundamento legístico (sic), precisa-se do desdobramento de um período. Outrossim, acreditamos, ainda que a alteração proposta na Lei supra citada vem ao encontro dos anseios das vítimas, que por força da lei, vêem os seus algozes, soltos na rua⁴⁸⁹.

O argumento da eliminação do risco aparece abertamente na primeira frase: por que colocar toda uma sociedade – do bem – em risco através da liberação de um elemento – um *menor delinqüente*? O deputado o caracteriza como psicopata, fazendo uso de uma definição da psiquiatria para conferir caráter científico ao discurso. A partir do raciocínio realizado, conclui que o *menor delinqüente* possui um

⁴⁸⁸ PL 2628/2003.

⁴⁸⁹ PL 4295/2004.

transtorno mental e se constitui em um risco. Os anseios das vítimas são invocados para forçar a identificação dos receptores do texto, já que ninguém se identifica com o algoz.

Trata-se novamente de recorrer à legitimação do discurso através da apresentação de um bem maior: defender a sociedade. Mas eles não são quaisquer indivíduos. Não demora para que se visualize as distinções realizadas pelos deputados aqui: o argumento da periculosidade, nascido da criminologia positivista na ótica da anormalidade e inferioridade dos criminosos, aparece em nada menos do que doze projetos dentre os analisados.

Todo o conteúdo protetivo ligado ao Estatuto aqui fica no vácuo, assim como o objetivo de integração social. Essa não costuma ser, contudo, uma postura generalizada, adotada contra todos os adolescentes autores de atos infracionais. Há aqui uma evidente separação entre aqueles para quem as demais funções já são suficientes, e os outros, em quem já não é mais possível depositar qualquer esperança. É o que aparece no PL 7208/2010, do deputado William Woo (PPS):

Verificamos, portanto, que a prática de atos infracionais graves ou de excepcional gravidade, por um adolescente, revela, na maioria dos casos, um *estado de periculosidade* fruto de alteração, distorção ou deformação da personalidade ou do caráter, motivadas por inúmeros fatores incidentes sobre determinadas pessoas na sua fase de formação e desenvolvimento. Quanto maior a distorção e a deformação causadas pela influência do processo de deseducação - às vezes muito mais ativo e ponderável que o processo educacional (este não raramente ausente ou deficiente) - tanto maior será a possibilidade de o adolescente vir a ser dotado de *elevado grau de periculosidade*, principalmente se estiver sujeito a uma condição orgânico - constitucional, ou neuropsíquica, ou sofrer traumas e frustrações agravantes de sua agressividade, mormente quando lhe faltar o senso ético ou a capacidade de inibir desejos e impulsos compatíveis com a deformação e a distorção acima referidas. *O fato é que, se de um lado existe possibilidade de corrigir, tratar, reeducar e reformar um grande contingente de jovens infratores, de outro lado a realidade revela que muitos adolescentes atingem um acentuado nível de degeneração de comportamento e são praticamente refratários aos processos terapêuticos e sócio-educativos*⁴⁹⁰.

Esse trecho elucida bem a demarcação de dois tipos de adolescentes, junto a dois tipos diferentes de interpretação da medida de internação. Enquanto para uns a prevenção especial positiva é entendida como eficaz, para outros, por vários motivos, não existe a possibilidade de nela apostar. O que distingue uns dos outros é a *periculosidade*. Como já dito, esse vocábulo aparece em doze projetos de lei, todos com o mesmo intuito: criar uma bifurcação na lei que diferencie aqueles que

⁴⁹⁰PL 7208/2010.

possuem condições de receber um *tratamento* conforme ao estatuto, com prazo máximo fixado, e com todas as garantias trazidas pela lei, podendo se *recuperar*, e aqueles cujo tratamento deverá ser longo, por tempo indeterminado, sem prazo máximo, com privação de liberdade e com término condicionado à cessação da periculosidade. Assim, se todas as demais funções da privação da liberdade falharem é na neutralização que se buscará a defesa social.

A definição de periculosidade é definida nos seguintes termos: 1) “alteração, distorção ou deformação da personalidade ou do caráter, motivadas por inúmeros fatores incidentes sobre determinadas pessoas na sua fase de formação e desenvolvimento”; 2) “uma condição orgânico - constitucional, ou neuropsíquica, ou sofrer traumas e frustrações agravantes de sua agressividade, mormente quando lhe faltar o senso ético ou a capacidade de inibir desejos e impulsos compatíveis com a deformação e a distorção acima referidas”; 3) “não apenas a periculosidade presumida em razão de o autor do ato infracional sofrer de doença mental, ou da dependência absoluta de droga, mas também aquela que se revela e se exterioriza em gravíssima conduta anti-social”⁴⁹¹; 4) o pertencimento ao crime organizado desde já indica a periculosidade⁴⁹².

O PL 395/2007, do deputado Márcio França (PSB), por exemplo, busca explicar quem são os adolescentes que se inserem no rótulo de perigosos, para quem estariam previstas as medidas de segurança por tempo indeterminado:

De outro lado, estabelecemos a previsão de aplicação de medidas de segurança, direcionadas àqueles adolescentes infratores, considerados como de alta periculosidade, que não dispõem de recursos internos próprios para a assimilação de um processo socializador, tais como os adolescentes com retardo mental de alta periculosidade, os psicóticos que não respondem a medicamentos e, principalmente, os psicopatas portadores de personalidade anti-social, sempre aferidos mediante perícias psiquiátricas e testes projetivos de personalidade⁴⁹³.

Como visto no tópico 1.2.2 vem ocorrendo hoje uma verdadeira psiquiatrização da Justiça da Infância e da Juventude, a ponto de os testes psiquiátricos serem solicitados a todo tempo pelos juízes, mesmo quando os adolescentes não apresentam sinais de qualquer doença mental. Trata-se de uma generalização da perspectiva patológica sobre o ato infracional e, claro, mais uma característica a aproximar a medida socioeducativa das medidas de segurança.

⁴⁹¹ PL 7208/2010.

⁴⁹² PL 4617/2009

⁴⁹³ 395/2007

Esse trecho deixa claro o importante papel desempenhado pelos psiquiatras na construção de um discurso científico sobre o autor do ato infracional, algo que já foi há muito estudado por Foucault e que parece se aprofundar.

4.2 Vítimas, bandidos e doentes mentais: o adolescente autor de ato infracional no discurso dos deputados federais

Muito do que se buscará sistematizar nesse tópico, a respeito das representações sociais dos adolescentes autores de ato infracional no discurso dos deputados, já foi, de alguma maneira, apresentado nas seções anteriores. O objetivo aqui será, então, apenas o de organizar as ideias e, principalmente, aprofundar a análise agora relacionada à imagem do adolescente. Essa representação é um pressuposto para as proposições, pois é a partir dela que os deputados pensam as políticas que pretendem implementar em relação às medidas socioeducativas. Como os discursos analisados são justificativas de projetos de lei que buscam o aumento do prazo de internação dos adolescentes autores de ato infracional, é evidente que essa representação será compatível com a proposta. Ou seja, dificilmente um desses discursos traria a imagem do adolescente como sujeito de direitos, tal como o Estatuto determina, pois os deputados estão justificando propostas infracionalizadoras, as quais, em geral, costumam vir sustentadas por atores de um perfil político conservador, como visto anteriormente na pesquisa quantitativa.

Para essa análise, pretende-se iniciar pelo estudo do estilo léxico utilizado para designar os adolescentes, para, a seguir, apresentar as representações a partir de outros elementos dos discursos.

Dentre os diferentes termos utilizados para designar o adolescente infracionalizado, os mais representativos foram “menor”⁴⁹⁴, junto de suas variações “menor infrator”⁴⁹⁵ e “menor delinquente”⁴⁹⁶. Foram raras as vezes em que a palavra adolescente foi utilizada e normalmente ela vinha acompanhada, por vezes no mesmo parágrafo, de pelo menos uma menção àqueles termos. O próprio juiz da

⁴⁹⁴ Alguns projetos nos quais houve o uso do termo “menor” são: PL 4753/2009; PL 109/2007; PL 120/2007; PL 157/2007; PL 4808/2009; PL 7008/2010.

⁴⁹⁵ O termo “menor infrator” foi utilizado, por exemplo, nos seguintes projetos: PL 114/2007; PL 157/2007; PL 177/2007; PL 179/2007; PL 2215/2007; PL 2575/2003; PL 2847/2000; PL 5037/2001; PL 7008/2010; PL 852/2003; PL 3503/2012; PL 4753/2009; PL 4808/2009; PL 5035/2001; PL 719/2007; PL 852/2003; PL 904/2003.

⁴⁹⁶ PL 4295/2004.

vara da infância e juventude foi tratado em alguns desses projetos como “juiz de menores”, com toda a carga de sentidos que seguem esse termo. Desde já a escolha desses termos tem uma importante implicação a respeito da representação dos adolescentes. O termo “menor”, isolado, como substantivo tem origem recente, e data do início do século XX. Nasce para designar aquela criança ou adolescente considerados marginalizados, seja pela situação de abandono, seja pela infração. Ocorre que desde o momento em que essa expressão foi cunhada ela esteve ligada a uma imagem: aquela que o caracteriza como “criança pobre, totalmente desprotegida moral e materialmente pelos seus pais, seus tutores, o Estado e a sociedade”⁴⁹⁷.

O uso reiterado desse termo implica, portanto, em uma evidente seletividade: só será objeto de uma medida de internação o menor, o que significa dizer que crianças e adolescentes que não pertencem, no imaginário social, a essa categoria, não são os destinatários dessa medida. Daí que mesmo praticando atos análogos a crimes e contravenções, esses adolescentes possuem escassas chances de serem infracionalizados, e, principalmente, de sofrerem uma medida de internação.

Significa dizer que, longe da transição realizada pelo Estatuto na busca por considerar sujeitos de direitos todas as crianças e adolescentes, os deputados trabalham com um conceito ligado à doutrina da situação irregular, com todo o sentido moralista, seletivo e estigmatizante que ele carrega. Em termos estruturais, essa representação do adolescente autor de ato infracional possui uma evidente funcionalidade: reproduz a ideia de que o infrator pertence às classes “marginalizadas” da sociedade, imunizando os demais grupos sociais quando praticam as suas condutas danosas, justificando a ação das agências de controle quando elas buscam a infração nos bairros pobres. Simultaneamente, trata de buscar disciplinar o que seria um grupo não subserviente, e, caso isso não seja possível, construir para ele uma carreira de institucionalização, que vai do abrigo, ainda na infância – figura que deveria ter sido extinta com o surgimento do Estatuto, mas que ainda persiste – à prisão, já na idade adulta. Mais uma vez, visualiza-se a ideologia menorista que trabalha no sentido da tutela e, sobretudo, da “bondade dos bons”, que esconde a ideologia da defesa social.

Além de “menor”, “menor infrator” e “menor delinquente”, que remetem ao

⁴⁹⁷ LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito menor. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991. p. 129-145. p. 135.

menorismo, há termos mais dotados de uma forte conotação punitiva. É o caso de “bandidos”⁴⁹⁸, “assassinos frios”⁴⁹⁹, “menores homicidas, estupradores, sequestradores, assaltantes de bancos”⁵⁰⁰. Como a representação do adolescente corresponde à medida proposta pelo seu autor, os projetos que trazem esse estilo léxico costumam ser mais punitivos e menos voltados à ideia de ressocialização ou proteção. No caso do uso dos termos “adolescentes infratores”⁵⁰¹, “adolescentes envolvidos em infrações”⁵⁰² e “adolescentes que praticam crimes”⁵⁰³, normalmente é mais difícil de reconhecer uma identidade. A segunda opção, por exemplo, vem acompanhada de uma proposição bem menos punitiva ou tutelar do que as demais. Por fim, a categoria dos jovens⁵⁰⁴: “jovens delinquentes”⁵⁰⁵, “jovens infratores”⁵⁰⁶, “jovens que praticam graves delitos”⁵⁰⁷. Aqui também não há como estabelecer um padrão, especialmente em relação à primeira opção, quando utiliza “delinquentes” como adjetivo, termo arraigado ao positivismo criminológico.

De qualquer maneira, o que há em comum na maior parte das justificativas é o uso das expressões “menor”, “adolescente” ou “jovem” adjetivadas com “infrator”, “delincente”, “bandido”, “assassino” etc. Essa construção transmite a ideia de que o adolescente que pratica um ato infracional possui em si uma diferença em relação aos outros adolescentes, o fato de a conduta proibida pela norma ter marcado a sua biografia. Nesse caso, o simples fato de praticar o ato infracional seria o suficiente para que sua identidade se transformasse, e de adolescente ele passasse a se constituir como adolescente infrator. Essa leitura parte de uma perspectiva que entende ter o ato infracional um status ontológico, que existe por si, sem a necessidade de reação social. Porém, como visto anteriormente, a sociologia do desvio norte-americana nascida na década de 1960 afastou essa compreensão ao explicar que “(...) *os grupos sociais criam o desvio ao fazer as regras cuja infração constitui o desvio*, e por aplicar ditas regras a certas pessoas em particular e

⁴⁹⁸ Por exemplo, nos projetos PL 4808/2009 e PL 179/2007.

⁴⁹⁹ Por exemplo, no PL 109/2007.

⁵⁰⁰ PL 6923/2002.

⁵⁰¹ PL 114/2007, PL 385/2007, PL 3967/2008, PL 4753/2009, PL 852/2003.

⁵⁰² PL 165/2007.

⁵⁰³ PL 322/2007.

⁵⁰⁴ PL 346/2011.

⁵⁰⁵ PL 7008/2010.

⁵⁰⁶ PL 3444/2004, PL 6923/2002.

⁵⁰⁷ PL 322/2007.

qualificá-las como *outsiders*”⁵⁰⁸. Assim, antes do “etiquetamento”, ou seja, da reação social, o infrator não existe. “O desviante é uma pessoa a quem se pode aplicar com êxito aquela etiqueta; o comportamento desviante é o comportamento assim etiquetado pelas pessoas”⁵⁰⁹.

Por mais que provavelmente os autores do projeto não tenham racionalizado as consequências do uso desses termos, a partir de uma análise crítica se visualiza que eles desempenham funções importantes na reprodução do senso comum sobre o crime e o ato infracional: ao dizer que o adolescente etiquetado como infrator é o infrator, retira-se o foco da cifra oculta da criminalidade/infração, deixando de lado também o fato de que a criminalidade/infração é ubíqua e o que determina a seleção de alguns adolescentes está muito longe de ser apenas a conduta praticada. É, isso sim, um efeito da distribuição desigual das imunidades, relacionada aos estereótipos: o pertencimento a um grupo social qualificado no imaginário social como *outsider* é frequentemente o suficiente para que a criminalização ou infracionalização ocorram. A vulnerabilidade ao sistema penal, segundo Zaffaroni *et. al.* é proporcionalmente maior quanto maior for a correspondência do indivíduo com o estereótipo do criminoso/infrator⁵¹⁰. Significa dizer que a prática de atos infracionais por adolescentes é a regra, e não a exceção⁵¹¹. A parcela mais significativa dos atos infracionais praticados pela juventude em geral é tolerada, resolvida através de medidas alternativas adotadas pela família e pela comunidade da qual o jovem faz parte, configurando a cifra obscura dos atos infracionais. Assim, as expressões “adolescente infrator” ou mesmo “adolescente autor de ato infracional” não são exatas: se na prática todos ou quase todos os adolescentes praticam atos contrários à legislação penal, o que os distingue exatamente é o fato de uns terem sido rotulados como tais pelo próprio sistema de justiça juvenil e outros

⁵⁰⁸ BECKER, Howard. *Outsiders: Studies in the sociology of deviance*. New York: The Free Press, 1996. p. 9. Tradução livre do original em inglês: “[...] *social groups create deviance by making the rules whose infraction constitutes deviance*, and by applying those rules to particular people and labelling them as outsiders. From this point of view, deviance is *not* a quality of the act the person commits, but rather a consequence of the application by others of rules and sanctions to an ‘offender’”.

⁵⁰⁹ BECKER, Howard. *Outsiders: Studies in the sociology of deviance*. New York: The Free Press, 1996. p. 9. Tradução livre do original em inglês: “The deviant is one to whom that label has successfully been applied; deviant behavior is behavior that people so label”.

⁵¹⁰ ZAFFARONI, E. Raúl; BATISTA, Nilo; SLOKAR, Alejandro; ALAGIA, Alejandro. *Direito penal brasileiro*. v. I. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p 49.

⁵¹¹ SANTOS, Juarez Cirino dos. O adolescente infrator e os direitos humanos. *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, ano 5, n. 9 e 10, 1º e 2º sem. 2000, p. 169-179.

não⁵¹².

Quanto à representação dos adolescentes, é possível desenhar alguns padrões construídos pelos deputados:

O adolescente vítima: parte da caracterização do infracionalizado como aquele que não teve boas condições sociais, não teve acesso à educação e aos demais direitos sociais, e, por isso, teria ingressado no que os deputados chamam de “o mundo do crime”⁵¹³ ou “o caminho do mal”⁵¹⁴. Trata-se daquele que, mesmo sem que o Estatuto tenha previsto tal categoria, é hoje designado na Justiça da Infância e Juventude como “em situação de risco”, ou “em perigo”⁵¹⁵. Também pode ser aqui inserido o adolescente que, por ingenuidade, acaba sendo aliciado por adultos para a prática de atos infracionais. É ele uma vítima da sociedade ou dos adultos. Quando ele é assim representado, a função da medida de internação é aquela de prevenção especial positiva, destinada a prover ao adolescente os direitos de que foi privado por sua condição social, ao mesmo tempo em que contribui para sua regeneração, recuperação, ressocialização etc. A internação é vista como um bem ao adolescente, uma oportunidade para que mude de vida e chegue ao mundo do trabalho. É nessa representação que aparece mais claramente a função de disciplinamento, bem como os dois pares deterministas: pobreza-criminalidade e abandono-infração. As palavras menor, menor infrator, adolescente e adolescente infrator são as mais comumente empregadas para designá-lo. De uma maneira geral não especifica os atos infracionais, e não utiliza a emoção como estratégia de legitimação. Ainda, o adolescente é compreendido como recuperável através da medida de internação.

O adolescente bandido: consciente de todas as consequências de seus atos, busca fazer uso do Estatuto para se desresponsabilizar, em especial em infrações graves, como aquelas análogas a crimes hediondos. Age com escárnio perante as vítimas e a sociedade amedrontada, desafiando a lei por prazer. A referência à sua

⁵¹² SANTOS, Juez Cirino dos. O adolescente infrator e os direitos humanos. *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, ano 5, n. 9 e 10, 1º e 2º sem. 2000, p. 169-179.

⁵¹³ PL 6923/2002; PL 4617/2009; PL 346/2011.

⁵¹⁴ PL 3858/2012.

⁵¹⁵ A crítica à expressão “criança e adolescente em situação de risco” advém do status ontológico atribuído ao “risco”: risco de quê, em relação a quem ou ao quê? Essa expressão, usada isoladamente tem exatamente o mesmo efeito do que a antiga “situação irregular”, ou mesmo a maldadada “vulnerabilidade”. Se o que se quer referir é a violação ou ameaça de violação de direitos, então é isso o que deve ser dito, especificando, portanto, qual é o risco, qual é a ameaça, não fazendo aderir à criança e ao adolescente o rótulo, como se deles fizesse parte.

condição social é realizada, por exemplo, em passagens nas quais os deputados mencionam a certeza da impunidade nos subúrbios⁵¹⁶, de modo que esse adolescente dificilmente seria identificado fora do estereótipo de jovens pertencentes aos grupos mais vulneráveis da população. De maneira geral é considerado recuperável através do sistema socioeducativo, desde que passe por um período longo de privação de liberdade conjugada com estudo e trabalho. Com base nessa representação social, a medida de internação é apresentada como passível de atingir pelo menos quatro objetivos: a dissuasão, dado que se trata de um adolescente saudável, inteligente e racional, que pode realizar um cálculo de custo e benefício antes de agir; caso essa primeira função falhe, a internação tem como função a prevenção especial positiva, para que, através do disciplinamento perceba a necessidade de mudança; a retribuição através da proporcionalidade da medida em relação à gravidade do ato; a prevenção geral positiva, no sentido de que a punição desse adolescente racional serviria para que a sociedade mantivesse o crédito na validade da norma.

O *adolescente perigoso*: construído a partir da gravidade das condutas praticadas ou de sua biografia/personalidade/conduta social/saúde mental, é visto como alguém incapaz de viver em sociedade, a menos que após longo período de tratamento sua periculosidade cesse. É descrito, em geral, como irrecuperável, em razão de que “não dispõe de recursos internos próprios para a assimilação de um processo socializador”⁵¹⁷. Os psicopatas são especialmente referidos em diferentes fragmentos das justificativas como

[...] mais perigosos e preocupantes, pois são pessoas dotadas de inteligência normal ou até elevada e que, na maioria dos casos, também são articuladas, sedutoras, dissimuladas, etc., entretanto, são desprovidas de afetividade, remorso, ou sentimento de culpa. São indivíduos que não possuem empatia ou sensibilidade ao sofrimento alheio, com a característica essencial de um padrão invasivo de desrespeito e violação dos direitos alheios, que se inicia na infância ou começo da adolescência e persiste na idade adulta⁵¹⁸.

Além disso, a periculosidade também provém da “distorção ou deformação da

⁵¹⁶ BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Voto em separado ao PL 345/2011. Deputada Keiko Ota. 13 jun. 2012. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1001329&filename=Tramitacao-PL+345/2011>

Acesso em: 22 jan. 2012.

⁵¹⁷ PL 395/2007.

⁵¹⁸ PL 395/2007.

personalidade ou do caráter”⁵¹⁹, relacionada à história de vida, aos traumas sofridos etc., resultando principalmente no transtorno de conduta antissocial – aquele que motivou a “prisão perpétua à brasileira” analisado no tópico 1.2.2. Observa-se, assim, que o adolescente perigoso pode ter sido antes, um *adolescente vítima* ou “em situação de risco”, mas que, em virtude das “deformidades” causadas, ele passou a ser percebido como um incorrigível. Ele também pode ter sido um *adolescente bandido*, mas em razão das reiterações em atos infracionais passa a ser visto como um perigo para a sociedade. Ademais, ele pode ser simplesmente um *anormal*, na definição Foucaultiana, surgida no fim do século XIX junto com o desenvolvimento da psiquiatria e de seu afastamento da patologia. O adolescente perigoso, no próprio discurso legislativo, será tanto o “monstro humano” quanto o “incorrigível”. O primeiro, caracterizado pelos atos monstruosos em uma definição médico-legal; o segundo, pelo seu caráter pouco propenso à disciplina⁵²⁰. A resposta a essa incorrigibilidade é o “internamento”, praticado em larga escala nesse período.

Para o adolescente perigoso, a medida de internação tem duas funções. Uma que parece ser vista como pouco promissora nesses casos, que é a de prevenção especial positiva. Através de uma longa internação com tratamento psiquiátrico e sem tempo determinado, inclusive sem limite máximo de duração, seria possível em alguns casos que a periculosidade cessasse. Nesses casos, o adolescente seria considerado recuperado e retornaria ao convívio social. Mais coerente com o conceito de “perigo”, todavia, é a prevenção especial negativa, que pretende a neutralização do indivíduo em prol da segurança da população.

A ideia de perigo aliada ao adolescente também é construída através daquela percepção bastante difundida de que o jovem é, em geral, mais facilmente influenciável pelo mundo do crime, o que o torna, simultaneamente, uma potencial vítima e um potencial algoz⁵²¹. Por esse motivo, a “influenciabilidade” também surge como sinônimo de perigo. A esse respeito, Moraes afirma que é frequente ouvir de diferentes profissionais, das mais variadas formações, que os jovens são mais perigosos do que os não-jovens, “porque “são muito influenciáveis”, “ficam muito

⁵¹⁹ PL 7208/2010.

⁵²⁰ FOUCAULT, Michel. *Os anormais*: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

⁵²¹ MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. Juventude, medo e violência. *Ciclo de conferências direito e psicanálise: novos e invisíveis laços sociais*. 2005. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/cursos_eventos/governanca_2006/gover_2006_01_juventude_medo_pedro_bode.pdf> Acesso em: 22 ago. 2012.

mais nervosos”, “nada tem a perder” ou “são frios”, como se tais atributos fossem naturais à idade”. Trata-se, enfim, da legitimação do argumento de que o jovem é representante do perigo e como ameaça à sociedade⁵²².

A TABELA 2 busca sistematizar essas representações sociais:

TABELA 2 – REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO ADOLESCENTE E FUNÇÕES DA MEDIDA DE INTERNAÇÃO

	Retribuição	Prevenção geral positiva	Prevenção geral negativa	Prevenção especial positiva	Prevenção especial negativa
Adolescente vítima		•	•	•	
Adolescente bandido	•	•	•	•	
Adolescente perigoso	•	•		•	•

Fonte: Elaboração própria.

Nessas representações, a conduta praticada também é importante, não tanto por sua danosidade, mas sim, mais uma vez, pelos estereótipos das condutas proibidas que efetivamente são reconhecidas como crime/infração. A representação social de quais condutas devem ser perseguidas pelo sistema também diz muito sobre a representação social do infrator/criminoso. Nos projetos analisados, apesar de existir um número abissal de condutas previstas como crimes e contravenções penais na legislação brasileira, os deputados se referem a não mais do que seis condutas: tráfico de drogas, roubo, homicídio, lesão corporal grave, sequestro e estupro. Além dessas condutas específicas, com frequência são referidos os crimes hediondos, de maneira genérica, muitas vezes pleonasticamente colados ao tráfico de drogas e ao homicídio qualificado.

Ao descreverem essas condutas, os deputados demonstram compartilhar um imaginário segundo o qual o crime/ato infracional que interessa ao sistema de controle é aquele de rua, praticado por desconhecidos contra desconhecidos, com a intenção principalmente de vulnerar o patrimônio individual – mesmo quando resulta em morte – ou relacionado às drogas. Aparece aí uma importante correspondência com os dados de encarceramento de adultos e internação de adolescentes, bem como com o imaginário social construído pela mídia, como se verá na parte II deste

⁵²² MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. Juventude, medo e violência. *Ciclo de conferências direito e psicanálise: novos e invisíveis laços sociais*. 2005. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/cursos_eventos/governanca_2006/gover_2006_01_juventude_medo_pedro_bode.pdf> Acesso em: 22 ago. 2012.

trabalho. Esse caráter seletivo do discurso político demonstra que infracionalização primária e infracionalização secundária são processos de construção social do crime e se desenvolvem de maneira coerente: os crimes cujas penas são as mais graves da legislação brasileira são também os crimes contra o patrimônio, correspondendo à maior parte das condenações e dos presos, além do tráfico de drogas, que aparece em números assombrosos nas prisões e instituições de internação de adolescentes em todo o país.

PARTE II – O DISCURSO SOBRE O ATO INFRACIONAL NA SOCIEDADE MEDIATIZADA

The horrible thing about the Two Minutes Hate was not that one was obliged to act a part, but, on the contrary, that it was impossible to avoid joining in. Within thirty seconds any pretence was always unnecessary. A hideous ecstasy of fear and vindictiveness, a desire to kill, to torture, to smash faces in with a sledge-hammer, seemed to flow through the whole group of people like an electric current, turning one even against one's will into a grimacing, screaming lunatic. And yet the rage that one felt was an abstract, undirected emotion which could be switched from one object to another like the flame of a blowlamp.

George Orwell, 1984.

Não restam dúvidas hoje sobre a centralidade que ocupam as mídias no cotidiano. A relação estabelecida entre os cidadãos e as mídias tradicionais – o jornal impresso, a televisão e o rádio – e as novas mídias – os blogs e redes sociais – é responsável por um fenômeno batizado de mediação da sociedade⁵²³.

Desde o surgimento da máquina de Gutemberg, a possibilidade de mediação através de livros, jornais e mais recentemente meios audiovisuais, vem sendo encarada de maneira ambígua por parte dos setores poderosos da sociedade. A Igreja e os governos queimaram muitos livros pelo receio de que pensamentos subversivos levassem a revoluções populares, o que ocorreu mesmo assim. A própria ideia de liberdade de imprensa não teria sido possível de ser difundida sem os panfletos censurados que traziam os ideais liberais e que possibilitaram as revoluções do século XVIII. A consagração dessa liberdade como direito humano não impediu, contudo, que a censura permanecesse, muitas vezes travestida.

Por outro lado, também diferentes governos fizeram uso da mídia para obter o apoio popular aos seus projetos. As próprias pesquisas sobre a influência da mídia no comportamento humano surgiram no intuito de compreender o fenômeno da propaganda nazista da primeira metade do século XX, que conseguiu angariar partidários em todos os setores da população alemã⁵²⁴. Na ditadura militar brasileira, a mídia era tanto censurada quanto empregada para promover o governo, com a divulgação diária de slogans patrióticos do tipo “Brasil, ame-o ou deixe-o”⁵²⁵.

⁵²³ THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

⁵²⁴ WOLF, Mauro. *Teorie delle comunicazioni di massa*. 22 ed. Milano: Bompiani, 2006. p. 17.

⁵²⁵ GARBOGGINI, Flailda Brito; SANTOS, Rafael Mazotina dos. A Propaganda no Governo Militar: Um estudo exploratório dos 10 primeiros anos de “ditadura militar”. *Anais do XXXII Congresso*

Entre Estado e sociedade na busca pelo acesso ao discurso público, quem de fato logrou obtê-lo da maneira mais ampla possível foram as empresas de comunicação. Se no século XIX os jornais eram caracterizados pelo suporte político conferido a ideologias, dependendo economicamente dos partidos, o século XX viu nascer a notícia transformada em mercadoria, sustentada pela propaganda⁵²⁶.

Não são poucos os criminólogos, sociólogos e juristas que mencionam uma importante interferência da mídia na área criminal. Este trabalho, cujo objetivo perpassa o estudo da maneira como os discursos hegemônicos sobre o ato infracional são produzidos e reproduzidos, bem como surtem efeitos concretos, não poderia deixar de analisar o papel da mídia nesse processo.

Esta parte do trabalho tratará de verificar, primeiramente a partir de revisão bibliográfica, a forma como diferentes estudos vêm mostrando as relações entre crime/ato infracional e mídia em diferentes partes do mundo ocidental (1). Em um segundo momento, parte-se para a análise da cobertura do jornal Folha de S. Paulo sobre o ato infracional, de maneira a identificar as representações sociais do adolescente, do ato infracional e das medidas socioeducativas nesse jornal (2). O terceiro capítulo traz a discussão dos resultados das duas pesquisas empíricas do trabalho, sobre o discurso político e sobre o discurso midiático, estabelecendo as relações entre eles (3). O quarto capítulo, que se encontra ainda em elaboração, trata de investigar as possíveis maneiras de produção de um discurso contra-hegemônico sobre o ato infracional (4).

Brasileiro de Ciências da Comunicação. Curitiba: Intercom, 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-0504-1.pdf>> Acesso em: 31 mar. 2013.

⁵²⁶ TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo*: Por que as notícias são como são. vol. I. Florianópolis: Insular, 2004.

1 MÍDIA, CRIME E JUVENTUDE

Este capítulo busca identificar as relações entre mídia⁵²⁷ e crime através de revisão bibliográfica sobre o tema. Em um primeiro momento, trata de maneira genérica sobre diferentes pesquisas que vêm estabelecendo as relações sobre crime e mídia. Em um segundo momento, traz uma abordagem mais específica sobre mídia, juventude e o ato infracional.

1.1 O discurso jornalístico sobre o crime

Ao passar da fase político-literária, para outra de cunho comercial, o jornalismo teve que suportar diversas modificações na sua estrutura. A busca pelo lucro e a influência da propaganda passaram a ser suas principais características. Nesse novo sistema, os proprietários determinam uma linha editorial capaz de agradar aos públicos e aos anunciantes, na busca por maior lucro. Além disso, a credibilidade dos jornais e sua isenção ideológica passam a ser valores fundamentais. Trata-se de uma verdadeira mudança de perspectiva sobre a função do jornalismo, no qual o discurso da objetividade vem casada com o denunciismo político e acusações de “criminosos”⁵²⁸.

Com a transformação do jornalismo, alguns valores passam a ser identificados para a sua prática, como “a procura da verdade, a independência, a

⁵²⁷ A palavra “Mídia” provém do termo latino “*media*”, que significa mediação. Refere-se nesse trabalho ao conjunto dos meios de comunicação de massa, que realizam a mediação de diferentes tipos de mensagens para o público. Inclui-se, portanto, televisão, rádio, internet, cinema, jornais e outros materiais impressos em grande escala. A expressão independe do gênero de que se trata, ou seja, se é ficção, entretenimento, jornalismo, etc. Já o termo jornalismo, distingue-se por se tratar de uma parte específica do conteúdo da mídia, que se propõe a comunicar ao público fatos verídicos e atuais. Quando o termo mídia for utilizado de maneira genérica, tratará especialmente do conjunto de veículos de comunicação tradicionais e interessados em obter ganhos econômicos através da comunicação social, caracterizados especialmente por uma oligopolização.

⁵²⁸ BUDÓ, Marília Denardin. Jornalismo de Mercado: entre a ética e o espetáculo. In: *Anais da III Semana Acadêmica da Faculdade de Direito da UFSM*, 2003, Santa Maria - RS. Direito e transdisciplinaridade: propostas para uma (re)visão do saber jurídico. Santa Maria - RS: UFSM/CCSH, 2003. p. 259-282.

objetividade e uma noção de serviço ao público”⁵²⁹. Traquina observa que, além da crescente comercialização dos jornais, outra característica dessa fase é a profissionalização dos jornalistas, pessoas que se sustentam através dessa atividade. A pretensa independência política trouxe algumas outras modificações no fazer jornalístico, como a crescente importância dada aos fatos, ficando as opiniões em segundo plano⁵³⁰. A sobreposição do fato sobre a opinião traz uma inversão de valores: privilegia-se o objeto, e não o sujeito, o que dá lugar, então, a um importante postulado histórico do jornalismo, a objetividade.

O reconhecimento da subjetividade dos jornalistas na construção das notícias fez com que fossem introduzidas nos jornais as colunas assinadas, demarcando, assim, o que deveria ser considerado relato de fatos e o que seria opinião. Tuchman fala sobre este momento, quando, em relação às notícias, foram adotados métodos, os quais se tornaram muitas vezes mais importantes do que o próprio conteúdo. Algumas das técnicas seriam “a reunião de provas suplementares, a apresentação de pretensões de verdade que entre si estão em conflito, a ilusão de fatos mediante a familiaridade com os procedimentos policiais e a utilização das aspas”⁵³¹.

Para compreender o funcionamento desse processo de construção da notícia, começou-se a elaborar a partir da década de 1970, nos Estados Unidos, uma linha de pesquisas denominada *newsmaking*. A partir dessa perspectiva – que se constituiu em uma verdadeira ruptura de paradigma na *communication research*, baseada no interacionismo simbólico e na etnometodologia – tornou-se possível investigar a notícia como forma de controle social⁵³². Se, em palavras simples, só é visto o que é mostrado, então as escolhas realizadas diariamente pelos veículos de comunicação importam e muito na compreensão que se tem da realidade.

Essa vertente da pesquisa em comunicação se centra “na importância e no papel dos processos simbólicos e comunicativos como pressupostos da sociabilidade”⁵³³. Em regra, as pesquisas realizadas nessa vertente utilizam o método etnográfico, aplicado ao estudo da redação jornalística, de modo a

⁵²⁹ TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: Por que as notícias são como são*. vol. I. Florianópolis: Insular, 2004. p. 34.

⁵³⁰ TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: Por que as notícias são como são*. vol. I. Florianópolis: Insular, 2004. p. 36.

⁵³¹ TUCHMAN, Gaye. *La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1983. p.174. Tradução livre.

⁵³² BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. A notícia como forma de controle social. *Revista Contracampo*, n. 14, p. 07-18. Niterói, 2006.

⁵³³ WOLF, Mauro. *Teorie delle comunicazioni di massa*. 22 ed. Milano: Bompiani, 2006. p. 125.

compreender os processos organizacionais que condicionam a construção da notícia.

Um dos resultados mais interessantes dessas pesquisas é aquele que sistematizou um conjunto de conhecimentos da prática jornalística, não escrito, mas empregado diariamente para definir quais acontecimentos são noticiáveis e quais não são. Trata-se dos critérios de noticiabilidade ou valores-notícia. Galtung e Ruge buscaram determinar as tipificações, os hábitos que demonstram quais as condições os acontecimentos devem satisfazer para se tornarem notícias⁵³⁴.

Para Hall et. al., o primeiro e mais básico de todos os critérios seria a singularidade, o fora do comum, além de outros, como acontecimentos que envolvem pessoas ou países de elite, acontecimentos dramáticos, que podem ser personalizados, demonstrando tristeza, sentimentalismo e tenham consequências negativas. “Desastres, dramas, a vida dos ricos e poderosos, todos eles encontram lugar nas páginas de um jornal”⁵³⁵. Quanto maior for a pontuação de determinado fato, mais noticiável ele será, ganhando capa no caso do jornal impresso e interrupções na programação normal de uma emissora de televisão⁵³⁶. Na prática, “[...] quanto mais negativo, nas suas consequências é um acontecimento, mais probabilidades tem de se transformar em notícia”⁵³⁷.

Apesar de grande parte desses critérios continuar válida para definir a noticiabilidade de um fato, autores como Jewkes procuram atualizá-los, de modo a adaptá-los ao desenvolvimento dos meios de comunicação ocorrido nos últimos quarenta anos. Para a autora, doze valores-notícia costumam ser utilizados como

⁵³⁴ GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe. Structuring and selecting news. In: COHEN, Stanley; YOUNG, Jock. *The manufacture of news: Deviance, social problems and the mass media*. London: Sage, 1981. p. 52-63. Os critérios sistematizados por esses autores se dividiram em: critérios substantivos, critérios relativos ao produto, critérios relativos ao meio, critérios relativos ao público e critérios relativos à concorrência. Nos critérios substantivos, foram relacionados o grau e o nível hierárquico dos indivíduos envolvidos, o impacto sobre o interesse nacional, a quantidade de pessoas envolvidas, a possibilidade de evolução futura do caso, o interesse do público. Nos critérios relativos ao meio, foram incluídos a boa imagem do material captado, o formato etc. Nos critérios relativos ao produto, encontram-se a brevidade, a atualidade, a qualidade e o equilíbrio. A capacidade de o fato interessar e entreter são critérios relativos ao público, assim como a estrutura narrativa e a importância do fato. A importância dada ao fato pela concorrência também é um critério de noticiabilidade: as expectativas recíprocas e a possibilidade de um furo de reportagem são considerados na construção da notícia.

⁵³⁵ HALL, Stuart et. al.. The social production of news: mugging in the media. In: COHEN, Stanley; YOUNG, Jock. *The manufacture or news: Deviance, social problems & mass media*. p. 335-367. London: SAGE, 1981. p. 225.

⁵³⁶ HALL, Stuart; CRITCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John; ROBERTS, Brian. *Policing the crisis: mugging, the state, and law and order*. London: Macmillan, 1978.p. 54.

⁵³⁷ WOLF, Mauro. *Teorie delle comunicazioni di massa*. 22 ed. Milano: Bompiani, 2006. p. 183.

critérios de noticiabilidade atualmente. São eles: “entrada, previsibilidade, simplificação, individualismo, risco, sexo, celebridade ou pessoas de status elevado, proximidade, violência, imagem ou espetáculo gráfico, crianças, ideologia conservadora e diversão política”⁵³⁸.

De qualquer maneira, o que esses critérios e características demonstram é que as notícias tais como são apresentadas, não são inevitáveis. São produtos de escolhas, as quais não podem ser compreendidas sem uma análise dos interesses políticos e econômicos vinculados aos anunciantes e mesmo ao perfil ideológico dos dirigentes das empresas jornalísticas. A objetividade jornalística, a partir desses estudos, torna-se uma quimera, utilizada como um ritual estratégico pelos jornalistas para conferir credibilidade aos seus relatos⁵³⁹. Para Tuchman, as instituições que possuem o cargo de distribuir as notícias nada mais são do que fábricas ideológicas⁵⁴⁰. Elas não espelham a realidade: “ajudam a construí-la como fenômeno social compartilhado, posto que no processo de descrever um acontecimento a notícia define e dá forma a esse acontecimento”⁵⁴¹.

Nesse processo de definição é escolhido o que será visto e o que permanecerá oculto. Como nota Fishman, o poder da mídia está justamente nesse processo de definir para onde as atenções do público irão se voltar, afinal “[...] o que está ‘realmente acontecendo’ é idêntico ao que as pessoas prestam atenção”⁵⁴². Em seu estudo, também etnográfico, o autor chega à conclusão de que em determinado tempo e espaço é possível criar um acontecimento social de grande repercussão apenas através da ênfase conferida a fatos a ele relacionados, sem que haja tal relação ou que isso seja proporcionalmente justificável.

A mídia representa os pontos de vista conceituais da sociedade sem a demonstração de rupturas. Quando elas existem, ou são ignoradas, ou são tratadas de forma negativa. Hall et. al. procura mostrar como a mídia reproduz as definições

⁵³⁸ JEWKES, Yvone. *Media & Crime*. Los Angeles: Sage, 2004. p. 40. Tradução livre do original em inglês: “Threshold, predictability, simplification, individualism, risk, sex, celebrity or high-status persons, proximity, violence, spectacle or graphic imagery, children, conservative ideology and political diversion”.

⁵³⁹ TUCHMAN, Gaye. Objectivity as strategic ritual: an examination of newsmen's notions of objectivity, *The American Journal of Sociology*, v. 77, n. 4, jan. 1972, p. 660-679.

⁵⁴⁰ TUCHMAN, Gaye. The news' manufacture of sociological data. *American Sociological Review*, v. 41, n. 6, dec. 1976, p. 1065-1067.

⁵⁴¹ TUCHMAN, Gaye. *La producción de la noticia*. Estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona: G. Gili., 1983. p. 197-198. Tradução livre do original em espanhol: “[...] la noticia no espeja la realidad. Ayuda a constituirla como fenómeno social compartido, puesto que en el proceso de describir un suceso la noticia define y da forma a ese suceso”.

⁵⁴² FISHMAN, Mark. *Manufacturing the news*. Austin: Paperback, 1988.

dos poderosos sem estar necessariamente a seu serviço, o que se daria de duas formas: com a cobertura excessiva de acontecimentos pré-agendados, tornando a atividade mais fácil e barata, porém, fazendo com que os jornalistas dependam da instituição promotora⁵⁴³. A outra forma é justamente quando, na busca pela credibilidade, com a utilização de fontes dignas de crédito, os jornalistas terminam por privilegiar as vozes oficiais. Representantes de instituições sociais importantes conferem caráter objetivo e imparcial às afirmações da mídia.

1.1.1 A hierarquia de credibilidade e o problema do acesso

Pelo fato de os acontecimentos não poderem ser noticiados em toda a sua complexidade e grandeza, opera-se, necessariamente, um enquadramento, ou seja, é extraído um fragmento da totalidade. É como uma moldura, que realiza, ao mesmo tempo, um corte e uma focalização: “um corte porque separa um campo e aquilo que o envolve; uma focalização porque, interditando a hemorragia do sentido para além da moldura, intensifica as relações entre os objetos e os indivíduos que estão compreendidos dentro do campo e os reverbera para um centro”⁵⁴⁴.

A definição dessa moldura é justamente operada pelos critérios organizacionais vistos anteriormente. Porém, dentro desse processo produtivo ocupam um lugar central as fontes da notícia. Essas são partes essenciais da coleta de informações, tendo em vista que na maior parte das vezes o jornalista não está presente no momento dos acontecimentos, além de não ter conhecimento suficiente para tratar das especificidades inerentes aos diferentes assuntos abarcados pela notícia. Constituem fontes aquelas pessoas ou instituições que fornecem informações ao jornalista.

Dentro dos moldes a que as tipificações o vinculam, o jornalista tem certa flexibilidade em relação à organização jornalística para cobrir os fatos, tendo em vista que seu trabalho se dá em campo, sem uma supervisão direta. Assim, a forma como encontrar as fontes, a relação com elas estabelecida, as informações que conseguirá coletar a partir do encontro com elas e o relato que fará é flexível e

⁵⁴³ HALL, Stuart; CRITCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John; ROBERTS, Brian. *Policing the crisis: mugging, the state, and law and order*. London: Macmillan, 1978. p. 57.

⁵⁴⁴ MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAUD, Maurice; ORTO, Sérgio Dayrell (org). *O jornal: da forma ao sentido*. p. 49-84. Brasília: UNB, 2002. p. 61.

condiciona o resultado do trabalho. O desenvolvimento do trabalho do repórter está impregnado, entretanto, pelo profissionalismo, ou seja, o que o faz saber como conseguir um relato que satisfaça as necessidades e as pautas da organização⁵⁴⁵. Para Michael Schudson, as fontes são o segredo profundo e obscuro do poder da imprensa⁵⁴⁶.

As fontes credíveis geralmente são fontes institucionais, ou seja, ligadas às instituições formais da sociedade, principalmente as ligadas ao poder político e econômico. As fontes institucionais normalmente gozam de uma credibilidade inerente à sua posição.

Em definitivo, o uso de fontes graduadas que possam ser citadas como pretensões de verdade passa a converter-se em um recurso técnico desenhado para distanciar o repórter dos fenômenos identificados como fatos. As citações de opiniões de outras pessoas são apresentadas para criar uma trama de fatos que mutuamente se validam a si mesmos⁵⁴⁷.

A utilização de aspas é uma forma de o jornalista se distanciar do texto, fazendo com que outros afirmem o que ele deseja, assegurando a separação entre fato e opinião. Na percepção de Tuchman, o uso de aspas é um atributo formal do ritual estratégico utilizado pelos jornalistas, de forma a transmitir uma sensação de objetividade, defendendo-se dos ataques violentos da crítica.

A regularidade na utilização de determinadas fontes deve-se ao fato de elas preencherem alguns requisitos importantes para a constância da atividade jornalística. Em primeiro lugar, as fontes que têm informações contínuas suprem a necessidade de dispor de notícias. Da mesma maneira, a produtividade das fontes, a sua proximidade física, a credibilidade, a garantia das informações que repassam e a sua respeitabilidade são os fatores que determinam a permanência de determinadas fontes nas páginas dos jornais⁵⁴⁸. Como nota Schudson, “os repórteres precisam entrevistar não apenas fontes, mas fontes autorizadas”⁵⁴⁹. Em função disso, também há fontes, principalmente as não oficiais que são sub-

⁵⁴⁵ TUCHMAN, Gaye. *La producción de la noticia*. Estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona: G. Gili., 1983. p. 78.

⁵⁴⁶ SCHUDSON, Michael. *The Sociology of News*. New York: Jeffrey Alexander, 2003.

⁵⁴⁷ TUCHMAN, Gaye. *La producción de la noticia*. Estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona: G. Gili., 1983. p. 108. Tradução livre do original em espanhol: “En definitiva, el uso de fuentes graduadas que puedan ser citadas como pretensiones de verdad que se ofrecen pasa a convertirse en un recurso técnico diseñado para distanciar al reportero de los fenómenos identificados como hechos. Las citas de opiniones de otras personas son presentadas para crear una trama de hechos que mutuamente se validan a sí mismos”.

⁵⁴⁸ WOLF, Mauro. *Teorie delle comunicazioni di massa*. 22 ed. Milano: Bompiani, 2006. p. 199.

⁵⁴⁹ SCHUDSON, Michael. *The Sociology of News*. New York: Jeffrey Alexander, 2003.

representadas nas páginas dos jornais.

[...] a rede de fontes que os órgãos de informação estabelecem como instrumento essencial para o seu funcionamento, reflecte, por um lado, a estrutura social e de poder existente e, por outro, organiza-se a partir das exigências dos procedimentos produtivos. As fontes que se situam à margem destas duas determinações, muito dificilmente podem influir, de forma eficaz, na cobertura informativa⁵⁵⁰.

Na percepção estruturalista a que Hall *et. al.* se vinculam, a utilização de fontes oficiais é considerada como o exercício de um papel de definição primária. Para o autor, essa busca incessante por fontes dignas de crédito acaba por se configurar um exagerado acesso por parte dos que detêm posições institucionalizadas privilegiadas, criando “a hierarquia da credibilidade”. Esta preferência da mídia os transforma em “definidores primários” de tópicos.

A definição primária *estabelece o limite* de todas as discussões subseqüentes através do seu *enquadramento do problema*. Este enquadramento inicial fornece então critérios segundo os quais todas as contribuições subseqüentes serão rotuladas de relevantes para o debate, ou irrelevantes⁵⁵¹.

Por privilegiar o aparecimento das fontes oficiais na notícia, toda a definição da forma como deve ser abordado o fato será segundo a ordem dominante, sem a permissão de rupturas ou contradefinições. Nesse sentido, mostra-se o papel do jornalismo na manutenção do *status quo*. “Os filtros do poder nas notícias do delito penetram de forma direta através das fontes que facilitam as informações que depois serão transformadas em notícias”⁵⁵².

Para vários desses autores, o processo jornalístico de divulgação da atividade de controle do crime pelas agências do sistema penal constitui parte dessa atividade de controle. Para Ericson *et. al.*, “As notícias envolvem controle através dos processos rotineiros de seleção e classificação dos jornalistas e suas fontes, através da influência das notícias nas fontes, e através da maneira através da qual as

⁵⁵⁰ WOLF, Mauro. *Teorie delle comunicazioni di massa*. 22 ed. Milano: Bompiani, 2006. p. 198. Grifos no original.

⁵⁵¹ HALL, Stuart *et. al.*. The social production of news: mugging in the media. In: COHEN, Stanley; YOUNG, Jock. *The manufacture of news: Deviance, social problems & mass media*. p. 335-367. London: SAGE, 1981. p. 342. Tradução do original em inglês: “[...] the primary definition *sets the limit* for all subsequent discussion by *framing what the problem is*. This is initial framework then provides the criteria by which all subsequent contributions are labelled as ‘relevant’ to the debate, or ‘irrelevant’.”

⁵⁵² BARATA, Francesc. El drama del delito en los *mass media*, *Delito y sociedad*: Revista de Ciencias Sociales, Buenos Aires, año 7, n. 11/12, p. 59-68, 1998. p. 66. Tradução livre do original em espanhol: “Las filtraciones del poder en las noticias del delito penetran de forma directa a través de las fuentes que facilitan las informaciones que después serán transformadas en noticias”.

notícias articulam e influenciam a opinião pública sobre as relações saber/poder na sociedade”⁵⁵³.

A relação da mídia com o direito é fundamental ao se perceber que as notícias que tratam sobre a violação da lei tratam também de como se deve agir “corretamente”. As notícias sobre crimes que trazem as fontes oficiais e se centram no controle “são uma fonte de mitos contemporâneos – narrativas que de uma só vez descrevem e justificam – que nos auxiliam a compreender e expressar sensibilidades sobre a ordem social”⁵⁵⁴. Daí a eficácia das notícias como forma de controle.

Mesmo quando autoridades particulares são mostradas trabalhando arduamente – a polícia investigando, os juízes julgando, os legisladores legislando – é a *autoridade*, mais do que uma autoridade particular desses atores, que é reproduzida. A *autoridade* define como ver o mundo, incluindo o que é justo. *Autoridade* e justiça não mais incorporam relações sociais particulares, mas mitologias culturais sobre essas relações. Através dessas mitologias culturais o direito e a mídia representam a ordem⁵⁵⁵.

Nas notícias sobre crimes essa representação da ordem social permite uma determinada construção da realidade que legitima não apenas o sistema penal vigente como produz a necessidade de ainda mais controle. Normalmente mudanças nas políticas de controle do crime são propostas pelas fontes das notícias, que são também consultadas tanto para explicar o comportamento definido como desviante, normalmente através do argumento do cálculo racional ou do argumento biopatológico⁵⁵⁶.

⁵⁵³ ERICSON, Richard V. BARANEK, Patricia; CHAN, Janet. *Representing order: crime, law and justice in the news media*. Milton Keynes: Open University, 1991. p. 286. Tradução livre do original em inglês: “News involves control through the routine selection and classification procedures of journalists and their sources, through the influence news has on sources, and through the way in which news articulates and influences public opinion about knowledge/power relations in society”.

⁵⁵⁴ ERICSON, Richard V. BARANEK, Patricia; CHAN, Janet. *Representing order: crime, law and justice in the news media*. Milton Keynes: Open University, 1991. p. 342. Tradução livre do original em inglês: “These stories are an important source of contemporary myths – narratives that at once describe and justify – that help us to make sense of, and express sensibilities about, social order. Stories of legal control are central to representing order”.

⁵⁵⁵ ERICSON, Richard V. BARANEK, Patricia; CHAN, Janet. *Representing order: crime, law and justice in the news media*. Milton Keynes: Open University, 1991. p. 344. Tradução livre do original em inglês: “Ultimately it is the authoritative strength of institutions and ‘the system’ that is on view. Even while particular authorities are shown to be hard at work – the police investigating, judges judging, legislators legislating – it is *authority*, more than the particular authority of these actors, that is reproduced. *Authority* defines how to see the world, including what is just. *Authority* and justice no longer embody particular social relations but cultural mythologies about those relations. Through these cultural mythologies the law and news media represent order”.

⁵⁵⁶ ERICSON, Richard V.; BARANEK, Patricia M.; CHAN, Janet B. L. *Negotiating control: a study of news sources*. Toronto: University of Toronto, 1989. É importante, porém, levar em consideração a ponderação de Schlesinger: é necessário superar o midiacentrismo no estudo das notícias sobre

As fontes competem por acesso às notícias para fazer com que os seus valores sejam transmitidos. Através dos jornalistas, as fontes buscam construir uma ordem organizacional que é parcial, em defesa de seus próprios interesses⁵⁵⁷. Também na percepção de Schudson essa relação é mais conflitual do que parece: as fontes trabalham para fazer aquilo que elas revelam aos jornalistas o mais noticiável possível, devendo muitas vezes pensar como se fossem um deles⁵⁵⁸.

Além disso, por mais que o Estado e suas agências devam estar no centro de qualquer análise da competição da atenção midiática, é essencial reconhecer que outras forças organizadas podem também ter a capacidade de intervir com vários efeitos no domínio público⁵⁵⁹. Existe, então, uma luta permanente por espaços discursivos na mídia, e, por mais evidente que possa parecer a ideia de que as definições que reforçam o senso comum e que provêm de fontes institucionais e poderosas estruturalmente sejam mais facilmente reproduzidas pelos meios de comunicação, essa relação não se dá de maneira tão simplificada. Não é possível desconsiderar os processos que estão por detrás da escolha e reprodução das fontes e nem o papel dos movimentos sociais e grupos de pressão ao traçar estratégias de publicização de suas atividades e definições da realidade⁵⁶⁰.

Desse modo, mais do que reféns das fontes, os diferentes veículos de mídia possuem recursos fundamentais que os colocam em uma posição de poder: “[...] o poder de negar qualquer acesso a uma fonte; o poder de produzir uma cobertura que contextualiza a fonte negativamente; o poder da última palavra; e o poder de tradução do conhecimento especializado e particular para o senso comum”⁵⁶¹.

crimes. Ao contrário de Hall *et. al.*, que reduzem o papel dos jornalistas na produção das notícias, ao compreendê-los a partir de sua dependência dos definidores primários, Ericson percebe uma relação mais complexa. A partir de um estudo que buscou analisar a questão das fontes a partir da perspectiva delas próprias, e não do conteúdo das notícias, ele afirma que existe uma variação considerável de quem controla o processo, dependendo do contexto, do tipo de fonte, do tipo de organização jornalística envolvida, e de qual questão se está tratando. Por exemplo, eles referem a partir de seus entrevistados, institucionais ou não, que para eles a mídia é muito poderosa e não tão facilmente controlável.

⁵⁵⁷ ERICSON, Richard V.; BARANEK, Patricia M.; CHAN, Janet B. L. *Negotiating control: a study of news sources*. Toronto: University of Toronto, 1989.

⁵⁵⁸ SCHUDSON, Michael. *The Sociology of News*. New York: Jeffrey Alexander, 2003. p. 138.

⁵⁵⁹ SCHLESINGER, Philip; TUMBER, Howard; MURDOCK, Graham. The media politics o crime and criminal justice. In: ERICSON, Richard V. *Crime and the media*. Aldershot: Dartmouth, 1995. p. 95-118. p. 98.

⁵⁶⁰ ERICSON, Richard V.; BARANEK, Patricia M.; CHAN, Janet B. L. *Negotiating control: a study of news sources*. Toronto: University of Toronto, 1989.

⁵⁶¹ ERICSON, Richard V.; BARANEK, Patricia M.; CHAN, Janet B. L. *Negotiating control: a study of news sources*. Toronto: University of Toronto, 1989.p. 378.Tradução livre do original em inglês: “[...] the power to deny a source any access; the power to sustain coverage that contextualizes the source negatively; the power of the last word; and, the power of translation of specialized and particular

Quando, na análise dessa disputa de poder por espaços de definição da realidade na mídia, parte-se para o campo da propriedade dos meios de comunicação, o poder da própria mídia fica ainda mais evidente. Diversos estudiosos não se cansam de denunciar o quanto as empresas de comunicação no mundo estão concentradas nas mãos de poucos proprietários, os quais são ligados a outras das mais rentáveis indústrias mundiais. A falta de marcos regulatórios, a omissão dos poderes públicos e a liberalização econômica desenfreada permitiu uma oligopolização da comunicação mundial, a ponto de se poder falar na difusão de um “pensamento único”⁵⁶²: o consumo enquadrado como valor universal, as desigualdades sistematicamente ocultadas, os direitos reduzidos a questões de mercado⁵⁶³.

Essa realidade define em grande parte os conteúdos selecionados para serem noticiados, bem como seu enquadramento e a escolha das fontes autorizadas a quem será dada voz. Se isso for trazido para o Brasil, a situação parece ainda mais dramática em função do paradoxo: as mais avançadas tecnologias informacionais e ideologias neoliberalizantes acompanham as grandes empresas norte-americanas, mas caminham lado a lado com o surgimento da nova roupagem de uma arcaica realidade muito brasileira: o poder dos coronéis⁵⁶⁴.

knowledge into common sense”. Desse modo, mesmo que seja confirmada a pesquisa de Hall *et. al.* a respeito da hierarquia de credibilidade e do poder dos grupos poderosos de se constituírem preferencialmente como fontes das notícias, isso não os coloca deterministicamente sempre como definidores primários. Na pesquisa de Ericson *et. al.*, eles manifestaram sentir-se, muitas vezes, como definidores secundários, figurando a própria empresa jornalística como definidora primária. ERICSON, Richard V.; BARANEK, Patricia M.; CHAN, Janet B. L. *Negotiating control: a study of news sources*. Toronto: University of Toronto, 1989.p. 378.

⁵⁶² RAMONET, Ignacio. *A tirania da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 1999.

⁵⁶³ MORAES, Dênis de. O capital da mídia na lógica da globalização. In: MORAES, Dênis de (Org.). *Por uma outra comunicação: Mídia, mundialização cultural e poder*. 1.ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 187-216.

⁵⁶⁴ A prática de barganha política para a obtenção de concessões de rádio e televisão vem sendo intitulada de *coronelismo eletrônico*, um coronelismo de novo tipo, que desde a metade do século passado, com a chegada da televisão, vem fazendo com que interesses privados se sobressaiam em relação ao interesse público na exploração desse serviço que é a radiodifusão. Nesse fenômeno, o novo coronel, ao controlar as concessões, “promove a si mesmo e aos seus aliados, hostiliza e cerceia a expressão dos adversários políticos e é fator importante na construção da opinião pública, cujo apoio é disputado tanto no plano estadual quanto no plano federal”. Assim, por mais que seja de uma maneira diversa, o coronelismo eletrônico mantém a mesma moeda de troca do velho coronelismo: o voto. A diferença é que a base não está na posse da terra, mas no controle da informação, na capacidade de influir na formação da opinião pública. No coronelismo eletrônico de novo tipo, o que se percebe é, agora, uma descentralização do poder, de modo que os municípios têm conseguido concessões de rádios comunitárias em troca de favores com membros do legislativo ou executivo estadual ou federal. Em estudo realizado por Lima, o autor conclui que a metade das concessões de rádios comunitárias outorgadas no Ministério das Comunicações entre 1999 e de 2004 tinham vínculos políticos. Desse modo, além dos interesses econômicos facilmente identificados na formação dos oligopólios de mídia, os interesses políticos vinculados à mídia regionalizada

Tanto a opção editorial da maior parte dos veículos de mídia, baseados, sobretudo, em uma lógica empresarial e de profundas relações com os setores políticos mais conservadores, quanto as características de que se reveste a produção organizacional das notícias auxiliam na construção da realidade como um consenso. Ao recorrer a suposições sobre o funcionamento e as crenças da sociedade, ignora-se que, a despeito de dividirem a mesma cultura, as pessoas não vivem de forma consensual. Na percepção de Hall et. al., “Os pontos de vista ‘consensuais’ da sociedade representam-na como se não existissem importantes rupturas culturais ou econômicas, nem importantes conflitos de interesses entre classes e grupos”⁵⁶⁵. Os enquadramentos tendem, portanto, a reforçar pontos de vista dos mais poderosos, dos que têm acesso ao discurso, como se fosse a única interpretação possível da realidade. O papel da mídia é, entretanto, apresentar os fatos que rompem com esse consenso, os acontecimentos problemáticos, não sem antes definirem de que forma os mesmos devem ser interpretados.

Dessa maneira, é possível afirmar que a dispersão da rede informativa, as tipificações que orientam sua prática, a questão do profissionalismo, mediante todos esses fenômenos objetivados, a notícia resultante termina por desempenhar o papel de legitimar as relações de classe e poder existentes. O reforço do senso comum nas redações jornalísticas e a consequência de manutenção do *status quo* que disso se reflete é um resultado a que chegam vários dos autores do *newsmaking*. Após estudar o cotidiano do trabalho de 75 jornalistas, nos Estados Unidos, num período de treze meses, Phillips também chegou à conclusão de que os hábitos relacionados com o ofício, como a orientação temporal atual, “a lógica do concreto”, e uma ênfase para os acontecimentos contingentes do que para as necessidades estruturais influenciam na construção das notícias diárias. A rotina de trabalho também impede a reflexão sobre os fatos, havendo uma tendência a vê-los de forma desconexa. “As

também ficam evidentes. LIMA, Venício Artur de. Concessões de rádio e TV: Serviço público vs. interesse privado. In: _____. *Regulação das comunicações: história, poder e direitos*. São Paulo: Paulus, 2011. p. 81-92. Apesar de o uso do termo *coronelismo* para designar esse processo ser polêmico no campo das ciências sociais, ao autores continuam usando-o pelo fato de que, a despeito de não se estar tratando sobre as relações rurais da República Velha, mas sim de um mundo urbano e pós- Constituição Federal de 1988, o termo guarda características e mantém traços comuns com o sistema originalmente estudado por Victor Nunes Leal.

⁵⁶⁵ HALL, Stuart et. al.. The social production of news: mugging in the media. In: COHEN, Stanley; YOUNG, Jock. *The manufacture of news: Deviance, social problems & mass media*. London: SAGE, 1981. p. 335-367.p. 338. Traduçãolivredo original em inglês: “‘Consensual’ views of society represent society as if there are no major cultural or economic breaks, no major conflicts of interests between classes and groups”.

ambigüidades, os desenvolvimentos em fluxo e as contradições tendem a não ser notícias. [...] De modo geral, as notícias dão a sensação de novidade sem mudança”⁵⁶⁶. De forma semelhante, observa-se o estudo de Rock, o qual conclui que, da forma como são construídas, as notícias são tidas como o “eterno retorno”⁵⁶⁷.

Para Ericson, apesar de os veículos de comunicação focarem principalmente no que está fora do lugar, ou seja, o desviante, o equívoco, o imprevisível, eles são apresentadas de maneira a reduzir o caráter equivoco, e incrementar a previsibilidade, ou seja, “representar a ordem”: “o conhecimento do senso comum disponível nas notícias não fornece instruções sobre ‘*como as coisas são*’, mas sim “*onde elas cabem*” na ordem das coisas”⁵⁶⁸. Nesse sentido, as notícias lidam com três aspectos da ordem: a avaliação moral, uma concepção de procedimento e a hierarquia. Se um fato está dentro da ordem, ele será avaliado como bom, saudável, normal, eficiente; se está fora, será visto como mau, insalubre, anormal, ineficiente. Se os acontecimentos não obedecem a uma ordem processual pré-estabelecida, da mesma maneira surgem visualizações de desvio. A ordem significa ainda, classe, status, posição e distinções⁵⁶⁹.

1.1.2 A página policial entre credibilidade e sensacionalismo

Se, por um lado, a credibilidade parece ser um valor prezado por jornalistas e proprietários das empresas de comunicação, por outro lado, a notícia como mercadoria exige cada vez mais um apelo ao consumo de notícias pelo público. Daí porque, especialmente na televisão, mas também no jornal impresso, seja cada vez mais difícil visualizar diferenças entre o entretenimento e a informação. Essa é a visão de Neal Gabler, autor de *Vida- O Filme*. O autor demonstra que o efeito secundário de as notícias terem se tornado entretenimento, foi que os acontecimentos da vida passaram a ter de se transformar também em

⁵⁶⁶ PHILLIPS, Bárbara. Novidade sem mudança. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. p. 326-331. Lisboa: Veja, 1993. p. 331.

⁵⁶⁷ ROCK, Paul. News as eternal recurrence. In: COHEN, Stanley; YOUNG, Jock. *The manufacture of news: Deviance, social problems and the mass media*. London: Sage, 1981. p. 64-70.

⁵⁶⁸ ERICSON, Richard V. BARANEK, Patricia; CHAN, Janet. *Representing order: crime, law and justice in the news media*. Milton Keynes: Open University, 1991. p. 4. Tradução livre do original em inglês: “The common-sense knowledge available in the News does not provide instruction on ‘*how things are*’ as much as ‘*where they fit*’ into the order of things”.

⁵⁶⁹ ERICSON, Richard V. BARANEK, Patricia; CHAN, Janet. *Representing order: crime, law and justice in the news media*. Milton Keynes: Open University, 1991.

entretenimento, de forma a atrair a atenção da mídia. Para o autor, todas as profissões, para que possam ser reconhecidas, devem primeiro entrar para o entretenimento, criando-se uma pseudo-vida⁵⁷⁰. Postman realiza diagnóstico semelhante: para ele, da forma como o *show business* se desenvolveu nos Estados Unidos e transformou todas as esferas da vida em meros complementos seus, é possível afirmar que “nós somos um povo à beira de nos divertir até a morte”⁵⁷¹.

O setor político se enquadra perfeitamente segundo essa ótica. Atualmente, as eleições são realizadas entre os que têm uma boa aparência na mídia, e, principalmente, os que sabem fazer uso dos clichês. Essa tendência encontra respaldo em outras características marcantes das notícias, o sensacionalismo e a espetacularização. Essas características permeiam todas as editorias dos jornais, porém, é no crime que atingem sua máxima significação. *Infotainment* – híbrido de *information* e *entertainment* – ou *faction* – *fact* com *fiction* – já é um gênero comum em todos os países ocidentais, chegando ao ponto, na esfera criminal, de os jornalistas acompanharem ao vivo perseguições policiais⁵⁷².

É importante ter em conta que a notícia, na acepção atual ligada ao jornalismo comercial, é uma mercadoria, quando se considera que são produtos de empresas como quaisquer outras. Dessa maneira, é necessário criar uma aparência de valor de uso no jornalismo, o que o leva “a sensacionalizar a vida política, econômica e social de determinada formação histórica”⁵⁷³. De qualquer forma, pode-se afirmar que o conceito de notícia é orientado pelo singular, ou seja, pelo diferente, fora do comum. O problema é que o excesso de singularização, como ocorre nos chamados jornais sensacionalistas leva a que o seu conteúdo seja conservador. “[...] Os jornais sensacionalistas geralmente produzem um discurso de reforço dos valores, como meio para excitar não apenas as sensações como também os preconceitos morais do público”⁵⁷⁴.

No caso das notícias sobre crimes, credibilidade e sensacionalismo são

⁵⁷⁰ GABLER, Neal. *Vida – O Filme*. Como o entretenimento conquistou a realidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁵⁷¹ POSTMAN, Neil. *Amusing Ourselves to Death: Public Discourse in the Age of Show Business*. New York: Penguin Books, 2005. p. 4. Tradução livre do original em inglês: “The result is that we are a people on the verge of amusing ourselves to death”.

⁵⁷² LEISHMAN, Frank; MASON, Paul. *Policing and the media: facts, fictions and factions*. Portland: Willan, 2003.

⁵⁷³ MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia: Jornalismo como produção de segunda natureza*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1989.p.30.

⁵⁷⁴ GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: Para uma teoria marxista da notícia*. Porto Alegre: Ortiz, 1997. p. 198.

características que dialeticamente se apresentam. A credibilidade, na forma da rotinização do processo de produção da notícia, especialmente com o uso de uma linguagem referencial e do uso de aspas nas citações às fontes eminentemente credíveis. O sensacionalismo, no uso de um discurso que torna a todos e a cada um potenciais vítimas, tornando fatos excepcionais em ações que podem ser reproduzidas a qualquer momento, contra qualquer um. O sofrimento da vítima e de seus familiares é explorado ao extremo, com direito a *closes* das câmeras de TV e perguntas do estilo “como você está se sentindo?”.

Essa característica é responsável pela transformação da informação em um conteúdo de interesse do público, permitindo que venham à tona uma série de outras consequências. Algumas das suas vantagens são apontadas por Lage:

Ele [o sensacionalismo] permite que se mantenha um elevado índice de interesse popular (o que é conveniente para o veículo, na época de competição por leitores e de maximalização publicitária), refletindo, na divulgação de crimes e grandes passionaisismos, uma realidade violenta muito próxima de imprecisos sentimentos do leitor; oferece-lhe, em lugar da consciência, uma representação de consciência (...). Quanto aos problemas, eles se esvaziam no sentimentalismo ou se disfarçam na manipulação da *simplificação e do inimigo único*⁵⁷⁵.

Da dialética credibilidade-sensacionalismo na cobertura jornalística dos crimes, diferentes estudiosos do campo *crime e mídia* vêm extraindo uma conclusão que aponta também para um significado ambíguo e de importantes interesses políticos. De um lado, a seleção das notícias através de tipificações consonantes aos valores dominantes de uma determinada sociedade legitima as percepções a respeito do crime e do criminoso, reforçando as características estruturais que os constroem seletivamente. O uso de fontes credíveis ligadas, sobretudo, a fontes oficiais, que nos casos criminais são agentes do sistema penal, reproduz as suas definições também seletivas e preconceituosas da criminalidade. De outro lado, o uso da linguagem sensacionalista, através da exploração dos sentimentos das vítimas, tem como consequência o reforço não apenas do senso comum sobre o crime, mas altera a percepção social sobre o perigo, provocando a produção desproporcional dos sentimentos de medo e insegurança.

1.1.3 Representações do crime na mídia

⁵⁷⁵ LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 24.

Na busca pelo “fato” contra o qual não haja argumentos, o uso de estatísticas é uma estratégia interessantíssima para o jornal obter um efeito de credibilidade, afinal, não há fato tão concreto quanto o número⁵⁷⁶. No caso das estatísticas criminais, o efeito é duplo: além da “objetividade” de que se revestem números a indicar o aumento dramático do número de homicídios na última década, por exemplo, tem-se um importante efeito sensacionalista, e motivo para numerosas entrevistas e reportagens subsequentes a explicar as causas do “fenômeno” bem como as melhores estratégias para enfrentá-lo.

De acordo com a teoria do etiquetamento, no entanto, não é possível falar em estatísticas criminais, dado que elas são, na verdade, dados provenientes dos processos de criminalização, e dependentes das contingências policiais⁵⁷⁷. Sendo assim, é difícil falar sobre desproporcionalidade entre os crimes que são mais apresentados nos *media* em relação aos dados criminais da realidade. Mas é possível, sim, analisar a relação entre as estatísticas oficiais de criminalização e a representação do crime nos *media*, o que se justifica principalmente pelo fato de que as fontes das notícias sobre casos criminais são, sobretudo, atores do sistema penal (aqui compreendidos delegados de polícia, promotores de justiça, juízes etc.)⁵⁷⁸.

Pelo lado quantitativo, numerosos estudos nos Estados Unidos comprovaram que o aumento do apelo sensacionalista aos casos criminais não condiz com os dados oficiais, os quais demonstram uma queda na criminalização a partir da década de 1990⁵⁷⁹. Em outros países, análises semelhantes foram realizadas, como é o caso de Portugal, chegando à conclusão de que há uma sobre-representação do crime nos meios de comunicação em relação aos dados oficiais⁵⁸⁰.

Quanto ao aspecto qualitativo, as pesquisas que buscaram identificar a

⁵⁷⁶ HALL, Stuart; CRITCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John; ROBERTS, Brian. *Policing the crisis: mugging, the state, and law and order*. London: Macmillan, 1978.

⁵⁷⁷ Não há como se ter certeza sobre as estatísticas criminais, por vários motivos: 1) as estatísticas se referem apenas ao crime reportado à polícia; 2) diferentes áreas coletam as estatísticas de maneiras diferentes; 3) a sensibilização da polícia ou a mobilização para lidar com alguns crimes selecionados aumentam tanto o número de crimes que a polícia apresenta, quanto os crimes reportados; 4) a ansiedade pública sobre alguns tipos de crimes também levam a uma sobre-representação; 5) as estatísticas são baseadas em categorias legais e não sociológicas; 6) mudanças na lei fazem com que comparações estritas ao longo do tempo sejam difíceis. HALL, Stuart; CRITCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John; ROBERTS, Brian. *Policing the crisis: mugging, the state, and law and order*. London: Macmillan, 1978.

⁵⁷⁸ HALL, Stuart; CRITCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John; ROBERTS, Brian. *Policing the crisis: mugging, the state, and law and order*. London: Macmillan, 1978.

⁵⁷⁹ POTTER, Gary W.; KAPPELER, Victor E. (eds.). *Constructing crime: Perspectives on Making News and Social Problems*. Long Grove: Waveland, 2006.

⁵⁸⁰ PENEDO, Cristina. *O crime nos media*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

relação entre as estatísticas oficiais e os crimes expostos pela mídia chegam à conclusão de que, apesar de os crimes contra o patrimônio e de tráfico de drogas, sem violência à pessoa, serem os mais penalizados pelo sistema de justiça criminal, nos jornais são os crimes violentos contra a pessoa os mais apresentados⁵⁸¹, muitas vezes também vinculados às drogas⁵⁸². Mesmo em casos de violência à pessoa, são destacados casos criminais que representam verdadeiras exceções, como, por exemplo, assassinatos de crianças e mulheres de classe média e alta. Ainda, esses meios costumam apresentar de maneira diferente os crimes cometidos contra mulheres em relação aos crimes cometidos contra homens, principalmente se a vítima faz parte de minorias raciais, ou mesmo de classes baixas da população⁵⁸³. Tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, as pessoas que mais morrem vítimas de assassinato são homens, jovens, pobres, e, de maneira sobrerrepresentada, negros⁵⁸⁴.

No estudo de Roshier, por outro lado, o autor chegou à conclusão de que não é possível falar em geral das notícias sobre crimes como se fossem uma categoria unitária, sendo necessário dividi-las em dois tipos de histórias: de um lado, aquelas sensacionais às quais é dado tratamento extensivo, frequentemente na primeira página e com a divulgação de imagens; de outro lado, há aqueles casos mundanos, curtos⁵⁸⁵. Nesse sentido, Schlesinger *et. al.* observam que mesmo o tipo de veículo de mídia – por exemplo, periódicos mais qualificados em contraposição com tabloides populares – é um dado a ser considerado ao se analisar a representação do crime e as fontes utilizadas. Em relação à representação do crime, em seu estudo concluíram que quase a metade das notícias sobre crimes nos jornais populares mencionavam crimes violentos contra a pessoa, crimes sexuais e relacionados às drogas, enquanto nos veículos de qualidade esses crimes

⁵⁸¹ ERICSON, Richard V.; BARANEK, Patricia M.; CHAN, Janet B. L. *Visualizing Deviance*. Milton Keynes: Open University Press, 1987.

⁵⁸² ROSHIER, Bob. The selection of crime news by the press. In: COHEN, Stanley; YOUNG, Jock (eds.). *The manufacture of news: deviance, social problems & the mass media*. London: Sage, 1981. pp. 40- 51.

⁵⁸³ SURETTE, Ray. *Media, crime, and criminal justice*. Belmont: Thomson, 2007.

⁵⁸⁴ WASELISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: Sangari, 2011. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br> Acesso em: 26 jul. 2012.

⁵⁸⁵ ROSHIER, Bob. The selection of crime news by the press. In: COHEN, Stanley; YOUNG, Jock (eds.). *The manufacture of news: deviance, social problems & the mass media*. London: Sage, 1981. pp. 40- 51.

representariam apenas 25% da cobertura⁵⁸⁶. Em relação às fontes, os jornais de qualidade focavam o Parlamento e o governo, oferecendo espaço às visões dos especialistas, elites e grupos de pressão, enquanto que os jornais populares deram maior atenção às opiniões e perspectivas das vítimas de crimes e seus parentes e àqueles suspeitos ou condenados por crimes⁵⁸⁷.

Outro dado importante é o achado de vários autores de que a televisão e os jornais impressos muitas vezes representam o crime de maneiras diferentes. Mesmo a televisão traz diferentes percepções dependendo do canal, do caráter local, regional ou nacional, entre outras variáveis. No estudo de Schlesinger *et. al.* os autores concluíram que os canais locais têm a tendência em produzir mais notícias sobre crimes violentos do que os canais nacionais, sendo, talvez, uma consequência do maior acesso às fontes oficiais em razão da proximidade⁵⁸⁸. Os autores demonstram com esse dado que o enfoque midiocêntrico, ou seja, que se baseia na análise dos conteúdos da mídia para extrair uma análise sobre as relações de poder que determinam a produção da notícia costuma trabalhar com um conceito generalizante. Não existe “a” mídia, mas várias mídias.

Os estereótipos são um dos mecanismos mais fundamentais de que se utilizam os operadores do sistema penal para selecionarem, dentre todas as condutas criminosas praticadas diariamente, aquelas contra as quais ele efetivamente irá reagir⁵⁸⁹. Por isso costuma-se dizer que os estereótipos servem como profecia que se autorrealiza: “a ‘verdadeira’ criminalidade é aquela que vem assumida como tal, é aquela que na visão dos indivíduos e dos grupos sociais se apresenta com uma constância e uma intensidade tal que marginaliza não apenas outras formas, mas também outras possibilidades de criminalidade”⁵⁹⁰.

⁵⁸⁶ SCHLESINGER, Philip; TUMBER, Howard; MURDOCK, Graham. The media politics of crime and criminal justice. In: ERICSON, Richard V. *Crime and the media*. Aldershot: Dartmouth, 1995. p. 95-118.

⁵⁸⁷ SCHLESINGER, Philip; TUMBER, Howard; MURDOCK, Graham. The media politics of crime and criminal justice. In: ERICSON, Richard V. *Crime and the media*. Aldershot: Dartmouth, 1995. p. 95-118.

⁵⁸⁸ SCHLESINGER, Philip; TUMBER, Howard; MURDOCK, Graham. The media politics of crime and criminal justice. In: ERICSON, Richard V. *Crime and the media*. Aldershot: Dartmouth, 1995. p. 95-118.

⁵⁸⁹ DIAS, Jorge de Figueiredo; ANDRADE, Manoel da Costa. *Criminologia: O homem delinqüente e a sociedade criminógena*. Coimbra: Coimbra, 1997.

⁵⁹⁰ BARONTI, Giancarlo. La funzione dello stereotipo del criminale nell'ambito dei processi di controllo sociale. *La questione criminale: Rivista di ricerca e dibattito su devianza e controllo sociale*, Bologna, anno IV, n. 2, maggio-agosto, 1978, p. 253-294. p. 255. Tradução livre do original em italiano: “[...] la ‘vera’ criminalità è quella che viene assunta come tale, è quella che nel vissuto degli

Nos casos de violência extrema contra a pessoa, os criminosos são representados como verdadeiros animais, pessoas irracionais, anormais⁵⁹¹. Por outro lado, o estereótipo do psicopata, pessoa sem sentimentos, sem demonstração de remorso e calculista, vem sendo também cada vez mais difundido. Nos Estados Unidos é muito comum a divulgação excessiva de *serial killers*, apesar de serem casos raríssimos, o que provoca a sensação de que em cada esquina um deles estará à espreita⁵⁹². Outro resultado dessas pesquisas indica a sobrerrepresentação de adolescentes como praticantes de crimes contra a pessoa e o patrimônio⁵⁹³.

O uso preponderante do discurso oficial nas notícias sobre crimes, e suas consequências, foi um dos motes do célebre estudo de Hall *et. al.* Concluem os autores que isso repercute em uma seleção de fatos criminosos como relevantes, bem como uma definição dos fatos selecionados totalmente determinada pelos agentes do sistema penal. Assim, apesar de romperem com a normalidade dos acontecimentos diários, as notícias sobre crimes são também aquelas em que a rotinização do trabalho que lhes dá origem é extrema, sendo possível afirmar que a sua principal característica é a quase total dependência do papel dos definidores primários⁵⁹⁴. Se as agências do sistema penal atuam de forma seletiva e estigmatizante, a reprodução de seu discurso como definidor do que é crime e de seu enquadramento propicia a legitimação desse mesmo sistema. O discurso do poder aí se insere marcando para sempre a notícia sobre o delito⁵⁹⁵. Ao reproduzirem o discurso das agências de controle penal sobre a criminalidade, as notícias incidem no mesmo problema: também se voltarão contra uma parcela da sociedade, bem como contra uma parcela de atos cometidos, os crimes de rua⁵⁹⁶.

individui e dei gruppi sociali si presenta con una costanza ed un'intensità tale da emarginare non solo altre forme, ma persino altre possibilità di criminalità".

⁵⁹¹ CAVENDER, Gray; BOND-MAUPIN, Lisa. Fear and loathing on reality television: an *analysis of America's Most Wanted and Unsolved Mysteries*. In: POTTER, Gary W.; KAPPELER, Victor E.(eds.) *Constructing crime: Perspectives on Making News and Social Problems*. Long Grove: Waveland, 2006. p. 59-69.

⁵⁹² POTTER, Gary W.; KAPPELER, Victor E.(eds.). *Constructing crime: Perspectives on Making News and Social Problems*. Long Grove: Waveland, 2006.

⁵⁹³ BOULAHANIS, John G.; HELTSLEY, Martha J. Perceived fears: the reporting patterns of juvenile homicide in Chicago newspapers. In: POTTER, Gary W.; KAPPELER, Victor E. (eds.). *Constructing crime: Perspectives on Making News and Social Problems*. Long Grove: Waveland, 2006. p. 288-312.

⁵⁹⁴ HALL, Stuart *et. al.*. The social production of news: mugging in the media. In: COHEN, Stanley; YOUNG, Jock. *The manufacture of news: Deviance, social problems & mass media*. London: SAGE, 1981. p. 335-367.

⁵⁹⁵ BARATA VILLAR, Francisc. El drama del delito en los mass media, *Delito y sociedad*, año 7, n. 11/12, Buenos Aires, 1998, pp. 59-68.

⁵⁹⁶ BUSTOS RAMÍREZ, Juan. In: BERGALLI, Roberto *et. al.* (orgs.). *El pensamiento criminológico II: Estado y control*. Bogotá: Temis, 1983. p. 50-62.

É nesse espaço que governantes, legisladores e agentes do sistema penal, beneficiados pelas suas elevadas posições na hierarquia de credibilidade, também promovem e legitimam sua agenda lei-e-ordem do controle do crime⁵⁹⁷. Nos programas policiais isso fica ainda mais evidente. Como observam Schlesinger *et. al.*, “[...] a legitimação do sistema de controle social é um importante objetivo da polícia ao apoiar a criação desse tipo de programa”⁵⁹⁸.

No caso do Brasil, essa representação social do crime não é diferente. Apesar de haverem poucos estudos sistematizados a respeito do crime na mídia, é possível visualizar naqueles existentes a discrepância entre o “retrato simbólico da criminalidade” e a ocorrência dos fatos criminosos de acordo com os registros oficiais de criminalização. O Ilanud realizou uma análise da programação de 27 telejornais das sete emissoras de televisão aberta do Brasil (SBT, Globo, Bandeirantes, Record, Manchete, CNT, TV Cultura), no período de 2 a 8 de agosto de 1998. Nesse período, 1211 foram as cenas de crime nos noticiários nacionais, dos quais 714 (59%) foram homicídios, 153 (12,6%) lesões corporais e 141 (11,6%) estupros. No mesmo período, as estatísticas de criminalização mostraram que apenas 1,7% dos casos registrados foram de homicídios, 27,3% de lesões corporais e 0,4% de estupros⁵⁹⁹.

Para Zaffaroni, a atuação dos meios de comunicação de massa diante dos sistemas penais latino americanos justifica o trabalho de suas agências pelo simples fato de que eles são os seus aparelhos de propaganda. O poder “configurador, disciplinar, normalizador ou verticalizante” do sistema penal latino americano se justifica através de seu aparato de propaganda, especialmente quando se percebe o grande espaço destinado à violência na mídia⁶⁰⁰. “Eles são as fábricas de realidade, que induzem os medos que legitimam e desencadeiam as campanhas de lei e

⁵⁹⁷ WELCH, Michael; FENWICK, Melissa; ROBERTS, Meredith. State managers, intellectuals, and the media: a content analysis of ideology in experts' quotes in feature newspaper articles on crime. In: POTTER, Gary W.; KAPPELER, Victor E. (eds.). *Constructing crime: Perspectives on Making News and Social Problems*. Long Grove: Waveland, 2006. p. 70-92.

⁵⁹⁸ SCHLESINGER, Philip; TUMBER, Howard; MURDOCK, Graham. The media politics of crime and criminal justice. In: ERICSON, Richard V. *Crime and the media*. Aldershot: Dartmouth, 1995. P. 95-118. “[...] the legitimation of the system of social control is an important objective of the police in supporting the creation of such programming”. p. 107.

⁵⁹⁹ ILANUD. *Crime e TV*. São Paulo: ILANUD, 2001, p. 46 - 47.

⁶⁰⁰ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Globalização e sistema penal na América Latina: Da segurança nacional à urbana. *Discursos Sediciosos: Crime, direito, sociedade*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 4, p. 25-36, julho-dezembro 1997.

ordem quando o poder das agências encontra-se ameaçado”⁶⁰¹. Desse ponto de vista, os meios de comunicação acabam assumindo importantes funções, como a fabricação seletiva dos estereótipos do criminoso. Na opinião do autor, “nossos sistemas reproduzem sua clientela por um processo de seleção e condicionamento criminalizante que se orienta por estereótipos proporcionados pelos meios de comunicação de massa”⁶⁰². Considera que os meios de comunicação de massa “são hoje elementos indispensáveis para o exercício de poder de todo o sistema penal”⁶⁰³.

Em função da noticiabilidade dos crimes graves e da difusão de estereótipos do criminoso e da vítima, que não correspondem à realidade, tendo em vista que o crime está distribuído em todas as classes sociais, o jornalismo também contribui com a difusão de medos contra as mesmas pessoas. Delimita-se dessa maneira o inimigo da sociedade, hoje representado perfeitamente no Brasil pelo adolescente, negro ou pardo, pobre e favelado.

Assim, “a implantação de um sistema penal que tem tradição genocida, seletiva e hierarquizadora”, encontra reforço na aliança entre a estrutura social brasileira, onde ainda permanece a herança escravocrata, aliada aos fenômenos inerentes ao capitalismo tardio. O medo permite esse reforço, e o papel da mídia nesse sentido é essencial, garantindo, através de um necessário discurso moral sobre o crime, a perpetuação de “um sistema penal de extermínio”⁶⁰⁴. No jornal residem os discursos a partir dos quais se exige a adoção de medidas, que, segundo Batista, possuem muitas vezes a característica de discursos higiênicos. No Rio de Janeiro é comum a utilização de expressões como “operações de limpeza”, nos jornais, para designar atuações da polícia em incursões nas favelas, com o resultado de exterminar as pessoas que constituem a sujeira⁶⁰⁵. Tendo em vista que se constrói a ideia de que a favela é o caos e a sujeira, a ordem e a limpeza só podem ser conseguidas através da eliminação. “O discurso que animaliza o mal

⁶⁰¹ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas: A perda de legitimidade do sistema penal*. Rio de Janeiro: Revan, 1991. p. 129.

⁶⁰² ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas: A perda de legitimidade do sistema penal*. Rio de Janeiro: Revan, 1991. 133.

⁶⁰³ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas: A perda de legitimidade do sistema penal*. Rio de Janeiro: Revan, 1991. p. 127.

⁶⁰⁴ BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: Dois tempos de uma história*. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 106.

⁶⁰⁵ BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: Dois tempos de uma história*. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 116-121.

recorre a duas figuras: extermínio ou limpeza, mas tanto uma quanto a outra têm o mesmo sentido, eliminação. Os discursos higiênicos conduzem ao extermínio”⁶⁰⁶.

Isso demonstra que a reprodução dos discursos de emergência no jornalismo pode contribuir com o genocídio cotidiano das regiões marginais, demonstrando que resta pouco do ideal liberal e democrático que envolveu historicamente a imprensa. Através desse meio, os discursos mais conservadores e autoritários se reproduzem, legitimando a tortura e a morte, características de um Estado ditatorial. O olhar seletivo dos meios de comunicação de massa e o discurso maniqueísta da “sociedade de bem” e os “bandidos do mal” auxiliam na transformação dos estereótipos em inimigos. Dos comunistas aos terroristas e traficantes, a demonização de alguns grupos sociais persiste como uma forma de justificar o seu extermínio. “O conceito de inimigo interno sobreviveria à ditadura, sendo recuperado em documentos militares, já em pleno processo de redemocratização, deslocado da criminalidade política para a criminalidade comum, para a compreensão da violência urbana”⁶⁰⁷. Para Vera Malaguti Batista, a matança da juventude pobre e negra no país vem justificada pela sua identificação com o novo inimigo surgido na transição da ditadura para a democracia.

Minha hipótese central de trabalho foi que na transição do autoritarismo, da ditadura para a abertura democrática (1978-1988) houve uma transferência do ‘inimigo interno’ do terrorista para o traficante. Todo o sistema de controle social (incluindo aí suas instituições ideológicas, como os meios de comunicação de massa) convergiu para a confecção do novo estereótipo. O inimigo, antes circunscrito a um pequeno grupo, se multiplicou nos bairros pobres, na figura do jovem traficante⁶⁰⁸.

Dessa maneira, é possível encontrar mais um indício: a construção do estereótipo do novo inimigo traficante como sendo o adolescente ou adulto jovem morador de bairros pobres e prioritariamente negros ou descendentes, justifica o empreendimento de políticas de “segurança urbana” contra mais a juventude negra e pobre. O fortalecimento desse paradigma ganha contornos a partir do medo que se procura difundir sobre aqueles que são, de fato, as maiores vítimas. Atribuindo-se a prática da violência à população infanto-juvenil dos bairros pobres, a consequência passa a ser uma refração da sociedade em relação a ela, considerada não mais constituída apenas de projetos de bandidos, mas delinquentes por completo, prontos

⁶⁰⁶ BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro*: Dois tempos de uma história. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 116.

⁶⁰⁷ BATISTA, Nilo. A violência do estado e os aparelhos policiais. *Discursos Sediciosos*: Crime, direito, sociedade, Rio de Janeiro, ano 2, n. 4, p. 145-154, julho-dezembro 1997. p. 151.

⁶⁰⁸ BATISTA, Vera Malaguti. *Díficeis ganhos fáceis*: Drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 40.

para, se soltos pelas ruas, praticarem toda a sorte de crimes contra a pessoa e o patrimônio. Diante dessa ameaça, a recepção dos “delinquentes” pela polícia só pode mesmo ser a balas. “O processo de demonização do tráfico de drogas fortaleceu os sistemas de controle social, aprofundando seu caráter genocida. O número de mortos na ‘guerra do tráfico’ está em todas as bancas. A violência policial é imediatamente legitimada se a vítima é um suposto traficante”⁶⁰⁹.

Alguns programas de televisão que envolvem a questão do crime já foram objeto de análise por autores, e os resultados dessas pesquisas esclareceram a chave do papel da mídia no sistema penal. Um exemplo disso é o estudo de Kleber Mendonça sobre o programa Linha Direta, ao verificar que a construção da verdade jornalística não diz respeito à objetividade. Diz respeito à

[...] capacidade de uma produção de sentido específica, construída a partir da imagem como vetor consensual que, ao produzir o efeito de realidade, constrói também a certeza da incompetência do poder público, o pânico social fruto da sensação de catástrofe iminente e o conseqüente desejo de vingança, que será canalizado para a efetivação da denúncia⁶¹⁰.

Com isso, o programa auxilia na construção de uma realidade, que leva, diretamente, à prisão de pessoas que certamente ficariam mais tempo foragidas. Passa a mídia a ser, portanto, mecanismo não apenas de controle social informal, mas na medida em que se insere como órgão receptor de denúncias, repassando-as à polícia, e acompanhando a prisão com as câmeras em punho, um mecanismo de controle social formal. Além dos direitos afrontados pelo programa pela própria exposição pública dos foragidos, por vezes sequer condenados (inviolabilidade da imagem, honra, as garantias da presunção de inocência, e mesmo do princípio da dignidade da pessoa humana), ele ainda é investido de um “poder de polícia” que provocou e provoca fatos terríveis, como linchamentos e mortes quando do reconhecimento dos foragidos⁶¹¹.

Nesse sentido, Nilo Batista demonstra que no capitalismo tardio, não há mais como identificar a mídia apenas como agência de comunicação social do sistema penal, com uma função comunicativa. A mídia vem assumindo nesse contexto um papel de agência executiva do sistema penal, ao influenciar diretamente no curso

⁶⁰⁹ BATISTA, Vera Malaguti. *Diffíceis ganhos fáceis*: Drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 134.

⁶¹⁰ MENDONÇA, Kleber. *A punição pela audiência*: um estudo do Linha Direta. Rio de Janeiro: Quartet, 2002. p. 52-53.

⁶¹¹ MENDONÇA, Kleber. *A punição pela audiência*: um estudo do Linha Direta. Rio de Janeiro: Quartet, 2002. p. 114.

das investigações policiais ou mesmo do processo⁶¹².

Esses programas policiaiscos são estudados por vários autores britânicos e norte-americanos. Leishman e Mason revelam que há relatos de situações nas quais episódios desses *reality shows* são construídos através da dramatização de policiais, que chegam a atuar para as câmeras e refazer ações para satisfazer os interesses do programa. Em geral, os policiais são apresentados, na ficção, como os heróis; a mesma fórmula heroica de agir contra os vilões é apresentada nesses programas, agora com pessoas em suas vidas reais, agindo no cumprimento de seu ofício. Os programas que fazem uso de reconstituições dos crimes, como foi o caso do Linha Direta, apresentam problemas ainda mais graves: Além de utilizar a investigação policial como uma forma de *reality show*, apresenta como verdadeira a versão da polícia, sempre selecionando os casos mais violentos, com as vítimas mais indefesas e o autor do fato mais evidentemente ligado ao estereótipo do criminoso. Trata-se, então, da utilização do aparato policial do Estado para produzir sensacionalismo e obter ganhos. A audiência desses programas costuma ser bastante elevada. É claro que a cooperação entre mídia e polícia não ocorre por acaso. Trata-se de uma colaboração mútua que tende a beneficiar ambos os lados⁶¹³.

Uma das perguntas que mais geraram pesquisas no campo das relações entre mídia e crime é aquela sobre os efeitos da cobertura midiática sobre o crime na percepção da audiência. O medo do crime, sobretudo quando desproporcional às estatísticas ou às chances de vitimização, costuma ter sua origem atribuída ao consumo midiático.

1.1.4 Medo e criminalização

A utilização do sentimento de medo com objetivos políticos por parte de governos, aliados à mídia e à indústria cultural em geral, vem sendo denunciada nos últimos anos por numerosos autores mundo afora. Essa não é, contudo, uma estratégia nova: não seria possível o extermínio das “bruxas” se a elas não estivesse direcionado um discurso nada inofensivo sobre demônios, pestes, assassinatos etc.

⁶¹² BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, Rio de Janeiro, ano 7, n. 12, p. 271-288, 2º semestre de 2002.

⁶¹³ LEISHMAN, Frank; MASON, Paul. *Policing and the media: facts, fictions and factions*. Portland: Willan, 2003.

Não é à toa que Zaffaroni atribui ao “Martelo das feiticeiras” o título de primeiro livro de criminologia⁶¹⁴: acreditar em bruxas, afirma Batista, é primeira condição de eficiência da justiça criminal⁶¹⁵.

Tampouco o satanismo e os medos que se construíram simultaneamente a ele na Europa teria conhecido a enorme difusão que teve não fosse o surgimento da imprensa. Para Delumeau, no século XVI, a ascensão do satanismo atingiu tal amplitude na difusão de angústias apocalípticas graças ao livro e ao folheto, por vezes enriquecidos com desenhos⁶¹⁶. Mais do que os relatos sobre a caridade e as vidas dos santos, o surgimento da imprensa auxiliou na difusão do medo de Satã, tendo como exemplo fundamental o célebre *Malleus maleficarum*, o qual pelo menos 34 edições entre 1486 e 1669⁶¹⁷.

Apesar de o medo e o sentimento de insegurança não terem sido focos prioritários do estudo da história, sua relação com o controle social e com a delimitação de inimigos tem sido sustentada por vários estudiosos. Delumeau nota que a Europa, em especial aquela do início da modernidade, viveu períodos de medo devastadores, “[...] por toda parte – ao lado de si e diante de si”⁶¹⁸. Medo do mar, da peste, das revoltas, de morrer de fome, do anticristo, do apocalipse, das bruxas: esses eram alguns dos motes que levaram à construção de um profundo controle social dirigido àqueles considerados causadores das desgraças. No caso da peste, Delumeau observa que, por mais chocada que estivesse uma população atingida por esse mal, buscava-se encontrar uma explicação para tanto, de modo a recriar um quadro tranquilizador e a busca por remédios. O autor sintetiza três tipos de explicações formuladas para dar conta das pestes: uma pelos eruditos, a outra pela multidão anônima, a terceira ao mesmo tempo pela multidão e pela Igreja.

A primeira atribuía a epidemia a uma corrupção do ar, ela própria provocada seja por fenômenos celestes (aparição de cometas, conjunção de planetas etc.), seja por diferentes emanações pútridas, ou então por ambos. A segunda era uma acusação: semeadores de contágio espalhavam voluntariamente a doença; era preciso procura-los e puni-los. A terceira

⁶¹⁴ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *A palavra dos mortos*: conferências de criminologia cautelar. São Paulo: Saraiva, 2012.

⁶¹⁵ BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. *Discursos sediciosos*: crime, direito e sociedade, Rio de Janeiro, ano 7, n. 12, p. 271-288, 2º semestre de 2002.

⁶¹⁶ DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente*: 1300-1800, uma cidade sitiada. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 245.

⁶¹⁷ DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente*: 1300-1800, uma cidade sitiada. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 246.

⁶¹⁸ DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente*: 1300-1800, uma cidade sitiada. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 83.

assegurava que Deus, irritado com os pecados de uma população inteira, decidira vingar-se; portanto, convinha apaziguá-lo fazendo penitência⁶¹⁹.

Enquanto as explicações de primeiro tipo, especialmente as relacionadas ao ar pútrido, auxiliavam na tomada de atitudes positivas para afastar as causas, como o enterro dos cadáveres, o uso de máscaras e o isolamento de doentes, as de segundo e terceiro tipo, ligadas à crença nos planetas, cometas e em Deus não auxiliavam nessa parte prática, mas conduziam à necessária busca de bodes expiatórios. Para Delumeau, a prática do sacrifício humano para apaziguar a ira dos deuses, tão atribuída às civilizações antigas, permaneceu ocorrendo na Europa dos séculos XIV –XVIII: “não há nenhum relato de peste que não evoque essas violentas descargas coletivas”⁶²⁰. A busca pelos culpados pelo mal e, portanto, a causa do medo, levou a que eles fossem encontrados dentre aqueles sempre mais prováveis:

Os culpados potenciais, sobre os quais pode voltar-se a agressividade coletiva, são em primeiro lugar os estrangeiros, os viajantes, os marginais e todos aqueles que não estão bem integrados a uma comunidade, seja porque não querem aceitar suas crenças – é o caso dos judeus –, seja porque foi preciso, por evidentes razões, isolá-los para a periferia do grupo – como os leprosos –, seja simplesmente porque vêm de outros lugares e por esse motivo são em alguma medida suspeitos⁶²¹.

Quando já não bastava mais a culpabilização dos estrangeiros, ingressava a perseguição ao inimigo interno, o traidor. Em relação a outros medos, como, por exemplo, o medo do crime, o bode expiatório natural foi a figura do mendigo, na identificação entre marginalidade e criminalidade: observa o autor que quando os mendigos excediam os 10% dos habitantes de uma cidade eles se tornavam constante fonte de ameaças aos demais, sendo temidos como se capazes de quaisquer atos. Vistos como monstros, eram representados como formadores de uma contra sociedade que punha em risco a ordem estabelecida⁶²². Isso pode ser percebido na legislação inglesa dirigida a esse grupo social e produzida entre os séculos XV e XVIII, com o objetivo de persegui-los, torturá-los, escravizá-los, tomar seus filhos como aprendizes, açoitá-los publicamente. Conjuga-se, nas políticas adotadas pelas autoridades contra a mendicância, a assistência com a repressão, e,

⁶¹⁹ DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.p. 138.

⁶²⁰ DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.p. 140.

⁶²¹ DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 140.

⁶²² DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 199.

especialmente a partir do século XVII, as casas de trabalho e de correção passam a ser o seu destino mais comum⁶²³. Na França do século XVIII, a ideia de que todo mendigo é um candidato ao crime já era uma ideia comumente difundida.

O medo das bruxas, contudo, tem algo de mais impressionante: a adoção do processo inquisitorial, a difusão do uso da tortura para obtenção de provas e as condenações à fogueira se tornaram corriqueiras em várias partes da Europa baseados apenas em uma crença incutida pela Igreja e, é claro, na percepção social especialmente sobre a mulher nessas sociedades.

A história cultural do medo é fundamental para se entender o momento de pânico difuso que vivem as sociedades ocidentais. Desde os aparatos de proteção, que variaram de altas muralhas ao redor das cidades aos mais modernos dispositivos produzidos pela lucrativa indústria do controle do crime da atualidade, não foram poucos os esforços para se buscar conter as ameaças, desde aquelas reais até aquelas completamente infundadas. Como nota Glassner, vive-se hoje um período em que mais do que qualquer coisa, a possibilidade de se tornar uma vítima é o sentimento compartilhado pelos cidadãos. O medo é o que orienta boa parte das atividades dos indivíduos comuns, passando pelos políticos profissionais e chegando a limites gravíssimos de legitimação do extermínio daqueles portadores do rótulo de perigosos.

Assim como as bruxas, o juízo final ou o diabo, os medos da atualidade têm muito de fictício: Glassner nota que o medo do crime aumenta no mesmo passo em que os índices de homicídio diminuem nos Estados Unidos; que a guerra às drogas e a identificação popular das drogas como um dos maiores males do país aumentam no mesmo passo em que o número de usuários diminui. Questiona, então: por que tememos cada vez mais o que deveríamos temer cada vez menos?⁶²⁴ Trata-se da difusão do que o autor intitulou “cultura do medo”, que passa por temas como a criminalidade, epidemias de vírus mutantes, minorias, mães solteiras, entre outros.

O sentimento de insegurança no mundo globalizado além de significativo por atingir a todos, é difuso, pois não traz necessariamente um objeto específico para temer e, por outro lado, para prevenir. Nesse sentido, Bauman aduz que é possível distinguir entre três perigos dos quais se tem medo na atualidade:

⁶²³ DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 201.

⁶²⁴ GLASSNER, Barry. *Cultura do medo: por que tememos cada vez mais o que deveríamos temer cada vez menos*. Tradução de Laura Knapp. São Paulo: Francis, 2001.

Alguns ameaçam o corpo e as propriedades. Outros são de natureza mais geral, ameaçando a durabilidade da ordem social e a confiabilidade nela, da qual depende a segurança do sustento (renda emprego) ou mesmo da sobrevivência no caso de invalidez ou velhice. Depois vêm os perigos que ameaçam o lugar da pessoa no mundo – a posição na hierarquia social, a identidade (de classe, gênero, étnica, religiosa) e, de modo mais geral, a imunidade à degradação e exclusão sociais⁶²⁵.

Desses medos, o mais concreto e, portanto, fácil de ser alvo da adoção de medidas de combate é o primeiro. Não é o mais importante e nem o mais assustador. Como nota Bauman, “o medo é mais assustador quando difuso, disperso, indistinto, desvinculado, desancorado, flutuante, sem endereço nem motivo claros; quando nos assombra sem que haja uma explicação visível, quando a ameaça que devemos temer pode ser vislumbrada em toda parte, mas em lugar algum se pode vê-la”⁶²⁶. Entretanto, quanto a este medo pouco ou nada se pode fazer: não se conhece a ameaça, sua origem e sequer o que exatamente irá atingir. Por consequência, o apego aos medos concretos se torna uma forma de exorcizar a ansiedade derivada dos medos difusos. Assim, uma forma de propiciar um alívio das tensões e uma sensação de segurança passa a ser o combate ao medo depositado naquilo que há de mais concreto: o crime e o criminoso.

Essa análise de Bauman encontra respaldo em recentes pesquisas de campo realizadas em diferentes regiões da Europa e dos Estados Unidos. Na Itália, uma “sociologia da insegurança” vem sendo desenvolvida nos últimos dez anos, e é relatada em vários trabalhos. Segundo Diamanti e Bordignon, uma pesquisa de campo relata o aumento significativo da importância conferida pela população ao tema da segurança, apresentando os possíveis detonadores do medo: numerosas fontes de incertezas, crises políticas e institucionais, a tendência de espetacularização da criminalidade, a irrupção de empreendimentos políticos orientados a multiplicar o medo⁶²⁷. Um achado dos estudos empíricos diz respeito à multiplicidade de fatores que levam ao sentimento de insegurança, mais uma vez confirmando a tese de Bauman: a resignificação da insegurança geral em insegurança em relação ao crime aparece de forma evidente.

Frequentemente, o medo do crime pode depender de particulares condições sociais e existenciais. Quem é idoso, quem tem baixa renda, quem se sente

⁶²⁵ BAUMAN Zygmunt. *Medo líquido*. São Paulo: Jorge Zahar, 2008. 10.

⁶²⁶ BAUMAN Zygmunt. *Medo líquido*. São Paulo: Jorge Zahar, 2008. p. 8.

⁶²⁷ DIAMANTI, Livio. BORDIGNON, Fabio. Sicurezza e opinione pubblica in Italia. *Rassegna italiana di sociologia*, ano LXII, n. 1, 2001. p. 115-135.

pouco protegido, manifesta com mais frequência sentimentos de insegurança e de medo. Estratos sociais que há um tempo estavam seguros, como alguns setores da *middle class*, suscitam agora o medo do crime para denunciar uma crescente sensação de incerteza relativa à própria colocação social: ao *fear of crime* se associa o *fear of falling*⁶²⁸.

Outro elemento encontrado pelos autores na pesquisa realizada foi a categoria “confiança”: a confiança social entre os moradores de um bairro ou de uma comunidade dissolve as inseguranças e medos, ainda que seja nos bairros onde as autoridades consideram encontrarem-se os riscos mais elevados. “Como se nota, a insegurança está ligada a múltiplos fenômenos, frequentemente de natureza estrutural e que pouco têm a ver com a criminalidade, que influenciam a percepção individual do fenômeno”⁶²⁹.

Uma observação interessante no que diz respeito aos diferentes perigos é o de que enquanto as pessoas de estratos sociais mais baixos economicamente costumam possuir um risco maior de serem vítimas dos três últimos tipos de perigos elencados por Bauman, são eles mesmos os considerados maiores causadores dos perigos do primeiro tipo. Ameaçados na esfera social se tornam ameaçadores na esfera individual.

Kessler também relata vários estudos realizados especialmente nos Estados Unidos a respeito desse sentimento de insegurança que se tem difundido: as investigações não conseguem estabelecer relações entre o risco de ser vítima de um crime e o temor a ele, nem tampouco entre os temores difusos e o incremento geral da criminalidade⁶³⁰. Na verdade, “a insegurança não abarca o conjunto dos delitos, nem sequer todo o crime violento, e, ao mesmo tempo, pode fazer referência

⁶²⁸ VIANELLO, Francesca; PADOVAN, Dario. Criminalità e paura: la costruzione sociale dell'insicurezza. In: MOSCONI, Giuseppe (a cura di). *Criminalità, sicurezza e opinione pubblica in Veneto*. Padova: Cleup, 2000. p. 112-113. Tradução livre do original em italiano: “Spesso, la paura del crimine può dipendere da particolari condizioni sociali ed esistenziali. Chi è anziano, chi ha un basso reddito, chi si sente poco protetto, manifesta con più frequenza sentimenti di insicurezza e di paura. Strati sociali un tempo ‘al sicuro’, come alcuni settori di *middle class*, agitano ora la paura del crimine per denunciare un crescente senso di incertezza relativo alla propria collocazione sociale: alla *fear of crime* si associa la *fear of falling*”.

⁶²⁹ VIANELLO, Francesca; PADOVAN, Dario. Criminalità e paura: la costruzione sociale dell'insicurezza. In: MOSCONI, Giuseppe (a cura di). *Criminalità, sicurezza e opinione pubblica in Veneto*. Padova: Cleup, 2000. p. 113. Tradução livre do original em italiano: “Come si nota, l'insicurezza è collegata a molteplici fenomeni, spesso di natura strutturale e che hanno poco a che fare con la criminalità, che influenzano la percezione individuale del fenomeno”.

⁶³⁰ KESSLER, Gabriel. *El sentimiento de inseguridad*: sociología del temor al delito. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.

a ações e sujeitos considerados por certos grupos como ameaçadores mas que, porém, não infringem lei alguma”⁶³¹.

Outras abordagens sobre o medo do crime vêm sendo desenvolvidas, especialmente relacionando-o com a adoção de posturas públicas pelos poderes, especialmente nos Estados Unidos. O estudo de Jonathan Simon, por exemplo, buscou demonstrar que nesse país vem ocorrendo o que ele denomina governo através do medo do crime. Diante desse medo fortemente impulsionado por diversos fatores, como os meios de comunicação, cria-se grande margem discricionária ao Poder Executivo, o qual tem legitimada a adoção de posturas repressivas em torno da questão penal, não havendo, entretanto, um correspondente aumento da segurança. Em função disso, Simon observa que

O governo através da criminalidade torna a América menos democrática e mais polarizada do ponto de vista racial; exaure o nosso capital social e reprime a capacidade de inovar. Malgrado tudo isso, o governo através da criminalidade não nos tornou – e eu acredito que não nos possa tornar – mais seguros; ele, ao contrário, alimenta uma cultura do medo e do controle que, inevitavelmente, abaixa o limiar do medo no momento em que submete os cidadãos a uma pressão sempre mais forte⁶³².

Em termos administrativos, o medo da criminalidade rendeu ao governo uma ampliação de sua margem decisória. O próprio Ministério Público teve seu poder de acusação ampliado, restando, porém, os direitos de defesa estagnados. Sociologicamente, é esse momento histórico caracterizado pela identificação dos cidadãos com as vítimas dos crimes, criando-se, inclusive a partir da legislação, um sentido de coletividade: é no papel de vítimas que os americanos se compreendem como uma unidade, mas a identidade de vítima é profundamente conotada em termos raciais⁶³³. “É a fisionomia deste sujeito-vítima – desenhado pelo *lobby*, pelos *mass media*, e enfim, mesmo pela linguagem legislativa, a constituir talvez o efeito

⁶³¹ KESSLER, Gabriel. *El sentimiento de inseguridad: sociología del temor al delito*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009. p. 11. Tradução livre do original em espanhol: “[...] la inseguridad no abarca el conjunto de los delitos, ni siquiera todo el crimen violento, y, a la vez, puede hacer referencia a acciones y sujetos considerados por ciertos grupos como amenazantes pero que sin embargo no infringen ley alguna”

⁶³² SIMON, Jonathan. *Il governo della paura: guerra alla criminalità e democrazia in America*. Milano: Raffaello Cortina, 2008. p. 7. Tradução livre do italiano: “Il governo attraverso la criminalità rende l’America meno democratica e più polarizzata dal punto di vista razziale; esaurisce il nostro capitale sociale e reprime la capacità di innovare. Malgrado tutto questo, il governo attraverso la criminalità non ci ha resi – e io credo che non possa renderci – più sicuri; esso, anzi, alimenta una cultura della paura e del controllo che, inevitabilmente, abbassa la soglia della paura nel momento in cui sottopone i cittadini americani a una pressione sempre più forte”.

⁶³³ SIMON, Jonathan. *Il governo della paura: guerra alla criminalità e democrazia in America*. Milano: Raffaello Cortina, 2008. p. 98.

mais importante das legislações sobre a criminalidade: sobretudo, do modo no qual ele consegue afirmar-se”⁶³⁴.

No contexto brasileiro, a indução de medos sempre ocorreu com o objetivo de adoção legitimada de estratégias de neutralização e disciplinamento do povo. A partir dessa observação insere-se a tese de Malaguti Batista, “[...] de que a hegemonia conservadora na nossa formação social trabalha a difusão do medo como mecanismo indutor e justificante de políticas autoritárias de controle social”⁶³⁵. A autora analisa situações em que na atualidade essa difusão do medo, com a contribuição decisiva dos meios de comunicação de massa, auxiliou na adoção de práticas que geraram muitas mortes e conflitos, como a ocupação militar das favelas cariocas. Diante disso, mostra que “o medo é a porta de entrada para políticas genocidas de controle social”⁶³⁶.

A “política criminal com derramamento de sangue”⁶³⁷, típica da adoção de um modelo bélico de combate ao inimigo interno, não seria possível sem a construção desses medos. O que se está vivenciando na atualidade, com as frequentes invasões de bairros pobres pela polícia, na sangrenta guerra às drogas, permite perceber o quanto o discurso legitimador do extermínio está ligado à ameaça que o tráfico representa no discurso da mídia, dos políticos, do sistema penal. Assim, enquanto no caso norte-americano a ascensão do medo se torna uma forma de auxiliar a adoção de uma política autoritária de repressão ao crime, no Brasil ele aparece como forma de justificar o extermínio. Por outro lado, ambos os países têm em comum as consequências dessa política do medo quando relacionadas ao setor privado: nunca a indústria do controle do crime tanto lucrou⁶³⁸. A manipulação dos medos “[...] é um forte elemento de controle social, que é permeado por interesses

⁶³⁴ SIMON, Jonathan. *Il governo della paura: guerra alla criminalità e democrazia in America*. Milano: Raffaello Cortina, 2008. p. 143. Tradução livre do italiano: “È la fisionomia di questo soggetto-vittima – disegnato dalle lobby, dai mass media, e infine dallo stesso linguaggio legislativo – a costituire forse l'effetto più importante delle legislazioni sulla criminalità: soprattutto, del modo in cui esse riescono ad affermarsi”.

⁶³⁵ BATISTA, VeraMalaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: Dois tempos de uma história*. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 23.

⁶³⁶ BATISTA, VeraMalaguti. Medo, genocídio e o lugar da ciência. *Discursos sediciosos: crime, direito, sociedade*, Rio de Janeiro, nº 7 e 8, 1º e 2º semestres de 1999, p. 135-141. p. 135.

⁶³⁷ BATISTA, Nilo Batista. Política criminal com derramamento de sangue, *Discursos sediciosos: crime, direito, sociedade*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 5 e 6, 1 e 2º sem. 1998. p. 77-94.

⁶³⁸ CHRISTIE, Nils. A indústria do controle do crime: A caminho dos GULAGs em estilo ocidental. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

econômicos, gente e grupos econômicos que vendem soluções, sistemas de segurança ou armas”⁶³⁹.

Dessa forma, não é difícil relacionar os meios de comunicação de massa em sua ferrenha luta pela audiência e pregação de valores, o sentimento de insegurança, a manipulação desses sentimentos em políticas criminais e, ainda, os lucros obtidos no setor privado com a parafernália de segurança.

Enquanto a proteção pessoal se tornou um grande ponto de venda, talvez o maior, nas estratégias de marketing de mercadorias de consumo, a garantia da “lei e ordem”, cada vez mais confinada à promessa de proteção pessoal, se tornou um grande ponto de venda, talvez o maior, tanto nos manifestos políticos quanto nas campanhas eleitorais – ao mesmo tempo em que as ameaças à segurança pessoal foram promovidas à posição de grande trunfo, talvez o maior, na guerra de audiência dos veículos de comunicação de massa, aumentando ainda mais o sucesso dos usos comerciais e políticos do medo⁶⁴⁰.

Assim como o surgimento da imprensa, lembrada por Delumeau, contribuiu fortemente para que o medo diante de satã se difundisse na Europa do século XVI, não se pode negar a centralidade dos meios de comunicação de massa, em especial os audiovisuais, na produção do medo contemporâneo em relação ao crime, e do sentimento de insegurança. Como nota Barata, “[...] não podemos entender os medos sociais sem analisar os meios de comunicação, pois sua aparição transformou radicalmente a experiência coletiva frente ao delito”⁶⁴¹. Tal transformação aparece de maneira tão importante, que os meios irão aparecer como produtores do discurso sobre o crime, deslocando as fontes tradicionais de produção do senso comum sobre o mundo criminal: a experiência do contato direto com o delito e as vivências transmitidas pelas pessoas próximas⁶⁴².

A análise bastante difundida sobre os efeitos que a mídia pode trazer para o desenvolvimento de medos na população, bem como para a adoção de posturas punitivas em relação à criminalidade, costuma partir de uma percepção geral sobre a

⁶³⁹ ALMENDRA, Dinaldo; MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. O medo, a mídia e a violência urbana: A pedagogia política da segurança pública no Paraná, *Rev. bras. segur. pública*, São Paulo v. 6, n. 2, Ago/Set 2012, p. 266-281.

⁶⁴⁰ BAUMAN, Zygmunt. *Medo líquido*. São Paulo: Jorge Zahar, 2008. p. 188.

⁶⁴¹ BARATA VILAR, Francesc. La construcción mediática de la culpabilidad: Cuando las noticias interfieren en las políticas criminales y aumentan ansias punitivas. In: BOZZA, Fábio; ZILIO, Jacson. *Estudos críticos sobre o sistema penal*. Curitiba: LedZe, 2012. p. 717-746. p. 737. Tradução livre do original em espanhol: “Dicho en otras palabras, que no podemos entender los miedos sociales sin analizar los medios de comunicación, pues su aparición ha transformado radicalmente la experiencia colectiva frente al delito”.

⁶⁴² BARATA VILAR, Francesc. La construcción mediática de la culpabilidad: Cuando las noticias interfieren en las políticas criminales y aumentan ansias punitivas. In: BOZZA, Fábio; ZILIO, Jacson. *Estudos críticos sobre o sistema penal*. Curitiba: LedZe, 2012. p. 717-746. p. 738.

forma sensacionalista com a qual são transmitidas as mensagens sobre o crime. A partir dessa constatação, parte-se para a análise sobre os efeitos que essa representação pode trazer em termos de produção de medos.

A maior parte dos estudos realizados segundo esse questionamento relaciona a desproporcionalidade entre a probabilidade de determinadas pessoas serem vítimas de crimes e o medo que possuem de serem vitimizadas, o que indicaria que a atuação dos meios de comunicação de massas induz ao desenvolvimento de medos. O maior problema encontrado, entretanto, é o de estabelecer a relação entre as duas constatações⁶⁴³.

Os primeiros estudos desenvolvidos nessa linha estabeleceram essa relação principalmente através de pesquisas de campo quantitativas. O trabalho de Gerbner, por exemplo, conclui que as pessoas mais expostas à televisão são mais dispostas a acreditar que constituem potenciais vítimas de crimes⁶⁴⁴. Também traz resultados semelhantes a pesquisa desenvolvida por Chericos, Esccolz e Gertz. A partir de uma diferenciação conforme gênero, idade, cor da pele e experiência de vitimização, concluem que as pessoas mais atemorizadas pelo crime são as mulheres brancas⁶⁴⁵.

Uma crítica a esses estudos é realizada por Ditton e Chadee, os quais referem que a pesquisa quantitativa é insuficiente para a análise do problema. Por isso, desenvolvem uma metodologia quanti-qualitativa de recepção, de modo a analisar de que forma o público pode formar a imagem sobre o crime, e a construção do medo sobre ele influenciado pela mídia⁶⁴⁶.

Em pesquisa semelhante, Smolej e Kivivuori estabeleceram a seguinte conclusão de sua pesquisa de campo sobre mídia e medo do crime:

Nossa principal descoberta é que a leitura de primeiras páginas dos tablóides está associada a comportamentos de evitação e com níveis mais elevados de preocupação sobre como se tornar uma vítima da violência. Também descobrimos que as pessoas que se expõem a muitas fontes de

⁶⁴³ DITTON, Jason. *et. al.* From imitation to intimidation: a note on the curious and changing relationship between the media, crime and fear of crime (2004). In: GREER, Chris. *Crime and media: a reader*. London: Routledge, 2010. p. 442-459.

⁶⁴⁴ GERBNER, G.; GROSS, L. Living with television: the violence profile, *Journal of communication*, spring, p. 173-199.

⁶⁴⁵ CHIRICOS, Ted; ESCHHOLZ, Sarah; GERTZ, Marc. Crime, news and fear of crime, *Social problems*, n. 3, v. 44, august 1997, p. 342-357. Disponível em: <<http://www.jstor.org/pss/3097181>> Acesso em: 20 jun. 2009.

⁶⁴⁶ DITTON, Jason. *et. al.* From imitation to intimidation: a note on the curious and changing relationship between the media, crime and fear of crime (2004). In: GREER, Chris. *Crime and media: a reader*. London: Routledge, 2010. p. 442-459.

notícias sobre crimes são mais propensas a temer a violência. Como um subproduto interessante da nossa análise, observamos que estar desempregado foi fortemente associado ao medo da violência⁶⁴⁷.

Esses estudos têm em comum a característica de considerarem as possíveis variáveis que interferem no medo, além da mídia. Na verdade, todos eles têm sido objeto de duras críticas. Em primeiro lugar, por adotarem uma percepção sobre a influência da mídia de maneira mecanicista: o público assumiria a mensagem transmitida pela mídia sem questionar. Em segundo lugar, os realistas de esquerda, em especial Young, criticaram a ideia da irracionalidade dos medos em função das chances de vitimização a partir da tese de que a imagem desenvolvida sobre o crime provém mais da experiência pessoal e comunitária do que dos meios de comunicação. As feministas trouxeram ainda outro grupo de críticas: o fato de as mulheres estatisticamente serem menos vítimas de crimes violentos não significa que seus temores não sejam proporcionais aos riscos que correm. Entendem que o medo feminino não é irracional: elas estariam respondendo sensivelmente à realidade de suas vidas, pois rotineiramente elas estão diante de ameaças de violências físicas e sexuais, na rua, no trabalho e em casa⁶⁴⁸.

O trabalho de Farral *et. al.*, contudo, vem romper com esse pressuposto de que as mulheres são mais assustadas do que os homens e que isso seria irracional. A partir de 64 entrevistas qualitativas realizadas com homens e mulheres em Glasgow, os estudiosos perceberam que não é possível sinalizar com uma diferença significativa entre homens e mulheres no medo do crime. Existe uma enorme diferença entre homens e mulheres muito assustados, e homens e mulheres pouco assustados, mas não seria uma diferença de gênero⁶⁴⁹.

Um autor que vem estabelecendo interessantes abordagens sobre a representação do crime na mídia é o inglês Reiner. Em um de seus textos, o autor explica que “as representações da mídia tendem a exagerar a ameaça de crime e de promover o policiamento e punição como o antídoto. É provável que isso acentue o

⁶⁴⁷ SMOLEJ, Mirka; KIVIVUORI, Janne. The relation between crime news and fear of violence, *Journal of Scandinavian Studies in Criminology and Crime Prevention*, v. 7, issue 2, december 2006, p. 211 – 227. Tradução livre do original em inglês: “Our main finding is that reading tabloid front pages is associated with both avoidance behaviour and with higher levels of worry about becoming a victim of violence. We also found that people who expose themselves to many sources of crime news are more likely to fear violence. As an interesting by-product of our analyses, we observed that being unemployed was quite strongly associated with fear of violence”.

⁶⁴⁸ LUPTON, Deborah; TULLOCH, John. Theorizing fear of crime: beyond the rational/irrational opposition. *British Journal of Sociology*, v. 50, n. 3, september 1999. pp. 507-523.

⁶⁴⁹ GILCHRIST, Elizabeth; BANNISTER, Jon; DITTON, Jason; FARRALL, Stephen. Women and the 'fear of crime'. *British Journal of criminology*, v. 38, n. 2, Spring 1998. p. 283-298.

medo e, portanto, o apoio à lei e à ordem política”⁶⁵⁰. Na sua opinião, os estudos realizados recentemente na Inglaterra comprovam que a mídia intervém claramente na indução dos medos a respeito do crime.

Nos Estados Unidos, essa abordagem também é defendida por Altheide. A produção de medos pela mídia é o seu tema central, de modo que, para o autor, o medo se tornou uma perspectiva pública dominante, uma maneira de olhar para a vida⁶⁵¹. Altheide analisa vários jornais norte-americanos buscando saber qual é a representatividade do discurso do medo e em referência a que a palavra medo é ligada simbolicamente ao longo do tempo. Para ele, o medo é uma palavra e um significado já generalizados no dia a dia, sendo um discurso prevalente nos Estados Unidos e na Europa. Muitos norte-americanos percebem a vida como assustadora e arriscada, principalmente pelo crime e a violência, mas também por outras causas. Os resultados de sua pesquisa sugerem que o medo não é usado por si mesmo, mas é crescentemente parte de um discurso do medo, uma maneira de focar nas características assustadoras da maior parte dos eventos⁶⁵². Essa generalização do discurso do medo provoca uma mudança de sentido: da experiência-como-medo, ao medo-como-experiência.

Da mesma maneira como Jonathan Simon, entre outros autores, observam que hoje a figura da vítima se generaliza⁶⁵³, Altheide atribui essa posição a um discurso do medo que vem invadindo o discurso popular norte-americano, mas também de outros países, nos últimos vinte anos. Para ele, “o medo é uma das poucas coisas que os americanos compartilham”⁶⁵⁴. Dentre os aspectos dessa perspectiva que enaltece a vítima, o mais generalizado é o crime.

Os cidadãos são agora solicitados a procurar criminosos, encontrar crianças perdidas, e promover esforços de vigilância para reduzir e controlar o uso de drogas ilegais. O policiamento de nossas vidas se tornou mais aceitável

⁶⁵⁰ REINER, Robert. Media made criminality: the representation of crime in the mass media. In: MAGUIRE, M; MORGAN, R; REINER, Robert, (eds.) *The Oxford handbook of criminology*. Oxford University Press, Oxford, UK, pp. 302-337. Tradução livre do original em inglês: “Media representations tend to exaggerate the threat of crime and to promote policing and punishment as the antidote. This is likely to accentuate fear, and thus support for law and order policies”.

⁶⁵¹ ALTHEIDE, David. *Creating Fear: News and the Construction of Crisis*. New York: Aldine De Gruyter, 2002.

⁶⁵² ALTHEIDE, David. *Creating Fear: News and the Construction of Crisis*. New York: Aldine De Gruyter, 2002.

⁶⁵³ SIMON, Jonathan. *Il governo della paura: guerra alla criminalità e democrazia in America*. Milano: Raffaello Cortina, 2008.

⁶⁵⁴ ALTHEIDE, David. *Creating Fear: News and the Construction of Crisis*. New York: Aldine De Gruyter, 2002. Tradução livre do original em inglês: “Fear is one of the few things that Americans share”. p. 178.

se os riscos são grandiosos o bastante, se as mensagens são repetidas com frequência suficiente, e se os medos ressoam através da vida cotidiana⁶⁵⁵.

A cultura do medo ligada às notícias sobre crimes provoca também uma política criminal do medo. As relações entre mídia e política são cada vez mais evidentes nesse âmbito, tema este que será abordado no capítulo 3.

1.2 Mídia e construção social do ato infracional

Como visto no segundo capítulo da primeira parte, uma determinada percepção social sobre a infância foi construída no discurso jurídico a partir de fins do século XIX e durante todo o século XX. Essa representação trouxe uma importante ambiguidade: a representação da criança como naturalmente boa, romantizada e, portanto, tratada como vítima da maldade adulta; e a criança má, corrompida por uma vida cheia de infelicidades, por pais irresponsáveis ou pelo abandono, que irá se transformar em um problema social. A compreensão de que essas crianças eram de responsabilidade do Estado vem dessa época e a sua atuação frente a elas teve a tendência de igualá-las: a criança abandonada passa a ser vista como o germe da criança delinquente. Essas crianças, para quem o Estado volta a sua atenção naquele período histórico, constituem a categoria social que passa então a ser conhecida pela palavra *menor*. A despeito das mudanças nesse discurso jurídico a partir do início da década de 1990, percebe-se que na prática pouca coisa mudou. Neste tópico, serão analisadas as características das notícias sobre a infância e a adolescência, especialmente no tema do ato infracional, a partir de pesquisas empíricas realizadas em várias localidades.

1.2.1 As crianças como “tragic victims” e “evil monsters”

Desde que a infância passou a ser diferenciada do período adulto, o que não tem mais do que dois séculos, uma percepção ambígua a seu respeito divide a

⁶⁵⁵ ALTHEIDE, David. *Creating Fear: News and the Construction of Crisis*. New York: Aldine De Gruyter, 2002.p. 154. Tradução livre do original em inglês: “Playing to fear is lucrative and controlling, and it is exciting and fun for audience members. Citizens are now asked to watch for criminals, look for missing children, and promote surveillance efforts to reduce and control use of illegal drugs. Policing our lives becomes more acceptable if the risks are great enough, if the messages are repeated often enough, and if the fears resonate through everyday life”.

sociedade: as mesmas crianças que são percebidas em sua ingenuidade e vulnerabilidade são também compreendidas como fontes de riscos à sociedade. Essa percepção não é característica apenas do Brasil: sociólogos, antropólogos e historiadores de várias nacionalidades fazem o mesmo diagnóstico. Barry Goldson, por exemplo, afirma que “[...] as crianças, a partir do início do século dezenove em diante, passaram a ser percebidas tanto como *vítimas vulneráveis* com necessidades de cuidado e proteção, quanto como *ameaças precoces* que requerem controle e correção”⁶⁵⁶. Assim, a proteção às crianças surge com a necessidade de também a sociedade ser protegida delas⁶⁵⁷. Essa representação, contudo, não se destina a todas as crianças, mas, sobretudo, àquelas das classes trabalhadoras e das classes pobres. Se, no final do século XIX, a delinquência já havia sido “descoberta”, a construção do “delinquente juvenil” já havia sido institucionalizada através de linhas políticas emergentes⁶⁵⁸.

Na mídia, esses estereótipos nunca foram tão vivos, ainda que no século XXI: diferentes estudos empíricos vêm mostrando que as notícias sobre crianças costumam trazê-las dentro de um desses modelos, ou elas são vítimas, ou elas são delinquentes. “Não é por isso de estranhar que infância, risco social, delinquência e crime se conjuguem numa associação com elevado potencial de noticiabilidade nas sociedades contemporâneas”⁶⁵⁹.

Diante dessa base cognitiva, que confirma as políticas excludentes e institucionalizadoras levadas a cabo durante quase um século em relação à criança, não é de se estranhar a ocorrência de sucessivos pânicos morais fazendo uso tanto de uma quanto de outra representação. Basta ver o tema da pedofilia, que, dos Estados Unidos ao Brasil vem construindo *predators* e vítimas; o *bullying*, em que vítima e bandido são frequentemente crianças, e a questão da delinquência juvenil, especialmente em casos nos quais “crianças matam crianças” que também vem

⁶⁵⁶ GOLDSON, Barry. Children, Crime and the State. In: GOLDSON, Barry; LAVALETTE, Michael; McKECHNIE, Jim (Eds.). *Children, Welfare and the State*. London: Sage, 2002. p. 120-135. p. 120. Tradução livre do original em inglês: “[...] children, from the beginning of the nineteenth century onwards, have been perceived both as *vulnerable victims* in need of care and protection, and as *precocious threats* who require control and correction”

⁶⁵⁷ GOLDSON, Barry. Children, Crime and the State. In: GOLDSON, Barry; LAVALETTE, Michael; McKECHNIE, Jim (Eds.). *Children, Welfare and the State*. London: Sage, 2002. p. 120-135. p. 122.

⁶⁵⁸ GOLDSON, Barry. Children, Crime and the State. In: GOLDSON, Barry; LAVALETTE, Michael; McKECHNIE, Jim (Eds.). *Children, Welfare and the State*. London: Sage, 2002. p. 120-135. p. 123.

⁶⁵⁹ CARVALHO, Maria João Leote de. Infância “em perigo”, infância “perigosa”. As crianças como sujeitos e objetos de delinquência e crime nas notícias. *Comunicação e Cultura*, 14, outono-inverno 2012. p. 191-206.

trazendo mudanças nas políticas penais em muitos países ocidentais a partir de pânicos morais.

No desenvolvimento dessa cultura do medo, patrocinada pelos meios de comunicação em parceria com as agências oficiais de controle penal, Altheide percebe uma importante ênfase em crimes envolvendo crianças, seja como vítimas seja como vitimizadores. “As crianças são símbolos poderosos de proteção, bem como de punição, não apenas daqueles que fazem mal a elas, mas também de crianças que são culpabilizadas por outros males sociais”⁶⁶⁰. Na análise de jornais que realizou nos Estados Unidos, o autor pode perceber que as matérias refletem preocupações com a segurança das crianças, de um lado, ao mesmo tempo em que, de outro lado, enfatizam a ideia de que as crianças, como membros de gangues, são a maior fonte de problemas e perigos⁶⁶¹. Entretanto, raramente ambas as facetas da infância são examinadas na mesma matéria.

As crianças como membros de gangues e jovens criminosos dominam muitas das nossas notícias e apresentações da cultura popular. Abastecida pelos recentes tiroteios nas escolas, a atenção se modificou para esforços de controle da juventude rebelde. Isso inclui o envio de mais jovens às prisões de adultos, o julgamento deles como adultos e ataques generalizados ao sistema de justiça juvenil por ser demasiado leniente⁶⁶².

Assim como nos Estados Unidos, a Inglaterra vem vivendo uma importante expansão da justiça juvenil, normalmente na esteira de casos que geram comoção social. O exemplo mencionado por todos os autores que tratam sobre a construção de pânicos morais com a ajuda da mídia a respeito de casos criminais envolvendo crianças ou adolescentes é o caso James Bulger (citado inclusive em um dos projetos de lei analisados acima⁶⁶³). Esse caso, ocorrido em 1993, é apontado por vários autores como uma das causas que alavancaram um aumento do punitivismo contra crianças nas últimas duas décadas. No caso, dois meninos de dez anos

⁶⁶⁰ ALTHEIDE, David. *Creating Fear: News and the Construction of Crisis*. New York: Aldine De Gruyter, 2002. p. 155. Tradução livre do original em inglês: “Children are a powerful symbol for protection as well as punishment of not only those who would hurt children, but also children who are blamed for other social ills”.

⁶⁶¹ ALTHEIDE, David. *Creating Fear: News and the Construction of Crisis*. New York: Aldine De Gruyter, 2002. p. 160.

⁶⁶² ALTHEIDE, David. *Creating Fear: News and the Construction of Crisis*. New York: Aldine De Gruyter, 2002. p. 167. Tradução livre do original em inglês: “Children as gang members and young criminals dominate many of our news reports and popular culture presentations. Fueled by recent school shootings, attention has shifted to efforts to control wayward youth. This includes remanding more juvenils to adult prisons, trying them as adults, and a widespread attack on the juvenile justice system for being too lenient”.

⁶⁶³ PL 904/2003.

sequestraram outro de dois anos em um *shopping center* e o amarraram aos trilhos do trem, onde ele morreu devido ao atropelamento. Cohen, em seu prefácio à terceira edição da obra *Folk Devils and Moral Panics*, cita todo o processo que sucedeu ao fato como um caso de pânico moral. Barry Goldson menciona o caso como o marco no qual o grupo definido como *child offenders* se transformou no novo inimigo interno da Inglaterra⁶⁶⁴.

Nesse caso, a linguagem da punição e da retribuição pode ser ouvida em todos os lugares, levando a que este não se tratasse apenas de um gesto simbólico: ele mexeu profundamente na própria formação política estatal. O fato de esse ter sido um fato atípico foi ignorado, de modo que se deu um processo de desmaterialização e descontextualização. Desse modo, as crianças puderam ser reconhecidas como tanto a causa como o produto da desordem social⁶⁶⁵.

O caso Bulger teve pelo menos três consequências relacionadas. Primeiro, ele iniciou uma reconsideração da construção social de crianças de dez anos como 'demônios' ao invés de 'inocentes'. Segundo, ele se uniu com, e ajudou a mobilizar, o medo adulto e o pânico moral sobre a juventude em geral. Terceiro, ele legitimou uma série de respostas mais duras de lei e ordem para jovens infratores os quais vieram caracterizar a década seguinte⁶⁶⁶.

Se a ansiedade dos adultos em relação às crianças provém do nascimento ambíguo do conceito de infância, nos dias atuais, em que o medo do crime é um dos poucos sentimentos compartilhados pelas pessoas que vivem em centros urbanos, a tendência parece ser a de que essa ansiedade se recrudesça. As mensagens dos meios de comunicação, as falas dos políticos, a própria ficção, tudo vem ao encontro de sentimentos já existentes quanto ao caráter dos jovens. Tudo ocorre de maneira a consolidar a mentalidade de que crianças e adolescentes estão de alguma maneira se tornando "ferozes"⁶⁶⁷. Para Goldson, os processos de demonização das

⁶⁶⁴ GOLDSON, Barry. Children, Crime and the State. In: GOLDSON, Barry; LAVALETTE, Michael; McKECHNIE, Jim (Eds.). *Children, Welfare and the State*. London: Sage, 2002. p. 120-135. p. 123.

⁶⁶⁵ Jeffs and Smith *apud* GOLDSON, Barry. The Demonization of Children: from the Symbolic to the Institutional. In: FOLEY, Pam; ROCHE, Jeremy; TUCKER, Stanley (eds.) *Children in society: Contemporary Theory, Policy and Practice*. Milton Keynes: Open University, 2001. p. 34-41. p. 36-37.

⁶⁶⁶ MUNCIE, John. *Youth and Crime*. 2nd ed. London: Sage, 2004. p. 3. Tradução livre do original em inglês: "The Bulger case had at least three related consequences. First, initiated a reconsideration of the social construction of 10 year olds as 'demons' rather than as 'innocents'. Second, it coalesced with, and helped to mobilize, adult fear and moral panic about youth in general. Third, it legitimized a series of tougher law and order responses to young offenders which came to characterize the following decade".

⁶⁶⁷ GOLDSON, Barry. The Demonization of Children: from the Symbolic to the Institutional. In: FOLEY, Pam; ROCHE, Jeremy; TUCKER, Stanley (eds.) *Children in society: Contemporary Theory, Policy and Practice*. Milton Keynes: Open University, 2001. p. 34-41.

crianças se sustentam em dois elementos constituintes: primeiro, preocupação e ansiedade; segundo, hostilidade e desprezo.

Quando o 'pânico' é 'amplificado' na mídia e em outros lugares, quando ele é representado como significando um mal-estar amplo e profundo, quando a *ansiedade* é explicitamente conectada com a *hostilidade* e cada um dos 'elementos' críticos interagem, é então que tanto as respostas simbólicas como as institucionais são legitimadas e consolidadas. Quando todas essas ansiedades conectadas e mesmo mais amplas e comuns, e reforçadas pela ambivalência intrínseca que se encontra nas profundezas da psique adulta, como no caso das crianças e da infância, as condições de 'demonização' simplesmente aguardam a ativação⁶⁶⁸.

No nível simbólico, esse tipo de processo costuma não se limitar àquelas crianças em conflito com a lei, tratando-se da demonização de toda uma geração: uma geração perdida, como muitos afirmam. Do nível simbólico, a demonização passa por uma metamorfose e chega ao nível institucional, de maneira que as crianças passam a ser vistas como adultos em miniatura, como foi até o início do século XIX. Ao mesmo tempo em que os jovens cada vez mais tarde saem da casa dos pais e passam a ter uma vida adulta – processo que leva a uma sua *infantilização*, as crianças e adolescentes passam a ser entendidos como adultos na questão criminal, provocando uma *adultização*⁶⁶⁹.

Algumas das formas institucionalizadas de criminalização e demonização decorrentes do caso Bulger na Inglaterra dos anos 1990, citadas por Goldson, foram: a ampliação do encarceramento de crianças, internações mais longas, toques de recolher para crianças com menos de dez anos, o '*naming and shaming*'⁶⁷⁰ de crianças, a erosão de garantias legais para as crianças mais jovens, a punição *fast-track* – mais acelerada –, 'dureza' generalizada, a abolição da prudência e a introdução de novas medidas intervencionistas⁶⁷¹.

⁶⁶⁸ GOLDSOON, Barry. The Demonization of Children: from the Symbolic to the Institutional. In: FOLEY, Pam; ROCHE, Jeremy; TUCKER, Stanley (eds.) *Children in society: Contemporary Theory, Policy and Practice*. Milton Keynes: Open University, 2001. p. 34-41. p. 36-37. Tradução livre do original em inglês: "When the 'panic' is 'amplified' in the media and elsewhere, when it is represented as signifying a wider and deeper moral malaise, when the *anxiety* is explicitly connected with the *hostility* and each of the critical 'elements' interacts, it is then that both the symbolic and the institutional responses are legitimized and consolidated. When all of this hooks-up even wider and more common anxieties, and is bolstered by the intrinsic ambivalence that lies deep within the adult psyche, as in the case of children and childhood, the 'demonizing' conditions simply await activation".

⁶⁶⁹ JEWKES, Yvonne. Media Constructions of Children: 'Evil Monsters' and 'Tragic Victims'. In: *Media & Crime*. Los Angeles: Sage, 2004. p. 87-106.

⁶⁷⁰ Expressão utilizada para significar o processo de nomeação pública de pessoas acompanhadas do relato de fatos que denigrem sua imagem, e, portanto, provocam vergonha.

⁶⁷¹ GOLDSOON, Barry. The Demonization of Children: from the Symbolic to the Institutional. In: FOLEY, Pam; ROCHE, Jeremy; TUCKER, Stanley (eds.) *Children in society: Contemporary Theory, Policy and Practice*. Milton Keynes: Open University, 2001. p. 34-41. p. 36-37. p. 40.

O fato de que, até o caso James Bulger, apenas um em cada cinco assassinatos de crianças⁶⁷² por ano foram praticados por estranhos e não pelos próprios familiares não impediu que o caso, tão excepcional quanto dramático, se tornasse um exemplo de como toda a juventude da atualidade vem passando por um processo de demonização. Nos dez anos que sucederam ao caso Bulger o número de adolescentes detidos aumentou drasticamente, em decorrência tanto do pânico moral, que deslocou as crianças e jovens ao patamar dos “outros perigosos”⁶⁷³, quanto da série de normas que surgiram para controlar a infância. A Inglaterra, Gales e Escócia são os países em que a maioria penal é a mais baixa em toda a Europa, além de ser onde as pessoas são mais inclinadas a prenderem crianças⁶⁷⁴. Na opinião de Jewkes, “ao se construir um ‘outro’ indefensável e demonizado diante de um pano de fundo de normalidade tomada como certa, os pânico morais sobre crianças que matam e são mortas evitam qualquer risco real às estruturas essenciais da sociedade”⁶⁷⁵. Desse modo, as figuras das crianças como *tragic victims* ou como *evil monsters* auxiliam na reprodução do *status quo*.

Ainda sobre o caso James Bulger, Green realiza um estudo comparativo buscando compreender os motivos pelos quais aquele caso gerou o pânico moral e a demonização da infância. O autor compara as atitudes do público, dos políticos e da mídia na Inglaterra com o caso Silje Redegard, de cinco anos, assassinada por três meninos de seis anos na Noruega em 1994. A partir dos dois casos, ambos trágicos e que revelam situações em que crianças matam crianças, o autor conclui que ingleses e noruegueses tiveram percepções completamente diferentes. Enquanto na Inglaterra, como já visto, os dois meninos que foram acusados chegaram a ser comparados com demônios, criando-se o resultado político de “adultização” das crianças e o endurecimento das leis, na Noruega os jornais enquadraram o fato como um trágico acidente, tendo os nomes das famílias e das crianças sido mantidos em segredo. O prefeito da cidade, ao ver os jornalistas

⁶⁷² JEWKES, Yvonne. Media Constructions of Children: ‘Evil Monsters’ and ‘Tragic Victims’. In: _____. *Media & Crime*. Los Angeles: Sage, 2004. p. 87-106. p. 94.

⁶⁷³ MUNCIE, John. *Youth and Crime*. 2nd ed. London: Sage, 2004.

⁶⁷⁴ JEWKES, Yvonne. Media Constructions of Children: ‘Evil Monsters’ and ‘Tragic Victims’. In: _____. *Media & Crime*. Los Angeles: Sage, 2004. p. 87-106.

⁶⁷⁵ JEWKES, Yvonne. Media Constructions of Children: ‘Evil Monsters’ and ‘Tragic Victims’. In: _____. *Media & Crime*. Los Angeles: Sage, 2004. p. 87-106. p. 102. Tradução livre do original em inglês: “Yet, in constructing an indefensible, demonized ‘other’ against a backdrop of taken-for-granted normality, moral panics over children Who kill and are killed avoid any real risk to the essential structures of society”.

internacionais chegarem para cobrir o que seria um novo caso James Bulger, pediu a eles que deixassem a comunidade em paz para que pudessem lidar com essa tragédia. A preocupação pública expressa nos jornais era com o bem-estar futuro daqueles que mataram a menina, com a necessidade de sua integração social, e os políticos não fizeram uso do caso para obter popularidade. A mãe da menina apareceu na imprensa apenas para dizer que perdoava os meninos que a mataram, sendo que foi publicizado o fato de ela ter negado dinheiro oferecido por um tabloide inglês para falar sobre seu caso em exclusiva, além de ter participado de uma campanha para aumentar a idade da maioridade penal na Inglaterra⁶⁷⁶.

Para compreender essas diferenças, Green teve que fazer uma análise muito mais profunda do que meramente o estudo de um caso de assassinato sugeriria: ele precisou estudar as diferenças culturais dos dois países, desde a educação, a solidariedade social, a economia, a cultura política, o mercado da mídia, especialmente a propriedade dos órgãos de imprensa. Enquanto a Noruega se mantém como um forte Estado de bem-estar igualitário, o Estado de bem-estar inglês erodiu desde a emergência da política econômica neoliberal thatcherista. O público não confia na política inglesa, em especial em razão de seu estilo de político fortemente partidário e adversarial. A imprensa inglesa tende a preconceitos políticos abertos e abraça agendas intervencionistas em temas como o crime e a punição. A propriedade da imprensa britânica é extremamente concentrada, enquanto a norueguesa é mais local e plural⁶⁷⁷.

Ao comparar o sistema de justiça criminal dos dois países, Green conclui que apesar de eles possuírem níveis semelhantes de vitimização em crimes através dos dados disponíveis, a Noruega tem sido bem mais contida nas suas respostas ao crime em relação à Inglaterra. A Noruega possui menos polícia, menos adultos e adolescentes na prisão e por menos tempo, menos medo do crime, grande investimento de *welfare*, importante igualdade de renda e altos níveis de assistência à criança. Para o autor, o consenso envolvido na cultura desse pequeno país estaria por detrás do desincentivo dos políticos em se engajarem no populismo penal cínico,

⁶⁷⁶ GREEN, David A. *When Children Kill Children: Penal Populism and Political Culture*. Oxford: Oxford, 2008.

⁶⁷⁷ GREEN, David A. *When Children Kill Children: Penal Populism and Political Culture*. Oxford: Oxford, 2008. p. 51.

e de uma cultura midiática menos sensacionalista⁶⁷⁸.

Apesar de nos anos 1990 a pressão da mídia para que a Noruega respondesse aos medos sobre o crime e a insegurança ter aumentado, foi possível lidar com essas pressões sem apelar para o punitivismo, ao contrário da Inglaterra. Mesmo que no discurso haja mais falas punitivas, elas não se relacionam diretamente com a ação dos políticos⁶⁷⁹.

Fica evidente na análise comparativa realizada por Green que o caráter criminoso das condutas é construído pela sociedade, pela mídia, pelos políticos, de acordo com a cultura do local em que o caso se desenvolve. Quanto mais punitivamente uma sociedade reage a um caso, mais os políticos encaminham suas propostas no sentido de atender às suas expectativas. Da mesma maneira, diante dos interesses comerciais da grande mídia, o destaque à culpa e à punição no discurso do jornal permite agendar o debate em um sentido punitivo. O Brasil, seguindo de perto as tradições norte-americana e inglesa de apostar no sistema penal como forma de gerir os problemas sociais, vem construindo sucessivos pânicos morais em torno da juventude no país, não sem a necessária conotação racial e classista envolvida.

Como na situação inglesa, descrita por Muncie, a representação do criminoso brasileiro, na mídia e no senso comum, é de uma pessoa jovem e, nos últimos tempos, muito jovem. O tema “criminalidade juvenil”, contudo, não costuma ser tratado de uma maneira séria e crítica. Essa figura é analisada como se tivesse status ontológico, como se, de fato, fosse possível falar em “ondas de crimes” baseado nas seleções operadas pelos jornais. Para o autor, “A ‘criminalidade juvenil’ é um problema não simplesmente em suas consequências danosas, mas também na maneira como ela é comumente entendida e conceitualizada”⁶⁸⁰.

Não apenas a palavra “crime” é problemática, pois desconsidera a reação social, mas também a palavra “juvenil”: é evidente que não todos os jovens são controlados da mesma maneira. Daí que, ao se falar em criminalidade juvenil, está-se tratando de algo bem definido, ainda que em razão do imaginário popular e não

⁶⁷⁸ GREEN, David A. *When Children Kill Children: Penal Populism and Political Culture*. Oxford: Oxford, 2008. p. 76.

⁶⁷⁹ GREEN, David A. *When Children Kill Children: Penal Populism and Political Culture*. Oxford: Oxford, 2008. p. 76.

⁶⁸⁰ MUNCIE, John. *Youth and Crime*. 2nd ed. London: Sage, 2004. Tradução livre do original em inglês: “‘Youth crime’ is a problem, not simply in its damaging consequences, but also in the way it is commonly understood and conceptualized”.

do que a realidade pode mostrar.

1.2.2 Os pânico morais também têm lugar nos países marginais

A relação entre criança e violência, em especial criminal, tem sempre grandes chances de ser noticiável. No caso da criança vítima da violência de adultos, gera indignação em razão da perda da inocência, do prevalecimento de adultos contra vítimas vulneráveis. Já no caso da criança autora de crime, a notícia gera ansiedade, porque se trata de um choque com a imagem da criança inocente.

Vários estudos sobre as crianças na imprensa ao redor do mundo mostraram a preferência dos jornais sobre notícias carregadas de violência, principalmente individual e física, para tratar da infância. O estudo de Cristina Ponte, por exemplo, sobre a imagem das crianças representada durante os trinta anos entre 1970 e 2000 no Diário de Notícias, de Lisboa, concluiu exatamente que a criança perigosa e a criança em perigo acabam sendo as figuras mais comuns nessas notícias. A partir dos anos 90, sobretudo, uma importante insistência no crime envolvendo crianças como criminosas e como vítimas teve lugar⁶⁸¹.

Nos monitoramentos da imprensa realizados pela Unicef no Uruguai em 2006, os pesquisadores chegaram a conclusões semelhantes. A categoria mais representada nas notícias sobre crianças nos jornais diários, semanários, de televisão e de rádio foi a violência. Dentro dessa categoria, 50,1% das notícias eram sobre situações de conflito com a lei, e as demais foram violência relacionada com âmbitos educativos (12,6%), abuso sexual (10%) e violência doméstica (9,6%)⁶⁸².

Em outro estudo, realizado na Argentina em 2008 pela *Periodismo social*, organização civil membro da rede Agência de Notícias de Direitos da Infância (ANDI), aparece que dentre as notícias sobre crianças e violência, 47,9% se referiram à violência nas ruas e na comunidade, praticada por crianças e adolescentes, 7% à violência institucional contra eles, 2,1% à violência doméstica, 2,1% a outros, 2,1% à violência em geral, 1,4% ao abuso sexual e 1,4% à violência nas escolas. Crianças e adolescentes apareceram como vítimas em 20,4% das

⁶⁸¹ PONTE, Cristina. *Crianças em notícia: a construção da infância pelo discurso jornalístico 1970-2000*. Lisboa: ICS, 2005.

⁶⁸² UNICEF. Oficina de Uruguay. *Infancia y violencia en los medios: una mirada a la agenda informativa*. Rosario Sánchez Vilela. Montevideo: UNICEF, 2007. p. 8.

notícias, e como agentes em 52,1%⁶⁸³.

Em uma comparação realizada pela ANDI sobre as coberturas de jornais de doze países latino-americanos dos anos de 2005, 2006 e 2007, os pesquisadores concluem que os assuntos tratados se mantiveram estáveis, estando a educação como tema principal e, em segundo lugar, a violência. A única exceção é a Argentina, cujos dados demonstram ser o tema da violência mais abordado do que a educação. Outros temas importantes como abandono, situação de rua e trabalho infantil pouco apareceram na mídia⁶⁸⁴.

Um dado interessante a respeito dessa cobertura é a ausência de fontes em muitas informações sobre o ato infracional. Afirmções do tipo: “nos últimos anos está aumentando o número de adolescentes que praticam delitos”; “os adolescentes praticam mais crimes violentos do que antes” são bastante frequentes. Em outros casos, simplesmente a notícia se refere a “um policial”, sem identificá-lo. Do total de fontes das notícias, 58,5% foram de fontes oficiais dos poderes públicos, com destaque para a polícia e o Poder Judiciário, 16,9% foram vozes de crianças e suas famílias, 8,2% de especialistas, 7,2% da sociedade civil, sendo que destes, as organizações da sociedade civil somente foram ouvidas em 2,4% das notícias⁶⁸⁵.

Cada país tem uma ou várias histórias de pânico morais envolvendo crianças e adolescentes vítimas e crianças e adolescentes autores de condutas graves contra a pessoa. Na Argentina, vários são os casos que geraram grande repercussão.

Recentemente, destacam-se os casos Barrenechea e Capristo, ambos casos de latrocínio que geraram grande polêmica em Buenos Aires porque adolescentes foram acusados dos crimes. No primeiro, o engenheiro Ricardo Barrenechea foi morto dentro de sua casa e na frente de seus quatro filhos durante um assalto, em outubro de 2008⁶⁸⁶, tendo sido condenados três adolescentes, dois deles com dezessete anos e um com dezesseis. No segundo, Daniel Capristo, um chofer de 45 anos foi morto quando resistiu a um assalto em frente à sua casa em 15 de abril de

⁶⁸³ CYTRYNBLUM, Alicia. *Niñez y adolescencia en la prensa Argentina*. Buenos Aires: Periodismo Social Asociación Civil, 2009.

⁶⁸⁴ ANDI. *Direitos, infância e agenda pública: uma análise comparativa da cobertura jornalística latino-americana 2005-2007*. Veet Vivarta (Coord.). Brasília: ANDI, 2009.

⁶⁸⁵ CYTRYNBLUM, Alicia. *Niñez y adolescencia en la prensa Argentina*. Buenos Aires: Periodismo Social Asociación Civil, 2009. p. 20.

⁶⁸⁶ MATAN a un ingeniero delante de su esposa y sus cuatro hijos, *Clarín.com*, 22 out. 2008. Disponível em: <<http://edant.clarin.com/diario/2008/10/22/policiales/g-01786411.htm>> Acesso em: 15 mai. 2013.

2009. Foram condenados um adolescente catorze anos e outro de quinze⁶⁸⁷. Ambos os casos geraram enorme repercussão na Argentina, de maneira que se reacendeu o debate sobre a redução da idade da responsabilidade penal para quatorze anos, já que na Argentina a maioridade penal ocorre aos dezesseis anos.

No informe *Periodismo social*, o caso Barrenechea é analisado a partir da cobertura dos dois maiores órgãos da imprensa argentina, o *Clarín* e o *La Nación*. Apesar de vários dias ocupando a primeira página dos jornais, os temas mais importantes, ligados às condições reais de internação dos adolescentes e mesmo o aprofundamento do tema da maioridade penal não teve lugar. O que apareceu foram detalhes do crime e reportagens sobre os suspeitos, mas sem a devida contextualização e problematização. Também foram objeto de reportagens os protestos pleiteando mais segurança, realizados nas ruas de Buenos Aires⁶⁸⁸.

Zaffaroni, ao comentar a cobertura da imprensa nesses casos observa que:

Em geral, um meio, seja escrito ou televisionado, especializado em notícia vermelha, nunca gera alarme social nem medo. Porque, tal como a pornografia, tem um público que gosta disso, sempre existiu. O problema é quando o faz um diário como o Clarín, que aumenta o número de metros quadrados dedicados a isso. Ahí, quando vês que a notícia passa à primeira página é porque há uma intenção de causar algo, há uma intenção de mostrar que o inimigo do momento está ali⁶⁸⁹.

A partir do momento em que um caso relevante chega às páginas dos jornais, outros que sequer teriam sido noticiados não fosse pela sensibilidade à criminalidade juvenil nesses períodos acabam aparecendo. O efeito disso é chamado de produção de "ondas de criminalidade" dadas pela mudança de foco do jornal.

As matérias de capa dos jornais mostram o foco conferido à insegurança, de um lado, e ao aumento da delinquência juvenil, de outro, associando o perigo aos inimigos do momento. As notícias passam a apresentar dados sobre o incremento

⁶⁸⁷ EL BARRIO del caso Capristo, *Clarín.com*, 09 nov. 2010. Disponível em: <http://www.clarin.com/politicas/barrio-caso-Capristo_0_368963194.html> Acesso em: 15 mai. 2013.

⁶⁸⁸ CYTRYNBUM, Alicia. *Niñez y adolescencia en la prensa Argentina*. Buenos Aires: Periodismo Social Asociación Civil, 2009.

⁶⁸⁹ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Entrevista: "La prevención real del delito no le interesa a nadie". In: CYTRYNBUM, Alicia. *Niñez y adolescencia en la prensa Argentina*. Buenos Aires: Periodismo Social Asociación Civil, 2009. p. 36-37. p. 37. Tradução livre do original em espanhol: "En general, un medio, sea escrito o televisado, especializado en noticia roja, nunca genera alarma social ni miedo. Porque, tal como la pornografía, tiene un público al que le gusta eso, siempre existió. El problema es cuando lo hace un diario como Clarín, que aumenta el número de metros cuadrados dedicados a eso. Ahí, cuando ves que la noticia pasa a la primera página, es porque hay una intención de causar algo, hay una intención de mostrar que el enemigo del momento está ahí".

da delinquência juvenil, a impunidade e a reincidência⁶⁹⁰. Dia após dia, o excesso quantitativo de notícias sobre o tema tem o seu correlato qualitativo.

Não somente há mais crimes, mas piores, não somente há mais crianças e jovens envolvidos, senão que estes são cada vez mais jovens, e cada vez mais ferozes [...]. Nada aqui permite tampouco supor que esta afirmação esteja abalada por uma estatística confiável ou alguma investigação qualitativa séria a respeito: se fala frequentemente a partir de “um” caso, ou, ainda, de uma hipótese, de uma presunção⁶⁹¹.

A falta de profundidade de análise desses casos de grande repercussão, que acabam sendo pautados pelo tema da segurança pública e pelo critério da imediatividade típica do jornalismo, leva a que pouco ou nada se modifique na realidade das políticas públicas em relação à criança e à adolescência, a não ser medidas de restrição de direitos. A descontextualização, por negar complexidade às tramas da ação, simplifica o trabalho de leitura, na medida em que dá a conhecer ao público o tema segundo quadros já familiares e facilmente identificáveis. Nas falas dos especialistas, do mesmo modo, a explicação costuma se repetir:

[...] ou bem os desenvolvimentos interpretativos nos põem diante de uma criança/adolescência/juventude pervertida por culpa de um mundo adulto anônimo (onde não se discriminam com clareza níveis de responsabilidade nem papéis institucionais específicos), ou, de outro modo, se recorre à descontextualização extrema, encontrando nesse despojo o vitalismo de sua notícia⁶⁹².

As semelhanças com os processos brasileiros de formação de pânico morais não são poucos.

⁶⁹⁰ CYTRYNBLUM, Alicia. *Niñez y adolescencia en la prensa Argentina*. Buenos Aires: Periodismo Social Asociación Civil, 2009.

⁶⁹¹ ARFUCH, Leonor. *Crímenes y pecados: de los jóvenes en la crónica policial*. Buenos Aires: UNICEF Argentina, 1997. p. 73. Tradução livre do original em espanhol: “No solamente hay más crímenes sino peores, no solamente hay más niños y jóvenes involucrados, sino que éstos son cada vez más chicos, y cada vez más feroces [...]. Nada aquí permite tampoco suponer que esta afirmación esté avalada por una estadística confiable o alguna investigación cualitativa seria al respecto: se habla a menudo a partir de “un” caso, o, aun, de una hipótesis, de una presunción”.

⁶⁹² ARFUCH, Leonor. *Crímenes y pecados: de los jóvenes en la crónica policial*. Buenos Aires: UNICEF Argentina, 1997. p. 69. Tradução livre do original em espanhol: “[...] o bien los desarrollos interpretativos nos enfrentan a una niñez/adolescencia/juventud pervertida por culpa de un mundo adulto anónimo (donde no se discriminan con claridad niveles de responsabilidad ni roles institucionales específicos), o, de otro modo, se recurre a la descontextualización ex-trema, encontrando en ese despojo el vitalismo de su noticia”.

2 DISCURSO MIDIÁTICO E PODER SIMBÓLICO: A DEMONIZAÇÃO DA JUVENTUDE POBRE

Durante os dez anos a que a pesquisa sobre a produção legislativa e os discursos políticos se dedicou (2003 a 2012), são dois os principais momentos em que há picos de projetos de lei classificados na categoria *infracionalização*: os anos de 2003 e 2007. Há, também, um número expressivo se comparado aos demais anos em 2009 e 2012 (cf. GRÁFICO 6, na p. 139). A partir dessa análise, que se baseou em uma pesquisa sem amostragem, pois foi analisada toda a população de projetos de lei da categoria *infracionalização* nesse período, decidiu-se partir para a seleção de material para o estudo dos jornais.

Várias foram as opções: analisar jornais de televisão, rádio, revistas, jornais impressos, sites de informação na internet. A opção pelo jornal impresso e a escolha da Folha de S. Paulo se deveu à constatação, não só em pesquisas brasileiras, mas também em outras partes do mundo, de que os parlamentares em geral costumam se informar nesse tipo de mídia⁶⁹³. No Brasil, anualmente o instituto de pesquisas FSB divulga os resultados de uma pesquisa de opinião com os deputados federais e senadores para identificar quais são as principais fontes de informação desses atores políticos. A pergunta de que parte a pesquisa, desde a sua primeira edição é: “se informação é poder, de onde vem a informação de quem tem poder?”⁶⁹⁴.

A pesquisa é quantitativa e realizada por amostragem representativa do total de deputados e senadores do Congresso Nacional. Na edição de 2013, a resposta à primeira pergunta do estudo já demonstra o seu valor. A questão: Utilizando uma escala de zero a 10, em que zero significa nenhuma importância e 10 significa máxima importância: Qual é a importância da mídia nas decisões e votos do Congresso Nacional? O resultado médio: 6 (seis). Isso demonstra a percepção dos parlamentares de que a mídia não pode ser ignorada ao se buscar compreender as origens das decisões dos parlamentares.

Para a decisão a respeito da mídia a ser analisada, o resultado da segunda questão foi fundamental: “Qual é a sua principal fonte de informação? Jornais,

⁶⁹³ WALGRAVE, Stefaan; SOROKA, Stuart; NUYTEMANS, Michiel. The Mass Media's Political Agenda-Setting Power: A Longitudinal Analysis of Media, parliament, and Government in Belgium (1993-2000). *Comparative Political Studies*, v. 41, n.6, p. 814-836, 2007.

⁶⁹⁴ BARRETO, Leonardo (coord.). *Mídia e política 2013: hábitos de informação e monitoramento político*. 6 ed. Brasília : FSB Comunicações, 2013.

internet, telejornais, rádio ou revistas?”. Os jornais impressos são a principal fonte de informação de 54% dos parlamentares na sexta edição da pesquisa, tendo tido importante queda desde a primeira edição, em 2008, quando o percentual era de 70%. O GRÁFICO 10 abaixo traz os resultados dessa pesquisa.

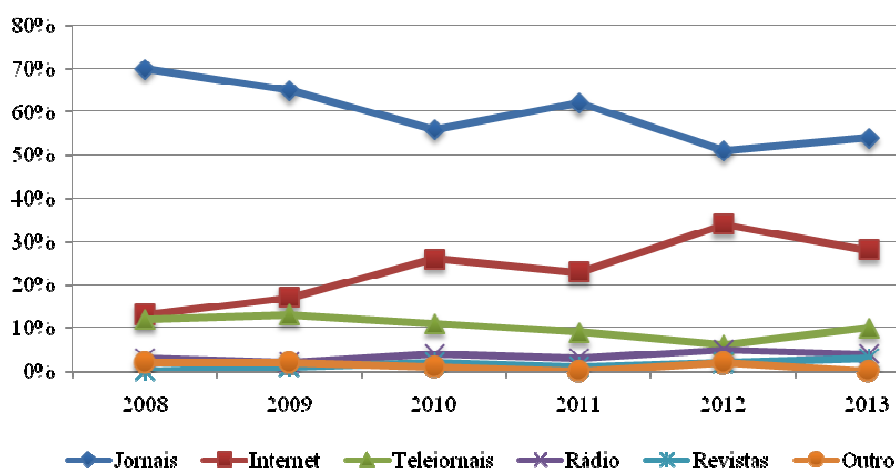


GRÁFICO 10 – CONSUMO DE MÍDIA PELOS PARLAMENTARES (2013)

FONTE – Relatório mídia e política 2013⁶⁹⁵

A pesquisa ainda mostra que o consumo da internet como fonte de informação dos parlamentares cresce, sobretudo, entre os mais jovens. Contudo, pelo fato de que este trabalho analisa as relações entre o discurso midiático e o discurso político a partir de 2003, quando a internet não tinha ainda o impacto atual na produção e recepção de informações, entende-se que os jornais impressos se constituem a fonte mais importante de notícias nesse período.

O veículo de comunicação, por sua vez, foi escolhido a partir dos dados de tiragem e circulação nacional, bem como dos resultados da pesquisa analisada: a maior parte dos parlamentares, em todas as pesquisas realizadas nesses seis anos apontam o jornal Folha de S. Paulo como o mais lido. O GRÁFICO 11 apresenta esse dado:

⁶⁹⁵ BARRETO, Leonardo (coord.). *Mídia e política 2013: hábitos de informação e monitoramento político*. 6 ed. Brasília : FSB Comunicações, 2013.

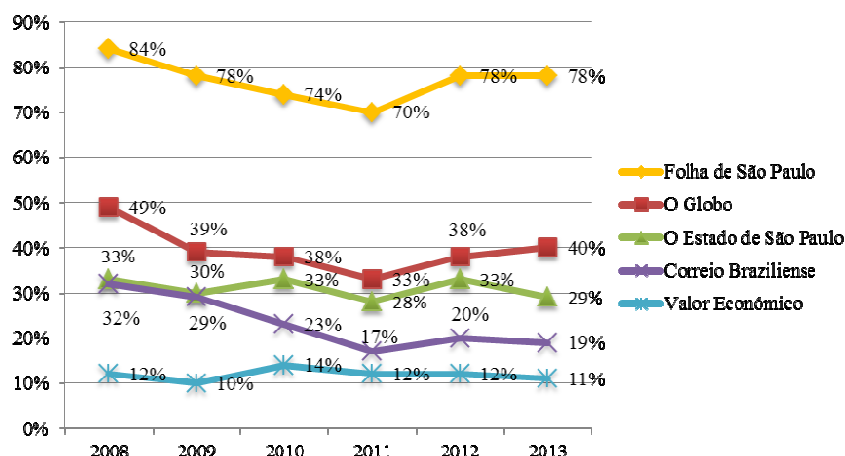


GRÁFICO 11 – JORNAIS IMPRESSOS MAIS LIDOS PELOS PARLAMENTARES (2013)

FONTE – Relatório mídia e política 2013⁶⁹⁶

Esse dado é ainda complementado pela pesquisa de Máximo, no qual, analisando os 1500 discursos na Câmara dos Deputados, entre 1999 e 2006, a autora conclui que, dentre os veículos nacionais, o mais citado é a Folha de S. Paulo, no caso com 74 menções⁶⁹⁷. O jornal Folha de S. Paulo também é o que tem maior circulação no país, segundo a Associação Nacional de Jornais (ANJ), além de sua tiragem também ser a maior. A TABELA 3 abaixo mostra os dez maiores jornais do país.

TABELA 3 – DEZ MAIORES JORNAIS IMPRESSOS DO BRASIL (2012)

Ranking	Título	UF	Média da circulação	Variação 2011/2012
01	Folha de S. Paulo	SP	297.650	4%
02	Super Notícia	MG	296.799	1%
03	O Globo	RJ	277.876	8%
04	O Estado de S. Paulo	SP	235.217	-11%
05	Extra	RJ	209.556	-21%
06	Zero Hora	RS	184.674	-2%
07	Diário Gaúcho	RS	166.221	7%
08	Daqui	GO	159.022	-3%
09	Correio do Povo	RS	149.562	0%
10	Meia Hora	RJ	118.257	-12%

FONTE: Associação Nacional de Jornais⁶⁹⁸

⁶⁹⁶ BARRETO, Leonardo (coord.). *Mídia e política 2013: hábitos de informação e monitoramento político*. 6 ed. Brasília : FSB Comunicações, 2013.

⁶⁹⁷ MÁXIMO, Helena Cristina. *A presença da mídia na ação política: evidências de uma influência discursiva*. Brasília: UNB, 2008. Dissertação (Mestrado), Programa de pós-graduação em ciência política, Universidade de Brasília, 2008. p. 104.

⁶⁹⁸ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. Maiores jornais do Brasil de circulação paga, por ano. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>> Acesso em: 10 abr. 2013.

O ano de 1921 dá início à história da Folha de S. Paulo, com a criação do jornal “Folha da Noite”. Após, em julho de 1925, foi criado o jornal “Folha da Manhã”, edição matutina da “Folha da Noite”. A “Folha da Tarde” foi fundada em 1949. Em 1º de janeiro de 1960, os três títulos da empresa se fundiram, surgindo o jornal Folha de S. Paulo⁶⁹⁹.

A Folha de S. Paulo se destaca pela sequência de projetos gráficos inovadores desenvolvidos nos últimos anos, bem como pelo seu manual de redação e estilo, que costuma ser usado como referência pelos jornalistas do país e, ainda, pelo projeto editorial publicizado em seu site. Nesse projeto, de 1997, o jornal reafirma os valores desenvolvidos nos projetos anteriores, buscando, porém, ressaltar as mudanças na configuração da geografia mundial e suas consequências no desenvolvimento de um jornalismo mais plural no Brasil.

O pluralismo, apequenado muitas vezes na auscultação meramente formal do “outro lado” da notícia, deveria renovar-se na busca de uma compreensão mais autêntica das várias facetas implicadas no episódio jornalístico. Mesmo a atitude apartidária, que veda alinhamentos automáticos e obriga a um tratamento distanciado em relação às correntes de interesse que atuam sobre os fatos, não pode servir de alibi para uma neutralidade acomodada, quando não satisfeita em hostilizar por hostilizar⁷⁰⁰.

O tema do pluralismo é destacado no projeto editorial, buscando fugir das acusações de partidarismo que os veículos comerciais de imprensa costumam sofrer e, ao mesmo tempo, não se caracterizar por um jornalismo acrítico.

Além da circulação e da tiragem deste jornal, bem como do fato de ser o mais lido pelos parlamentares, outro critério utilizado para a sua escolha foi o predomínio de temas políticos e o caráter secundário atribuído às notícias sobre crimes. Potencialmente, isso permitiria indicar que momentos de grande veiculação de temas ligados à violência urbana, segurança pública e crimes violentos contra a pessoa ocorreriam excepcionalmente e com maior impacto do que nos jornais mais dedicados a esses temas, já que se trata de “jornalismo de referência”⁷⁰¹.

⁶⁹⁹ FOLHA DE S. PAULO. *História da Folha*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_folha.htm> Acesso em: 13 mai. 2013.

⁷⁰⁰ FOLHA DE S. PAULO. *Caos da informação exige jornalismo mais seletivo, qualificado e didático*. Projeto editorial de 1997. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/projeto_editorial_plural.htm> Acesso em: 24 abr. 2013.

⁷⁰¹ Como observa Moretzsohn, a opção por trabalhar com o jornalismo de “referência” não implica na negação da importância da elaboração de trabalhos a respeito do chamado “jornalismo popular”, no qual o crime protagoniza os critérios de noticiabilidade, além de possuir elevados índices de circulação. MORETZSOHN, Sylvia Debossan. Mídia e sistema penal: o senso comum criminológico e as dificuldades de um discurso à contracorrente. In: OLIVEIRA, Rafael Santos de; BUDÓ, Marília De

Após a opção pelo jornal Folha de S. Paulo, passou-se à coleta de dados. Considerando-se a extensão do período de análise, e em razão do problema de pesquisa, optou-se por concentrar a análise do jornal nos períodos em que houve picos de projetos de lei na Câmara dos Deputados sobre a categoria infracionalização. Decidiu-se analisar os três meses mais próximos das datas das propostas dos deputados, constituindo-se a amostra da seguinte maneira: novembro e dezembro de 2003 e janeiro de 2004; fevereiro, março e abril de 2007; dezembro de 2008 e janeiro e fevereiro de 2009; fevereiro, março e abril de 2012.

A pesquisa no mecanismo de busca do acervo do jornal foi realizada a partir da seguinte combinação de termos: no campo “com todas as palavras” foi incluído o termo “adolescente”; no campo “com pelo menos uma das palavras” foram incluídas as palavras “infracional”, “infração”, “internação”, “internado”, “crime”, “pena”. Com essa combinação pretendia-se encontrar um número abrangente de matérias jornalísticas, desde aquelas que se utilizam de um vocabulário juridicamente incorreto, atribuindo a ideia de “pena” e “crime” à “medida socioeducativa” e ao “ato infracional”, até aquelas que usam a linguagem do Estatuto. O principal ponto negativo do uso desses termos é que as matérias sobre o ato infracional em que outras expressões são utilizadas para designar o autor, como, por exemplo, “menor” ou “jovem” não são selecionadas. Contudo, substituir “adolescente” por “menor” na busca traria um problema a mais: esta palavra é também um comparativo usado com frequência, o que geraria um número absurdamente grande de matérias selecionadas sem qualquer relação com o tema pesquisado. Ainda assim, muitas páginas apareceram sem relação e foi necessário realizar um filtro manual para excluir páginas relacionadas ao entretenimento, à esfera internacional etc.

A amostra é constituída por matérias pertencentes ao gênero informativo (reportagens, notícias, entrevistas). Do gênero opinativo foram selecionados apenas os editoriais, que expressam a opinião do jornal sobre os temas selecionados como mais importantes de cada momento.

Neste estudo, tem-se como objetivo confrontar o discurso político e o discurso midiático, de maneira a identificar de que maneira eles interagem na produção do discurso hegemônico sobre o ato infracional. Para tanto, serão estudadas as

representações sociais do adolescente autor de ato infracional, do ato infracional e das medidas socioeducativas nas edições do jornal, segundo alguns critérios que se assemelham aos utilizados no estudo do discurso político. A análise se diferenciara, contudo, daquela do discurso político em várias questões, dadas as características estruturais do discurso jornalístico, como a atenção especial conferida às fontes da notícia, o uso da linguagem referencial e cotidiana, o uso de infográficos, fotografias, manchetes, seções e chapéus sob as quais as matérias são publicadas, separação entre opinião e informação etc. Mas a característica distintiva mais essencial é o fato de o discurso jornalístico declarar pautar-se pela “busca da verdade”, possuindo como uma de suas principais metas a objetividade jornalística. Diferentemente, o discurso político é por natureza um discurso partidário, persuasivo, posicionado. Desse modo, encontrar os vieses por detrás da palavra escrita no jornal pressupõe a compreensão do caráter seletivo da produção da notícia, bem como das técnicas utilizadas pelos jornalistas para que sua credibilidade possa ser construída ou mantida.

Outra questão importante é a de que, em termos políticos, está-se tratando, sobretudo, neste trabalho, de propostas de mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente, apesar de o tema da redução da maioria penal ingressar diretamente na análise em razão da agenda midiática.

Nos jornais selecionados para análise neste trabalho, os meses escolhidos para o estudo nos anos de 2003 e 2007 possuem uma importância fundamental para este estudo. Em novembro de 2003 ocorreu o caso da morte do casal de adolescentes Liana Friedenbach e Felipe Caffé, já detalhado anteriormente. Já o mês de fevereiro de 2007 é excepcionalmente tomado pelo debate sobre o caso João Hélio, também já tratado acima. Assim, já era previsível que um número grande de páginas de jornal fosse selecionado para análise nesses períodos. A TABELA 4 traz o número de matérias analisadas em cada um dos períodos selecionados.

TABELA 4 - NÚMERO DE MATÉRIAS JORNALÍSTICAS ENCONTRADAS NOS PERÍODOS SELECIONADOS PARA A ANÁLISE

Tipo de matéria jornalística	Informativas	Opinativas	Painel do leitor	Total
1º período de análise				
Novembro de 2003	49	11	17	77
Dezembro de 2003	08	01	01	10
Janeiro de 2003	06	01	01	08

2º período de análise				
Fevereiro de 2007	57	25	41	123
Março de 2007	19	01	0	20
Abril de 2007	09	02	04	15
3º período de análise				
Dezembro de 2008	3	0	0	3
Janeiro de 2009	3	0	0	3
Fevereiro de 2009	0	0	0	0
4º período de análise				
Fevereiro de 2012	08	01	03	12
Março de 2012	05	0	0	05
Abril de 2012	12	0	0	12
Total:				288

FONTE: Elaboração própria com base na pesquisa ao acervo do jornal Folha de S. Paulo.

Já os anos de 2009 e de 2012, em que houve um número superior de projetos aos demais anos, exceto 2003 e 2007, não se sabia de qualquer caso específico que pudesse ter gerado uma cobertura excessiva da imprensa e influenciado a agenda política. E, de fato, não foram encontradas muitas páginas, apenas cinco no primeiro. No segundo período, o número se eleva a 25 matérias jornalísticas, das quais várias se referem ao caso de um adolescente de 13 anos que atropelou e matou uma menina de três em uma praia usando o *jet ski* do padrinho. O caso, porém, não teve grande repercussão, o que pode ser visualizado no número baixo de cartas de leitores publicadas sobre o tema, bem como de matérias opinativas.

O objetivo dessa delimitação não é o de realizar estudos de casos, mas sim verificar de que maneira a imprensa retrata o ato infracional, seu autor e a resposta estatal no intuito de verificar suas relações com o discurso político a respeito. Assim, a análise será o mais abrangente possível, apesar de que, em razão do número expressivo de matérias que tratam sobre os casos de grande repercussão, suas características serão objeto de estudo.

A análise iniciará pelas características gerais, em especial os critérios “fontes” e “enquadramento” das notícias em cada uma dessas categorias. A seguir, realizar-se-á a apresentação propriamente das representações sociais do ato infracional, de seu autor e da medida socioeducativa.

2.1 O oráculo indesmentível e outras fontes

Como visto, dois dos períodos analisados foram caracterizados por um enorme número de notícias e de matérias opinativas sobre o tema do ato infracional, mesmo que não tenha havido um aumento nas estatísticas de infracionalização no

período, nem mesmo no número de casos criminais apresentados pelo jornal. A diferença que pode ser demonstrada nos dois casos de grande repercussão - o caso Liana e Felipe e o caso João Hélio - é a evolução da cobertura do enfoque policial para um enfoque político.

Enquanto as primeiras reportagens de cada caso focam especialmente na investigação policial e nas matérias de interesse humano, sensacionalizando a dor dos familiares das vítimas e trazendo suas histórias de vida, poucos dias depois se passa para outro perfil de matéria: aquele relacionado à necessária reação da agência política aos casos. Assim, simultaneamente ao desvendamento do caso pela polícia, apresentado capítulo por capítulo a cada edição do jornal, a repercussão na esfera política ia tomando forma e se robustecendo, a ponto de, nas edições seguintes, ocupar mais espaço no jornal do que o próprio caso que a originou.

TABELA 5 abaixo apresenta o número de matérias publicadas a partir do tema predominante nas primeiras três semanas de cobertura dos casos Liana e Felipe e João Hélio.

TABELA 5 – NÚMERO DE REPORTAGENS SOBRE OS CASOS LIANA E FELIPE E JOÃO HÉLIO SEGUNDO O TEMA PREDOMINANTE E A SEMANA DE PUBLICAÇÃO

CASO LIANA E FELIPE	1ª semana	2ª semana	3ª semana
Instituições de internação	3	4	0
Investigação policial	10	1	0
História de vida - interesse humano	5	1	0
Iniciativa legislativa	5	9	3
Repercussão	1	0	0
Espetacularização	1	1	0
Processo penal	0	0	1
Interpretação-especialista	1	0	0
Total	26	16	4
CASO JOÃO HÉLIO	1ª semana	2ª semana	3ª semana
Instituições de internação	0	0	0
Investigação policial	14	3	0
História de vida - interesse humano	5	1	0
Iniciativa legislativa	15	6	1
Repercussão	2	0	0
Espetacularização	0	0	1
Processo penal	0	0	1
Interpretação-especialista	0	1	0
Pesquisa sobre ato infracional	1	0	0

Total	37	11	3
-------	----	----	---

FONTE: Elaboração própria com base na pesquisa no acervo do jornal Folha de S. Paulo

Como consequência da mudança no tema das matérias jornalísticas, o enquadramento e as fontes também se modificaram. Uma característica dos padrões gráficos dos jornais auxilia na compreensão direta do enquadramento conferido às notícias: sua localização em determinadas seções do jornal, bem como o uso de “chapéus”⁷⁰² para indicar o assunto de que tratam. No caso do jornal Folha de S. Paulo uma sua característica é a de não possuir uma editoria chamada “Policial”, como ocorre na maior parte dos jornais impressos. As notícias relacionadas a crimes e atos infracionais são sempre publicadas na seção “Cotidiano”, junto com as mais variadas temáticas⁷⁰³.

A TABELA 6 abaixo mostra a frequência dos chapéus em novembro de 2003:

TABELA 6 – CHAPÉUS UTILIZADOS NAS MATÉRIAS DE NOVEMBRO DE 2003.

Chapéu	Assunto	Número de ocorrências
INFÂNCIA	Morte de adolescente em detenção em SP	1
INFÂNCIA	Febem – propostas, estrutura	3
INFÂNCIA	Mudanças no ECA – criminalização de adultos	1
VIOLÊNCIA	Caso Champinha – Investigação policial	19
LEGISLAÇÃO	Mudanças no ECA ou na CF – infracionalização	6
MAIORIDADE PENAL	Mudanças na CF – maioridade penal	4
SEGURANÇA	Mudanças no ECA – infracionalização	1
MENOR INFRATOR	Mudanças no ECA – infracionalização	5
Total		40

FONTE: Elaboração própria com base na pesquisa ao acervo do jornal Folha de S. Paulo.

Os chapéus, porém, deixaram de aparecer com frequência após a reforma gráfica realizada pelo jornal em 2006. Enquanto a cobertura de novembro 2003 a respeito do tema em análise trouxe em 40 das 50 reportagens alguma tematização através desse recurso gráfico, a cobertura de fevereiro de 2007 não traz chapéu em qualquer notícia.

No tema específico da maioridade penal, na cobertura do caso Liana e Felipe, em novembro de 2003, quando a discussão fugiu do tema da investigação policial

⁷⁰² “Chapéu - Palavra ou expressão curta colocada acima de um título. Usada para indicar o assunto de que trata o texto ou os textos que vêm abaixo dela”. FOLHA DE S. PAULO. Chapéu. In: *Manual da redação*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_edicao_c.htm> Acesso em: 11 mai. 2013.

⁷⁰³ Por exemplo, toda a cobertura do carnaval paulista e carioca em fevereiro de 2007 aparece na mesma seção em que nas páginas seguintes a cobertura do caso João Hélio é publicada.

para alcançar prioritariamente sua repercussão, foi criado um chapéu “maioridade penal”, o que demonstra a sua autonomização em relação à origem e, ao mesmo tempo, a importância do debate travado na época sobre o tema.

Todas as reportagens a respeito da investigação policial vieram redigidas sob o chapéu “violência”. Já aqueles que diziam respeito à situação da Febem no estado de São Paulo traziam o chapéu “infância”. “Legislação” é o chapéu sob o qual as reportagens relacionadas às iniciativas de mudanças no ECA e na Constituição sobre o ato infracional e o adolescente em conflito com a lei foram publicadas. Estão incluídas aí as reportagens sobre as propostas de redução da maioridade penal e aumento do prazo de internação. Também os chapéus “menor infrator” e “segurança” aparecem para tratar sobre o endurecimento da lei para permitir o agravamento na punição de adolescentes.

Isso demonstra uma confirmação do que foi estudado na parte teórica deste trabalho: no enquadramento do jornal, pertencem ao tema da infância as crianças e adolescentes vítimas de violência; já aquelas percebidas como infratoras da lei pertencem ao tema das mudanças na legislação, da segurança pública e da figura ontológica contida na categoria “menor infrator”.

Da mesma maneira, a violência institucional praticada contra crianças e adolescentes suspeitas da prática de ato infracional não aparece sob o tema “violência”, mas sim os casos em que aqueles pertencentes a esse grupo são enquadrados como autores dos fatos violentos. A violência aqui é claramente compreendida como violência individual, ficando ocultas as demais modalidades, que, muitas vezes estão nas suas raízes, como a violência estrutural, entendida como repressão das necessidades humanas fundamentais, e a violência institucional, aquela praticada por agentes do Estado⁷⁰⁴.

O tema da “Segurança” também aparece segundo a ótica da “segurança pública”, ficando de lado a segurança dos direitos de que trata Baratta⁷⁰⁵. Aliás, violações de direitos são realizadas pelo jornal na cobertura dos fatos relatados, e muitas são praticadas por outros atores, como a polícia, por exemplo, e divulgadas sem a devida crítica. Alguns exemplos são os relatos de manchas no corpo dos

⁷⁰⁴ BARATTA, Alessandro. Direitos Humanos: entre a violência estrutural e a violência penal. *Fascículos de Ciências Penais*. Porto Alegre, vol. 6, n. 2, p. 44-61, abril-junho, 1993.

⁷⁰⁵ BARATTA, Alessandro. Seguridad. In: ELBERT, Carlos Alberto; BELLOQUI, Laura (orgs.). *Criminología y sistema penal*: Compilación in memoriam. p. 274-297. Buenos Aires: Julio César Faira, 2004.

suspeitos que apareceram durante o período em que estiveram presos (em 2003 e 2007); a ausência de advogados durante a investigação policial (em 2003 e 2007); a afirmação de culpa e detalhamento da participação de cada um no crime ainda antes da acusação formal pelo Ministério Público (em 2003 e 2007); a exposição pública de suas imagens, nomes (em 2003 e 2007) e inclusive do local de moradia de um deles – o que permitiu o apedrejamento de sua casa (em 2007), entre várias outras situações. Mas esses não foram casos relacionados ao tema da segurança para o jornal, e sequer foram objeto de reportagens específicas. A pesquisa da ANDI, citada anteriormente, traz um dado semelhante: os estudiosos concluíram que os direitos os direitos da criança e do adolescente são ocultados nas páginas dos 54 jornais estudados entre 2006 e 2010⁷⁰⁶.

As fontes predominantes nas matérias enquadradas como “violência” e relacionadas às investigações dos diferentes casos foram delegados de polícia, e o termo genérico “polícia”. Essa é uma tendência identificada desde os primeiros estudos a respeito da cobertura midiática dos crimes, como apontado no primeiro capítulo desta parte. Nas notícias criminais é comum que haja uma dependência, por parte dos jornalistas, em relação às fontes oficiais.

É possível afirmar que praticamente todas as matérias sobre a investigação vieram acompanhadas da expressão “segundo a polícia”, demonstrando, com evidência, a opção do jornal de repercutir essa fonte. Críticas à conduta policial, versões alternativas ao fato, ou, ainda, a menção ao *status* de meros investigados aos já chamados “criminosos” ou “acusados” praticamente não aparecem.

Outra voz que apareceu foi a dos próprios investigados⁷⁰⁷, frequentemente no quadro <outro lado>, publicada ao lado da reportagem principal⁷⁰⁸. Contudo, mesmo quando os suspeitos negam os fatos e apresentam sua própria versão, ela não é assumida pelo jornal como verdadeira, nem sequer suas palavras se transformam em chamadas de capa ou títulos de reportagens, como ocorre com a polícia. Na verdade, o próprio “chapéu” do quadro intitulado “outro lado”, já diz respeito a um outro, um diferente daquele definido como principal. Assim, o principal e imparcial lado, é o da polícia; o secundário e parcial é o do suspeito. Isso se deve ao fato de

⁷⁰⁶ ANDI. Como os jornais brasileiros abordam as temáticas relacionadas ao adolescente em conflito com a lei? Uma análise da cobertura de 54 diários entre 2006 e 2010. In: _____. Direitos em pauta: imprensa, agenda social e adolescentes em conflito com a lei. Veet Vivarta (Coord.). Brasília: Andi, 2012.

⁷⁰⁷ DETIDO negou a jornalistas ligação com as mortes *Folha de S. Paulo*, 14 nov. 2003, p. C5.

⁷⁰⁸ ACUSADO nega e diz também estar chocado, *Folha de S. Paulo*, 12 fev. 2007, p. C4.

que a polícia costuma ter alto grau de credibilidade na hierarquia das fontes⁷⁰⁹, sendo vista como desinteressada e, ao mesmo tempo, como dotada de um saber inigualável sobre o caso concreto.

O verbete “classificação das fontes” do manual de redação da Folha de S. Paulo permite compreender essa posição de credibilidade da polícia no jornal. Nesse verbete, consta que “hierarquizar as fontes de informação é fundamental na atividade jornalística. Cabe ao profissional, apoiado em critérios de bom senso, determinar o grau de confiabilidade de suas fontes e que uso fazer das informações que lhe passam”⁷¹⁰. Logo a seguir, indica quatro tipos de fontes. A fonte de tipo zero coincide com textos escritos ou gravados que não deixam margens para dúvidas, como seria o caso de enciclopédias renomadas, documentos emitidos por instituição com credibilidade etc. A utilização de uma fonte de tipo zero faz com que o jornalista não precise cruzar as informações com outra fonte.

A fonte de tipo um é uma pessoa que já tem histórico de confiabilidade, de maneira que as informações que passa sempre se mostram corretas. “Fala com conhecimento de causa, está muito próxima do fato que relata e não tem interesses imediatos na sua divulgação”⁷¹¹. Provavelmente é aqui que se enquadra o delegado de polícia, dado que nas matérias sobre a investigação policial, geralmente é a única fonte que consta. E é isso o que recomenda o manual para esse tipo de fonte: “embora o cruzamento de informação seja sempre recomendável, a Folha admite que informações vindas de uma fonte tipo um sejam publicadas sem checagem com outra fonte”⁷¹².

A fonte tipo dois tem os atributos da fonte tipo um, mas não possui o “histórico de confiabilidade”. Por isso, as informações repassadas por ela devem ser cruzadas com pelo menos uma fonte do tipo um ou dois antes de publicada.

Por fim, o degrau menos nobre na hierarquia das fontes é ocupado pela fonte de tipo três: “A de menor confiabilidade. É bem-informada, mas tem interesses (políticos, econômicos etc.) que tornam suas informações nitidamente menos

⁷⁰⁹ HALL, Stuart *et. al.*. The social production of news: mugging in the media. In: COHEN, Stanley; YOUNG, Jock. *The manufacture of news: Deviance, social problems & mass media*. London: SAGE, 1981. p. 335-367.

⁷¹⁰ FOLHA DE S. PAULO. Classificação das fontes. In: *Manual da redação*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_edicao_c.htm> Acesso em: 11 mai. 2013.

⁷¹¹ FOLHA DE S. PAULO. Classificação das fontes. In: *Manual da redação*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_edicao_c.htm> Acesso em: 11 mai. 2013.

⁷¹² FOLHA DE S. PAULO. Classificação das fontes. In: *Manual da redação*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_edicao_c.htm> Acesso em: 11 mai. 2013.

confiáveis”⁷¹³. O manual recomenda que no caso de a informação partir de uma fonte de tipo três, há dois caminhos a seguir: ou ela funciona como simples ponto de partida para o trabalho, que será complementado com o cruzamento com outras fontes, ou ela deve “ser publicada em coluna de bastidores, com a indicação explícita de que ainda se trata de rumor, informação não-confirmada”⁷¹⁴. Isso significa que uma mesma informação quando repassada por uma fonte tipo um é considerada um fato, quando transmitida ao jornal por uma fonte tipo três é considerada um mero rumor.

A Folha adverte, porém, ao final, que a classificação das fontes não é uma camisa-de-força, devendo o jornalista lembrar que “a fonte um não é um oráculo indesmentível e a fonte três pode trazer informações valiosas para o leitor”⁷¹⁵. Essa advertência, contudo, não parece ser do conhecimento dos jornalistas, pois, bem analisadas as matérias em questão, percebe-se claramente a aplicação cega e dogmática desse manual.

2.1.1 Delegado de polícia: a fonte número um por excelência

Por mais que a Folha não seja um jornal “espreme que sai sangue” e tenha um mínimo de preocupação com a sua credibilidade, ela mantém como característica comum aos demais uma visão bastante típica da investigação policial. A figura da polícia e, mais especificamente, do delegado de polícia como uma fonte credível, no topo da hierarquia, é visível nas páginas deste jornal. Simultaneamente, outras figuras que deveriam aparecer como fontes nessa etapa, como, por exemplo, o advogado de defesa e o conselho tutelar – em relação aos adolescentes envolvidos – ou não aparecem ou são apresentados como o “outro lado”.

No verbete “classificação das fontes” do manual de redação da Folha não consta como exemplo o delegado de polícia. Mas não é difícil enquadrá-lo aí: enquanto a maior parte das matérias conta com duas ou mais fontes, naquelas ligadas à investigação policial prevalecem as que possuem apenas a voz do delegado de polícia responsável pelo caso. Mas não é só essa característica que

⁷¹³ FOLHA DE S. PAULO. Classificação das fontes. In: *Manual da redação*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_edicao_c.htm> Acesso em: 11 mai. 2013.

⁷¹⁴ FOLHA DE S. PAULO. Classificação das fontes. In: *Manual da redação*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_edicao_c.htm> Acesso em: 11 mai. 2013.

⁷¹⁵ FOLHA DE S. PAULO. Classificação das fontes. In: *Manual da redação*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_edicao_c.htm> Acesso em: 11 mai. 2013.

demonstra esse pertencimento: independentemente do absurdo que conste nas afirmações do delegado, elas são divulgadas nas citações.

Alguns exemplos de títulos demonstram essa tendência na cobertura:

- a) Para a polícia, menor idealizou crimes (15 nov. 2003, p. C4).
- b) Para a polícia, os cinco sabiam de João (14 fev. 2007, p. C4).
- c) Preso liderou o assalto e arrastou João, diz a polícia (12 fev. 2007, p. C4).
- d) Uso de algema foi para impedir fuga, diz polícia (17 dez. 2008, p. C4).
- e) Outra testemunha diz à polícia que adolescente montou e ligou o jet ski (28 fev. 2012, p. C5)
- f) Polícia evita que moradores ataquem menor (12 nov. 2003, p. C4).
- g) Polícia realiza a reconstituição da morte do casal de estudantes (18 nov. 2003, p. C4).
- h) Polícia prende 4º envolvido no assassinato de menino (11 fev. 2007, p. C1).
- i) Polícia muda de novo versão sobre o caso (13 fev. 2007, p. C5).
- j) Delegado responsabiliza quatro por morte de menina atingida por jet ski (30 mar. 2012, p. C6)

Nos primeiros cinco casos, a polícia aparece tanto como voz prioritária como sujeito das ações. Nos demais, a polícia aparece apenas como fonte. Por mais que em grande parte das frases os jornalistas se preocupem em acrescentar o “segundo o delegado” ou “segundo a polícia”, isso não lhes toma a responsabilidade pela escolha da fonte citada, do enquadramento, do título, dos trechos das falas: é o jornalista quem decide *o que* é publicado e *como* é publicado. O trecho abaixo também permite compreender a exclusividade da polícia como fonte:

Um menino de 12 anos matou a avó a facadas na noite de anteontem na casa onde moravam, em Japeri (Baixada Fluminense, região metropolitana do Rio), *segundo a polícia*. Minutos antes, *ainda de acordo com a polícia*, ele havia cheirado solvente de tinta.

A polícia chegou ao garoto no momento em que arrastava pela rua o corpo da avó de 66 anos, que estava enrolado em um cobertor. *Ao ser indagado pelos policiais*, ele respondeu que havia matado a avó, mas sem motivo. Ele morava com ela havia cerca de um mês⁷¹⁶.

A ausência de outras fontes durante os inquéritos policiais impediu que a crítica à conduta dos delegados fosse possível. Já que a sua voz é a de uma fonte tipo um, sua palavra virou dogma. Isso fica claro na ausência da voz dos advogados: em apenas um dos 19 casos que geraram matérias sobre ato infracional (cf. TABELA 7) o advogado é citado.

Nos dois casos de grande repercussão sua ausência chega a ser mencionada. No caso Liana e Felipe, a única matéria que menciona o papel do

⁷¹⁶ MENINO de 12 anos mata a avó a facadas no Rio, *Folha de S. Paulo*, 16 fev. 2007, p. C5. Grifou-se.

advogado é a do dia 15 de novembro de 2003, apenas para justificar o motivo pelo qual outras fontes não foram ouvidas: “os jornalistas não puderam falar com nenhum dos cinco acusados para verificar a versão apresentada pelos policiais, e os presos ainda não têm advogados”⁷¹⁷. O motivo pelo qual os suspeitos ainda não tinham advogados não foi objeto de questionamento por parte do jornalista.

Isso é ainda mais grave na matéria de 13 de fevereiro de 2007, já no caso João Hélio. Na reportagem, o jornalista chega a mencionar o fato de os suspeitos estarem detidos e ainda não terem advogados. Ele questiona isso ao delegado e sua fala oracular aparece, na voz indireta e direta: “O delegado Hércules Nascimento disse que os presos não precisam ser assistidos no depoimento porque ‘podem se reservar o direito de ficar calados e o advogado não pode se manifestar nesse momento’”⁷¹⁸. Essa informação, dada pelo delegado, poderia ser facilmente polemizada a partir de outra fonte, que, para o jornal seria, porém, de tipo três, a menos confiável de todas: um advogado ou mesmo a própria Ordem dos Advogados do Brasil, que representa a classe. O desmentido poderia vir, ainda, da consulta de fontes de tipo zero, as mais confiáveis: a Constituição Federal, que em seu art. 5º, inciso LXIII garante que “o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado”; e o Código de Processo Penal, analisando-se o art. 6º, V combinado com o art. 185 do código de Processo Penal⁷¹⁹. Talvez seja pela postura dos delegados que em nenhum dos casos qualquer dos suspeitos interrogados tenha se reservado ao direito de permanecer em silêncio, tendo vários deles confessado os crimes. Muito diferente disso, no caso do Jet Ski, em que havia um advogado da família a falar em seu nome, o delegado de polícia não preponderou como fonte, e os direitos dos suspeitos tampouco foram desrespeitados⁷²⁰.

A partir da versão do crime elaborada pela polícia no caso João Hélio, a reportagem “Polícia prende 4º envolvido no assassinato de menino”, na página C1, veio acompanhada de um quadro. Nele aparecem duas fotografias, nos cantos

⁷¹⁷ PARA a polícia, menor idealizou crimes, *Folha de S. Paulo*, 15 nov. 2003, p. C4.

⁷¹⁸ CONFISSÃO foi para livrar o irmão, diz a mãe, *Folha de S. Paulo*, 13 fev. 2007, p. C5.

⁷¹⁹ Art. 6º, V c/c Art. 185 Código de processo penal. Nas palavras de Lopes Jr.: “Independentemente do nome que se dê ao ato (interrogatório policial, declarações policiais etc.), o que é inafastável é que ao sujeito passivo devem ser garantidos os direitos de saber em que qualidade presta as declarações, de estar acompanhado de advogado e que, se quiser, poderá reservar-se o direito de só declarar em juízo, sem qualquer prejuízo”. LOPES JR., Aury. Direito processual penal e sua conformidade constitucional. 8 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 268.

⁷²⁰ ADVOGADO afirma que atropelamento foi uma 'fatalidade', *Folha de S. Paulo*, 21 fev. 2012, p. C8.

opostos, uma de João Hélio “em seu último natal” e a outra de Diego Nascimento da Silva, 18, o primeiro a ser preso. A FIGURA 1 abaixo reproduz o quadro.

OS ENVOLVIDOS NA MORTE DE JOÃO HÉLIO

Quatro acusados estão presos e um ainda está foragido



João Hélio, 6, em seu último Natal

THIAGO ABREU MATOS, 19
Foi preso na madrugada de sábado. Dirigiu o táxi do pai que levou grupo à rua onde ocorreu o crime. Diz que foi forçado por Diego **[PRESO]**

CARLOS ROBERTO DA SILVA, 21
Segundo a polícia, confessou que estava no táxi dirigido por Thiago e teria dado cobertura aos três que entraram no carro **[PRESO]**

CARLOS EDUARDO TOLEDO LIMA
>> Está foragido. Estaria dirigindo o carro que arrastou e matou o menino João Hélio **[FORAGIDO]**

Adolescente de 16 anos
>> Está detido. É irmão de Carlos Eduardo e estaria no banco de trás do carro **[PRESO]**



DIEGO NASCIMENTO DA SILVA, 18
>> Foi o primeiro a ser preso, com a colaboração de seu próprio pai. Estaria no banco do carona do carro. É acusado de ter roubado o carro **[PRESO]**

FIGURA 1 – QUADRO PUBLICADO DURANTE AS INVESTIGAÇÕES
FONTE: Folha de S Paulo⁷²¹

O quadro traz os nomes de todos os envolvidos, com exceção do adolescente de 16 anos, mas facilita a sua identificação, pois é descrito da seguinte maneira: “está detido. É irmão de Carlos Eduardo e estaria no banco de trás do carro”. Ao lado dos nomes e da descrição da conduta de cada um dos suspeitos aparece um carimbo dizendo o seu estado atual. Em quatro deles consta “preso”, e em um consta “foragido”. As fotografias de João Hélio e de Diego Silva permitem um fácil enquadramento nos estereótipos da vítima e do criminoso. João Hélio aparece sorrindo, ao lado de um boneco de neve de pano; Diego aparece sem camisa, sério, olhando para o lado com ar de desconfiança. É pardo, com cabelos crespos, jovem, do sexo masculino e habitante da favela, o que por si só já o enquadra no estereótipo de algoz.

O enquadramento, portanto, é o de descrever os suspeitos e ao mesmo tempo mostrar a eficiência da polícia na obtenção de suas prisões e confissões. Imaginar que a polícia não é fonte interessada quando a imagem de sua competência e eficiência está em jogo parece uma grande ingenuidade. O termo *acusado* que é reservado para a fase do processo judicial é utilizado

⁷²¹ POLÍCIA prende 4º envolvido no assassinato de menino, *Folha de S. Paulo*, 11 fev. 2007, p. C1.

indiscriminadamente durante o inquérito policial. Raramente os investigados são tratados como meros suspeitos.

A credibilidade e enfoque prioritário da polícia como fonte não são abalados mesmo quando as versões mudam a cada dia de notícias sobre os casos. No caso João Hélio, a edição do dia 13 de fevereiro de 2007 trouxe uma reportagem intitulada “Polícia muda de novo versão sobre o caso”. O advérbio “de novo” vem expressar certa impaciência para com a atitude da polícia que, após divulgar informações de que um dos suspeitos, Carlos Eduardo Toledo Lima estaria ao volante do carro que arrastou João Hélio, neste dia trouxe a versão de que outro suspeito, Diego Nascimento Silva teria ocupado essa posição⁷²². O caráter provisório da investigação policial, e a consequente possibilidade de mudanças a todo o tempo, parecem ser desconsiderados na matéria, que trata cada informação advinda da polícia como uma verdade desvendada. No dia seguinte, 14 de fevereiro, novamente há a mudança na versão, mas o jornal não a destaca como havia feito no dia anterior, e dá a palavra, indiretamente, ao delegado: “O delegado afirmou *não ter dúvidas* de que Carlos Eduardo dirigia o carro, e que Diego e o adolescente também estavam no veículo. [...] Carlos Eduardo nega participação no crime”⁷²³. Ainda assim, também o jornal muda a versão e daí em diante também passa a tratar o caso segundo a nova interpretação, mantendo, então, a compreensão da polícia como fonte do tipo um.

A pesquisa da ANDI também concluiu que a maior parte das notícias sobre o ato infracional teve a polícia como fonte, até mesmo pelos focos da violência e segurança pública adotados. Nessa pesquisa, 59,8% dos textos trazem essa fonte de informação⁷²⁴. As outras duas fontes mais consultadas pelos repórteres são indivíduos em geral (20,4%) – aí entram as famílias da vítima e do agressor, bem como testemunhas – e os próprios adolescentes (6,1%), reforçando a percepção de que essa cobertura está mais focada no ato infracional em si. Instituições como o Judiciário, o Executivo estadual e o Ministério Público também contribuem com esse noticiário, mas de maneira menos frequente. Outras instituições importantes na área, como a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o Conselho

⁷²² POLÍCIA muda de novo versão sobre o caso, *Folha de S. Paulo*, 13 fev. 2007, p. C5.

⁷²³ PARA a polícia, os cinco sabiam de João, *Folha de S. Paulo*, 14 fev. 2007, p. C4. Grifou-se.

⁷²⁴ ANDI. Como os jornais brasileiros abordam as temáticas relacionadas ao adolescente em conflito com a lei? Uma análise da cobertura de 54 diários entre 2006 e 2010. In: _____. *Direitos em pauta: imprensa, agenda social e adolescentes em conflito com a lei*. Veet Vivarta (Coord.). Brasília: Andi, 2012. p. 36.

Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e Conselhos Tutelares⁷²⁵ aparecem em menos 1% das matérias analisadas⁷²⁶.

2.1.2 A fonte de número três: temas polêmicos e parcialidade das fontes

As matérias sobre o tema da medida de internação e das mudanças na lei e na Constituição possuem a característica de trazer, prioritariamente, fontes do tipo três, segundo o Manual da Redação da Folha. Todos os entrevistados possuem interesses em jogo no tema das alterações do Estatuto ou da Constituição, pois são membros de grupos organizados de defesa da criança e do adolescente ou das vítimas; políticos – afinados com um ou outro tipo de ação voltada ao tema; membros de entidades de classe; membros do Poder Judiciário. Por isso, suas palavras não são tomadas como verdades sendo, antes, confrontadas com numerosas outras fontes, a partir do que Charaudeau denomina “técnica da gangorra”, simultaneamente uma maneira de expressar uma sensação de pluralismo e imparcialidade do jornalista. Trata-se de um subterfúgio utilizado pelos jornalistas para que possam se abster de apresentar declaradamente o seu ponto de vista, apesar da impossibilidade inerente à ideia de neutralidade. A técnica consiste “[...] em propor pontos de vista diferentes, ou mesmo contrários, sem arriscar-se a operar uma hierarquia (ou fazendo-o em dose mínima), e cuja conclusão se resume a uma série de novas questões, daquelas que justamente não ousam tomar partido⁷²⁷”. Em função da miscelânea realizada, essa técnica tem um fraco poder explicativo: suscita a interrogação permanente, mas não propõe uma maneira que permita ao receptor da mensagem ser capaz de formar sua própria opinião.

Nos dois casos de grande repercussão – o caso Liana e Felipe e o caso João Hélio – são várias as matérias com essa característica, especialmente a partir do

⁷²⁵ Em um estudo específico sobre os conselhos tutelares e os conselhos de direitos na imprensa, realizada em 2003 pela ANDI, concluiu-se que esses órgãos, fundamentais para a defesa dos direitos da criança e do adolescente, são raramente citados nos jornais. Do total de 115.149 matérias sobre infância e adolescência publicadas em 54 jornais de todo o país, apenas 3% mencionaram aqueles conselhos. ANDI. Ouvindo Conselhos - Democracia participativa e direitos da infância na pauta das redações brasileiras (Série Mídia e Mobilização Social: Volume 8) 2005

⁷²⁶ ANDI. Como os jornais brasileiros abordam as temáticas relacionadas ao adolescente em conflito com a lei? Uma análise da cobertura de 54 diários entre 2006 e 2010. In: _____. Direitos em pauta: imprensa, agenda social e adolescentes em conflito com a lei. Veet Vivarta (Coord.). Brasília: Andi, 2012. p. 49.

⁷²⁷ CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. 2 ed. Tradução Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2012. p. 222.

segundo dia da investigação policial, quando, então, os políticos começaram a se mobilizar para dar uma resposta à sociedade. O tema da redução da maioria penal prepondera nessas matérias, e pelo seu caráter polêmico, são justapostas opiniões das mais diferentes origens e características. No ano de 2003, preponderam falas de membros dos tribunais superiores, do presidente da República e de governadores do Estado. São raras as falas de parlamentares. Ocupou importante espaço o fato de o governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, propor um projeto de lei para alterar o ECA, manifestando-se contrariamente à mudança na Constituição.

No ano de 2007, por outro lado, os parlamentares aparecem mais no jornal, especialmente aqueles do PMDB e do PSDB, geralmente em função de participarem de comissões ou serem relatores de propostas em tramitação. O PT aparece fortemente na voz de Arlindo Chinaglia, então presidente da Câmara dos Deputados. O presidente Lula, além dos governadores de São Paulo, José Serra, de Minas Gerais, Aécio Neves e do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral são frequentemente citados, direta e indiretamente.

Chama a atenção o fato de que em 2003 foi mais comum do que em 2007 a exposição de fontes provenientes dos movimentos sociais. Naquele ano, tanto os grupos da sociedade civil favoráveis à redução da maioria penal quanto aqueles contrários ocuparam importante espaço nos debates. É possível citar, como organizações da sociedade civil cujas vozes foram ouvidas em 2003 pela Folha: a AMAR (Associação de Mães e Amigos da Criança e do Adolescente em Risco), o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, a Associação Olha o Menino e o Instituto Sou da Paz, afora setores da Igreja Católica, como a Pastoral da criança e a CNBB. A OAB apareceu tanto em 2003 como em 2007, mostrando ser uma referência no tema para o jornal. O ILANUD (Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente) aparece para comentar uma pesquisa de opinião. São mostrados ainda os movimentos construídos por familiares de vítimas da violência urbana, como o Movimento Paz e Justiça Ives Ota⁷²⁸ e o Crime não tem

⁷²⁸ O “Movimento Paz e Justiça Ives Ota” foi criado pelos pais do menino de 8 anos de idade sequestrado e morto em 1997. O movimento tem como principal causa o aumento do período de duração da pena de prisão para crimes hediondos. Eles recolheram três milhões de assinaturas para aumentar a pena máxima de prisão para 100 anos. A mãe, Keiko Ota, foi eleita deputada federal em 2010 e agora busca que a proposta seja analisada pelo congresso. PARDELLAS, Sérgio. A LUTA

idade⁷²⁹.

Em 2007, aparecem apenas a Fundação Interamericana de Defesa dos Direitos Humanos, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, a Pastoral da Criança, a CNBB e a OAB. Afora esses grupos, aparecem indivíduos, como os pais e a irmã de João Hélio e membros do parlamento, do Judiciário ou do Executivo.

2.2 O ato infracional, o adolescente e a privação de liberdade segundo a Folha de S. Paulo

Para compreender as representações do ato infracional, do adolescente infracionalizado e da medida socioeducativa no Folha de S. Paulo, passa-se a seguir a analisá-la. Em termo teórico-metodológicos, esta análise parte também dos estudos críticos do discurso, conforme descrito na introdução do trabalho e no capítulo 3 da parte I.

2.2.1 O ato infracional no jornal: “os mais bárbaros ‘crimes’ dos últimos tempos”

A representação do ato infracional nas páginas da Folha não difere dos demais jornais, o que se pode perceber a partir da pesquisa da ANDI anteriormente referida. Talvez pelo fato de o jornal, em períodos de “normalidade”, não dedicar espaço privilegiado ao crime, apenas os atos mais graves e chocantes – de acordo com os critérios desenvolvidos com base no senso comum – efetivamente aparecem nas suas páginas. A TABELA 7 abaixo traz os casos selecionados pelo jornal para serem noticiados nos períodos analisados, contendo ainda o número de matérias relacionadas ao caso.

TABELA 7 - CASOS QUE GERARAM REPORTAGENS NO JORNAL FOLHA DE S. PAULO NOS PERÍODOS ANALISADOS (NOV-DEZ 2003 e JAN 2004; FEV-ABR 2007; DEZ 2008 e JAN-FEV 2009; FEV-ABR 2012).

dos 100 anos. Istoé independente, n. 2155, 25 fev. 2011. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/paginar/126004_A+LUTA+DOS+100+ANOS/2> Acesso em: 08 jul. 2013.

⁷²⁹ O grupo “Crime não tem idade” foi criado pelos pais de um adolescente de 17 anos que morreu vítima de um assalto por um adolescente de 16 anos em 1999. O grupo busca a redução da maioridade penal e tem como principal representante o pai do adolescente, Jorge Damus.

Data	Casos	Nº de matérias
05/11/2003	Morte de adolescente em centro de detenção no DF	01
07/11/2003	Central telefônica clandestina para os presidiários operada por adolescente	01
12/11/2003	Caso Liana Friedenbach e Felipe Caffé	42
17/11/2003	Prisão de dois adolescentes que tentaram fugir de centro de detenção	01
20/12/2003	Um rapaz de 18, um de 17 e uma menina de 16 anos confessam ter assaltado e matado um taxista	02
09/02/2007	Caso João Hélio	68
16/02/2007	Menino de 12 anos mata a avó a facadas no Rio	02
18/02/2007	Rapaz de 16 é filmado ao matar comerciante	01
01/03/2007	Mulher é morta após marcar encontro na Web (os suspeitos são dois garotos e uma menina)	01
12/03/2007	Assalto semelhante ao de João Hélio praticado por adolescentes	03
21/03/2007	Adolescente de 14 anos mata outro a facadas na escola	01
17/12/2008	Menino de 12 anos é detido pela 9ª vez em carro furtado	01
18/02/2008	Adolescente de 14 anos é suspeito de ter assaltado e matado uma médica	02
30/01/2009	Garoto pega Toyota da mãe escondido, derrapa e bate em outros dois carros	01
20/02/2012	Adolescente em jet ski atropela e mata criança na areia em Bertioga	12
12/03/2012	Participação de adolescente primo de Bruno no caso da morte de Eliza Samúdio	01
13/04/2012	Adolescente mata avó que o proibiu de jogar videogame	01
26/04/2012	2 homens são presos e 1 jovem é apreendido após roubos em série	01
29/04/2012	Advogada pede punição para sete adolescentes que teriam praticado bullying contra sua filha	01

FONTE: Elaboração própria com base na pesquisa no acervo do jornal Folha de S. Paulo.

Por mais que a notícia seja caracterizada pela busca do singular, do fora do comum – dentro do exemplo clássico de que “notícia não é quando um cachorro morde uma pessoa, mas quando uma pessoa morde um cachorro” – é extremamente previsível que acontecimentos sobre atos infracionais serão noticiáveis e quais não o serão. Os estereótipos cumprem um papel essencial nesse processo, e é aí que, pela primeira vez na produção das notícias, o jornalista tenderá a confirmar os preconceitos tão difundidos no senso comum e reproduzidos pela polícia.

“Crimes” adequados; “criminosos” apropriados; “vítimas” esperadas; “localidade” próxima e economicamente importante: quanto mais esses critérios forem satisfeitos, maiores serão as chances de que a notícia seja reportada. No caso do ato infracional, por mais que as estatísticas de infracionalização mostrarem que os atos infracionais que provocam a morte das vítimas ser um número baixo se comparado aos demais atos (cf. nota 366), a maior parte das notícias que os envolvem como autores tratam de latrocínios, homicídios e roubos.

Na TABELA 7 percebe-se que, se esses números forem analisados

estatisticamente, o percentual de homicídios e latrocínios chega a 57,9% dos casos de atos infracionais publicizados pela Folha. Naqueles de grande repercussão, há a morte da vítima por meios cruéis. No caso de Liana, ela foi mantida em cárcere privado e estuprada durante dias até ser assassinada. No caso de João Hélio, foi arrastado por sete quilômetros, tendo o corpo dilacerado no asfalto. Uma ausência, contudo, deve ser referida: não há menção direta ao crime de tráfico de drogas. Há apenas a menção ao uso, como no caso do menino que matou a avó, e que estava cheirando cola.

É uma característica da exploração do crime pelos meios de comunicação a sua identificação como sendo resumido aos crimes de rua, contra a vida e o patrimônio individual. Isso pode ser visto em diferentes pesquisas empíricas já realizadas, sabendo-se, por exemplo, que mesmo quando noticiados crimes típicos das elites econômicas, eles não aparecem na editoria “policial”, mas geralmente na editoria “política”. Essa exposição seletiva da criminalidade auxilia também na construção de temas como a violência, que resume àquela individual, ao conflito social, que parece ser provocado pelo crime e não uma característica da sociedade capitalista, e da segurança, que se resume à “segurança pública”, ficando de lado a segurança dos direitos, de que tratou Baratta. A aderência do discurso midiático à agenda do Estado nesse tema é constatada por diversos estudos, destacando-se o trabalho de Moraes e Almendra, no qual essa conclusão vem como decorrência da análise da campanha “Paz sem voz é medo”, do Grupo Paranaense de Comunicação (GRP-COM)⁷³⁰.

Além dessa seleção de atos infracionais divulgados pelo jornal, outros são mencionados em matérias que não são específicas sobre um caso, apesar de citarem algum, mas tratam da questão de maneira geral. Duas delas são emblemáticas, pois partem de dados estatísticos divulgados para compreender o ato infracional.

Em 01 de janeiro de 2004, em meio às fotografias do *réveillon* no mundo e do vencedor da corrida de São Silvestre está a chamada de capa “Menor participa de 1% dos homicídios”. A linha-fina contrasta as duas reportagens sobre o tema publicadas no interior do jornal: “Dado se refere aos 10 primeiros meses do ano em

⁷³⁰ ALMENDRA, Dinaldo; MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. O medo, a mídia e a violência urbana: A pedagogia política da segurança pública no Paraná, *Rev. bras. segur. pública*, São Paulo v. 6, n. 2, Ago/Set 2012, p. 266-281.

SP; 84% no país querem redução da maioridade penal, diz pesquisa”. No interior do jornal, uma página inteira e nobre é dedicada à pesquisa da Secretaria da Segurança de São Paulo. Nela, o jornal compara os dados do IBGE a respeito do número de adolescentes no estado – 36% da população – e aqueles referentes à participação de adolescentes no crime de homicídio – 1%. A desproporção coloca em xeque tudo o que se vinha dizendo sobre o tema do ato infracional nos meses de novembro e dezembro no contexto da comoção pública que tomou conta das páginas dos jornais em todo o país. Por isso, o jornal qualifica de “surpreendente” o dado. E mais, acrescenta as falas de pessoas que já se haviam manifestado contrariamente ou favoravelmente à redução da maioridade penal nas semanas anteriores, e todas, em coro, afirmaram estarem surpresas⁷³¹.

Contudo, ao longo da reportagem, quando os dados são explicados, percebe-se que ele não é, de fato, uma novidade: os números levantados pelo mesmo órgão em 2001 e 2002 traziam resultados muito semelhantes (respectivamente, 0,8% e 0,9%). O motivo pelo qual esse dado não apareceu durante o debate sobre a maioridade penal, que ocupou grande parte das matérias em novembro e dezembro de 2003, fica oculto por detrás do aparente “furo” de reportagem trazido pelo Ano Novo. No mesmo levantamento, de todos os demais atos infracionais registrados, os análogos a tráfico de drogas e porte ilegal de armas são os únicos que ultrapassam a faixa de 10% do total de registros (FIGURA 2).



FIGURA 2 – INFOGRÁFICO APRESENTADO NA MATÉRIA “MENOR PARTICIPA DE 1% DOS HOMICÍDIOS EM SP”

FONTE: Folha de S. Paulo⁷³²

⁷³¹ MENOR participa de 1% dos homicídios em SP, *Folha de S. Paulo*, 01 jan. 2004, p. C1.

⁷³² MENOR participa de 1% dos homicídios em SP, *Folha de S. Paulo*, 01 jan. 2004, p. C1.

No infográfico, os dados vêm mostrar que, comparados ao total de crimes violentos cometidos diariamente, aqueles que têm participação de adolescentes são desproporcionalmente minoritários. Ele traz os dados ingleses e norte-americanos, ficando claro que o percentual de adolescentes que participaram de homicídios e que foram identificados como autores é inferior no estado de São Paulo em relação àqueles dois países. A reportagem, apesar do tom de surpresa que contribui para legitimar a mesma ideia que o jornal tenta refutar, é muito elucidativa e se mostra preocupada em contrapor essa realidade às iniciativas políticas decorrentes de uma visão distorcida do problema. Isso fica claro quando traz as vozes de pessoas que advogam contra a redução da maioridade penal para analisar os números, e quando, na página C3, apresenta a irracionalidade da pauta contraposta à adesão maciça da população.

Nessa página, doze gráficos são apresentados, com diferentes resultados de uma pesquisa do Datafolha em que os entrevistados pelo instituto de pesquisa se posicionavam em relação à redução da maioridade penal, diziam a idade que acreditavam ser a mais adequada para o adolescente ser responsabilizado, para que tipo de crime a redução deveria valer, e de que forma a questão deveria ser analisada (plebiscito, votação no Congresso Nacional ou outro). Além disso, trazia outras questões sobre o “combate ao crime”, como a percepção sobre a eficiência de cada uma das polícias, da atuação dos governos municipal, estadual e nacional nesse tema, entre outras questões. Apesar de 84% responderem serem favoráveis à redução da maioridade penal, 74% acreditavam que isso deveria ser decidido por plebiscito.

É interessante notar que, mesmo confrontando dados tão contraditórios, em momento algum, na matéria, a Folha questiona esse tipo de pesquisa de opinião, que é totalmente descontextualizada e não permite ao entrevistado se informar primeiramente sobre o assunto. Tampouco reconhece a sua – provável – contribuição para a percepção social de que adolescentes estão prioritariamente envolvidos com crimes mais graves: como visto, na cobertura analisada deste jornal, sobressaem-se de maneira desproporcional os atos infracionais com violência à pessoa. Por isso, apesar de ser evidente a necessidade de reconhecer a importância dessa edição do jornal na busca pela queda do “mito”⁷³³, ela é

⁷³³ “Cai um mito” é o título do editorial publicado sobre essa reportagem no dia 03 de janeiro de 2004, e que será analisado no tópico 2.3.3.

completamente isolada do resto da cobertura do jornal, mesmo que ele se posicione contrariamente à redução da maioria penal.

Outra reportagem não diretamente ligada a um caso específico (apesar de mencionar o caso João Hélio) e que pretende de maneira genérica trabalhar com o tema do ato infracional caminha na direção oposta: seu propósito parece ser o de indicar uma importante participação dos adolescentes em atos infracionais com violência à pessoa. A matéria apresenta a história de vida de uma criança que teria entrado para o tráfico aos dez anos, no contexto mais amplo de uma reportagem sobre os dados dos atos infracionais registrados pela 2ª Vara da Infância e Juventude do Rio de Janeiro. A reportagem principal se intitula “Jovens trocam tráfico por roubo no Rio”. No texto, são citadas as práticas de condutas de tráfico de drogas, roubo e furto de carros. A parte final da matéria, em que o jornalista apresenta a resposta do menino à pergunta “você já matou?” conduz o leitor à preocupação do momento, um mês após a morte de João Hélio: “Afirma, porém, que nunca matou ninguém. ‘Não matei, não, mas se tiver que matar eu mato’, disse em voz baixa, antes de ser levado para a audiência por funcionários da 2ª Vara da Infância”⁷³⁴. Apesar de não estar cuidando de um caso de homicídio ou latrocínio, o repórter induz o adolescente a falar sobre o tema e a hipótese se transforma em realidade na mentalidade de quem lê. Afinal, o menino se conforma perfeitamente ao estereótipo daquele que deve ser temido, se considerada a crônica policial de cada dia.

A reportagem principal dessa página traz como foco uma mudança que estaria acontecendo nos tipos de atos infracionais praticados por adolescentes. Os dados registrados pela 2ª Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro a partir do 2º semestre de 2006, indicaram que o número de ocorrências de tráfico de drogas estaria diminuindo, enquanto os casos de roubo estariam aumentando. No título, “Jovens trocam tráfico por roubo no Rio”, o jornal traz um enquadramento que é, na verdade, resultado da interpretação realizada pelo magistrado para os dados, e da opção por destacar a violência ou grave ameaça que estaria sendo mais frequente na conduta dos adolescentes.

Essa iniciativa de focar na violência física aparece na reportagem através da menção ao caso João Hélio, e ao roubo a um comerciante chinês em São Paulo,

⁷³⁴ GAROTO entrou no crime aos 10 anos, *Folha de S. Paulo*, 11 mar. 2007, p. C3.

exemplos precedidos da frase “Alguns dos mais bárbaros crimes registrados no Rio nos últimos tempos tiveram a participação de adolescentes”⁷³⁵. A adjetivação “bárbaros” para crimes foi uma estratégia comum nos discursos políticos anteriormente analisados na categoria “desordem social”: a percepção generalizada dos políticos ao produzirem propostas de infracionalização é a de que há um aumento e uma generalização de “crimes bárbaros” envolvendo adolescentes. Aqui o jornal reforça essa posição, sem destacar, contudo, a suposta queda no número de casos envolvendo tráfico de drogas. A representação de que os atos infracionais mais comuns praticados por adolescentes são os mais violentos se confirma no título da matéria e na fala das fontes.

Contudo, ao ler o gráfico que contém os dados apresentados, o leitor tem uma surpresa: os números gerais de ocorrências levadas à Vara demonstram uma redução nos casos gerais, de 4164 casos em 2005 para 3956 casos em 2006; e mais, há uma redução no número de roubos, furtos e lesões corporais, e um acréscimo na infracionalização por tráfico de drogas (FIGURA 3).

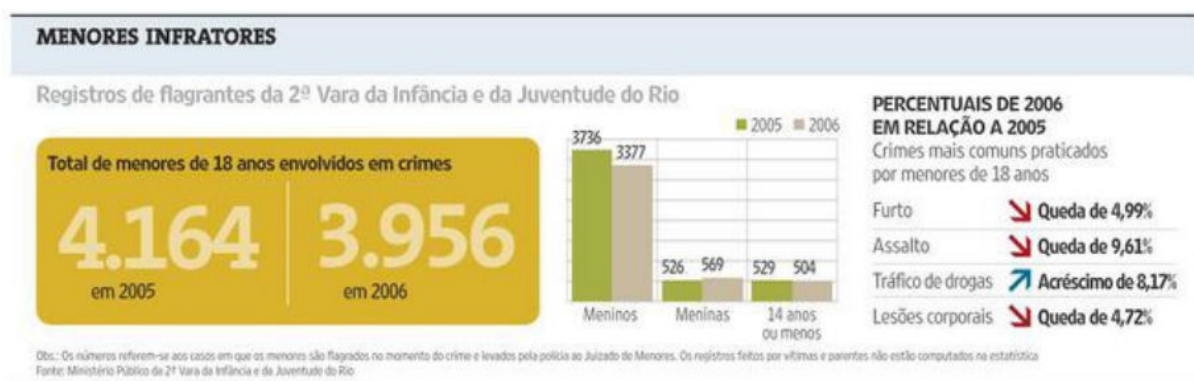


FIGURA 3 – INFOGRÁFICO APRESENTADO NA MATÉRIA “JOVENS TROCAM TRÁFICO POR ROUBO NO RIO”

FONTE: Folha de S. Paulo⁷³⁶

Ou seja, a matéria diz exatamente o contrário do que mostram os números apresentados pela Vara da Infância e Juventude (VIJ), a fonte dos dados. No lado direito do gráfico, onde constam os percentuais de 2006 em relação a 2005, o autor da figura não se preocupou em observar que esses são apenas os casos registrados, não fazendo referência à cifra oculta. Daí que o texto diga “Crimes mais

⁷³⁵ JOVENS trocam tráfico por roubo no Rio, *Folha de S. Paulo*, 11 mar. 2007, p. C3.

⁷³⁶ JOVENS trocam tráfico por roubo no Rio, *Folha de S. Paulo*, 11 mar. 2007, p. C3.

comuns praticados por menores de 18 anos”: tudo se passa como se os números apresentados fossem reflexos da realidade e não o resultado de contingências e seleções operadas pelas diferentes agências do sistema penal⁷³⁷. Oculto por detrás dessa tomada da parte pelo todo está também o perfil do “menor infrator”, segundo o raciocínio: esses são os “crimes” mais comuns; os adolescentes responsabilizados por eles são pobres e negros ou pardos; logo, são pobres e negros ou pardos os adolescentes que mais praticam “crimes”.

Afora o evidente equívoco de interpretação dos dados que a matéria trouxe (e não foi objeto de errata nas edições subsequentes), a utilização de estatísticas sempre tem prioridade nas páginas dos jornais, mormente quando servem para reforçar percepções do senso comum sobre os mais variados assuntos. Os números, como afirmam Hall et. al., auxiliam na tentativa do jornalista de perseguir a objetividade, apesar de, como fica evidenciado na matéria analisada, depender dele a interpretação dos dados, além de a metodologia e os pressupostos utilizados para chegar aos resultados muitas vezes serem desconsiderados⁷³⁸.

A representação do ato infracional como preponderantemente análogo a crime com violência à pessoa é igualmente reproduzida em matérias que tratam sobre as unidades de internação de adolescentes. É o caso da reportagem publicada no dia 13 de março de 2007 sobre a tentativa de fuga de adolescentes em uma Febem considerada “supersegura”. Ao tratar sobre os adolescentes que conseguiram fugir, destaca que “todos estavam presos por roubo qualificado (com uso de arma de fogo)”. Da mesma maneira, ao descrever a instituição de internação, afirma que “A unidade, que abriga jovens reincidentes graves – cometeram mais de uma vez crimes como roubo e homicídio-, tinha 104 internos. O complexo foi criado pelo governo para abrigar os internos mais perigosos”⁷³⁹. Esses trechos ligam, uma vez mais, a imagem do adolescente à prática de atos violentos pautados pela reiteração e periculosidade, ambos elementos essenciais na construção da figura do inimigo.

Na pesquisa da ANDI, já anteriormente mencionada, sobre a representação

⁷³⁷ HALL, Stuart; CRITCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John; ROBERTS, Brian. *Policing the crisis: mugging, the state, and law and order*. London: Macmillan, 1978.

⁷³⁸ Observe-se ainda na Figura o estilo léxico utilizado: “menores infratores” é uma expressão que no ano de 2007 já havia sido praticamente abolida do vocabulário da Folha, mas no quadro este é o título; além disso, em alguns lugares a VIJ é tratada como “juizado de menores”, e o juiz, como “juiz de menores”, mostrando claramente um retorno à terminologia menorista já tratada anteriormente.

⁷³⁹ INTERNOS fazem túnel de 12 m em Febem supersegura, *Folha de S. Paulo*, 13 mar. 2007, p. C3.

do ato infracional na mídia, o resultado não foi diferente. Estudando 54 jornais ao longo de quatro anos, os pesquisadores concluíram que o ato infracional análogo a homicídio é mencionado em cerca de um quarto das matérias que abordam o assunto (25.7%). O mesmo ocorre com os dados sobre furtos e roubos: enquanto os primeiros são mais frequentes no sistema de Justiça, os segundos - que são praticados com violência - são mais frequentes nos jornais⁷⁴⁰.

A prática de furtos reiterados também aparece no jornal como ato infracional digno de nota: em 17 de dezembro de 2008 uma reportagem divulgou a notícia de que um menino de 12 anos fora detido dirigindo um carro furtado pela 9ª vez. Nota-se que esse caso traz três elementos bastante promissores dentre os critérios de noticiabilidade: primeiro, o menino ser realmente muito jovem, rompendo com a imagem da criança inocente; ter sido pego dirigindo, seis anos antes da idade em que poderia ter permissão legal para isso; ainda, essa ter sido a 9ª vez em que foi apreendido. A fotografia que acompanha a reportagem traz a imagem do menino de costas com um abrigo de moletom cujo capuz cobre o rosto. São perfeitamente visíveis, porém, sua baixa estatura, seu corpo verdadeiramente infantil e suas mãos pequenas algemadas. Ao tratar sobre o ato infracional, menciona que “o garoto aprendeu a dirigir aos 8 anos de idade. Em pouco mais de um ano, foi detido por furtar veículos, dirigir sem habilitação, arrombar um comércio e desacatar autoridades, além de cometer atentado violento ao pudor”⁷⁴¹. A ênfase à “9ª vez” é o mote que irá exigir das autoridades uma resposta à questão: como o menino está solto? E a resposta: segundo o ECA, em atos infracionais sem violência ou grave ameaça à pessoa, ele precisa ser flagrado três vezes, depois de ter feito 12 anos para que possa ser internado, quase que na torcida para que a terceira vez logo chegue⁷⁴².

A utilização dos termos “crime”, “reincidente”, “pena”, “punição”, “preso” etc., por mais equivocados que estejam juridicamente, continuam sendo usados nas páginas dos jornais para tratar sobre os adolescentes, o que também provoca um importante efeito simbólico no leitor, que permite equiparar o sistema infanto-juvenil ao sistema adulto, e, por consequência, o adolescente ao adulto. O uso do termo

⁷⁴⁰ ANDI. Como os jornais brasileiros abordam as temáticas relacionadas ao adolescente em conflito com a lei? Uma análise da cobertura de 54 diários entre 2006 e 2010. In: _____. Direitos em pauta: imprensa, agenda social e adolescentes em conflito com a lei. Veet Vivarta (Coord.). Brasília: Andi, 2012. p. 49.

⁷⁴¹ EM carro furtado, menino de 12 anos é detido pela 9ª vez, *Folha de S. Paulo*, 17 dez. 2008, p. C4.

⁷⁴² EM carro furtado, menino de 12 anos é detido pela 9ª vez, *Folha de S. Paulo*, 17 dez. 2008, p. C4.

“ato infracional”, o correto, segundo o ECA, para lidar com a conduta de adolescentes envolvidos em situações problemáticas, aparece poucas vezes na Folha no período estudado e, ironicamente, em duas situações específicas bastante excepcionais, ambos de 2012.

O primeiro é o de um menino de 13 anos, proveniente de família rica, que pegou o *jet ski* do padrinho e provocou um acidente na praia matando uma menina de três anos⁷⁴³. O segundo é um caso etiquetado como *bullying* pelo jornal e inserido no contexto de uma reportagem mais ampla sobre como as escolas privadas de São Paulo estão lidando com situações de perseguições realizadas entre alunos⁷⁴⁴.

No caso do *jet ski*, a cobertura da Folha durante vários dias centrou o foco na questão sobre se o padrinho – empresário e pré-candidato do PSDB a prefeito de Suzano – teria ou não autorizado o afilhado a dirigir o veículo. Na reportagem que trata sobre o indiciamento do proprietário e de dois de seus funcionários pelo delegado de polícia na conclusão das investigações, consta que “o adolescente que dirigia o *jet ski* vai responder por *ato infracional*. O juiz da Infância e Juventude vai determinar se ele deve cumprir medida socioeducativa”⁷⁴⁵. Aqui, não se fala nem em crime, nem em punição. O homicídio culposo por omissão é atribuído aos indiciados, mas o adolescente em todas as matérias é preservado.

No caso de *bullying*, é descrita a situação de uma adolescente que foi proibida pelas colegas de circular por um bairro nobre de São Paulo, o Higienópolis, e teve que sair do colégio em função da perseguição que sofria. Sua mãe, advogada, ingressou com uma representação por calúnia contra sete adolescentes que teriam publicado em redes sociais que a menina furtava objetos delas. Ao tratar sobre o tema, o jornal explica que *bullying* não é crime e que, por isso, normalmente “[...] os registros são de agressão, ameaça, injúria (imputar fato ofensivo à reputação) e difamação (ofensa)”, atos bastante fora do estereótipo de ato infracional geralmente apresentado nos jornais. O jornal esclarece, contudo, que já existem propostas para criminalizar o *bullying*: “de acordo com a ideia discutida dentro do Ministério Público, expor alguém a constrangimento público, escárnio ou

⁷⁴³ ADOLESCENTE em jet ski atropela e mata criança na areia em Bertioga, *Folha de S. Paulo*, 20 fev. 2012, p. C9.

⁷⁴⁴ JUSTIÇA já condena jovens envolvidos em bullying, *Folha de S. Paulo*, 29 abr. 2012, p. C1.

⁷⁴⁵ ADOLESCENTE em jet ski atropela e mata criança na areia em Bertioga, *Folha de S. Paulo*, 20 fev. 2012, p. C9. Grifou-se.

degradação física e moral resultaria em prisão (de um a quatro anos). Se o autor for menor, o *ato infracional* poderia acabar em internação na Fundação Casa (antiga Febem)”⁷⁴⁶.

Não apenas a escolha entre os termos ato infracional e crime para designar a conduta do adolescente aparece de maneiras diferentes segundo o seu autor: também o próprio tratamento do autor e das medidas adequadas a serem tomadas diante do caso sofrem uma bifurcação. Isso será visto nos próximos dois tópicos, respectivamente.

2.2.2 O adolescente no jornal: recuperáveis e irrecuperáveis

O estereótipo do adolescente em conflito com a lei é facilmente identificável nas páginas da Folha. Isso é possível tanto pela naturalidade com que os jovens negros e pobres são vistos como autores de atos infracionais e tratados como verdadeiros criminosos, quanto pela estranheza claramente expressa no jornal quando o autor foge daquele perfil. A sua imagem é cotidianamente mostrada, nas fotografias de costas ou escondendo o rosto, na descrição do bairro onde vivem, ou, ainda, por fotografias de seus parentes, que identificam sua posição social.

Na edição do dia 18 de novembro de 2003, foi publicada uma reportagem sobre o sistema socioeducativo, ligada ao debate sobre a proposta de Alckmin de aumento do prazo de internação. Nessa matéria, destinada a publicizar a responsabilidade da União pela falta de verbas a programas socioeducativos, também o termo “menor” predomina. Nessa reportagem, sua figura simbólica é definida na fotografia, tirada em uma instituição de internação (FIGURA 4).

⁷⁴⁶ JUSTIÇA já condena jovens envolvidos em bullying, *Folha de S. Paulo*, 29 abr. 2012, p. C1.



FIGURA 4 – FOTOGRAFIA CONTIDA NA REPORTAGEM “UNIÃO SÓ LIBERA 4,5% DA VERBA PRA INFRATOR”

Fonte: Folha de S. Paulo⁷⁴⁷

A fotografia contrasta com outras que mostram instituições de internação, geralmente tomadas em momentos de rebelião e de humilhação dos internos. A presente imagem, por outro lado, traz um menino pardo, de cabeça raspada, de costas, lendo um material. O local é a biblioteca da Febem de Pirituba, como esclarece a legenda, parecendo de fato uma escola, apesar de a porta e as janelas indicarem a privação da liberdade. A legenda explica o que se está a ver: “menor na biblioteca [...]” é a definição.

Não há uma descrição, geralmente, dos adolescentes em conflito com a lei, suas características são imaginadas pelo leitor ao longo da cobertura, a partir de pistas pulverizadas nas reportagens. A naturalização desse estereótipo fica ainda mais clara quando o perfil foge do esperado. Nesses casos, a descrição aparece, como no caso abaixo, que trata sobre o *bullying* nas escolas particulares de São Paulo:

As autoras das frases acima [intimidando outra menina] são *jovens de classe média alta*, moradoras de bairros nobres da *zona oeste* paulistana -o “Higi” é uma gíria para *Higienópolis*-, todas alunas de colégios particulares da cidade *cujas mensalidades beiram os R\$ 2.000*. Segundo o promotor Oliveira, esse *perfil de adolescentes* é cada vez mais comum nas denúncias. “Já tivemos processos envolvendo jovens de classe média alta, mas as escolas ainda tem resistência em reconhecer os casos de *bullying*”, disse⁷⁴⁸.

⁷⁴⁷ UNIÃO só libera 4,5% da verba pra infrator, *Folha de S. Paulo*, 18 nov. 2003, p. C1.

⁷⁴⁸ JUSTIÇA já condena jovens envolvidos em bullying, *Folha de S. Paulo*, 29 abr. 2012, p. C1. Grifou-se.

Apesar de o promotor de justiça aparentemente naturalizar o fato de esse perfil de adolescente aparecer nas denúncias, o destaque conferido a ele indica uma sensação de estranheza: não seria típico eles terem que frequentar varas da infância e juventude.

O mesmo ocorre em um caso de 2009, em que um menino de 14 anos pegou o carro da mãe e bateu em dois outros carros. A descrição vem a seguir: “filho de engenheiros *de classe média alta*, morador do *Jardim Paulistano*, também na *zona oeste*, o garoto teria se aproveitado do fato de a mãe deixar a chave no contato, por usar uma vaga compartilhada na garagem do prédio, e pegado o carro”⁷⁴⁹. O tratamento conferido a ele foi bem diferente daquele outro caso exposto no tópico anterior do menino de 12 anos que foi apreendido porque estava dirigindo um carro furtado⁷⁵⁰: enquanto aquele foi algemado e tratado como ladrão, este foi entregue à mãe e tratado como menino levado ou desobediente, algo típico da idade. Além disso, em ambos os casos há o destaque ao bairro de origem dos adolescentes, o que também se insere nessa lógica de destacar o inusitado da proveniência de um bairro nobre, confirmando, assim, o senso comum criminológico diariamente repercutido nos meios de comunicação, que delimita os territórios do crime na periferia⁷⁵¹.

Da mesma maneira, no caso do *jet ski*: em nenhum dos três casos citados os pais foram identificados, suas iniciais não apareceram e nem tampouco suas fotografias, ainda que de costas. Com a ânsia de saber quem provocou a morte da menininha loira na praia, a Folha recebeu várias reclamações de leitores pelo fato de não ter divulgado o nome dos pais do menino que causou a morte. Em resposta, o jornal acrescentou nas matérias subsequentes sobre o caso a informação: “A Folha não divulga o nome dos pais do garoto para não possibilitar a identificação dele, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente. O nome de Cardoso [o padrinho do menino] é citado pois só essa informação não permite identificar o menino”⁷⁵². Esse é um dos poucos trechos em que o ECA é realmente citado como lei a ser cumprida pelo jornal, apesar de não explicar os motivos pelos quais existe

⁷⁴⁹ GAROTO pega Toyota da mãe escondido, derrapa e bate em outros dois carros, *Folha de S. Paulo*, 30 jan. 2009, p. C8. Grifou-se.

⁷⁵⁰ EM carro furtado, menino de 12 anos é detido pela 9ª vez, *Folha de S. Paulo*, 17 dez. 2008, p. C4.

⁷⁵¹ MORETZSOHN, Sylvia Debossan. Imprensa e criminologia: O papel do jornalismo nas políticas de exclusão social. *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylvia-imprensa-criminologia.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2013.

⁷⁵² OUTRA testemunha diz à polícia que adolescente montou e ligou o jet ski, *Folha de S. Paulo*, 28 fev. 2012, p. C5.

essa regra.

Esse respeito ao ECA não foi, porém, generalizado nas edições analisadas. Apesar de os nomes dos adolescentes não terem sido divulgados, com frequência características que tornaram fácil sua identificação foram publicadas. Em 2003, quando se investigava o caso do assassinato dos adolescentes Liana e Felipe, o adolescente suspeito de ter sido o “mentor” do crime – nas palavras do jornal, citando o delegado – era facilmente identificado pelas iniciais, pela localidade em que vivia, e, ainda, em razão de que sua mãe, em uma das reportagens, foi entrevistada e seu nome completo divulgado, além de sua idade e profissão⁷⁵³. Mais importante que isso: seu apelido, Xampinha⁷⁵⁴, apareceu nas reportagens a partir do segundo dia de cobertura do fato. Da mesma maneira, no caso João Hélio: apesar de o adolescente suspeito de ter agido em coautoria com outros quatro jovens maiores de idade não ter tido imagens e nem mesmo as iniciais divulgadas, o nome completo de seu pai e de seu irmão mais velho foram publicados⁷⁵⁵.

O tratamento discriminatório conferido a pessoas pertencentes a diferentes classes sociais demonstra que, ao contrário do que costumam alegar os órgãos comerciais de imprensa, eles têm a liberdade e a capacidade para preservar os suspeitos e acusados. Quando não o fazem, sua conduta não deriva exclusivamente da irresponsabilidade das fontes oficiais (como o delegado de polícia ou do Promotor de Justiça), mas sim de uma opção da redação, que, diante de uma encruzilhada ética, escolhe respeitar ou não os direitos do adolescente. É evidente, então, que a possibilidade de ter os seus direitos respeitados é diretamente proporcional à classe social daquele que é acusado: trata-se de uma verdadeira segregação editorial que seleciona desde figura do mal natural incorporado na criança e adolescente pobre e negro, portanto, bandido, até a figura do bem natural, incorporado na criança e adolescente brancos e de classe média, portanto, vítimas.

⁷⁵³ MÃE ainda não crê na participação do filho nos crimes, *Folha de S. Paulo*, 13 nov. 2003, p. C4.

⁷⁵⁴ Redigido nas reportagens de novembro de 2003 com “X”. Nas matérias informativas o nome com “Ch” aparece apenas em 2011 quando de uma reportagem a respeito do possível fechamento da “Guantánamo de São Paulo” a Unidade Experimental de Saúde.

⁷⁵⁵ CONFISSÃO foi para livrar o irmão, diz a mãe, *Folha de S. Paulo*, 13 fev. 2007, p. C5. A esse respeito destaca-se um caso bastante interessante analisado por Moretzsohn, em 2006, no qual um adolescente teria matado a ex-mulher de um empresário em um sinal de trânsito no Leblon, no Rio de Janeiro. O Jornal do Brasil expôs na capa o rosto do adolescente, justificando, no editorial, que se tratava de um protesto contra o ECA, “a lei que protege os jovens assassinos”. MORETZSOHN, Sylvia Debossan. O combate ao que está “fora da ordem”: ética, mídia, Estado policial e senso comum. *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylvia-o-combate-ao-que-esta-fora-da-ordem.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

Não é novidade que com frequência os jornais desrespeitem os direitos do adolescente suspeito da prática de ato infracional. Sabe-se que desde a Convenção Internacional de Direitos da Criança da ONU várias regras a respeito da divulgação imagem de criança por jornais passaram a ser internalizadas em diferentes Estados. No Brasil, por exemplo, crianças consideradas em situação de perigo ou vulnerabilidade, ou ainda, que estejam sendo acusadas de crime ou que estejam cumprindo medida socioeducativa têm o direito de sua imagem não ser divulgada nos jornais⁷⁵⁶. Em Portugal, encontra-se no Código Deontológico dos Jornalistas a regra de que o jornalista não deve identificar criança vítima de crime sexual ou acusada de crime⁷⁵⁷. Da mesma maneira, no relatório da ANDI consta que “26% das fotografias que ilustram as notícias analisadas pela ANDI trazem uma imagem de adolescente em conflito com a lei, sendo que mais de um terço delas inclui elementos que permitem a identificação do garoto ou garota”⁷⁵⁸.

Outra questão interessante na construção da imagem do adolescente autor de ato infracional é o estilo léxico utilizado para designá-lo. Nos dois casos de grande repercussão em estudo, tanto o autor do ato infracional destacado pelo jornal, mesmo que em coautoria com adultos, quanto as vítimas, tinham menos de dezoito anos e poderiam, com base na Convenção Internacional dos Direitos da Criança, serem tratados pelo termo “criança”. Pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, o termo adequado a se utilizar entre os doze e os dezoito anos é “adolescente”. Ocorre que, na prática, grande parte das notícias, sobretudo aquelas de 2003, fizeram uso do termo *menor* para designar Champinha, e outros termos

⁷⁵⁶ Art. 143. É vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional. Parágrafo único. Qualquer notícia a respeito do fato não poderá identificar a criança ou adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco, residência e, inclusive, iniciais do nome e sobrenome. BRASIL. *Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 20 jun. 2009.

⁷⁵⁷ MARÔPO, Lídia. Anjos ou demônios? Crianças, jovens e crimes nos *media*. *Comunicação e Cultura*, 14, outono-inverno 2012, p. 207-225. Isso não implica que já haja de fato uma mudança na prática jornalística a respeito. Marôpo observa que apesar de serem várias as iniciativas em prol dos direitos das crianças no discurso noticioso, elas sofrem de limitações comuns no mundo todo: “atingem principalmente jornalistas já sensibilizados para a questão, mas não conseguem transformar valores e práticas dos profissionais em geral, nem incluir o debate sobre os direitos infantis nos cursos universitários de jornalismo ou chegar aos editores e diretores responsáveis por tomar decisões sobre os conteúdos midiáticos”. *ibid.* p. 212.

⁷⁵⁸ ANDI. Como os jornais brasileiros abordam as temáticas relacionadas ao adolescente em conflito com a lei? Uma análise da cobertura de 54 diários entre 2006 e 2010. In: _____. *Direitos em pauta: imprensa, agenda social e adolescentes em conflito com a lei*. Veet Vivarta (Coord.). Brasília: Andi, 2012. p. 58.

para designar Liana Friedenbach, que tinha a mesma idade. Para ela, vários termos foram utilizados, como, por exemplo: jovem, estudante, adolescente, garota, menina. O termo *menor* não apareceu. Para Champinha, também com 16 anos, foi possível contar o uso do termo *menor* pelo menos cinquenta vezes. Outras palavras como jovem, adolescente e rapaz aparecem poucas vezes. A disparidade fica evidente em trechos em que ambos aparecem: na legenda da fotografia na página C3 do dia 12 de novembro de 2003, por exemplo, consta a frase “Um dos dois cativéis onde o *menor* R.A.A.C., segundo a polícia, diz que a *jovem* foi mantida antes de ser assassinada com pelo menos 15 facadas”⁷⁵⁹. Trata-se da velha história do “menor mata criança”, uma diferenciação de tratamento que parece longe de ser suplantada. O termo aparece tão naturalizado nessas edições que se transformou em “chapéu”, mas adjetivado: *menor infrator*.

Porém, apesar de muitos termos ainda serem usados de maneira incorreta, segundo o ECA, no ano de 2007 o termo *menor* foi subtraído das páginas do jornal Folha de S. Paulo. No caso João Hélio, o suspeito de 16 anos foi tratado principalmente pelos termos *adolescente* e *jovem*, enquanto o termo *menor* aparece poucas vezes e normalmente na voz de fontes. Enquanto no caso Champinha a palavra *menor* aparece em sete títulos de reportagens, no caso João Hélio, isso não ocorre nenhuma vez. Isso demonstra uma mudança, pelo menos terminológica, na cobertura do jornal Folha de S. Paulo, o que contrasta com os demais periódicos estudados pela ANDI⁷⁶⁰.

Essa mudança, porém, já estava prevista no Manual da redação da Folha, editado em 1996, e descumprido até 2007. O verbete “menor” no capítulo “texto” do Manual traz a seguinte explicação: “menor - Evite o termo para referir-se a criança ou adolescente. A legislação vigente proíbe a publicação de nome de criança ou adolescente a que se atribuam infrações. Use as iniciais com ponto e sem espaço entre as letras. Veja menor (no cap. Edição)”⁷⁶¹. No capítulo “edição”, a explicação vai mais a fundo, não sem contradições:

Menor - A Folha não deve publicar foto que permita identificar criança ou

⁷⁵⁹ AMIGOS não viam sítio como local perigoso, *Folha de S. Paulo*, 12 nov. 2003, p. C3.

⁷⁶⁰ ANDI. Como os jornais brasileiros abordam as temáticas relacionadas ao adolescente em conflito com a lei? Uma análise da cobertura de 54 diários entre 2006 e 2010. In: _____. *Direitos em pauta: imprensa, agenda social e adolescentes em conflito com a lei*. Veet Vivarta (Coord.). Brasília: Andi, 2012.

⁷⁶¹ FOLHA DE S. PAULO. Chapéu. In: *Manual da redação*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_texto_m.htm> Acesso em: 11 mai. 2013.

adolescente infrator. Ao mencioná-lo, omite seu nome, registrando apenas as iniciais, com pontos, sem espaço. A lei prevê penas para quem divulgar, sem autorização, ato, nome ou documento de procedimento judicial relativo a *menor*, assim como fotografia de *menor em situação irregular* ou vítima de crime. Não use a palavra menor em texto para designar criança ou adolescente⁷⁶².

Nesse verbete, usa-se o termo *menor* para recomendar o seu não uso. É o que se nota na segunda frase. Percebe-se aí a dificuldade em compreender os motivos pelos quais a palavra não deve ser empregada, ou seja, seu potencial discriminador. A forma como o verbete foi escrito permite compreender a causa de seu reiterado descumprimento ao longo de pelo menos dez anos: trata-se de uma questão cultural enraizada pelas legislações menoristas que antecederam o Estatuto da Criança e do Adolescente. Como se pode perceber, na maior parte das coberturas noticiosas sobre o ECA, esta é, ainda, vinte e três anos depois de sua entrada em vigor, uma lei incompreendida.

A terminologia das reportagens para tratar sobre adolescentes suspeitos, processados ou condenados por ato infracional também continua sendo típica do menorismo, ou completamente desrespeitosa e pejorativa. A realidade encontrada pela ANDI não foi diferente: mais de um terço das notícias policiais analisadas traziam termos pejorativos para se referir ao adolescente suspeito, acusado ou condenado, além de predominar o uso do termo *menor*⁷⁶³. Como observa Arfuch, “o uso de atributos como o de ‘menor’ (com suas conotações legais), ou mesmo de assassino ou homicida, o mesmo que o de alcoólatra, não fazem outra coisa senão converter o acontecimento delitivo na expressão de uma natureza delitiva anterior e intrínseca ao envolvido”⁷⁶⁴. Desse modo, diferencia-se o suspeito, acusado ou condenado do universo de adolescentes, como se fosse portador de uma anomalia, e que o crime em que se envolveu não seria mais do que um sintoma dessa doença. Esse uso facilita a reprodução da imagem do adolescente como uma pessoa

⁷⁶² FOLHA DE S. PAULO. Menor. In: *Manual da redação*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_edicao_m.htm> Acesso em: 11 mai. 2013.

⁷⁶³ ANDI. Como os jornais brasileiros abordam as temáticas relacionadas ao adolescente em conflito com a lei? Uma análise da cobertura de 54 diários entre 2006 e 2010. In: _____. Direitos em pauta: imprensa, agenda social e adolescentes em conflito com a lei. Veet Vivarta (Coord.). Brasília: Andi, 2012. Nesse estudo, além do termo menor, que esteve presente em 88% das matérias que utilizavam termos pejorativos, outras expressões citadas foram: menor delinquente, menor infrator, bandido, delinquente, drogado, viciado, marginal, desocupado, moleque, pivete.

⁷⁶⁴ ARFUCH, Leonor. *Crímenes y pecados: de los jóvenes en la crónica policial*. Buenos Aires: UNICEF Argentina, 1997. p. 68. Tradução livre do original em espanhol: “El uso de atributos como el de “menor” (con sus connotaciones legales), o bien de asesino u homicida, lo mismo que el de alcohólico, no hacen otra cosa que convertir el acontecimiento delictivo en la expresión de una naturaleza delictiva anterior e intrínseca al involucrado”.

perigosa, um “outro”, e a partir daí legitima-se uma série de medidas de controle que não seriam admitidas caso fossem destinadas ao tratamento de uma pessoa normal, um “igual”.

2.2.2.1 A construção de um monstro: o caso Champinha

Ao tratar sobre a representação do adolescente infracionalizado no jornal, não é possível deixar de analisar, ainda que rapidamente, a construção social de Champinha. Como se verá adiante, no caso João Hélio, a cobertura jornalística, bem como a movimentação política em torno do recrudescimento penal aos adolescentes foi mais impactante do que no caso Liana e Felipe. Contudo, o adolescente suspeito, apesar de ser facilmente identificado pela divulgação dos nomes do pai e do irmão, não foi construído como um monstro anormal, como ocorreu com Champinha.

O adolescente foi o primeiro a ser preso neste caso, tendo indicado o local em que os corpos estavam. Sua ação, depois se comprovou, foi realizada junto a outros quatro homens, todos bem mais velhos do que ele. Apesar disso, toda a cobertura do jornal sobre o caso veio consolidar a ideia de que teria sido ele o líder da quadrilha.

O uso excessivo das fontes policiais na cobertura da investigação contribuiu muito para essa tomada da versão como verdadeira: apesar de se acautelar com o uso de aspas e as citações indiretas da polícia, fica claro desde o início que o jornal assumiu a sua versão como fato. Daí que, se a polícia entendeu Champinha como o mentor, assim ele se tornou para a imprensa.

Além de ocupar a posição de mentor do crime, Champinha foi definido pelo seu comportamento em algumas situações. O delegado foi o primeiro a caracterizá-lo: “O delegado Antonio Mestre Junior, do DHPP (Departamento de Homicídios e Proteção á Pessoa), disse que R. *confessou os crimes com frieza*. ‘O motivo é um só: *crueldade*’. Segundo o delegado, o menor falou que Liana foi estuprada”⁷⁶⁵.

A fala auxilia na produção de uma imagem do adolescente como um doente, um anormal sádico. A confirmação de sua doença veio na fala de sua mãe: apesar de ela ter afirmado não acreditar que o filho tivesse participado de ato tão horrendo, o jornal buscou apresentar algo sobre sua personalidade que indicasse causas

⁷⁶⁵ ANTES de morrer, aluna ficou em cativeiro, *Folha de S. Paulo*, 12 nov. 2003, p. C1. Grifou-se.

possíveis para o ocorrido. Destacou, ao final, o fato de que o adolescente deveria tomar uma medicação diariamente, mas não a tomava⁷⁶⁶.

No dia 15 de novembro, outro dado é acrescentado: Champinha era suspeito de ser autor de um homicídio cometido quando tinha 14 anos, e para o qual a polícia não tinha conseguido provas suficientes para a incriminação, de forma que o adolescente não tinha jamais sido condenado por prática de ato infracional⁷⁶⁷. Com a confissão no caso Liana e Felipe, tudo se passa como se Champinha automaticamente fosse o autor natural do crime anteriormente mencionado. Ao final do texto, quando o repórter usa entre aspas a voz do delegado daquele primeiro caso, afirmando que ficou um bom tempo perseguindo Champinha, conclui que “apesar disso e de o envolvimento do menor no sumiço do casal ter sido cogitado desde o início, R. só foi preso cinco dias depois da morte de Liana Friedenbach, 16”. Cobra, assim, da polícia, o dever de tê-lo prendido antes, especialmente por um antecedente que na verdade nunca existiu.

Nesse mesmo dia, consolidou-se a tese da polícia de que Champinha teria sido o mentor dos crimes. O título: “Para a polícia, menor idealizou os crimes”. Seu caráter indiferente ao crime foi confirmado em 18 de novembro de 2003, durante a reconstituição, quando a perita-chefe confirma ao jornal a primeira fala do delegado: “[...] R. relatava o crime ‘*totalmente frio*, como se não fosse nada demais”⁷⁶⁸.

O destino de Champinha já foi relatado na nota nº 223. Após completar 21 anos e terminar de cumprir os três anos de internação, ele foi interditado civilmente e levado à Unidade Experimental de Saúde, em São Paulo, onde permanece até hoje, sem atendimento, programas de reintegração social ou qualquer outra atividade. Encontra-se apenas neutralizado e não tem data para sair.

Diferentemente de Champinha, Ezequiel, o adolescente de 16 anos que teria participado do latrocínio que tirou a vida de João Hélio, não foi execrado desde o princípio. Pelo contrário, dois outros jovens, maiores de dezoito anos, se revezaram como líderes da quadrilha nas diferentes versões da polícia. Nos primeiros dias, o principal suspeito foi Diego, um jovem de 18 anos. Sobre ele muito se falou, desde uma entrevista com o seu pai, definindo seu comportamento cotidiano como “rude”, até a menção a antecedentes por roubo. A caracterização da “frieza” que costuma

⁷⁶⁶ MÃE ainda não crê na participação do filho nos crimes, *Folha de S. Paulo*, 13 nov. 2003, p. C4.

⁷⁶⁷ R. já era suspeito de uma outra morte desde 2001, *Folha de S. Paulo*, 15 nov. 2003, p. C4.

⁷⁶⁸ POLÍCIA realiza a reconstituição da morte do casal de estudantes, *Folha de S. Paulo*, 18 nov. 2003, p. C4.

ser atribuída aos acusados de homicídio apareceu já na primeira reportagem, na reprodução da ideia de que após abandonar o carro em que João Hélio tinha sido arrastado, teria ido em casa, tomado um banho e ido a uma festa. Sua fotografia é mostrada junto a três policiais claramente enfurecidos, um deles segurando o seu rosto para que fosse mostrado no jornal.

O outro suspeito destacado nas reportagens e nas versões da polícia é o irmão mais velho do adolescente de 16 anos, que, para a polícia, fora o mentor do crime. No dia 11 de fevereiro, uma reportagem trouxe a versão de que ele teria ameaçado de morte os demais caso o delatassem⁷⁶⁹. Para a polícia, o temor dos demais em relação à ameaça demonstraria que aquele era o chefe da quadrilha. No dia 12 aparece a notícia de que ele se entregara, mesmo negando o crime, e então sua vida pessoal passa a ser investigada⁷⁷⁰. Seu padrasto é entrevistado e diz que nesses casos deveria haver pena de morte.

A tese de que o adolescente teria confessado o crime para proteger o irmão se sobressai na voz da mãe dos dois rapazes, que conta a sua história. Enquanto o adolescente, apesar das más companhias é descrito pela mãe como um bom menino, o mais velho é apresentado como “problemático”, já que fugira de casa pela primeira vez aos dez anos, sendo, em 2007, foragido do sistema penitenciário.

Os dois acusados de serem os principais executores do crime, Carlos Educardo e Diego, são também os que mais aparecem nas fotografias, ambos são negros e jovens, e maiores de idade. O primeiro, ainda, era foragido do regime aberto. Por isso, mesmo tendo um adolescente envolvido, os demais já eram os criminosos perfeitamente adaptados ao estereótipo, com a conveniência, para o jornal, de poder divulgar os nomes e mostrar as caras. Assim, tanto pela versão da polícia, que atribui um papel secundário ao adolescente, quanto pela conveniência dos critérios de produção em mostrar os outros dois, o jornal optou por este enquadramento.

2.3 A “solução salvadora” na Folha de S. Paulo

Após verificada a representação social do ato infracional e do adolescente infracionalizado, segundo a percepção de que se tratam de problemas sociais a serem resolvidos, passa-se a seguir à análise da forma como o jornal percebe a

⁷⁶⁹ FORAGIDO fez ameaças a seus cúmplices, *Folha de S. Paulo*, 11 fev. 2007, p. C2.

⁷⁷⁰ PRESO liderou o assalto e arrastou João, diz a polícia, *Folha de S. Paulo*, 12 fev. 2007, p. C4.

resposta estatal ao ato infracional, bem como as propostas de alteração da Constituição e do Estatuto.

2.3.1 A percepção social das medidas socioeducativas

Várias das matérias informativas trazem elementos que permitem identificar a forma como as medidas socioeducativas são apresentadas ao leitor. Nas matérias centradas nas investigações policiais, a menção a essas medidas costuma ser realizada em um contexto comparativo com as penas que os adultos investigados pelo crime sobre o qual a matéria trata poderão ser condenados. É o caso do seguinte trecho, do caso João Hélio: “Além do crime de latrocínio, os suspeitos responderão também por formação de quadrilha e corrupção de menores, cujas penas podem atingir entre 50 e 60 anos de prisão. *O jovem de 16 anos apreendido só ficaria detido por três anos*”⁷⁷¹.

A medida socioeducativa de internação, como no trecho citado, costuma ser equiparada à pena privativa de liberdade, em regime de cumprimento fechado, pelo qual passam os adultos. Da maneira como os números são justapostos – entre 50 e 60 anos para os adultos, no máximo três anos para o adolescente – é evidente a desproporção que se pretende destacar. Em outra reportagem, de pouco mais de um mês depois daquela de onde foi extraído o trecho anteriormente apresentado, essa estrutura é repetida: “Se condenado, o adolescente receberá uma *pena* de, no máximo, três anos de *confinamento* para cumprir ‘medidas socioeducativas’”⁷⁷².

Nesse caso, porém, menciona-se que os três anos não são de prisão, mas de cumprimento de medidas socioeducativas, apresentadas entre aspas. No Manual da Redação da Folha, indica-se que as aspas sejam utilizadas em quatro casos: citações diretas, destaque a títulos de livros, obras artísticas, revistas e jornais, estrangeirismos e ênfase ou ironia. Este último uso, porém, não é recomendado pelo jornal⁷⁷³. No texto em análise é evidente que, desses quatro usos, apenas cabe o da ênfase ou ironia, o que conduz o leitor a várias possíveis interpretações, possivelmente baseadas no conjunto das reportagens sobre o tema: a de que as medidas não são socioeducativas de fato; a de que elas não são cumpridas; a de

⁷⁷¹ PARA a polícia, os cinco sabiam, *Folha de S. Paulo*, 14 fev. 2007, p. C4. Grifou-se.

⁷⁷² MÃE de João Hélio reconhece 2 acusados de matar o menino, *Folha de S. Paulo*, 07 mar. 2007, p. C3. Grifou-se.

⁷⁷³ FOLHA DE S. PAULO. Aspas. In: *Manual da redação*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_texto_a1.htm> Acesso em: 13 jun. 2013.

que elas são demasiadamente leves etc.

Outra característica interessante é a ausência de um texto explicativo sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, ou mesmo sobre os motivos pelos quais o adolescente é tratado de maneira diferente. O resultado disso é, também, a ocultação quase completa das demais medidas socioeducativas. Há um claro predomínio da medida de internação no discurso jornalístico como resposta ao ato infracional.

A preponderância de menções à medida de internação também se explica pela compreensão de que ela é uma forma de punição: grande parte das matérias que tematizam as propostas de aumento do prazo de internação, tratam-na como pena. É o que se pode visualizar nos títulos “Juiz do caso defende pena maior para jovens”⁷⁷⁴ e “Zilda Arns defende pena maior para jovem infrator”⁷⁷⁵. Ambos entendem o aumento do prazo de internação claramente como um aumento na punição, sendo que os títulos usam exatamente a mesma fórmula, tendo como motivo da notícia o posicionamento de uma pessoa com boa credibilidade ou conhecimento de causa. No primeiro, trata-se do juiz da infância e juventude do caso João Hélio, conhecedor não só da lei, mas também dos detalhes da investigação; e Zilda Arns, presidente da Pastoral do Menor, um nome histórico na defesa da criança e do adolescente.

Outros trechos demonstram de maneira ainda mais clara essa percepção. No caso de uma reportagem sobre o debate realizado na sede da Folha a respeito da redução da maioridade penal, o repórter se refere às propostas do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, na voz do chefe da Casa Civil, a respeito: “Defendeu também mudanças na progressão da pena. Hoje, um adolescente que cometeu um ato infracional pode ser solto após cumprir 1/6 da pena. Fichtner defende que a progressão só ocorra após o cumprimento de 1/3 da pena”⁷⁷⁶. Trata-se da adoção da linguagem da execução penal para as medidas socioeducativas, entendendo que o prazo de seis meses de internação para a primeira avaliação seria como o prazo mínimo que um preso ficaria em regime fechado.

Também para se referir à proposta do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), de aumento do prazo de internação, é utilizada essa linguagem: “[o

⁷⁷⁴ JUIZ do caso defende pena maior para jovens, *Folha de S. Paulo*, 11 fev. 2007, p. C3.

⁷⁷⁵ ZILDA Arns defende pena maior para jovem infrator, *Folha de S. Paulo*, 16 fev. 2007, p. C4.

⁷⁷⁶ SEM acordo sobre maioridade penal, debatedores defendem mudanças, *Folha de S. Paulo*, 07 mar. 2007, p. C10.

governador] levou projeto intermediário à Câmara, que mudaria o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), elevando as *penas privativas de liberdade* (hoje limitadas a três anos) para dez anos, entre outras medidas”⁷⁷⁷. A equiparação dessa medida à pena de prisão torna mais fácil a compreensão do motivo pelo qual parece ser desproporcional o prazo máximo de três anos para a internação.

Essa abordagem conduz à crítica estabelecida por Nilo Batista ao que ele chama de equação penal: “se houve delito, tem que haver pena”. O autor atribui a essa equação o caráter de lente ideológica que se interpõe entre o olhar da mídia e a vida, privada ou pública. Faz parte do credo criminológico da mídia, que crê na pena como rito sagrado de solução de conflitos⁷⁷⁸. Pensar fora desses termos parece algo inimaginável nos principais veículos de comunicação, legitimando, assim, tanto as propostas punitivistas realizadas no Parlamento, quanto a realidade das abordagens policiais violentas, das instituições de internação e prisões e, em última análise, até mesmo da tortura e outras violações de direitos humanos também levadas a cabo pelos próprios meios de comunicação.

2.3.1.1 *As instituições de internação*

A situação das instituições de internação, chamadas de Febem até 2006, e Fundação Casa no estado de São Paulo⁷⁷⁹ a partir de então, são retratadas como verdadeiros presídios nas páginas da Folha, terminologia compatível com a percepção de que as medidas são punições tais como no sistema adulto.

Nos períodos analisados, foram várias as matérias que trataram especificamente sobre o tema. A primeira notícia relata a morte de um adolescente internado provisoriamente havia cinco dias em um centro de detenção do Distrito Federal, sem mencionar a situação do centro de detenção, trazendo apenas fontes

⁷⁷⁷ 88% apóiam redução da maioria penal, *Folha de S. Paulo*, 09 dez. 2003, p. C3.

⁷⁷⁸ BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio, *Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*, ano 7, n. 12. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2º semestre de 2002, p. 273.

⁷⁷⁹ A Fundação CASA foi criada, em São Paulo, em substituição à antiga Fundação Estadual do Bem Estar do Menor. A mudança de nomenclatura, que se deu por meio da Lei Estadual 12.469/06, pretendeu adequar a instituição ao ECA e ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Não se trata, pelo menos em tese, de uma mudança de nome, mas sim de uma verdadeira reorganização institucional para tornar as instituições de internação e semiliberdade em lugares compatíveis com o seu propósito socioeducativo. No jornal, mesmo após a mudança, o título Febem permaneceu como referência, especialmente nas reportagens que tratam sobre maus-tratos, de maneira a permitir ao leitor interpretar os acontecimentos a partir de uma referência anterior.

oficiais e nenhum órgão de defesa da criança e do adolescente⁷⁸⁰. A matéria, que é, na verdade, uma nota simples, não traz qualquer questionamento sobre a internação provisória, a situação de risco em que o adolescente foi colocado ao ser deixado no local, ou mesmo a estrutura da instituição.

Dez dias depois, já dentro do debate sobre o aumento do prazo de internação proposto por Alckmin, uma reportagem é divulgada a respeito da entrega da Febem a entidades do terceiro setor. A ideia é vista com bons olhos pelo jornal, o que se percebe pela referência a um sucesso obtido na adoção da mesma política no estado de Minas Gerais, pelo então governador Aécio Neves, do mesmo PSDB de Alckmin. Menciona uma vez o estatuto da Criança e do Adolescente ao dizer que as Ocips, ONGs e fundações, além do conselho tutelar já foram proibidos de entrar nas unidades de internação, contra o ECA

O repórter faz um gancho com a situação da Unidade de Internação de Franco da Rocha, na grande São Paulo, onde a juíza da infância e juventude deu 20 dias para que os problemas estruturais e pedagógicos fossem resolvidos. Então relaciona quais seriam os requisitos que o atual presidente da Febem deveria cumprir: "todos os jovens [...] terão de receber escolarização e cursos profissionalizantes, atendimento médico, odontológico e psicossocial individualizado, ter monitores habilitados em número adequado, atividades de cultura e de lazer, condições satisfatórias de higiene e de salubridade e ser separados por critérios de idade, compleição física e gravidade do delito cometido". E conclui: "curiosamente, pelo novo plano, a maioria destas atribuições seria de responsabilidade das entidades civis".

Fica claro o posicionamento favorável do repórter à medida, bem como a intenção de promover o nome de Alckmin, que está no título da reportagem e a ele é atribuído o projeto qualificado como de "grande sucesso" onde já foi implantado. Ao mesmo tempo, estabelece críticas veladas à administração pública da Febem, duplamente: primeiro, quando denuncia o fato de que membros do conselho tutelar foram impedidos de ingressar na instituição em uma oportunidade; segundo, ao demonstrar através da determinação judicial que os requisitos do ECA não estariam sendo cumpridos, dando a entender que uma possível solução seria a

⁷⁸⁰ ADOLESCENTE morre depois de ser espancado em centro de detenção no DF, *Folha de S. Paulo*, 05 nov. 2003, p. C4.

terceirização⁷⁸¹.

No mesmo dia, porém, também é dada voz ao Ministro da Secretaria especial de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, criticando os Estados por não cumprirem o ECA⁷⁸². Mas a seguir apresenta as vozes dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília apontando que essa crítica seria infundada, dado que o problema seria a falta de repasses de verbas por parte da União. Na edição do dia 18 de novembro, a primeira página do caderno Cotidiano trata exatamente sobre esse déficit de repasse de verbas por parte da União, praticamente absolvendo o estado de São Paulo da situação encontrada nas Febems⁷⁸³. Recorde-se que o governador do estado era Geraldo Alckmin, e o presidente Lula estava no primeiro ano de seu primeiro mandato. Percebe-se aí clara tomada de posição pelo estado em detrimento da União, o que traz também a posição política do jornal, que mais adiante, nos artigos de opinião e editoriais fica mais evidente⁷⁸⁴. Quem dera essa deixa havia sido Paulo Sérgio de Oliveira Costa, presidente da Febem se São Paulo na edição do dia 15 novembro, quando o secretário especial de direitos humanos havia dito que a responsabilidade pelos descumprimentos do ECA era dos estados. A partir dessa deixa, o jornal saiu atrás dos dados, e confirmou que apenas 2,2 milhões dos 50,8 milhões previstos no orçamento da União teriam sido repassados aos estados.

A voz predominante na matéria é do próprio secretário de direitos humanos, responsável por projetos relacionados à reinserção social de adolescentes, e se baseou em duas principais justificativas. A primeira, o fato de este ser um orçamento irreal e de cortes estarem sendo feitos no governo; a segunda, a ausência de envio de projetos por parte dos estados para receberem os recursos.

No dia 23 de novembro de 2003, um domingo, cinco reportagens foram publicadas aprofundando o debate sobre as mudanças no ECA. Na página C3, a reportagem “Para Alckmin, presídios estão preparados” traz como principal foco a proposta do então governador de São Paulo, pontuando especificamente a parte em que pretende transferir para as prisões os adolescentes que estão cumprindo medida de internação quando completarem 18 anos. A posição contrária do jornal a essa solução parece evidente no comentário do jornalista ao final da citação direta do governador: “Todas as penitenciárias têm alas totalmente separadas. Isso já

⁷⁸¹ ALCKMIN deve entregar Febem a 3º setor, *Folha de S. Paulo*, 15 nov. 2003, p. C3.

⁷⁸² PARA ministro, Estados não cumprem o ECA, *Folha de S. Paulo*, 15 nov. 2003, p. C1.

⁷⁸³ UNIÃO só libera 4,5% da verba pra infrator, *Folha de S. Paulo*, 18 nov. 2003, p. C1.

⁷⁸⁴ PARA ministro, Estados não cumprem o ECA, *Folha de S. Paulo*, 15 nov. 2003, p. C1

poderia ser feito. Não tem vaga na Febem, vai para a cadeia. Passou dos 18 anos, vai para a penitenciária, mas em alas separadas. Temos todas as condições de fazer isso', disse Alckmin, *sem citar o déficit de vagas nos presídios*⁷⁸⁵. Com esse comentário, o jornal encontra uma contradição no argumento do entrevistado, mas de maneira velada. A reportagem trouxe a foto de uma instituição de internação de adolescentes em um procedimento humilhante (FIGURA 5) após a ocorrência de uma rebelião.

Na mesma página, uma reportagem trazendo dados do censo penitenciário buscou demonstrar os índices de reincidência dos presos e, principalmente, o número de egressos da Febem dentre os presos, que é superior entre os que cumprem pena em RDD⁷⁸⁶. Não menciona, porém, que grande parte dos egressos da Febem morrem antes de completar os 21 anos⁷⁸⁷ como foi o caso dos filhos de Miriam Duarte Pereira, entrevistada na mesma edição, na página C4⁷⁸⁸.

No mesmo dia, a página C4 trouxe três reportagens relacionadas à questão da internação de adolescentes. Na primeira, "SP concentra menores acusados de matar", o jornal traz os dados de internação em 14 estados do país, destacando os números de adolescentes internados ou processados por "assassinatos", categoria na qual o jornal inclui os atos infracionais análogos a homicídios e latrocínios. Uma tabela do lado direito da página é trazida para demonstrar nesses estados os percentuais de adolescentes que praticaram esses atos graves dentre todos os internados⁷⁸⁹. Nesse quadro, o único percentual que não aparece é o de São Paulo. Caso o leitor desejasse efetivamente comparar os dados relativos desse estado com os demais, precisaria calcular os dados absolutos apresentados no texto da reportagem. O número total de internos em SP era de 6705, e, dentre eles, os

⁷⁸⁵ PARA Alckmin, presídios estão preparados, *Folha de S. Paulo*, 23 nov. 2003, p. C3. Grifou-se.

⁷⁸⁶ CADEIA linha dura é maior reduto, *Folha de S. Paulo*, 23 nov. 2003, p. C3.

⁷⁸⁷ Em 2012, o jornal Zero Hora publicou uma série de reportagens sobre os destinos, dez anos depois, de 162 adolescentes que haviam sido internos em 2002 na Comunidade Socioeducativa (CSE), em Porto Alegre. Do total de meninos, 149 haviam sido acusados em inquéritos, termos circunstanciados, condenados ou presos quando adultos, 55 estavam presos na época do levantamento e 48 estavam mortos. Destes, 43 foram mortos antes de completarem 25 anos. ZERO HORA. Meninos condenados. 29 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/pdf/12946335.pdf>> Acesso em: 13 jun. 2013. A respeito das mortes dentro das instituições de internação, apesar de os dados serem de difícil acesso, a Associação de Centros de Defesa da Criança e do Adolescente publicaram em 2011 relatório sobre o tema, trazendo importantes informações acerca 73 adolescentes mortos somente em 2010. ANCED. *Pelo direito de viver com dignidade: Homicídios de adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação*. Relatório final de pesquisa. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.mediafire.com/file/qh7yoy8r2bxwlia/pesquisa-homicidios-de-adolescentes-em-medida-socioeducativa.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

⁷⁸⁸ "ELES saíam com mais ódio", diz mãe, *Folha de S. Paulo*, 23 nov. 2003, p. C4.

⁷⁸⁹ SP concentra menores acusados de matar, *Folha de S. Paulo*, 23 nov. 2003, p. C3.

“acusados de matar” eram 786. No cálculo, o percentual é de 11,72%, inferior aos estados de Alagoas, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Piauí e Roraima, e bastante baixo se se considerar o próprio título da reportagem. É compreensível, portanto, que São Paulo concentre aqueles acusados por assassinatos, já que, na verdade, em números absolutos ele concentra todos os tipos de atos infracionais, pois possui o maior número de internos no Brasil. O título é, então, falacioso, e parece tentar contrabalançar as duas reportagens que aparecem logo abaixo, na mesma página, sobre as violências praticadas contra os internos no interior das instituições de internação.

“Para especialistas, adolescentes já vivem em prisão”: o título da segunda reportagem já mostra que ela está baseada na opinião de *experts* no tema do ato infracional e da internação de adolescentes, algo raro no debate. Trazer este “para especialistas” no início da frase implica em garantir credibilidade para um tema que é absolutamente polêmico, visto através de um foco minoritário no pensamento sobre o ato infracional⁷⁹⁰. Ele traz a questão da violência institucional praticada na Febem, tema também muito raro nos jornais, que trazem muito mais matérias relacionadas à violência individual, a menos que algum caso, denúncia etc. ocorra em determinado momento.

Nessa reportagem, são trazidas como especialistas três mulheres. Até então o número de mulheres ouvidas havia sido minoritário. Maria de Lourdes Trassi Ferreira, professora da PUC, Ana Bahia Bock, presidente do Conselho Regional de Psicologia e a Psicóloga Juliana Murad, assessora técnica da subsecretaria de Promoção dos direitos da Criança e do Adolescente, ligada à Presidência da República, falaram a respeito de seus estudos sobre a realidade das unidades de internação. Ana Bock, por exemplo, falou sobre as denúncias de “ninjas”, pessoas que ingressam com capuzes e espancam os adolescentes internados, além de outras agressões. A professora da PUC fala sobre o caráter arcaico e ligado à ditadura militar da Febem.

Na tentativa de tornar o discurso especialista compreensível para os leitores, a Folha faz uso de referenciais comuns. Uma frase que demonstra esse uso é sobre a conclusão do estudo da Professora Maria de Lourdes: “A conclusão é que muitos saíam piores do que entravam”. Uma frase, porém, que ficou mal explicada e que

⁷⁹⁰ PARA especialistas, adolescentes já vivem em prisão, *Folha de S. Paulo*, 23 nov. 2003, p. C4.

acaba por reproduzir um preconceito comum é a que segue, atribuída à psicóloga Ana Bock: “*Na sua opinião*, os pais de classe média sofrem com o tiro que seus filhos podem levar, e os pobres sofrem o terror de verem os seus filhos darem o tiro”. Ao que parece, a frase indica que apenas os pobres matam, e que apenas os jovens de classe média morrem. Certamente não é o que as estatísticas a respeito de mortes por causas externas no Brasil mostram⁷⁹¹.

Na mesma página, ao lado da reportagem, em uma coluna, consta o quadro “outro lado”, no qual o jornal dá voz à Febem diante das denúncias apresentadas pelas especialistas. O título é “Instituição diz que denúncias são investigadas”, e consta a manifestação da assessoria da Febem, afirmando que nessa gestão, iniciada em janeiro, estava aberto um canal de denúncias, de modo que 722 sindicâncias estavam em andamento na época⁷⁹².

Considerando que na mesma edição, mas na página C3, a reportagem principal trazia o título “Para Alckmin, presídios estão preparados”, e na página C4, a mesma fórmula é usada para o título: “Para especialistas, adolescentes já vivem em prisão”, aparentemente o jornal está colocando lado a lado posições antagônicas, nas quais uma é defendida por um político, governador do Estado e responsável pela Febem de SP, e outra é defendida por experts que acusam aquela instituição de agir com violência, e que estudaram de fato o tema. A balança parece pender para o lado dos especialistas, e contra a postura de Alckmin, o que também pode ser confirmado pela escolha da fotografia da página deste: após uma rebelião, adolescentes seminus e descalços em fileira são controlados por policiais armados, em evidente situação humilhante (FIGURA 5).

⁷⁹¹ WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: Sangari, 2011. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br> Acesso em: 26 jul.2012.

⁷⁹² INSTITUIÇÃO diz que denúncias são investigadas, *Folha de S. Paulo*, 23 nov. 2003, p. C4.



Internos vigiados por policiais após rebelião na Febem do Tatuapé, na zona leste de São Paulo

FIGURA 5 – FOTOGRAFIA CONTIDA NA REPORTAGEM “PARA ALCKMIN, PRESÍDIOS ESTÃO PREPARADOS”

FONTE: Folha de S. Paulo⁷⁹³

Ainda na página C4, a reportagem “‘Eles saíam com mais ódio’, diz mãe” traz uma história de interesse humano que mostra o outro lado da moeda: adolescentes internados na Febem também têm pais e mães. O texto traz as marcas da violência institucional em uma família inteira. A mãe conta tanto o assassinato de um dos filhos pela polícia quanto os espancamentos que sofreu o filho caçula quando esteve internado. A ausência de programas de tratamento de dependentes de drogas e de educação e profissionalização, além do excesso de violência são mostrados na matéria através dos olhos de alguém que sofreu por isso. Quando vai iniciar a história triste dos filhos, dois dos quais já estavam mortos na época e o outro internado na Febem, o jornal se posiciona abertamente em relação à Febem: “A história de Miriam é o exemplo da falência do sistema Febem, no qual o Estado investe R\$ 1.700,00 por mês, por interno, e só recolhe rebeliões, fugas e mais violência”⁷⁹⁴.

A entrevistada faz parte da Amar, Associação de Mães e Amigos da Criança e do Adolescente em Risco. Trata-se, então, de uma reportagem de três colunas com a voz de um membro da sociedade civil organizada, por um lado, e um indivíduo que sofre com a violência do sistema de controle da infância e adolescente e se mostra impotente. A matéria traz um tom de interesse humano, finalizando com a narração das lágrimas que a mãe deixa cair ao lembrar-se dos filhos mortos, e termina com a frase: “É difícil olhar para trás e ver que perdi tudo”. Nessa matéria predomina o tema da violência institucional, o que é algo raro. Mas o chapéu não é “violência”,

⁷⁹³ PARA Alckmin, presídios estão preparados, *Folha de S. Paulo*, 23 nov. 2003, p. C3.

⁷⁹⁴ “ELES saíam com mais ódio”, *Folha de S. Paulo*, 23 nov. 2003, p. C4.

mas “menor infrator”, mostrando uma vez mais a representação míope do jornal sobre a questão.

Esse caráter de denúncia trazido pela reportagem contrasta com a resignação com que o jornal encara a tentativa de maior controle dos internos realizada pelo diretor da Febem no final do mesmo ano. Uma reportagem bastante interessante é a de 29 de dezembro de 2003. No clima da entrada em vigor da Lei 10.792, de 01 de dezembro de 2003, que incluiu o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) na Lei de Execução Penal, a reportagem trata sobre um endurecimento das regras para adolescentes internados na Febem de São Paulo. A ligação com o RDD, regime evidentemente vedado no sistema socioeducativo, é estabelecida pela própria reportagem: “Mesmo sem poder implantar o RDD (Regime Disciplinar Diferenciado), a Febem de São Paulo se inspirou no regime usado nos presídios para isolar e punir líderes do crime organizado para elaborar um manual que vai endurecer as regras para os internos considerados mais perigosos”⁷⁹⁵. A correlação entre a internação de adolescentes e a prisão de adultos é direta na frase, de maneira que a impossibilidade de implantação do RDD parece ser vista como um obstáculo, e não como uma garantia. O diretor da Febem fala com todas as letras a maneira encontrada de subverter o ECA e criar um regime de internação mais duro:

O RDD prevê celas individuais, limita o horário de sol a duas horas diárias e o número de visitas e ainda proíbe acesso a TV e jornais. No manual da Febem, as punições devem ser mais amenas, mas o espírito será o mesmo. “Por que não formalizar o que todo mundo sabe que acontece? Prefiro dar diretrizes e evitar arbitrariedades”, disse Oliveira e Costa. “Há 10% de adolescentes da Febem para os quais o ECA [Estatuto da Criança e do Adolescente] não foi feito. Não tenho nenhum constrangimento em dizer isso”⁷⁹⁶.

A perspectiva punitiva da declaração, especialmente direcionada para aqueles considerados “perigosos” auxilia na percepção de que de fato o ECA institui pena, como no sistema adulto, para crimes graves, como no sistema adulto, mas de maneira leniente. Quisesse expressar uma crítica à postura do diretor da Febem, o jornalista poderia facilmente ter buscado como fonte o conselho tutelar ou qualquer membro de associação de defesa da criança e do adolescente.

Na mesma página desta edição, o jornal traz uma reportagem sobre o fechamento da unidade 31 do complexo de Franco da Rocha, uma edificação

⁷⁹⁵ MANUAL endurece regras para infratores, *Folha de S. Paulo*, 29 dez. 2003, p. C1.

⁷⁹⁶ MANUAL endurece regras para infratores, *Folha de S. Paulo*, 29 dez. 2003, p. C1.

construída para uso provisório (mas na verdade durou três anos e meio) para a internação de adolescentes, e instalada em um presídio que liderou as denúncias de maus-tratos e tortura de internos naquela época⁷⁹⁷. O destaque, contudo, não é dado às denúncias e suas apurações, mas sim, às rebeliões e tumultos:

Com normas mais rígidas, a Febem pretende evitar o que aconteceu na unidade 31. *Só em 2003, foram nove rebeliões e oito tumultos. Um funcionário e dois internos foram assassinados neste ano.*

Os internos da unidade, no entanto, *já estão acostumados com estrutura de presídio e regras diferenciadas*. Alguns estavam no grupo que ficou temporariamente no complexo do Carandiru e nos cadeiões de Pinheiros e de Santo André antes de serem levados para Franco da Rocha.

Por causa das rebeliões em 2003, internos ficaram a maior parte do tempo trancafiados, segundo promotores e juízes da Infância e Juventude. Em maio, os maiores de 18 anos foram levados para presídios, mesmo sem autorização judicial. A Justiça ordenou que eles retornassem⁷⁹⁸.

Os motivos pelos quais os tumultos ocorreram não aparecem, apesar de as denúncias de maus-tratos e torturas serem mencionadas em quadro abaixo da fotografia. A falta de destaque para o manifesto descumprimento do ECA no estado de São Paulo e, ao contrário, a exposição da situação ilegal realizada com toda a naturalidade pelas reportagens demonstra a legitimação da ideia de que a medida de internação é o mesmo que a pena privativa de liberdade e deve ser executada com rigor. A única crítica da reportagem é à forma como a Unidade 31 seria fechada: para cumprir com a promessa de fechamento dessa unidade até o final do ano de 2003, os 250 internos, considerados perigosos, seriam transferidos para o complexo do Tatuapé, considerado de menor segurança, em função de que as obras dos novos prédios não haviam sido concluídas. As duas reportagens são ilustradas pela fotografia do pátio da Febem Franco da Rocha, onde os adolescentes estão todos amontoados sentados no chão, no canto da quadra de futebol, despidos para inspeção após um motim (figura 6).

⁷⁹⁷ UNIDADE é fechada no improviso, *Folha de S. Paulo*, 29 dez. 2003, p. C1.

⁷⁹⁸ MANUAL endurece regras para infratores, *Folha de S. Paulo*, 29 dez. 2003, p. C1. Grifou-se.



Internos da Febem Franco da Rocha são agrupados por PMs para revista, após motim em abril deste ano

FIGURA 6 – FOTOGRAFIA CONTIDA NA REPORTAGEM “UNIDADE É FECHADA NO IMPROVISO”
 FONTE: Folha de S. Paulo⁷⁹⁹

Curiosamente, no ano de 2007, em plena campanha pelo aumento do prazo de internação, em função do caso João Hélio, nenhuma reportagem tratou sobre a situação da fundação Casa. Tudo se passa como se já não houvesse mais problemas de violência institucional, nem mesmo de superlotação. Por outro lado, a situação do sistema penitenciário relacionado com o tema da infância e juventude aparece no jornal, dois dias após ele se posicionar contrariamente à redução da maioridade penal. No dia 16 de fevereiro de 2007, período em que o caso João Hélio atingia o seu auge, uma reportagem tratou de analisar o tema da superlotação dos presídios, a partir de uma estimativa feita pelo próprio repórter. A matéria demonstra que o déficit de vagas no sistema carcerário na época era de 140 mil vagas, e estima que o número de adolescentes entre 16 e 18 anos cumprindo medida de internação seria de 11 mil. Daí que aumentaria para mais de 151 mil o número de vagas faltantes, não havendo para onde mandar esses adolescentes. A linha-fina da reportagem traz a conclusão do jornal: “Estimativa aponta que aprovação de proposta reduzindo a maioridade penal agravaria déficit nas prisões do país”⁸⁰⁰. O déficit de vagas no sistema socioeducativo também é mencionado: são mais de 3 mil vagas faltantes. Esse dado, contudo, apenas é utilizado para somar ao anteriormente mostrado, pois esse déficit também implicaria no sistema carcerário caso a mudança na Constituição fosse aprovada. Ele não é, porém, questionado a

⁷⁹⁹ UNIDADE é fechada no improviso, *Folha de S. Paulo*, 29 dez. 2003, p. C1.

⁸⁰⁰ SE maioridade aos 16 já valesse, prisões teriam 11 mil a mais, *Folha de S. Paulo*, 16 fev. 2007, p. C3.

partir do ponto de vista do aumento do prazo de internação, que, na verdade, agravaria muito a situação de superlotação.

Além dessa reportagem, a única que tratou, ainda que de maneira secundária, sobre o tema das instituições de internação foi aquela que relatou a fuga de internos da Fundação Casa. A matéria trata com preocupação sobre o assunto, o que pode ser visto na ênfase na informação de que os internos dessa unidade seriam perigosos. O trecho a seguir mostra que a referência à estrutura da instituição aparece apenas quanto à sua segurança, sem tratar em qualquer momento sobre o respeito ao ECA: “O complexo apontado como o mais seguro e rígido da Febem de São Paulo – instituição que no final de 2006 passou a se chamar Fundação Casa – registrou ontem uma fuga que revela a fragilidade de sua estrutura e lembra episódios do sistema prisional paulista”⁸⁰¹.

Referências à Fundação Casa apenas aparecem novamente em 2012, agora fora de um período influenciado por algum caso de grande repercussão. Nesse momento, as críticas à estrutura da instituição tornam a aparecer, motivadas por um estudo do CNJ, dentro do programa “Justiça ao Jovem”. As matérias sobre o relatório, publicadas em 09 de abril de 2012 destacaram também a falta de juízes da infância e juventude⁸⁰². Sob o título “Fundação Casa precisa se cuidar para não voltar a ser Febem, diz CNJ”, a reportagem traz a fotografia de uma rebelião ocorrida na Fundação Casa da Vila Maria em 2011⁸⁰³ (FIGURA 7).



Adolescentes durante rebelião na Fundação Casa da Vila Maria (zona norte de SP), no ano passado; relatório não cita motins recentes no Estado

FIGURA 7 – FOTOGRAFIA CONTIDA NA REPORTAGEM “FUNDAÇÃO CASA PRECISA SE CUIDAR PARA NÃO VOLTAR A SER FEBEM, DIZ CNJ”

⁸⁰¹ INTERNOS fazem túnel de 12 m em Febem supersegura, *Folha de S. Paulo*, 13 mar. 2007, p. C3.

⁸⁰² APENAS 3% das comarcas têm varas de infância, *Folha de S. Paulo*, 09 abr. 2012, p. C1.

⁸⁰³ FUNDAÇÃO Casa precisa se cuidar para não voltar a ser Febem, diz CNJ, *Folha de S. Paulo*, 09 abr. 2012, p. C1.

FONTE: Folha de S. Paulo⁸⁰⁴

Na imagem aérea e noturna do pátio da instituição aparecem vários jovens sem camisa em círculo, de mãos dadas, e no centro a palavra “opressão” montada com as camisas. Os dados do CNJ trazidos na reportagem dão conta, sobretudo, da superlotação de várias unidades, não mencionando outros tipos de violência praticados contra os internos. Também é criticada na reportagem a falta de juízes da infância e juventude, o que prejudicaria “o processo de recuperação de jovens internados na fundação Casa”⁸⁰⁵.

Outro exemplo é a matéria publicada em 05 de abril de 2012, na qual se anuncia que adolescentes suspeitos dormiam algemados em uma instituição de internação no Espírito Santo⁸⁰⁶. As imagens foram divulgadas pela Pastoral do Menor e aparecem em tom de denúncia pela situação a que são submetidos os internos. A matéria não está vinculada a casos de grande repercussão, o que torna mais fácil compreender os internos como seres humanos e como sujeitos de direitos. Observe-se que os garotos que aparecem dormindo algemados na fotografia publicada pelo jornal são negros, magros, baixos, e muito jovens.

2.3.1.2 Menção a outras medidas socioeducativas

Como já visto anteriormente, a medida de internação é a mais referida pelo jornal, sendo naturalizada como a principal resposta que um adolescente pode receber em caso de prática de um ato infracional. A menção às demais medidas previstas no Estatuto é residual no jornal, tendo ocorrido apenas quatro vezes em todo o período analisado.

A primeira menção aparece na reportagem “Jovens trocam tráfico por roubo no Rio”, já comentada acima. A reportagem explica “aos envolvidos em ações de menor gravidade o juizado pode aplicar medidas de semiliberdade, liberdade assistida, prestação de serviços à comunidade ou simples advertência”⁸⁰⁷. A matéria não trata de nenhum caso específico, apenas descrevendo a ação da Justiça.

⁸⁰⁴ FUNDAÇÃO Casa precisa se cuidar para não voltar a ser Febem, diz CNJ, *Folha de S. Paulo*, 09 abr. 2012, p. C1.

⁸⁰⁵ JUIZ da infância atende 1 milhão em SP, *Folha de S. Paulo*, 09 abr. 2012, p. C1.

⁸⁰⁶ ADOLESCENTES suspeitos de cometer infrações dormem algemados no ES, *Folha de S. Paulo*, 05 abr. 2012, p. C5.

⁸⁰⁷ JOVENS trocam tráfico por roubo no Rio, *Folha de S. Paulo*, 11 mar. 2007, p. C3.

A segunda menção aparece em 2008 na reportagem sobre o furto de carro pelo menino de 12 anos, também já comentada acima. Ela explica porque o adolescente não havia sido internado nas outras vezes em que foi pego dirigindo carros furtados:

É a primeira vez que o garoto vai para a ex-Febem. A dúvida, agora, é se ele continuará internado ou não. Segundo Thales de Oliveira, promotor da Vara da Infância e Juventude, esse é o segundo crime que o garoto comete após completar 12 anos. A lei só prevê internação na ex-Febem após o terceiro crime. Para ele, o menino deveria cumprir liberdade assistida, indo toda semana a instituições educacionais e recebendo visitas de assistentes sociais⁸⁰⁸.

Percebe-se, nessa menção, uma comparação clara com a medida de internação, que parece ser a referência do jornalista que elaborou o texto. É mencionada a medida de liberdade assistida.

A terceira e a quarta referências são bastante semelhantes. A de 2009 é a que trata sobre o garoto que pegou o carro da mãe e bateu em outros carros. Consta no texto que “O adolescente foi liberado no mesmo dia porque, segundo o delegado, não havia cometido crime considerado de grave ameaça, como assaltar ou matar. Entre outras penas, o garoto pode ter de prestar serviços comunitários ou frequentar cursos que esclareçam sobre direitos e deveres do cidadão”⁸⁰⁹. Da mesma forma, no caso de Bullying também já mencionado acima, consta que os adolescentes condenados nesses casos “tiveram de prestar serviços à comunidade como punição”⁸¹⁰. Nota-se que nesses dois casos sequer foi cogitada a medida de internação, não havendo comparação ou menção a ela.

2.3.2 A política na mídia: propostas de alteração da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente

No caso Liana e Felipe, o tema das mudanças na legislação para recrudescer o tratamento do adolescente autor de ato infracional apareceu pela primeira vez no dia 13 de novembro de 2003, o segundo dia de cobertura do caso pelo jornal. Surge

⁸⁰⁸ EM carro furtado, menino de 12 anos é detido pela 9ª vez, *Folha de S. Paulo*, 17 dez. 2008, p. C4.

⁸⁰⁹ GAROTO pega Toyota da mãe escondido, derrapa e bate em outros dois carros, *Folha de S. Paulo*, 30 jan. 2009, p. C8.

⁸¹⁰ JUSTIÇA já condena jovens envolvidos em bullying, *Folha de S. Paulo*, 29 abr. 2012, p. C1.

na voz do pai da menina que foi vítima de estupro e homicídio. Apesar de no dia 13 de novembro de 2003 já haver a hipótese de o adolescente Champinha ter praticado o crime junto com pelo menos mais dois adultos, ele foi enquadrado como principal responsável pelo crime, o que pode ser visto no título da reportagem sobre o caso neste dia: “Menor já era suspeito havia uma semana”, bem como pelo número de vezes em que é mencionado no texto⁸¹¹. Além disso, aparece um quadro onde consta a impressão de sua mãe sobre o caso.

O enquadramento é evidente no título da entrevista com o pai de Liana contida na mesma página: “Pai quer redução da maioridade penal”. Todos os outros suspeitos aparecem muito pouco e a imagem deles é divulgada mais em razão de que pelo ECA a foto de adolescentes relacionados a ato infracional não pode aparecer no jornal. No trecho a seguir, a “cabeça” da entrevista do pai de Liana e algumas das perguntas realizadas a ele dizem muito sobre o enquadramento que seria adotado pela imprensa:

Ele [Friedenbach] defendeu a redução da maioridade penal, que permitiria que um dos acusados - R.A.A.C., 16 - cumprisse uma longa pena - em vez de ficar até três anos na Febem. Leia a entrevista:

[...]

Agora - O que o senhor sente em relação aos assassinos?

Friedenbach - Meu recado e minha raiva não são para quem cometeu o crime diretamente, mas para quem o comete indiretamente, que é o nosso poder instituído e inoperante, que deixa livre uma pessoa como ele, que já era criminoso (...). Porque ele tem 16 anos não pode ter a foto e o nome nos jornais? Eu, você, todo cidadão tem o direito de saber com quem está cruzando na rua.

Agora - O sr. é a favor da redução da maioridade penal?

Friedenbach - Sou radicalmente a favor. Isso já deveria ter ocorrido há 20 anos, mas nossos legisladores se fazem de surdos quando a população clama por isso⁸¹².

Na entrevista realizada pelo jornal *Agora* e reproduzido no jornal *Folha de S. Paulo* com a mãe de Felipe Caffé, apesar de a entrevistada não falar espontaneamente sobre punição, as perguntas a direcionam para esse tópico, em especial a pergunta “A sra. queria que o menor [R.A.A.C., 16, acusado do crime] fosse para a cadeia?”. Esse enquadramento também traz uma determinada representação sobre a medida socioeducativa de internação, que a opõe ao encarceramento longo, apresentando-na como uma medida leve demais e desproporcional ao ato infracional.

⁸¹¹ MENOR já era suspeito havia uma semana, *Folha de S. Paulo*, 13 nov. 2003, p. C4.

⁸¹² PAI quer redução da maioridade penal, *Folha de S. Paulo*, 13 nov. 2003, p. C4.

No dia seguinte, a defesa da redução da maioria penal apareceu na voz do cardeal dom Aloísio Lorscheider, arcebispo de Aparecida, ou seja, de um representante de um setor da Igreja Católica. Na mesma matéria, o Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos se manifesta contrário à medida⁸¹³. E, então, no dia 15 de novembro, o jornal declara oficialmente abertos os debates sobre as mudanças na lei, com uma matéria intitulada “Crime reabre debate sobre maioria penal”, em reportagem cujas fontes são aquelas que apareceram nas matérias dos dias anteriores, acrescidas de outras⁸¹⁴.

Na esfera religiosa, as vozes de representantes da CNBB apareceram para se contrapor à percepção do Arcebispo, sendo radicalmente contrários à medida. Zilda Arns, da Pastoral do Menor se posiciona aberta ao debate, defendendo a realização de um plebiscito. São apresentados os posicionamentos de membros do Judiciário superior, como o presidente do TST, Francisco Fausto, favorável à mudança na Constituição, e, em posição oposta, o presidente do STJ, Nilson Naves, e o ministro do STF Nelson Jobim. Do Executivo nacional aparecem apenas o secretário especial de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, e José Fernando da Silva, vice-presidente do Conanda⁸¹⁵, ambos apresentando posições institucionais contrárias à redução. É exposta, ainda, a posição da OAB, também contrária. Jorge Damus, o pai de um adolescente morto em 1999 em um assalto e coordenador da campanha “Crime não tem idade: maioria penal aos 14 anos”, aparece argumentando favoravelmente à medida.

Uma característica interessante da reportagem é o fato de que o único político a ter a sua posição divulgada é Geraldo Alckmin, então governador do estado de São Paulo. Alckmin aparece posicionado contrariamente à redução da maioria penal, mas anuncia estar estudando um projeto, a ser apresentado na Câmara dos Deputados, de mudanças no Estatuto para permitir a internação mais longa de adolescentes autores de atos infracionais graves.

⁸¹³ ARCEBISPO apóia redução da maioria, *Folha de S. Paulo*, 14 nov. 2003, p. C5.

⁸¹⁴ CRIME reabre debate sobre maioria penal, *Folha de S. Paulo*, 15 nov. 2003, p. C1.

⁸¹⁵ O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) integra o conjunto de atribuições da Presidência da República e foi criado pela Lei nº 8.242, 12 de outubro de 1991. É a instância máxima de formulação, deliberação e controle das políticas públicas para a infância e a adolescência na esfera federal. Conta, em sua composição, com 28 conselheiros, sendo 14 representantes do Governo Federal, indicados pelos ministros e 14 representantes de entidades da sociedade civil organizada e âmbito nacional e de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, eleitos a cada dois anos. BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria especial de direitos humanos. O que é CONANDA. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/sedh/conanda/OqueeoCONANDA.pdf>> Acesso em: 22 mai. 2013.

Mesmo com o uso da “técnica da gangorra”, não é difícil, porém, identificar a posição do jornalista, ou mesmo do jornal. Na matéria, por exemplo, além de os argumentos contrários às mudanças serem mais numerosos e qualitativos, um destaque é dado ao Secretário Especial de Direitos Humanos em um quadro que ocupou uma coluna do lado esquerdo da mesma página. No destaque se desenvolve um dos argumentos mais fundamentais contra as mudanças na Constituição e na lei infraconstitucional: o de que o ECA é sistematicamente descumprido, tanto no âmbito social quanto no correcional, o que implica em maus resultados na ponta do sistema que acaba sendo percebido através dos números da reiteração⁸¹⁶.

No balanço, fica clara a força que a posição contrária à redução da maioria penal assume: dentre as fontes consultadas e cujas vozes aparecem na reportagem, quatro são favoráveis à redução da maioria penal para 16 anos, enquanto nove são contrários. Em posição intermediária está Zilda Arns, que apoia a realização de um plebiscito onde a população poderia ser informada e se daria conta da importância da prevenção. Assim, parece também ser contrária à redução.

A descrição dessa matéria, a primeira a efetivamente ter como principal tema a redução da maioria penal no período analisado, é interessante porque desde já expõe as três principais posições, que serão apresentadas abaixo, a respeito do tratamento da criança e do adolescente. A primeira é aquela mais relacionada a uma postura ideológica esquerdista, defendida pelo governo federal, pelos parlamentares do PT e alguns de outros partidos e que consiste na defesa da manutenção da legislação como está e sua real implementação em todos os níveis da federação. A segunda é a oposta, defendida principalmente por parlamentares de centro e direita e que consiste na convicção de que a legislação atual está desatualizada e não responde com eficácia às necessidades dos novos tempos. A terceira agrupa pessoas que prioritariamente se postariam na primeira ou na segunda, mas que fazem concessões para poderem evitar o mal maior: trata-se daqueles que defendem o aumento do prazo de internação. O jornal irá se posicionar claramente nessa terceira perspectiva, o que se conclui não apenas pela maneira como apresenta o tema, mas principalmente porque a declara em seus editoriais (cf. 2.3.3).

⁸¹⁶ PARA ministro, Estados não cumprem o ECA, *Folha de S. Paulo*, 15 nov. 2003, p. C1

No caso João Hélio, o tema da redução da maioria penal surge no jornal no segundo dia de cobertura, em 10 de fevereiro de 2007. São duas as matérias que tratam sobre o tema, apresentando percepções antagônicas: uma destaca no título a posição contrária do governo federal⁸¹⁷, a outra destaca a posição favorável do governo do estado do Rio de Janeiro⁸¹⁸. Na reportagem com o posicionamento do governo federal, apenas Lula é fonte da notícia. Já na reportagem que trouxe a posição do governador do Rio apareceram outras vozes para contraditar a proposta de Cabral de que a maioria penal deveria ser definida pelos estados. As posições que vêm contrabalançar a fala de Cabral são dos ministros do STF Ellen Gracie e Ayres Britto.

Mais uma vez a abertura dos debates é declarada oficialmente pelo jornal, no dia 13 de fevereiro através matéria “Senado retoma debate da maioria penal”. Nesse dia, além de tratar sobre as propostas de emenda constitucional que tramitam no Senado, abrange uma matéria sobre a posição da presidente do STF, ministra Ellen Gracie. Também a posição de Cabral aparece em matéria novamente, junto das posições de outros governadores, como Roberto Requião (Paraná) e José Serra (São Paulo). Ao longo das discussões sobre o tema é dado destaque ao presidente Lula e ao governador do Rio, além do presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, do PT. Outros governadores aparecem com frequência, como Aécio Neves (PSDB) e José Serra (PSDB).

A proposta de ampliação do prazo de internação aparece pela primeira vez no jornal, em 2007, através da voz do presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT). Apesar de nenhum projeto de lei com esse tipo de proposta ter sido apresentado na Câmara por um autor do PT, nesse momento de acirrados embates entre aqueles favoráveis e os contrários à redução da maioria penal levaram a que esse político passasse a perceber o tema como uma espécie de mal menor.

“Talvez essa proposta traduza um meio-termo entre os que são contra e a favor da redução da maioria. (...) Parece uma boa iniciativa, porque isso altera o que tem hoje, mas não a ponto de concluir que a redução da maioria seja a única solução”, afirmou Chinaglia, ressaltando não ter ainda avaliação sobre se a proposta atenderá aos dois lados⁸¹⁹.

A partir da análise de todas as matérias informativas referentes à categoria

⁸¹⁷ LULA descarta redução da maioria penal, *Folha de S. Paulo*, 10 fev. 2007, p. C 12.

⁸¹⁸ PARA Sérgio Cabral, legislação precisa mudar, *Folha de S. Paulo*, 10 fev. 2007, p. C 12.

⁸¹⁹ CHINAGLIA propõe ampliar tempo de internação, *Folha de S. Paulo*, 14 fev. 2007, p. C3.

“Iniciativa legislativa” foi possível perceber claramente o posicionamento do jornal contrário à redução da maioridade penal. Os argumentos favoráveis e contrários a esta mudança legislativa se organizaram da maneira apresentada na TABELA 8:

TABELA 8 – ARGUMENTOS CONTRÁRIOS À REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL NAS MATÉRIAS INFORMATIVAS

Número	Argumento	Nº	Tipo de argumento
1	O ECA já traz punições pela prática de atos infracionais	02	Jurídico 06
2	A redução da maioridade penal é inconstitucional	03	
3	A redução da maioridade penal vai de encontro aos compromissos internacionais firmados pelo Brasil	01	
4	Reduzir a maioridade penal não resolve o problema da violência	15	Criminológico 27
5	As prisões não têm proposta educativa	02	
6	Os atos infracionais graves são exceção	04	
7	Deve haver uma diferenciação entre adolescentes perigosos e não perigosos	01	
8	Ocorrerá um agravamento da criminalidade em função do aprisionamento de adolescentes junto com adultos	02	
9	Os adolescentes estão em formação e não podem responder como adultos	02	
10	Em outros países a redução da maioridade penal não diminuiu a criminalidade	01	
11	O Estado precisa agir racionalmente/ Momentos de comoção social não são os mais adequados para discutir repressão penal	11	Político 32
12	É necessária uma política estrutural de assistência	05	
13	A questão da criminalidade precisa de uma discussão mais profunda	05	
14	Não há limites para a redução: logo estarão querendo mudar para 12, 10 etc.	01	
15	O ECA não é cumprido pelos estados	05	
16	A redução da maioridade penal favoreceria a elite da sociedade	01	
17	As prisões já estão superlotadas	03	
18	As prisões não têm estrutura para separar os jovens	01	
Total de ocorrências		65	

FONTE: Elaboração própria com base na pesquisa ao acervo do jornal Folha de S. Paulo.

Argumentos jurídicos

Argumentos jurídicos são absolutamente minoritários no debate. O fato de que já há vários tipos de medidas socioeducativas é pouco explorado. Há apenas duas ocorrências: na voz do advogado Miguel Reale Júnior e de um consultor da Associação Olha o Menino. Em relação à inconstitucionalidade, o fato de a idade da maioridade penal ser cláusula pétrea somente é citada três vezes ao longo da

cobertura.

Argumentos criminológicos

As falas centradas no argumento de que a mudança na Constituição não reduziria o problema da violência costumam não explicar os seus motivos. As que explicam se centram nos seguintes argumentos: optar pela punição significa abrir mão da ressocialização do adolescente⁸²⁰; optar pela punição significa deixar de lado de políticas estruturais de assistência necessárias para um real tratamento do problema⁸²¹; a tendência é a de que sejam recrutados para o crime adolescentes ainda mais jovens⁸²²; a mudança irá desproteger os jovens⁸²³.

Quanto ao agravamento da criminalidade em função do aprisionamento de adolescentes junto com adultos, são também várias as menções, que se atentam para a socialização ocorrida dentro das instituições prisionais e que há muito mostraram serem prejudiciais à reintegração social.

O argumento de que os atos infracionais graves são exceção poderia ter aparecido mais vezes, pois ele, de fato, demonstra a inocuidade da mudança na legislação. Quando ele apareceu veio separado de estatísticas, comprovações de que isso é um dado verdadeiro, tornando difícil perceber a sua credibilidade, ainda mais em um momento em que a percepção generalizada é a de que adolescentes são os maiores responsáveis pelos problemas do Brasil.

A diferenciação entre adolescentes perigosos e não perigosos apareceu, sobretudo, na voz daqueles contrários à redução da maioria penal, mas favoráveis ao aumento do prazo de internação. Segundo esse argumento, o tratamento dado aos adolescentes não pode ser generalizado, mas sim deve ser proporcional à capacidade de recuperação do adolescente.

Argumentos políticos

⁸²⁰ Senador Aloízio Mercadante (PT) na reportagem: DERROTADA, base aliada tenta atrasar votação, *Folha de S. Paulo*, 27 abr. 2007, p. C3.

⁸²¹ Ministro Ayres Brito na reportagem: PARA Sérgio Cabral, legislação precisa mudar, *Folha de S. Paulo*, 10 fev. 2007, p. C12.

⁸²² SEM acordo sobre maioria penal, debatedores defendem mudanças, *Folha de S. Paulo*, 07 mar. 2007, p. C10.

⁸²³ PARA Lula, mudar lei não reduz violência, *Folha de S. Paulo*, 14 fev. 2007, p. C3.

Dentre todas as falas classificadas como políticas a que se sobressaiu foi aquela que defendeu a necessidade de o Estado não sucumbir à atmosfera emocional do momento. Alguns dos termos utilizados para designá-la foram: “momento de comoção”⁸²⁴; “legislação de pânico”⁸²⁵; “conteúdo emocional”⁸²⁶; “estado de comoção”⁸²⁷; “impacto do pânico”⁸²⁸. Assim como nos discursos legislativos analisados anteriormente, razão e emoção foram em vários momentos colocados frente a frente. A superlotação das prisões e o descumprimento do ECA pelos estados foi um dos tópicos mais citados, especialmente em 2003, quando o próprio governador descumpridor da lei propôs a sua mudança.

O argumento de que, ao invés de mandar adolescentes para as prisões é necessária uma política estrutural de assistência apareceu mais na voz de setores da esquerda. O problema é que costuma relacionar pobreza e criminalidade, deixando de lado toda a cifra obscura constituída pelos adolescentes de classe média e média alta. A aplicação integral do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) é negligenciada hoje pelas prefeituras e governos estaduais, na avaliação desse grupo. Inclusão social foi um tema que motivou vários discursos.

A falta de estrutura das prisões foi trazida até mesmo pela presidente da Fundação Casa de São Paulo, afirmando que não haveria meios para cumprir a proposta de separar os adolescentes dos adultos no sistema carcerário⁸²⁹.

A TABELA 9 traz os argumentos favoráveis à redução da maioridade penal:

TABELA 9 – ARGUMENTOS FAVORÁVEIS À REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL NAS MATÉRIAS INFORMATIVAS

Número	Argumento	Nº	Tipo de argumento
1	Se o adolescente comete um crime, deve ser punido	06	Jurídico 06
2	Há uma grande quantidade de “menores” no tráfico de drogas	02	Criminológico 13
3	O jovem amadurece mais cedo nos dias de hoje	07	
4	A leniência do ECA estimula a entrada na criminalidade	04	
5	A população clama pela redução da maioridade penal	01	Político 05
6	Vive-se uma situação de excepcional violência, o que exige uma resposta rápida	02	

⁸²⁴ PARA Lula, mudar lei não reduz violência, *Folha de S. Paulo*, 14 fev. 2007, p. C3.

⁸²⁵ ARCEBISPO apóia redução da maioridade, *Folha de S. Paulo*, 14 nov. 2003, p. C5.

⁸²⁶ CONGRESSO recebe pacote de governadores, *Folha de S. Paulo*, 01 mar. 2007, p. C4.

⁸²⁷ REDUÇÃO da idade penal é criticada, *Folha de S. Paulo*, 02 dez. 2003, p. C3.

⁸²⁸ ESPECIALISTAS divergem sobre o aumento do rigor penal, *Folha de S. Paulo*, 16 fev. 2007, p. C4.

⁸²⁹ PARA presidente da Febem, não há sequer meios de cumprir proposta, *Folha de S. Paulo*, 27 abr. 2007, p. C3.

7	A legislação deve ser mais rigorosa com os adolescentes	02
Total de ocorrências		24

FONTE: Elaboração própria com base na pesquisa ao acervo do jornal Folha de S. Paulo.

Argumento jurídico

Na posição favorável à mudança da Constituição não aparece uma resposta clara à objeção de sua inconstitucionalidade. Em termos argumentativos, apenas aparece o raciocínio de que qualquer pessoa, independentemente da idade, deve ser punida caso cometa um crime. A necessidade de rigor na punição vem como confirmação da crença na dissuasão, de modo a prevenir o crime.

Argumento criminológico

A percepção a respeito da participação dos adolescentes no tráfico de drogas é a de que este é um fenômeno generalizado e que justificaria a mudança na Constituição. O amadurecimento precoce dos adolescentes estaria aí comprovado, e então a medida socioeducativa de internação e sua limitação temporal teriam como consequência a impunidade e o estímulo à prática de crimes.

Argumento político

O clamor público e a necessidade de defesa social aparecem como fortes argumentos políticos, reforçados pelas sucessivas pesquisas de opinião que mostram mais de 80% de aprovação da mudança na Constituição. A resposta ao sentimento de insegurança da população é um tema comum nas páginas dos jornais, o que mostra um importante fator simbólico na condução da política penal.

Comparando-se os argumentos favoráveis e contrários à redução da maioria penal, observa-se que eles se cruzam com diferentes representações do adolescente autor de ato infracional e da medida socioeducativa. Os argumentos contrários à mudança da Constituição partem de uma percepção social do adolescente como um indivíduo em formação e que não representa uma grande ameaça à sociedade, pois vêm baseados nos dados que demonstram serem minoritários os crimes violentos por eles praticados. Da mesma maneira, julgam serem as medidas socioeducativas respostas adequadas aos atos infracionais, além

de demonstrarem os abusos realizados nas instituições de internação.

Por outro lado, os argumentos favoráveis à redução da maioridade penal percebem o adolescente autor de ato infracional como um indivíduo já amadurecido e que, por isso, deve arcar penalmente com a responsabilidade pelos seus atos. Sobre as medidas socioeducativas, percebem-na como uma forma paternalista de agir sobre o adolescente, despreocupada com uma necessidade de punição e desatenta aos clamores da sociedade.

Iniciativas legislativas: o aumento do prazo de internação

A proposta de aumento do prazo de internação surgiu pela primeira vez nas edições analisadas no dia 18 de novembro de 2003, na matéria “OAB critica proposta de Alckmin”. Na matéria, menciona-se um projeto de lei que estaria sendo produzido pelo governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, como uma alternativa à redução da maioridade penal. A reportagem traz resumidamente as três mudanças propostas: 1) o aumento do prazo de internação para até dez anos em atos infracionais com violência ou grave ameaça à pessoa; 2) a fixação em sentença do período de cumprimento da medida de internação; 3) ao cumprir dezoito anos o adolescente internado por ato infracional pode ser enviado a uma ala especial de estabelecimento prisional⁸³⁰.

Mesmo antes de ser oficialmente proposto, o projeto de lei foi apresentado com direito a polêmica, pois, além do advogado Ariel de Castro Alves, da Comissão de Direitos Humanos da OAB, a reportagem também traz as críticas do padre Júlio Lancelotti, do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Belém e da presidente da Amar (Associação de Mães e Amigos da Criança e do Adolescente em Risco), Conceição Paganele. A favor, além do próprio governador proponente, aparece o comerciante Masataka Ota, presidente do Movimento Paz e Justiça Ives Ota, já mencionado anteriormente.

Como visto na análise dos projetos de lei, os anos de 2003 e de 2007 foram os que tiveram o maior número de propostas de aumento do prazo de internação nos últimos dez anos. No ano de 2003, a proposta do governador Geraldo Alckmin foi a única que chegou a ser publicizada pela Folha de S. Paulo. A proposta se

⁸³⁰ OAB critica proposta de Alckmin, *Folha de S. Paulo*, 18 nov. 2003, p. C3.

tornou o PL 2628/2003, encampado pelo deputado Jutahy Júnior, do PSDB, mesmo partido do governador. Todos os demais projetos apresentados ficaram de lado, ressaltando-se a iniciativa daquele ator político. O projeto foi apresentado na Câmara dos Deputados em 28 de novembro de 2003, nove dias após a audiência do governador com o presidente da Câmara, o deputado João Paulo Cunha, para quem a proposta foi entregue. Todos os passos dessa proposição são narrados pelo jornal. O aumento do prazo de internação esteve presente em reportagens específicas sobre a proposta de Alckmin e em outras gerais sobre a redução da maioria penal, aparecendo frequentemente como alternativa à polêmica.

Em 2007, a proposta aparece na voz de setores de esquerda, o que demonstra a prevalência do argumento do mal menor. O presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, por exemplo, defendeu o aumento do prazo de internação como meio-termo para satisfazer os dois lados contrapostos sobre a redução da maioria penal. Já com outro tipo de argumentação, a presidente da Pastoral da Menor, Zilda Arns, defendeu o aumento no intuito de não libertar o adolescente que possui ainda problemas não resolvidos, principalmente psicológicos ou psiquiátricos.

A ideia também foi defendida por setores da direita que buscaram fugir do problema da inconstitucionalidade da redução da maioria penal.

Os argumentos contrários ao aumento do prazo de internação estão relacionados na TABELA 10:

TABELA 10 – ARGUMENTOS CONTRÁRIOS AO AUMENTO DO PRAZO DE INTERNAÇÃO

Número	Argumento	Nº	Tipo de argumento
1	É uma forma disfarçada de reduzir a maioria penal	02	Jurídico 02
2	Não contribui para enfrentar a criminalidade	01	Criminológico 04
3	Três anos já é muito tempo para um adolescente permanecer confinado	01	
4	Atos infracionais graves são exceções	01	
5	As cadeias estão superlotadas	01	Político 03
6	Os estados não cumprem o ECA (especialmente o de SP)	01	
7	A proposta é demagógica – se aproveita da comoção social	02	
Total de ocorrências		09	

FONTE: Elaboração própria com base na pesquisa ao acervo do jornal Folha de S. Paulo.

Nesses argumentos percebe-se um equilíbrio entre aqueles catalogados como jurídicos, criminológicos e políticos. Os dois argumentos que tiveram maior

número de referências foram aqueles que atacam diretamente a proposta de Geraldo Alckmin em razão de seu oportunismo político e da maneira como apareceu com a solução mágica para os problemas da criminalidade assim que o caso Champinha veio à tona. Além disso, critica a proposta por ser uma maneira de “driblar” a inconstitucionalidade da redução da maioria penal, gerando, porém, as mesmas consequências: encaminhar os adolescentes aos presídios.

Desses argumentos destaca-se aquele que aponta para a superlotação dos presídios e a ausência de estrutura para abrigar os adolescentes com mais de dezoito anos que estão cumprindo medida de internação. Além desse argumento, o de que a proposta é uma maneira de desviar a atenção da própria negligência do estado de São Paulo para com a infância e juventude aparece como forma de criticar especificamente a proposta de Alckmin.

Em 2007, o governador de São Paulo era José Serra, e também realizou proposta de aumento do prazo de internação nos mesmos termos que Alckmin fizera em 2003, mas inserido em um “pacote de segurança” de treze propostas e em conjunto com outros três governadores: Aécio Neves (PSDB/MG), Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e Paulo Hartung (PMDB/ES)⁸³¹. O pacote é claramente definido, no jornal, como uma resposta à morte do menino João Hélio.

Os argumentos favoráveis ao aumento do prazo de internação podem ser lidos na TABELA 11:

TABELA 11 – ARGUMENTOS FAVORÁVEIS AO AUMENTO DO PRAZO DE INTERNAÇÃO

Número	Argumento	Nº	Tipo de argumento
1	É necessário corrigir a desproporcionalidade entre os crimes graves e as penas leves do ECA	04	Jurídico 06
2	Trata-se de um aperfeiçoamento/atualização do ECA	02	
3	Evita a impunidade	02	Criminológico 15
4	Permite que o Estado tenha mais tempo para ressocializar o adolescente	08	
5	É uma forma de distinguir adolescentes perigosos dos não perigosos	04	
6	É uma forma de evitar que traficantes usem adolescentes em razão de sua impunidade	01	
7	É uma alternativa à redução da maioria penal	11	Político 11
Total de ocorrências		32	

FONTE: Elaboração própria com base na pesquisa ao acervo do jornal Folha de S. Paulo.

⁸³¹ CONGRESSO recebe pacote de governadores, *Folha de S. Paulo*, 01 mar. 2007, p. C4.

Ao contrário do que ocorreu nas propostas sobre a redução da maioria penal, na proposta sobre o aumento do prazo de internação, o número de ocorrências de argumentos favoráveis (32) foi muito superior ao de argumentos contrários (09). Isso demonstra o que já se sabe: o jornal encerra numerosas formas de sustentar ou refutar politicamente determinadas propostas. Outro elemento a favorecer o aumento do prazo de internação foi o fato de alguns setores de defesa da criança e do adolescente e mesmo políticos de esquerda terem apoiado a proposta, possivelmente influenciados pelo clima de opinião pública que se estabelecia.

Apesar de muitas vezes os jornais possuírem apenas o papel de definidores secundários, sendo que as fontes credíveis são os primários, há situações em que o jornal é o definidor primário. É o caso dos editoriais, nos quais o próprio jornal apresenta sua opinião. Há, porém, um tipo de editorial que se destaca na construção da opinião pública: quando o jornal toma a voz do povo expressando não apenas o que o jornal acredita, mas o que supõe que o público acredite, falando em seu nome. A partir daí, a opinião pública está construída e os próprios controladores irão utilizar essa impressão para constituir políticas, criando uma espiral de amplificação.

2.3.3 A Folha de S. Paulo e seu empreendimento moral: os editoriais

As únicas matérias de opinião analisadas neste trabalho são os editoriais da Folha de S. Paulo sobre o ato infracional divulgadas nos períodos analisados. No total foram cinco editoriais publicados, três em 2003 e dois em 2007, todos correspondendo a momentos de produção midiática excessiva em torno dos casos acima apontados. Em razão de haver uma mudança de postura nos dois períodos, eles serão analisados separadamente. Para uma análise discursiva mais aprofundada, optou-se por transcrever na íntegra os discursos analisados.

2.3.3.1 Não há soluções mágicas para o problema da violência: os Editoriais da Folha (2003/2004)

A cobertura do jornal no dia seguinte à divulgação do caso Liana e Felipe já tem como foco a investigação policial a respeito dos culpados e as consequências jurídicas de seus atos. Entra em cena, então, a questão da menoridade do

adolescente. Na página A2, a Folha traz o editorial com o título “Maioridade penal”⁸³². Na parte informativa do jornal, como já visto, a primeira menção a esse tema apareceu na fala do pai de Liana Friedenbach, que, na sequência, engajou-se na luta pela mudança na Constituição. Abaixo consta a íntegra desse primeiro editorial⁸³³:

Título: MAIORIDADE PENAL⁸³⁴

[1] Foi brutal o assassinato do casal de namorados Liana Friedenbach e Felipe Caffé, em São Paulo. Nada justifica um crime dessa natureza. O país está chocado. A participação de um menor no delito torna o caso ainda mais dramático. A pergunta está nas ruas: não seria o caso de reduzir a maioridade penal?

[2] De acordo com pesquisa realizada, antes do crime, a pedido da Ordem dos Advogados do Brasil, 89% dos brasileiros são favoráveis à redução da idade-limite para 16 anos. É natural que o cidadão, acuado pela obscena violência que o cerca, concorde com tudo o que soe como solução drástica para o problema. O Estado, contudo, deve agir racionalmente.

[3] A redução da maioridade, em primeiro lugar, fere o princípio, consagrado no Direito brasileiro, de que o jovem é um ser em formação. O adolescente pode e deve ser punido pelo que faz de errado, mas a sanção precisa ter caráter predominantemente educativo. É absolutamente falso afirmar que a legislação não pune menores. A maior pena a que eles podem ser condenados é de três anos. É verdade que o caráter pedagógico da punição raramente se verifica. Não são tão diferentes as condições desumanas de nossos presídios e das unidades da Febem.

[4] Que isso seja assim não justifica o abandono do princípio. Mesmo porque não será reduzindo a maioridade penal que o envolvimento de jovens em crimes deixará de existir. Parte da criminalidade juvenil pode ser explicada pelo fato de organizações criminosas se utilizarem de menores (e sua suposta impunidade) para “puxar o gatilho” no lugar de adultos. Nada impedirá que os bandidos passem a recrutar um contingente mais jovem, de quase crianças –o que, aliás, já ocorre em algumas situações. O que fazer então? Reduzir ainda mais a maioridade penal? Para 15, 14, 10 anos de idade?

[5] Combater a criminalidade, seja ela juvenil ou não, exigirá, além da necessária repressão policial, uma profunda reformulação das instituições e políticas públicas de segurança. É igualmente indispensável promover a inclusão social com mais educação e alternativas de trabalho. Não será encarcerando adolescentes e crianças, mas oferecendo-lhes condições para escapar da criminalidade, que esse triste panorama poderá mudar.

O editorial ocupa um terço do espaço destinado à opinião institucional do jornal e apresenta como grande tema a posição contrária da Folha à redução da maioridade penal. Mesmo no pouco espaço destinado, vários são os argumentos que aparecem, coincidindo em grande parte com as vozes das matérias informativas

⁸³² FOLHA DE S. PAULO, *Maioridade Penal*, Editorial, 13 nov. 2003, p. A2.

⁸³³ Em razão da importância dos editoriais da Folha para os objetivos deste trabalho, os quatro que tocaram no tema do ato infracional nos períodos analisados serão apresentados na íntegra para a análise crítica do discurso.

⁸³⁴ Apenas a título de curiosidade, os principais argumentos desse editorial, inclusive com a mesma linguagem e raciocínio, já haviam sido publicados em editorial no dia 11 de junho de 2002. A diferença é o primeiro parágrafo que, em 2003, traz como mote o caso Liana e Felipe. FOLHA DE S. PAULO, *Juventude e populismo*, Editorial, 11 jun. 2003, p. A2.

apresentadas na sequência das edições do jornal.

A justificativa para um editorial sobre o tema aparece já no primeiro parágrafo: a Folha atribui à opinião pública a compreensão de que, diante de um “crime bárbaro”, “a pergunta está nas ruas: não seria o caso de reduzir a maioria penal?”. Reagindo, então, ao discurso que percebe as soluções emergenciais na mudança da Constituição, a Folha responde à pergunta, claramente: não.

Os argumentos a sustentar esse posicionamento são apresentados na sequência: [2] o Estado deve agir racionalmente; [3] o jovem é um ser em formação; [3] já existe punição para os adolescentes; [3] a lei frequentemente não é cumprida e as instituições de internação se assemelham muito a presídios; [4] a mudança na Constituição não resolverá o problema da delinquência juvenil; [4] as organizações criminosas recrutarão adolescentes ainda mais jovens; [5] é necessária a reformulação das instituições e políticas de segurança; [5] deve haver mais inclusão social, educação e trabalho ao jovem.

Nesse primeiro editorial, o Estatuto da Criança e do Adolescente não é criticado. Ele aparece como uma lei sistematicamente descumprida, constatação que, nas demais matérias, é típica dos políticos de esquerda e das organizações de defesa da criança e do adolescente. Por outro lado, a utilização do termo “combate à criminalidade” e a ligação entre essa ação e a “necessária repressão policial” no quinto parágrafo parecem dotar o editorial de uma perspectiva mais conservadora acerca da política criminal.

A última parte do editorial parte de um argumento comum, sobretudo no discurso da esquerda: a de que devem ser garantidas condições sociais, de educação e de trabalho aos adolescentes para que eles tenham a opção de sair do crime. Esse argumento, contudo, parte de um pressuposto que não pode ser comprovado empiricamente: o de que os adolescentes praticam atos infracionais por não terem essas condições sociais, educacionais e laborais. Esse pressuposto tem como implicação a relação entre pobreza e criminalidade, já discutida exaustivamente neste trabalho, relação esta mais ligada à forma seletiva como se estrutura o controle social do que às “causas do crime” por assim dizer. A dificuldade encontrada nesse tópico é a de que com ele reitera-se o preconceito contra os jovens pobres, que já constituem o estereótipo do “delinquente juvenil”. A observação de que opções de trabalho devem ser garantidas aos jovens para evitar que se insiram no “mundo do crime” também é polêmica, pois, como se sabe, é

necessário garantir à criança o direito de não trabalhar, argumento que apenas parece funcionar para aquelas pertencentes aos estratos sociais mais elevados da população. Ao mesmo tempo, faz funcionar o velho raciocínio de que os pobres devem se contentar com as funções subalternas a eles destinadas na sociedade capitalista, e que, deterministicamente, se não o fizerem estarão no “caminho do mal”⁸³⁵.

Por fim, uma questão importante é a incompreensão das medidas socioeducativas. Talvez para facilitar o entendimento do público, talvez por absoluta ignorância sobre a natureza dessas medidas, o terceiro parágrafo afirma claramente que elas constituem punição, e, então, menciona que a “maior pena a que eles [os adolescentes] podem ser condenados é de três anos”. Tratar a medida como pena permite a comparação tão evidente realizada por aqueles que defendem a redução da maioria penal ou o aumento do prazo de internação: como os coautores serão condenados a mais de trinta anos de prisão e o adolescente a apenas três? Além disso, acaba por legitimar as péssimas condições a que esses adolescentes internados são submetidos nas instituições.

Assim, a defesa da Constituição e do ECA feitos pela Folha nesse primeiro editorial traz uma postura esquizofrênica: ao mesmo tempo em que pretende se manifestar de maneira progressista, deixa clara a sua percepção conservadora sobre o ato infracional, o adolescente infrator e as medidas socioeducativas.

O segundo editorial publicado pela Folha sobre o tema ocorre ainda no período em que estão no auge os debates sobre a redução da maioria penal após o caso Liana e Felipe. A íntegra do editorial está apresentada abaixo⁸³⁶:

Título: CRIME E CASTIGO

[1] O monstruoso assassinato do casal de namorados Liana Friedenbach e Felipe Caffé deixou o país profundamente indignado. O caso repugna qualquer um que preserve mínimas noções de convívio social, justiça, respeito à vida e dignidade humana. Agrava esse sentimento o fato de vivermos numa sociedade amedrontada pela banalização do crime, na qual a sensação de insegurança e impunidade -já tremenda- é crescente. Mais do que considerações sobre direitos e justiça, o crime despertou um imediato e compreensível desejo de vingança. E ele foi aguçado pela percepção de que a brutalidade do homicídio contrasta com a internação máxima de três anos reservada ao adolescente que teria liderado a súcia assassina.

[2] Cobram-se, portanto, medidas mais graves do Estado. Reclama-se entre outras, a redução da maioria penal de 18 para 16 anos. A Folha tem tradicionalmente se manifestado contra essa aparente solução e publicou

⁸³⁵ Expressão utilizada na justificativa do PL 3858/2012.

⁸³⁶ FOLHA DE S. PAULO, *Crime e castigo*, Editorial, 23 nov. 2003, p. A2.

recentemente editorial com argumentos nesse sentido.

[3] Agora, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, provavelmente percebendo a oportunidade política que se lhe descortina, reagiu propondo alterações no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) de modo a permitir internações por prazo mais dilatado. Pelo projeto, menores poderiam, como regra, ficar reclusos por até oito anos. Em casos de reiteração, o período chegaria a dez anos.

[4] Faz mais sentido, de fato, a idéia de modificar o ECA, e não a Constituição, que estabelece a maioria penal no entender de alguns juristas em cláusula pétrea, portanto, imune a emendas. O ECA, sem dúvida, está longe de ser uma peça jurídica perfeita e, entre outras melhorias, poderia ser alterado para comportar medidas socioeducativas mais severas -não necessariamente os oito ou dez anos de Alckmin- aplicáveis aos que cometam crimes de maior gravidade.

[5] O agravamento das sanções seria um fator a mais de intimidação e contribuiria para desfazer o sentimento de desproporção entre certos delitos cometidos por menores e suas consequências legais.

[6] Tão importante, porém, quanto aperfeiçoar o estatuto -ou provavelmente ainda mais- é cumpri-lo. Aqui, o ímpeto do governador em apresentar mudanças na lei contrasta com os péssimos resultados apresentados pela Febem paulista.

[7] Se queremos que as unidades de internamento deixem de ser escolas do crime e se tornem lugares em que parte dos menores pelo menos conseguirá ressocializar-se, é preciso adotar uma série de medidas previstas no ECA que nem sempre são cumpridas. Separar os adolescentes por periculosidade, por tipo de delito e por porte físico é apenas o começo. Dar-lhes condições de estudar e de aprender uma profissão é um prosseguimento fundamental.

[8] Dirão alguns que a recuperação em certos casos é impossível. Talvez de fato o seja. Não há, contudo, como a lei tornar a humanidade perfeita ou plenamente corrigível. Restaria, nesse caso, advogar a prisão perpétua ou, como pretendem alguns, a pena de morte. Ainda assim, nada indica, nos países que adotam esses mecanismos, que eles tenham efeito sobre os índices de criminalidade ou sobre a repetição, ao longo do tempo, de casos bárbaros de assassinato.

[9] O que realmente diminui a ocorrência de crimes, além de mais educação, mais oportunidade de trabalho e menos desigualdade, é a certeza de que não haverá impunidade. Os escandalosos índices de violência brasileiros baixarão quando tivermos uma polícia firme e preparada que investigue, prenda e reúna provas consistentes, um Judiciário que julgue em tempo hábil e um sistema penitenciário eficiente. Cumprisse o Estado a legislação já existente de combate ao crime e enfrentasse o dramático apartheid social, o que hoje se apresenta à sociedade como regra poderia, enfim, surgir como tristes e lamentáveis exceções.

Como já se pode perceber visualmente, o segundo editorial da Folha ocupou um espaço muito maior do que o primeiro, cerca de 2/3 do espaço destinado à opinião institucional. Este editorial foi publicado em 23 de novembro de 2003, dez dias após aquele primeiro. Já está ancorado em uma percepção mais abrangente sobre a repercussão do caso Liana e Felipe na política e na opinião pública.

O primeiro parágrafo repete a fórmula do editorial anterior: contextualiza o debate na repercussão no país – e o uso de metáforas coletivas é frequente – do “monstruoso assassinato” dos adolescentes. O problema central de que trata o texto

é o desejo de vingança que emergiu diante da gravidade do caso, mas principalmente “pela percepção de que a brutalidade do homicídio contrasta com a internação máxima de três anos reservada ao adolescente que teria liderado a súcia assassina”.

A partir desse foco – a desproporcionalidade da “pena” do “adolescente homicida” – o editorial se debruça sobre a proposta do governador Geraldo Alckmin, já descrita anteriormente na análise das matérias informativas. Apesar de identificar certo oportunismo político na maneira como o governador apresentou a proposta [3] – em um momento de comoção social [3], e hipocritamente ocultando as péssimas condições da Febem no estado [6] – o editorial assume daí em diante que a mudança no ECA pode ser uma saída [4].

O aumento do prazo de internação aparece a partir do quarto parágrafo como alternativa à redução da maioria penal e, simultaneamente, como forma de dar uma resposta à sociedade amedrontada e insegura. Os argumentos que se sobressaem são: [4] tal mudança não seria inconstitucional, pois não fere cláusula pétrea; [4] o ECA não é uma peça jurídica perfeita e pode ser modificado; [5] o aumento do prazo de internação propiciaria um efeito de intimidação; [5] contribuiria para desfazer o sentimento de desproporção entre certos delitos e suas consequências legais.

Após se posicionar dessa maneira, o editorial parte para outro tipo de raciocínio: não mais a necessidade de mudanças no ECA, mas de sua real aplicação [6], mantendo coerência com o editorial anteriormente publicado. É estabelecida uma crítica ao governo do Estado, em razão das condições precárias da Febem em São Paulo, observando que, caso a Febem respeitasse os direitos das crianças, a situação seria melhor [7].

O foco central da posição favorável ao aumento do prazo internação, como se verá a seguir, é a ideia de que alguns adolescentes são incorrigíveis. Por isso, o oitavo parágrafo do editorial pretende elaborar uma resposta ao argumento de que as medidas socioeducativas previstas não bastam para esse tipo de jovem. O editorial não questiona os pressupostos dessa afirmação, mas identifica uma irracionalidade na consequência lógica do argumento: a instituição da pena de morte ou de prisão perpétua seria a única resposta coerente à rotulação de alguém como incorrigível; nem por isso é possível afirmar que nos países onde essas penas foram aplicadas, a criminalidade diminuiu [8]. O raciocínio conclui com a perspectiva do

jornal sobre o que efetivamente provoca uma diminuição da criminalidade: começa pela perspectiva social (apesar do pressuposto da relação pobreza-criminalidade destacada na análise do editorial anterior) para chegar ao cerne de uma argumentação efficientista. Polícia que prenda, Judiciário que julgue, sistema penitenciário eficiente [9].

A frase final, com forte linguagem emocional, conclui que se o Estado cumprisse a lei, “o que hoje se apresenta à sociedade como regra poderia, enfim, surgir como tristes e lamentáveis exceções”. O editorial não deixa claro a que se refere quando fala “o que hoje se apresenta”. Deduz-se que esteja tratando de “monstruosos assassinatos”, como o citado no início do texto. Assim, para fazer um *gran finale*, o editorial pecou pela inexatidão, dando a entender que monstruosos assassinatos são a regra e não a exceção. Deu, então, uma contribuição a mais ao sentimento de insegurança da sociedade. Novamente, a posição da Folha associa um argumento social a outro punitivista, adotando os pressupostos e as implicações conservadoras daqueles que defendem a redução da maioridade penal, não extraíndo, porém, a mesma consequência.

O terceiro editorial publicado pela Folha sobre o tema, em 03 de janeiro de 2004, ocorre ainda em um período próximo ao dos debates sobre a maioridade penal e a medida de internação em razão do caso Liana e Felipe, mas quando ele já está em baixa. O motivo do editorial, então, não foi especificamente o caso, nem mesmo suas consequências políticas, mas, pela primeira vez, uma pesquisa. Nela, demonstra-se que os adolescentes são os menores responsáveis por homicídios, o contrário do que a cobertura do caso Champinha deu a entender. Ele consta abaixo na íntegra:

CAI UM MITO

[1] É surpreendente a notícia de que apenas 1% dos homicídios dolosos registrados no Estado de São Paulo tem a participação de menores de 18 anos. Esse dado revelador consta de levantamento feito pela CAP (Coordenadoria de Análise e Planejamento), da Secretaria da Segurança Pública, e engloba o período que vai de janeiro a outubro de 2003.

[2] A pesquisa derruba o mito de que menores, por não terem responsabilidade penal, estão envolvidos num número desproporcional de crimes. Dos latrocínios verificados no mesmo período e cuja autoria pôde ser estabelecida, apenas 2,6% tiveram o envolvimento de menores. Com roubos -a maior causa isolada de internamento na Febem-, a taxa foi de 1,5%. Análise retrospectiva de dados relativos a outros anos mostra que os índices são mais ou menos estáveis.

[3] Uma das conclusões que se impõem é a de que o clamor público pela redução da maioridade penal, se atendido, não teria os efeitos que a maioria espera. Caso a medida fosse adotada, como defende 84% da

população, segundo pesquisa Datafolha de dezembro, seu impacto sobre a criminalidade seria desprezível.

[4] É até compreensível que, diante dos terríficos níveis de violência registrados em grandes centros urbanos brasileiros, a população se apegue a supostas soluções definitivas. Tudo o que pareça capaz de minimizar o problema tende a ser aceito até com um certo entusiasmo.

[5] A dolorosa verdade, porém, é que não existem medidas mágicas. Reverter o presente quadro de violência é algo que está além de iniciativas legais isoladas. O crime é um fenômeno multifatorial e complexo. Se existe uma receita "simples" para combatê-lo, ela inclui como condição mais do que necessária o fim da impunidade. Para atingir essa meta, é necessário investir numa polícia e num sistema penitenciário eficientes - o que requer tempo, dinheiro e real disposição política.

[6] Não existem atalhos que passem pelo afrouxamento do respeito aos direitos humanos. Ao contrário, a defesa intransigente desses princípios é fundamental numa sociedade que se queira democrática.

O editorial é curto, mas traz um recado interessante como proposição central: a redução da maioria penal não mudaria os números da criminalidade, sendo o crime um fenômeno multifatorial que precisa ser abordado em sua complexidade. Enquanto a primeira ideia já havia aparecido de certa maneira, ainda que não de maneira tão direta, nos demais editoriais, a segunda é interessante porque contrasta com o apoio da Folha ao aumento do prazo de internação, bem como com as posições que serão adotadas em 2007 e analisadas a seguir.

A qualificação de "surpreendente" para o dado apresentado [1] informa desde já ao leitor, que, apesar de sua posição contrária à redução da maioria penal, a Folha esperava números de atos infracionais contra a vida superiores. Ao mesmo tempo, mostra que tanto o jornal quanto os políticos que trataram sobre o tema ao longo de um mês e meio após o caso Liana e Felipe estavam ancorados apenas na impressão que tinham sobre a questão, e não sobre os estudos que existem sobre ela. A Folha assume, desde o título, a percepção de que "menores, por não terem responsabilidade penal, estão envolvidos num número desproporcional de crimes", é um "mito" [2]. Ancorada nesse "mito" está, porém, a posição de 84% das pessoas que responderam à pesquisa da Datafolha e se mostraram favoráveis à redução da maioria penal. Será que diante daquele dado, essas mesmas pessoas se posicionariam dessa maneira? Apesar disso, a Folha não questiona a validade desse tipo de pesquisa de opinião, isolada de informações ou de debate prévio, mas critica a posição, demonstrando ser ela irracional [3].

Quando qualifica de "terríficos" os níveis de violência, a Folha parte de um pressuposto, que mais uma vez não está ancorado na realidade [4]. Não há demonstração de que a "violência", tal como entendida pela Folha, tenha se elevado

naquele período, caindo na mesma armadilha por ela montada: a forma sensacionalista de mostrar crimes isolados constrói a imagem de que eles constituem episódios de uma série de crimes crescente e “terrificante”. O fato de a população, com percepção semelhante, apoiar a redução da maioria penal não é mostrada, contudo, em sua gênese. A sociedade apoia a proposta que parece ser a mais racional, mas o que não é mostrado não é visto. Desse modo, ao atribuir à sociedade uma irracionalidade na crença em soluções mágicas, o editorial se esquivava de sua própria responsabilidade nisso. Por mais que se tenha posicionado contrariamente a essa solução mágica específica, a construção seletiva da criminalidade, que aponta os jovens pobres como maiores perpetradores de “crimes bárbaros” é realizada pela Folha.

O grande avanço desse editorial aparece na frase “reverter o presente quadro de violência é algo que está além de iniciativas legais isoladas” [5]. Mudar a lei não atinge não é a solução mágica. Em seguida, porém, a argumentação eficientista já apontada nos outros dois editoriais retorna: polícia e prisão eficientes aparecem como as instituições por onde a saída passa, junto com o velho jargão do “combate à impunidade”. Ao final, contudo, o investimento em polícia e em prisões é posto ao lado da necessidade de defesa intransigente dos direitos humanos como pressuposto para a democracia [6].

De uma maneira geral, os três editoriais publicados no contexto do caso Liana e Felipe possuem em comum o escasso uso de um estilo léxico dramatizante. Os textos são articulados e apelam para a racionalidade, especialmente o último, que tem como mote a “queda de um mito”. O uso excessivo da palavra “menor” para designar o adolescente em conflito com a lei corresponde à realidade da época, e às matérias informativas que trazem o mesmo termo preconceituoso. Apesar dessa abordagem discriminatória, e da posição esquizofrênica que entende a complexidade do tema do crime, mas aponta a polícia e a prisão como instituições que podem lidar adequadamente com ele, o jornal não adota posição clara de apoio a alguma mudança legislativa, dizendo, pelo contrário, que medidas isoladas não auxiliam no tratamento do tema. Essa postura se modifica em 2007, quando outros dois editoriais, já no contexto do caso João Hélio, são publicados⁸³⁷.

⁸³⁷ Observe-se que entre o dia 03 de janeiro de 2004 e 14 de fevereiro de 2007 nenhum editorial da Folha tratou sobre o ato infracional, maioria penal e aumento do prazo de internação.

2.3.3.2 Os remédios à mão e seus efeitos instantâneos: os Editoriais da Folha (2007)

O quarto editorial da Folha sobre o tema do ato infracional encontrado nos períodos analisados foi publicado já no contexto do caso João Hélio, em 14 de fevereiro de 2007. O caso viera à tona no dia 09, e nos dias subsequentes o tema da redução da maioridade penal se impusera em razão de um adolescente de 16 anos figurar entre os suspeitos. A íntegra do editorial está exposta abaixo:

COMOVIDOS COM RAZÃO

Congresso deve dar resposta ao clamor por segurança sem fomentar ilusões, mas adotando providências imediatas

[1] PELA QUARTA VEZ em sete anos, o Congresso Nacional é sacudido da modorra corporativista por um crime monstruoso e se apressa a dar alguma satisfação ao público acossado pela insegurança. A atmosfera emocional não é decerto a mais propícia para decidir racionalmente temas graves como o da maioridade penal. Sendo essa a única oportunidade à mão, que se enfrente o debate ao menos com a serenidade possível.

[2] Mais de duas dezenas de emendas constitucionais já foram propostas para alterar o artigo 228 da Constituição, que fixa em 18 anos a idade em que o cidadão se torna imputável e é por alguns juristas considerada cláusula pétrea da Carta. Nenhuma prosperou até agora. Novo fracasso só agravará o divórcio entre Parlamento e população.

[3] A Comissão de Constituição e Justiça do Senado anuncia a retomada da discussão de seis propostas de emenda constitucional (PECs) que modificam a inimputabilidade de adolescentes e crianças. É duvidoso que a mobilização atual possa desfazer os argumentos contra a medida isolada. É improvável que seja capaz de provê-la de eficácia quanto ao objetivo consensual: reinstaurar a segurança pública.

[4] Somente 17% de 57 países incluídos num levantamento da ONU admitem condenação de menores de 18 anos. Os mais célebres são Estados Unidos e Reino Unido, ambos dotados de sistemas prisionais eficientes. E também, cabe lembrar, de uma rede social de apoio que previne a entrada de jovens no crime.

[5] No Brasil, reduzir a maioridade penal para 16 anos implicaria abandonar jovens criminosos, em princípio mais recuperáveis que adultos, a cuidado dos facínoras que detêm o poder nas pocilgas que chamamos de prisões. É o que já acontece na prática, uma vez que não se distinguem delas muitos dos estabelecimentos a que são recolhidos menores para cumprimento de fictícias medidas socioeducativas.

[6] Mesmo que uma das PECs vingasse, seu efeito sobre a segurança pública seria limitado. Apenas cerca de 10% dos crimes são praticados por crianças e adolescentes. Nos homicídios dolosos, a parcela cai para 1%.

[7] Mais sentido haveria na proposta de modificar o Estatuto da Criança e do Adolescente, e não a Constituição. Diante do imperativo de combater a impunidade e de afastar do meio social indivíduos perigosos, ressalta a insuficiência do limite máximo de três anos para a internação de criminosos juvenis. É preciso elevá-lo para pelo menos dez anos.

[8] Seria crucial reservar a medida, contudo, para crimes dolosos contra a vida. Também é prudente circunscrevê-la por critérios estritos, com efetivo direito de defesa. De outro modo, haveria o risco de que redundasse numa pena de aplicação automática. Ademais, a reclusão precisaria ser feita em instituições especiais, que separassem menores violentos de simples infratores.

[9] É notório que tal medida isoladamente não bastaria para refrear a

criminalidade. Isso em nada diminui a obrigação de tornar o sistema penal mais eficaz. Se o exame de medidas pontuais não deve sucumbir ao turbilhão emocional, já não resta dúvida de que é imperioso adotar providências de efeito imediato, pois a situação ultrapassou todos os limites do tolerável.

O título desse quarto editorial indica bem a proposição em torno da qual o texto gira: *emoção versus razão* na tomada de decisões políticas. O título é dubio, dando a entender que a comoção tem uma razão de ser, ao mesmo tempo em que pode significar que a comoção deve vir acompanhada de razão no enfrentamento da segurança pública. A linha-fina após o título permite perceber a posição defendida com mais clareza: é necessária a adoção de “providências imediatas” diante do “clamor por segurança”, mas sem “fomentar ilusões”.

Da mesma maneira como nos dois editoriais anteriormente analisados, a Folha mantém aqui sua posição contrária à redução da maioria penal. Seus principais argumentos: [1] a atmosfera emocional não é a mais propícia para decidir sobre o tema; [2] a maioria penal aos 18 anos é cláusula pétrea da Constituição; [4] somente 17% de 57 países, em levantamento da ONU, condenam menores de 18 anos; [5] o efeito seria entregar os adolescentes a adultos mais violentos; [6] não resolveria os índices de criminalidade, pois os adolescentes representam apenas cerca de 1% dos responsáveis por homicídios dolosos.

Apesar de destacar a necessidade de as decisões políticas serem racionalmente orientadas, este é, sem dúvidas, o editorial onde a emoção se sobressai no estilo léxico utilizado. O uso de expressões pejorativas para designar os adolescentes aparece tanto na expressão “menores” [5], como em “jovens criminosos” [5], “criminosos juvenis” [7] e “menores violentos” [7]. Para designar a clientela do sistema carcerário, o editorial se refere a “facínoras que detêm o poder nas pocilgas que chamamos de prisões” [5]. Na identificação da situação vivida na época, o editorial trata de um “turbilhão emocional” [9]. Por fim, a contradição: é necessário ser racional; as decisões não devem ser tomadas em momentos de forte emoção, mas “é imperioso adotar providências de efeito imediato, pois a situação ultrapassou todos os limites do tolerável” [9].

A representação das atividades do parlamento que aparece no editorial não poderia ser mais elucidativa: “modorra corporativista” é o termo utilizado para designar o ritmo de suas atividades. O “crime monstruoso”, ao contrário dos editoriais anteriores, não aparece como empecilho à tomada de decisões legislativas

adequadas: ele é visto de maneira positiva, como a “única oportunidade à mão” para uma “sacudida” no Congresso Nacional [1]. A “satisfação ao público acossado pela insegurança” parece ser, no editorial, a motivação para propostas de curto prazo em resposta à violência. Também diante da percepção sobre o público, e do número ordinal em caixa alta indicando que esta não era a primeira nem a segunda vez que a “sacudida” ocorria, o editorial afirma: “Novo fracasso só agravará o divórcio entre Parlamento e população” [2]. Refere-se às numerosas propostas de emenda constitucional que não vingaram e, mais uma vez, a elas se recorre no momento de clamor. A palavra “fracasso” na frase, diz muito sobre a real convicção da Folha sobre o tema: se, afinal, sua posição é contrária à mudança na Constituição, a sua não aprovação pelo Congresso deveria ser lida como sucesso, e não como fracasso. Inclusive, considerando a importância desse jornal na formação da opinião pública, é possível afirmar que, em parte, sua posição contrária pode até ter influenciado nesse suposto “fracasso”. Simultaneamente, a palavra pode ser lida de maneira mais geral, como um fracasso na tomada de atitudes frente aos crimes violentos, e aí entra a real proposta do jornal: “é preciso elevá-lo [o período máximo de internação] para pelo menos dez anos” [7]. Esta a medida emergencial a ser tomada pelo Congresso.

Os argumentos: a alteração do ECA não necessita de mudanças na Constituição; ela torna suficiente a resposta do Estado a crimes graves praticados por adolescentes [7]; atenderia ao imperativo de combater a impunidade [7]; é necessária para afastar indivíduos perigosos do meio social [7]; seria reservada apenas aos crimes dolosos contra a vida [8]. A arrogância do jornal na elaboração de propostas de políticas de repressão à adolescência impediu, contudo, a mínima reflexão crítica, que permitiria visualizar com evidência duas enormes inconsistências, dentre tantas outras que poderiam ser argumentadas: a) a proposta surge em meio ao debate sobre o caso João Hélio, um caso de latrocínio, e não de crime doloso contra a vida; portanto, a mudança proposta pela Folha não atingiria o adolescente suspeito de ter sido coautor daquele fato específico; b) a previsão de internação de “pelo menos dez anos” implica em que o adolescente seria privado de liberdade por muito mais tempo que um adulto em caso de ato infracional análogo a homicídio simples: no código penal, a pena é de 6 a 20 anos; portanto, um adulto jamais ficaria mais do que três anos e quatro meses em regime fechado; o

adolescente, por outro lado, poderia ficar dez⁸³⁸.

Das justificativas apresentadas, a que mais se destaca é a bifurcação – tão representativa nos discursos políticos – entre “menores violentos” e “simples infratores” [8]. A função da longa medida de internação seria, com evidência, a incapacitação, vez que ancorada no afastamento dos “perigosos” da vida social [7]. Trata-se de um argumento inédito nos editoriais da Folha. Apesar de a face efficientista de suas percepções ter se sobressaído ao final dos dois editoriais analisados anteriormente, a noção de neutralização havia aparecido até então apenas como objeto de crítica. A possível incorrigibilidade de alguns adolescentes no editorial de 23 de novembro de 2003 foi entendida como argumento insuficiente, especialmente quando contraposto ao dado de que nos lugares onde há prisão perpétua e pena de morte não há indícios de que os crimes violentos tenham diminuído.

Assim, apesar de sua posição declaradamente contrária à redução da maioria penal ter se mantido, este editorial demonstra uma mudança de posição do jornal, não tanto nas políticas por ele apoiadas, já que em novembro de 2003 já flertava com a proposta de Alckmin, mas sim nas representações a elas acopladas: a exposição da desproporcionalidade nas “penas” dos adolescentes [7]; a bifurcação na representação do adolescente [8]; a defesa da necessidade de respostas imediatas ao clamor social [9].

A última frase do texto é a deixa para o editorial do dia seguinte: “É hora de agir”, que consta na íntegra abaixo:

HORA DE AGIR

O clamor pelo combate eficaz ao crime precisa acarretar melhorias concretas e imediatas em leis e procedimentos

[1] O DEBATE sobre segurança pública, que lamentavelmente necessitou do bárbaro assassinato do menino João Hélio para ser reavivado, não pode restringir-se à questão da punição de crianças e adolescentes. É imperioso e urgente ir além.

[2] Manter indivíduos violentos longe do convívio social constitui requisito básico da segurança pública. O preceito se aplica não só a jovens homicidas -cujo limite de internação, no Estatuto da Criança e do Adolescente, deveria subir para dez anos.

[3] Abre-se também uma oportunidade para examinar, com a devida ponderação, um elenco de medidas adicionais para combater a

⁸³⁸ Isso sem falar nos crimes de Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio, cuja pena é reclusão, de dois a seis anos, se o suicídio se consuma; ou reclusão, de um a três anos, se da tentativa de suicídio resulta lesão corporal de natureza grave; Infanticídio, cuja pena é de detenção, de dois a seis anos; aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento, pena de detenção, de um a três anos; aborto provocado por terceiro, pena de reclusão, de três a dez anos; aborto com o consentimento da gestante, pena de reclusão, de um a quatro anos.

criminalidade e a insegurança pública produzidas por adultos. Há muito o que fazer.

[4] O Congresso pode se dar ao luxo de deixar o problema cair de novo no esquecimento e na inércia da irresolução. A sociedade, não. São conhecidas as causas estruturais da criminalidade, que remetem à extrema desigualdade social, à precariedade da educação básica, à falta de emprego. Atacá-las é o objetivo estratégico, de longo prazo, da democracia brasileira. Responder com ações firmes à escalada criminoso é seu dever imediato.

[5] Para encaminhar esse debate inadiável, relacionam-se abaixo 12 providências passíveis de obter consenso vigoroso o bastante para impor-se a Legislativo, Executivo e Judiciário com a urgência necessária. Todas dispensam rituais demorados, como a apreciação de emendas constitucionais, e teriam efeito instantâneo uma vez implantadas.

[6] O fulcro da questão está na impunidade direta ou indiretamente propiciada pelo Estado. A fim de alterar o quadro, são necessárias mudanças na legislação penal e processual penal, antes de quaisquer outras, para apressar a condenação, impedir a libertação precoce de presos violentos e reincidentes e reduzir oportunidades de fuga ou motim.

[7] São incontornáveis providências para acelerar processos nos tribunais do júri. Sentenças que tardam até mais de uma década são combustível certo para o cálculo de impunidade a fomentar o cometimento de crimes.

[8] Cumpre também considerar medidas para dar cabo da orquestração de atentados contra o Estado e para obter da Polícia Federal efetivo patrulhamento de fronteiras. A função é hoje largamente negligenciada, redundando em pernicioso incentivo ao tráfico de armas e drogas.

[9] Tornou-se consensual -para não dizer óbvia- a necessidade de limitar o benefício da progressão do regime prisional para autores de crimes hediondos. Hoje, qualquer que seja o delito, o condenado que cumprir 1/6 de sua pena pode passar a um regime semi-aberto e, mais tarde, à liberdade condicional. Para os crimes graves, esse benefício só deveria ser concedido depois de cumprido 1/3 da condenação.

[10] O regime de segurança máxima, chamado de RDD, deve ter seu limite temporal (hoje de um ano) estendido indefinidamente quando exames criminológicos o recomendarem -como no caso de líderes que organizam ataques a policiais. Para este tipo de ação covarde, aliás, deve-se agravar a pena dos autores de atentados, quando alvejarem agentes do Estado no exercício ou em razão de sua função.

[11] A permissividade do aparelho penitenciário com telefones celulares também precisa acabar. Não se compreende por que congressistas, tão diligentes na hora da crise, demoram a tipificar seu uso como falta grave. Parte da responsabilidade cabe às empresas de telefonia, que, como concessionárias de um serviço público, ainda devem à coletividade uma solução técnica. Outra parcela cabe ao Executivo, que deveria conseguir barrar a entrada desses aparelhos nas cadeias.

[12] Nada de novo. O diagnóstico é conhecido, os remédios estão à mão, e os responsáveis por sua administração se encontram investidos do poder para fazê-lo.

De maneira inédita no período analisado, o editorial do dia 15 de fevereiro de 2007 ocupou todo o espaço destinado à opinião institucional. É um texto longo, como se pode visualizar acima, que veio acrescentado de um quadro, onde constam doze propostas do jornal para a melhoria da segurança pública. No dia anterior, havia se sobressaído a proposta que aqui figura no número 09: “Ampliação para dez anos do limite de internação de menores no caso de crimes dolosos contra a vida”.

Neste editorial, porém, o jornal faz questão de explicitar sua compreensão de que essa é apenas uma das medidas a serem adotadas em prol da segurança pública. A lista com as propostas está exposta abaixo:

12 propostas para melhorar a segurança pública

1. Progressão para regime semi-aberto só com 1/3 do cumprimento da pena no caso de crimes hediondos; na reincidência, só com 1/2⁸³⁹
2. Fim do limite na aplicação de regime de segurança máxima para presos perigosos
3. Exame criminológico para decidir se detento pode mudar de regime ou ter pena atenuada
4. Acréscimo na pena para homicídio de agentes do Estado
5. Disseminação da videoconferência em interrogatório de detentos
6. Tipificação como falta grave da posse de celular em prisão⁸⁴⁰
7. Exigência de que empresas de telefonia celular bloqueiem o sinal nas prisões
8. Fim do privilégio de advogados não serem revistados em presídios
9. Ampliação para dez anos do limite de internação de menores no caso de crimes dolosos contra a vida
10. Agilização do processo no Tribunal do júri, por exemplo permitindo ouvir na mesma data réu, vítimas, testemunhas de defesa e acusação⁸⁴¹
11. Ampliação do efetivo da Polícia Federal no controle de fronteiras
12. Transformação da Força Nacional de Segurança numa tropa regular

No texto, evidencia-se a percepção do jornal sobre o conceito de “segurança pública”. O segundo parágrafo define como requisito básico desta a manutenção de “indivíduos violentos longe do convívio social”, apelando, de maneira coerente com o texto do dia anterior, a uma função prioritária de incapacitação do preso, seja ele adulto ou adolescente. Essa frase justifica cinco das doze medidas apresentadas: as de número 1, 2, 3, 4 e 9, todas elas destinadas a dificultar a libertação (por mudança no regime de cumprimento de pena, quantidade de pena em abstrato ou liberação compulsória) de “criminosos perigosos”. Em relação aos adolescentes, o editorial

⁸³⁹ No dia 28 de março de 2007, a Lei 11.464 entrou em vigor modificando as frações de penas a serem cumpridas para a progressão de regime em caso de crimes hediondos: 2/5 para o primário; 3/5 para o reincidente. BRASIL. *Lei nº 11.464, de 28 de março de 2007*. Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11464.htm#art1> Acesso em: 09 jun. 2013.

⁸⁴⁰ Também em 28 de março de 2007, entrou em vigor a Lei 11.466, tipificando o uso de aparelho celular como falta grave para o detento e crime para o agente público. BRASIL. *Lei nº 11.466, de 28 de março de 2007*. Altera a Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, e o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever como falta disciplinar grave do preso e crime do agente público a utilização de telefone celular. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11466.htm#art1> Acesso em: 09 jun. 2013.

⁸⁴¹ No dia 09 de junho de 2008, entrou em vigor a alteração no procedimento do Tribunal do Júri, possibilitando a colheita de provas em uma única audiência. BRASIL. *Lei nº 11.689, de 9 de junho de 2008*. Altera dispositivos do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1> Acesso em: 09 jun. 2013.

não coloca dúvida, propondo categoricamente que o limite da internação deveria subir para dez anos. A escolha do número não é ancorada em qualquer justificativa, parecendo, talvez, ter sido escolhido aleatoriamente; ou, ainda, ter se baseado nas propostas defendidas por José Serra e Geraldo Alckmin.

A proposição do texto, resumidamente, é a de que medidas imediatas de recrudescimento do controle penal devem ser tomadas para se obter uma melhora na segurança pública no curto prazo. As doze medidas são apresentadas pelo jornal como fórmulas milagrosas no tratamento da criminalidade: “Todas dispensam rituais demorados, como a apreciação de emendas constitucionais, e teriam efeito instantâneo uma vez implantadas” [5]. Sua proposição, porém, contrasta com o parágrafo anterior que indica serem estruturais as causas da criminalidade e, portanto, somente teriam respostas efetivas no longo prazo [4].

A impunidade aparece como o maior problema a ser resolvido, compreendendo a ausência de punição como um estímulo às práticas criminosas [6 e 7]. Evidentemente, o texto se refere à criminalidade de rua, sobretudo aquela violenta contra a pessoa, contra o patrimônio e o tráfico de drogas, voltado para o combate da criminalidade tradicional. Trata-se de um discurso fortemente ancorado no senso comum, pois considera a possibilidade de a impunidade ser excepcional, atribuindo sua causa à leniência do Estado. Não aparece nessa elaboração a inevitável cifra negra da criminalidade, montada a partir das imunidades que orientam os sistemas social e penal⁸⁴². A Folha não enfrenta, nesse ponto, a superlotação dos presídios, além da curva verticalmente ascendente das taxas encarceramento que já era visível em 2007.

Um recurso muito utilizado no editorial é a tentativa de produzir efeito de verdade absoluta às afirmações. Um exemplo interessante é a frase que afirma a necessidade de restringir a progressão de regime nos crimes hediondos. O trecho “Tornou-se consensual - para não dizer óbvia” [9] é usado para justificar por si só o argumento, tomando como garantidas a sua coerência e racionalidade. Torna-se, assim, desnecessário debatê-lo. Contudo, nesse tipo de tema jamais se encontra o consenso, e não são poucos os argumentos a justificar, a partir da criminologia, a necessidade de o detento sair da prisão o quanto antes em prol de sua reintegração social. Em conjunto com a detecção da obviedade do argumento, o editorial ainda

⁸⁴² HULSMAN, Louk; CELIS, Jacqueline Bernat de. *Penas perdidas*. O sistema penal em questão. 2 ed. Niterói: Luam, 1997.

sugere a fração mais adequada (1/3), sem explicar como seus propositores chegaram a esse cálculo.

Assim como visto na análise do discurso político anteriormente, também no jornal se expressa uma crença absoluta nos “exames criminológicos”, ocultando, porém, seu caráter subjetivo [10]. O discurso psiquiátrico surge não mais como forma de diagnosticar o “mal” e propor a “cura” através da individualização da pena, mas como forma de justificação da completa incapacitação do sujeito. Daí a análise que se tem feito recentemente sobre as prisões – não só no Brasil – como verdadeiros “depósitos de lixo”, para citar Bauman⁸⁴³. O elogio do RDD, nesse contexto, parece coerente [10], deixando de lado todos os questionamentos sobre a sua inconstitucionalidade por figurar como pena cruel: está-se diante do argumento da segurança pública, que tudo justifica⁸⁴⁴.

Os problemas ligados à violência no texto são reduzidos, no último parágrafo, a doenças curáveis. É o que se extrai da metáfora: “O diagnóstico é conhecido, os remédios estão à mão, e os responsáveis por sua administração se encontram investidos do poder para fazê-lo”. Curar o mal da violência urbana com segurança pública, mais encarceramento e polícia de fato não é uma proposta nova, ela é uma das políticas fracassadas no atingimento de seus objetivos declarados de reduzir a criminalidade.

Essa conclamação dos políticos para resolverem o problema diz bastante sobre a representação que o jornal faz deles. No editorial do dia anterior e neste, os primeiros parágrafos deixam clara a percepção de que o Congresso apenas age impulsionado por casos criminais graves que mexem com a opinião pública. Reconhece-se, por detrás dessa representação, o próprio papel do jornal na elaboração de políticas. A conclamação também se faz à sociedade, quando, no quarto parágrafo, o editorial afirma que o “Congresso pode se dar ao luxo de deixar o problema cair de novo no esquecimento e na inércia da irresolução”, mas a sociedade não.

Os dois editoriais de 2007 mostram claramente uma mudança da Folha na percepção sobre a criminalidade e as atitudes a serem tomadas diante dela. Enquanto nos editoriais de 2003 e 2004 a compreensão da complexidade do tema

⁸⁴³ BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

⁸⁴⁴ BUDÓ, Marília De Nardin. Metáforas coletivas e a exclusão do outro: Nação, Segurança Nacional, Segurança Pública. In: *Anais do XXI Encontro Nacional do CONPEDI*, 2012, Uberlândia. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012. p. 7230-7258.

levava à conclusão de que medidas legislativas isoladas não trariam soluções no curto prazo, nos editoriais de 2007 o jornal não apenas nega essa ideia como propõe alterações legislativas pontuais e as qualifica como remédios adequados e eficientes à doença diagnosticada. O fio condutor que se mantém é a ideia de que tudo passa pelo enfrentamento da impunidade, entidade não especificada ou complexificada, e o entendimento de que polícia e prisão eficientes devem ser o cerne das políticas de segurança. O termo “direitos humanos” é citado apenas no terceiro editorial, e as posições punitivistas e encarceradoras propostas pelo jornal não aparecem jamais em contraste com a Constituição.

Assim, apesar de manter a posição contrária à redução da maioria penal, em 2007 a Folha passa a defender com firmeza o aumento do prazo de internação para pelo menos dez anos, junto com outras medidas, voltadas aos adultos e também criminalizadoras.

3 A RETROALIMENTAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: MÍDIA, POLÍTICA E A DIVISÃO DO TRABALHO NA CONSTRUÇÃO DO SENSO COMUM SOBRE O ATO INFRACIONAL

A TABELA 7 apresentada no capítulo anterior, além de evidenciar a opção da Folha por retratar o ato infracional preponderantemente a partir de casos com violência e morte das vítimas, também é bastante ilustrativa na análise do número de matérias dedicadas a cada caso. Enquanto a maior parte dos casos criminais não rendeu mais do que uma reportagem, o caso Liana e Felipe rendeu 42 matérias informativas ao longo de três meses. Já o caso João Hélio rendeu 68 matérias também durante três meses. Se consideradas ainda as matérias opinativas, o número sobe no primeiro caso para 55 e no segundo caso para 96 matérias.

A disparidade entre o número de casos e o número de matérias jornalísticas informativas é facilmente explicada pelo forte clamor público provocado pelos casos Liana e Felipe e João Hélio. A definição dos motivos pelos quais esses casos foram tão extensivamente expostos por toda a mídia brasileira, com destaque para o jornal Folha de S. Paulo, pode ser encontrada nos critérios de noticiabilidade analisados no tópico 1.1 desta parte II. No primeiro caso, ambos os adolescentes eram de classe média, estudantes de uma escola tradicional paulista. Além de serem jovens, o que por si só gera mais clamor social, pertenciam a uma classe social que não costuma fazer parte das estatísticas de homicídios. Tratavam-se, de fato, das vítimas perfeitas de um crime demasiado cruel, praticado por cinco homens de origem pobre, um deles adolescente e logo rotulado como doente mental. Todos os estereótipos estavam confirmados. No segundo caso, talvez por ter vitimizado uma criança, de classe média, junto com duas mulheres, talvez por ter acontecido no Rio de Janeiro, cidade que é o foco da maior parte das notícias nacionais, teve uma repercussão ainda maior do que no caso Liana e Felipe. Parte dos comércios no dia seguinte ao acontecido amanheceu com faixas pretas de luto, houve um minuto de silêncio no estádio do Maracanã, entre outras repercussões.

No mesmo dia em que começou a cobertura deste caso, também teve início o debate sobre as mudanças na legislação. Em abril de 2007 foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal a proposta de redução da maioria penal. A proposta, contudo, não prosseguiu sua tramitação em razão da articulação da base do governo, que era radicalmente contra a mudança na

Constituição. Na Câmara dos Deputados, em 05 de dezembro de 2007 foi aprovado um substitutivo ao PL 2847/2000 e apensados para aumentar o prazo de internação para até oito anos em alguns atos infracionais específicos. Tampouco houve continuidade na tramitação, e o PL restou arquivado por prejudicialidade em 2009, em razão da aprovação de um projeto do governo em sentido contrário, conforme será explicado no tópico 3.2.1 desta parte II.

Para analisar as relações entre a cobertura midiática dos casos e a ação legislativa, a discussão dos resultados das duas pesquisas empíricas será realizada em conjunto, a partir de quatro aproximações: 1) o desenvolvimento de pânicos morais a respeito da criminalidade juvenil; 2) o efeito de agendamento da política pela mídia; 3) as relações entre mídia e política na difusão do senso comum sobre o ato infracional e o contexto do populismo penal; 4) os efeitos simbólicos do discurso punitivo.

3.1 Manuais de demonologia e monstros juvenis

Como visto no primeiro capítulo deste trabalho, a ansiedade adulta em relação aos jovens não é de hoje. Trata-se de uma característica que surge com o reconhecimento da infância como um período diferente do adulto. Se, em um primeiro momento essa mudança teve o condão de criar a imagem da criança romantizada, em um segundo momento, já com o surgimento do positivismo, ela caminha em direção a uma leitura ambígua dessa fase da vida.

A extrema desigualdade social no Brasil, e os números dramáticos da violência contra a juventude pobre, demonstram que esse grupo social é o mais visado no genocídio cotidiano dessa margem⁸⁴⁵. E não é por acaso que a construção da imagem do adolescente criminoso na voz dos políticos e nas páginas dos jornais com ele coincide.

Na produção diária de sentidos pelos discursos oficiais e não oficiais essa percepção se aprofunda. Se, por um lado, as relações entre mídia e crime se estreitam quando se estuda a construção social operada pela seletividade característica da produção da notícia, por outro lado, elas parecem ainda mais significativas em alguns períodos em que casos concretos ganham dimensões

⁸⁴⁵ FLAUZINA, Ana Lucia Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

inusitadas, se considerada a sua danosidade social.

A desproporcionalidade na apresentação de alguns casos criminais e as consequências dessa cobertura foram estudadas por vários autores, porém, nenhum conseguiu construir uma teoria mais difundida do que Stanley Cohen, com a sua tese, de 1972, *Folk devils and moral panics: the creation of the Mods and the Rockers*. Muito embora esse trabalho, seja, sem dúvidas, um produto de seu tempo, o conceito de pânico moral, transcende esse quadro⁸⁴⁶. Partindo de bases teóricas derivadas da sociologia, como o interacionismo simbólico e o enfoque do etiquetamento, o texto trata da reação social aos distúrbios juvenis ocorridos em uma pequena cidade do litoral britânico no ano de 1964. O primeiro parágrafo da obra resume a tese desenvolvida pelo autor:

As sociedades parecem estar sujeitas, de vez em quando, a períodos de pânico moral. Uma condição, episódio, uma pessoa ou grupo de pessoas surge para tornar-se definido como uma ameaça aos valores sociais e interesses, sua natureza é apresentada de forma estilizada e estereotipada pela mídia de massa, as barricadas morais são tripuladas por editores, bispos, políticos e outras pessoas de pensamento direitista; especialistas socialmente acreditados pronunciam seus diagnósticos e soluções, formas de enfrentamento estão envolvidas ou (mais frequentemente) são utilizadas, a condição desaparece, submerge ou deteriora e se torna mais visível. Às vezes, o objeto do pânico é absolutamente novo e outras vezes é algo que já existe o bastante, mas de repente aparece no centro das atenções. Às vezes o pânico passa e é esquecido, exceto no folclore e na memória coletiva, em outros momentos, tem repercussões mais graves e de longa duração e pode produzir mudanças tais como aquelas em política jurídica e social, ou mesmo na forma como a sociedade concebe a si mesma⁸⁴⁷.

O que Cohen faz nessa obra clássica é interpretar o fenômeno dos pânicos morais a partir do então recente paradigma da reação social. Os problemas sociais, o desvio e a criminalidade, segundo essa perspectiva, não são dados objetivos. Eles são produtos de uma construção marcada pela preferência no processo de reação

⁸⁴⁶ INNES, Martin. A short history of the idea of moral panic. *Crime, media, culture*. 2005, Vol 1(1): 106–111., SAGE Publications, London, Thousand Oaks, CA and New Delhi.

⁸⁴⁷ COHEN, Stanley. *Folk devils and moral panics*. 3 ed. London and New York: Routledge, 2002. p. 1. Tradução livre do original em inglês: "Societies appear to be subject, every now and then, to periods of moral panic. A condition, episode, person or group of persons emerges to become defined as a threat to societal values and interests; its nature is presented in a stylized and stereotypical fashion by the mass media; the moral barricades are manned by editors, bishops, politicians and other right-thinking people; socially accredited experts pronounce their diagnoses and solutions; ways of coping are evolved or (more often) resorted to; the condition then disappears, submerges or deteriorates and becomes more visible. Sometimes the object of the panic is quite novel and at other times it is something which has been in existence long enough, but suddenly appears in the limelight. Sometimes the panic passes over and is forgotten, except in folklore and collective memory; at other times it has more serious and long-lasting repercussions and might produce such changes as those in legal and social policy or even in the way the society conceives itself".

social⁸⁴⁸. A análise busca, portanto, mostrar que as percepções de um evento problemático e o processo de reação social que elas informam são os objetos de interesse quando se quer compreendê-lo. “As percepções têm consequências no sistema social que são tão profundas quanto qualquer mudança”⁸⁴⁹.

Cada pânico moral vem acompanhando de seus manuais de demonologia, onde os bodes expiatórios são rotulados. O autor os denomina *folk devils*, os demônios do povo: neles os medos do povo são projetados, além de seu ódio e desprezo. Comentando a tese de Cohen sobre os pânicos morais, Hunt explica que não se trata de a mídia criar o comportamento que etiqueta pessoas ou grupos como *folk devils* produzindo pânicos morais, mas sim que essas pessoas ou grupos, apesar de sempre terem se comportado dessa forma não seriam *folk devils* não fosse pelo pânico moral⁸⁵⁰. Para Jewkes, o termo *folk devils* hoje parece fraco para a forma como os perpetradores de crimes graves têm sido tratados: por isso, um novo ícone, muito mais poderoso passa a ser produzido, o *evil monster*⁸⁵¹.

A criação desses demônios, porém, somente é possível se o problema a que se está reagindo trazer três elementos:

Em primeiro lugar, um inimigo apropriado: um alvo fácil, denunciado sem dificuldades, com pouco poder e preferivelmente sem acesso sequer aos campos de batalha da política cultural [...]. Em segundo lugar, uma vítima adequada: alguém com quem você pode se identificar, alguém que poderia ter sido ou um dia pode vir a ser qualquer um. [...] Em terceiro lugar, um consenso de que as crenças ou ações que estão sendo denunciadas não são entidades isoladas ('não é apenas isso'), mas partes integrantes da sociedade ou, ao contrário, que poderiam ser (e seriam) a menos que 'algo fosse feito'⁸⁵².

Para demonstrar essa afirmação, Cohen cita dois exemplos de casos na Inglaterra, um que se tornou um pânico moral, e outro não. No primeiro, o famoso caso James Bulger analisado anteriormente, a vítima era um menino de dois anos

⁸⁴⁸ SPECTOR, Malcom; KITSUSE, John I. *Constructing social problems*. New Jersey, 2001.

⁸⁴⁹ INNES, Martin. A short history of the idea of moral panic. *Crime, media, culture*. 2005, Vol 1(1): 106–111., SAGE Publications, London, Thousand Oaks, CA and New Delhi. p. 108. Tradução livre do original em inglês: ‘Perceptions have consequences in the social system that are as profound as any actual change’.

⁸⁵⁰ HUNT, Arnold. ‘Moral panic’ and moral language in the media. *The British Journal of Sociology*, v. 48, n. 4, dec. 1997, p. 629-648.p. 631.

⁸⁵¹ JEWKES, Yvonne. *Media & Crime*. Los Angeles: Sage, 2004. p. 201.

⁸⁵² COHEN, Stanley. Introduction to the third edition. In: _____. *Folk devils and moral panics*. 3 ed. London and New York: Routledge, 2002. p.xii. Tradução livre do original em inglês: “a suitable enemy: a soft target, easily denounced, with little power and preferably without even access o the battlefields of cultural politics. [...]. Second, a suitable victim: someone with whom you can identify, someone who could have been and one day could be anybody. [...]. Third, a consensus that the beliefs or action being denounced were not insulated entities (‘it’s not only this’) but integral parts of the society or else could (and would) be unless ‘something was done’”.

que foi sequestrado em um shopping por dois garotos de dez anos e amarrado aos trilhos do trem até que fosse morto; no outro, a vítima era um jovem negro de 18 anos proveniente do sul de Londres que foi atacado em uma parada de ônibus por um grupo de cinco ou seis jovens brancos, esfaqueado e morto. Naquele, um ruidoso pânico moral foi produzido, de modo que, apesar de não terem aumentado os casos de “crianças que matam crianças”, e isso ser, de fato, algo excepcional, a mídia passou a representar o caso como se estivesse sendo generalizado. Neste, a atenção pública se voltou da vítima para a polícia, terminando, ao final, com algumas análises sobre um racismo institucionalizado na Inglaterra. O porquê de não ter havido um pânico moral nesse segundo caso, para Cohen é facilmente respondido: ele não preenchia nenhum daqueles elementos exigidos para um pânico moral de sucesso.

Se bem analisados os dois casos que geraram um excessivo número de matérias jornalísticas nos períodos estudados neste trabalho, a despeito de tantas outras mortes de adolescentes e crianças que acontecem diariamente no Brasil e não geram maiores polêmicas, ambos preenchem os requisitos observados por Cohen. Em ambos os casos, os acusados – e posteriormente condenados – pelos crimes eram todos homens, de classe baixa. No primeiro, foi destacado um adolescente de 16 anos, além de outros quatro homens mais velhos (que aparecem desgrenhados na fotografia, um prato cheio para os lombrosianos de plantão). O adolescente Champinha, além de ser apontado como “mentor” do crime se mostra à polícia frio e não arrependido.

No segundo caso, os acusados foram cinco jovens moradores de uma favela carioca, um deles de 16 anos. O maior foco foi dado ao adolescente e ao seu irmão, de 23 anos, que estava foragido do regime semiaberto onde cumpria pena por roubo. Desses, três eram negros, todos muito jovens, pobres e moradores da favela. Ou seja, o inimigo apropriado e sem chances de defesa, observando-se que todos os dez permaneceram sem advogado, mesmo presos provisoriamente, durante todo o inquérito policial. Em ambos os casos o foco do jornal nos adolescentes de 16 anos também representa que eles constituem os criminosos esperados.

A demonização desses indivíduos no caso específico auxilia na transposição dessas características a toda a categoria que eles fazem parte. Apenas assim é possível explicar as demandas por mudanças na lei, posto que elas não retroagem. Como nota Edelman, ao tratar sobre a importância da construção de inimigos na

política, “as pessoas que são os alvos do preconceito e possuem pouco poder no mundo observável são assumidos como enormemente poderosos e malévolos nos bastidores”⁸⁵³.

Nos dois casos ocorrem as mortes das vítimas através de meios cruéis: sequestro e estupro no primeiro; arrastamento no segundo. As vítimas são jovens. No primeiro caso, um casal de estudantes brancos de classe média de uma escola tradicional de São Paulo. No segundo caso, uma criança branca de classe média de seis anos, que, ainda, estava no carro com duas mulheres, uma delas sua mãe. As três vítimas fatais e seus familiares são pessoas com quem é possível se identificar, poderia ser qualquer um. Se, diariamente jovens da mesma idade são assassinados nas periferias, às vezes até mesmo pelas “forças da ordem”, e nem por isso pânico morais são criados, e possível afirmar, com Moretzshn que há, na cobertura da imprensa – da mais popular à mais elitista – os mortos bons e maus⁸⁵⁴.

Nils Christie trata sobre a “vítima ideal” em um texto no qual explica ser ela “uma pessoa ou uma categoria de indivíduos que – quando atingidas por um crime – mais prontamente recebem o status completo e legítimo do *status* de ser uma vítima”⁸⁵⁵. Para chegar a ser a vítima ideal, o caso deve preencher seis atributos: 1. A vítima é fraca em relação ao ofensor (mulheres, crianças, doentes, velhos, p. ex.); 2. A vítima está realizando seu trabalho normal do dia-a-dia ou agindo virtuosamente; 3. A vítima é inocente pelo que aconteceu; 4. A vítima não está ligada nem sequer conhece o estranho que cometeu o crime; 5. O criminoso é grande e mau; 6. A vítima tem a combinação exata de poder, influência ou simpatia para alcançar com sucesso o status de vítima, sem ameaçar fortes interesses estabelecidos⁸⁵⁶. Nos casos acima descritos, todos os atributos estão preenchidos, e o mais interessante é que eles são diariamente destacados pelos jornais.

⁸⁵³ EDELMAN, Murray. *Constructing the political spectacle*. Chicago: The University of Chicago, 1988. p. 87. Tradução livre do original em inglês: “People who are the targets of prejudice and wield little power in the observable world are assumed to be enourmously powerful and malevolent behind the scenes”.

⁸⁵⁴ MORETZSOHN, Sylvia Debossan. Mídia e sistema penal: o senso comum criminológico e as dificuldades de um discurso à contracorrente. In: OLIVEIRA, Rafael Santos de; BUDÓ, Marília De Nardin. *Mídias e direitos da sociedade em rede*. Ijuí: Unijuí (no prelo).

⁸⁵⁵ CHRISTIE, Nils. The ideal victim. In: FATTAH, E. (ed.). *From Crime Policy to Victim Policy*. Basingstoke: Macmillan, 1986. p. 18. Tradução livre do original em inglês: “[...] a person or a category of individuals who - when hit by crime - most readily are given the complete and legitimate status of being a victim”.

⁸⁵⁶ CHRISTIE, Nils. The ideal victim. In: FATTAH, E. (ed.). *From Crime Policy to Victim Policy*. Basingstoke: Macmillan, 1986.

O número de matérias dedicado a cada caso e os temas que motivaram as matérias, mostrados na TABELA 7, demonstram que também o terceiro critério está presente: tudo se passa como se cada um dos dois crimes não fosse um fenômeno isolado, mas fizesse parte de um problema maior a ser combatido, identificado na figura da criminalidade juvenil.

Essas condições estiveram presentes nos dois casos, mas cada um dos dois pânico morais tiveram características diferentes. Questões culturais, evidentemente, são fundamentais para que ocorra um pânico moral, bem como as relações de poder definidas em determinado tempo e lugar. Alguns dos elementos construídos nesse processo foram teorizados por Goode e Ben-Yehuda, com base em Cohen, chegando a cinco critérios que auxiliam na definição sobre se está em marcha um pânico moral: a) preocupação, b) hostilidade, c) consenso, d) desproporcionalidade e e) volatilidade.

a) Preocupação

Preocupação (*concern*) é o primeiro deles, significa uma ansiedade já difusa na sociedade a respeito de um comportamento ou de um grupo social. Não se trata de medo, mas de uma inquietação, que pode aparecer concretamente, por exemplo, através de pesquisas de opinião pública, comentários na mídia, proposições legislativas, atividades dos movimentos sociais etc⁸⁵⁷. Sobre o adolescente e o ato infracional, essa preocupação aparece difusa historicamente desde a representação social do adolescente como eventual ameaça à sociedade, até dados mais específicos de consultas públicas sobre a punição desse grupo social.

Apesar do caráter questionável dessas pesquisas, que não permitem ao entrevistado refletir sobre a pergunta realizada, costuma-se utilizá-las para medir a sensação de insegurança da população, bem como as medidas que são apoiadas. Como observa Moretzsohn, trata-se de uma armadilha para fazer crer que as sondagens são a voz da maioria⁸⁵⁸. No caso da “delinquência juvenil”, geralmente as pesquisas de opinião se fixam na questão da punição dos adolescentes, questionando se o entrevistado apoia ou não a redução da maioridade penal. Em

⁸⁵⁷ GOODE, Erich; BEN-YEHUDA. Nachman. *Moral panics: the social construction of deviance*. Malden: Blackwell, 1994. p. 33.

⁸⁵⁸ MORETZSOHN, Sylvia. *Pensando contra os fatos: Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico*. Rio de Janeiro: Revan, 2007. p. 169.

2003, durante a cobertura do caso Liana e Felipe, uma pesquisa foi divulgada indicando que 88% da população brasileira seria favorável à redução da maioridade penal⁸⁵⁹. Mais adiante, em 01 de janeiro de 2004, uma pesquisa do Datafolha indicou que esse apoio seria de 84% da população⁸⁶⁰.

Em 2007, no auge da cobertura sobre o caso João Hélio, uma pesquisa realizada pela Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública indicou que 87% dos entrevistados seriam favoráveis à mudança na Constituição⁸⁶¹. Em 2013, a CNT divulgou o dado de que 92,7% dos brasileiros seriam favoráveis àquela política⁸⁶², também em clima de comoção social em razão do latrocínio que vitimou o estudante Victor Hugo Deppman⁸⁶³. O objetivo dessa proposta é fazer frente a uma delinquência juvenil em franca expansão, segundo a percepção dos entrevistados.

Nota-se, porém, que todas essas pesquisas são realizadas em momentos de sensibilização da sociedade para a criminalidade juvenil e o punitivismo, em razão da espetacularização de crimes graves cometidos por adolescentes. Daí que, apesar de haver certamente uma preocupação difundida em relação à juventude pobre, a forma como ela se converte em uma preocupação voltada a respostas punitivas parece ser resultado da abordagem da mídia e da política sobre o assunto. Nesse

⁸⁵⁹ “Pesquisa CNT/Sensus divulgada ontem mostra que 88,1% dos 2.000 entrevistados defendem a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos. Só 9,3% são contra a idéia. A pesquisa foi feita entre os dias 2 e 4, em 24 Estados. A margem de erro é de três pontos percentuais, para mais ou menos”. 88% apóiam redução da maioridade penal. *Folha de S. Paulo*, 09 dez. 2003, p. C3.

⁸⁶⁰ 84% apóiam redução da maioridade penal *Folha de S. Paulo*, 01 jan. 2004, p. C3.

⁸⁶¹ BRASIL. Senado Federal. Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública. Violência no Brasil: Pesquisa de opinião pública Nacional. Brasília: DataSenado, 2007. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/Pesquisa%20Viol%C3%Aancia%20no%20Brasil%20-%20comunicado%20C3%A0%20imprensa.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2013.

⁸⁶² O levantamento CNT/MDA foi feito com 2.010 pessoas em 134 municípios de 20 Estados entre os dias 1º e 5 de junho deste ano. “O levantamento CNT/MDA também mostrou uma percepção de que aumentou o número de crimes cometidos por menores; 69,1% afirmaram que este índice cresceu “muito”; 24,8% disseram apenas que “aumentou”, 3,7% acreditam que está no mesmo nível e 1,7% acham que diminui. Os outros 0,7% não sabem ou não responderam”. PESQUISA da CNT aponta que 93% querem redução da maioridade. Disponível em: <<http://oabce.org.br/2013/06/12/pesquisa-da-cnt-aponta-que-93-querem-reducao-da-maioridade/>> Acesso em: 12 jun. 2013.

⁸⁶³ Durante a redação deste trabalho teve origem um novo pânico moral em torno do ato infracional e da responsabilidade criminal de adolescentes em razão do latrocínio que vitimou o estudante de 19 anos Victor Hugo Deppman no dia 09 de abril. Segundo as investigações policiais, o autor do fato teria sido um adolescente de 17 anos, três dias antes de atingir a maioridade penal. Novos protestos, petições online e propostas de redução da maioridade penal no Congresso foram realizados. Curiosamente, o governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, repetiu o ritual realizado dez anos antes, quando também era governador, de anunciar antecipadamente na mídia e depois apresentar ao presidente da Câmara sua proposta de aumento do prazo de internação, naturalmente acompanhado de intensa cobertura da grande mídia, com destaque para as organizações Globo. Cf. ALCKMIN quer punição rigorosa para menor envolvido em crime grave. G1 São Paulo, 11 abr. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/04/alckmin-quer-punicao-rigorosa-para-menor-envolvido-em-crime-grave.html>> Acesso em: 23 jun. 2013.

ponto, é oportuna a crítica de Bourdieu à sondagem de opinião, pois, para o autor, ela é um instrumento de ação política, consistindo, sobretudo, em impor a ilusão de que existe uma opinião pública como pura soma de opiniões individuais. “A ‘opinião pública’ manifestada nas primeiras páginas dos jornais sob a forma de porcentagens [...] é um artefato puro e simples, cuja função é dissimular que o estado da opinião num certo momento é um sistema de forças, de tensões, e que não existe nada mais inadequado para representar o estado da opinião do que uma porcentagem”⁸⁶⁴. Em razão dessa interpretação, o autor esclarece que o efeito fundamental desse tipo de pesquisa é o de “[...] legitimar uma política e reforçar as relações de força que a fundam ou a tornam possível”⁸⁶⁵. Bourdieu chega ao ponto, então, de negar peremptoriamente a existência da opinião pública da maneira como implicitamente admitida por aqueles que fazem essas sondagens.

De fato, são várias as falhas nesse sentido, especialmente se levadas em consideração questões como a metodologia da elaboração das perguntas e respostas, especialmente das últimas, pois algumas podem ser repetidas em mais de uma alternativa, enquanto outras podem ser ocultadas; a seleção e representatividade dos entrevistados; o fato de muitos entrevistados nunca terem pensado antes no assunto sobre o qual estão sendo questionados; a desinformação dos respondentes. Ainda, não se pode desconsiderar outra crítica realizada por Bourdieu: a de que na vida concreta as pessoas formam e emitem as suas opiniões na interação com outras pessoas e não como indivíduos atomizados⁸⁶⁶.

Se trazida a análise seminal de Habermas sobre a mudança estrutural da esfera pública e as mudanças no sentido da opinião pública, essa última crítica de Bourdieu fica ainda mais clara. Diante do mercado de pontos de vista disponíveis, devem os destinatários da comunicação concordar ou discordar, jamais debater, argumentar ou inovar⁸⁶⁷. Tal mercado é trabalhado através dos meios de comunicação de massa, os quais definem de antemão as posições disponíveis. Em contraponto ao modelo liberal, no qual a imprensa tinha sido um meio de

⁸⁶⁴ BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: THIOLENT, Michel. *Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1981. p. 137-151.

⁸⁶⁵ BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: THIOLENT, Michel. *Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1981. p. 137-151.

⁸⁶⁶ BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: THIOLENT, Michel. *Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1981. p. 137-151.

⁸⁶⁷ GOMES, Wilson. Esfera pública e comunicação em Mudança estrutural da esfera pública de Jürgen Habermas. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008. p. 31-68.

comunicação pública, a atualidade teria trazido uma situação na qual “a imprensa finda por ser o lugar, ocasião e meio mediante o qual aquilo que se quer que se torne opinião pública deve circular para obter assentimentos privados”⁸⁶⁸. Assim, não se trata de um meio que traga debate para que dele possa emergir uma opinião informada, mas sim de predeterminação de opiniões às quais o público deve aderir. “Nesse sentido, a opinião pública não é uma opinião gerada publicamente, mas uma opinião capaz de capturar a adesão pública”⁸⁶⁹.

No contexto norte-americano, Tonry define como um mito a ideia de que as políticas penais daquele país se tornaram mais duras porque a população assim o exigiu em pesquisas de opinião pública. É um erro afirmar que o público possui crenças monoliticamente e desqualificadamente duras a respeito do crime. As opiniões sobre punição e o que sabem sobre o crime advêm dos meios de comunicação, fazendo com que as pessoas tenham compreensões equivocadas, dentre elas, a de que as sentenças são muito leves, de que o crime está aumentando etc⁸⁷⁰. No tema do ato infracional no Brasil isso é evidente, tanto na percepção social de que adolescentes cometem mais crimes graves quanto na exposição das medidas socioeducativas como demasiado leves pela mídia.

O problema de essas pesquisas não irem a fundo para compreender o que realmente as pessoas querem é se chegar a resultados equivocados. Um exemplo é o resultado de uma tese de doutorado da Universidade de Princeton, em que a autora vai ao público e tenta fazer isso. Sua conclusão é a de que a opinião pública sobre o crime não é consensual e uniforme como parece.

O público que quer um uso mais amplo do encarceramento também acredita que as prisões não são particularmente efetivas; o público que clama por cortes mais duras também acreditam que um ataque nos problemas socioeconômicos poderia fazer mais para reduzir o crime. De fato, a opinião pública é confeccionada para mais de um tecido, e cada uma merece a nossa atenção especial⁸⁷¹.

⁸⁶⁸ GOMES, Wilson. Esfera pública e comunicação em Mudança estrutural da esfera pública de Jürgen Habermas. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008. p. 31-68. p. 51.

⁸⁶⁹ GOMES, Wilson. Esfera pública e comunicação em Mudança estrutural da esfera pública de Jürgen Habermas. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008. p. 31-68. p. 54.

⁸⁷⁰ TONRY, Michael. *Thinking about crime: Sense and Sensibility in American Penal Culture*. Oxford: Oxford, 2004.

⁸⁷¹ GAUBATZ, Kathlyn Taylor. *Crime in the public mind*. Michigan: University of Michigan, 1995. p. 2. “The public that wants a greater use of incarceration also believes that our prisons are not particularly effective; the public that calls for harsher courts also believes that an attack on socioeconomic problems would do more to reduce crime. In fact, public opinion is stitched from more than one cloth, and each deserves our careful attention”.

A mesma contradição aparece nas pesquisas de opinião pública no Brasil. Uma pesquisa do Data Senado sobre a percepção da população brasileira a respeito da segurança pública, realizada em 2012, mostra isso. Quando perguntados: “Para você, qual a melhor maneira de reduzir a criminalidade?”, os entrevistados responderam: 39% “melhorar a educação”, 23% “tornar as leis mais rígidas”, 12% diminuir a pobreza, 11% “acabar com a impunidade”, 7% “investir na polícia”, 5% “aumentar o número de polícias”. Na mesma pesquisa, os resultados para a questão “Você concorda ou discorda da seguinte afirmação? O menor de idade que comete um crime deve ser punido como adulto”, o resultado foi: 87% “concorda”, 11% “discorda”, 2% “NS/NR”. Em todas as demais questões da pesquisa o maior número de respostas foi nas propostas que tornam mais dura a resposta ao crime, ao mesmo tempo, a desigualdade social é apontada como a principal causa dos problemas de segurança pública⁸⁷². Apontadas as contradições, possivelmente muitos dos entrevistados reformulariam suas opiniões.

Tonry cita o estudo de Dan Yankelovich, no qual ele busca diferenciar *public opinion* (pesquisas em que as pessoas respondem o que vem na cabeça como uma primeira reação, o que pode ser desinformado, ignorante etc.) de *public judgment*. “Em temas complexos [...], as pesquisas de opinião pública nos contam o que as pessoas têm nas suas mentes, ou o que elas sabem, ou o que elas pensam que sabem, mas não quais as suas opiniões informadas poderiam ser”⁸⁷³. Já o *public judgment* seria quando o público está informado o suficiente sobre o assunto. Ele menciona uma maneira de chegar ao *public judgment*: aplicar um questionário, depois fazer um curso sobre o tema e então perguntar novamente ao público sobre suas visões a respeito. Das pesquisas já realizadas sobre esse tema, Tonry conclui que a preocupação dos americanos com o crime e as drogas segue, e não precede, a focalização do crime na mídia e na política: “[...] não é a opinião pública *per se* que leva a políticas mais duras, mas as propostas e posturas dos políticos e a cobertura

⁸⁷² BRASIL. Senado Federal. *Segurança Pública no Brasil*: pesquisa de opinião pública nacional. Brasília: Datasenado, 2012.

⁸⁷³ TONRY, Michael. *Thinking about crime*: Sense and Sensibility in American Penal Culture. Oxford: Oxford, 2004. p. 35. Tradução livre do original em inglês: “On complex matters (How should the United States balance environmental concerns with energy needs? Should criminal penalties be increased or decreased?), ordinary public opinion surveys tell us what is on people’s minds, or what they know or think they know, but not what their informed opinion would be”.

sensacionalista do crime na mídia que levam a mudanças na opinião pública”⁸⁷⁴.

Isso não significa a ausência de uma prévia sensibilidade a respeito da criminalidade juvenil difundida na sociedade. Para Tonry, a aprovação de leis que seriam impensáveis duas décadas atrás nos Estados Unidos é o resultado de uma coincidência entre os ciclos de desvio de longo prazo, nos quais a intolerância e a severidade excessiva são esperadas, com sucessivos pânicos morais, de curto prazo, um processo exacerbando os efeitos do outro⁸⁷⁵.

Também Beckett, ao buscar as origens da cultura punitiva americana busca diferenciar a “opinião pública” das “atitudes populares”. Para a autora, se é possível afirmar que houve uma mudança de direção da opinião pública rumo ao apoio a medidas duras contra o crime e as drogas, as atitudes populares sobre o crime e a punição sempre foram mais complexas e ambíguas. Grande parte dos americanos ainda acredita que as causas do crime estão relacionadas a condições ambientais e sociais, sustentando a função da punição como reabilitação⁸⁷⁶. Por isso, aqueles que defendem que as políticas de lei e ordem implementadas derivam diretamente da opinião pública simplificam, desistoricizam, descontextualizam as crenças americanas sobre crime e punição⁸⁷⁷. Apesar disso, é inegável que as posturas punitivistas tiveram um importante crescimento nos últimos anos. Isso não significa, entretanto, uma guinada à direita por parte da sociedade. “O sucesso da campanha conservadora de lei e ordem reflete o fato de que esse discurso faz sentido e provê uma ‘solução’ para urgentes problemas sociais e pessoais de maneira que são compatíveis com o saber popular e crenças e valores culturais”⁸⁷⁸.

Apesar de a realidade brasileira ser muito diferente da que é vivida hoje nos Estados Unidos, o fenômeno não parece ser diversos: há ciclos nos quais as preocupações relativas à criminalidade juvenil aumentam para em seguida

⁸⁷⁴ TONRY, Michael. *Thinking about crime: Sense and Sensibility in American Penal Culture*. Oxford: Oxford, 2004. p. 37. Tradução livre do original em inglês: “However, it is not public opinion per se that leads to harsher policies, but politicians’ proposals and posturing and sensational media crime coverage that lead to changes in public opinion”. P.37.

⁸⁷⁵ TONRY, Michael. *Thinking about crime: Sense and Sensibility in American Penal Culture*. Oxford: Oxford, 2004. p. 98. Nas palavras do autor: “the long-term deviance cycles during which intolerance and excessive severity are to be expected have coincided with a series of moral panics, and the long-term cycles and the short-term panics have each exacerbated the other’s effects”.

⁸⁷⁶ BECKETT, Katherine. *Making crime pay*. Oxford/New York: Oxford University Press, 1997. p. 79.

⁸⁷⁷ BECKETT, Katherine. *Making crime pay*. Oxford/New York: Oxford University Press, 1997. p. 80. Tradução livre do original em inglês: “The success of the conservative campaign for law and order reflects the fact that this discourse makes sense of and provides a “solution” for pressing social and personal problems in ways that are compatible with popular wisdom and cultural beliefs and values”.

⁸⁷⁸ BECKETT, Katherine. *Making crime pay*. Oxford/New York: Oxford University Press, 1997. p. 80.

diminuírem. Se assim não fosse, o Estatuto da Criança e do Adolescente jamais teria sido aprovado. Ao mesmo tempo, surgem casos de pânico morais e novas sensibilidades sobre o tema parecem emergir.

b) Hostilidade

O segundo critério é a hostilidade (*hostility*) em relação a um grupo ou categoria relacionada ao comportamento em questão. Trata-se da construção de inimigos da sociedade, que são vistos como responsáveis pela ameaça. Por isso, é realizada uma divisão entre “nós”, que representamos pessoas boas, decentes, respeitáveis – e “eles” – desviantes, más pessoas, indesejáveis, *outsiders*, criminosos. Isso pressupõe uma estereotipização⁸⁷⁹. Como nota Edelman, o inimigo auxilia o espetáculo político no incremento das paixões, medos e esperanças, principalmente porque um inimigo para algumas pessoas é um aliado ou uma vítima inocente para outras⁸⁸⁰.

Tanto nos discursos dos deputados quanto na mídia, essa divisão e o uso de metáforas coletivas como “sociedade amedrontada”, “nós, os cidadãos de bem” etc. apareceram com frequência. Os ameaçadores da sociedade são os adolescentes, em relação aos quais toda a ansiedade se direciona.

Mas não é só nos discursos que é possível verificar essa hostilidade. Como já evidenciado em outras partes deste trabalho, a hostilidade pode ser vista nos dados sobre os homicídios de jovens pobres e negros⁸⁸¹, preponderantes em relação ao resto da população. Da mesma maneira, nas estatísticas de internação e encarceramento, onde os números mostram serem esses grupos os mais

⁸⁷⁹ GOODE, Erich; BEN-YEHUDA. Nachman. *Moral panics: the social construction of deviance*. Malden: Blackwell, 1994. p. 33.

⁸⁸⁰ EDELMAN, Murray. *Constructing the political spectacle*. Chicago: The University of Chicago, 1988. p. 66.

⁸⁸¹ Em julho de 2009 foi publicado o índice de homicídios na adolescência (IHA) pela Unicef, Observatório de Favelas e Secretaria Especial de Direitos Humanos do governo federal, revelando um IHA médio de 2,03 no Brasil. Isso significa que de cada grupo de mil adolescentes que tem hoje 12 anos, 2,03 serão mortos por homicídio antes de completar 19 anos. Comparando os dados referentes ao sexo e à idade com as variáveis cor e escolaridade, chega-se à conclusão de que a população negra jovem e de baixa escolaridade é a maior vítima de homicídios no Brasil, sendo que no IHA possui 2,6 vezes mais chances de ser vítima de homicídio do que a população jovem branca. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SPDCA/SEDH; Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF; Observatório de Favelas – OF; Laboratório de Análise da Violência – LAV/UERJ. Índice de homicídios na adolescência (IHA). Disponível em: <<http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/includes/publicacoes/471da5ee11f02534b6022e2a2d6a40dc.pdf>> Acesso em: 21 jul. 2009.

controlados da população⁸⁸². Os dados também sobre os grupos de extermínio que vitimizam cotidianamente os mesmos setores *indesejáveis* evidenciam essa hostilidade⁸⁸³. Porém, a percepção social sobre essa diferença parece não evidenciada em uma pesquisa de opinião do Data Senado: 62,3% dos 1.234 entrevistados concordaram com a afirmação de que “Jovens brancos e jovens negros são mortos na mesma quantidade”⁸⁸⁴.

Essa percepção social também reflete os estereótipos tratados na análise, anteriormente: aquele que tem o estereótipo do criminoso não pode, simultaneamente, carregar o estereótipo da vítima. Isso explica, também, o fato de as mulheres serem apontadas como maiores vítimas da violência na mesma pesquisa citada anteriormente⁸⁸⁵.

c) *Consenso*

Consenso (*consensus*) é o terceiro critério de que falam os autores para se verificar a existência de um pânico moral. Apesar de se saber que nunca existe o consenso em sociedades pluralistas, isso não significa a impossibilidade de que haja a difusão de um pensamento minimamente comum de que a ameaça é real, séria e causada por grupos malfeitores e seus comportamentos. Na linguagem gramsciana, esse tema, tal como desenvolvido por Hall *et. al.*, implica nos estereótipos que fazem parte do pensamento hegemônico.

Os símbolos são os instrumentos por excelência da “integração social”: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação [...], eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a interação “lógica” é a condição da integração “moral”⁸⁸⁶.

As pesquisas de opinião mostradas anteriormente, bem como a convergência na percepção sobre a criminalidade juvenil nos discursos político e midiático nos

⁸⁸² CNJ, INFOPEN.

⁸⁸³ SUDBRACK, Umberto Guaspari. Grupos de extermínio: aspectos jurídicos e de política criminal. *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, ano 1, n. 2, 2º sem. 1996, p. 111-125. p. 117.

⁸⁸⁴ BRASIL. Senado Federal. *Violência contra a juventude negra no Brasil*: Pesquisa de opinião pública nacional. Brasília: DataSenado, 2012.

⁸⁸⁵ BRASIL. Senado Federal. *Violência contra a juventude negra no Brasil*: Pesquisa de opinião pública nacional. Brasília: DataSenado, 2012. É claro que a violência contra a mulher vem sendo, também, nos últimos anos, alvo das campanhas midiáticas, especialmente sobre a violência doméstica, o que pode ter influenciado na percepção de que as maiores vítimas são mulheres. Mas essa percepção não vai contra o sistema patriarcal que sempre percebeu a mulher como vítima, passiva, a “coisa”, no contraponto do “cara”. ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Pelas mãos da criminologia*. Rio de Janeiro: Revan, 2012. p. 142.

⁸⁸⁶ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989. p. 10.

períodos analisados também permitem identificar um pensamento hegemônico sobre o tema, que será detalhado no tópico 3.3.

d) *Desproporcionalidade*

O conceito de pânico moral se assenta na desproporcionalidade, no sentido de que se torna obrigatório ao cientista analisar a relação entre o clamor público e a ameaça real⁸⁸⁷. Apesar de a análise da realidade ser sempre limitada, é possível, através de informações empíricas, saber se há ou não desproporcionalidade, ainda que isso não seja definitivo⁸⁸⁸. Cohen, na introdução à terceira edição de sua obra, busca esclarecer que atribuir a algo o rótulo de pânico moral não implica que esse algo não exista ou que a reação a ele seja baseada em fantasia, histeria, ilusão ou que as pessoas sejam enganadas pelos poderosos. Para ele, duas premissas devem ser objetos de atenção: que a atribuição do rótulo de pânico moral significa que a extensão da atenção que se dá à ‘coisa’ foi exagerada “(a) em si mesma (comparada com outras fontes mais confiáveis, válidas e objetivas) e/ou (b) comparadas com outros problemas mais sérios”⁸⁸⁹. Por isso, a palavra, para Cohen, que define o pânico moral é desproporcionalidade.

Em ambos os casos analisados, todos os critérios para identificar se houve ou não desproporção podem ser utilizados e levam a uma conclusão afirmativa. De fato, até mesmo o jornal Folha de S. Paulo, na edição do dia 01 de janeiro de 2004 reconheceu, a partir de uma pesquisa divulgada, que a extrema preocupação com a criminalidade violenta praticada por jovens era exagerada. Segundo os dados divulgados, em 2003, na cidade de São Paulo, 1% dos homicídios registrados

⁸⁸⁷ GOODE, Erich; BEN-YEHUDA, Nachman. *Moral panics: the social construction of deviance*. Malden: Blackwell, 1994. p. 38.

⁸⁸⁸ Para rebater as críticas de que esse critério seria impossível de conferir na realidade, Goode e Ben-Yehuda criaram quatro indicadores para tornar mais evidente a forma como é possível verificar a ocorrência de desproporcionalidade. O uso de números exagerados para demonstrar o tamanho do problema são um excelente indicador de que se está diante do critério da desproporcionalidade. Da mesma maneira, há situações em que dados e valores são fabricados, simplesmente não apresentam qualquer indício de relação com a realidade. Um terceiro indicador é a grande atenção dada a determinado fato ou comportamento em detrimento de outros tão ou mais importantes. Por fim, é ainda possível averiguar a desproporcionalidade em casos nos quais a atenção dada a determinadas condições é muito maior em alguns períodos do que em outros anteriores ou posteriores, sem que tenha ocorrido um aumento em sua seriedade. GOODE, Erich; BEN-YEHUDA, Nachman. *Moral panics: the social construction of deviance*. Malden: Blackwell, 1994. p. 43-45.

⁸⁸⁹ COHEN, Stanley. Introduction to the third edition. In: _____. *Folk devils and moral panics*. 3 ed. London and New York: Routledge, 2002. p.vii. Tradução livre do original em inglês: “(a) in itself (compared with other more reliable, valid and objective sources) and/or (b) compared with other, more serious problems”.

tiveram a participação de menores de 18 anos. O fato de no período analisado os homicídios e latrocínios registrarem mais de 50% dos atos infracionais divulgados na Folha, quando, na verdade, representam menos de 10% das condenações demonstra bem essa desproporcionalidade (cf. 2.2.1, parte II).

Ademais, se comparadas às demais notícias sobre atos infracionais nos demais períodos, é evidente a desproporção no número de notícias publicadas nesses momentos. Os projetos de lei, da mesma maneira, especialmente se considerado o ano de 2007, foram propostos em número extraordinariamente superior aos demais anos estudados.

Edelman observa que a reduzida correspondência entre as medidas que as pessoas tomam contra inimigos políticos e o real dano que eles produzem é uma característica típica da construção desses inimigos. “Inimigos, então, são pessoas ou estereótipos de pessoas identificáveis em relação a quem más características, intenções ou ações podem ser atribuídas. Não é o dano o que importa, mas a atribuição. [...] A inimizade está nos olhos de quem vê”⁸⁹⁰. Em razão disso, os demônios variam de tempos em tempos, correspondendo, sobretudo, às necessidades da política.

e) *Volatilidade*

O quinto critério para a definição do pânico moral é a volatilidade (*volatility*): os pânicos morais irrompem rapidamente e desaparecem também rapidamente. Apesar de poderem estar latentes durante longos períodos e poderem reaparecer de tempos em tempos, a característica desse fenômeno é vir rapidamente a público e durante um período limitado. Há situações, contudo, em que alguns pânicos morais podem se tornar rotinizados ou institucionalizados, quando, por exemplo, as preocupações resultam em organizações de movimentos sociais, mudanças na legislação, práticas de controle etc⁸⁹¹. São vários os efeitos que um pânico moral pode ter, e a mudanças nas regras é um deles. Mas também os efeitos simbólicos na mudança cultural da percepção sobre o crime e o criminoso são fundamentais.

TABELA 5 apresentada anteriormente na análise do jornal demonstra bem o

⁸⁹⁰ EDELMAN, Murray. *Constructing the political spectacle*. Chicago: The University of Chicago, 1988. p. 87. Tradução livre do original em inglês: “Enemies, then, are identifiable persons or stereotypes of persons to whom evil traits, intentions, or actions can be attributed. It is not the harm that matters, but the attribution. [...] Enmity lies in the eye of the beholder”.

⁸⁹¹ GOODE, Erich; BEN-YEHUDA, Nachman. *Moral panics: the social construction of deviance*. Malden: Blackwell, 1994. p. 39.

caráter volátil dos dois pânicos morais empreendidos nos dois períodos. Após uma intensa cobertura dos fatos e suas repercussões, um mês após a ocorrência dos fatos já eram raras as referências a eles. Da mesma maneira no Parlamento: se os três primeiros meses foram caracterizados por um enorme número de proposições e movimentações nas comissões, nenhum dos projetos chegou a se transformar em lei, ficando todos eles parados até serem arquivados em 2009.

Evidentemente, o pânico em torno do ato infracional se encontra latente e a todo o momento parece que irá emergir. Além disso, os sucessivos pânicos nesse tema auxiliam sobremaneira na produção de longo prazo de uma representação dos adolescentes das periferias como ameaças. Diante dessa percepção, muitas das violências diárias cometidas contra esses grupos sociais parecem legitimados, não se tornando elas próprias motivos para a criação de pânicos morais.

O debate passa a se centrar, então, em uma dupla interpretação que pode ser feita da análise de Cohen sobre os pânicos morais: são eles produto da construção de uma elite para satisfazer os seus próprios interesses, ou estão implicados nas raízes culturais de uma sociedade e seriam, portanto produzidos de baixo para cima?⁸⁹² A primeira posição, que traz uma leitura gramsciana do fenômeno, foi intitulada por Goode e Ben-Yehuda como *elite engineered theory*, e foi desenvolvida no trabalho de Hall *et. al.*, *Policing the crisis*. Já a segunda, chamada de *grassroots theory* parte de uma perspectiva voltada ao realismo criminológico, segundo o qual o pânico moral seria decorrente da vivência das pessoas em determinado tempo e lugar⁸⁹³. Jock Young, representante dessa segunda corrente, não nega os pânicos morais, mas entende que eles não surgem desprendidos dos referentes morais de uma determinada sociedade.

Você não pode ter um pânico moral a menos que haja algo lá fora em relação ao qual moralmente entrar em pânico, embora possa não ser o objeto real de medo, mas um deslocamento de outro medo ou, mais frequentemente, uma mistificação da verdadeira ameaça do objeto real de temor. O tema do pânico é, então, uma transposição do medo – a completa desproporcionalidade e excesso de linguagem, a malícia do estereótipo significa que algo diverso do relato direto está acontecendo⁸⁹⁴.

⁸⁹² HUNT, Arnold. 'Moral Panic' and moral language in the media. *British Journal of Sociology*, n. 48, issue n. 4. December 1997, p. 629-648. p. 637.

⁸⁹³ GOODE, Erich; BEN-YEHUDA, Nachman. *Moral panics: the social construction of deviance*. Malden: Blackwell, 1994.

⁸⁹⁴ YOUNG, Jock. Moral panics, Margate and Mary Poppins: Mysterious happenings in south coast seaside towns. *Crime, media, culture*. Vol 1(1): 100–105, SAGE Publications, London, Thousand Oaks, CA and New Delhi. p. 102. Tradução livre do original em inglês: "You cannot have a moral panic unless there is something out there morally to panic about, although it may not be the actual

No caso da primeira percepção, o papel dos empreendedores morais e da mídia na produção do pânico é mais central, partindo tanto da perspectiva da formação da base cognitiva em relação à qual as pessoas significam a realidade, quanto da provocação, em determinados momentos, de situações de histeria coletiva.

3.1.1 Os empreendedores morais e os claims makers

O papel dos empreendedores morais na produção dos pânicos morais é fundamental. Esse conceito foi tomado emprestado de Becker e é destinado a caracterizar aqueles grupos, pessoas ou instituições que buscam a imposição de determinadas regras morais que se encontram latentes em uma sociedade. Essa imposição, em primeiro lugar, só ocorre quando algo a provoca, sendo, portanto, um ato empreendedor, quando, em segundo lugar, as pessoas que querem que a regra seja imposta chamam a atenção dos outros sobre a infração⁸⁹⁵. Em terceiro lugar, esse chamado, por parte dos empreendedores morais – em referência ao fato de impulsionarem a criação de um novo fragmento da constituição moral da sociedade, seu código do bom e do mau –, ocorre quando identificada alguma vantagem nesse ato⁸⁹⁶.

Sempre que se criem e apliquem regras, deveremos esperar encontrar gente que busca lograr o apoio de grupos similares e que usa os meios de comunicação disponíveis para desenvolver um clima de opinião pública favorável a seus fins. Quando não conseguem esse apoio, poderemos esperar que sua iniciativa fracasse. E, sempre que se criem e apliquem regras, pensamos que o processo de imposição estará moldado pela complexidade da organização, sobre a base de entendimentos compartilhados entre grupos mais simples, sendo o resultado de manobras

object of fear but a displacement of another fear or, more frequently, a mystification of the true threat of the actual object of dismay. The text of panic is, therefore, a transposition of fear – the very disproportionality and excess of the language, the venom of the stereotype signifies that something other than direct reporting is up”.

⁸⁹⁵ BECKER, Howard. *Outsiders: Studies in the sociology of deviance*. New York: The Free Press, 1996. p. 122.

⁸⁹⁶ BECKER, Howard. *Outsiders: Studies in the sociology of deviance*. New York: The Free Press, 1996. p. 122.

políticas e de transações dentro de estruturas mais complexas⁸⁹⁷.

Os empreendedores morais de que fala Becker são, portanto, aquelas pessoas que tomam a iniciativa, empreendem a criação de regras ou então a aplicação destas. Os criadores de regras, primeira classe de empreendedores morais, são chamados de *crusading reformers*, ou “cruzados reformadores”, entendidos nesse sentido religioso porque consideram sagrada sua missão de criar regras. O exemplo clássico é do proibicionista (no contexto da lei seca norte-americana), bem como daqueles que querem acabar com os vícios e com o jogo. Por mais que se trate de uma tentativa de imposição dos próprios valores sobre os outros, muitos casos de cruzados reformadores têm o intuito de, com a criação de regras, beneficiar os setores mais defasados da população, normalmente empreendidos por níveis superiores da estrutura social com intuito humanitário⁸⁹⁸. Isso não significa que as classes mais baixas da população que seriam em tese beneficiadas concordam com essas imposições de valores. Além disso, nem todos os apoiadores dessas novas regras possuem os mesmos motivos do cruzado: normalmente os apoiadores encontram vantagens, como, por exemplo, o apoio do setor industriário à abolição da escravidão nos Estados Unidos⁸⁹⁹. Porém, ao cruzado moral interessam mais os fins do que os meios e, portanto, todos os auxílios são bem-vindos. Aí ingressam as autoridades acadêmicas, técnicas e científicas para o projeto, como os advogados, por exemplo, na elaboração de um projeto de lei.

Na questão da repressão aos adolescentes, seja ela através da redução da maioria penal ou do aumento do prazo de internação não são poucos os empreendedores morais participantes. A começar por alguns setores da política citados anteriormente, passando por movimentos de vítimas e familiares de vítimas

⁸⁹⁷ BECKER, Howard. *Outsiders: Studies in the sociology of deviance*. New York: The Free Press, 1996. p. 145-146. Tradução livre do original em inglês: “Wherever rules are created and applied, we should be alive to the possible presence of an enterprising individual or group. Their activities can properly be called *moral* enterprise, for what they are enterprising about is the creation of a new fragment of the moral constitution of society, its code of right and wrong. Wherever rules are created and applied we should expect to find people attempting to enlist the support of coordinate groups and using the available media of communication to develop a favorable climate of opinion. Where they do not develop such support, we may expect to find their enterprise unsuccessful. And, wherever rules are created and applied, we expect that the processes of enforcement will be shaped by the complexity of the organization, resting on a basis of shared understandings in simpler groups and resulting from political maneuvering and bargaining in complex structures”.

⁸⁹⁸ BECKER, Howard. *Outsiders: Studies in the sociology of deviance*. New York: The Free Press, 1996. p. 149.

⁸⁹⁹ BECKER, Howard. *Outsiders: Studies in the sociology of deviance*. New York: The Free Press, 1996. p. 149.

da violência junto de oportunistas âncoras de programas de televisão sensacionalistas, chegando aos editoriais de respeitados jornais, a mobilização em torno da criação de regras é considerável.

Seguindo na mesma linha sociológica construcionista, Spector e Kitsuse, ao abordarem o tema dos problemas sociais, buscaram demonstrar que eles não são um tipo de condição, mas sim um tipo de atividade, chamada por eles de *claims-making activity*. Nessa atividade, os valores são elementos importantes: “eles são recursos linguísticos que os participantes usam para articular suas reivindicações, ou persuadir outros a legitimá-las”⁹⁰⁰. Nesse sentido, é fundamental para o conceito de problemas sociais a atividade de produzir reivindicações ou demandas por mudanças. Por isso, todos aqueles que se envolvem em atividades desse tipo participam no processo de definição dos problemas sociais. Alguns exemplos são grupos de protesto, cruzados morais, agências a quem as demandas são dirigidas, membros da mídia que publicizam e disseminam notícias sobre essas atividades, assim como participam delas, comissões de inquérito, corpos legislativos, agências administrativas, membro de profissões, e algumas vezes cientistas sociais⁹⁰¹.

Os *claims-makers* aparecem na posição de definição do problema: no caso Liana e Felipe, por exemplo, a primeira referência à redução da maioria penal na Folha foi do pai de Liana. O problema foi definido, então, como a punição aos adolescentes violentos, quando poderia ter tomado outros enquadramentos. O pânico moral construído em 2007 (e em 2013) em torno de outro caso criminal talvez não tivesse existido não fosse pela definição realizada em 2003.

A partir disso, chega-se à ponderação realizada por Beckett: o mero acesso à mídia não significa necessariamente o sucesso da atividade de *claims-making*. “A capacidade das elites de mobilizar a opinião pública depende das suas habilidades para selecionar símbolos e retóricas que irão ressoar com ‘mitos’ profundamente enraizados e fazer sentido da experiência vivida”⁹⁰². Daí a importância do reforço da imagem do jovem da periferia como potencial criminoso, assim como dos casos criminais a produzirem símbolos para o empreendimento moral.

⁹⁰⁰ SPECTOR, Malcom; KITSUSE, John I. *Constructing social problems*. New Jersey, 2001. p. 74.

⁹⁰¹ SPECTOR, Malcom; KITSUSE, John I. *Constructing social problems*. New Jersey, 2001. p. 79.

⁹⁰² BECKETT, Katherine. *Making crime pay*. Oxford/New York: Oxford University Press, 1997. p. 7. Tradução livre do original em inglês: “The capacity of elites to mobilize public opinion depends upon their ability to select symbols and rhetoric that will resonate with deep-seated ‘myths’ and make sense of lived experience”. p. 7.

3.1.2 Demônios midiaticizados

Como se percebe, a essa altura os autores pouco espaço conferem à importância da mídia na construção dos problemas sociais diminuindo seu impacto ao afirmarem ser ela mera transmissora das demandas dos demais grupos⁹⁰³. De fato, porém, o atual engajamento da mídia na produção dos pânicos morais é central, seja pelos interesses escusos que costumam repousar por detrás dos veículos de comunicação, seja pelo processo de seleção e enquadramento das notícias⁹⁰⁴.

As notícias são a principal fonte de informação sobre os contornos normativos de uma sociedade. Por isso, não é difícil concluir que os meios de comunicação de massa constituem uma importante agência de controle social.

Eles informam sobre o certo e o errado, sobre as fronteiras para além das quais não se deve aventurar, e sobre as formas que o demônio pode assumir. A galeria de tipos folclóricos – heróis e santos, assim como tolos, vilões e demônios – é publicizada não apenas na tradição oral e no contato face a face, mas para audiências muito maiores e com recursos dramáticos muito mais grandiosos⁹⁰⁵.

A partir da construção realizada de uma determinada percepção sobre o problema, bem como de uma amplificação dos fatos que é seletivamente orientada, os meios de comunicação acabam conduzindo a reação social a alguns fatos e não a outros. Como nota Barata, “a visibilidade que oferecem os meios de comunicação pode ser qualificada de alarmista, distorcida e, ainda que efêmera, dotada de uma poderosa capacidade para reforçar entre os cidadãos esquemas simbólicos sobre a

⁹⁰³ CRITCHER, Chas. *Moral panics and the media*. Maidenhead: Open University, 2003.

⁹⁰⁴ O trabalho de Mark Fishman deixa isso bem claro. Em seu estudo etnográfico sobre a rotina de uma televisão nova iorquina da década de 1970, o autor pode observar um caso de pânico moral criado inteiramente pelo foco midiático conferido a um tipo de crime: os que vitimizavam idosos. Apesar de estatisticamente não ter havido qualquer mudança no número de ocorrências de crimes contra idosos, a decisão editorial do jornal de falar sobre eles prioritariamente gerou a sensação de que estava acontecendo uma onda de crimes contra esse grupo social. Em função dessa seleção realizada pela rede de televisão em questão, várias consequências políticas e sociais sobrevieram: “O clamor público contra esses crimes foi quase imediato. O prefeito de Nova York prometeu tornar as ruas seguras para os idosos. Ele denunciou o sistema de justiça juvenil e alocou policiais em uma esquadrão da polícia especial focando a vitimização idosos (a *Senior Citizens Robbery Unit*). Projetos de lei foram introduzidos no Legislativo estadual para aumentar a punição para menores infratores violentos. Reuniões comunitárias foram realizadas sobre o problema. Meses depois, uma pesquisa de âmbito nacional mostrou que o medo deste novo tipo de crime havia se generalizado”. FISHMAN, Mark. *Manufacturing the news*. Austin: Paperback, 1988. p. 5.

⁹⁰⁵ COHEN, Stanley. *Folk devils and moral panics*. 3 ed. London and New York: Routledge, 2002. p. 11. “It informs us about right and wrong, about the boundaries beyond which one should not venture and about the shapes that the devil can assume. The gallery of folk types – heroes and saints, as well as fools, villains and devils – is publicized not just in oral tradition and face-to-face contact but to much larger audiences and with much greater dramatic resources”.

ordem e a moralidade”⁹⁰⁶. Diferentemente de outros campos do conhecimento, como a física ou a economia, nos quais se estabeleceu um grau de monopólio sobre o direito de fala autorizada, a criminologia compete com visões intuitivas, ‘instintivas’, de senso comum sobre o crime e a criminalidade, sendo elas “[...] ainda mais persuasivas para muitos – incluindo muitos em posições de poder e autoridade – do que os resultados de pesquisas empíricas cuidadosamente executadas”⁹⁰⁷.

Zaffaroni chama esse saber paralelo sobre o crime que é tanto seletivo quanto sensacional de *criminologia midiática*. Como criminologia paralela, as criminologias midiáticas sempre existiram, apelando para uma causalidade mágica, usada para canalizar a vingança contra determinados grupos humanos⁹⁰⁸. A diferença entre a atual e aquela medieval calcada na caça às bruxas é a tecnologia: a atual se chama punitivismo e sua tecnologia é televisiva. Em relação ao número aterrador de jovens mortos pela polícia, Zaffaroni nota que

A criminologia midiática *naturaliza* essas mortes, pois todos os efeitos letais do sistema penal são para ela um produto *natural* (inevitável) da *violência própria deles*, chegando ao encobrimento máximo nos casos de execuções sem processo disfarçadas de mortes em *enfrentamentos*, apresentadas como episódios da *guerra contra o crime*, em que se mostra o cadáver do fuzilado como sinal de eficácia preventiva, como o soldado inimigo morto na guerra⁹⁰⁹.

Desse modo, a percepção geral sobre o papel dos meios de comunicação na produção de pânicos morais parece ser o fato de eles formarem o status e a saliência que diferentes problemas assumem para o público⁹¹⁰.

Em essência, embora a mídia não possa determinar o que as pessoas pensam, ela pode fazer com que seus medos gravitem em torno das coisas equivocadas. É por essa razão que os pânicos morais podem

⁹⁰⁶ BARATA, Francesc. Los *mass media* y la cultura del miedo. *Panoptico*, Barcelona, n. 6, 2º semestre de 2003, p. 11-23. Tradução livre do original em espanhol: “Podemos decir que la visibilidad que ofrecen los medios de comunicación puede calificarse de alarmista, sesgada e, aunque efímera, dotada de una poderosa capacidad para reforzar entre la ciudadanía esquemas simbólicos sobre el orden y la moralidad. Las noticias criminales representan un tipo de orden que ordena la moralidad; es decir, dicen qué y quién es correcto, a la vez que proporcionan un sentido de la justicia”.

⁹⁰⁷ GARLAND, David. Of crimes and criminals: the development of criminology in Britain. In: MAGUIRE, Mike; MORGAN, Rod; REINER, Robert (eds.). *The Oxford Handbook of Criminology*. 3rd ed. Oxford: Oxford, 2002. p. 7-50. p. 19. Tradução livre do original em inglês: “[...] still more persuasive to many - including many in positions of power and authority - than are the results of carefully executed empirical research”.

⁹⁰⁸ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *A palavra dos mortos: conferências de criminologia cautelar*. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 303.

⁹⁰⁹ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *A palavra dos mortos: conferências de criminologia cautelar*. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 311.

⁹¹⁰ INNES, Martin. A short history of the idea of moral panic. *Crime, media, culture*. 2005, Vol 1(1): 106–111., SAGE Publications, London, Thousand Oaks, CA and New Delhi. P. 109.

frequentemente tomar a aparência de uma forma de histeria coletiva e uma característica da histeria é que o estímulo errado é escolhido como o foco da preocupação⁹¹¹.

Os veículos midiáticos não costumam apresentar informações complexas ou ambíguas, de maneira que uma simplificação é necessária, bem como uma sensibilização do público. Para tanto, muitas vezes a mídia exagera determinadas situações mais com o objetivo de simplificar a complexidade do fenômeno do que de amplificar⁹¹². O resultado, porém, é a saliência de histórias que acabam sensibilizando as pessoas a outras histórias semelhantes. Isso provoca a sensação de que se está diante de uma sucessão de casos semelhantes e então está pronto o terreno para a construção de um pânico moral, como no caso da criminalidade juvenil⁹¹³.

3.2 “*The world outside and the pictures in our heads*”: mídia e agendamento da política

A seminal obra de Walter Lippman sobre a opinião pública, datada de 1922, inaugurou a percepção sobre os efeitos da mídia que seria retomada na *communication research* somente no final da década de 1960. Segundo o autor, a opinião pública não reage a uma realidade dada, mas a uma imagem construída sobre essa realidade. Os meios de comunicação de massas, então centrados na imprensa e no rádio, seriam os construtores dessas imagens, constituindo-se em

⁹¹¹ INNES, Martin. A short history of the idea of moral panic. *Crime, media, culture*. 2005, Vol 1(1): 106–111., SAGE Publications, London, Thousand Oaks, CA and New Delhi. P. 109. Tradução livre do original em inglês: “In essence, although media may not determine what people think, it may cause their worries to gravitate around the wrong things. It is for this reason that moral panics can often take on the appearance of a form of collective hysteria and characteristic of hysteria is that the wrong stimulus is chosen as the focus of concern”.

⁹¹² INNES, Martin. A short history of the idea of moral panic. *Crime, media, culture*. 2005, Vol 1(1): 106–111., SAGE Publications, London, Thousand Oaks, CA and New Delhi. P. 108.

⁹¹³ Um exemplo interessante é a análise de Maneri sobre a criminalidade dos imigrantes na Itália. Em seu estudo, o autor aponta a excessiva atenção conferida pelos meios de comunicação de massa a crimes cometidos pelos imigrantes na Itália, apresentando uma realidade construída sob a imagem de que a maior parte dos imigrantes comete crimes, e que a maior parte dos que cometem crimes são imigrantes. A partir de alguns casos dramáticos envolvendo estrangeiros no país, os meios de comunicação de massas passaram a expor mais as notícias que envolvem esse grupo social, obscurecendo a grande quantidade de crimes cometidos por italianos. Ondas de criminalidade estrangeira vêm sendo noticiadas diariamente, representando, porém, não o aumento do número de crimes cometidos por estrangeiros, mas um maior foco dos meios de comunicação nesse grupo de crimes e pessoas. A partir daí, os *folk devils* são definidos, e encontra-se uma série de ações sociais e medidas políticas tomadas no intuito de persegui-los e controlá-los, bem como um aumento no número de deportações e mesmo de medidas que tornam ainda mais precária a sua estada no país. Assim se produz uma “onda de criminalidade”. MANERI, Marcello. Il panico morale come dispositivo di trasformazione dell'insicurezza. *Rassegna italiana di sociologia*, anno XLII, n. 1, gennaio-marzo 2001. p. 5-40.

janelas abertas para um mundo vasto com o qual a maior parte das pessoas não poderia ter contato direto⁹¹⁴.

Seguindo a ótica de Lippman, nota-se que quando se trata de abordar os efeitos das mensagens transmitidas pelos meios de comunicação, deve-se ter o cuidado de evitar qualquer tipo de determinismo que implique na subtração da liberdade humana ou das mediações que estão envolvidas no processo de recepção das mensagens. Afinal, desde meados do século passado, as pesquisas funcionalistas norte-americanas mostraram os diferentes graus de influência da mídia em decorrência das características gerais e individuais do público a que se destina⁹¹⁵. A mudança de paradigma efetuada pelas teorias da notícia como construção social, influenciadas pelo interacionismo simbólico e pela etnometodologia, por seu turno, fez com que se passasse a tratar a problemática dos efeitos a partir de uma perspectiva de longo prazo. Os meios de comunicação, pelo espaço privilegiado de acesso à vida cotidiana das pessoas, podem influenciar na dimensão cognitiva a respeito da realidade, mas não é possível comprovar que eles exerçam efeitos de curto prazo no comportamento das pessoas após a recepção da informação⁹¹⁶.

Ao mesmo tempo, não podem ser desprezados os efeitos estruturais de manutenção do *status quo* em decorrência da maneira como a realidade é representada, e nem mesmo os interesses econômicos e políticos nisso envolvidos, como quiseram apontar os teóricos da Escola de Frankfurt. Essa influência na dimensão cognitiva, na formação de um *common ground*, para usar o termo de Van Dijk, é muito difícil de se aferir⁹¹⁷. É possível, por exemplo, através da análise de conteúdo ou de discurso de jornais identificar quais são as representações sociais

⁹¹⁴ LIPPMAN, Walter. *Public Opinion*. New York: Macmillan, 1922.

⁹¹⁵ WOLF, Mauro. *Teorie delle comunicazioni di massa*. 22 ed. Milano: Bompiani, 2006.

⁹¹⁶ Essa mudança de paradigma na sociologia e na comunicação social não será tratada a fundo nessa oportunidade, ressaltando-se apenas que em outros campos do conhecimento, em especial na área da psicologia de vertente cognitivo-comportamental, os efeitos das mensagens midiáticas de curto prazo no comportamento das pessoas, especialmente das crianças, vem sendo objeto de numerosos estudos na atualidade, usando técnicas de laboratório, o que é questionado a partir das teorias da construção social da realidade e da criminologia crítica em trabalho anteriormente publicado. BUDÓ, Marília De Nardin. De fator criminógeno a fator simbólico na construção social da criminalidade: os estudos interdisciplinares sobre mídia, violência e crime. In: *Criminologia e sistemas jurídico-penais contemporâneos*: Anais do II Congresso Internacional de Ciências Criminais. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2011. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/cienciascriminais/edicao2/> Marília_Budo.pdf> Acesso em: 15 mai. 2013.

⁹¹⁷ van DIJK, Teun A. Principles of critical discourse analysis, London, *Discourse & Society*, vol. 4(2), 1993. p. 249-283.

transmitidas sobre algo ou alguém, porém, a ligação entre essas representações e a forma como as pessoas as internalizarão é algo difícil, se não impossível de ser aferido.

Apesar de se conhecer a importância da mídia na sociedade atual, no campo da ciência política este tema é ainda um tabu. As teorias sobre o comportamento legislativo têm em comum o fato de serem endógenas: ele é explicado através do indivíduo, das comissões ou dos partidos, sempre segundo uma perspectiva racional, a qual indica que cada tomada de posição no parlamento é calculada individualmente por cada “jogador”, no intuito de tirar o maior proveito de cada situação. A questão que se coloca é se, de fato, as decisões tomadas no legislativo são sempre ligadas à política interna do parlamento, ou se é possível buscar influências fora dessas instituições, e mesmo para além do indivíduo.

Alguns autores dentro da própria área da ciência política vêm questionando os pressupostos dessa perspectiva racionalista e individualista, pois ela desconsidera o papel da inserção de cada parlamentar em sociedade, ou seja, as implicações coletivas de cada decisão. Além disso, por mais que se possa admitir a busca racional por ganhos de capital político, deve-se notar que, para tanto, os parlamentares precisam de informação. Diante dessa afirmação, a questão sobre qual é a principal fonte de informação dos parlamentares pode trazer indicativos essenciais para a compreensão de seu comportamento. É nesse sentido que a investigação sobre a importância dos meios de comunicação no Poder Legislativo brasileiro pode ser de importante valor.

Nas relações entre mídia e política, o campo da ciência política vem se debruçando já há algum tempo sobre duas principais linhas de pesquisas: o papel da comunicação no processo de campanha eleitoral e os escândalos políticos. Porém, no que tange ao processo decisório interno ao Legislativo, são poucos ainda os trabalhos elaborados nessa área do conhecimento. Figuram como exceções os trabalhos desenvolvidos na Universidade de Brasília, sob orientação do professor Luís Felipe Miguel. Miguel constata que “Os meios de comunicação de massa ficam (quase) invariavelmente de fora. Ou então são vistos como meros transmissores dos discursos dos agentes e das informações sobre a realidade, neutros e portanto negligenciáveis”⁹¹⁸.

⁹¹⁸ MIGUEL, Luís Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova*, nº 55-56, 2002, p. 155-184. p. 156

Não é possível hoje estudar a política sem considerar os meios de comunicação de massa, em seus mais diferentes aspectos, e de maneira crítica, ou seja, considerando-o como um campo no qual intervêm pontos de vista, e não a realidade. Para Miguel, na esteira de Bourdieu, a influência mais evidente dos meios de comunicação sobre o campo político está na formação do capital político. O capital político pode advir da ocupação de cargos importantes no curso do mandato de um parlamentar, ou ainda de sua visibilidade provinda de um campo diverso. Este é o caso dos numerosos radialistas e outras figuras célebres que, por sua visibilidade, adquirem um capital simbólico que permite a sua conversão em votações recordes. Apesar dessa constatação, para o autor a mídia não possui o monopólio da produção ou distribuição do capital simbólico, já que por vezes até mesmo o campo político cuida de desvalorizar simbolicamente os tipos de notoriedade associados aos meios de comunicação de massa⁹¹⁹.

Outro ponto de significativa influência dos meios de comunicação é na formulação das preocupações públicas, ou seja, no estabelecimento da agenda, na medida em que criam para os políticos a obrigação de responder às questões mais expostas nos diferentes veículos. Questões essas que não são expostas de maneira neutra, mas a partir de um processo de seleção e enquadramento que muitas vezes não são fortuitos. Em função desse papel de agendamento, muitas vezes os políticos, ou mesmo outros grupos sociais que têm a intenção de agendar determinada questão, fazem uso de manifestações com o intuito de atrair a atenção dos meios de comunicação de massa.

Os estudos sobre a relação entre mídia e Legislativo trazem pesquisas empíricas, geralmente segundo métodos quantitativos, em especial sobre os discursos em plenário realizados pelos parlamentares. Um desses estudos busca especificamente “observar se, de fato, pode-se perceber que a ação midiática através de seus produtos de informação, tem algum papel na estrutura da ação política”⁹²⁰. Para tanto, a autora analisou 1500 discursos de parlamentares na Câmara dos Deputados, em 30 sessões, de 1999 a 2006. Compreendendo cada uma das falas como uma unidade discursiva, Máximo busca nos textos a menção à mídia em geral ou a algum veículo de comunicação em particular, criando, para a

⁹¹⁹ MIGUEL, Luís Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova*, nº 55-56, 2002, p. 155-184.

⁹²⁰ MIGUEL, Luís Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova*, nº 55-56, 2002, p. 155-184.

análise das menções, categorias e subcategorias. Em suas conclusões explica que foi possível detectar a influência da ação midiática na ação política de diferentes maneiras e segundo algumas variáveis. Nos dados gerais, 40,5% dos discursos apresentaram menção expressa à mídia.

Um dos vários cruzamentos de dados realizados pela autora foi a menção à mídia em relação ao tema do discurso. De todos os temas relacionados pela autora, aqueles relacionados com a esfera penal foram os que tiveram a frequência de menções mais significativas: corrupção, sonegação de impostos e crimes contra a ordem econômica (67,8%); violência e segurança pública (54,6%) e propriedade intelectual, pirataria, biopirataria e assemelhados (66,7%). Essa correlação entre esfera penal e menções não foi realizada pela autora, sendo que em suas conclusões dessa análise temática aponta para a constância nas menções nas diferentes áreas, já que a sua classificação foi a dada pela ciência política americana (*hard politics*, *middle politics*, *soft politics*, temas dispersos e questões irrelevantes)⁹²¹. Sua conclusão aponta para a necessidade de a ciência política considerar que o comportamento dos legisladores não está fechado no campo político de maneira estanque: sua vida social faz com que existam motivações para além de intenções puramente institucionais.

Na tese de doutorado de Gazoto, o autor não tem como foco a questão da mídia, mas sim a identificação da política criminal desenvolvida no Brasil a partir de 1940, buscando compreender o sentido da expansão da repressão penal no país. Como metodologia, o autor realiza a análise de todas as exposições de motivos das leis modificativas do Código Penal desde 1940, ano da publicação do atual Código Penal, até o ano de 2009. Analisa ainda todos os projetos de lei que buscavam a alteração de dispositivos do Código Penal entre 2007 e 2009. Como resultados da pesquisa, o autor identificou que a argumentação contida nas diferentes exposições de motivos das leis repete-se no argumento da necessidade de repressão justificada pela superveniência da gravidade de um fato específico, além de entender a pena como meio dissuasório e preventivo. Ainda, o apelo emocional, retórico, muitas vezes com menção a informações retiradas de jornais. Tanto no Senado Federal quanto na Câmara dos Deputados a mesma tendência foi encontrada, assim como em todos os principais partidos políticos. Por fim, conclui que “o Poder Legislativo

⁹²¹ MIGUEL, Luís Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova*, nº 55-56, 2002, p. 155-184.

brasileiro contemporâneo muitas vezes fundamenta o maior rigor penal nas representações sociais, na opinião pública e conteúdos apropriados pela mídia como indicativas da necessidade da repressão penal”⁹²².

O fato é que o legislador é parte da sociedade e, evidentemente, tomará suas decisões baseado em representações sociais, até mesmo porque parte delas é compartilhada socialmente. A questão que aparece, então, é a de identificar de que maneira a mídia influencia na tomada de decisões políticas. Para buscar alternativas para a pesquisa empírica fora do determinismo normalmente envolvido nas pesquisas sobre a problemática dos efeitos, um importante campo das pesquisas em comunicação social, desenvolvido no final da década de 1960, modificou os pontos de partida dos pesquisadores. A teoria denominada *agenda-setting*, elaborada a partir de pesquisas empíricas sobre a mídia e as eleições, realizadas por McCombs e Shaw nos Estados Unidos, veio afirmar que os meios de comunicação de massa não conseguem produzir efeitos diretos no sentido de determinar como as pessoas irão pensar e agir, mas sim os assuntos sobre os quais elas o farão. “As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo”⁹²³. Esse processo diz respeito também à forma como os temas serão conhecidos, dentro de quadros ou *frames*, ou seja, categorias, esquemas de conhecimentos, quadros interpretativos aplicados a partir dos processos de produção da informação para dar sentido ao que se informa. Sendo assim, “não se trata tanto de ser persuadido pelo que dizem os meios quanto de crer que aquele assunto tem a importância que se lhes atribui”⁹²⁴.

Assim, os impactos sobre os destinatários da informação se dão em dois níveis, como mostra Wolf, “a. a ‘ordem do dia’ dos temas, assuntos e problemas presentes na agenda dos *mass media*; b. a hierarquia de importância e de prioridade segundo a qual esses elementos estão dispostos na ‘ordem do dia’”⁹²⁵. As fases seguidas para a construção da agenda seriam a focalização, quando a mídia dá

⁹²² GAZOTO, Luís Wanderley. *Justificativas do Congresso Nacional brasileiro ao rigor penal legislativo: o estabelecimento do populismo penal no Brasil contemporâneo*. Tese (doutorado). Programa de pós-graduação em Sociologia. Universidade de Brasília. Brasília, 2010.

⁹²³ WOLF, Mauro. *Teorie delle comunicazioni di massa*. 22 ed. Milano: Bompiani, 2006. p. 140.

⁹²⁴ GOMIS, Lorenzo. *Teoría del periodismo: Cómo se forma el presente*. Barcelona/Buenos Aires/México: Paidós, 1997. p. 157. Tradução livre do original em espanhol: “no se trata tanto de ser persuadido por lo que dicen los medios cuanto de creer que aquel asunto tiene la importancia que se le atribuye”

⁹²⁵ WOLF, Mauro. *Teorie delle comunicazioni di massa*. 22 ed. Milano: Bompiani, 2006. p. 142.

relevo a determinado acontecimento; o *framing*⁹²⁶, quando é dado enquadramento ao acontecimento, a partir do problema que simboliza; uma terceira fase onde o acontecimento é relacionado a um sistema simbólico para que torne parte de um panorama reconhecido; e a fase de personificação do tema por porta-vozes⁹²⁷.

A partir da hipótese do *agenda-setting*, as relações entre mídia, crime e audiência se estabelecem a partir do agendamento prioritário do tema do crime em algumas épocas e não em outras; sobre alguns tipos de crimes, e não de outros; a respeito de alguns tipos de propostas e não de outras. Ao mesmo tempo em que agenda um tema, a mídia obscurece outros. Nesse sentido, essa perspectiva reafirma os efeitos limitados das mensagens transmitidas pelos meios de comunicação de massa⁹²⁸.

A partir dos resultados produzidos por McCombs e Shaw, na área da Comunicação Social, vários cientistas políticos se empenharam a estudar especificamente os efeitos da mídia na formação da agenda política. São vários os tipos de estudos e conclusões partindo da pergunta: a mídia determina ou codetermina a agenda política?

Para Walgrave, os resultados dessas pesquisas são contraditórios. Nos resultados de sua pesquisa, desenvolvida na Bélgica sobre o poder de influência da mídia na agenda política, Walgrave *et. al.*, analisando os jornais e a atividade política nos anos 1990, concluem que existe uma variação sistemática nos efeitos da mídia. Os jornais impressos exercem maior influência do que a televisão; o parlamento é mais propenso a seguir a mídia do que o governo em algumas questões, como, por exemplo, nos temas “lei e ordem” e “meio ambiente”⁹²⁹.

Alguns exemplos de estudos a respeito da influência da mídia na produção da

⁹²⁶ SCHEUFELE, D. A. Framing as a theory of media effects, *Journal of Communication*, v. 49, n. 1. p. 101-120, 1999.

⁹²⁷ McCOMBS, M.; REYNOLDS, A. News Influence on our pictures of the world. In: BRYANT, J.; ZILMANN, D. (org.). *Media Effects - Advances in Theory and Research*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 2002. p. 1-18.

⁹²⁸ KOSICKI, Gerald M. Problems and opportunities in agenda-setting research. *Journal of Communication*, Vol. 43, Iss. 2, p. 100-127, 1993. Alguns dos indícios de que os veículos de comunicação estão enfatizando alguns temas em detrimento de outros são as capas, o tamanho das fontes das manchetes, uso de ilustrações e fotografias. No caso da televisão, o destaque ao tema em manchetes, a duração das reportagens dedicadas ao caso etc. Maxwell McCombs. *The Agenda-Setting Role of the Mass Media in the Shaping of Public Opinion*. University of Texas at Austin

⁹²⁹ WALGRAVE, Stefaan; SOROKA, Stuart; NUYTEMANS, Michiel. The Mass Media's Political Agenda-Setting Power: A Longitudinal Analysis of Media, parliament, and Government in Belgium (1993-2000). *Comparative Political Studies*, v. 41, n.6, p. 814-836, 2007.

agenda política foram revisados no texto de Walgrave e Van Aelst⁹³⁰. Os autores notam que os estudiosos dos campos da Comunicação social e da Ciência Política parecem ter percepções diferentes, os primeiros encontrando forte impacto e os segundos impactos limitados. Para eles, o poder de agendamento da política pela mídia é contingente, e depende de muitas circunstâncias.

As variáveis no poder de agendamento da política pela mídia começam pela escolha do meio de comunicação a ser analisado. Os autores referem em seu estudo que o jornal impresso costuma ser mais influente na política do que a televisão. Por isso, estudos baseados na análise de programas de televisão têm mais chances de os resultados indicarem um impacto limitado da mídia na política em relação àqueles que analisem jornais impressos⁹³¹. Da mesma forma, jornais locais têm diferente impacto em relação a jornais nacionais.

Outra variável é o tipo de agenda política que está sendo estudado: no trabalho de Walgrave *et. al.* conclui-se que a agenda ambiental e a “lei e ordem” são aquelas em que parece haver maior influência, ao contrário das agendas sociais. Além disso, o que significa a agenda é outro passo a determinar⁹³².

Na busca da formulação de uma teoria que abarque os vários estudos sobre o efeito de produção da agenda política pela mídia, Walgrave e Van Aelst perceberam que o forte impacto ou o impacto limitado dependem também de a resposta dada pelos políticos ao agendamento da mídia ser simbólico ou substancial⁹³³. Desse modo, aqueles que consideram que a influência da mídia no discurso presidencial, por exemplo, é um efeito de agendamento, costumam encontrar forte impacto da mídia. Por outro lado, aqueles que concluíram com a ideia de que há um impacto limitado costumam definir a agenda política como a produção legislativa ou consequências administrativas concretas.

Porém, apesar de a análise dessas variáveis ser fundamental para a

⁹³⁰ WALGRAVE, Stefaan; VAN AELST, Peter. The contingency of the mass media's political agenda Setting Power: Toward a Preliminary Theory, *Journal of Communication*, n. 56, 2006, p. 88-109.

⁹³¹ WALGRAVE, Stefaan; SOROKA, Stuart; NUYTEMANS, Michiel. The Mass Media's Political Agenda-Setting Power: A Longitudinal Analysis of Media, parliament, and Government in Belgium (1993-2000). *Comparative Political Studies*, v. 41, n.6, p. 814-836, 2007.

⁹³² WALGRAVE, Stefaan; SOROKA, Stuart; NUYTEMANS, Michiel. The Mass Media's Political Agenda-Setting Power: A Longitudinal Analysis of Media, parliament, and Government in Belgium (1993-2000). *Comparative Political Studies*, v. 41, n.6, p. 814-836, 2007.

⁹³³ WALGRAVE, Stefaan; VAN AELST, Peter. The contingency of the mass media's political agenda Setting Power: Toward a Preliminary Theory, *Journal of Communication*, n. 56, 2006, p. 88-109. Tradução livre do original em inglês: “Some studies are focused on symbolic rather than on substantial political agendas, merely reflecting policy changes that are largely rhetorical rather than substantial with tangible regulatory, legislative, or administrative consequences”.

elaboração de uma teoria sobre o agendamento midiático da política, não é possível desconsiderar que os efeitos simbólicos são justamente aqueles que interferem na dimensão cognitiva da construção social da realidade. E essa dimensão é a responsável, por exemplo, pela naturalização das violências institucional e estrutural, e que permitem a sua reprodução ideológica. Daí que não apenas os efeitos concretos de mudanças na legislação podem ser considerados nessa análise: os efeitos simbólicos são tão ou mais importantes do que eles⁹³⁴.

Neste trabalho, foi possível verificar um forte impacto simbólico da mídia no discurso político. Contudo, houve um impacto limitado na tomada de medidas concretas, o que pode ser percebido no GRÁFICO 9, que traz os dados sobre o arquivamento das propostas de aumento do prazo de internação. Da mesma maneira, nenhuma das PECs buscando reduzir a maioria penal vingou no país até os dias atuais, apesar de muitas campanhas nesse sentido, e do populismo penal jogar muito com essa temática.

Esse impacto simbólico pode ser percebido nos discursos em plenário realizados por deputados, bem como as frequentes falas do próprio Presidente da República sobre a redução da maioria penal. O número de projetos de lei propostos no intuito de lidar com a criminalidade juvenil através da punição também cresceu enormemente nos períodos em que estavam em curso os pânico morais antes analisados. O enquadramento prioritário do caso segundo o foco da punição é o que evidencia melhor o agendamento.

A Folha de S. Paulo, como visto, posicionou-se sempre contrariamente à redução da maioria penal. Segundo a teoria do agenda-setting, isso não implica em que essa mensagem será acriticamente recebida pelos leitores, dentre eles os políticos. Mas isso indica – o que pode ser visto nas falas dos políticos no próprio jornal e em plenário – que as pessoas e os políticos falarão, pensarão e se pronunciarão sobre o tema, ainda que para criticar a postura do jornal. Isso implica, também, em que, ao invés de tratar o tema sob outro ângulo temático, os políticos terão a tendência a se manifestar segundo a perspectiva punitiva, contrária ou favoravelmente.

O conteúdo também importa, mas o essencial nessa perspectiva é que as pessoas acreditem que esse é o único ângulo possível, bem como que esse é o

⁹³⁴ Van DIJK, Teun. *Discurso e poder*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 32.

tema mais importante do momento. Por outro lado, no presente caso é interessante observar que no ano de 2003, apesar de declarar que mudanças no ECA seriam mais razoáveis do que na Constituição, a Folha não se manifestou abertamente a favor de qualquer proposta. Também o Parlamento registrou apenas quatro propostas de aumento do prazo de internação no mês de novembro, apesar de os debates sobre a redução da maioria penal terem sido acirrados em um primeiro momento. Já em 2007, quando os dois editoriais analisados anteriormente (cf. 2.3.3.2) trouxeram claramente a proposta de aumento do prazo de internação de dez anos, foram dezoito os projetos de lei buscando essa mudança na lei, ainda que com prazos diferentes desse.

No geral, as propostas trazem com frequência menção à mídia como fonte de informação sobre a realidade⁹³⁵. Um caso, porém, é bastante específico: um dos dezoito projetos de lei propostos em 2007 baseou-se no editorial da Folha para propor o aumento do prazo de internação. O trecho abaixo da justificativa demonstra isso: “A Sociedade também clama por essa mudança, como bem demonstra o editorial do respeitado jornal ‘Folha de S. Paulo’ do último dia 15 de fevereiro”⁹³⁶.

Outras menções à mídia são comuns. Um dos projetos de 2003, traz o trecho: “Os noticiários estão a demonstrar reiteradamente a ocorrência de crimes cometidos por jovens, em que o grau de frieza, premeditação e ousadia suplantam em muito crimes cometidos por adultos”⁹³⁷. Outro trecho, de 2007, menciona a mídia de maneira geral:

Todas essas medidas vem (sic) de encontro ao anseio da sociedade, tendo em vista as terríveis notícias de barbaridades cometidas por adolescentes que se aproveitam da inimizabilidade para cometer crimes. Foi o caso do menino carioca que morreu ao ser arrastado por um carro em assalto por pelo menos quatro quilômetros, para citar notícia mais recente, das inúmeras que tomam contas das capas de jornais de todo o Brasil⁹³⁸.

⁹³⁵ Com o objetivo de observar se, de fato, pode-se perceber que a ação midiática através de seus produtos de informação tem algum papel na estrutura da ação política Máximo analisou 1500 discursos de parlamentares na Câmara dos Deputados, em 30 sessões, de 1999 a 2006. Compreendendo cada uma das falas como uma unidade discursiva, a autora buscou nos textos a menção à mídia em geral ou a algum veículo de comunicação em particular, criando, para a análise das menções, categorias e subcategorias. Em suas conclusões, explica que foi possível detectar a influência da ação midiática na ação política de diferentes maneiras e segundo algumas variáveis. Nos dados gerais, 40,5% dos discursos apresentaram menção expressa à mídia. MÁXIMO, Helena Cristina. *A presença da mídia na ação política: evidências de uma influência discursiva*. Brasília: UNB, 2008. Dissertação (Mestrado), Programa de pós-graduação em ciência política, Universidade de Brasília, 2008.

⁹³⁶ PL 719/2007.

⁹³⁷ PL 904/2003.

⁹³⁸ PL 102/2007.

Assim, por pelo menos duas razões [o fato de a maior parte dos PLs que citam a situação de caos social serem contextualizadas em momentos de crimes de grande repercussão na imprensa; a menção expressa aos noticiários quando da identificação dessa situação] é possível afirmar que as definições sobre a situação de desordem social, de origem do mal e de solução salvadora são muito influenciadas pela agenda midiática.

3.2.1 Mas a lei não mudou: análise da tramitação dos projetos

Na análise da tramitação dos projetos realizada no capítulo 2 da parte I foi apresentado o dado de que, dos 47 projetos de lei infracionalizadores propostos entre 2003 e 2012, 80% já estão arquivados. Como se sabe, tampouco a maioria penal foi reduzida, a despeito das mais de trinta propostas de emenda constitucional propostas desde 1993. A questão a se analisar, então, é o motivo pelo qual essa aparente mudança de curso ocorreu, especialmente se verificado o porquê de quase metade desses projetos ter sido arquivada: a aprovação, em 2009, do projeto de lei 1.627/2007, que veio a instituir o SINASE em 2012.

A lei do SINASE, como visto, fortalece o ECA e os princípios da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento nas medidas socioeducativas, lado aparentemente oposto àquele defendido pelos legisladores que elaboraram os projetos analisados. Tal PL, de iniciativa do Executivo, iniciou sua tramitação em 13 de julho de 2007 na Câmara dos Deputados, em regime de urgência, e lá permaneceu durante aproximadamente dois anos, tendo sido remetido ao Senado Federal em 30 de junho de 2009. É provável que a iniciativa tenha decorrido da campanha midiática realizada desde o início do mesmo ano em favor da redução da maioria penal. Parece curioso observar que justamente no ano da morte de João Hélio, em que o maior número de projetos objetivando aumentar o prazo máximo de internação dos adolescentes autores de ato infracional foram propostos, o projeto do SINASE tenha iniciado sua tramitação na mesma casa, e tenha sido aprovado em detrimento de todas as 18 propostas daquele ano no sentido oposto.

Em razão de que o referido projeto deveria tramitar por mais de três comissões permanentes da casa, decidiu-se criar uma comissão especial para tratar

do PL, nos termos do art. 34, II do RICD. No decorrer do ano de 2008, essa comissão especial, relatada pela então deputada Rita Camata, realizou oito audiências públicas e o parecer favorável veio acompanhado de um substitutivo⁹³⁹. Essa mesma deputada, após defender de maneira intransigente a importância do Sinase e condenar as posturas que utilizam os adolescentes como bodes expiatórios do medo social, em 2010 propôs projeto de lei com a finalidade de aumentar o prazo máximo de internação para cinco anos como alternativa à redução da maioridade penal⁹⁴⁰. Esse projeto foi arquivado em razão da mudança de legislatura, sendo que a referida deputada foi candidata a senadora pelo PSDB do Espírito Santo no mesmo ano e não foi eleita.

Na votação do projeto do Sinase na Câmara verificou-se que mesmo partidos que apresentaram vários projetos no sentido oposto ao Sinase ao longo dos dez anos de análise, votaram em bloco pela sua aprovação. É o caso do DEM, do PP, do PMDB e do PSDB. Individualmente, porém, os deputados Jair Bolsonaro (PP) e Paes de Lira (PTC) votaram contra o projeto. O primeiro, em razão de que, para ele, o PL trazia cotas para bandidos, tirando vagas de outras pessoas⁹⁴¹. O segundo, por entender ser incabível a possibilidade de visita íntima aos adolescentes internados⁹⁴².

A partir dos dados da análise realizada, e do contexto do qual se está tratando, três possíveis respostas, que serão desenvolvidas abaixo, podem ser

⁹³⁹ BRASIL. Câmara dos Deputados. Relatório da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1.627, de 2007, do Poder Executivo, que "dispõe sobre os sistemas de atendimento socioeducativo, regulamenta a execução das medidas destinadas ao adolescente, em razão de ato infracional, altera dispositivos da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências". Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=4121DA79F094EF3266330DC539F82B87.node2?codteor=652051&filename=Tramitacao-PL+1627/2007> Acesso em: 15 jan. 2012.

⁹⁴⁰ PL 7398/2010.

⁹⁴¹ "Sr. Presidente, não posso ser favorável a um projeto que, mesmo de forma indireta, reserva cota para adolescentes infratores, aí incluído quem furta uma barra de chocolate, quem sequestra, quem estupra e quem assassina. Isso aqui reforça o lobby contrário à redução da maioridade penal e estimula a infração, Sr. Presidente". CÂMARA DOS DEPUTADOS. Manifestação do deputado Jair Bolsonaro (PP) na votação do PL 1627/2007. *Diário da Câmara dos Deputados*, 03 jun. 2009, p. 25808.

⁹⁴² "Sr. Presidente, quero declarar o motivo do meu voto desfavorável. Nenhum projeto dessa natureza, que preveja visita íntima a adolescentes, a infratores internados, propiciando a geração de novos filhos em situação de abandono e carência, pode ser bom. E nenhum projeto dessa natureza, que preveja a visita indiscriminada de crianças, adolescentes internados, sem que haja salvaguarda para que essas crianças não convivam no ambiente com os infratores ou transferindo o caso para as penitenciárias, que é a mesma coisa, é uma boa lei. Esta é a razão do meu voto desfavorável, do meu voto contrário ao projeto, que tem muita coisa boa, mas que poderia ser melhor. Muito obrigado pela atenção". CÂMARA DOS DEPUTADOS. Manifestação do deputado Paes de Lira (PTC) na votação do PL 1627/2007. *Diário da Câmara dos Deputados*, 03 jun. 2009, p. 25845.

dadas à questão sobre o motivo pelo qual o SINASE foi aprovado em detrimento dos 22 projetos de aumento do prazo de internação que acabaram arquivados:

a) A primeira provém da volatilidade de que se caracterizam essas propostas, encaminhando a discussão para o fenômeno que, desde a década de 1990, vem sendo chamado de “populismo penal”.

b) A segunda aborda a influência democraticamente produzida por grupos de defesa da criança e do adolescente na Câmara dos Deputados, que pode ser visualizada na existência da Frente Parlamentar de Defesa da Criança e do Adolescente e nas audiências públicas realizadas durante a tramitação dos PLs.

c) A terceira provém mais especificamente do campo da Ciência Política e busca uma resposta nas próprias características institucionais do sistema político brasileiro intitulado “presidencialismo de coalizão”, segundo a qual a maior influência exercida sobre a agenda do Congresso é do Presidente da República.

a) Populismo penal

O dado de que a maior parte dos projetos de lei buscando incrementar a punição de adolescentes autores de ato infracional foram propostos como consequência de períodos de pânico morais auxilia na resposta à questão anteriormente formulada. A volatilidade é uma das características desses processos de construção de inimigos públicos, e os discursos costumam se desvanecer e dar lugar a novos pânico voltados a outras questões moralmente relevantes em determinada época e lugar.

Os estudos produzidos por autores da Criminologia acerca da relação entre políticas penais e mídia nos últimos anos costumam estabelecer a crítica de que a produção legislativa nessa matéria é marcada pelo imediatismo, no afã de apresentar respostas pontuais à opinião pública. Trata-se, em verdade, de uma situação identificada em diferentes países, do Reino Unido à Argentina, do Brasil aos Estados Unidos. Tanto é que autores provenientes das mais diversas partes do mundo ocidental vêm publicando, em especial a partir da década de 1990 a respeito dessas constatações. Na Inglaterra, as respostas legislativas, em um contexto neoliberal, que provocaram sério aumento no encarceramento, foram discutidas por

Anthony Bottoms, sob o conceito de *populist punitiveness*⁹⁴³. Dois anos depois, o termo *penal populism* foi criado por Newburn e então circulou o mundo, sendo usado para descrever o uso do direito penal para estabelecer uma relação de confiança da opinião pública nos governantes, a partir de uma ilusão de segurança⁹⁴⁴. Papel fundamental nesse processo é desempenhado pelos meios de comunicação de massa, os quais, do entretenimento ao jornalismo vêm dando excessiva prioridade a uma determinada representação do crime e privilegiando os espaços de repercussão de discursos punitivistas.

A prisão como pena nunca teve nem sequer buscou uma legitimação democrática: sempre foi sustentada pela elite da população, caracterizada, principalmente por uma concepção clássica e garantidora do direito penal⁹⁴⁵. Na opinião de Pavarini, hoje, porém, vê-se o crescimento de um modo de pensar a pena que se preocupa em atingir simbolicamente a maioria. Tal postura aparentemente é mais democrática, mas certamente é mais populista⁹⁴⁶. Enquanto a noção elitista, permeada pelas justificações iluministas encontra-se em depressão profunda, dado que todos os discursos legitimantes da prisão foram obviamente descumpridos, uma percepção populista não se constrange frente a essa deslegitimação:

Esta nova ideia de penalidade aparece frequentemente grosseira em suas simplificações extremas e geralmente não lhe agrada adornar-se com dissertações acadêmicas. Ela se expressa nos discursos do povo. E lhe fala diretamente ao povo nas palavras dos políticos e, fundamentalmente, através dos meios massivos de comunicação; mas se difunde e termina por articular-se em tópicos que encontram – ou tratam de encontrar – também uma legitimação científica. E obviamente não falta quem se aventure cientificamente nesta empresa. Atualmente se está difundindo uma cultura populista da pena, que coloca, quicá pela primeira vez, a questão de uma penalidade socialmente compartilhada “de baixo”⁹⁴⁷.

⁹⁴³ PRATT, John. *Penal populism*. New York: Routledge, 2007. p. 2.

⁹⁴⁴ PRATT, John. *Penal populism*. New York: Routledge, 2007. p. 2.

⁹⁴⁵ PAVARINI, Massimo. *Un arte abyecto*: Ensayo sobre el gobierno de la penalidad. Buenos Aires: Ad Hoc, 2006.

⁹⁴⁶ PAVARINI, Massimo. *Un arte abyecto*: Ensayo sobre el gobierno de la penalidad. Buenos Aires: Ad Hoc, 2006.

⁹⁴⁷ PAVARINI, Massimo. *Un arte abyecto*: Ensayo sobre el gobierno de la penalidad. Buenos Aires: Ad Hoc, 2006. p. 124. Tradução livre do original em espanhol: “Esta nueva idea de penalidad aparece frecuentemente burda en sus simplificaciones extremas y generalmente no le agrada engalanarse en disertaciones académicas. Ella se expresa en los discursos de la gente. Y le habla directamente a la gente en las palabras de los políticos y, fundamentalmente, a través de los medios masivos de comunicación; pero se difunde y termina por articularse en tópicos que encuentran – o tratan de encontrar – también una legitimación científica. Y obviamente no falta quien se aventure científicamente en esta empresa. Actualmente se está difundiendo una cultura populista de la pena, que plantea, quizás por primera vez, la cuestión de una penalidad socialmente compartida “desde abajo””.

A partir da análise das características dessa penologia “de baixo”, Pavarini mostra que, ao fugir do compromisso com horizontes justificativos de natureza ideológica para privilegiar aproximações tecnocráticas, ela termina por ancorar-se definitivamente em concepções pré-modernas da penalidade⁹⁴⁸. Como qualquer populismo, o populismo penal tomará a forma dos sentimentos e intuições⁹⁴⁹.

Essa legitimação “de baixo” passa a ser, de um lado, uma exigência, e, de outro lado, uma garantia de sua receptividade eleitoral. Os próprios discursos políticos, impregnados de referências aos sentimentos do que pensa “a nossa gente”, “o cidadão de bem”, permitiu, como nota Sozzo, a emergência e sobreposição de um novo tipo de especialidade na construção de estratégias de controle do crime: “o dos ‘especialistas’ em opinião pública transformados em ‘consultores’ e ‘assessores’ dos atores políticos”⁹⁵⁰.

A receptividade do discurso punitivista na sociedade pode ser verificada na audiência de programas de televisão que acompanham prisões, levando a uma transformação da vida em um *reality show*, no qual, assim como na ficção, existem mocinhos e bandidos, aqueles estereotipados como “homens de bem”, estes caracterizados como monstros anormais que representam uma ameaça para a sociedade. É a partir dessa receptividade, medida também por variadas e frequentes pesquisas de opinião sobre temas como a pena de morte, progressão de regime, redução da maioria penal entre outros, que certa parte do discurso político busca afirmar o caráter democrático da adoção de posturas punitivistas⁹⁵¹.

No contexto norte-americano, Beckett busca demonstrar como a tese desse democratismo de opinião é falha. Segundo a autora, parte das tentativas de explicação do aumento da repressão penal nos Estados Unidos é voltada à ideia de que houve um aumento nas taxas de criminalidade, gerando um sentimento de insegurança na população e demandas públicas de combate ao crime. Essa tese é

⁹⁴⁸ PAVARINI, Massimo. *Un arte abyecto*: Ensayo sobre el gobierno de la penalidad. Buenos Aires: Ad Hoc, 2006. p. 125.

⁹⁴⁹ PRATT, John. *Penal populism*. New York: Routledge, 2007. p.12. Tradução livre do original em inglês: “And as with populism itself, penal populism usually takes the form of ‘feelings and intuitions’”.

⁹⁵⁰ SOZZO, Máximo. Populismo punitivo, proyecto normalizador y “prisión-depósito” en Argentina. *Sistema Penal & Violência*, Porto Alegre, v. 1, n.1, p. 33-65, julho-dezembro, 2009. p. 42. Tradução livre do original em espanhol: “[...] el de los “expertos” en opinión pública transformados en “consultores” y “asesores” de los actores políticos”.

⁹⁵¹ Para uma análise crítica da concepção de democracia que está por detrás das pesquisas de opinião sobre esses temas penais, a partir do enfoque do republicanismo e da democracia deliberativa, cf. GARGARELLA, Roberto. Mano dura sobre el castigo. *Autogobierno y comunidad* (II). *Revista Jurídica de la Universidad de Palermo*, año 8, n. 1, septiembre 2007, p. 101-116.

denominada pela autora de “*democracy-at-work*”, justamente pelo caráter aparentemente democrático de que estariam revestidos os discursos e práticas punitivistas. Entretanto, não há como explicitar empiricamente essa relação: as pessoas cujo risco de serem vitimizadas é maior são as que menos demandam dureza contra o crime, sobretudo homens negros das periferias. Além disso, o discurso sobre a dureza contra o crime não proveio da opinião pública, mas de um projeto conservador de reconstrução do Estado: o esforço para substituir o estado social pelo controle social como a principal política de Estado⁹⁵².

Para Beckett, várias são as maneiras pelas quais pode a cobertura midiática influenciar a política: a) a influência pode ser direta, independente do impacto da opinião pública, apenas em função do aumento das notícias sobre determinado problema social; o interesse da mídia por determinados assuntos pode ser usado pelos políticos como meio de garantir sua exposição nos meios de comunicação. Assim, independentemente dos potenciais efeitos na opinião pública, a cobertura midiática pode influenciar o processo de *policy-making* nos níveis local e federal. b) Por mais que não se possa simplesmente afirmar que o discurso midiático causa mudanças na opinião pública, é indubitável que ela é um componente crucial do contexto no qual as opiniões políticas são formadas⁹⁵³.

Nesse sentido, Newburn e Jones explicam, com base em Edelman, que a política, para a maior parte das pessoas, é um desfile de símbolos abstratos⁹⁵⁴. São esses símbolos a parte mais importante da comunicação política, pois saber lidar com eles é a chave do sucesso eleitoral. Na área da justiça criminal, esses símbolos aparecem na forma de valores compartilhados a respeito do crime, do criminoso, da punição e de outras questões como o medo e o pânico. Como observam os autores, nos últimos anos a mensagem simbólica que vem servindo como chave para os políticos é a de “dureza”, constituindo o seu oposto um destino certo de derrota eleitoral⁹⁵⁵.

Tais medidas são instituídas para simbolizarem ações expressivas, catárticas, de maneira a censurar o crime e confortar o público. Sua

⁹⁵² BECKETT, Katherine. *Making crime pay*. Oxford/New York: Oxford University Press, 1997. p. 106.

⁹⁵³ BECKETT, Katherine. *Making crime pay*. Oxford/New York: Oxford University Press, 1997. p. 78.

⁹⁵⁴ NEWBURN, Tim; JONES, Trevor. Symbolic politics and penal populism: The long shadow of Willie Horton. *Crime, media, culture*. 2005, Vol 1(1): 72–87, SAGE Publications, London, Thousand Oaks, CA and New Delhi.

⁹⁵⁵ NEWBURN, Tim; JONES, Trevor. Symbolic politics and penal populism: The long shadow of Willie Horton. *Crime, media, culture*. 2005, Vol 1(1): 72–87, SAGE Publications, London, Thousand Oaks, CA and New Delhi.

capacidade de controlar o crime futuro, conquanto ruidosamente decantada, é frequentemente duvidosa e, em todo caso, menos importante do que sua habilidade imediata de representar o sentimento público, de proporcionar respostas instantâneas, de funcionar como medida retaliadora cuja virtude é sua própria existência. Estas medidas são tipicamente aprovadas no calor da indignação popular em face de crimes violentos marcantes, que envolvem o perturbador e arquetípico confronto entre um criminoso perigoso deficientemente controlado e uma vítima inocente, indefesa, da classe média⁹⁵⁶.

No Brasil, apesar de as proporções serem outras, o fenômeno cada vez se mostra mais palpável. Não são poucos os políticos que se elegeram com pautas de dureza contra o crime, especialmente se considerados aqueles do Poder Legislativo. Apesar de as demandas punitivas serem tradicionalmente pautas da direita, hoje é muito comum que setores da esquerda construam suas propostas em cima de demandas por punição, sobretudo quando as vítimas são os setores mais vulneráveis, leia-se: mulheres, animais, crianças, gays etc. A esquerda punitiva é um exemplo de movimento de política criminal que tem o intuito de inserir as pautas das minorias na agenda da punição estatal, desconsiderando a seletividade estrutural do sistema penal⁹⁵⁷. São vários os estudos que demonstram, por exemplo, a influência de casos criminais e sua cobertura midiática na produção legislativa. O principal exemplo é o da lei de crimes hediondos, o qual, desde a sua criação até as mais recentes alterações tiveram relação com a cobertura midiática⁹⁵⁸. Em Portugal, por exemplo, o estudo de Sara Pina demonstrou que sucessivas reformas penais contemporâneas foram diretamente influenciadas pela intensa cobertura midiática em casos específicos, exercendo os meios de comunicação o papel de fontes informais de direito em matéria penal⁹⁵⁹. Na Espanha, um estudo demonstrou que há relação entre a divulgação recorrente de determinados tópicos criminais pelos meios de comunicação e os temas debatidos na sociedade, confirmando a hipótese do *agenda-setting*⁹⁶⁰. Esse agendamento, porém, não foi encontrado apenas na opinião

⁹⁵⁶ GARLAND, David. *A cultura do controle*. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2008. p. 282.

⁹⁵⁷ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Pelas mãos da criminologia*. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

⁹⁵⁸ PAIVA, Luiz Guilherme Mendes de. *A fábrica de penas: racionalidade legislativa e a lei dos crimes hediondos*. Rio de Janeiro: Revan, 2009. Note-se que a proposta mais recente e mais uma vez ligada ao clamor público, é a inserção do crime de corrupção no rol dos crimes hediondos, a partir do PLS 5900/2013, apoiado inclusive pelo Executivo. CORRUPÇÃO poderá se tornar crime hediondo. *Câmara notícias*, 08 jul. 2013. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ADMINISTRACAO-PUBLICA/447073-CORRUPCAO-PODERA-SE-TORNAR-CRIME-HEDIONDO.html>> Acesso em: 08 jul. 2013.

⁹⁵⁹ PINA, Sara. *Mídia e Leis Penais*. Coimbra: Almedina, 2009.

⁹⁶⁰ BOTELLA, Joan; PERES-NETO, Luis. La formación de la opinión pública y la construcción de discursos sobre la realidad criminal en España. In: *Malas noticias: medios de comunicación, política criminal y garantías penales en España*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2008. pp. 43-66.

pública, mas também dentro do Parlamento, o que levou à demonstração da influência da opinião pública e da mídia em importantes reformas penais ocorridas na Espanha⁹⁶¹.

Nesse ponto, conclui-se que o populismo punitivo é um fenômeno difundido em vários países, em especial nos Estados Unidos, onde parecer leniente para com o crime implica diretamente em derrotas eleitorais. No Brasil, esse processo se expressa claramente nos momentos de pânico morais, durante os quais propor políticas sobre os temas agendados implica na possibilidade de ter acesso à mídia e, com isso, ampliar o seu capital simbólico. Da mesma maneira, a receptividade da população para com discursos punitivistas, em momentos nos quais a mídia trata a criminalidade juvenil de maneira sobrerrepresentada, permite que pautas antigas da direita possuam o necessário apoio popular, diante da prometida solução imediata para os problemas sociais.

b) Grupos de pressão

Como visto nas fontes das notícias, vários são os movimentos radicalmente contrários à aprovação de medidas criminalizadoras da infância. Em 2007, ano do auge das propostas infracionalizadoras, também foi escolhido o Dia Nacional de Mobilização Contra a Redução da Maioridade Penal, com o objetivo de chamar a atenção para a necessidade de implantar o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)⁹⁶².

Os grupos de interesse são considerados relevantes na análise da atuação legislativa quando se parte de uma perspectiva pluralista. Como observa Peres Neto, no campo da ciência política a relação entre a opinião pública, os grupos de pressão e a construção de políticas públicas não costumam levar em consideração esses grupos na construção da agenda política. Trata-se de “grupos organizados que buscam influir nos poderes públicos na elaboração ou implementação de propostas ou medidas que favoreçam ou ao menos não prejudiquem suas ideias e interesses, sem que seu intento suponha em princípio uma responsabilização

⁹⁶¹ PERES-NETO, Luis. *Prensa, política criminal y opinión pública: el populismo punitivo en España*, Tesis doctoral, Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona, 2010.

⁹⁶² 10 de abril é o Dia Nacional de Mobilização Contra a Redução da Maioridade Penal. Disponível em: <<http://www.andi.org.br/infancia-e-juventude/pauta/10-de-abril-e-o-dia-nacional-de-mobilizacao-contra-a-reducao-da-maioridad>> Acesso em: 13 jun. 2013.

política do grupo pressionante em caso de conseguir sua pretensão”⁹⁶³.

Eles podem ser representados por associações da sociedade civil ou mesmo grupos organizados de juízes, promotores de justiça, OAB etc., e, ainda, familiares de vítimas, familiares de presos e assim por diante.

No caso da criança e adolescente, há pelo menos dois grupos que se reúnem em torno da busca pela ampliação da repressão a adolescentes, coordenados por familiares de vítimas. É o caso do “Movimento Paz e Justiça Ives Ota”, criado pelos pais do menino de 8 anos de idade sequestrado e morto em 1997. O movimento tem como principal causa o aumento do período de duração da pena de prisão para crimes hediondos. Eles recolheram três milhões de assinaturas para aumentar a pena máxima de prisão para 100 anos. Também o grupo “Crime não tem idade”, criado pelos pais de um adolescente de 17 anos que morreu vítima de um assalto por um adolescente de 16 anos em 1999, busca a redução da maioridade penal e tem como principal representante o pai do adolescente, Jorge Damus. Como visto na análise do jornal Folha de São Paulo, ambos os movimentos tiveram destaque nas notícias sobre os casos Liana e Felipe e João Hélio, confirmando a ideia de que cada vez mais os familiares de vítima ocupam espaço significativo nas notícias criminais. O interesse midiático na apresentação dos familiares se encontra especialmente na visibilidade da dor e no relato emocional, o que vende, especialmente no caso da televisão, independentemente de as demandas se confrontarem com a legalidade e a racionalidade penal⁹⁶⁴.

Como observa Cerezo Domínguez, é frequente que movimentos de vítimas consigam espaço na produção de políticas criminais, apesar de isso não ocorrer com todas e depender de uma série de fatores. Os problemas apontados pela autora sobre esse tipo de *lobby* são o risco de se carregar no discurso de vitimismo, por um lado, dificultando a própria superação do trauma por parte das vítimas; a manipulação simbólica das vítimas a serviço de uma política criminal demagógica; e, ainda, a adoção de um “vitimismo” punitivo, que pouco se baseia nas demandas reais da população, mas em pesquisas genéricas de opinião pública que pouco ou

⁹⁶³ LUCAS VERDÚ, Pablo *apud* PERES-NETO, Luis. *Prensa, política criminal y opinión pública: el populismo punitivo en España*, Tesis doctoral, Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona, 2010. p. 80.

⁹⁶⁴ BARATA VILAR, Francesc. La construcción mediática de la culpabilidad: Cuando las noticias interfieren en las políticas criminales y aumentan ansias punitivas. In: BOZZA, Fábio; ZILIO, Jacson. *Estudos críticos sobre o sistema penal*. Curitiba: LedZe, 2012. p. 717-746.

nada contribuem para o debate⁹⁶⁵. Trata-se de uma maneira de transformar os familiares em sujeitos políticos com grande capacidade de mobilizar os sentimentos coletivos e promover mudanças na lei penal⁹⁶⁶.

Ao lado desses grupos encontram-se aqueles, bastante consolidados, dos grupos de defesa da criança e do adolescente. No site “Criança e adolescente no Parlamento”, mantido pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) é possível visualizar uma atuação forte desses grupos dentro do Parlamento, de modo a agendarem discussões, organizarem audiências públicas e influenciarem decisões. A referida organização possui um boletim no qual as pautas dos grupos são divulgadas, auxiliando os deputados que compõem a Frente parlamentar de defesa da criança e do adolescente⁹⁶⁷.

Pela forte atuação dos movimentos nos debates importantes a respeito dos direitos da criança e do adolescente, em especial a rígida posição contrária à redução da maioridade penal e ao aumento do prazo de internação, nota-se que esses movimentos conseguiram exercer um importante papel de refrear as posturas punitivistas voltadas aos adolescentes. Na tramitação do SINASE consta a participação desses movimentos, como o MNMMR, o CEDECA, a ANDI, e outros voltados a temas específicos. Também nos demais projetos, quando mencionadas as audiências públicas, tais grupos costumam ser citados pelos Parlamentares. Por outro lado, tais movimentos também são fortes no que tange à pauta da exploração sexual de crianças e adolescentes, possuindo, por seu turno, uma face repressiva que investe no sistema penal como mecanismo para redução da violência contra a criança. Isso certamente auxilia na explicação de porque grande parte dos projetos de lei penal relacionados à criança como vítima proposta nesses dez anos for já

⁹⁶⁵ CEREZO DOMÍNGUEZ, Ana Isabel. El protagonismo de las víctimas en la elaboración de las leyes penales. Valencia: Tirant lo Blanch, 2010.

⁹⁶⁶ BARATA VILAR, Francesc. La construcción mediática de la culpabilidad: Cuando las noticias interfieren en las políticas criminales y aumentan ansias punitivas. In: BOZZA, Fábio; ZILIO, Jacson. *Estudos críticos sobre o sistema penal*. Curitiba: LedZe, 2012. p. 717-746. Em interessante texto sobre os movimentos de vítimas, que constituem as verdadeiras pontas de lança do punitivismo, Christie observa que se trata de uma organização que se opõe à expropriação do conflito realizada pelo Estado no modelo moderno de processo penal. Considera positiva a reconquista de muitos direitos, como, por exemplo, o de informação a respeito do processo, mas chega à conclusão de que isso deve ter limites: na possibilidade de escolha entre duas posturas – uma punitivista e outra dialogal, que conduza as partes em conflito de volta para entendimentos mais diretos, deve se sobrepor a segunda. CHRISTIE, Nils. Dilema do movimento de vítimas. *Discursos sediciosos: crime, direito, sociedade*, rio de Janeiro, ano 17, n. 19/20, 1º e 2º sem. 2012. p. 367-377.

⁹⁶⁷ INESC. Criança e adolescente no Parlamento, Boletim n. 30, abril 2013. Disponível em: <http://issuu.com/inesc_criancanoparlamento/docs/boletim_dca30?e=3387478/2190917#search>. Acesso em: 02 ago. 2013.

transformada em lei: eles contam com o apoio dos grupos de pressão, dos meios de comunicação, dos parlamentares que apostam no populismo penal e, ainda no governo federal.

Já os projetos infracionalizadores contam com a oposição dos grupos de pressão, junto do governo federal, sendo apoiados pela mídia e pelos parlamentares mais conservadores. Percebe-se, assim, a importância da atuação desses grupos no Parlamento, que certamente influenciaram tanto na aprovação do Sinase quanto na rejeição de todos os demais. A importância da posição do governo federal será analisada a seguir.

c) *Presidencialismo de coalizão*

Uma hipótese para explicar o motivo pelo qual o PL 1627/2007 foi aprovado com facilidade em 2009 pode ser a própria organização do sistema político brasileiro, que possui a tendência a privilegiar a aprovação de PLs provenientes do Executivo. Essas relações entre os poderes Executivo e Legislativo vêm sendo o foco de um ramo importante de estudos na Ciência Política, em especial na transição entre a ditadura militar e a Constituição Federal de 1988. Grande parte do debate é travada sobre o poder do Presidente da República para definir a agenda do parlamento, em função dos poderes que a Constituição de 1988 a ele conferiu⁹⁶⁸.

Outro ponto de intensas discussões é o termo presidencialismo de coalizão, cunhado por Sérgio Abranches em 1988. “O que distinguiria o presidencialismo de coalizão seria esse critério particular usado para a formação da base parlamentar de apoio ao presidente, isto é, o fato de ela não poder ser estritamente partidária. A necessidade de atender ao critério regional, vale insistir, se deve à heterogeneidade social do país, ao federalismo e ao poder dos governadores”⁹⁶⁹.

⁹⁶⁸ José Álvaro Moisés resume algumas das prerrogativas que permitem ao Presidente da República protagonizar o papel de legislador: “Em poucas palavras, as análises mostraram que os presidentes brasileiros podem iniciar com exclusividade legislação em áreas específicas e forçar unilateralmente a sua apreciação pelo legislativo, utilizando-se para isso tanto de prerrogativas constitucionais – pedidos de urgência na votação de matérias do seu interesse ou emissão de medidas provisórias com força de lei –, como de procedimentos regimentais que centralizaram o processo de tomada de decisões no Congresso Nacional em mãos das mesas diretoras e do Colégio de Líderes”. MOISÉS, José Álvaro. O desempenho do Congresso Nacional no presidencialismo de coalizão (1995-2006). In: MOISÉS, José Álvaro (org.). *O papel do Congresso Nacional no presidencialismo de coalizão*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2011. p. 7-30. p. 8.

⁹⁶⁹ LIMONGI, Fernando. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. *Novos Estudos*, n. 76, novembro 2006. p. 17-41. p. 19.

Porém, parte dos cientistas políticos hoje discordam, não tanto da definição dessa categoria, mas principalmente de seu caráter distintivo em relação a outros sistemas. Para Limongi, é bem verdade que os índices de aprovação de projetos apresentados pelo Presidente da República no Brasil ficam em torno de 90%, porém, se forem comparados os números de todas as democracias, inclusive as parlamentaristas, o resultado não é diferente. Esse dado, para o autor, demonstra que o comportamento legislativo no país não possui características que permitam a construção de conceitos próprios para designar um funcionamento anômalo ou subdesenvolvido na política brasileira⁹⁷⁰.

Contudo, há o reconhecimento generalizado de que deputados e senadores se comportam de maneira disciplinada no parlamento, diante de coalizações majoritárias formadas pelos presidentes e transmitidas pelo líder do governo ou pelos líderes partidários a respeito do processo e das decisões legislativas⁹⁷¹. Os incentivos institucionais para que os deputados acompanhem a posição majoritária são tão interessantes que acaba não sobrando espaço para a crítica e o controle deste poder em relação ao Executivo⁹⁷².

Como notam Carneiro, Mignozzetti e Moreira, assim como em outras áreas da política, na política criminal o Executivo prevalece tanto na iniciativa legislativa quanto nas aprovações dos projetos de lei de sua autoria. Além da preponderância numérica, os projetos do Executivo costumam ter um tempo de tramitação mais breve do que aqueles de iniciativa do Legislativo⁹⁷³. O mesmo resultado é encontrado por Campos, em pesquisa às leis aprovadas em matéria de segurança pública e justiça criminal entre 1989 e 2006. Das 84 propostas aprovadas, 42,9% foram provenientes do Executivo, 39,3% da Câmara dos Deputados; 15,5% do Senado, uma do Congresso Nacional e uma do Ministério Público da União⁹⁷⁴.

⁹⁷⁰ LIMONGI, Fernando. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. *Novos Estudos*, n. 76, novembro 2006. p. 17-41. p. 19.

⁹⁷¹ MOISÉS, José Álvaro. O desempenho do Congresso Nacional no presidencialismo de coalizão (1995-2006). In: MOISÉS, José Álvaro (org.). *O papel do Congresso Nacional no presidencialismo de coalizão*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2011. p. 7-30. p. 8.

⁹⁷² MOISÉS, José Álvaro. O desempenho do Congresso Nacional no presidencialismo de coalizão (1995-2006). In: MOISÉS, José Álvaro (org.). *O papel do Congresso Nacional no presidencialismo de coalizão*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2011. p. 7-30. p. 9.

⁹⁷³ CARNEIRO, Leandro Piquet; MIGNOZZETTI, Umberto Guarnier; MOREIRA, Rafael. O Poder ausente: o Congresso Nacional e a Segurança Pública no Brasil. In: José Álvaro Moisés. (Org.). *O Congresso e o Presidencialismo de Coalizão*. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2011, v. XII, p. 69-82.

⁹⁷⁴ CAMPOS, Marcelo da Silveira. *Crime e Congresso Nacional: uma análise da política criminal aprovada de 1989 a 2006*. São Paulo: IBCCRIM, 2010. p. 148.

A orientação do Executivo nos governos do PT no que tange ao ato infracional é profundamente contrária à lógica punitivista, trabalhando com a prevenção através de programas de inclusão social⁹⁷⁵. O problema encontrado é o de que, a despeito de essa orientação ser mais condizente com o ECA do que aquelas que buscam apenas excluir socialmente os autores de ato infracional, ela ainda se posta no binômio *abandono - infração*, típica do menorismo. Daí que os adolescentes facilmente transitem, na imagem do governo, de vítimas a criminosos, de adolescentes em perigo a adolescentes perigosos⁹⁷⁶. O resultado disso, contudo, não implica necessariamente na sua maior criminalização, mas sim na legitimação de políticas baseadas em um importante determinismo que vincula pobreza e criminalidade.

Outra questão interessante é o fato, apontado no panorama sobre os projetos de lei (cf. parte I, capítulo 2), de que os partidos de esquerda, especialmente o PT não se constroem em propor políticas penais graves quando se trata da criminalização de adultos que vitimizam crianças. Daí que, ao contrário do que se esperaria de mais de dez anos de governos de esquerda, foram muitas as reformas no ECA para adicionar novos tipos penais e incrementar penas⁹⁷⁷, além de outras mudanças nos códigos penal, processual penal e na lei de execução penal que buscaram aumentar o encarceramento. De qualquer maneira, o fato é que os projetos foram arquivados e, por mais que nas comissões outros projetos tenham sido bem sucedidos, eles acabam emperrando em algum outro momento do

⁹⁷⁵ Essa orientação do PT pode ser visualizada no voto em separado na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) elaborado pelo Deputado Paulo Teixeira aos PLs 7008/2010 e 7398/2010 no dia 29 de junho de 2010. O autor se posiciona pela rejeição dos projetos, ambos destinados a ampliar o prazo máximo de internação, rebatendo sua argumentação pontualmente, e observando, principalmente, a sua desconformidade com os princípios da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Tal posicionamento aparece ainda nas manifestações das deputadas do PT Dalva Figueiredo e Benedita da Silva também na CSPCCO, respectivamente, na elaboração do voto em separado no âmbito do PL 345/2011, em 5 de maio de 2011, e no parecer da relatora no âmbito do PL 347/2011, em 21 de junho do mesmo ano, ambos projetos incluídos na categoria PP2.

⁹⁷⁶ Kulaitis realizou uma análise dos documentos destinados à prevenção da criminalidade dos jovens no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça nos anos 2000, concluindo que tais documentos estabelecem uma relação direta entre juventude pobre e criminalidade, trabalhando com a ideia de prevenção da violência diretamente focada nas periferias, o que contraria a visão crítica sobre a seletividade do sistema penal e alguns dos princípios do próprio ECA. KULAITIS, Letícia Figueira Moutinho. Entre a vitimização e a criminalização: a juventude como foco das políticas de segurança pública. In: *Anais do IV Seminário Internacional de Sociologia e Política*. Curitiba: UFPR, 2012.

⁹⁷⁷ A Lei nº 10.764, de 12.11.2003 aumentou as penas de quatro tipos penais; já a Lei nº 11.829, de 2008, além de aumentar penas, acrescentou os artigos 241-A, 241-B, 241-C, 241-D e 241-E, relacionados à pornografia infantil. Esta última lei, de iniciativa do senado, foi o resultado da CPI da Pornografia infantil e tramitou durante apenas 5 meses até ser transformada em lei.

processo legislativo, não chegando ao plenário.

Um dado interessante a corroborar com essa hipótese é o fato de que, em 2007, a campanha midiática não se voltou apenas contra o ECA, ela se voltou também contra o Código Penal, a Lei de Execução Penal e o Código de Processo Penal. Três outras propostas presentes no editorial da Folha de 15 de fevereiro de 2007, e propagandeadas massivamente nas matérias informativas do jornal, foram aprovadas nesse período. No dia 28 de março de 2007, cerca de um mês e meio depois da morte do menino João Hélio, duas leis entraram em vigor. A primeira, cujo projeto era de autoria do Executivo (PL 6793/2006), modificou as frações de penas a serem cumpridas para a progressão de regime em caso de crimes hediondos: 2/5 para o primário; 3/5 para o reincidente⁹⁷⁸, lembrando que um dos suspeitos do caso era foragido do regime semiaberto. A segunda, de autoria do Senador César Borges, do PFL (PLS 136/2006), tipificou como falta grave o uso de aparelho celular dentro da prisão⁹⁷⁹ - proposta esta ligada aos ataques do PCC no ano de 2006 em São Paulo. Por fim, no dia 09 de junho de 2008, houve a alteração no procedimento do Tribunal do Júri, também uma das propostas apoiadas pelo jornal, através da aprovação de Projeto de Lei de autoria do Executivo (PL 4203/2001)⁹⁸⁰.

O que se percebe, enfim, é que a mídia possui o poder de agendar os assuntos sobre os quais os políticos debaterão e buscarão soluções. Nas propostas de projetos de leis, esse agendamento, contudo, parece mais individual. Os parlamentares claramente utilizam os projetos de lei como forma de buscarem ir ao encontro das demandas punitivas que surgem em momentos de crise, também como forma de autopromoção. Porém, no momento das deliberações, que devem ser tomadas em grupo e levando em consideração os diferentes interesses em jogo, a instituição e seus mecanismos internos parecem lograr fazer frente à influência da mídia.

⁹⁷⁸ BRASIL. *Lei nº 11.464, de 28 de março de 2007*. Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato_2007-2010/2007/Lei/L11464.htm#art1> Acesso em: 09 jun. 2013.

⁹⁷⁹ BRASIL. *Lei nº 11.466, de 28 de março de 2007*. Altera a Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, e o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever como falta disciplinar grave do preso e crime do agente público a utilização de telefone celular. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11466.htm#art1> Acesso em: 09 jun. 2013.

⁹⁸⁰ BRASIL. *Lei nº 11.689, de 9 de junho de 2008*. Altera dispositivos do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1> Acesso em: 09 jun. 2013.

3.2.3 Impacto da mídia no Legislativo: efeitos simbólicos ou concretos?

Não há dúvidas de que a mídia pautou o Legislativo no tema do ato infracional nos dois períodos de pânico morais analisados. Os impactos da mídia podem ser facilmente visualizados no número de projetos de lei propostos no sentido da infracionalização; na movimentação na tramitação de projetos que estavam emperrados; nos discursos inflamados que povoaram os debates em plenário nesses períodos. Contudo, não houve, nessa área, qualquer modificação visando a tornar mais gravosa a responsabilização de adolescentes devido à prática de atos infracionais.

Na definição de Walgrave, anteriormente mencionada, esses seriam efeitos simbólicos que, se considerados parte da agenda política, levariam à conclusão de que a mídia provoca um impacto forte na política. Por outro lado, se apenas a aprovação de leis for identificada como agendamento, então o resultado se modifica: trata-se de efeitos leves, ou até mesmo sua ausência, se considerado o número de arquivamentos dos projetos.

Neste trabalho, porém, opta-se por se postar ao lado dos comunicólogos e não dos cientistas políticos e afirmar a força do impacto da mídia na agenda do Legislativo a partir dos efeitos simbólicos. Isso porque parte-se da importância dos efeitos constitutivos do discurso na realidade social. Proposições e discursos são tão importantes quanto a aprovação de leis, especialmente se levados em consideração os pressupostos de que partem os parlamentares para a proposição de normas na área da infracionalização.

3.3 Efeitos simbólicos: discurso e dominação

No processo de cognição social, uma série de símbolos é diariamente transmitida através da mídia, geralmente em consonância com valores sociais já presentes e de acordo com as estruturas de poder – sejam elas econômicas, políticas, raciais, de gênero etc. – provocando o que os construcionistas irão chamar de construção social da realidade – e da hegemonia, em uma linguagem gramsciana. A partir dessa base cognitiva, alguns fatos quando ocorrerem serão

considerados problemáticos, outros não. Na perspectiva de Cohen, alguns “fatos”, ao serem reportados, podem ser suficientes para gerar preocupação, ansiedade, indignação ou pânico. Normalmente o que permitirá a rotulação de um fato como problemático será a coincidência entre as características do caso apresentado e os valores difusos na sociedade. Isso não implicará, necessariamente, que o resultado seja a criação de novas regras ou a aplicação mais rígida daquelas existentes, o que poderá acontecer está na ordem do simbólico: uma mudança na designação pública do desvio⁹⁸¹.

Se as questões relacionadas ao crime são social e politicamente construídas, adquirindo significado através de processos interpretativos, representacionais e políticos⁹⁸², então compreender esses processos é fundamental para entender a reação ao crime e as possibilidades abolicionistas no horizonte. Como nota Garland, “quando o sistema penal afronta o problema do controle da criminalidade, o faz de maneira mediada por considerações independentes do fenômeno, como convenções culturais, valorações de caráter econômico, dinâmicas institucionais e razões de política geral”⁹⁸³.

A constituição e reprodução de um saber hegemônico sobre o crime, difundido como verdade por diferentes veículos de comunicação que massivamente produzem discursos sobre a realidade parece ser um dos focos sobre o qual o poder político atua em tempos de populismo penal.

As campanhas de “lei e ordem” realizadas estrategicamente com o auxílio dos meios de comunicação auxiliam nesse processo, usando-se o alarme social e o medo da criminalidade de maneira a estabilizar as relações de poder existentes. Como observa Baratta, apesar de se saber que não se trata de uma influência direta da mídia na construção dos medos, existe uma interação na qual a mídia amplificam as percepções e atitudes já existentes no público, e é também por ele

⁹⁸¹ COHEN, Stanley. *Folk devils and moral panics*. 3 ed. London and New York: Routledge, 2002. p. 10.

⁹⁸² BECKETT, Katherine. *Making crime pay*. Oxford/New York: Oxford University Press, 1997. “Crime-related issues, then, are socially and politically constructed; they acquire their meaning through interpretive, representational, and political processes”. p. 5.

⁹⁸³ GARLAND, David. *Pena e società moderna: uno studio di teoria sociale*. 2 ed. Traduzione di Adolfo Ceretti e Francesca Gibellini. Milano: Il Saggiatore, 2006. p. 58. “Di conseguenza, quando il sistema penale affronta il problema del controllo della criminalità, lo fa in maniera fortemente mediata da considerazioni indipendenti dal fenomeno, quali convenzioni culturali, valutazioni di carattere economico, dinamiche istituzionali e ragioni di politica generale”. *ibid.* p. 59.

condicionado⁹⁸⁴. “A presença, na opinião pública, da imagem de uma parte dos problemas e dos conflitos sociais como ‘criminalidade’ tem efeitos importantes sobre a forma geral na qual ela representa os problemas e os conflitos e sobre a reprodução ideológica e material da realidade”⁹⁸⁵. Em relação à seleção das condutas como sendo as mais graves, pode-se estudar as consequências da mídia em relação à própria ordem hierárquica na qual os problemas sociais são representados no público. Quanto à reprodução ideológica e material da realidade, isso se dá através do alarme social polarizado em direção às zonas marginais da sociedade, tratando-se de uma função de legitimação.

Para modificar as decisões políticas, é necessário modificar a agenda e também as percepções públicas sobre o desvio e o crime, dado que está comprovado que não é a gravidade do fato ou o aumento da criminalidade que provocam medidas políticas punitivistas, mas sim a percepção social sobre o tema. Bourdieu nota que, no campo da política, a força das ideias propostas por um determinado falante, porta-voz de um grupo, não é medida pelo seu valor de verdade, como na ciência, mas sim “[...] pela força de mobilização que elas encerram, quer dizer, pela força do grupo que as reconhece, nem que seja pelo silêncio ou pela ausência de desmentido, e que ele pode manifestar recolhendo as suas vozes ou reunindo-as no espaço”⁹⁸⁶.

O caráter monolítico de que se reveste o discurso sobre o crime na mídia não faz jus à variedade de percepções sociais e, sobretudo, ao que a academia vem produzindo nessa matéria desde a década de 1960. Porém, a ausência de vozes que contraponham essas representações midiáticas, em razão de várias contingências, como o poder de acesso e a vinculação da mídia a objetivos econômicos claros e políticos obscuros, dificulta essa mudança do poder simbólico para definir os problemas sociais.

A consequência disso é a manutenção das estruturas de poder e dominação,

⁹⁸⁴ BARATTA, Alessandro. Che cosa è la criminologia critica. In: MATA, Victor Sancha (intervista a cura di), *Dei delitti e delle pene*: Rivista di studi sociali storici e giuridici sulla questione criminale, n. 1, mar. 1991, Bologna, p. 53-81. p. 64.

⁹⁸⁵ BARATTA, Alessandro. Che cosa è la criminologia critica. In: MATA, Victor Sancha (intervista a cura di), *Dei delitti e delle pene*: Rivista di studi sociali storici e giuridici sulla questione criminale, n. 1, mar. 1991, Bologna, p. 53-81. p. 64. Tradução livre do original em italiano: “La presenza, nell’opinione pubblica, dell’immagine di una parte dei problemi e dei conflitti sociali comme “criminalità” ha effetti importanti sulla forma generale in cui essa si rappresenta i problemi ed i conflitti e sulla riproduzione ideologica e materiale della realtà”.

⁹⁸⁶ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989. p. 185.

levando à perseguição dos grupos sociais mais desvantajados. Muitas das relações de dominação possuem a característica de não terem um contrapoder disposto a desafiá-las. Trata-se de circunstâncias nas quais as mentes dos dominados podem ser influenciadas no sentido de aceitarem a dominação, e agir no interesse dos poderosos, mesmo que isso não seja do seu próprio interesse. A construção do consenso, na busca pela percepção de que existe uma única ordem social possível é fundamental na constituição do senso comum e da reprodução da dominação.

O discurso será de dominação sempre que for usado de maneira ilegítima, de maneira que suas possíveis consequências sistematicamente violem os direitos humanos ou civis das pessoas. “Mais especificamente, esse é o caso se tal discurso promove formas de desigualdade social, como quando ele favorece os interesses dos grupos dominantes em detrimento dos interesses dos grupos não dominantes, precisamente porque estes não têm o mesmo acesso ao discurso público”⁹⁸⁷.

Por outro lado, essa concepção sobre a hegemonia não pode implicar em uma compreensão unidirecional da produção e reprodução das relações de dominação: são elas produzidas conjuntamente através da interação social, comunicação e discurso. A dominação de grupo “[...] pode ser suportada ou ocultada por outros membros de grupo, sancionada pelas cortes, legitimada pelas leis, executada pela polícia e ideologicamente sustentada e reproduzida pela mídia ou livros”⁹⁸⁸.

Van Dijk nota que essa concepção interacionista não pode, porém, deixar de lado a existência de uma *hierarquia de poder*, a qual implica em uma dominância de certos grupos e organizações em papéis de planejamento, tomada de decisões e controle sobre as relações e processos de imposição de poder. Esses grupos são chamados pelo autor de *power elites*, as quais possuem também um especial acesso ao discurso: eles possuem poder simbólico, medido pela extensão de suas esferas de ação e recursos discursivos e comunicativos⁹⁸⁹. Assim, quanto mais poderosos são os grupos sociais, instituições ou elites, mais gêneros do discurso, contextos, participantes, audiências e características textuais eles podem controlar

⁹⁸⁷ van DIJK, Teun. *Discurso e poder*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 32.

⁹⁸⁸ van DIJK, Teun A. Principles of critical discourse analysis, London, *Discourse & Society*, vol. 4(2), 1993. p. 249-283. p. 255. Tradução livre do original em inglês: “It may also be supported or condoned by other group members, sanctioned by the courts, legitimated by laws, enforced by the police, and ideologically sustained and reproduced by the media or textbooks”.

⁹⁸⁹ van DIJK, Teun A. Principles of critical discourse analysis, London, *Discourse & Society*, vol. 4(2), 1993. p. 249-283. p. 255.

ou influenciar ativamente. Dependendo da posição de determinado grupo, instituição ou elite, corresponderá um determinado perfil de acesso ao discurso⁹⁹⁰. Os que detêm muito poder detêm mais acesso ao discurso; da mesma maneira, à falta de poder corresponde um menor acesso ao discurso.

A questão que se sobressai dessa relação é a seguinte: o exercício de poder é justamente vinculado à possibilidade de ingerência na dimensão cognitiva, ou seja, na conformação de determinadas representações da realidade: “Se o discurso controla mentes, e mentes controlam ação, é crucial para aqueles que estão no poder controlar o discurso em primeiro lugar”⁹⁹¹. Os grupos dominantes possuem, assim, um *poder simbólico*, que inclui o modo de influência, podendo determinar a agenda da discussão pública.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados”⁹⁹².

Isso significa, da mesma forma como Gramsci muito antes já havia percebido, que ao lado das elites política, militar e econômica encontram-se as elites simbólicas, as quais são fundamentais na sustentação do aparato ideológico que permite o exercício e a manutenção do poder, especialmente nas modernas sociedades da informação e da comunicação⁹⁹³. Da maneira como constroem desde as representações até as agendas, os grupos que dominam o discurso tendem a se perpetuar no poder. Mas é evidente que isso não ocorre sem resistências. O exercício do poder é limitado, pois ele não é simplesmente uma forma de ação, é interação social⁹⁹⁴. A possibilidade e a luta por mudanças nas relações de dominação, de maneira a buscar a emancipação dos sujeitos subjugados é um pressuposto de que parte essa percepção teórica⁹⁹⁵.

A cognição social é definida por Van Dijk como o conjunto de representações socialmente compartilhadas de organizações sociais, grupos e relações, assim como

⁹⁹⁰ van DIJK, Teun A. Principles of critical discourse analysis, London, *Discourse & Society*, vol. 4(2), 1993. p. 249-283. p. 256.

⁹⁹¹ van DIJK, Teun. *Discurso e poder*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 18.

⁹⁹² BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989. p. 11.

⁹⁹³ van DIJK, Teun. *Discurso e poder*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 46.

⁹⁹⁴ van DIJK, Teun. *Discurso e poder*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 43.

⁹⁹⁵ FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: UNB, 1999.

operações mentais, tais como interpretação, pensamento e argumentação, inferência e aprendizagem, entre outros⁹⁹⁶. Para o autor, é justamente a cognição social que faz a ponte entre os níveis micro e macro da sociedade, entre discurso e ação, entre o indivíduo e o grupo. “Embora incorporado nas mentes de indivíduos, as cognições sociais são sociais porque são compartilhadas e pressupostas por membros de grupos, monitoram a ação social e a interação, e porque elas baseiam a organização social e cultural da sociedade como um todo”⁹⁹⁷. São as cognições sociais, portanto, que permitem trabalhar com a ligação entre discurso e dominação. “O controle do conhecimento molda de maneira crucial nossa interpretação do mundo, assim como nosso discurso e outras ações”⁹⁹⁸. Porém, isso só é possível quando se está diante de um enunciador credível, daí a importância do capital simbólico. Como observa Bourdieu, o que faz o poder das palavras, poder de manter a ordem ou de subvertê-la, “é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras”⁹⁹⁹. Desse modo, mais importante do que o indivíduo ou o discurso é a interação entre o que fala e exerce poder e aquele que é dominado.

A constituição e reprodução de um saber hegemônico sobre o crime, difundido como verdade por diferentes veículos de comunicação que massivamente produzem discursos sobre a realidade parece ser um dos focos sobre o qual o poder político atua em tempos de populismo penal.

As campanhas de “lei e ordem” realizadas estrategicamente com o auxílio dos meios de comunicação auxiliam nesse processo, usando-se o alarme social e o medo da criminalidade de maneira a estabilizar as relações de poder existentes. Como observa Baratta, apesar de se saber que não se trata de uma influência direta da mídia na construção dos medos, existe uma interação na qual a mídia amplificam

⁹⁹⁶ van DIJK, Teun A. Principles of critical discourse analysis, London, *Discourse & Society*, vol. 4(2), 1993. p. 249-283. p. 257.

⁹⁹⁷ van DIJK, Teun A. Principles of critical discourse analysis, London, *Discourse & Society*, vol. 4(2), 1993. p. 249-283. p. 257. Tradução livre do original em inglês: “Although embodied in the minds of individuals, social cognitions are social because they are shared and presupposed by group members, monitor social action and interaction, and because they underlie the social and cultural organization of society as a whole”.

⁹⁹⁸ van DIJK, Teun A. Principles of critical discourse analysis, London, *Discourse & Society*, vol. 4(2), 1993. p. 249-283. p. 258. Tradução livre do original em inglês: “Control of knowledge crucially shapes our interpretation of the world, as well as our discourse and other actions. Hence the relevance of a critical analysis of those forms of text and talk, e.g. in the media and education, that essentially aim to construct such knowledge”.

⁹⁹⁹ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989. p. 14-15.

as percepções e atitudes já existentes no público, e é também por ele condicionado¹⁰⁰⁰. “A presença, na opinião pública, da imagem de uma parte dos problemas e dos conflitos sociais como ‘criminalidade’ tem efeitos importantes sobre a forma geral na qual ela representa os problemas e os conflitos e sobre a reprodução ideológica e material da realidade”¹⁰⁰¹. Em relação à seleção das condutas como sendo as mais graves, pode-se estudar as consequências da mídia em relação à própria ordem hierárquica na qual os problemas sociais são representados no público. Quanto à reprodução ideológica e material da realidade, isso se dá através do alarme social polarizado em direção às zonas marginais da sociedade, tratando-se de uma função de legitimação.

¹⁰⁰⁰ BARATTA, Alessandro. Che cosa è la criminologia critica. In: MATA, Victor Sancha (intervista a cura di), *Dei delitti e delle pene*: Rivista di studi sociali storici e giuridici sulla questione criminale, n. 1, mar. 1991, Bologna, p. 53-81. p. 64.

¹⁰⁰¹ BARATTA, Alessandro. Che cosa è la criminologia critica. In: MATA, Victor Sancha (intervista a cura di), *Dei delitti e delle pene*: Rivista di studi sociali storici e giuridici sulla questione criminale, n. 1, mar. 1991, Bologna, p. 53-81. p. 64. Tradução livre do original em italiano: “La presenza, nell’opinione pubblica, dell’immagine di una parte dei problemi e dei conflitti sociali comme “criminalità” ha effetti importanti sulla forma generale in cui essa si rappresenta i problemi ed i conflitti e sulla riproduzione ideologica e materiale della realtà”.

4 A NECESSÁRIA CONSTRUÇÃO DE UM DISCURSO CONTRA-HEGEMÔNICO

Os resultados obtidos nos capítulos anteriores podem ser resumidos na ideia de que os discursos político e midiático, ao interagirem na (re)produção do pensamento hegemônico sobre o adolescente, o ato infracional e as medidas socioeducativas, também auxiliam na reprodução material das relações de desigualdade social tão características do Brasil contemporâneo. Definem quem devem ser os perseguidos, por quais atos e com quais consequências: jovens pobres não brancos das periferias, por crimes de rua ocorridos em locais geograficamente privilegiados das cidades, com a consequência de punição através da exclusão social com a privação longa de liberdade.

A partir das conquistas da Criminologia crítica, que auxiliam na compreensão do caráter estrutural da seletividade nos sistemas penais capitalistas, também é possível chegar a estratégias possíveis para uma superação da ideologia punitiva que busca ocultar a desigualdade com o objetivo de reproduzi-la. Em primeiro lugar, ao superar a função historicamente atribuída à Criminologia em seu caráter auxiliar dentre as ciências penais, a Criminologia crítica recoloca o sistema penal como o seu objeto de estudo e crítica. Daí que cabe ao jurista reconhecer-se não somente como um técnico que se aparta das ciências sociais, mas, pelo contrário, deve ser ele um cientista social. O grande problema do direito penal se encontra, então, no divórcio empreendido pela dogmática penal em relação aos resultados obtidos pelas pesquisas na sociologia¹⁰⁰².

A aproximação entre ciência social e técnica jurídica é a solução apresentada por Baratta para que se possa desenvolver uma ciência social capaz de assumir um papel crítico e reconstrutivo¹⁰⁰³. Essa ciência social não deve ser uma ciência neutra: ela deve ser

[...] *comprometida* na transformação do próprio objeto, ou seja, uma ciência social em que a interpretação teórica da realidade seja dialeticamente mediada com o interesse e a ação para a transformação da realidade, no sentido da resolução positiva das contradições que constituem a lógica do movimento objetivo dela, da satisfação das necessidades individuais e sociais, no seu conteúdo historicamente determinado, isto é, correspondente ao efetivo nível de desenvolvimento que alcançaram, em

¹⁰⁰² BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. 3 ed. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002.

¹⁰⁰³ BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. 3 ed. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002.p. 156.

uma dada sociedade, as forças produtivas, em relação aos bens materiais, à qualidade da vida¹⁰⁰⁴.

Esse comprometimento provém da necessidade da mediação dialética entre teoria e práxis. Deve o interesse pela transformação da realidade guiar a ciência na construção das hipóteses e instrumentos conceituais. A mediação dialética passa ainda pela possibilidade de a reconstrução científica da realidade guiar a práxis transformadora a partir da tomada de consciência dos grupos sociais materialmente interessados na transformação dessa realidade¹⁰⁰⁵.

Isto significa que, em uma ciência dialeticamente comprometida no movimento de transformação da realidade, o ponto de partida, o interesse prático por este movimento, e o ponto de chegada, a práxis transformadora, estão situados não só na *mente* dos operadores científicos, mas principalmente nos grupos sociais portadores do interesse e da força necessária para a transformação emancipadora¹⁰⁰⁶.

Esses grupos sociais, frequentemente cooptados pelo discurso hegemônico através do qual são oprimidos, são a classe capaz de transformar e reverter as relações de hegemonia, através da tomada de consciência das contradições do sistema expostas através da elaboração científica. Assim, “[...] o *interesse* das classes subalternas é o *ponto de vista* a partir do qual se coloca uma teoria social comprometida, não na conservação, mas na transformação positiva, ou seja, emancipadora, da realidade social”¹⁰⁰⁷. A Criminologia crítica é, então, partidária, ao se posicionar pela superação dialética do sistema penal, de modo a transpor em conjunto as relações de desigualdade que importam na não satisfação das necessidades das classes subalternas. O maior obstáculo que aí reside é o fato de que a eficácia publicitária do sistema penal, como nota Karam, se manifesta mais forte e perversamente nas próprias classes subalternas, “que, desejando a solução penal, não percebem que são elas próprias as vítimas preferenciais daquela carga de estigma, injustiça e violência; que, levadas a aplaudir a solução extrema da pena

¹⁰⁰⁴ BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. 3 ed. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002.p. 157.

¹⁰⁰⁵ BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. 3 ed. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002.

¹⁰⁰⁶ BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. 3 ed. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002.p. 157.

¹⁰⁰⁷ BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. 3 ed. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002.p. 158.

de morte oficializada ou extra-oficial, não percebem que estão assinando suas próprias sentenças de morte”¹⁰⁰⁸.

A partir dos resultados alcançados no âmbito da Criminologia crítica, Baratta parte para a indicação de estratégias para a elaboração e o desenvolvimento de uma “política criminal” das classes subalternas. Além daquelas relacionadas propriamente à adoção de posturas políticas que influenciem na mudança do rumo político-criminal adotado nos poderes constituídos, uma das indicações estratégicas mais fundamentais é a de “[...] ter na máxima consideração a função da opinião pública e dos processos ideológicos e psicológicos que nesta se desenvolvem, em sustentação e legitimação do vigente direito penal desigual”¹⁰⁰⁹. Relacionados ao conceito opinião pública, estariam os estereótipos de criminalidade, as definições e as “teorias” de senso comum sobre aquela. Tais “teorias” auxiliam na ativação dos processos informais de reação ao desvio e à criminalidade, além de integrar os processos ativados cotidianamente pelas instâncias oficiais¹⁰¹⁰. “Na reação não-institucional encontramos em ação, além disso, definições e ‘teorias de todos os dias’ da criminalidade, que apoiam os processos de distribuição da criminalidade postos em ação pelas instâncias oficiais”¹⁰¹¹.

Essas instâncias informais encontram-se em contínua relação com as instâncias formais do controle social. Isso fica evidente no conceito de controle social proposto por Aniyar de Castro, em sua elaboração da criminologia da libertação:

[...] o conjunto de sistemas normativos (religião, ética, costumes, usos, terapêutica e direito – este último entendido em todos os seus ramos, na medida em que exercem esse controle reprodutor, mas especialmente no campo penal; em seus conteúdos como em seus não-conteúdos) cujos portadores, através de processos seletivos (estereotipia e criminalização) e estratégias de socialização (primária e secundária ou substitutiva), estabelecem uma rede de contenções que garantem a fidelidade (ou, no fracasso dela, a submissão) das massas aos valores do sistema de dominação; o que, por motivos inerentes aos potenciais tipos de conduta dissonante, se faz sobre destinatários sociais diferencialmente controlados segundo a classe a que pertencem¹⁰¹².

¹⁰⁰⁸ KARAM, Maria Lúcia. *De crimes, penas e fantasias*. 2 ed. Rio de Janeiro: Luam, 1993. p. 207.

¹⁰⁰⁹ BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. 3 ed. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002.p. 204.

¹⁰¹⁰ BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. 3 ed. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002.p. 204.

¹⁰¹¹ BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. 3 ed. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002.p. 180.

¹⁰¹² ANIYAR DE CASTRO, Lola. *Criminologia da libertação*. Tradução de Sylvia Debossan Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2005. p. 55.

Assumindo-se tal conceito de controle social, torna-se impossível desconsiderar a importância do discurso produzido pelos meios de comunicação como reprodutores dos valores de dominação, e, portanto, da perpetuação dos estereótipos sobre o crime que concorrem para a manutenção das relações de desigualdade. Por isso, o tema essencial dessa criminologia não é apenas a maneira como é exercido o controle formal, mas “a maneira pela qual as ideologias são constituídas e manipuladas, sem o que entenderemos muito pouco a respeito daquele controle formal: obediência, por um lado, e consenso, por outro”¹⁰¹³. Sem a legitimação cotidiana do sistema através da ideologia, não seria possível alcançar a hegemonia que busca.

Da mesma maneira, Baratta entende que a opinião pública – no sentido acima definido – é portadora da ideologia dominante, que legitima o sistema penal. Ela perpetua a ideologia da defesa social e, sobretudo, a imagem fictícia sustentada pelo mito da igualdade. Além disso, na opinião pública são realizados processos de *alarme social* que são manipulados pelas forças políticas interessadas nas campanhas de lei e ordem. Nesses momentos de crise, também se permite o desenvolvimento de uma ação permanente de conservação do sistema de poder. A consequência é a identificação de um suposto inimigo interno comum, obscurecendo a consciência de classe e “produzindo a falsa representação de solidariedade dos cidadãos”¹⁰¹⁴.

Se pensamos na importância destes mecanismos, operantes dentro da opinião pública, para a legitimação do sistema penal e a produção dos seus efeitos diretos e indiretos, e se observa, ainda, o quanto a classe operária, no que se refere à representação da criminalidade e do sistema penal, é subordinada a uma ideologia que corresponde aos interesses das classes dominantes, se compreenderá quão essencial é, para uma política criminal alternativa, a batalha cultural e ideológica para o desenvolvimento de uma consciência alternativa no campo do desvio e da criminalidade¹⁰¹⁵.

Fazendo uso do conceito gramsciano de batalha cultural, Baratta parte então para a proposição de promover uma reversão das relações de hegemonia cultural, através do trabalho de crítica ideológica, produção científica e informação por parte

¹⁰¹³ ANIYAR DE CASTRO, Lola. *Criminologia da libertação*. Tradução de Sylvia Debossan Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2005. p. 51.

¹⁰¹⁴ BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. 3 ed. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002. p. 205.

¹⁰¹⁵ BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. 3 ed. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002. p. 205.

dos criminólogos críticos. Para que o discurso crítico alcance o senso comum, de maneira a se constituir em base ideológica a uma política criminal alternativa, é necessário promover uma discussão de massa sobre a questão criminal na sociedade¹⁰¹⁶.

É o que Aniyar de Castro define com a urgência de produzir contraideologia, “não apenas pelo âmbito (tradicional ou crítico) criminológico, mas através dos esforços de grandes contingentes intelectuais interdisciplinares, não mais entrincheirados em suas respectivas células, inermes, de reflexão especializada”¹⁰¹⁷. Trata-se de uma luta das mais difíceis, posto que travado contra o inimigo mais sólido: “o da informação, o da construção social da realidade, o da socialização, isto é, o da ideologia”¹⁰¹⁸.

A partir dessa perspectiva transformadora, este capítulo buscará propor meios através dos quais essa batalha cultural pode se realizar. Para tanto, inicia-se analisando os principais conceitos gramscianos que servem como ferramentas teóricas a fundamentar as estratégias a serem adotadas pelos criminólogos críticos na busca pela difusão de um novo senso comum deslegitimador do sistema penal e defensor dos direitos humanos (4.1); o estudo dos meios de comunicação como veículos promissores do discurso contra-hegemônico (4.2); para finalizar com a necessária parceria entre academia e sociedade, em especial através dos movimentos sociais na busca pela superação desse sistema (4.3).

4.1 Hegemonia e batalha cultural: ferramentas teóricas para a construção de uma contra-hegemonia no discurso criminológico

Como nota Carlos Nelson Coutinho, Gramsci foi introduzido no Brasil há pouco tempo. Isso devido a variados fatores. Um deles é a própria posição adotada pela maior parte da esquerda brasileira até a década de 1970, voltada a uma perspectiva convencionalmente chamada de “marxismo da Terceira

¹⁰¹⁶ BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. 3 ed. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002. p. 205.

¹⁰¹⁷ ANIYAR DE CASTRO, Lola. *Criminologia da libertação*. Tradução de Sylvia Debossan Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2005. p. 99.

¹⁰¹⁸ ANIYAR DE CASTRO, Lola. *Criminologia da libertação*. Tradução de Sylvia Debossan Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2005. p. 99.

Internacional”¹⁰¹⁹. Entretanto, a partir da década de 1980, o autor passou a ser estudado com bastante frequência no país, de modo a ser conhecido em suas teses, o que se explica também por uma mudança na própria imagem sobre a situação brasileira. Vista de atrasada e semifeudal a capitalista como as sociedades ocidentais, segundo o conceito formulado por Gramsci, a sociedade brasileira passou a ser possível sujeito de uma guerra de posição, e não mais de uma guerra de movimento rumo ao socialismo. Como observa Semeraro, o conceito de hegemonia de Gramsci chega não somente à academia nesse período, mas também aos movimentos sociais e aos grupos organizados na tentativa de construir estratégias políticas de enfrentamento ao sistema liberal-burguês¹⁰²⁰.

A despeito do contexto histórico em que foram originados seus escritos, a atualidade de Gramsci é inquestionável, sobretudo no que tange a sua concepção revolucionária de política e de Estado, ao recuperar para a sociedade, “principalmente para as forças populares, a sua capacidade de autodeterminação, de criatividade e de organização”¹⁰²¹. Assim, desloca-se o eixo da ação política das instituições para as organizações sociais. “Nesse sentido, o agir político deixa de ser um ofício administrativo e uma operação lucrativa reservada a grupos privilegiados e passa a ser criador e socializador de toda a população”¹⁰²².

A consequência principal dessa perspectiva é a noção de que o sujeito tem papel ativo na construção da vida social, não se limitando a refletir e registrar uma realidade que se processa independentemente de sua vontade. Como nota Gruppi, o materialismo vulgar traz uma percepção que mantém as classes subalternas em uma posição passiva, “[...] porque pensa que sua vitória se deva ao curso objetivo das coisas e não à sua função e à sua iniciativa, à sua capacidade de hegemonia”¹⁰²³.

Para Gramsci, a luta deve iniciar-se pela superestrutura, na busca pela

¹⁰¹⁹ COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 120.

¹⁰²⁰ SEMERARO, Giovanni. Da libertação à hegemonia: Freire e Gramsci no processo de democratização do Brasil. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, n. 29, nov. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782007000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 ago. 2013.

¹⁰²¹ SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 237.

¹⁰²² SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 238.

¹⁰²³ GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. 2 ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1980. p. 76.

hegemonia, e, portanto, deve ocorrer no interior do Estado, em sentido ampliado¹⁰²⁴. O Estado, para o autor, não se resume aos aparelhos de coerção típicos da sociedade política, mas constitui-se, ainda, de uma sociedade civil, a qual possui como portadores materiais os chamados “aparelhos privados de hegemonia”¹⁰²⁵, e pertence ao momento da superestrutura¹⁰²⁶. A sociedade civil é “formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa) etc.”¹⁰²⁷. É possível notar também que, em Gramsci, a ideologia é compreendida com seus polos de dominação/emancipação, ou seja, é visualizada além de seu momento negativo, de alienação (momento heterônomo), mas enquanto processo, contraditório, passível de negação positivadora de uma nova ordem. Por isso, mas não sem críticas, Gramsci define desde a ciência até a religião – incluído o próprio marxismo – como formas de ideologia, negando a objetividade científica¹⁰²⁸. Ressaltando o caráter fundamental da superestrutura na busca pelas mudanças, resulta que a subordinação ideológica é vista como mais importante do que a dependência econômica na anulação dos caminhos da liberdade, esvaziando os esforços das classes subalternas na construção de seu projeto hegemônico¹⁰²⁹.

Essa é outra característica de Gramsci que se torna fundamental para este trabalho: as relações de dominação não seriam possíveis sem o alastramento, em todas as classes sociais, de uma concepção de mundo identificada com os interesses das classes dominantes. Daí que as classes subalternas, enquanto sujeitos históricos nos quais reside a possibilidade de mudança social, necessitem, antes de tudo, adotar uma posição crítica, político-ideológica, de maneira a

¹⁰²⁴ A concepção ampliada do Estado decorre do reconhecimento da socialização da política no capitalismo desenvolvido (esfera social nova, dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas, tanto em face do mundo econômico quanto dos aparelhos repressivos do Estado). COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 75.

¹⁰²⁵ COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

¹⁰²⁶ Essa é uma novidade em Gramsci em relação a Marx, o qual trazia a sociedade civil como momento da infraestrutura. BOBBIO, Norberto. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 54.

¹⁰²⁷ COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 76

¹⁰²⁸ COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

¹⁰²⁹ SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

romperem com essa dependência cultural¹⁰³⁰.

Nos aparelhos privados de hegemonia deve ocorrer a chamada “batalha cultural”, através de uma crítica ideológica que oriente a prática dos homens e mulheres, de modo a superar a velha hegemonia e construir uma nova¹⁰³¹. Nos aparelhos privados de hegemonia o estado “educa o consenso”, especialmente através dos meios de comunicação, fortalecendo a fragmentação social das classes subalternas, expelindo-as da política¹⁰³².

Gramsci entende por aparelhos privados de hegemonia os “organismos de participação política aos quais se adere voluntariamente (e, por isso, “privados”) e que não se caracterizam pelo uso da repressão”¹⁰³³. Já a sociedade política é formada pelos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, tendo como portadores materiais os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar¹⁰³⁴. A sociedade civil é, então, o lugar onde se decide a hegemonia dentro do Estado, “[...] onde se confrontam diversos projetos de sociedade, até prevalecer um que estabeleça a direção geral na economia, na política e na cultura”¹⁰³⁵.

A diferença central entre os dois âmbitos do Estado está no método através do qual ocorre a busca do controle. “No âmbito da sociedade civil, as classes buscam exercer sua *hegemonia*, ou seja, buscam ganhar aliados para suas posições mediante a *direção política* e o *consenso*; por meio da sociedade política, ao contrário, as classes exercem sempre uma *ditadura*, ou, mais precisamente, uma *dominação* mediante a *coerção*”¹⁰³⁶. Assim, sociedade civil e sociedade política seriam inseparáveis na prática, pois a articulação do consenso e coerção garante a supremacia de um grupo sobre a sociedade e a verdadeira estruturação do poder¹⁰³⁷. O Estado resulta da soma da sociedade política com a sociedade civil:

¹⁰³⁰ GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. 2 ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

¹⁰³¹ COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 65.

¹⁰³² SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana, *Rev. Katál.*, Florianópolis v. 12 n. 1 p. 41-49 jan./jun. 2009.

¹⁰³³ COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 76.

¹⁰³⁴ COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 76.

¹⁰³⁵ SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 76.

¹⁰³⁶ COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 77.

¹⁰³⁷ SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

“hegemonia encorajada de coerção”¹⁰³⁸. A sociedade civil, portanto, não se constituiria em um ente independente do Estado e do mercado, um “terceiro setor” como alguns liberais a pensaram¹⁰³⁹.

Na busca pela hegemonia, qualquer movimento político “precisa não apenas criticar e se separar do projeto global vigente, mas deve principalmente apresentar propostas superiores e mais abrangentes de sociedade”¹⁰⁴⁰. Além de desconstruir as bases hegemônicas do grupo no poder, deve ser acompanhada por uma reinterpretação mais convincente da realidade. O grupo deve mostrar as suas capacidades de persuasão e de direção, mais do que a força e a dominação. “A hegemonia, então, não é a incorporação passiva das massas no Estado, sancionada só pelo sistema parlamentar, mas é acima de tudo a permanente movimentação de iniciativas que elevam a capacidade subjetiva e a participação dos indivíduos”¹⁰⁴¹.

O papel dos intelectuais orgânicos é central nessa batalha cultural. Ao tratar sobre o assunto, em *Os intelectuais e a organização da cultura*, Gramsci explica que o papel dos intelectuais dentro de um determinado grupo social nascido no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, é o de dar homogeneidade e consciência da sua função, “não apenas no campo econômico, mas também no social e no político”¹⁰⁴². Apesar de todas as pessoas serem intelectuais, apenas algumas exercem essa função específica¹⁰⁴³. Segundo Coutinho, são os intelectuais os agentes da consolidação de uma vontade coletiva, de um “bloco histórico”¹⁰⁴⁴. Trata-se da necessidade de desconstrução e construção na esfera da superestrutura, da cultura, da política etc. Para a construção da hegemonia é necessário que as bases hegemônicas do grupo no poder sejam desconstruídas, mas também deve essa desconstrução vir acompanhada de uma reinterpretação mais convincente da realidade¹⁰⁴⁵.

Assim, na ação dos intelectuais, a desmistificação de conceitos impregnados

¹⁰³⁸ Q.6, citado por SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 75.

¹⁰³⁹ SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 257.

¹⁰⁴⁰ SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 82.

¹⁰⁴¹ SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 85.

¹⁰⁴² GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. p. 3.

¹⁰⁴³ GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

¹⁰⁴⁴ COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 108.

¹⁰⁴⁵ SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

no senso comum (do ato infracional, por exemplo) é um passo importante na constituição de uma nova hegemonia. Para Gramsci, “o senso comum não é algo rígido e imóvel, mas se transforma continuamente, enriquecendo-se com noções científicas e com opiniões filosóficas que penetraram no costume”¹⁰⁴⁶. Apesar de não se confundir com o folclore, ele cria o futuro folclore, “uma fase relativamente enrijecida dos conhecimentos populares de uma certa época e lugar”¹⁰⁴⁷, e por isso, apesar de ter o bom senso como núcleo aproveitável, possui também três atributos negativos: 1) ser uma concepção desarticulada, inconsequente; 2) ser dogmático, pleno de certezas peremptórias; 3) ser conservador, desconfiado de qualquer transformação. Por outro lado, o bom senso, que se encontra em todo estrato social, transforma todos os homens em filósofos, sendo que a partir do bom senso é possível a constituição de um novo senso comum¹⁰⁴⁸. Assim, não se pode prescindir do senso comum para a construção de novas concepções, daí a necessidade de partir dele, a fim de criticá-lo, depurá-lo, unificá-lo e elevá-lo ao chamado bom senso, a visão crítica do mundo¹⁰⁴⁹.

Um ponto a se destacar é o de que o senso comum sobre determinado tema pode se confundir com a própria visão de mundo da classe dominante, a qual conseguiu, através da conquista da hegemonia, um espaço essencial de direção que legitima a própria dominação de classe. Dessa maneira, nota-se o caráter fundamental da ação política, “[...] a prática de uma pedagogia democrática, a organização das forças populares e o envolvimento ativo de intelectuais e massas na difícil tarefa de superar todo tipo de dominação existente nas estruturas econômico-jurídicas e nas relações intersubjetivas e sociais”¹⁰⁵⁰.

A constituição de uma hegemonia é, porém, um processo historicamente longo, devendo ser preparada por uma classe que lidera a constituição de um bloco histórico, articulando e dando coesão aos grupos sociais, que não são homogêneos, mas sim marcados por profundas contradições de classe, em prol da criação de uma

¹⁰⁴⁶ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* - Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 209.

¹⁰⁴⁷ GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. p. 178.

¹⁰⁴⁸ SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana, *Rev. Katál.*, Florianópolis v. 12 n. 1 p. 41-49 jan./jun. 2009.

¹⁰⁴⁹ GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. 2 ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

¹⁰⁵⁰ SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

vontade coletiva¹⁰⁵¹.

Uma classe é hegemônica, dirigente e dominante, até o momento em que – através de sua ação política, ideológica, cultural – consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder¹⁰⁵².

Dáí a importância de minar as bases culturais e ideológicas de uma determinada classe, como forma de construir uma nova hegemonia.

Dadas as características das relações entre mídia e sistema penal apontadas nos capítulos anteriores, passa-se a questionar que estratégias podem ser adotadas no intuito de superar o papel de legitimação e reprodução social das desigualdades desempenhado pelos meios de comunicação na complexidade das sociedades ocidentais atuais. A questão colocada é, em primeiro lugar, se essa função é inerente aos meios de comunicação, e, sobretudo, à atividade jornalística, dado que essa atividade surgiu concomitantemente ao capitalismo.

Grande parte dos autores marxistas, principalmente aqueles da Escola de Frankfurt e seus herdeiros, respondem que sim, que o jornalismo atua exclusivamente para a manutenção da ideologia burguesa¹⁰⁵³. Como nota Moretzsohn, esses autores “[...] fecham de tal modo o círculo que não deixam margem a qualquer vislumbre de mudança”¹⁰⁵⁴. Algumas vozes, porém, divergem dessa posição. No Brasil, destaca-se o trabalho de Adelmo Genro Filho, um dos primeiros autores a discutir teoria do jornalismo no país. Para ele, “o jornalismo não pode ser reduzido às condições de sua gênese histórica, nem à ideologia da classe que o trouxe à luz”¹⁰⁵⁵. Apesar de sua gênese ser burguesa e de ele ser uma das formas de manifestação e reprodução da hegemonia das classes dominantes, sua transformação em mercadoria foi contingencial das condições desse nascimento¹⁰⁵⁶. Isso não significa que essa atividade não possua potenciais emancipatórios.

¹⁰⁵¹ MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.

¹⁰⁵² GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. 2 ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

¹⁰⁵³ ADORNO, Theodor. *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2007. MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia: Jornalismo como produção de segunda natureza*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1989. ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos do Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos do estado*. 10. ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

¹⁰⁵⁴ MORETZSOHN, Sylvia Debossan. *Pensando contra os fatos: Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico*. Rio de Janeiro: Revan, 2007. p. 73.

¹⁰⁵⁵ GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide*. Porto Alegre: Tchê, 1986.

¹⁰⁵⁶ GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide*. Porto Alegre: Tchê, 1986. p. 46-47.

Mesmo na Escola de Frankfurt é possível encontrar em Benjamin, por exemplo – ainda que não trate especificamente do jornalismo – uma perspectiva que vê nos meios de comunicação possibilidades de resistência e superação da hegemonia burguesa. Genro Filho cita ainda Enzensberger, o qual indica as potencialidades político-revolucionárias dos meios eletrônicos de comunicação, os quais “não podem ser considerados como simples instrumentos de consumo ou manipulação”¹⁰⁵⁷.

A percepção de Gramsci sobre o papel dos jornais é analisada por Dênis de Moraes, que demonstra ser aquele filósofo um entusiasta da imprensa. Ao mesmo tempo em que denuncia a imprensa burguesa como aquela que assegura a existência do capitalismo, o consenso e a força física dos pequeno-burgueses, vê na imprensa operária um meio através do qual seria possível buscar a construção de um novo consenso¹⁰⁵⁸.

Enquanto aparelhos político-ideológicos que elaboram, divulgam e unificam concepções de mundo, jornais e revistas cumprem a função de “organizar e difundir determinados tipos de cultura” (GRAMSCI, 2000a, p. 32, grifos do autor), articulados de forma orgânica com determinado agrupamento social mais ou menos homogêneo, o qual contribui com orientações gerais para a compreensão dos fatos sociais¹⁰⁵⁹.

As ações contra-hegemônicas aparecem, em Gramsci, como “instrumentos para criar uma nova forma ético-política, cujo alicerce programático é o de denunciar e tentar reverter as condições de marginalização e exclusão impostas a amplos estratos sociais pelo modo de produção capitalista”¹⁰⁶⁰. É ela que propicia o aparecimento do contraditório onde havia o consenso. Assim, a hegemonia é o resultado das mediações de forças entre blocos em um contexto histórico. Seu caráter mutável e dinâmico aparece na ideia de que ela “pode ser reelaborada, revertida e modificada, em um longo processo de lutas, contestações e vitórias cumulativas”¹⁰⁶¹. Por isso, o jornalismo e os meios de comunicação em geral não são vistos de maneira estática, como se necessariamente voltados à reprodução

¹⁰⁵⁷ GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide*. Porto Alegre: Tchê, 1986.

¹⁰⁵⁸ MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.

¹⁰⁵⁹ MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.p. 65.

¹⁰⁶⁰ MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.p. 73.

¹⁰⁶¹ MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.p. 73.

social das desigualdades. Como observa Genro Filho, “as possibilidades de manipulação, proporcionadas pelos meios de comunicação de massa, são tão significativas quanto as potencialidades de desalienação e de autoconstrução consciente se tais meios forem pensados numa perspectiva revolucionária [...]”¹⁰⁶².

Assim, dois são os caminhos da luta no campo da comunicação social: o primeiro, o da regulação dos meios de comunicação sob concessão, garantindo inclusive o controle de conteúdos que não atingem ou que violem finalidades inscritas na ordem constitucional brasileira, especialmente o pluralismo e os direitos fundamentais; o segundo, o do investimento nas novas mídias, as quais, apesar de ainda não alcançarem toda a população em virtude da exclusão digital, é um meio barato e de enorme capacidade de difusão.

O próximo tópico busca aprofundar essa ideia de conquista da hegemonia através da batalha cultural a ser travada por intelectuais, jornalistas e forças populares, relacionando-se à realidade da ideologia penal dominante e aos meios de comunicação de massa, que, ao confirmar estereótipos, auxiliam na desagregação das classes subalternas e na perpetuação das relações de dominação.

4.2 Dois campos de ação na *Newsmaking criminology*: democratizar a comunicação tradicional; ocupar as novas mídias

Uma das questões que vêm incomodando os criminólogos críticos mundo afora, dos mais pessimistas aos mais otimistas é a quase impenetrabilidade dos resultados de suas pesquisas tanto no campo da produção de políticas públicas quanto no próprio discurso público sobre o crime. Este é um tema de profundos debates nas revistas científicas, tendo sido cunhado o termo criminologia pública (*public criminology*) para tratar sobre as estratégias a serem utilizadas para reverter esse processo¹⁰⁶³.

Chancer e McLaughlin observam que se até a década de 1970 as políticas públicas sobre o crime eram fortemente influenciadas pelo saber produzido por criminólogos na Europa, a partir de então houve um sintomático afastamento entre academia, política e público. O avanço do neoliberalismo e as mudanças nas sociedades europeia e norte-americana trouxeram desafios tanto à academia quanto

¹⁰⁶² GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide*. Porto Alegre: Tchê, 1986.

¹⁰⁶³ CHANCER, Lynn; McLAUGHLIN, Eugene. Public criminologies: diverse perspectives on academia and policy. *Theoretical criminology*, 2007, n. 11, p. 155-173.

à percepção pública sobre o crime. Assim, as categorizações que uma geração de criminólogos do pós-guerra davam por garantidas foram marginalizadas pela politização dos medos do crime; pelo deslocamento das políticas de justiça criminal em direção às vítimas; pela extensão do envolvimento do setor privado no controle do crime e na execução de serviços da justiça criminal. “O raciocínio criminológico é agora mediado e contestado por uma série de grupos de interesses, ativistas e uma multidão de atores institucionais e opiniões públicas vociferadores. E os criminólogos estão alienados da cultura política moderna porque crime, policiamento e punição definem questões eleitorais”¹⁰⁶⁴.

Essa percepção não é unânime dentre os criminólogos, sendo que alguns mais otimistas demonstram, por exemplo, a importância dos estudos dos criminólogos feministas na adoção de políticas públicas sobre a violência doméstica e o estupro. Além disso, há aqueles que julgam haver a possibilidade de as percepções sobre o crime serem influenciadas pela academia, desde que uma série de estratégias de visibilidade sejam adotadas. Por outro lado, as críticas a essa aproximação também são várias, já que se pode cair na armadilha de culpabilizar os cientistas sem uma análise mais profunda sobre a questão institucional¹⁰⁶⁵. Esse debate, bastante centrado nas realidades norte-americana e inglesa, passa pela capacidade de publicização e popularização dos resultados das pesquisas científicas por parte dos criminólogos, como nota Barak¹⁰⁶⁶. Os meios de comunicação de massa, nessa busca pela popularização do discurso acadêmico sobre o crime, exerceriam papel central. Contudo, são vários os desafios em jogo.

Como demonstrado por numerosos estudos (cf. cap. 1 p. II), existe uma contradição entre o modo como os meios de comunicação representam o crime e as estatísticas oficiais, e, por outro lado, entre as estatísticas oficiais e a cifra negra da criminalidade. As consequências de tal disparidade se encontram em outras estatísticas: as do encarceramento e das execuções sumárias. Se o sistema penal

¹⁰⁶⁴ CHANCER, Lynn; McLAUGHLIN, Eugene. Public criminologies: diverse perspectives on academia and policy. *Theoretical criminology*, 2007, n. 11, p. 155-173. p. 157. Tradução livre do original em inglês: “Criminological reasoning is now mediated and contested by a range of vociferous interest groups, activists and a multitude of institutional actors and public opinions. And criminologists are alienated from late modern political culture because crime, policing and punishment are defining electoral issues”.

¹⁰⁶⁵ Para algumas das críticas cf. as resenhas do livro *Public criminology?* publicados pela revista *British Journal of Criminology* (2011, n. 51 p. 707-738), com contribuições de Nils Christie, Elliott Currie, Helena Kennedy, Rod Morgan, Gloria Laycock, Joe Sim, Jacqueline Tombs e Reece Walters.

¹⁰⁶⁶ BARAK, Gregg. *Doing newsmaking criminology from within the academy*. *Theoretical Criminology*, 2007, n. 11, v. 2.p. 191-209.

capitalista tem como característica a reprodução das desigualdades – sejam elas de classe, raça, gênero, etnia ou opção sexual – cabe estabelecer uma estratégia de ação que permita, através da conquista de espaços nos aparelhos privados de hegemonia, apresentar os contradiscursos necessários a sua superação. Isso porque os discursos minimalistas e abolicionistas em matéria criminal vêm acompanhados de extrema rejeição no senso comum e nos meios de comunicação, os quais veem no sistema penal a solução para todos os problemas vinculados à insegurança do mundo atual¹⁰⁶⁷. E essa certeza a respeito da necessidade de maior controle penal advém propriamente de uma concepção distorcida sobre a criminalidade. Na busca por espaço nesse fundamental “aparelho privado de hegemonia” que é a mídia, numerosos autores vêm fazendo um chamado aos criminólogos críticos.

No estudo dos potenciais dos meios de comunicação como espaço de luta pela hegemonia, as categorias gramscianas serão úteis. Trazendo seus conceitos especificamente para o tema abordado neste trabalho, lança-se mão, ainda, de uma formulação teórica do professor norte-americano Gregg Barak, conhecida por *Newsmaking Criminology*.

No contexto do ápice da guerra contra as drogas nos Estados Unidos, Barak escreveu, em 1987, o artigo intitulado *Newsmaking criminology: reflections on the media, intellectuals, and Crime*. Nesse texto, o autor cunha o termo *Newsmaking criminology* para designar

[...] os esforços e atividades conscientes de interpretar, influenciar ou configurar a apresentação de itens noticiáveis sobre crime, buscando desmistificar as imagens do crime e da punição através da localização das descrições de casos de crimes “graves” no contexto de todas as atividades ilegais e lesivas; esforça-se para afetar as atitudes do público, pensamentos e discursos sobre o crime e a justiça de modo a facilitar uma política pública de “controle do crime”, com base em análises estruturais e históricas de desenvolvimento institucional; permite aos criminólogos levarem adiante seus conhecimentos e estabelecerem-se como vozes credíveis na arena de formação política da comunicação de massa; e pede dos criminólogos que desenvolvam linguagens de base popular e competências técnicas de comunicação para fins de participação na ideologia do crime e da justiça consumida em massa¹⁰⁶⁸.

¹⁰⁶⁷ BUDÓ, Marília De Nardin. *Newsmaking criminology*: o papel dos intelectuais na construção de um novo discurso sobre o crime nos media. *Comunicação & Cultura*, Lisboa, v. 14, outono-inverno 2012, p. 107-124.

¹⁰⁶⁸ BARAK, G. *Newsmaking Criminology: Reflections on the Media, Intellectuals, and Crime*. In: _____ (ed.). *Media, process and the social construction of crime*. New York: Garland, 1994. p. 237-260. p. 238. Tradução livre do original em inglês: “Newsmaking criminology refers to criminologists’ conscious efforts and activities in interpreting, influencing, or shaping the presentation of ‘newsworthy’

Barak declara partir, em seu trabalho, de dois pressupostos implícitos: o primeiro pressuposto é o de que “a construção social do crime e do desvio é parte da socialização política e ideológica envolvida na legitimação cultural da lei e da ordem – o resultado final é a conformidade e um maior controle social”¹⁰⁶⁹. Como consequência dessa primeira análise resulta o segundo pressuposto, de que “a desconstrução social e reinterpretação do crime e do desvio é parte de uma alternativa ou discurso de oposição capaz de desafiar a ordem jurídica e de produção social dominante”¹⁰⁷⁰.

Dialeticamente falando, o autor entende, na esteira do interacionismo simbólico, que a influência entre, de um lado, o pensamento e a ação da sociedade e, de outro, as representações da mídia, é recíproca e que, se ambos estão sujeitos à interação, cabe aos criminólogos se esforçarem para influenciar nesse processo em vários pontos. A ideia principal desenvolvida pelo autor é a de propiciar uma quebra com os diálogos exclusivamente entre acadêmicos em revistas científicas, de modo a atingir o público com seus conhecimentos sobre o crime e o desvio. Assim, torna-se necessário “expor a natureza cultural e político-econômica do problema criminal, e mostrar as conexões necessárias entre essa natureza e a maneira pela qual o crime costuma ser definido, como um tipo particular de patologia individual ou problema social”¹⁰⁷¹.

Para concretizar essa possibilidade, Barak faz um chamado aos criminólogos para engajarem repórteres, editores e produtores em uma dupla missão. Em

items about crime attempts to demystify images of crime and punishment by locating the mass media portrayals of incidences of ‘serious’ crimes in the context of all illegal and harmful activities; strives to affect public attitudes, thoughts, and discourses about crime and justice so as to facilitate a public policy of ‘crime control’ based on structural and historical analyses of institutional development; allows criminologists to come forth with their knowledge and to establish themselves as credible voices in the mass-mediated arena of policy formation; and asks of criminologists that they develop popularly based languages and technically based skills of communication for the purposes of participating in the mass-consumed ideology of crime and justice”.

¹⁰⁶⁹ BARAK, Gregg. *Media, process and the social construction of crime*. New York: Garland, 1994.p. xiv-xv. Tradução livre do original em inglês: “the social construction of crime and deviance is part of the ideological and political socialization involved in the cultural legitimation of law and order – the end result being conformity and enhanced social control”.

¹⁰⁷⁰ BARAK, Gregg. *Media, process and the social construction of crime*. New York: Garland, 1994.p. xiv-xv. Tradução livre do original em inglês: “the social deconstruction and reinterpretation of crime and deviance is part of an alternative or oppositional discourse capable of challenging the prevailing legal order and of producing social”.

¹⁰⁷¹ BARAK, Gregg. *Media, Society and Criminology*. In: _____ (ed.). *Media, process and the social construction of crime*. New York: Garland, 1994. p. 20-21. Tradução livre do original em inglês: “to expose the underlying cultural and political-economic nature of the crime problem, and to draw the necessary connections between this nature and the way in which crime is defined as a particular type of individual pathology or social problem”.

primeiro lugar, o autor convida os criminólogos a exporem “convenções jornalísticas e preconceitos sociais, exporem como esses formaram a cobertura (seleção e apresentação) de notícias sobre crimes (*crime stories*)”¹⁰⁷². Em segundo lugar, chama os mesmos criminólogos a irem além da crítica, de modo a se envolverem com os discursos populares mediatizados, “mas com visões alternativas, baseados mais em pesquisas científicas do que em tratados moralistas sobre o crime e o desvio”¹⁰⁷³. Seu interesse é o de saber se os criminólogos poderiam fazer análises estruturais e históricas sobre criminalidade e vitimização na comunicação de massa, de modo a ocupar o lugar das “mais tradicionais e a-históricas análises sobre pessoas “boas” e pessoas “más””¹⁰⁷⁴.

A questão colocada diante desse chamado é o “como”. Que métodos podem ser usados para que de fato os espaços midiáticos possam ser ocupados por um discurso crítico sobre o crime e a justiça penal? Os desafios são vários. Em primeiro lugar, a comunicação de massa é liderada por empresas, as quais têm no lucro com publicidade – e, portanto, com audiência – o seu sustento. Vende-se o que é demandado pelo público. Mas está o público interessado em um discurso crítico? Além disso, na medida em que se busca tratar de uma ruptura com a ideologia dominante, não são os próprios meios de comunicação representantes desse pensamento e interessados na manutenção do *status quo*?

4.2.1 Ocupar a mídia tradicional

Ciente de que tanto jornal impresso como televisão são dominados, seja nos Estados Unidos, seja no Brasil, por empresas, Barak também sabe que conquistar esse espaço demanda paciência e, sobretudo, muito esforço. É interessante notar, então, no que tange aos programas televisivos e aos jornais impressos, que o uso de fontes oficiais estatais, em grande medida no caso de crimes, permite que o Estado como sociedade política intervenha na sociedade civil, de modo a manter sua hegemonia. Campanhas de desinformação são, segundo Barak propiciadas pelo Estado, sendo que imagens muitas vezes deturpadas são divulgadas dia a dia.

¹⁰⁷² BARAK, Gregg. *Media, process and the social construction of crime*. New York: Garland, 1994.p. xiv.

¹⁰⁷³ BARAK, Gregg. *Media, process and the social construction of crime*. New York: Garland, 1994.p. xiv.

¹⁰⁷⁴ BARAK, Gregg. *Media, process and the social construction of crime*. New York: Garland, 1994.p. xiv.

Releases diários são enviados pelo FBI, por exemplo, à imprensa, de modo a oficialmente apresentar e disseminar a magnitude e as taxas dos crimes de rua (*street crimes*), mas não de crimes de colarinho branco ou corporativos (*suite crimes*)¹⁰⁷⁵.

Para o autor, esforços devem ser feitos para que isso seja modificado, de modo que outros temas sejam apresentados, como crimes do Estado, a questão da definição, o controle, crimes corporativos etc. Chegando a esses temas, a consequência é de que as estratégias de prevenção do crime vão requerer políticas públicas que não envolvam meramente as atividades do sistema de justiça criminal, mas aquelas que envolvam também os setores político, econômico e social¹⁰⁷⁶.

Para exemplificar os papéis que devem desempenhar os *newsmaking criminologists*, Barak fala sobre sua própria experiência, trabalhando em duas frentes principais. Antes de falar sobre elas, menciona a necessidade da constituição de uma rede de criminólogos interessados na construção das notícias, de modo que a atuação não seja isolada. Além disso, observa que a *Newsmaking criminology* depende justamente das habilidades dos criminólogos para aproveitar as oportunidades dentro dos *mass media*¹⁰⁷⁷.

Um primeiro modo de se inserir nos veículos de comunicação é se constituindo uma fonte confiável, credível para os repórteres nos temas criminais. Stuart Henry nota que o problema da posição do criminólogo como especialista, é que normalmente sua versão poderá ser confrontada por outros pontos de vista também credíveis, além de ele não ter controle sobre a direção em que a reportagem seguirá. Como o criminólogo crítico provavelmente irá desafiar o conteúdo tradicional da notícia sobre crime, é possível que ele seja realmente preterido em relação a outras fontes¹⁰⁷⁸. Segundo o autor, ser apenas um lado de uma reportagem que discuta, por exemplo, o crime em termos raciais, contribui apenas para reforçar a concepção existente do crime. Não é que qualquer

¹⁰⁷⁵BARAK, Gregg. *Doing newsmaking criminology from within the academy*. Theoretical Criminology, 2007, n. 11, v. 2.p. 191–209.

¹⁰⁷⁶BARAK, G. *Newsmaking Criminology: Reflections on the Media, Intellectuals, and Crime*. In: _____ (ed.). *Media, process and the social construction of crime*. New York: Garland, 1994. p. 237-260. p. 255.

¹⁰⁷⁷BARAK, G. *Newsmaking Criminology: Reflections on the Media, Intellectuals, and Crime*. In: _____ (ed.). *Media, process and the social construction of crime*. New York: Garland, 1994. p. 237-260..

¹⁰⁷⁸HENRY, Stuart. *Newsmaking criminology as replacement discourse*. In: BARAK, Gregg. (ed.) *Media, process and the social construction of crime: Studies in Newsmaking Criminology*. New York: Garland, 1994. p. 287-318. p. 292.

participação seja desimportante, “mas ela faz pouco mais do que reforçar a concepção existente do crime”¹⁰⁷⁹. Ainda, quando duas fontes igualmente credíveis trazem depoimentos opostos, os veículos tendem a optar pela que mais lhe agrada, normalmente dentro de uma lógica organizacional tendente à manutenção da ordem¹⁰⁸⁰.

Outro problema de o criminólogo ser usado como fonte é apontado em um estudo no qual os autores investigaram a participação de intelectuais em matérias jornalísticas. Segundo o estudo, os acadêmicos foram chamados apenas em análises abstratas sobre causas do crime, nunca para se posicionarem e defenderem diferentes formas de controle do crime, o que reforça a imagem do pesquisador como vivendo em uma “torre de marfim”¹⁰⁸¹.

Como um resultado dessa marginalização, os acadêmicos parecem ser restritos a oferecer as tão chamadas “teóricas” e “abstratas” noções sobre as causas do crime; mais ainda, algumas ideias sobre as teorias criminológicas são talvez tomadas como possuindo pouca relação com o mundo “real”. De fato, muitos governantes citados em nossa pesquisa ridicularizaram veementemente a pesquisa criminológica enquanto se engajavam em um crasso anti-intelectualismo¹⁰⁸².

Por outro lado, é possível afirmar que, a despeito da grande mídia hegemônica na atualidade, existem veículos alternativos que incentivam uma

¹⁰⁷⁹ HENRY, Stuart. Newsmaking criminology as replacement discourse. In: BARAK, Gregg. (ed.) *Media, process and the social construction of crime: Studies in Newsmaking Criminology*. New York: Garland, 1994. p. 287-318. Tradução livre do original em inglês: “but it does little more than reinforce the existing conception of crime”.

¹⁰⁸⁰ Um exemplo é o de um caso ocorrido no Rio Grande do Sul, no qual, pelo fato de um mesmo homem estar sendo investigado pela morte de doze meninos em cidades diferentes, dois delegados foram entrevistados a respeito. Enquanto um foi cauteloso e explicou que, por se tratar apenas de um inquérito policial não era possível afirmar a culpa do indiciado, o outro afirmou não apenas que ele seria condenado a trezentos anos de prisão, como que ele era um *serial killer*. Além de o destaque ter sido dado ao segundo delegado, daí para a frente apenas ele seguiu sendo entrevistado, bem como sua definição sobre o crime repercutiu em toda a cobertura posterior sobre o caso. BUDÓ, Marília Denardin. *Da construção social da criminalidade à reprodução da violência estrutural: os conflitos agrários no jornal*. Florianópolis: UFSC, 2008. Dissertação (Mestrado em Direito), Programa de Pós Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

¹⁰⁸¹ WELCH, Michael; FENWICK, Melissa; ROBERTS, Meredith. State managers, intellectuals, and the media: a content analysis of ideology in experts' quotes in feature newspaper articles on crime. In: POTTER, Gary W.; KAPPELER, Victor E. (eds.). *Constructing crime: Perspectives on making news and social problems*. 2 ed. Long Grove: Waveland, 2006. p. 70-92. p. 84.

¹⁰⁸² WELCH, Michael; FENWICK, Melissa; ROBERTS, Meredith. State managers, intellectuals, and the media: a content analysis of ideology in experts' quotes in feature newspaper articles on crime. In: POTTER, Gary W.; KAPPELER, Victor E. (eds.). *Constructing crime: Perspectives on making news and social problems*. 2 ed. Long Grove: Waveland, 2006. Tradução livre do original em inglês: “As a result of this marginalization, academics seem to be restricted to offering so-called “theoretical” and “abstract” notions about crime causation; moreover, such ideas about criminological theory are perhaps taken to mean that they have little relation to the “real” world. In fact, many state managers quoted in our sample vehemently ridiculed criminological research while engaging in crass anti-intellectualism”.

perspectiva crítica e humanista sobre os mais variados temas. Este é um espaço jornalístico que jamais deve ser desconsiderado na tentativa de mudança do pensamento sobre o crime, ainda que os leitores sejam mais selecionados e provavelmente já adeptos do pensamento crítico.

Para não se limitar ao papel de fonte, outra possibilidade de participação é na produção de temas criminais. No caso de Barak, sua ação envolveu a construção de uma rede de trabalho com pessoas que convergiam nas esferas sobrepostas do Estado, da comunidade e dos *mass media*. Essa rede foi desenvolvida a partir das relações com pessoas de diferentes posições no Poder Judiciário. Identificou-se publicamente como esquerdista, alinhando a si mesmo politicamente com todos os tipos de agendas e organizações progressistas. A partir da relação com essas organizações, bem como com órgãos estatais, Barak pode ocupar o cargo de consultor para produções relacionadas à mídia. É interessante notar, portanto, que o fato de o intelectual buscar popularizar um contradiscurso sobre o tema do crime não significa uma iluminação de uma elite sobre a massa, mas deve vir acompanhada de mobilização também com os movimentos sociais que se afinem ideologicamente com essa perspectiva crítica. Numerosos grupos sociais possuem o mesmo interesse, especialmente aqueles constituídos pelos mais afetados pelo senso comum do crime, os que sentem na pele a discriminação.

Para Henry, uma segunda maneira de fazer *Newsmaking criminology* é a de ocupar propriamente o papel do jornalista, construindo notícias assinadas por si próprio. Cita casos de criminólogos que viraram âncoras de programas e a possibilidade de elaborar matérias sobre conferências ou assuntos criminológicos. Essa é uma maneira de os criminólogos não se limitarem a responder passivamente aos desejos dos jornalistas para escrever reportagens sobre crime, mas exigir eles mesmos o controle do espaço das notícias criminais.

Henry apresenta ainda duas outras formas de ação dentro da *Newsmaking criminology*: o *self reporting* e o *confronting media*. No primeiro, o criminólogo é propriamente o sujeito sobre o qual se debruça a reportagem, por exemplo, quando divulga suas pesquisas através dos meios de comunicação de massa. Nesse caso, tem-se exclusividade como fonte e é possível questionar o seu conteúdo caso haja alguma incompreensão da pesquisa por parte do jornalista. A segunda estratégia coloca o criminólogo como um provocador, um agente que utiliza os meios de comunicação de massa para, através deles, apresentar os problemas relacionados à

cobertura realizada sobre o crime. Assim, a mídia torna-se tanto o sujeito do estudo quanto o objeto da crítica. É necessário, contudo, na criação das mensagens, a fuga dos temas previamente agendados pela mídia hegemônica, através da construção de pautas originais e críticas. Do contrário, ocorre uma “ibopização”, nas palavras de Machado: “[...] a aceitação acrítica do pressuposto de que só vale a pena falar daquilo de que todos já estão falando, só vale a pena ver aquilo que todos já estão vendo”¹⁰⁸³. Ao mesmo tempo, não é possível, a uma mídia que se pretenda crítica, a adoção de atitudes radicais que se choquem diretamente com o senso comum. Como nota Moretzsohn, isso pode provocar a rejeição do público, frustrando-se o esforço de comunicação na origem¹⁰⁸⁴.

Um desafio interessante diante dessas estratégias é a ausência de formação específica por parte dos criminólogos para saberem como agir diante das câmeras, por exemplo, ou mesmo para se expressarem de maneira simplificada, clara e concisa. Os jornalistas devem traduzir alguns termos do discurso criminológico para que o público entenda. O problema ocorre quando os jornalistas já possuem uma reportagem e precisam apenas de um nome credível a quem atribuir valor à matéria, o que ocorre frequentemente¹⁰⁸⁵.

Afora essas estratégias pontuais de ocupação de espaços nas mídias tradicionais, em especial no jornalismo, cabe destacar a necessária luta pela democratização desses mesmos meios.

4.2.2 Lutar pela democratização da comunicação

¹⁰⁸³ MACHADO, Arlindo. Apresentação à edição brasileira. In: DOWNING, John D. H. *Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. 2 ed. São Paulo: Senac, 2004. p. 9-14. p. 12.

¹⁰⁸⁴ MORETZSOHN, Sylvia Debossan. Mídia e sistema penal: o senso comum criminológico e as dificuldades de um discurso à contracorrente. In: OLIVEIRA, Rafael Santos de; BUDÓ, Marília De Nardin. *Mídias e direitos da sociedade em rede*. Ijuí: Unijuí (no prelo).

¹⁰⁸⁵ GREEK, Cecil. Becoming a media criminologist: is “Newsmaking Criminology” possible? In: BARAK, Gregg. (ed.) *Media, process and the social construction of crime: Studies in Newsmaking Criminology*. New York: Garland, 1994. p. 265-286. Após apresentar algumas dessas dificuldades, Greek apresenta um verdadeiro guia sobre como se comportar em entrevistas, debates, entrevistas por telefone, para jornal impresso, rádio, TV ao vivo ou gravada, além de indicar alguns manuais para auxílio. Justifica essa sua dedicação com algumas gafes cometidas por ele próprio diante do microfone.

Para além dos consagrados direitos individuais subjetivos relacionados à liberdade de expressão – como a liberdade de manifestação pública de pensamentos, opiniões, juízos de valor, críticas, crenças (religiosas ou não) – a Constituição Federal de 1988 trouxe a garantia da liberdade de comunicação, disposta a partir dos três elementos constitutivos do processo de comunicação – emissor-mensagem-receptor. Daí que o âmbito de proteção da liberdade de comunicação compreenda a faculdade de investigar, o direito de informar e a faculdade de receber ou não informação¹⁰⁸⁶.

Se o direito de informar, há bem pouco tempo, era exercido, sobretudo, por jornalistas profissionais através de meios de comunicação comerciais, hoje é possível afirmar que ele atinge a sua quase plenitude, quando os meios técnicos de comunicação livre através da internet se tornam uma realidade. O “cidadão digital” aparece como figura central da chamada “cibercultura”, ainda que haja muitos questionamentos a respeito seja da exclusão digital, seja da real participação esclarecida dos indivíduos na internet.

Por outro lado, os meios de comunicação tradicionais seguem sendo preponderantes, ainda que o consumo de internet seja elevado. É, ainda, a grande mídia comercial que continua pautando, na maior parte das situações, as preocupações públicas, bem como a agenda política em várias áreas.

Outra questão fundamental é a tendência à oligopolização da comunicação, através da compra de veículos por grandes corporações transnacionais, consagrando os valores do mercado em seus produtos midiáticos, além dos grupos locais que exercem poder determinante na política e são, muitas vezes de propriedade de políticos¹⁰⁸⁷. Segundo Görden, no Brasil a oligopolização “é fenômeno relativamente recente, fruto do binômio político de segurança e soberania nacional desencadeado pela ditadura militar, a partir de meados dos anos 1960, e das reacomodações mundiais do capitalismo financeirizado”¹⁰⁸⁸.

¹⁰⁸⁶ FARIAS, Edilson Pereira de. *Liberdade de expressão e comunicação: Teoria e proteção constitucional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

¹⁰⁸⁷ Para uma radiografia das concessões de rádio e TV no Brasil, cf. a plataforma “Donos da Mídia”, criado pelo FNDC e vem sendo constantemente atualizado. Lá, é possível identificar a distribuição de concessões de acordo com região do país, acionista, vinculação dos acionistas a cargos políticos etc. FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO. *Donos da mídia*. Disponível em: <<http://www.donosdamidia.com.br/>>. Acesso em: 01 set. 2013.

¹⁰⁸⁸ GÖRGEN, James. *Sistema central de mídia*: proposta de um modelo sobre os conglomerados de comunicação no Brasil. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. 142 f. p. 63.

No caso da televisão brasileira, essa concentração aparece especialmente no número de grupos afiliados. Assim, poucas empresas conseguem inserir conteúdos em todo o território brasileiro, graças aos canais de distribuição, que têm alcance nacional.

Isoladamente, redes como SBT (37), Globo (35) e Record (30) relacionam-se com pelo menos 30 conjuntos de entidades cada uma. Ou seja, as três somadas agregam 102 grupos, mais da metade do total de 183 existentes no País. Acrescentando os dados de Bandeirantes (22) e Rede TV! (21) chega-se ao percentual de 80% dos grupos ligados às cinco maiores redes comerciais. Por consequência, este resultado se reflete também na quantidade de veículos controlados de forma direta e indireta. Metade dos 2.422 veículos ligados às redes possui ligação com alguma das cinco maiores redes de televisão ou das três maiores redes de rádio¹⁰⁸⁹.

Como visto, no capítulo 1 desta segunda parte, numerosos grupos da sociedade civil organizada mundo afora, em conjunto com autores que denunciam diariamente a lógica perversa de que se reveste a comunicação na atualidade vêm lutando pela alteração dos marcos jurídicos que (des)regulam as concessões e o conteúdo dos meios de comunicação, em especial a radiodifusão e a televisão.

No Brasil, um importante movimento foi criado com o objetivo de implementar a previsão constitucional relacionada à garantia institucional da comunicação social, já construída com dificuldades e muita luta na época da Constituinte, e que se concretizou nos arts. 220 a 224 da Constituição Federal de 1988¹⁰⁹⁰. Essa previsão constitucional, apesar de ser eficaz por possuir igual valor jurídico e poder ser aplicada para solucionar casos concretos, na prática costuma ser violada, mostrando-se evidente a necessidade de uma regulamentação legal dessa garantia institucional. Ocorre que regulamentar a comunicação social implica em desafiar poderes econômicos fortíssimos, e com frequência resulta em ataques, com o uso da própria mídia, sob o (falso) argumento da censura. O ideal do “livre mercado de ideias” povoa o discurso dos proprietários de veículos de comunicação, representados, no Brasil, por associações como, por exemplo, a Associação Nacional dos Jornais (ANJ), Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Associação Nacional dos Editores de Revista (Aner) e o Grupo de

¹⁰⁸⁹ GÖRGEN, James. *Sistema central de mídia*: proposta de um modelo sobre os conglomerados de comunicação no Brasil. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. 142 f. p. 86.

¹⁰⁹⁰ GÖRGEN, James. *Sistema central de mídia*: proposta de um modelo sobre os conglomerados de comunicação no Brasil. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. 142 f.

Diários América (GDA)¹⁰⁹¹. Contudo, trata-se de uma liberdade restrita à capacidade econômica, o que enfraquece um dos princípios essenciais da liberdade de comunicação: o pluralismo.

É em nome do pluralismo, contra a formação de monopólios e oligopólios de mídia, bem como pela qualidade das mensagens transmitidas especialmente através da televisão, que um forte movimento vem se desenvolvendo no país nos últimos anos¹⁰⁹². Criada ainda nos anos 1990, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) é uma entidade que, junto com numerosos órgãos da sociedade civil, vem encabeçando a luta pela democratização da comunicação. O projeto de lei pela Mídia democrática e a campanha “Para expressar a liberdade” são os mais recentes campos de sua atuação, além da pesquisa divulgada sobre a propriedade dos meios de comunicação no Brasil, intitulada “Donos da mídia”¹⁰⁹³.

Em 2009, os movimentos sociais envolvidos com a questão em pauta, além de donos de jornais, jornalistas e o poder público participaram da I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom). Dentre os seus resultados está a construção da Plataforma para o Marco Regulatório das Comunicações, baseada nas mais de 600 proposições aprovadas no encontro, a partir da qual a campanha “Para expressar a liberdade” foi construída, sobretudo diante da não implementação da plataforma aprovada na Confecom. As diretrizes da campanha e que coincidem com as propostas contidas no projeto de lei, bem como em leis já aprovadas na América Latina, como a Argentina, são: 1. Arquitetura institucional democrática; 2. Participação social; 3. Separação de infraestrutura e conteúdo; 4. Garantia de redes abertas e neutras; 5. Universalização dos serviços essenciais; 6. Adoção de padrões abertos e interoperáveis e apoio à tecnologia nacional; 7. Regulamentação da

¹⁰⁹¹ Um bom exemplo é o do editorial do jornal “O Globo” do dia 07 de setembro de 2013, especialmente nos trechos que seguem: “O próprio mantra da “democratização da mídia” não tem qualquer sustentação na realidade. Pois não há falta de pluralidade nos meios de comunicação num país em que existem 521 concessões de televisão — das quais, 317 comerciais e 204 públicas e educativas”. “Resta provado que os melhores agentes do “controle social da mídia” são o leitor, o ouvinte, a autorregulamentação e o controle remoto. É assim que funciona nas democracias, ainda mais em mercados competitivos como o brasileiro”. O QUE significa ‘democratização da mídia’, *O Globo*, 07 set. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/opiniaio/o-que-significa-democratizacao-da-midia-9866217#ixzz2iZfeXTiS>> Acesso em: 15 set. 2013. Para uma importante apreciação crítica da transformação ideológica da “regulação das comunicações” em “censura”, cf. PIERANTI, Octavio Penna. Censura versus regulação de conteúdo: em busca de uma definição conceitual. In: SARAIVA, Enrique; MARTINS, Paulo Emílio Matos; PIERANTE, Octavio Penna. *Democracia e regulação dos meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 129-142.

¹⁰⁹² FARIAS, Edilsom Pereira de. *Liberdade de expressão e comunicação: Teoria e proteção constitucional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

¹⁰⁹³ FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO. *Donos da mídia*. Disponível em: <<http://www.donosdamidia.com.br/>>. Acesso em: 01 set. 2013.

complementaridade dos sistemas e fortalecimento do sistema público de comunicação; 8. Fortalecimento das rádios e TVs comunitárias; 9. Democracia, transparência e pluralidade nas outorgas; 10. Limite à concentração nas comunicações; 11. Proibição de outorgas para políticos; 12. Garantia da produção e veiculação de conteúdo nacional e regional e estímulo à programação independente; 13. Promoção da diversidade étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de classes sociais e de crença; 14. Criação de mecanismos de responsabilização das mídias por violações de direitos humanos; 15. Aprimoramento de mecanismos de proteção às crianças e aos adolescentes; 16. Estabelecimento de normas e códigos que objetivem a diversidade de pontos de vista e o tratamento equilibrado do conteúdo jornalístico; 17. Regulamentação da publicidade; 18. Definição de critérios legais e de mecanismos de transparência para a publicidade oficial; 19. Leitura e prática críticas para a mídia; 20. Acessibilidade comunicacional¹⁰⁹⁴.

Na América Latina já existe um precedente de regulamentação democrática dos meios de comunicação, a *Ley de medios* argentina. Segundo Moraes, a lei argentina acolheu a reivindicação de que haja, em igualdade de condições, prestadores de serviços de radiodifusão sob concessão pública, a gestão estatal, a privada sem fins lucrativos e a privada com fins lucrativos. Dessa maneira, torna-se possível “[...] reverter a predominância do setor privado-comercial no sistema de mídia, pois estabelece equanimidade em termos de acesso, participação, prerrogativas e representatividade entre as três instâncias envolvidas”¹⁰⁹⁵. A lei vem sendo elogiada por diversos organismos internacionais, até mesmo a ONU, que a vê como um modelo a ser seguido¹⁰⁹⁶.

A ideia é, portanto, a partir da construção de uma legislação que regule os meios de comunicação, permitir o acesso aos meios de comunicação por parte de movimentos sociais, ONGs, e garantir, sobretudo, a pluralidade das mensagens

¹⁰⁹⁴ FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO. *Campanha “Para expressar a liberdade, uma nova lei para um novo tempo”*: princípios e objetivos. Disponível em: <<http://www.paraexpres.saraliberdade.org.br/>>. Acesso em: 23 out. 2013.

¹⁰⁹⁵ MORAES, Dênis de. Por que a *Ley de medios* da Argentina é referência para a América Latina. *Quem tem medo da democracia*. Disponível em: <<http://quemtemmedodademocracia.com/colunas/batalha-da-midia/denis-de-moraes-por-que-a-ley-de-medios-da-argentina-e-referencia-para-a-america-latina/>>. Acesso em: 23 out. 2013.

¹⁰⁹⁶ A referida lei provocou enormes protestos por parte dos grandes veículos de comunicação, em especial o gigante Clarín. Apesar das pesadas acusações – por parte, evidentemente, dos setores oligopolistas mais atingidos – de que o governo estaria intervindo demais na esfera da liberdade de expressão, mostrando-se antidemocrático, em outubro de 2013 a lei foi declarada constitucional pela Suprema Corte da Argentina.

transmitidas pelos meios de comunicação, assim como as representações sociais. A imagem do negro, do pobre, do índio, dos grupos LGBT, costuma ser estereotipada e reproduzir as relações de dominação, além da questão da desigualdade, o que, em parte, é de responsabilidade da concentração da mídia. Da mesma maneira, o preconceito contra adolescentes acusados de atos infracionais corresponde a esse pensamento hegemônico, cuja quebra passa, necessariamente, pela democratização dos meios de comunicação.

De qualquer maneira, outro aspecto interessante das mídias tradicionais é o fato de os veículos hegemônicos sempre terem sido desafiados na prática por mídias alternativas com o objetivo de ressignificar a visão dominante de mundo. Essas mídias surgiram e se desenvolveram antes e independentemente da internet. Daí que, falar hoje em mídia radical, em jornalismo contra-hegemônico etc., não é exatamente uma novidade. Downing explica que, com a expressão mídia radical se quer referir “à mídia – em geral de pequena escala e sob muitas formas diferentes – que expressa uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas”¹⁰⁹⁷.

Para Downing, muitos dos meios de comunicação radical alternativa pertencem ao modelo gramsciano de tentativa de contestar as estruturas ideológicas e suplantá-las com uma visão alternativa, além de em algumas circunstâncias também terem o papel de “quebrar o silêncio, refutar as mentiras e fornecer a verdade”, no modelo da contra-informação¹⁰⁹⁸. Um dos seus principais papéis é aquele de questionamento de pensamentos tão arraigadamente ligados à estrutura hegemônica que levam à chamada “autocensura”, especialmente aquela que chega a ser instintiva e inconsciente. Sua relação com os movimentos sociais é dialética, na medida em que muitas vezes surgem a partir deles, outras vezes precedem a sua fundação. Com as novas mídias, porém, a mídia radical encontra um meio fundamental de empreender as suas lutas. É o que se estudará a seguir.

4.2.3 Ocupar as novas mídias

Em novembro de 1997, Cecil Greek apresentou, no encontro anual da

¹⁰⁹⁷ DOWNING, John D. H. *Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. 2 ed. São Paulo: Senac, 2004. p. 22.

¹⁰⁹⁸ DOWNING, John D. H. *Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. 2 ed. São Paulo: Senac, 2004. p. 49.

American Society of Criminology, um relato de sua experiência com o uso da Internet para a divulgação de informações sobre crime e justiça criminal¹⁰⁹⁹. O trabalho, intitulado *Using the Internet as a Newsmaking Criminology Tool*, explicava as vantagens da internet para a divulgação de uma visão alternativa, fora dos estereótipos costumeiramente apresentados pela mídia tradicional de massa. Nesse momento, entretanto, apenas as pessoas familiarizadas com uma linguagem especial, ou que soubessem manusear complicados programas de computador tinham acesso na produção de informações pela internet. Além disso, seu alcance era ainda restrito, dado o fato de que não havia internet ADSL, e sequer o uso de e-mail era comum, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil. Então, apesar de a internet desde o seu princípio ter representado uma excelente alternativa, seu acesso era bastante limitado.

Passados dezesseis anos dessa conferência, torna-se mais fácil visualizar o significado das hoje chamadas “novas mídias”. Ainda que já tenha se expandido e se desenvolvido durante vários anos, segundo Castells “a comunicação mediada pela *Internet* é um fenômeno social recente demais para que a pesquisa acadêmica tenha tido a oportunidade de chegar a conclusões sólidas sobre seu significado social”¹¹⁰⁰. Essa dificuldade se sobressai nas rápidas transformações que o próprio uso da *web* sofre¹¹⁰¹.

Na definição de Moraes, a internet é “[...] um ecossistema digital caracterizado por arquitetura descentralizada, multiplicação de fontes de emissão, disponibilização ininterrupta de dados, sons e imagens, utilização simultânea e interações singulares”¹¹⁰². Trata-se de um novo lugar de embate de discursos e práticas, com a característica de ser naturalmente plural, ressalvada, é claro, a realidade ainda presente da exclusão digital. A internet aparece, todavia, nesse contexto, como uma arena na qual lutas e conflitos pela hegemonia são travadas, com a facilidade do

¹⁰⁹⁹ GREEK, Cecil. Using the Internet as a Newsmaking Criminology Tool. *American Society of Criminology Annual Meeting*, San Diego, CA, 1997. Disponível em: <<http://www.fsu.edu/~crimdo/asc-sd.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

¹¹⁰⁰ CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede: a era da informação – economia, sociedade e cultura*. vol. 1. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. p. 442.

¹¹⁰¹ Em razão das várias mudanças que a web sofreu desde o seu surgimento, hoje é frequente encontrar o uso do termo web 2.0 para designar o seu desenvolvimento atual, em razão da possibilidade de interatividade, com o surgimento dos chats, blogs, redes sociais etc. LÉVY, Pierre; LEMOS, André. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus, 2010.

¹¹⁰² MORAES, Dênis de. Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas. *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*, v. IX, n. 2, mayo-ago. 2007.

acesso público e gratuito. E, por isso, ela aparece como uma ferramenta essencial na batalha cultural contemporânea pela produção de uma percepção alternativa sobre o sistema penal.

Lévy e Lemos caracterizam essa realidade como o surgimento de uma “cibercultura”:

[...] o conjunto tecnocultural emergente no final do século XX impulsionado pela sociabilidade pós-moderna em sinergia com a microinformática e o surgimento das redes telemáticas mundiais; uma forma que modifica hábitos sociais, práticas de consumo cultural, ritmos de produção e distribuição da informação, criando novas relações no trabalho e no lazer, novas formas de sociabilidade e de comunicação social¹¹⁰³.

Para Lévy, a transformação da esfera pública ocorrida com as novas tecnologias de informação e comunicação afeta positivamente quatro domínios da democracia: as capacidades de aquisição de informação, de expressão, de associação e de deliberação dos cidadãos¹¹⁰⁴. De fato, a grande conquista dessa mudança essencial no acesso ao discurso é o que os autores chamam de liberação da palavra¹¹⁰⁵. A liberação da emissão, um dos maiores princípios da assim chamada cibercultura ocorre de maneira ampla, através de sons, imagens, textos, produzidos e distribuídos livremente. “O novo *médium* é então particularmente favorável a uma superação do espaço público clássico e à liberação do polo da emissão, controlado na economia política clássica por grandes empresas monopolistas”¹¹⁰⁶. Dessa liberação de qualquer dependência técnica ou econômica, decorre, para os autores, a máxima: “libera-se a emissão, conecta-se a interesses comunitários e reconfigura-se a esfera pública”¹¹⁰⁷.

A cibercultura é, então, um contraponto à cultura de massa tão atacada pelos teóricos frankfurtianos: se eles denunciavam a mercantilização da esfera cultural, a indústria cultural homogeneizante, empobrecedora, limitadora das potencialidades libertárias, padronizadora, ligada ao poder totalitário, à imposição do gosto, presa à

¹¹⁰³ LÉVY, Pierre; LEMOS, André. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus, 2010. p. 22.

¹¹⁰⁴ LÉVY, Pierre. A mutação inacabada da esfera pública. Prefácio à edição brasileira. In: LÉVY, Pierre; LEMOS, André. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus, 2010. p. 14.

¹¹⁰⁵ LÉVY, Pierre; LEMOS, André. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus, 2010. p. 87.

¹¹⁰⁶ LÉVY, Pierre; LEMOS, André. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus, 2010. p. 88.

¹¹⁰⁷ LÉVY, Pierre; LEMOS, André. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus, 2010. p. 88.

lógica do capital, certamente se entusiasmariam com os produtos da cibercultura, que supre nichos esquecidos e negligenciados pela massificação cultural¹¹⁰⁸. Qualquer pessoa pode divulgar produções originais, garantindo a pluralidade, a diferença e a liberdade. Trata-se, assim, da constituição de uma nova era para a mídia alternativa, dentro da chamada “Internet radical”¹¹⁰⁹.

Um exemplo muito evidente disso é o jornalismo digital, pois, apesar de os grandes jornais norte-americanos desde o início dos anos 1990 já possuírem a versão *online*, seu formato é incomparável na atualidade. Enquanto até bem pouco tempo os jornais *online* se resumiam a uma cópia da versão impressa, hoje eles se aproveitam dos recursos que a internet exclusivamente propicia, como o hipertexto, o uso de vídeos, fotografias e, sobretudo, o espaço ilimitado associado à instantaneidade na veiculação da informação. Nas versões online dos jornais de televisão, têm-se as mesmas vantagens: não é necessário disputar o tempo, dado que ele é inesgotável. A internet ainda permite uma aproximação entre o produtor da mensagem e o receptor, o qual, por sua vez, através dos comentários postados também se torna formador de opinião, avaliando imediatamente o conteúdo dos jornais online. Afora isso, a interatividade conduz a uma maior participação do usuário, de modo que o conteúdo a ser consumido passa a ser selecionado e ordenado pelo próprio receptor, e não mais pelo jornalista ou editor, com o auxílio, muitas vezes, de outros mecanismos da internet, como os *blogs*, o *twitter* e as redes sociais.

Outro dado a ser destacado é a possibilidade de o usuário não apenas selecionar e organizar a informação, mas também de produzi-la. Talvez o momento mais revolucionário da internet seja o que está sendo vivido na atualidade com o surgimento dos *blogs*. Trata-se do chamado “jornalismo participativo”, através do qual discursos antes jamais ouvidos passam a ameaçar o monopólio da informação por parte das empresas. Como nota Juan Varela, “diferentemente do que ocorreu em outras épocas, a opinião pública já não se reflete apenas na opinião publicada”¹¹¹⁰, sendo que a própria desconfiança em relação às empresas

¹¹⁰⁸ LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. 3 ed. São Paulo: 34, 2010. p. 93.

¹¹⁰⁹ FORD, Tamara Villarreal; GIL, Genève. A Internet radical. In: DOWNING, John D. H. *Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. 2 ed. São Paulo: Senac, 2004. p. 269-307.

¹¹¹⁰ VARELA, Juan. Jornalismo participativo: o Jornalismo 3.0 In: ORDUÑA, Octavio I. Rojas; ALONSO, Alonso; ANTÚNEZ, José Luis; ORIHUELA, José Luis; VARELA, Juan. *Blogs: revolucionando os meios de comunicação*. Tradução de VerticeTranslate. São Paulo: Thomson Learning, 2007. p. 54.

jornalísticas e seus interesses permitem o surgimento do chamado “Jornalismo 3.0”, pautado no desenvolvimento de um “sentido de comunidade e a conexão com a realidade na informação” por meio da utilização da *Internet*.¹¹¹¹

Os *blogs* constituem os protagonistas dessa mudança. Por não trazerem dificuldades técnicas e serem gratuitos, eles permitem a todos a publicação na rede, trazendo um “leque de opções dos internautas de levar para a rede conteúdos próprios sem intermediários, atualizados e de grande visibilidade para os pesquisadores”¹¹¹². Em função disso, os blogueiros vêm sendo tidos como ameaças a governos ditatoriais, como é o caso do Irã e do Egito, nos quais se noticiou a perseguição e a prisão de alguns deles. Mas não é apenas aos governos que os *blogs* podem representar uma ameaça. Também a mídia tradicional vem sendo assaltada com críticas contundentes por parte de blogueiros, sendo que muitos se transformaram em “observatórios da imprensa”¹¹¹³. Diante da possibilidade de imediata desmoralização através da internet, os veículos tradicionais podem estar passando por um momento de maior cuidado na divulgação das informações.

Algumas das funções dos blogs são apontadas abaixo:

[...] um filtro social de opiniões e notícias, um sistema de alerta prévio para as mídias, um sistema de controle e crítica dos meios de comunicação, um fator de mobilização social, um novo canal para as fontes convertidas em mídias, um novo formato aplicável às versões eletrônicas dos meios tradicionais para as coberturas extensas, catástrofes e acidentes, um enorme arquivo que opera como memória da web, o alinhamento privilegiado e sua alta densidade de links de entrada e saída e, finalmente, a grande conversação de múltiplas comunidades cujo objetivo comum é o conhecimento compartilhado [...]¹¹¹⁴.

Na verdade, o que vem ocorrendo com frequência é a própria utilização de informações contidas nos *blogs* como fontes para notícias a serem transmitidas nos meios tradicionais. Os *blogs* constituem também, portanto, uma nova forma de

¹¹¹¹ VARELA, Juan. Jornalismo participativo: o Jornalismo 3.0 In: ORDUÑA, Octavio I. Rojas; ALONSO, Alonso; ANTÚNEZ, José Luis; ORIHUELA, José Luis; VARELA, Juan. *Blogs: revolucionando os meios de comunicação*. Tradução de VerticeTranslate. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

¹¹¹² ORIHUELA, José Luis. Blogs e blogosfera: o meio e a comunidade. In: ORDUÑA, Octavio I. Rojas; ALONSO, Alonso; ANTÚNEZ, José Luis; ORIHUELA, José Luis; VARELA, Juan. *Blogs: revolucionando os meios de comunicação*. Tradução de VerticeTranslate. São Paulo: Thomson Learning, 2007. p. 2.

¹¹¹³ FOLETTTO, Leonardo. Blogosfera X Campo Jornalístico: aproximação e conseqüências. In: AMARAL, Adriana; RECUERO, Raquel; MONTARDO, Sandra Portella (Orgs.) *Blogs.com: estudos sobre blogs e Comunicação*. São Paulo: Momento Editorial, 2009. p. 205.

¹¹¹⁴ ORIHUELA, José Luis. Blogs e blogosfera: o meio e a comunidade. In: ORDUÑA, Octavio I. Rojas; ALONSO, Alonso; ANTÚNEZ, José Luis; ORIHUELA, José Luis; VARELA, Juan. *Blogs: revolucionando os meios de comunicação*. Tradução de VerticeTranslate. São Paulo: Thomson Learning, 2007. p. 9-10.

busca de pautas interessantes e importantes. Assim, seja na relação entre novas mídias e mídias tradicionais, seja na relação entre governo e sociedade, o ambiente virtual vem revolucionando a possibilidade de debates públicos para a discussão de assuntos relevantes e polêmicos¹¹¹⁵.

Dentre as novas mídias é interessante destacar, ainda, o surgimento e expansão dos *microblogs*, em especial o *Twitter*, apontados na atualidade como importantes ferramentas jornalísticas. Essa nova mídia vem sendo utilizada pelos veículos tradicionais como meio de divulgação de matérias expostas em seus websites, o que demonstra que, apesar de serem uma inédita e importante alternativa à mídia tradicional, as novas mídias não se opõem necessariamente a ela¹¹¹⁶.

Numerosos criminólogos têm construído seus próprios *blogs*, no intuito de divulgar suas pesquisas, tecer comentários sobre fatos, ou mesmo criar espaços de debate. O empecilho que surge é o de chamar o público para acessá-lo, tendo em vista que a maioria de seus visitantes costuma ser composta por alunos, colegas ou mesmo pesquisadores interessados nos temas debatidos. Falta, então, um modo de conquistar leitores, conseguir se fazer conhecido, através da sua divulgação em *websites*, em outros *blogs* e, sobretudo, nas redes sociais, como o Facebook. Percebe-se, porém, que o uso das novas mídias não substitui o espaço a ser conquistado nas mídias tradicionais, das diferentes formas apresentadas acima.

Além dessa questão, é necessário considerar a crítica de Moretzsohn ao chamado jornalismo participativo, devido ao fato de que as coberturas dos chamados “cidadãos digitais”, por estarem descompromissadas com o objetivo de esclarecimento, não corresponderiam às responsabilidades arraigadas ao ideal iluminista dessa atividade. Para a autora, esse “cidadão digital”, o blogueiro, por exemplo, não é um jornalista, na medida em que não assume compromissos com a reflexão, nem possui a credibilidade que a mediação jornalística propicia, de maneira que não é possível abandonar a necessidade de inserir o discurso crítico no jornalismo tradicional. A partir da crítica ao próprio processo produtivo ao qual estão

¹¹¹⁵ OLIVEIRA, Rafael Santos de. Dos primórdios da internet à blogosfera: implicações das mudanças nos fluxos informacionais na sociedade em rede. In: TYBUSCH, Jerônimo Siqueira; ARAUJO, Luiz Ernani Bonesso de; SILVA, Rosane Leal da (orgs.). *Direitos emergentes na sociedade global*. Ijuí: Unijuí, 2013. p. 321-352.

¹¹¹⁶ ESCOBAR, Juliana. Blogs como nova categoria de webjornalismo. In: AMARAL, Adriana; RECUERO, Raquel; MONTARDO, Sandra Portella (Orgs.) *Blogs.com: estudos sobre blogs e Comunicação*. São Paulo: Momento Editorial, 2009. p. 269.

submetidos os veículos tradicionais da mídia, algumas fissuras podem surgir para a entrada desse discurso crítico, de maneira a propiciar um trabalho criador: “trabalho resultante do processo de suspensão da cotidianidade, capaz de levar à reflexão e fornecer, no movimento de retorno ao cotidiano, elementos que contribuam para um novo senso comum”¹¹¹⁷.

Como nota Genro Filho, “trata-se, fundamentalmente, de criar as mediações e os canais adequados para que os *conteúdos sociais* (o plural aqui é indispensável) que, antes eram desprezados na comunicação, passem a ter hegemonia no processo. O que é diferente de manipular o meio de comunicação diretamente”¹¹¹⁸.

Outras críticas, contudo, devem ser levadas em consideração em relação às novas mídias. A internet, por mais acessível que seja, se comparada às mídias tradicionais, também é cravada de ambiguidades, sobretudo no que tange aos direitos humanos. Assim como ganham espaço ativistas defensores desses direitos, é difícil de imaginar como nas modernas democracias os discursos de ódio alcançariam tanta repercussão, como alcançam através da internet.

Além disso, observa Moraes que “é um erro supor que as aberturas na Internet possam sobrepujar o cenário de transnacionalização da comunicação, inclusive no campo virtual, onde corporações midiáticas fincam seus tentáculos com agressividade, controlando os sites mais populares e com isso atraindo crescentemente anúncios e patrocínios”¹¹¹⁹. A própria restrição do acesso à *Web* em países periféricos é um importante óbice no caminho da democratização, o que, contudo, reflete as relações desiguais de poder e dinheiro que existem entre as nações.

Outra questão fundamental a ser avaliada é a dificuldade de as “webmídias” interferirem no conjunto da sociedade civil, como se os discursos fossem dirigidos a grupos especializados, geralmente já convencidos das posições defendidas. Os prováveis motivos dessa segmentação seriam, para Moraes: “inadequação de linguagens ou de formatos, excessiva instrumentalização político-ideológica dos discursos informativos, escassa penetração da Internet nas zonas populacionais

¹¹¹⁷ MORETZSOHN, Sylvia Debossan. *Pensando contra os fatos: Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico*. Rio de Janeiro: Revan, 2007. p. 286.

¹¹¹⁸ GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide*. Porto Alegre: Tchê, 1986.

¹¹¹⁹ MORAES, Dênis de. Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas. *Revista de Enonomía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*, v. IX, n. 2, mayo-ago. 2007.

carentes, ausência de políticas coordenadas de comunicação eletrônica”¹¹²⁰. Daí a necessidade de se pensar estratégias que possibilitem a atuação nas duas frentes: de um lado, na democratização das mídias tradicionais, freando, assim, a participação do capital na produção cultural; de outro lado, na elaboração de táticas de uso das novas mídias, buscando atingir públicos não iniciados no discurso crítico.

Apesar de entusiastas dos potenciais da Internet na produção de uma nova era da mídia radical, Ford e Gil também encaram com ceticismo o seu desenvolvimento, especialmente se considerado o fato de que os avanços tecnológicos introduzidos no campo das comunicações, a despeito de todas as expectativas utópicas que os envolveram, acabaram se desenvolvendo como tecnologias manipuladas para gerar lucros à indústria¹¹²¹. Entram aí também a exclusão digital, as questões relativas a algumas formas de censura, e a espionagem através da Internet.

Outro ponto fundamental de debate é aquele que diz respeito à tendência a certa ingenuidade que reveste o discurso daqueles que compreendem a tecnologia como possibilidade de mudança da sociedade, quando, na verdade, a tecnologia é instrumentalizada através das mesmas relações de poder e dominação características dessa sociedade. Assim, os mesmos conflitos que a caracterizam na vida concreta, irão caracterizar a esfera virtual. Como nota Moretzsohn,

É assim que se pode afirmar o fetiche da internet, que se apresenta como o que não é. Em tese – mas apenas em tese – trata-se de um vasto campo propício ao diálogo e à participação política, mas não se pode jamais esquecer de que, justamente por isso, a internet reflete as contradições e hierarquias que estão na sociedade. Não é possível elidir a questão do poder: não só quem manda ou quem controla, mas quem tem autoridade ou prestígio para falar e ser ouvido. Essas hierarquias não se rompem simplesmente com a chegada de um novo aparato tecnológico¹¹²².

Daí que, com frequência, os blogues se limitem a reproduzir conteúdos produzidos pelos grandes grupos econômicos de comunicação; até mesmo as mídias alternativas sejam agendados pelas mídias hegemônicas; os discursos de

¹¹²⁰ MORAES, Dênis de. Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas. *Revista de Enonomía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*, v. IX, n. 2, mayo-ago. 2007.

¹¹²¹ FORD, Tamara Villarreal; GIL, Genève. A Internet radical. In: DOWNING, John D. H. *Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. 2 ed. São Paulo: Senac, 2004. p. 269-307.

¹¹²² MORETZSOHN, Sylvia Debossan. O mundo “divertido”: o fetiche da internet e a mobilização política nas redes sociais, *Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global*, v.1, n. 2, jul.dez./2012, p. 310-327. p. 319.

ódio de todos os tipos repercutam com grande velocidade e abrangência¹¹²³. Entre “ciberotimistas” e ciberpessimistas”, cabe destacar, sem sombra de dúvidas, a importância dessa nova base material para o contradiscurso sobre o crime e o ato infracional; mas a estrutura não se modificará se a luta não transcender o espaço virtual a ocupar as mídias tradicionais e as ruas. Além disso, é fundamental o retorno a Gramsci e o reconhecimento de que o senso comum jamais deve ser desconsiderado na busca pelo bom senso.

4.3 Os movimentos sociais e a luta pela emancipação social

Apesar de este não ser o objetivo último deste trabalho e de não ser possível, nos seus limites, aprofundar o assunto, é fundamental observar que a luta pela construção de um discurso contra-hegemônico sobre o crime e o ato infracional imprescindem da força de mobilização dos grupos excluídos que são os mais afetados pelo discurso violento da mídia. Ingressa aí o papel dos movimentos sociais de luta pelos direitos da infância, de um lado, e os movimentos de familiares de presos, ainda em gestação no Brasil, além, é claro, dos movimentos negro, feminista, LGBT etc., além da potencial construção de novos movimentos, caracterizados pelo uso das novíssimas tecnologias de informação e comunicação.

Como visto no início deste capítulo, por ser necessariamente partidária, a criminologia crítica exige de seus estudiosos uma profunda conexão com o objetivo final de transformação social, o que não é possível alcançar apenas na pesquisa científica: o engajamento do intelectual na luta política é um pressuposto. Já em Gramsci, de quem várias ferramentas teóricas têm sido tomadas emprestadas neste trabalho, a singularidade do saber popular é valorizada. Contudo, a necessidade de

¹¹²³ A respeito dos conflitos sociais que se expressam na web, é interessante a análise realizada por Moretzsohn nos comentários de uma notícia que relatava a degola de sete pessoas por um homem. Os 376 comentários foram na sua absoluta maioria destinados a manifestações do “[...] senso comum criminológico, traduzidas em prescrições legislativas e sugestões de penas corporais de sabor medieval, ao mesmo tempo em que deploram a ineficácia ou a lentidão do Judiciário e o consequente apelo à ação direta, com o apoio ao linchamento. Não faltaram, claro, a condenação aos direitos humanos, o clamor pela pena de morte e, até, pela tortura. Apenas o último comentário aqui relacionado expressa a necessidade de respeito à lei e a um julgamento justo”. Essa realidade é já bastante comum nas notícias, inclusive naquelas que relatam espancamentos, torturas e outras formas de violência policial, legitimando-as. MORETZSOHN, Sylvia Debossan. Mídia e sistema penal: o senso comum criminológico e as dificuldades de um discurso à contracorrente. In: OLIVEIRA, Rafael Santos de; BUDÓ, Marília De Nardin. *Mídias e direitos da sociedade em rede*. Ijuí: Unijuí (no prelo).

socialização do conhecimento se torna uma função dos intelectuais, que se tornam conectados às lutas políticas dos subalternos¹¹²⁴. Diferentemente dos intelectuais tradicionais, que Gramsci exemplifica com a categoria eclesiástica, e que se consideram autônomos e independentes do grupo social dominante¹¹²⁵, os intelectuais orgânicos, além de especialistas na sua profissão, “[...] elaboram uma concepção ético-política que os habilita a exercer funções culturais, educativas e organizativas para assegurar a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representam”¹¹²⁶.

Em primeiro lugar, como visto, as ferramentas de que dispõem hoje tanto os intelectuais quanto os grupos de base dos quais fazem parte são numerosas, e não é em razão do predomínio absoluto do discurso hegemônico e das falas de intelectuais orgânicos ao mercado que os intelectuais orgânicos às classes subalternas devem se desestimular. Semeraro, ao buscar analisar a pertinência e atualidade da figura do intelectual orgânico na sociedade atual, afirma que as ferramentas disponíveis hoje não devem ser menosprezadas.

Embora Gramsci esteja aberto ao novo, não o aceita acriticamente. Assim como o trabalhador deve se modernizar, tornando-se cientificamente especializado e tecnicamente habilitado até as fronteiras mais avançadas do conhecimento e da produção, sem cair na mecanização e na escravidão do sistema, também o intelectual deve estar atualizado e desenvolver pesquisas inovadoras, sem se deixar “taylorizar”¹¹²⁷.

Daí a importância de se reconhecer a necessidade tanto do engajamento com movimentos sociais hoje existentes no campo dos direitos da infância e dos direitos humanos ligados à superação da violência do sistema penal, quanto fundar movimentos que permitam a educação popular em direitos humanos. Somente assim será possível ao intelectual orgânico sair de sua torre de marfim.

São várias, portanto, as frentes de trabalho: a ocupação da mídia tradicional, a luta pela democratização da comunicação, a ocupação das novas mídias e, junto a tudo isso, a participação da construção de movimentos ligados às classes

¹¹²⁴ SEMERARO, Giovanni. Intelectuais "orgânicos" em tempos de pós-modernidade, *Cad. Cedes*, Campinas, v. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006.

¹¹²⁵ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* - Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 209.

¹¹²⁶ SEMERARO, Giovanni. Intelectuais "orgânicos" em tempos de pós-modernidade, *Cad. Cedes*, Campinas, v. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006. p. 378.

¹¹²⁷ SEMERARO, Giovanni. Intelectuais "orgânicos" em tempos de pós-modernidade, *Cad. Cedes*, Campinas, v. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006. p. 384.

subalternas, na luta pela sua mobilização por direitos e pela exigência de que suas necessidades sejam atendidas.

No campo dos direitos da infância, o movimento mais conhecido e interessante, por ter sido construído com o objetivo de reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de transformação social é o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, já referido nos tópicos 1.1.4 da Parte I e 3.2.1 da Parte II deste trabalho. Em sua tese de doutorado, Resende observa, contudo, que este movimento se encontra em crise. Este movimento não vem se utilizando das ferramentas disponíveis pela internet para a organização efetiva de uma rede. Não dispõe de site atualizado, não divulga suas atividades através da internet, e se encontra hoje, com grandes dificuldades de articulação nacional¹¹²⁸.

Por outro lado, numerosos outros agrupamentos da sociedade civil vêm se mobilizando para garantir o avanço em matéria de direitos da criança e do adolescente e, simultaneamente, frear as propostas punitivistas frequentes no Parlamento (cf. 3.2.1). Duas frentes interessantes de atuação têm sido, de um lado, as instituições que participam como grupos de pressão no Parlamento e cujas pautas podem ser lidas no site do Instituto de Estudos Socioeconômicos¹¹²⁹; de outro lado, a ANDI Comunicação e Direitos, que vem construindo ferramentas de intervenção na cobertura noticiosa sobre a criança e o adolescente¹¹³⁰. Por outro lado, no que tange à questão criminal em geral, são poucos os movimentos que se mobilizam, muito mais movimentos de vítimas, buscando o incremento das leis penais, do que movimentos minimalistas ou abolicionistas.

Assim, não apenas os intelectuais devem se atualizar na utilização das novas ferramentas disponíveis para a desconstrução do discurso hegemônico e produção de um discurso crítico sobre o ato infracional e o crime; também os movimentos sociais estão se articulando em redes, mostrando que a participação política é uma realidade em permanente transformação.

Quando se trabalha com as diversas questões que circundam a o período atual, é comum observar uma crítica a respeito da redução do espaço público e a invasão do privado. O sentido de comunidade, assim como o de política, modificam-

¹¹²⁸ RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de discurso crítica e etnografia: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sua crise e o protagonismo juvenil*. Tese (doutorado). Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Brasília, 2008.

¹¹²⁹ INESC. *Criança no Parlamento*. Disponível em: <<http://www.criancanoparlamento.org.br/>> Acesso em: 30 ju. 2013.

¹¹³⁰ ANDI. *Comunicação e Direitos*. Disponível em: <www.andi.org.br>. Acesso em: 30 jul. 2013.

se sobremaneira na atualidade. Talvez esse seja um dos motivos pelos quais as lutas políticas coletivas gerem uma comum estranheza, e costumem ser tratadas como atos individuais e privatizados. Uma contraposição a esse lugar comum da individualização de tudo são as organizações que dão lugar aos novos movimentos sociais.

A despolitização de atos estritamente políticos por parte da sociedade que se organiza em função de interesses unidos coletivamente é frequente, tanto por parte da sociedade, já desacostumada com a existência de uma esfera pública de organização para o debate de temas que lhe interessam, quanto por parte do Estado, o qual desde já se exime de responsabilidade e resume a sua atitude em repressão penal e policial. A mídia contribui, sem dúvidas, para esse tipo de desfecho, já que os atos são noticiados também segundo o senso comum individualista, como sendo atos de pessoas privadas que ameaçam sobremaneira a propriedade privada, direito este o mais defendido.

Como salienta Bauman, um problema que se mostra na atualidade é que “a arte de reinventar os problemas pessoais sob a forma de questões de ordem pública tende a se definir de modo que torna excessivamente difícil ‘agrupá-los’ e condensá-los numa força política”¹¹³¹. Apesar de ter sido o momento em que os direitos sociais começaram a sofrer uma contração em função da crise do Estado providência, a década de oitenta foi, segundo Santos, brilhante no que se refere ao pilar da participação social. “Foi a década dos movimentos sociais e da democracia, do fim do comunismo autoritário e do *apartheid*, do fim do conflito Leste-Oeste e de um certo abrandamento (momentâneo?) da ameaça nuclear”¹¹³². No Brasil, foi a década da abertura política e do ressurgimento dos movimentos sociais sufocados pela ditadura militar, e surgimento de outros novos. “Em síntese, os novos atores sociais que emergiram na sociedade civil brasileira, após 1970, à revelia do Estado, e contra ele num primeiro momento, configuraram novos espaços e formatos de participação de relações sociais”¹¹³³.

Segundo Wolkmer, os novos movimentos sociais “devem ser entendidos como *sujeitos coletivos transformadores, advindos de diversos estratos sociais e*

¹¹³¹ BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.p. 15.

¹¹³² SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2005.p. 18.

¹¹³³ GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2004. p. 303.

integrantes de uma prática política cotidiana com certo grau de 'institucionalização', imbuídos de princípios valorativos comuns e objetivando a realização de necessidades humanas fundamentais"¹¹³⁴.

A novidade desses movimentos em relação aos anteriores, como o sindical, por exemplo, é o fato de não atuarem nem na esfera privada nem na esfera pública; de serem minimamente institucionalizados. Como nota Santos, a "novidade dos NMs [novos movimentos sociais] não reside na recusa da política mas, ao contrário, no alargamento da política para além do marco liberal da distinção entre Estado e sociedade civil"¹¹³⁵.

A participação popular inerente aos movimentos sociais traz uma dinâmica interessante na luta pelos direitos, na discordância, no exercício da democracia.

Só se pode entender a força e o papel dos movimentos sociais contemporâneos quando contextualizados na historicidade cíclica do presente, marcada por profunda crise político-econômica em nível mundial. A insegurança das populações diante da impotência das instituições políticas clássicas (debilidade do sistema representativo, falência do Estado do Bem-Estar Social e deterioramento da qualidade de vida) impelem o crescimento dos movimentos sociais e/ou organizações não-estatais que buscam reorganizar a vida social e redefinir a vida política¹¹³⁶.

Nesse sentido, a característica exposta por Santos, de que os movimentos sociais buscam a politização das mais diversas relações sociais, demonstra que a limitação da cidadania em seu conceito liberal não é suficiente.

Como se sabe, o direito nunca consegue acompanhar no mesmo ritmo as mudanças sociais. Dificilmente o direito consegue cobrir, em seu devido tempo, as necessidades humanas que surgem no decorrer das transformações da sociedade¹¹³⁷. Além disso, ainda quando os direitos são reconhecidos e positivados, não há relação direta com a sua efetividade. Exemplo claro disso é a Constituição Federal de 1988, que assegura vários direitos fundamentais, de todas as gerações, sendo que, na realidade, o poder público não atua no sentido de efetivá-los, bem como os privados, sejam indivíduos, sejam empresas.

¹¹³⁴ WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo jurídico*: Fundamentos de uma nova cultura no Direito. São Paulo: Alfa Ômega, 2001. p. 122. Grifos no original.

¹¹³⁵ SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice*: O social e o político na pós-modernidade. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

¹¹³⁶ WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo jurídico*: Fundamentos de uma nova cultura no Direito. São Paulo: Alfa Ômega, 2001.p. 123.

¹¹³⁷ "A produção jurídica formal e técnica do Estado moderno só atinge parcelas da ordem social, achando-se quase sempre em atraso, relativamente às aspirações jurídicas mais desejadas, vivas e concretas da sociedade como um todo". WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo jurídico*: Fundamentos de uma nova cultura no Direito. São Paulo: Alfa Ômega, 2001.p. 153.

Nos países da América Latina, “as reivindicações de dão, sobretudo, no nível dos direitos civis, políticos e sociais”¹¹³⁸. A luta pelos direitos acaba sendo uma condição de sua eficácia e, nesse sentido, limitar o conceito de cidadania à possibilidade de votar e ser votado é um tanto quanto insuficiente. Logo, fica claro que a participação não é uma concessão do Estado, não é dádiva, porque se assim fosse não seria conquista. Da mesma maneira, a cidadania não pode ser vista como concessão.

De acordo com Demo, a participação é conquista, é um processo, no sentido legítimo do termo¹¹³⁹. Ela é infundável, um constante vir a ser, sempre se fazendo. Assim, participação é, em essência, autopromoção e existe enquanto conquista processual. A participação implica em opor-se ao poder dominante, construindo outro poder capaz de realizar e efetivar aquelas reivindicações que irão promover as classes desfavorecidas, sistematicamente excluídas da participação na riqueza que ajudaram a produzir. Para o autor, a forma dos excluídos garantirem seus direitos está na construção de canais de participação que passam fundamentalmente pela organização de Sociedade Civil, com ênfase na organização sindical e partidária, além do acesso à educação e à cultura.

Mesmo em se reconhecendo a absoluta preponderância nos diversos meios do conceito de cidadania dentro do marco liberal, hoje os movimentos sociais vêm atuando de forma que realizam vários deslocamentos daquele conceito, recriando-o. A começar pela própria coletivização das reivindicações. O modelo liberal de sociedade caracteriza-se pela privatização da vida social. “E, com base na suposição de que apenas a ação econômica privada pode conduzir ao bem-estar econômico, desaconselha a ação social e política. Conseqüentemente, caracteriza-se pela *individualização e despolitização da cidadania*”¹¹⁴⁰. Nesse sentido, a cidadania é um conceito individual, no sentido de defesa e não de reivindicação. A sociedade, constituída de indivíduos atomizados seria o espaço privado, econômico, “condensando o político na esfera estatal pública”¹¹⁴¹.

Nesse sentido, Andrade busca recolocar a questão da cidadania, através de um deslocamento do seu conceito liberal, para um novo conceito a partir de sua

¹¹³⁸ WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo jurídico: Fundamentos de uma nova cultura no Direito*. São Paulo: Alfa Ômega, 2001.p. 164.

¹¹³⁹ DEMO, Pedro. *Participação é conquista*. São Paulo: Cortez. 1988.

¹¹⁴⁰ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Cidadania: Do direito aos direitos humanos*. São Paulo: Acadêmica, 1993. p. 110. Grifos no original.

¹¹⁴¹ *ibid.* p. 111.

materialidade social, demonstrando que a sua relação com a democracia encontra-se invertida. De acordo com o conceito liberal, a cidadania “é concebida [...] com o direito à representação política e o cidadão definido como indivíduo titular de direitos eleitorais (votar e ser votado) e do direito de exercer cargos públicos”¹¹⁴². O conceito de cidadania está ligado diretamente ao de democracia representativa ou indireta. A cidadania, nesse marco, é apenas um instrumento para a legitimação do poder político¹¹⁴³.

A participação, dentro desse conceito, não é estimulada, já que o espaço do cidadão é separado do espaço do indivíduo, e reduzido ao voto. O cidadão é vinculado à esfera pública, chamado a participar periodicamente, enquanto o homem é privado. “Explica-se, assim, porque o conceito liberal de cidadania circunscreve-se ao âmbito da representação em detrimento da participação”¹¹⁴⁴. O indivíduo, por seu turno, é apenas um, jamais percebido dentro do grupo social que o envolve.

Nesse aspecto se dá a importância dos movimentos sociais. Eles se constituem como luta de grupo, expressando as suas inconformidades politicamente, apesar de não ser de forma restrita ao voto. O contexto atual não se conforma com a cidadania individual, “plasmam-se demandas por construções coletivas da cidadania [...] ao mesmo tempo em que, para além da representação política, a cidadania aponta para a participação em sentido amplo, através de sua evidente politização”¹¹⁴⁵.

Da mesma maneira, a cidadania não pode ser vista como conceito estanque. Isso porque as modificações na sociedade trazem novas demandas, e com elas, novos atores sociais a participar. Resultado disso, “os direitos adquiridos têm impulsionado os sujeitos sociais à reivindicação de novos direitos, de forma que direitos novos podem ser enunciados sempre que houver novos enunciadores. A cidadania traz consigo, pois, a possibilidade permanente de sua reinvenção”¹¹⁴⁶.

¹¹⁴² ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Sistema penal máximo x cidadania mínima: Códigos da violência na era da globalização*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. p. 66.

¹¹⁴³ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Cidadania: Do direito aos direitos humanos*. São Paulo: Acadêmica, 1993. p. 121.

¹¹⁴⁴ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Sistema penal máximo x cidadania mínima: Códigos da violência na era da globalização*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. p. 69.

¹¹⁴⁵ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Cidadania: Do direito aos direitos humanos*. São Paulo: Acadêmica, 1993. p. 129.

¹¹⁴⁶ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Sistema penal máximo x cidadania mínima: Códigos da violência na era da globalização*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. p. 73. “No quadro das ciências sociais hoje, a cidadania apresenta-se como igualdade e como reconhecimento das diferenças, como incorporação de novos direitos que surgem durante a luta, na ampliação dos canais

Assim, é oportuna a relação de quatro deslocamentos ao conceito de cidadania liberal realizadas por Andrade, para a construção de um novo conceito:

1. apreensão da categoria cidadania como processo histórico e dimensão política de conteúdo mutável, mobilizado pela participação política;
2. cidadania como dimensão que engloba o conjunto dos direitos (e deveres) humanos, instituídos e instituintes; “centrada na participação como sua alavanca mobilizadora, o que envolve uma conscientização popular a respeito de sua importância ou, em outras palavras, uma pedagogia da cidadania”.
3. cidadania construída a partir de ações “coletivas e plurais de classes, grupos e movimentos sociais (que reenviam à realização das diferenças e o respeito às minorias)”;
4. cidadania moldando a democracia (possível e sem fim).¹¹⁴⁷

Diante desses deslocamentos, a atuação dos movimentos sociais se mostra essencial para a realização da cidadania. Da mesma maneira, ao se perceber a cidadania não como um mecanismo de legitimação das instituições liberais, ou seja, sendo moldada pela democracia representativa, passa a ser o mecanismo de construção de uma democracia participativa, superando, assim, as limitações do conceito liberal. A cidadania moldada de acordo com as exigências das instituições gerou um excesso de regulação e um déficit de emancipação social. Por isso, de forma a reverter essa situação, a busca pela emancipação só pode se dar a partir desse deslocamento.

Para Santos, a politização do social, do cultural, e do pessoal “abre um campo imenso para o exercício da cidadania, e revela no mesmo passo as limitações da cidadania de extração liberal, inclusive da cidadania social, inscrita no marco do Estado e do político por ele constituído”¹¹⁴⁸. Assim, é possível pensar novos

democráticos e sobretudo na possibilidade de inventar/criar a nova sociedade sonhada por quem luta. Assim, cidadania é sempre construção, não mera concessão do Estado, como pretendiam os liberais”. COSTA, Cléria Botelho da. Tema: representações e cidadania. In: MOLINA, Mônica Castagna Et. al. (Orgs.) *O direito achado na rua* - Introdução crítica ao direito agrário. v. 3. p. 145-152. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. p. 152.

¹¹⁴⁷ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Sistema penal máximo x cidadania mínima*: Códigos da violência na era da globalização. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. p. 75, 76 e 78. “Com base nos deslocamentos propostos, é possível chegar a uma aproximação conceitual da cidadania como sendo a dimensão de participação/inclusão na e responsabilidade pela vida social e política (espaço público local, regional, nacional, global, [...]), e através da qual a reivindicação, o exercício e a proteção de direitos, deveres e necessidades se exterioriza enquanto processo histórico de luta pela emancipação humana, ambigüamente tensionado pela regulação social”. *ibid.* p. 77

¹¹⁴⁸ SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice*: O social e o político na pós-modernidade. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2005.p. 263-264.

exercícios de cidadania, diante das conquistas realizadas, mas que não são irreversíveis, e novas formas de cidadania, sendo elas

colectivas e não meramente individuais; assentes em formas político-jurídicas que, ao contrário dos direitos gerais e abstractos, incentivem a autonomia e combatam a dependência burocrática, personalizem e localizem as competências interpessoais e colectivas em vez de as sujeitar a padrões abstractos; atentas às novas formas de exclusão social baseadas no sexo, na raça, na perda de qualidade de vida, no consumo, na guerra, que ora ocultam e legitimam, ora complementam e aprofundam a exclusão baseada na classe social.¹¹⁴⁹

Esperar pela atuação do poder público é entender a cidadania como concessão. Além disso, a democracia se mostra frágil diante da ausência da política. “Se há algo importante a fazer em termos de consolidação democrática, é reforçar a organização da sociedade para dar embasamento social ao político, isto é, para democratizar o poder”¹¹⁵⁰.

Apesar de a atuação dos movimentos sociais representar exatamente essa redefinição do conceito de cidadania e, por consequência, uma reconstrução da democracia, grande parte dos meios de comunicação massivos no Brasil, bem como integrantes de grupos detentores de poder político e econômico, percebem seus atos como ameaças à democracia.

[...] as relações de poder são constitutivas da sociedade porque aqueles que detêm o poder constroem as instituições segundo seus valores e interesses. O poder é exercido por meio da coerção (o monopólio da violência, legítima ou não, pelo controle do estado) e/ou pela construção de significado na mente das pessoas, mediante mecanismos de manipulação simbólica. As relações de poder estão embutidas nas instituições da sociedade, particularmente do Estado. Entretanto, uma vez que as sociedades são contraditórias e conflitivas, onde há poder há também contrapoder – que considero a capacidade de os atores sociais desafiarem o poder embutido nas instituições da sociedade com o objetivo de reivindicar a representação de seus próprios valores e interesses¹¹⁵¹.

Na atualidade, se está visualizando mais uma transformação no conceito de movimentos sociais. As manifestações organizadas em rede nos últimos anos, a começar pelo *Occupy Wall Street*, passando pela “Primavera árabe” e chegando às manifestações ocorridas no Brasil durante a Copa das confederações em 2013 e chamadas “Jornadas de junho”, percebe-se uma movimentação bastante

¹¹⁴⁹ SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2005.p. 263-264.

¹¹⁵⁰ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.p. 227.

¹¹⁵¹ CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 10.

diferenciada seja dos tradicionais movimentos institucionalizados como o movimento operário, seja dos novos movimentos sociais, caracterizados pela sua desinstitucionalização, mas por uma pauta coletivamente decidida.

Castells, em seu novo livro *“Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet”* faz uma tentativa de compreender esses movimentos. Como nota o autor, a segunda fonte para estabelecer poder, ou seja, “a construção de significado na mente das pessoas” é mais decisiva e estável. “É por isso que a luta fundamental pelo poder é a batalha pela construção de significado na mente das pessoas”¹¹⁵². E ela se modifica sobremaneira quando há, à disposição, uma ferramenta livre e plural de produção de discursos. “Assim, a mudança do ambiente comunicacional afeta diretamente as normas de construção de significado e, portanto, a produção de relações de poder”¹¹⁵³.

Para o autor, houve, nos últimos anos, uma mudança fundamental no domínio da comunicação: a emergência da autocomunicação, possível através da internet e das redes sem fio como plataformas da comunicação digital¹¹⁵⁴. “É autocomunicação porque a produção da mensagem é decidida de modo autônomo pelo remetente, a designação do receptor é autodirecionada e a recuperação de mensagens das redes de comunicação é autosselecionada”. Essa característica da internet, a de ser uma autocomunicação de massa, faz com que ela forneça “[...] a plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social, seja ele individual ou coletivo em relação às instituições da sociedade”¹¹⁵⁵. É essa autonomização que impulsiona, segundo o autor, o desenvolvimento dos movimentos sociais em “redes”.

Os movimentos sociais exercem o contrapoder construindo-se, em primeiro lugar, mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional. Como os meios de comunicação de massa são amplamente controlados por governos e empresas de mídia, na sociedade em rede a autonomia de comunicação é basicamente construída nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio. As redes

¹¹⁵² CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 11.

¹¹⁵³ CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 11.

¹¹⁵⁴ CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 11.

¹¹⁵⁵ CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 12.

sociais digitais oferecem a possibilidade de deliberar sobre e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida¹¹⁵⁶.

O movimento social em rede, contudo, somente pode ser considerado um movimento social quando efetivamente a indignação individual se conecta com outros indivíduos através da comunicação. “Em termos concretos, se muitos indivíduos se sentem humilhados, explorados, ignorados ou mal representados, eles estão prontos a transformar sua raiva em ação, tão logo superem o medo”¹¹⁵⁷. Ao tomarem conhecimento de um evento insuportável ocorrido com alguém com quem se identificam é possível que a indignação se transforme em ação.

Na tentativa de compreensão das redes de indignação, que pode ser visibilizada no Brasil no caso “Onde está o Amarildo?”¹¹⁵⁸, Castells se ocupa de sistematizar as características comuns dos movimentos sociais na era da internet. A primeira delas seria o fato de esses movimentos serem conectados em rede de múltiplas formas: “inclui redes sociais on-line e off-line, assim como redes preexistentes e outras formadas durante as ações do movimento. Formam-se redes dentro do movimento, com outros movimentos do mundo todo, com a blogosfera da internet, com a mídia e com a sociedade em geral”¹¹⁵⁹. Trata-se de uma estrutura descentralizada, o que maximiza as chances de participação no movimento, ao mesmo tempo em que dificulta a identificação de líderes pelos órgãos repressores.

Para o autor, apesar de os movimentos se iniciarem nas redes sociais da internet, elas apenas se tornam um movimento ao ocupar o espaço urbano, através de manifestações de rua, ocupações etc. Outra característica é a de que “os movimentos são simultaneamente locais e globais”. Frequentemente iniciam em razão de problemas locais, em contextos específicos, mas ao constituírem suas

¹¹⁵⁶ CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 14.

¹¹⁵⁷ CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 19.

¹¹⁵⁸ CARVALHO, Igor. As redes perguntam: “Onde está Amarildo?”, *Revista Fórum*, 23 jul. 2013, 12:33 pm. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/blog/2013/07/o-povo-pergunta-onde-esta-o-amarildo/>> Acesso em: 25 jul. 2013. A partir do compartilhamento da informação de que Amarildo, um pedreiro morador da favela da Rocinha, havia desaparecido após ter sido levado à sede da Unidade de Polícia Pacificadora da Rocinha, protestos locais foram realizados, por moradores, mas também em outras localidades, de modo que a frase “Onde está o Amarildo?” apareceu em diversas cidades nas Jornadas de Junho, além de ser frequentemente referida nas redes sociais. Após a pressão, o relatório do inquérito policial concluiu que Amarildo foi torturado e morto dentro da sede da UPP, tendo sido dez policiais indiciados. CORRÊA, Douglas. Inquérito indiciou dez policiais militares pelo desaparecimento de Amarildo, *Brasil de Fato*, 02 out. 2013. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/26128>>. Acesso em: 05 out. 2013.

¹¹⁵⁹ CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 160.

redes na internet se conectam com o mundo inteiro, trocam experiências com grupos de outros lugares do mundo e possuem consciência da interligação dos problemas da humanidade em geral¹¹⁶⁰.

Contudo, uma característica dos movimentos sociais na atualidade vem sendo a demanda por criminalização de condutas. Seja por parte de indivíduos, seja de grupos organizados, o aumento de penas ou a criação de tipos penais para buscar a redução da violência contra alguns grupos sociais vem sendo exigido pelos mesmos movimentos que buscam uma ruptura com o *status quo* racista, machista, classista, homofóbico etc¹¹⁶¹. Os enunciadores dessas demandas

[...] são os novos sujeitos coletivos, notadamente os novos movimentos sociais, ecológicos, feministas, LGBT, antirracista, animalistas, idosos, que enunciam suas demandas criminalizadoras a partir da demanda concreta de dominação, sujeição, discriminação e destruição a que estão submetidos enquanto condição humana, e que estão submetidos a animalidade e o meio ambiente¹¹⁶².

Ocorre que a luta por criminalização, antes de ser emancipação é sim repressão. Trata-se de uma forma de reprodução do sistema penal, caminho oposto àquele desejado pelos criminólogos críticos ao denunciarem a seletividade do sistema e de seu caráter reprodutor das desigualdades. Dessa maneira, mesmo esses agrupamentos, tocados pelo sofrimento e, portanto, possuidores da matriz da luta e da mudança, encontram-se colonizados por um discurso que acredita no sistema penal como resposta eficaz a esses problemas estruturais, os quais, já se demonstrou, apenas são reproduzidos por este sistema.

Daí, uma vez mais, o papel dos intelectuais orgânicos na luta pela construção da contra-hegemonia: sua impenetrabilidade nos movimentos sociais vem contribuindo para a expansão do sistema penal, ao contrário da necessária ação em prol de sua contenção. Se é possível afirmar que “ao longo da história, os movimentos sociais foram e continuam a ser as alavancas da mudança social”¹¹⁶³, cabe a união desses movimentos com os intelectuais engajados da Criminologia crítica, de maneira a que um novo discurso hegemônico possa ser construído.

¹¹⁶⁰ CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 161.

¹¹⁶¹ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Pelas mãos da criminologia*. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2013.

¹¹⁶² ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Pelas mãos da criminologia*. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2013. p. 172.

¹¹⁶³ CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 157.

CONCLUSÃO

Para se compreender as práticas punitivas de um determinado momento histórico é fundamental conhecer os discursos que as mobilizam. Sem essa compreensão, as relações de poder subjacentes às estruturas de desigualdade e opressão tampouco podem ser modificadas. Esse foi o objetivo central da presente tese: identificar as interações dos discursos político e midiático na produção do saber hegemônico sobre o ato infracional, que vem legitimando um verdadeiro genocídio da juventude pobre e negra no Brasil. Ao identificá-lo, passa-se ao segundo momento: o de modificá-lo, tarefa árdua no caminho da deslegitimação discursiva do sistema penal.

O trabalho realizou uma longa caminhada que partiu da análise histórica a respeito da construção jurídica da infância no Brasil. Nesse primeiro momento, pode-se perceber que a construção social da infância se caracteriza por uma representação ambígua: a inocência e a fragilidade constituem apenas um lado da mesma moeda cuja face oposta traz as percepções da ameaça e do mal. Esse caráter esteve presente nas legislações brasileiras ao longo de todo o século XX, dividindo juridicamente a infância de acordo com essas representações. De um lado, a criança, de outro lado, o menor. Essa divisão, apesar de superada pela Constituição Federal, pela Convenção Internacional de Direitos da Criança e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, não foi removida das práticas políticas, judiciárias, administrativas e mesmo da sociedade. Vive-se, assim, um importante retrocesso a respeito da percepção social da criança e do adolescente, especialmente no que tange ao ato infracional. A consequência dessa dificuldade de superação é a não implementação do Estatuto sobre o ato infracional, o que implica na transformação das medidas socioeducativas em ferramentas punitivas tão ou mais gravosas que as existentes no sistema adulto.

Essa percepção sobre a infância, que pode ser designada de “menorista”, reflete-se diretamente nos projetos de lei propostos na Câmara dos Deputados nos últimos dez anos. Percebidos como vítimas vulneráveis ou como monstros cruéis, crianças e adolescentes passam ao largo da definição legal de sujeitos de direitos. De todos os 315 projetos de lei tendentes a modificar o Estatuto da Criança e do Adolescente, 113 tinham o objetivo ou de punir adultos que vitimizam crianças, ou

de punir adolescentes que representam ameaças à sociedade em razão da prática de ato infracional. Quando comparados apenas os projetos de política penal e política social, resulta que aqueles correspondem a 80,7%, contra 19,3% destes. A preponderância do punitivismo em detrimento de propostas de caráter social foi relacionada ainda com os partidos políticos a que pertencem os deputados proponentes. Analisando-os no espectro político, observa-se que não há diferença substancial entre partidos de esquerda, direita e centro na produção nessa área. Contudo, quando são separadas as propostas de infracionalização e de criminalização, os partidos de direita preponderam no primeiro. A pesquisa quantitativa ainda mostrou que a maior parte das propostas infracionalizadoras haviam sido arquivadas no ano de 2009. Outro dado importante é o fato de que esses projetos de lei não estão bem distribuídos no tempo, havendo claros picos em determinados períodos.

Na análise de discurso das justificativas dos projetos de lei infracionalizadores, propostos entre 2003 e 2012, bem como dos documentos produzidos nas comissões durante a tramitação desses projetos, pode-se verificar que a representação do adolescente infracionalizado é, também, equívoca. Se, em alguns discursos, o adolescente aparece como vítima de más condições sociais, em outros ele aparece como um adulto jovem que viola a lei por uma escolha racional e um desprezo pelos direitos das vítimas. Essa representação aparece na identificação da situação problemática, da origem do mal e da solução salvadora incorporadas nas propostas.

Em relação à situação problemática, parece ser um consenso entre os deputados a existência de um incremento na *criminalidade juvenil* sem que essa percepção provenha de alguma pesquisa empírica a respeito. Quanto à origem do mal, grande parte das propostas ataca a previsão do Estatuto da Criança e do Adolescente a respeito da medida socioeducativa de internação. A duração máxima de três anos é percebida como uma “carta branca” à prática de atos infracionais graves por adolescentes. A solução salvadora, incorporada nas propostas de aumento do prazo de internação é justificada através de cinco argumentos principais: o da retribuição proporcional, o da dissuasão, o da confiança na norma pela sociedade, o da ressocialização e o da incapacitação. Da análise dessas categorias, percebe-se a crença na medida de internação como resposta adequada ao ato infracional, e a justificativa aparece segundo a percepção que o deputado tem

da origem do mal e do próprio adolescente. Duas bifurcações principais são encontradas nas representações dos adolescentes: a primeira, entre adolescentes vítimas e adolescentes bandidos. A segunda, entre recuperáveis e perigosos. A essa representação corresponderá a função da medida de internação, mas a sua prolongação é a resposta única a todas as situações.

Na busca pelas aproximações entre os discursos político e midiático sobre o ato infracional, analisou-se a bibliografia pertinente ao tema das relações entre crime, juventude e mídia. Nas mais diversas regiões do mundo ocidental, a mídia aparece como produtora de concepções sobre o crime e o criminoso que costuma refletir a seletividade do sistema penal. Ao mesmo tempo, há uma distância entre as notícias sobre crimes e as estatísticas de vitimização, de modo a fortalecer o estereótipo não apenas do criminoso, mas também da vítima, esta pertencendo às classes médias, altas e brancas da população, aquele proveniente das classes mais baixas, negra ou parda e jovem. Além dessa seletividade, também os tipos de crimes são distorcidos: pouco aparecem os crimes de colarinho branco. O crime de todo dia é o crime de rua, que vulnera o patrimônio individual ou a pessoa, além do tráfico de drogas. O papel das fontes na construção das notícias é destacado por grande parte dos autores nesse tema, de maneira a mostrar que a voz privilegiada da polícia costuma contribuir para a reprodução da lógica seletiva com que o próprio sistema penal atua, legitimando-o perante a população. Nessa construção, os jovens aparecem tanto como “vítimas trágicas” quanto como “monstros malvados”.

Para passar da teoria à empiria, foi analisado o discurso do jornal Folha de S. Paulo, especialmente as matérias informativas em períodos selecionados conforme os períodos em que picos de projetos de lei infracionalizadores foram propostos. O objetivo era o de verificar qual é a representação do adolescente, do ato infracional e da medida socioeducativa, bem como da esfera política, em casos de grande repercussão. Dois foram os casos principais que geraram coberturas extensivas do jornal: o caso Liana e Felipe e o caso João Hélio. Em ambos os casos, o jornal transitou da polícia à política. Verificou-se que há uma diferença importante na cobertura de casos sobre ato infracional conforme as pessoas envolvidas, sejam elas as vítimas, sejam elas as agressoras.

O número de casos de atos infracionais que resultaram na morte das vítimas foram bastante superiores ao número de outros tipos de atos infracionais no jornal, contribuindo para a percepção de que os adolescentes são os seus principais

autores. Em relação à medida socioeducativa, ela foi frequentemente comparada à pena de prisão, resultando daí a sensação de sua insuficiência. Não são apresentadas maiores explicações acerca do sistema trazido pelo Estatuto, e ao princípio da proteção integral, o que dificultou a própria justificação da posição assumida pelo jornal, claramente contrária à redução da maioria penal. Diante de ambos os casos de grande repercussão dos períodos analisados, o jornal se preocupou em trazer os mais variados argumentos, através de várias fontes para questionar ou apoiar as propostas que tramitavam então no Legislativo sobre a redução da maioria penal e o aumento do prazo de internação, mas claramente se posicionou contra a primeira mudança e favorável à segunda. Isso pode ser percebido tanto pela qualidade e quantidade das matérias informativas em uma e outra posição, quanto pela posição declarada nos cinco editoriais apresentados no período. A posição favorável ao aumento do prazo de internação aparece especialmente em 2007, com uma faceta punitiva, lado a lado com pacotes de segurança pública. A posição de empreendedora moral do jornal ficou evidente nesses editoriais. Apesar de trazer uma visão sobre o ato infracional que confirma estereótipos e fomenta discursos punitivistas, o jornal se mostra surpreso com a irracionalidade da “opinião pública” na crença em soluções mágicas, esquivando-se de sua própria responsabilidade nisso. A construção seletiva da criminalidade, que aponta os jovens pobres como maiores perpetradores de “crimes bárbaros” é realizada cotidianamente pela Folha.

Para compreender as interseções do discurso político e do discurso midiático, trabalhou-se com três tipos de análises. O primeiro dedicou-se a compreender o fenômeno da criação de pânico morais na interação da mídia com a política e outros empreendedores morais. Essa análise foi fundamental na conclusão de que, de fato, tanto o caso Liana e Felipe quanto o caso João Hélio se inserem nessa categoria explicativa. As consequências dos pânico morais ocorrem tanto concretamente com as proposições de alterações na lei, quanto simbolicamente no aprofundamento da demonização do grupo social no qual se inserem os “demônios do povo”. Contudo, percebeu-se que, a despeito da espetacularização tanto dos crimes quanto da repercussão na esfera legislativa, ela não foi suficiente para garantir que mudanças concretas sobre a resposta estatal ao ato infracional fossem possíveis.

Primeiramente, analisou-se o fato de que as propostas, tanto de redução da

maioridade penal quanto de aumento do prazo de internação emergiram como resposta simbólica a um clamor público produzido pela repercussão dos casos na imprensa, refletindo um verdadeiro populismo penal. Em razão disso, passado o período de crise, os ânimos arrefeceram e as propostas foram engavetadas. Isso também corresponde ao efeito de agendamento da política claramente realizado pela mídia nos períodos analisados. Para compreender o motivo pela qual as propostas não foram aprovadas, recorreu-se ao estudo da sua tramitação, chegando-se à conclusão de que foi a aprovação do projeto de lei 1627/2007, do Poder Executivo que provocou o arquivamento das propostas infracionalizadoras. Assim, os mesmos parlamentares posicionados favoravelmente à postura infracionalizadora foram também favoráveis à postura oposta, aceitando o arquivamento das próprias medidas. A partir da definição do campo da ciência política sobre o presidencialismo de coalizão foi possível compreender essas questões institucionais. Assim, muito embora a mídia tenha o condão de agendar o discurso político em casos de grande repercussão, percebe-se que muitas vezes esse agendamento não supera os mecanismos institucionais e as relações entre os poderes. Por fim, e não com menos importância, buscou-se trabalhar com a influência dos grupos de pressão de defesa da criança e do adolescente no freio imposto aos parlamentares em ambas as demandas punitivas. A conclusão principal dessa parte é a de que tais pânico morais empreendidos pelos meios de comunicação possuem como principal efeito o aprofundamento da divisão entre “bandidos” e “mocinhos” na sociedade, sendo aqueles prioritariamente constituídos pela juventude pobre e negra. Seus efeitos são mais simbólicos do que concretos, mas esse simbolismo também produz efeitos concretos. Afinal, o discurso é ação.

A parte final do trabalho busca possibilidades de desconstrução do discurso dominante sobre o ato infracional encontrado tanto no discurso midiático quanto no discurso político. Para tanto, traz como ferramentas de análise os conceitos gramscianos de hegemonia, sociedade civil, Estado em sentido ampliado, entre outros, para auxiliar na compreensão de que a mudança política imprescinde da mudança discursiva. Para tanto, os intelectuais devem deixar a sua torre de marfim e, sempre em conjunto com os grupos sociais que se encontram oprimidos pela dominação, encontrar um meio produzir um novo discurso que traga consigo novas práticas.

Dentre as possibilidades de ação, foram propostas duas grandes frentes:

ocupar a mídia tradicional e ocupar as novas mídias. Na primeira, destaca-se, por um lado, a necessária criação de estratégias para que, mesmo diante da situação profundamente concentrada e antidemocrática de acesso aos meios tradicionais, seja possível criar algumas fissuras no discurso hegemônico. Isso pode ocorrer através da participação em programas de televisão, textos em jornais, e assim por diante. Por outro lado, é fundamental a luta pela democratização dos meios de comunicação, de maneira a buscar o verdadeiro pluralismo de que esses meios são tão carentes. Essa luta vem sendo empreendida desde a década de 1980 no Brasil, mas vem encontrando poderosos obstáculos em sua efetivação. Contudo, é possível chegar a essa mudança, algo que já foi feito em outros países de interesses igualmente poderosos posicionados contrariamente, como na Argentina e mesmo na Inglaterra.

Em relação às novas mídias, não é possível negar a importância da internet na constituição de uma base material para que os discursos críticos possam alcançar um grande público. Contudo, também elas possuem as suas controvérsias, que passam igualmente pela difusão do senso comum criminológico, mais do que pela construção de novos discursos. Além disso, ressalta-se o fato de que a internet reflete as relações de poder existentes em sociedade, o que provoca, novamente, a necessidade de carregar certo ceticismo quanto às possibilidades emancipatórias das novas tecnologias por si sós. Qualquer uso de ferramentas tecnológicas imprescinde de dois outros componentes fundamentais: a aliança do saber acadêmico com o saber popular e o engajamento nos movimentos sociais, velhos, novos e novíssimos. Contudo, tampouco os movimentos sociais representam por si sós um avanço no discurso criminológico: grande parte deles possuem suas próprias pautas punitivistas, que devem passar pelo crivo da deslegitimação do sistema penal para se constituírem em pautas verdadeiramente emancipatórias.

Ainda assim, não é possível a busca pela produção e difusão de um discurso contra-hegemônico sem passar antes pela desconstrução do senso comum, bem como sem o engajamento em lutas políticas mais profundas como, por exemplo, aquela pela democratização dos meios de comunicação.

Ao final dessa jornada, resta concluir que conhecer a fundo a interação dos discursos político e midiático sobre o ato infracional na construção social da “criminalidade juvenil” através de uma lógica absolutamente seletiva, estigmatizante e legitimadora de políticas repressivas, não basta ao Criminólogo crítico. Seu

trabalho não se encerra na descrição da realidade: esse é o primeiro passo na busca pela transformação do sistema, pela redução da dor provocada pelo sistema penal. A relação dessa perspectiva com o abolicionismo penal é evidente, pois não há como superar o sistema penal enquanto ele não for abolido em um nível simbólico. Essa é a tarefa a ser empreendida a seguir, na produção de mais conhecimento original de uma criminologia tupiniquim que lida com os problemas dessa região marginal, sempre conectados com a história genocida dos sistemas penais latino-americanos. A contenção do punitivismo nessa margem, tendo a superação do sistema penal como horizonte, implica na salvação diária de numerosíssimas vidas humanas, com especial destaque aos adolescentes pobres e não brancos, aqueles que são os principais silenciados dessa guerra discursiva diária.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

ALBRECHT, Peter-Alexis. *Criminologia: uma fundamentação para o direito penal*. Trad. Juarez Cirino dos Santos e Helena Schiessl Cardoso. Curitiba: ICPC; Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

ALMENDRA, Dinaldo; MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. O medo, a mídia e a violência urbana: A pedagogia política da segurança pública no Paraná, *Rev. bras. segur. pública*, São Paulo v. 6, n. 2, Ago/Set 2012, p. 266-281.

ALTHEIDE, David. *Creating Fear: News and the Construction of Crisis*. New York: Aldine De Gruyter, 2002.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos do Estado*: notas sobre os aparelhos ideológicos do estado. 10. ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

ANCED. *Pelo direito de viver com dignidade*: Homicídios de adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação. Relatório final de pesquisa. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.mediafire.com/file/qh7yoy8r2bxwlia/pesquisa-homicidios-de-adolescentes-em-medida-socioeducativa.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

ANDI. Como os jornais brasileiros abordam as temáticas relacionadas ao adolescente em conflito com a lei? Uma análise da cobertura de 54 diários entre 2006 e 2010. In: ANDI. *Direitos em pauta*: imprensa, agenda social e adolescentes em conflito com a lei. Veet Vivarta (Coord.). Brasília: Andi, 2012.

ANDI. *Direitos, infância e agenda pública*: uma análise comparativa da cobertura jornalística latino-americana 2005-2007. Veet Vivarta (Coord.). Brasília: ANDI, 2009.

ANDI. *Ouvindo Conselhos* - Democracia participativa e direitos da infância na pauta das redações brasileiras (Série Mídia e Mobilização Social: Volume 8) 2005.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *A ilusão de segurança jurídica*. Do controle da violência à violência do controle penal. 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Cidadania*: Do direito aos direitos humanos. São Paulo: Acadêmica, 1993.

_____. Minimalismos e abolicionismos: a crise do sistema penal entre a deslegitimação e a expansão. *Seqüência*, Florianópolis, ano XXVI, v. 52, p. 163-182, 2006.

_____. Movimentos contemporâneos de controle do crime. *Violência e controle social na contemporaneidade*. Anais do III Ciclo de Estudos e Debates sobre Violência e Controle Social. p. 143-148. Porto Alegre: PUC-RS, 2008.

_____. *Pelas mãos da criminologia*. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2012.

_____. *Sistema penal máximo versus cidadania mínima*. Códigos da violência na era da globalização. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

ANIYAR DE CASTRO, Lola. *Criminologia da libertação*. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2005.

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARFUCH, Leonor. *Crímenes y pecados: de los jóvenes en la crónica policial*. Buenos Aires: UNICEF Argentina, 1997.

ARGÜELLO, Katie. Criminalização dos Jogos de Azar: A Contradição Entre Lei e Realidade Social, *R. EMERJ*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 60, p. 239-250, out.-dez. 2012.

_____. Do Estado social ao Estado penal: invertendo o discurso da ordem. *Instituto de Criminologia e Política Criminal*. Disponível em: <[http://www.cirino.com.br/artigos/Artigo% 20Katie.pdf](http://www.cirino.com.br/artigos/Artigo%20Katie.pdf)> Acesso em: 30 set. 2009.

_____. O fenômeno das drogas como um problema de política criminal. In: *Anais do IV Seminário Nacional de Sociologia e Política*. Curitiba: UFPR, 2013. Disponível em: <[http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais2012/pdfs/gt15/s4/arguello_katie . pdf](http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais2012/pdfs/gt15/s4/arguello_katie.pdf)> Acesso em 07 jul.2013.

ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. LTC, 1981.

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. Maiores jornais do Brasil de circulação paga, por ano. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>> Acesso em: 10 abr. 2013.

BARAK, Gregg. *Doing newsmaking criminology from within the academy*. Theoretical Criminology, 2007, n. 11, v. 2. p. 191–209.

_____. Media, Society and Criminology. In: _____ (ed.). *Media, process and the social construction of crime*. New York: Garland, 1994. p. 3-48.

_____. Newsmaking Criminology: Reflections on the Media, Intellectuals, and Crime. In: _____ (ed.). *Media, process and the social construction of crime*. New York: Garland, 1994. p. 237-260.

BARATA VILLAR, Francesc. El drama del delito en los *mass media*, *Delito y sociedad*: Revista de Ciencias Sociales, Buenos Aires, año 7, n. 11/12, p. 59-68, 1998.

_____. La construcción mediática de la culpabilidad: Cuando las noticias interfieren en las políticas criminales y aumentan ansias punitivas. In: BOZZA, Fábio; ZILIO, Jacson. *Estudos críticos sobre o sistema penal*. Curitiba: LedZe, 2012. p. 717-746.

_____. Los *mass media* y la cultura del miedo. *Panoptico*, Barcelona, n. 6, 2º semestre de 2003, p. 11-23.

BARATTA, Alessandro. Che cosa è la criminologia critica. In: MATA, Victor Sancha (entrevista a cura di), *Dei delitti e delle pene*: Rivista di studi sociali storici e giuridici sulla questione criminale, n. 1, mar. 1991, Bologna, p. 53-81.

_____. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. 3 ed. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002.

_____. Direitos Humanos: entre a violência estrutural e a violência penal. *Fascículos de Ciências Penais*. Porto Alegre, vol. 6, n. 2, p. 44-61, abril-junho, 1993.

_____. Funções instrumentais e simbólicas do direito penal. Lineamentos de uma teoria do bem jurídico. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, ano 2, n. 5, p. 05-24, janeiro-março 1994.

_____. Integración-prevención: una “nueva” fundamentación de la pena dentro de la teoría sistémica. In: Elbert, Carlos Alberto. *Criminología y sistema penal: compilación in memoriam*. Montevideo/Buenos Aires: B de F, 2004.

_____. Os direitos da criança e o futuro da democracia. In: *Perspectivas do direito no início do século XXI*. Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Studia Jurídica, n. 41, p. 61-91. Coimbra: Coimbra, 1999.

_____. Política criminal: entre la política de seguridad y la política social. In: ELBERT, Carlos Alberto. *Criminología y sistema penal: Compilación in memoriam*. Montevideo/Buenos Aires: B de F, 2004. p. 152-167.

_____. Prefácio. In: BATISTA, Vera Malaguti. *Difíceis ganhos fáceis*: Drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 30.

_____. Principios del derecho penal mínimo. In: ELBERT, Carlos Alberto; BELLOQUI, Laura (orgs.). *Criminología y sistema penal: Compilación in memoriam*. p. 299-333. Buenos Aires: Julio César Faira, 2004.

_____. Resocialización o control social: por um conceito crítico de “reintegración social” del condenado. In: ELBERT, Carlos Alberto; BELLOQUI, Laura (orgs.). *Criminología y sistema penal: Compilación in memoriam*. Buenos Aires: Julio César Faira, 2004.

_____. Seguridad. In: ELBERT, Carlos Alberto; BELLOQUI, Laura (orgs.). *Criminología y sistema penal: Compilación in memoriam*. p. 274-297. Buenos Aires: Julio César Faira, 2004.

BARONTI, Giancarlo. La funzione dello stereotipo del criminale nell'ambito dei processi di controllo sociale. *La questione criminale: Rivista di ricerca e dibattito su devianza e controllo sociale*, Bologna, anno IV, n. 2, maggio-agosto, 1978, p. 253-294.

BARRETO, Leonardo (coord.). *Mídia e política 2013: hábitos de informação e monitoramento político*. 6. ed. Brasília : FSB Comunicações, 2013.

BARRETTO, Tobias. *Menores e loucos em direito criminal e fundamento do direito de punir*. Obras Completas v. V. 2 ed. Recife: Estado de Sergipe, 1923.

BARRIENTOS-PARRA, Jorge. O Estatuto da Juventude: Instrumento para o desenvolvimento integral dos jovens. *Revista de Informação legislativa*, Brasília, ano 41, n. 163, jul.-set. 2004.

BATISTA, Nilo. A violência do estado e os aparelhos policiais. *Discursos Sediciosos: Crime, direito, sociedade*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 4, julho-dezembro 1997. p. 145-154.

_____. Fragmentos de um discurso sedicioso. *Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*, Rio de Janeiro, ano 1, n.1., 1º semestre de 1996.

_____. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, Rio de Janeiro, ano 7, n. 12, 2º semestre de 2002. p. 271-288.

_____. Os sistemas penais brasileiros. In: *Novas tendências do direito penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2006. p. 103-116.

_____. Política criminal com derramamento de sangue, *Discursos sediciosos: crime, direito, sociedade*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 5 e 6, 1 e 2º sem. 1998. p. 77-94.

BATISTA, Vera Malaguti. *Diffíceis ganhos fáceis: Drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. *Introdução crítica à criminologia brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

_____. Medo, genocídio e o lugar da ciência. *Discursos sediciosos: crime, direito, sociedade*, Rio de Janeiro, nº 7 e 8, 1º e 2º semestres de 1999, p. 135-141.

_____. O alemão é muito mais complexo. In: YUKA, Marcelo (org.). *Criminologia de cordel*. Rio de Janeiro: Revan, 2012. p. 55-102.

_____. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: Dois tempos de uma história*. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 116-121.

BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. *Medo líquido*. São Paulo: Jorge Zahar, 2008.

_____. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BECHER, Franciele. Os "menores" e a FUNABEM: influências da ditadura civil-militar brasileira. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* (ANPUH), São Paulo, 2011. Disponível em:

<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300846619_ARQUIVO_FrancieleBecher-SimposioANPUH.pdf> Acesso em: 03 set. 2012.

BECKER, Howard. *Outsiders: Studies in the sociology of deviance*. New York: The Free Press, 1996.

BECKETT, Katherine. *Making crime pay*. Oxford/New York: Oxford University Press, 1997.

BELOFF, Mary. Algunas confusiones en torno a las consecuencias jurídicas de la conducta transgresora de la ley penal en los nuevos sistemas de justicia latinoamericanos. In: UNICEF. *Justicia y derechos del niño*, n. 3. Buenos Aires: 2001. p. 9-37.

_____. Los nuevos sistemas de justicia juvenil en América Latina (1990-2006). In: UNICEF. *Justicia y derechos del niño*, n. 9. Santiago, Chile: 2007. p. 177-218.

_____. Luces y sombras de la opinión consultiva 17 de la corte interamericana de derechos humanos: "condición jurídica y derechos humanos del niño". In: UNICEF. *Justicia y derechos del niño*, n. 9. Santiago, Chile: 2007. p. 49-124.

BENTES, Ana Lúcia Seabra. *Tudo como dantes no quartel d'Abrantes*: estudo das internações psiquiátricas de crianças e adolescentes através de encaminhamento judicial. Dissertação (Mestrado). Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Osvaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1999. 141 f.

BERGALLI, Roberto. La sociologia giuridico-penale di Alessandro Baratta in Spagna e in America Latina: problemi, equivoci e fallacie. In: MARRA, Realino. *Filosofia e sociologia del diritto penale*. Torino: Giappichelli, 2006. p. 93-122.

BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. A notícia como forma de controle social. *Revista Contracampo*, n. 14, p. 07-18. Niterói, 2006.

BOBBIO, Norberto. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BOTELLA, Joan; PERES-NETO, Luis. La formación de la opinión pública y la construcción de discursos sobre la realidad criminal en España. In: *Malas noticias: medios de comunicación, política criminal y garantías penales en España*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2008. pp. 43-66.

BOULAHANIS, John G.; HELTSLEY, Martha J. Perceived fears: the reporting patterns of juvenile homicide in Chicago newspapers. In: POTTER, Gary W.; KAPPELER, Victor E. (eds.). *Constructing crime: Perspectives on Making News and Social Problems*. Long Grove: Waveland, 2006. p. 288-312.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

_____. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Resolução nº 17 de 1989*. Aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/legislacao/regimento_interno/RIpdf/RegInterno.pdf> Acesso em: 21 jan. 2012.

BRASIL. *Código Criminal do Império do Brasil*. 16 de dezembro de 1830. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm> Acesso em: 23 ago. 2012.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 22 ago. 2012.

BRASIL. *Decreto n. 847 de 11 de outubro de 1890*. Promulga o Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943Aimpressao.htm> Acesso em: 24 ago. 2012.

BRASIL. *Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927*. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>> Acesso em: 24 ago. 2012.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 2848 de 7 de dezembro de 1940*. Código Penal. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm> Acesso em: 30 ago. 2012.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 6.026, de 24 de Novembro de 1943*. Dispõe sobre as medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos considerados infrações penais e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decrei/1940-1949/decreto-lei-6026-24-novembro-1943-416164-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 30 ago. 2012.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 3.799, de 5 de novembro de 1941*. Transforma o Instituto Sete de Setembro em Serviço de Assistência a Menores e dá outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=87272>> Acesso em: 30 ago. 2012.

BRASIL. Exposição de motivos da nova parte geral do Código Penal. In: *Códigos: Penal; Processo Penal e Constituição Federal*. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 199-210. p. 202.

BRASIL. *Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979*. Institui o Código de Menores. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697impressao.htm> Acesso em: 25 ago. 2012.

BRASIL. *Lei nº 11.464, de 28 de março de 2007*. Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11464.htm#art1> Acesso em: 09 jun. 2013.

BRASIL. *Lei nº 11.466, de 28 de março de 2007*. Altera a Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, e o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever como falta disciplinar grave do preso e crime do agente público a utilização de telefone celular. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2007/Lei/L11466.htm#art1> Acesso em: 09 jun. 2013.

BRASIL. *Lei nº 11.689, de 9 de junho de 2008*. Altera dispositivos do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm#art1> Acesso em: 09 jun. 2013.

BRASIL. *Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012*. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm> Acesso em: 02 set. 2012.

BRASIL. *Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964*. Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4513impressao.htm> Acesso em: 30 ago. 2012.

BRASIL. *Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 20 jun. 2009.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria especial de direitos humanos. O que é CONANDA. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/sedh/conanda/OqueeoCONANDA.pdf>> Acesso em: 22 mai. 2013.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *O “menor-problema social” no Brasil e a ação da FUNABEM*. Rio de Janeiro: MPAS, 1976.

BRASIL. Senado Federal. *Proposta de Emenda à Constituição n° 20, de 1999*. Altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para 16 (dezesesseis) anos a idade para imputabilidade penal. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=38389&tp=1>> Acesso em: 12 set. 2012.

BRASIL. Senado Federal. Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública. *Violência no Brasil: Pesquisa de opinião pública Nacional*. Brasília: DataSenado, 2007. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/Pesquisa%20Viol%C3%Aancia%20no%20Brasil%20-%20comunicado%20%C3%A0%20imprensa.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2013.

BRASIL. Senado Federal. *Segurança Pública no Brasil: pesquisa de opinião pública nacional*. Brasília: Datasenado, 2012.

BRASIL. Senado Federal. *Violência contra a juventude negra no Brasil: Pesquisa de opinião pública nacional*. Brasília: DataSenado, 2012.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Habeas corpus n.º 90.920/SP*. Quinta Turma. Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho. Brasília, 06 mai. 2008.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Habeas Corpus n.º 242796/SP*. Quinta Turma. Relatora Ministra Laurita Vaz. Brasília, 06 de setembro de 2012. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/sumulas/doc.jsp?livre=%40docn&&b=SUMU&p=true&t=&l=10&i=8>> Acesso em: 01 set. 2012.

BUDÓ, Marília De Nardin. *Crítica à função de prevenção geral positiva da pena na interação entre mídia e sistema penal*. In: BOZZA, Fábio; ZILIO, Jacson (orgs.). *Estudos críticos sobre o sistema penal*. Curitiba: LedZe, 2012. p. 747-776.

_____. *Da construção social da criminalidade à reprodução da violência estrutural: os conflitos agrários no jornal*. Florianópolis: UFSC, 2008. Dissertação (Mestrado em Direito), Programa de Pós Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

_____. De fator criminógeno a fator simbólico na construção social da criminalidade: os estudos interdisciplinares sobre mídia, violência e crime. In: *Criminologia e sistemas jurídico-penais contemporâneos: Anais do II Congresso Internacional de Ciências Criminais*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2011. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/cienciascrimnais/edicao2/Marilia_Budo.pdf> Acesso em: 15 mai. 2013.

_____. De vítimas a bandidos: o caráter equívoco do tratamento da infância e da adolescência nos projetos lei propostos na Câmara dos Deputados. *Anais do IV Seminário Nacional Sociologia & Política*. Curitiba: UFPR, 2012. Disponível em: <http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais2012/pdfs/gt15/s3/budo_marilia.pdf> Acesso em: 01 mai. 2013.

_____. Jornalismo de Mercado: entre a ética e o espetáculo. In: *Anais da III Semana Acadêmica da Faculdade de Direito da UFSM*, 2003, Santa Maria - RS. Direito e transdisciplinaridade: propostas para uma (re)visão do saber jurídico. Santa Maria - RS: UFSM/CCSH, 2003. p. 259-282.

_____. Metáforas coletivas e a exclusão do outro: Nação, Segurança Nacional e Segurança Pública. In: *Anais do XXI Encontro Nacional do CONPEDI*, 2012, Uberlândia. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012. p. 7230-7258.

_____. *Newsmaking criminology*: o papel dos intelectuais na construção de um novo discurso sobre o crime nos media. *Comunicação & Cultura*, Lisboa, v. 14, outono-inverno 2012, p. 107-124.

_____. Vulnerabilidade, exclusão, seletividade: o menorismo vivo nas decisões do STJ sobre o ato infracional. In: *Anais do XXII Encontro Nacional do Conpedi*. Curitiba: Boiteux, 2013.

BUSTOS RAMÍREZ, Juan. Los medios de comunicación de masas. In: BERGALLI, R. *et. al.* (orgs.). *El pensamiento criminológico II: Estado y control..* Bogotá: Temis, 1983. p. 50-62.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Manifestação do deputado Jair Bolsonaro (PP) na votação do PL 1627/2007. *Diário da Câmara dos Deputados*, 03 jun. 2009.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Manifestação do deputado Paes de Lira (PTC) na votação do PL 1627/2007. *Diário da Câmara dos Deputados*, 03 jun. 2009.

CAMPOS, Marcelo da Silveira. *Crime e Congresso Nacional: uma análise da política criminal aprovada de 1989 a 2006*. São Paulo: IBCCRIM, 2010.

CARVALHO, Salo de. *Antimanual de criminologia*. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. *A política criminal de drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático da Lei 11.343/2006*. 5 ed. Ampliada e atualizada. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

CARVALHO, Salo de; WEIGERT, Mariana de Assis Brasil e. A punição do sofrimento psíquico no Brasil: reflexões sobre os impactos da reforma psiquiátrica no sistema de responsabilização penal, *Revista de Estudos Criminais*, Porto Alegre, n. 48, janeiro-março 2013, p. 55-90.

CAPPI, Riccardo. *Motifs du contrôle et figures du danger: l'abaissement de l'âge de la majorité pénale dans le débat parlementaire brésilien*. Université Catholique de Louvain. École de criminologie. Tese de doutorado. 2011.

CARDOSO, Helena Schiessl. *Discurso criminológico da mídia na sociedade capitalista: necessidade de desconstrução e reconstrução da imagem do criminoso e da criminalidade no espaço público*. Curitiba: UFPR, 2011. Dissertação (Mestrado em Direito), Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná, 2011.

CARNEIRO, Leandro Piquet; MIGNOZZETTI, Umberto Guarnier; MOREIRA, Rafael. O Poder ausente: o Congresso Nacional e a Segurança Pública no Brasil. In: José Álvaro Moisés. (Org.). *O Congresso e o Presidencialismo de Coalizão*. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2011, v. XII, p. 69-82.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CARVALHO, Maria João Leote de. Infância “em perigo”, infância “perigosa”. As crianças como sujeitos e objetos de delinquência e crime nas notícias. *Comunicação e Cultura*, 14, outono-inverno 2012. p. 191-206.

CARVALHO, Igor. As redes perguntam: “Onde está Amarildo?”, *Revista Fórum*, 23 jul. 2013, 12:33 pm. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/blog/2013/07/o-povo-pergunta-onde-esta-o-amarildo/>> Acesso em: 25 jul. 2013.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede: a era da informação – economia, sociedade e cultura*. vol. 1. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CAVENDER, Gray; BOND-MAUPIN, Lisa. Fear and loathing on reality television: an analysis of America’s Most Wanted and Unsolved Mysteries. In: POTTER, Gary W.; KAPPELER, Victor E.(eds.) *Constructing crime: Perspectives on Making News and Social Problems*. Long Grove: Waveland, 2006. p. 59-69.

CEREZO DOMÍNGUEZ, Ana Isabel. *El protagonismo de las víctimas en la elaboración de las leyes penales*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2010.

CHANCER, Lynn; McLAUGHLIN, Eugene. Public criminologies: diverse perspectives on academia and policy. *Theoretical criminology*, 2007, n. 11, p. 155-173.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. *Discurso político*. 2 ed. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2011.

CHILTON, Paul; SHÄFFNER, Christina. Discurso y política. In: van DIJK, Teun (comp.). *El discurso como interacción social*. Barcelona: Gedisa, 2000. p. 297-330.

CHIRICOS, Ted; ESCHHOLZ, Sarah; GERTZ, Marc. Crime, news and fear of crime, *Social problems*, n. 3, v. 44, august 1997, p. 342-357. Disponível em: <<http://www.jstor.org/pss/3097181>> Acesso em: 20 jun. 2009.

CHRISTIE, Nils. *A indústria do controle do crime: A caminho dos GULAGs em estilo ocidental*. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

_____. Dilema do movimento de vítimas. *Discursos sediciosos: crime, direito, sociedade*, rio de Janeiro, ano 17, n. 19/20, 1º e 2º sem. 2012. p. 367-377.

_____. The ideal victim. In: FATTAH, E. (ed.). *From Crime Policy to Victim Policy*. Basingstoke: Macmillan, 1986.

CIARALLO, Cynthia R. C. A.; ALMEIDA, Ângela Maria de O. Conflito entre práticas e leis: a adolescência no processo judicial. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 21, n. 3, p. 613-630, set./dez. 2009.

CICOUREL, Aaron Victor. *The Social Organization of Juvenile Justice*. New Brunswick: Transaction, 1995.

CILLERO BRUÑOL, Miguel. El interés superior del niño en el marco de la convención internacional sobre los derechos del niño. In: UNICEF. *Justicia y derechos del niño*, n. 9. Santiago, Chile: 2007. p. 125-142.

_____. Nulla poena sine culpa: un límite necesario al castigo penal. In: UNICEF. *Justicia y derechos del niño*, n. 3. Buenos Aires: 2001. p. 65-76.

COHEN, Stanley. *Folk devils and moral panics*. 3 ed. London and New York: Routledge, 2002.

_____. Introduction to the third edition. In: _____. *Folk devils and moral panics*. 3 ed. London and New York: Routledge, 2002.

_____. *Visiones del control social: Delitos, castigos y clasificaciones*. Barcelona: PPU, 1988.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: O poder militar na América Latina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Panorama nacional: a execução das medidas socioeducativas de internação*. Programa Justiça ao Jovem. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/programas/justica-ao-jovem/panorama_nacional_justica_ao_jovem.pdf> Acesso em: 07 dez. 2012.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Justiça infante juvenil: situação atual e critérios de aprimoramento*. Relatório de pesquisa. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/relatorio_pesquisa_infantoJuvenil.pdf> Acesso em: 07 dez. 2012.

CORRÊA, Douglas. Inquérito indicia dez policiais militares pelo desaparecimento de Amarildo, *Brasil de Fato*, 02 out. 2013. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/26128>>. Acesso em: 05 out. 2013.

CORRUPÇÃO poderá se tornar crime hediondo. *Câmara notícias*, 08 jul. 2013. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ADMINISTRACAO->

PUBLICA/447073-CORRUPCAO-PODERA-SE-TORNAR-CRIME-HEDIONDO.html>
Acesso em: 08 jul. 2013.

CORTÉS MORALES, Julio. A 100 años de la creación del primer Tribunal de Menores y 10 años de la Convención Internacional de los Derechos del Niño: el desafío pendiente. In: UNICEF. *Justicia y derechos del niño*, n. 9. Santiago, Chile: 2007. p. 143-158.

COSTA, Cléria Botelho da. Tema: representações e cidadania. In: MOLINA, Mônica Castagna Et. al. (Orgs.) *O direito achado na rua* - Introdução crítica ao direito agrário. v. 3. p. 145-152. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

COUSO, Jaime. Principio educativo y (re)socialización en el derecho penal juvenil. In: UNICEF. *Justicia y derechos del niño*, n. 9. Santiago, Chile: 2007. p. 219-232.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CRITCHER, Chas. *Moral panics and the media*. Maidenhead: Open University, 2003.

CUSTÓDIO, André Viana. Teoria da proteção integral: pressuposto para compreensão do direito da criança e do adolescente. *Revista do Direito*, v. 29, p. 22-43, Santa Cruz do Sul, 2008.

CUSTÓDIO, André Viana; VERONESE, Josiane Rose Petry. *Crianças esquecidas: o trabalho infantil doméstico no Brasil*. Curitiba: Multidéia, 2009.

CYTRYNBLUM, Alicia. *Niñez y adolescencia en la prensa Argentina*. Buenos Aires: Periodismo Social Asociación Civil, 2009.

DEL PRIORE, Mary. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: _____ (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 84-107.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

DEMO, Pedro. *Participação é conquista*. São Paulo: Cortez. 1988.

DIAS, Jorge de Figueiredo; ANDRADE, Manoel da Costa. *Criminologia: O homem delinqüente e a sociedade criminógena*. Coimbra: Coimbra, 1997.

DIAMANTI, Livio. BORDIGNON, Fabio. Sicurezza e opinione pubblica in Italia. *Rassegna italiana di sociologia*, ano LXII, n. 1, 2001. p. 115-135.

DIETER, Maurício Stegemann. *Política criminal atuarial: a criminologia do fim da história*. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

_____. Sistema econômico e tutela penal do escravo no Brasil imperial, *Discursos Sediciosos: crime, direito, sociedade*, Rio de Janeiro, ano 17, n. 19-20, 1º e 2º sem. 2012. p. 613-648.

DIMOULIS, Dimitri. Problemas de constitucionalidade da criminalização do tráfico de entorpecentes na perspectiva da tutela dos direitos fundamentais, *Revista Última Ratio*, n. 4, ano 3, p. 1, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

DITTON, Jason. *et. al.* From imitation to intimidation: a note on the curious and changing relationship between the media, crime and fear of crime (2004). In: GREER, Chris. *Crime and media: a reader*. London: Routledge, 2010. p. 442-459.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

EDELMAN, Murray. *Constructing the political spectacle*. Chicago: The University of Chicago, 1988.

EL BARRIO del caso Capristo, *Clarín.com*, 09 nov. 2010. Disponível em: <http://www.clarin.com/policiales/barrio-caso-Capristo_0_368963194.html> Acesso em: 15 mai. 2013.

ERICSON, Richard V. BARANEK, Patricia; CHAN, Janet. *Representing order: crime, law and justice in the news media*. Milton Keynes: Open University, 1991.

ERICSON, Richard V.; BARANEK, Patricia M.; CHAN, Janet B. L. *Negotiating control: a study of news sources*. Toronto: University of Toronto, 1989.

ERICSON, Richard V.; BARANEK, Patricia M.; CHAN, Janet B. L. *Visualizing Deviance*. Milton Keynes: Open University Press, 1987.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: UNB, 1999.

FARIAS, Edilson Pereira de. *Liberdade de expressão e comunicação: Teoria e proteção constitucional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e Razão: Teoria do garantismo penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

FISHMAN, Mark. *Manufacturing the news*. Austin: Paperback, 1988.

FLAUZINA, Ana Lucia Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FOLETTTO, Leonardo. Blogosfera X Campo Jornalístico: aproximação e consequências. In: AMARAL, Adriana; RECUERO, Raquel; MONTARDO, Sandra Portella (Orgs.) *Blogs.com: estudos sobre blogs e Comunicação*. São Paulo: Momento Editorial, 2009.

FOLHA DE S. PAULO. *História da Folha*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_folha.htm> Acesso em: 13 mai. 2013.

FOLHA DE S. PAULO. Aspas. In: *Manual da redação*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_texto_a1.htm> Acesso em: 13 jun. 2013.

FOLHA DE S. PAULO. *Caos da informação exige jornalismo mais seletivo, qualificado e didático*. Projeto editorial de 1997. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/projeto_editorial_plural.htm> Acesso em: 24 abr. 2013.

FOLHA DE S. PAULO. Chapéu. In: *Manual da redação*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_edicao_c.htm> Acesso em: 11 mai. 2013.

FOLHA DE S. PAULO. Classificação das fontes. In: *Manual da redação*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_edicao_c.htm> Acesso em: 11 mai. 2013.

FOLHA DE S. PAULO. Menor. In: *Manual da redação*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_edicao_m.htm> Acesso em: 11 mai. 2013.

FOLTER, Rolf S. de. Sobre la fundamentación metodológica del enfoque abolicionista del sistema de justicia penal. Una comparación de ideas de Hulsman, Mathiesen y Foucault. In: *Abolicionismo penal*. Buenos Aires: Ediar, 1989. p. 57-86.

FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO. Campanha “Para expressar a liberdade, uma nova lei para um novo tempo”: princípios e objetivos. Disponível em: <<http://www.paraexpressaraliberdade.org.br/>>. Acesso em: 23 out. 2013.

FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO. *Donos da mídia*. Disponível em: <<http://www.donosdamidia.com.br/>>. Acesso em: 01 set. 2013.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalheite. 37 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. *Os anormais*: curso no Collège de France (1974-1975). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FRASSETO, Flávio Américo. Ato infracional, medida socioeducativa e processo: a nova jurisprudência do STJ. *Discursos sediciosos*: crime, direito e sociedade, ano 7, n. 12, 2º sem. 2002, p. 167-191.

_____. Fronteiras psi-jurídicas dos casos de interdição em andamento em São Paulo e a questão da Unidade Experimental de Saúde. In: *Políticas de saúde mental*

e juventude nas fronteiras psi-jurídicas. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região, 2011. p. 9-14.

_____. *Unidade Experimental de Saúde – mais um triste capítulo da história paulista no tratamento de jovens infratores*. Mimeo, s/d.

FUSÃO do PL e do Prona dá origem ao Partido da República. *Portal da Câmara dos Deputados*. Notícia de 26 out. 2006. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/ULTIMAS-NOTICIAS/339060-FUS%C3%83O-DO-PL-E-DO-PRONA-D%C3%81-ORIGEM-AO-PARTIDO-DA-REP%C3%9ABLICA-\(02'39%22\).html](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/ULTIMAS-NOTICIAS/339060-FUS%C3%83O-DO-PL-E-DO-PRONA-D%C3%81-ORIGEM-AO-PARTIDO-DA-REP%C3%9ABLICA-(02'39%22).html)> Acesso em: 19 jan. 2013.

GABLER, Neal. *Vida – O Filme*. Como o entretenimento conquistou a realidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe. Structuring and selecting news. In: COHEN, Stanley; YOUNG, Jock. *The manufacture of news: Deviance, social problems and the mass media*. London: Sage, 1981. p. 52-63.

GARBOGGINI, Flailda Brito; SANTOS, Rafael Mazotine dos. A Propaganda no Governo Militar: Um estudo exploratório dos 10 primeiros anos de “ditadura militar”. *Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Curitiba: Intercom, 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-0504-1.pdf>> Acesso em: 31 mar. 2013.

GARCÍA MÉNDEZ, Emilio. A dimensão política da responsabilidade penal dos adolescentes na América Latina: notas para a construção de uma modesta utopia, *Educação e realidade*, Porto Alegre, n. 33, v. 2, p. 15-36, jul.-dez. 2008.

_____. *Adolescentes y responsabilidad penal: un debate latino-americano*. In: Congreso Internacional de Derecho Penal. Ciudad de México: Centro de Investigaciones jurídicas, UNAM, 2006. Disponível em: <<http://www.juridicas.unam.mx/sisjur/penal/pdf/11-566s.pdf>> Acesso em: 13 set. 2012.

_____. *Infancia y privaciones arbitrarias de la libertad: la “solución como problema”*. Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/bulacio/emilio.pdf>> Acesso em: 14 set. 2012.

_____. Infancia, ley y democracia: una cuestión de justicia. In: UNICEF. *Justicia y derechos del niño*, n. 9. Santiago, Chile: 2007. p. 27-47.

GARCÍA MÉNDEZ, Emilio; COSTA, Antonio Carlos Gomes. *Das necessidades aos direitos*. São Paulo: Malheiros, 1994.

GARGARELLA, Roberto. Mano dura sobre el castigo. Autogobierno y comunidad (II). *Revista Jurídica de la Universidad de Palermo*, año 8, n. 1, septiembre 2007, p. 101-116.

GARLAND, David. *A cultura do controle*. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2008.

_____. *La cultura del control: Crimen y orden social en la sociedad contemporánea*. Barcelona: Gedisa, 2005.

_____. Of crimes and criminals: the development of criminology in Britain. In: MAGUIRE, Mike; MORGAN, Rod; REINER, Robert (eds.). *The Oxford Handbook of Criminology*. 3rd ed. Oxford: Oxford, 2002. p. 7-50.

_____. *Pena e società moderna: uno studio di teoria sociale*. 2 ed. Traduzione di Adolfo Ceretti e Francesca Gibellini. Milano: Il Saggiatore, 2006.

GAROFALO, Raffaele. *La criminología: Estudio sobre la naturaleza del crimen y teoría de la penalidad*. Versión española de Pedro Borrajo. Madrid: Daniel Jorro, 1912.

GAUBATZ, Kathlyn Taylor. *Crime in the public mind*. Michigan: University of Michigan, 1995.

GAZOTO, Luís Wanderley. *Justificativas do Congresso Nacional brasileiro ao rigor penal legislativo: o estabelecimento do populismo penal no Brasil contemporâneo*. Tese (doutorado). Programa de pós-graduação em Sociologia. Universidade de Brasília. Brasília, 2010.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: Para uma teoria marxista da notícia*. Porto Alegre: Ortiz, 1997.

GERBNER, G.; GROSS, L. Living with television: the violence profile, *Journal of communication*, spring, p. 173-199.

GILCHRIST, Elizabeth; BANNISTER, Jon; DITTON, Jason; FARRALL, Stephen. Women and the 'fear of crime'. *British Journal of criminology*, v. 38, n. 2, Spring 1998. p. 283-298.

GLASSNER, Barry. *Cultura do medo: por que tememos cada vez mais o que deveríamos temer cada vez menos*. Tradução de Laura Knapp. São Paulo: Francis, 2001.

GÓES, José Roberto de; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 177-191.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

GOLDSON, Barry. Children, Crime and the State. In: GOLDSON, Barry; LAVALETTE, Michael; McKECHNIE, Jim (Eds.). *Children, Welfare and the State*. London: Sage, 2002. p. 120-135.

GOLDSON, Barry. The Demonization of Children: from the Symbolic to the Institutional. In: FOLEY, Pam; ROCHE, Jeremy; TUCKER, Stanley (eds.) *Children in society: Contemporary Theory, Policy and Practice*. Milton Keynes: Open University, 2001. p. 34-41.

GOMIS, Lorenzo. *Teoría del periodismo: Cómo se forma el presente*. Barcelona/Buenos Aires/México: Paidós, 1997.

GOODE, Erich; BEN-YEHUDA, Nachman. *Moral panics: the social construction of deviance*. Malden: Blackwell, 1994.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GREEK, Cecil. Becoming a media criminologist: is "Newsmaking Criminology" possible? In: BARAK, Gregg. (ed.) *Media, process and the social construction of crime: Studies in Newsmaking Criminology*. New York: Garland, 1994. p. 265-286.

_____. Using the Internet as a Newsmaking Criminology Tool. *American Society of Criminology Annual Meeting*, San Diego, CA, 1997. Disponível em: <<http://www.fsu.edu/~crimdo/asc-sd.htm>> Acesso em: 10 jan. 2011.

GREEN, David A. *When Children Kill Children: Penal Populism and Political Culture*. Oxford: Oxford, 2008.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. 2 ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

HALL, Stuart; CRITCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John; ROBERTS, Brian. The social production of news: mugging in the media. In: COHEN, Stanley; YOUNG, Jock. *The manufacture of news: Deviance, social problems & mass media*. p. 335-367. London: SAGE, 1981.

HALL, Stuart; CRITCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John; ROBERTS, Brian. *Policing the crisis: mugging, the state, and law and order*. London: Macmillan, 1978.

HENRY, Stuart. Newsmaking criminology as replacement discourse. In: BARAK, Gregg. (ed.) *Media, process and the social construction of crime: Studies in Newsmaking Criminology*. New York: Garland, 1994. p. 287-318.

HULSMAN, Louk H. Descriminalização, *Revista de Direito Penal*, n. 9/10, Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1973, p. 7-26.

_____. Posfácio. In: HULSMAN; Louk; CELIS, Jacqueline Bernat de. *Penas perdidas: o sistema penal em questão*. Traduzido por Maria Lúcia Karam. Niterói-RJ: Luam, 1993.

_____. Temas e conceitos numa abordagem abolicionista de justiça criminal. In: PASSETI, Edson; SILVA, Roberto Baptista Dias da. *Conversações abolicionistas*:

uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva. São Paulo: IBCCrim, 1997. p. 189-213.

_____. El enfoque abolicionista: Políticas criminales alternativas. In: RODENAS, Alejandra; FONT, Enrique A.; SAGARDUY, Ramiro (orgs). *Criminología crítica y control social*. El poder punitivo del Estado. Rosario: Juris, 2000. p. 73-102.

HULSMAN, Louk; CELIS, Jacqueline Bernat de. *Penas perdidas*. O sistema penal em questão. 2 ed. Niterói: Luam, 1997.

HUNT, Arnold. 'Moral panic' and moral language in the media. *The British Journal of Sociology*, v. 48, n. 4, dec. 1997, p. 629-648.

ILANUD. *Crime e TV*. São Paulo: ILANUD, 2001.

INESC. Criança e adolescente no Parlamento, *Boletim* n. 30, abril 2013. Disponível em: <http://issuu.com/inesc_criancanoparlamento/docs/boletim_dca30?e=3387478/2190917#search>. Acesso em: 02 ago. 2013.

INESC. *Criança no Parlamento*. Disponível em: <<http://www.criancanoparlamento.org.br/>> Acesso em: 30 jun. 2013.

INNES, Martin. A short history of the idea of moral panic. *Crime, media, culture*. 2005, Vol 1(1): 106–111., SAGE Publications, London, Thousand Oaks, CA and New Delhi.

JAKOBS, Günter. *Dogmática penal y la configuración normativa*. Madrid: Civitas, 2004.

_____. Imputación jurídicopenal: desarrollo del sistema a partir de las condiciones de vigencia de la norma. In: JAKOBS, Günter; STRUENSEE, Eberhard. *Problemas capitales del derecho penal moderno*. Buenos Aires: Hammurabi, 1998. p. 33-54.

_____. Direito penal do cidadão e direito penal do inimigo. In: CALLEGARI, André Luís; GIACOMOLLI, Nereu José. *Direito penal do inimigo: noções e críticas*. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

JEWKES, Yvone. *Media & Crime*. Los Angeles: Sage, 2004.

_____. Media Constructions of Children: 'Evil Monsters' and 'Tragic Victims'. In: _____. *Media & Crime*. Los Angeles: Sage, 2004. p. 87-106.

KARAM, Maria Lúcia. A esquerda punitiva. In: *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, ano 1, número 1, 1º semestre de 1996., p. 79-92.

_____. *De crimes, penas e fantasias*. 2 ed. Rio de Janeiro: Luam, 1993. p. 207.

KESSLER, Gabriel. *El sentimiento de inseguridad: sociología del temor al delito*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.

KOSICKI, Gerald M. Problems and opportunities in agenda-setting research. *Journal of Communication*, Vol. 43, Iss. 2, p. 100-127, 1993.

KULAITIS, Letícia Figueira Moutinho. Entre a vitimização e a criminalização: a juventude como foco das políticas de segurança pública. In: *Anais do IV Seminário Internacional de Sociologia e Política*. Curitiba: UFPR, 2012.

LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. Petrópolis: Vozes, 1979.

LAPERRIÈRE, Anne. A teorização enraizada (*grounded theory*): procedimento analítico e comparação com outras abordagens similares. In: POUPART, J.; DESLAURIERS, J. P.; GROULX, L. H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A. P.; (org.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 353-385.

LEISHMAN, Frank; MASON, Paul. *Policing and the media: facts, fictions and factions*. Portland: Willan, 2003.

LEITE, Carla Carvalho. Da doutrina da situação irregular à doutrina da proteção integral: aspectos históricos e mudanças paradigmáticas. *Juizado da Infância e da Juventude*, Porto Alegre, n. 5, p. 9-24, mar. 2005.

LEMERT, Edwin M. *Social pathology: A systematic approach to the theory of sociopathic behavior*. New York: McGraw-Hill Book Company, 1951.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. 3 ed. São Paulo: 34, 2010.

LÉVY, Pierre; LEMOS, André. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus, 2010.

LUPTON, Deborah; TULLOCH, John. Theorizing fear of crime: beyond the rational/irrational opposition. *British Journal of Sociology*, v. 50, n. 3, september 1999. pp. 507-523.

LIMA, Venício Artur de. Concessões de rádio e TV: Serviço público vs. interesse privado. In: _____. *Regulação das comunicações: história, poder e direitos*. São Paulo: Paulus, 2011. p. 81-92.

LIMONGI, Fernando. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. *Novos Estudos*, n. 76, novembro 2006. p. 17-41.

LIPPMAN, Walter. *Public Opinion*. New York: Macmillan, 1922.

LOMBROSO, Cesare. *O homem delinquente*. Tradução de Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone, 2007.

LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito menor. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991. p. 129-145.

LONGO, Isis S. Da legislação menorista ao ECA: mudanças e permanências nos discursos e imaginário sobre a conduta infanto-juvenil. Anais do Seminário Educação 2009. 17ª edição. *Políticas educacionais: cenários e projetos sociais*. Disponível em: <<http://www.ie.ufmt.br/semiedu2009/gts/gt8/ComunicacaoOral/ISIS%20SOUSA%20LONGO.pdf>> Acesso em 29 ago. 2012.

LOPES JR., Aury. *Direito processual penal e sua conformidade constitucional*. 8 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

LUHMANN, Niklas. *Sociologia do direito*. v. I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

LUPTON, Deborah; TULLOCH, John. Theorizing fear of crime: beyond the rational/irrational opposition. *British Journal of Sociology*, v. 50, n. 3, september 1999. pp. 507-523.

MACHADO, Arlindo. Apresentação à edição brasileira. In: *Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. 2 ed. São Paulo: Senac, 2004. p. 9-14.

MAGLIO, Maria Fernanda dos Santos Elias. *Da medida de segurança e da medida socioeducativa de internação: uma análise comparativa entre as duas formas de privação de liberdade*. Dissertação de mestrado. Universidade Bandeirante de São Paulo. Mestrado profissional em adolescente em conflito com a lei. 2010. 119 p.

MANERI, Marcello. Il panico morale come dispositivo di trasformazione dell'insicurezza. *Rassegna italiana di sociologia*, anno XLII, n. 1, gennaio-marzo 2001. p. 5-40.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia: Jornalismo como produção de segunda natureza*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1989.

MARÔPO, Lídia. Anjos ou demônios? Crianças, jovens e crimes nos *media*. *Comunicação e Cultura*, 14, outono-inverno 2012, p. 207-225.

MARTÍNEZ SÁNCHEZ, Mauricio. El sur que amaba El profesor Baratta. Latinoamérica como referente material para construcción de la criminología crítica. *Anthropos*, edición especial en homenaje a Alessandro Baratta: el pensamiento crítico y la cuestión criminal, n. 204, Barcelona, 2004. p. 120-128.

MATAN a un ingeniero delante de su esposa y sus cuatro hijos, *Clarín.com*, 22 out. 2008. Disponível em: <<http://edant.clarin.com/diario/2008/10/22/policiales/g-01786411.htm>> Acesso em: 15 mai. 2013.

MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 137-176.

MÁXIMO, Helena Cristina. *A presença da mídia na ação política: evidências de uma influência discursiva*. Brasília: UNB, 2008. Dissertação (Mestrado), Programa de pós-graduação em ciência política, Universidade de Brasília, 2008.

MCCOMBS, Maxwell. *The Agenda-Setting Role of the Mass Media in the Shaping of Public Opinion*. University of Texas at Austin, 1993.

McCOMBS, M.; REYNOLDS, A. News Influence on our pictures of the world. In: BRYANT, J.; ZILMANN, D. (org.). *Media Effects - Advances in Theory and Research*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 2002. p. 1-18.

McCOMBS, M; SHAW, D. A evolução da pesquisa sobre o agendamento: vinte e cinco anos no mercado de idéias. In: TRAQUINA, Nelson. *O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva, 2000. p. 125-145.

McCOMBS, Maxwell. *Estableciendo la agenda: el impacto de los medios en la opinión pública y en el conocimiento*. Trad. Oscar Fontrodona. Barcelona: Paidós, 2006.

MELOSSI, Dario. Criminologia e marxismo: alle origini della questione penale nella società de "Il Capitale". *La questione criminale: Rivista di ricerca e dibattito su devianza e controllo sociale*, Bologna, anno I, n. 2, maggio-agosto, 1975, p. 319-336.

MENDONÇA, Kleber. *A punição pela audiência: um estudo do Linha Direta*. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

MIGUEL, Luís Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova*, nº 55-56, 2002, p. 155-184.

MIRAGLIA, Paula. Aprendendo a lição: uma etnografia das Varas Especiais da Infância e da Juventude. *Novos Estudos*, n. 72, jul. 2005. p. 79-98.

MOISÉS, José Álvaro. O desempenho do Congresso Nacional no presidencialismo de coalizão (1995-2006). In: MOISÉS, José Álvaro (org.). *O papel do Congresso Nacional no presidencialismo de coalizão*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2011. p. 7-30.

MORAES, Dênis de. O capital da mídia na lógica da globalização. In: MORAES, Dênis de (Org.). *Por uma outra comunicação: Mídia, mundialização cultural e poder*. 1.ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 187-216.

_____. Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas. *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*, v. IX, n. 2, may-ago. 2007.

_____. Por que a *Ley de medios* da Argentina é referência para a América Latina. *Quem tem medo da democracia*. Disponível em: <<http://quemtemmedodademocracia.com/colunas/batalha-da-midia/denis-de-moraes-por-que-a-ley-de-medios-da-argentina-e-referencia-para-a-america-latina/>>. Acesso em: 23 out. 2013.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. Juventude, medo e violência. *Ciclo de conferências direito e psicanálise: novos e invisíveis laços sociais*. 2005. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/pdf/cursos_eventos/governanca_2006/gover_2006_01_juventude_medo_pedro_bode.pdf> Acesso em: 22 ago. 2012.

MORAES, Pedro Bodê de; PESCAROLO, Joyce Kelly. Quem tem medo dos jovens? *Não-violência*. Disponível em: <<http://www.naoviencia.org.br/pdf/quemtemedodosjovens.pdf>> Acesso em 25 jul. 2012.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan. Imprensa e criminologia: O papel do jornalismo nas políticas de exclusão social. *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylvia-imprensa-criminologia.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2013.

_____. Mídia e sistema penal: o senso comum criminológico e as dificuldades de um discurso à contracorrente. In: OLIVEIRA, Rafael Santos de; BUDÓ, Marília De Nardin. *Mídias e direitos da sociedade em rede*. Ijuí: Unijuí (no prelo).,

_____. O combate ao que está “fora da ordem”: ética, mídia, Estado policial e senso comum. *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylvia-o-combate-ao-que-esta-fora-da-ordem.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

_____. O mundo "divertido": o fetiche da internet e a mobilização política nas redes sociais, *Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global*, v.1, n. 2, jul.dez./2012, p. 310-327.

_____. *Pensando contra os fatos: Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

MOSCONI, Giuseppe. Traduzione ed evoluzione della criminologia critica nell'esperienza italiana: questione criminale e diritto penale, *Dei delitti e delle pene*, anno XX, n. 1, 2 e 3, gennaio-dicembre 2003, p. 7-39.

MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAUD, Maurice; ORTO, Sérgio Dayrell (org). *O jornal: da forma ao sentido*. p. 49-84. Brasília: UNB, 2002.

MURARO, Mariel. *Crime, violência e segurança: um estudo de caso da campanha Paz sem voz é medo do Jornal Gazeta do Povo*. Curitiba: UFPR, 2013. Dissertação (Mestrado em Direito), Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná, 2013.

MUNCIE, John. *Youth and Crime*. 2nd ed. London: Sage, 2004.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/doc_crianca.php> Acesso em: 01 jun. 2009.

NEWBURN, Tim; JONES, Trevor. Symbolic politics and penal populism: The long shadow of Willie Horton. *Crime, media, culture*. 2005, Vol 1(1): 72–87, SAGE Publications, London, Thousand Oaks, CA and New Delhi.

NJAINÉ, Kathie; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise do discurso da imprensa sobre rebeliões de jovens infratores em regime de privação de liberdade. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2002, vol.7, n.2, pp. 285-297. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232002000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 ago. 2008.

NUNES, Deise Gonçalves. A Infância dos pobres no Brasil da modernidade. *Inter-Ação*, Revista da Faculdade de Educação da UFG, v. 27, n. 1, 2002, Goiânia: UFG.

O QUE significa 'democratização da mídia', *O Globo*, 07 set. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/opinia/o-que-significa-democratizacao-da-midia-9866217#ixzz2iZfeXTiS>> Acesso em: 15 set. 2013.

OLIVEIRA, Rafael Santos de. Dos primórdios da internet à blogosfera: implicações das mudanças nos fluxos informacionais na sociedade em rede. In: TYBUSCH, Jerônimo Siqueira; ARAUJO, Luiz Ernani Bonesso de; SILVA, Rosane Leal da (orgs.). *Direitos emergentes na sociedade global*. Ijuí: Unijuí, 2013.

OLIVEIRA, Walter F. de. Educação social de rua: bases históricas, políticas e pedagógicas. *História, Ciências, Saúde*, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 14, n.1, p.135-158, jan.-mar. 2007.

ORIHUELA, José Luis. Blogs e blogosfera: o meio e a comunidade. In: ORDUÑA, Octavio I. Rojas; ALONSO, Alonso; ANTÚNEZ, José Luis; ORIHUELA, José Luis; VARELA, Juan. *Blogs: revolucionando os meios de comunicação*. Tradução de Vertice Translate. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

PAIVA, Luiz Guilherme Mendes de. *A fábrica de penas: racionalidade legislativa e a lei dos crimes hediondos*. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

PARDELLAS, Sérgio. A LUTA dos 100 anos. Istoé independente, n. 2155, 25 fev. 2011. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/paginar/126004_A+LUTA+DOS+100+ANOS/2> Acesso em: 08 jul. 2013.

PASSETTI, Edson (coord.). *Violentados: crianças, adolescentes e Justiça*. São Paulo: Imaginário, 1999.

_____. O menor no Brasil republicano. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991. p. 146-175.

_____. *O que é menor*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PASUKANIS, E. B. *A teoria geral do direito e o marxismo*. Rio de Janeiro: Renovar, 1989.

PAVARINI, Massimo. *Un arte abyecto: Ensayo sobre el gobierno de la penalidad*. Buenos Aires: Ad Hoc, 2006.

_____. *Control y dominación: Teorías criminológicas burguesas y proyecto hegemónico*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

PEGORARO, Juan. Derecha criminológica, neoliberalismo y política penal. *Delito y sociedad: Revista de Ciencias Sociales*, Buenos Aires, año 10, n. 15/16, p. 141-160, 2001.

PENEDO, Cristina. *O crime nos media*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

PERES-NETO, Luis. *Prensa, política criminal y opinión pública: el populismo punitivo en España*, Tesis doctoral, Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona, 2010.

PESQUISA da CNT aponta que 93% querem redução da maioria. Disponível em: <<http://oabce.org.br/2013/06/12/pesquisa-da-cnt-aponta-que-93-querem-reducao-da-maioridade/>> Acesso em: 12 jun. 2013.

PHILLIPS, Bárbara. Novidade sem mudança. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. p. 326-331. Lisboa: Veja, 1993.

PIERANTE, Octavio Penna. *Democracia e regulação dos meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 129-142.

PINA, Sara. *Media e Leis Penais*. Coimbra: Almedina, 2009.

PIRES, Álvaro P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, J; DESLAURIERS, J. P.; GROULX, L. H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A. P.; (org.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 154-211.

PIRES, M. L. B. Public intellectuals – past, presente and future, *Comunicação & Cultura*, n. 7, Lisboa: Bond, 2009. pp. 115-130.

PLATT, Anthony. *The child savers: the invention of delinquency*. London: Rutgers University, 2009.

PONTE, Cristina. *Crianças em notícia: a construção da infância pelo discurso jornalístico 1970-2000*. Lisboa: ICS, 2005.

POSTMAN, Neil. *Amusing Ourselves to Death: Public Discourse in the Age of Show Business*. New York: Penguin Books, 2005

POTTER, Gary W.; KAPPELER, Victor E. (eds.). *Constructing crime: Perspectives on Making News and Social Problems*. Long Grove: Waveland, 2006.

PRANDO, Camila Cardoso de Mello. *O saber dos juristas e o controle penal: o debate doutrinário na Revista de Direito Penal (1933-1940) e a construção da legitimidade pela defesa social*. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

PRATT, John. *Penal populism*. New York: Routledge, 2007.

RAMIDOFF, Mário Luiz. Abolicionismo penal juvenil. In: BOZZA, Fábio; ZILIO, Jacson (orgs.). *Estudos críticos sobre o sistema penal*. Curitiba: LedZe, 2012. p. 359-382.

_____. Direito da criança e do adolescente: por uma propedêutica jurídico-protetiva transdisciplinar. Tese (doutorado). Programa de pós-graduação em direito da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

_____. *Lições de direito da criança e do adolescente: ato infracional e medidas socioeducativas*. 3 ed. Curitiba: Juruá, 2011.

RAMONET, Ignacio. *A tirania da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 1999.

RAUTER, Cristina. *Criminologia e subjetividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2003.

REINER, Robert. Media made criminality: the representation of crime in the mass media. In: MAGUIRE, M; MORGAN, R; REINER, Robert, (eds.) *The Oxford handbook of criminology*. OxfordUniversity Press, Oxford, UK, pp. 302-337.

REYES, Antonio. Strategies of legitimization in political discourse: from words to actions. *Discourse & Society*, 22 (6), p 781-807. Sage, 2011.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Apelação Cível nº 70050584895. Sétima câmara cível. Relator Des. Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves. Porto Alegre, 26 de setembro de 2012.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Apelação cível nº 70050328954. Sétima Câmara Cível. Relator Des. Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves. Porto Alegre, 26 de setembro de 2012.

RIVERA BEIRAS, Iñaki. *Recorridos y posibles formas de la penalidad*. Barcelona: Anthropos, 2005.

RIZZINI, Irene. *O século perdido: Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. 2 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2008.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

ROCK, Paul. News as eternal recurrence. In: COHEN, Stanley; YOUNG, Jock. *The manufacture of news: Deviance, social problems and the mass media*. London: Sage, 1981. p. 64-70.

ROGERS, Wendy Stainton. Constructing Childhood, Constructing Child Concern. In: FOLEY, Pam; ROCHE, Jeremy; TUCKER, Stanley (eds.) *Children in society: Contemporary Theory, Policy and Practice*. Milton Keynes: Open University, 2001. p. 26-33.

ROSA, Alexandre Moraes da; LOPES, Ana Christina Brito. *Introdução crítica ao ato infracional: princípios e garantias constitucionais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

ROSA, Miriam Debieux; VICENTIN, Maria Cristina. Os Intratáveis: o exílio do adolescente do laço social pelas noções de periculosidade e irrecuperabilidade. *Psicologia Política*, 10(19), 107-124, 2010.

ROSHIER, Bob. The selection of crime news by the press. In: COHEN, Stanley; YOUNG, Jock (eds.). *The manufacture of news: deviance, social problems & the mass media*. London: Sage, 1981. pp. 40- 51.

ROSSATO, Geovanio Edervaldo. Infância abandonada e Estado de Bem-Estar no Brasil: de menor marginalizado a meninos e meninas de rua. *Acta Sci. Human Soc. Sci*, Maringá, v. 30, n. 1, p.17-24, 2008.

ROXIN, Claus. *La teoría del delito en la discusión actual*. Traducción de Manuel Abanto Vásquez. Lima: Grijley, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. 18 anos de ECA: a inclusão de crianças e adolescentes no estado de direitos brasileiro, *Inclusão social*, Brasília, v. 2, n. 2, p. 152-154, abr.-set. 2007.

SANTOS, Juarez Cirino. *A criminologia radical*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

_____. *Direito penal: parte geral*. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris/ICPC, 2008.

_____. O adolescente infrator e os direitos humanos. *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, ano 5, n. 9 e 10, 1º e 2º sem. 2000, p. 169-179.

_____. Política criminal: realidades e ilusões do discurso penal. *Discursos sediciosos: crime, direito, sociedade*, ano 7, n. 12, 2º sem. 2002. p. 53-58.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Criança e criminalidade no início do século. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 210-230.

SARAIVA, João Batista Costa. *Compêndio de direito penal juvenil*. 4 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SCHEUFELE, D. A. Framing as a theory of media effects, *Journal of Communication*, v. 49, n. 1. p. 101-120, 1999.

SCHLESINGER, Philip; TUMBER, Howard; MURDOCK, Graham. The media politics o crime and criminal justice. In: ERICSON, Richard V. *Crime and the media*. Aldershot: Dartmouth, 1995. p. 95-118.

SCHUDSON, Michael. *The Sociology of News*. New York: Jeffrey Alexander, 2003.

SCOBAR, Juliana. Blogs como nova categoria de webjornalismo. In: AMARAL, Adriana; RECUERO, Raquel; MONTARDO, Sandra Portella (Orgs.) *Blogs.com: estudos sobre blogs e Comunicação*. São Paulo: Momento Editorial, 2009.

SECRETARIA Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SPDCA/SEDH; Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF; Observatório de Favelas – OF; Laboratório de Análise da Violência – LAV/UERJ. *Índice de homicídios na adolescência (IHA)*. Disponível em: <<http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/includes/publicacoes/471da5ee11f02534b6022e2a2d6a40dc.pdf>> Acesso em: 21 jul. 2009.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Da libertação à hegemonia: Freire e Gramsci no processo de democratização do Brasil. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, n. 29, nov. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782007000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 ago. 2013.

SHAW, Eugene F.. Agenda setting and mass communication theory. *International Journal for Mass Communication Studies*, vol. XXV, n. 2, 1979.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Sistema de garantias e direito penal juvenil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

SILVA, Luana de Carvalho. *O princípio da culpabilidade e a produção dos sujeitos*. Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná. Dissertação (mestrado). 196 f. Curitiba, 2008.

SILVA, Roberto da. O que é institucionalização/prisionização. *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, ano 4, n. 7 e 8, 1º e 2º sem. 1999, p. 125-133.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana, *Rev. Katál.*, Florianópolis v. 12 n. 1 p. 41-49 jan./jun. 2009.

SIMON, Jonathan. *Il governo della paura: guerra alla criminalità e democrazia in America*. Milano: Raffaello Cortina, 2008.

SMOLEJ, Mirka; KIVIVUORI, Janne. The relation between crime news and fear of violence, *Journal of Scandinavian Studies in Criminology and Crime Prevention*, v. 7, issue 2, december 2006, p. 211 – 227.

SOZZO, Máximo. Populismo punitivo, proyecto normalizador y "prisión-depósito" en Argentina. *Sistema Penal & Violência*, Porto Alegre, v. 1, n.1, p. 33-65, julho-dezembro, 2009.

SPECTOR, Malcom; KITSUSE, John I. *Constructing social problems*. New Jersey, 2001.

SPOSATO, Karyna Batista. *O Direito Penal Juvenil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

STEINERT, Heinz. Más allá del delito e de la pena. In: *Abolicionismo Penal*. Buenos Aires: Ediar, 1989. p. 35-56.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. *Bases de la investigación cualitativa*. Técnicas y procedimientos para desarrollar la teoría fundamentada. Medellín: Universidad de Antioquia, 2002.

SUDBRACK, Umberto Guaspari. Grupos de extermínio: aspectos jurídicos e de política criminal. *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, ano 1, n. 2, 2º sem. 1996, p. 111-125.

SURETTE, Ray. *Media, crime, and criminal justice*. Belmont: Thomson, 2007.

SWAANINGEN, René van. *Critical criminology: visions from Europe*. London: Sage, 1997.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Left and right in the Brazilian party system. *XI Congress of the Brazilian Studies Association*. 6-8 September 2012. University of Illinois at Urbana-Champaign. Disponível em: <http://www.brasa.org/documents/brasa_xi/Gabriela-Tarouco-Rafael-Madeira.pdf> Acesso em: 18 jan. 2013.

TAYLOR, Ian; WALTON, Paul; YOUNG, Jock. Criminologia critica in Gran Bretagna. Rassegne e prospettive. *La questione criminale: Rivista di ricerca e dibattito su devianza e controllo sociale*, Bologna, anno I, n. 1, gennaio-aprile 1975, p. 67-117.

TAYLOR, Ian; WALTON, Paul; YOUNG, Jock. *La nueva criminología: contribución a una teoría social de la conducta desviada*. Buenos Aires: Amorrortu, 1990.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

TONIAL, Cleber. Situação de risco = Situação irregular: Por uma questão de princípios. *Site da Justiça da Infância e da Juventude do Estado do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <http://jij.tj.rs.gov.br/jij_site/docs/DOCTRINA/SITUA%C7%C3ODERISCO.HTM> Acesso em: 28 mar. 2013.

TONRY, Michael. *Thinking about crime: Sense and Sensibility in American Penal Culture*. Oxford: Oxford, 2004.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: Por que as notícias são como são*. vol. I. Florianópolis: Insular, 2004.

TUCHMAN, Gaye. *La producción de la noticia*. Estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona: G. Gili., 1983.

_____. Objectivity as strategic ritual: an examination of newsmen's notions of objectivity, *The American Journal of Sociology*, v. 77, n. 4, jan. 1972, p. 660-679.

_____. The news' manufacture of sociological data. *American Sociological Review*, v. 41, n. 6, dec. 1976, p. 1065-1067.

UNICEF. Oficina de Uruguay. *Infancia y violencia en los medios: una mirada a la agenda informativa*. Rosario Sánchez Vilela. Montevideo: UNICEF, 2007.

URIARTE, Carlos E. *Vulnerabilidad, privación de libertad de jóvenes y derechos humanos*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 2006.

van DIJK, Teun A. Principles of critical discourse analysis, London, *Discourse & Society*, vol. 4(2), 1993. p. 249-283.

_____. *Discurso e poder*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. Political discourse and political cognition. In: CHILTON, Paul A.; SCHÄFFNER, Christina (Eds.). *Politics as Text and Talk: Analytical approaches to political discourse*. p. 204-236. Amsterdam: Benjamins, 2002.

VARELA, Juan. Jornalismo participativo: o Jornalismo 3.0 In: ORDUÑA, Octavio I. Rojas; ALONSO, Alonso; ANTÚNEZ, José Luis; ORIHUELA, José Luis; VARELA, Juan. *Blogs: revolucionando os meios de comunicação*. Tradução de Vertice Translate. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

VERONESE, Josiane Rose Petry. *Os direitos da criança e do adolescente*. São Paulo: LTR, 1999.

_____. Sistema de justiça da infância e da juventude: construindo a cidadania e não a punição. *Sequência*, ano XXIV, n. 50, jul. 2005, p. 103-120.

VERONESE, Josiane Rose Petry; LIMA, Fernanda da Silva. Medidas sócio-educativas: a responsabilização estatutária como antagônica da visão penal. In: *Anais do II Seminário Internacional de Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje*, 2008, Rio de Janeiro: Rede Sirius/ UERJ, 2008.

VIANELLO, Francesca; PADOVAN, Dario. Criminalità e paura: la costruzione sociale dell'insicurezza. In: MOSCONI, Giuseppe (a cura di). *Criminalità, sicurezza e opinione pubblica in Veneto*. Padova: Cleup, 2000.

VICENTIN, Maria Cristina G.; GRAMKOW, Gabriela; ROSA, Miriam Debieux. A patologização do jovem autor de ato infracional e a emergência de "novos" manicômios judiciais. *Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano*, v. 20, n. 1, p. 61-69, 2010.

VIEIRA, Cleverton Elias; VERONESE, Josiane Rose Petry. *Limites na educação*. Florianópolis: OAB/SC, 2006.

WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: A nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2003.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: Sangari, 2011. Disponível em: <www.mapadaviolência.org.br> Acesso em: 26 jul.2012.

WALGRAVE, Stefaan; SOROKA, Stuart; NUYTEMANS, Michiel. The Mass Media's Political Agenda-Setting Power: A Longitudinal Analysis of Media, parliament, and Government in Belgium (1993-2000). *Comparative Political Studies*, v. 41, n.6, p. 814-836, 2007.

WALGRAVE, Stefaan; VAN AELST, Peter. The contingency of the mass media's political agenda Setting Power: Toward a Preliminary Theory, *Journal of Communication*, n. 56, 2006, p. 88-109.

WELCH, Michael; FENWICK, Melissa; ROBERTS, Meredith. State managers, intellectuals, and the media: a content analysis of ideology in experts' quotes in feature newspaper articles on crime. In: POTTER, Gary W.; KAPPELER, Victor E. (eds.). *Constructing crime: Perspectives on making news and social problems*. 2 ed. Long Grove: Waveland, 2006. p. 70-92.

WOLF, Mauro. *Teorie delle comunicazioni di massa*. 22 ed. Milano: Bompiani, 2006.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo jurídico: Fundamentos de uma nova cultura no Direito*. São Paulo: Alfa Ômega, 2001.

YOUNG, Jock. Moral panics, Margate and Mary Poppins: Mysterious happenings in south coast seaside towns. *Crime, media, culture*. Vol 1(1): 100–105, SAGE Publications, London, Thousand Oaks, CA and New Delhi.

ZAFFARONI, E. Raúl; BATISTA, Nilo; SLOKAR, Alejandro; ALAGIA, Alejandro. *Direito penal brasileiro*. v. I. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 126.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *A palavra dos mortos: conferências de criminologia cautelar*. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. *Em busca das penas perdidas: A perda de legitimidade do sistema penal*. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

_____. Entrevista: "La prevención real del delito no le interesa a nadie". In: CYTRYNBLUM, Alicia. *Niñez y adolescencia en la prensa Argentina*. Buenos Aires: Periodismo Social Asociación Civil, 2009. p. 36-37.

_____. Globalização e sistema penal na América Latina: Da segurança nacional à urbana. *Discursos Sediciosos: Crime, direito, sociedade*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 4, p. 25-36, julho-dezembro 1997.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. *Manual de direito penal brasileiro*. v. 1. 7 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

b) Referências dos projetos de lei e outros documentos mencionados na análise

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Parecer ao PL 2847/2000. Relator Deputado Carlos Sampaio. 05 dez. 2007. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=D75A9A6C6C00FCDB573FECC25E2F6CA0.node2?codteor=529530&filename=Tramitacao-PL+2847/2000> Acesso em: 22 jan. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Parecer ao PL 7008/2010. Relator Deputado Laerte Bessa. 16 jun. 2010. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=E911DB38E4A2F75AC92EFD401609180B.node2?codteor=780933&filename=Tramitacao-PL+7008/2010> Acesso em: 22 jan. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Parecer ao PL 347/2011 e apensado PL 1052/2011. Relatora Benedita da Silva. 21 de junho de 2011. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=891428&filename=Parecer-CSPCCO-21-06-2011>. Acesso em: 22 ago. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Relatório da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1.627, de 2007, do Poder Executivo, que "dispõe sobre os sistemas de atendimento socioeducativo, regulamenta a execução das medidas destinadas ao adolescente, em razão de ato infracional, altera dispositivos da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências". Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=4121DA79F094EF3266330DC539F82B87.node2?codteor=652051&filename=Tramitacao-PL+1627/2007> Acesso em: 15 jan. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Voto em separado ao PL 345/2011. Deputada Keiko Ota. 13 jun. 2012. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1001329&filename=Tramitacao-PL+345/2011> Acesso em: 22 out. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Voto em separado aos PLs 7008/2010 e 7398/2010. Deputado Paulo Teixeira. 29 jun. 2010. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=784908&filename=VTS+1+CSPCCO+%3D%3E+PL+7008/2010> Acesso em: 22 out. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Voto em separado ao PL 345/2011. Deputada Dalva Figueiredo. 05 mai. 2011. Disponível em:
<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=867542&filename=VTS+3+CSPCCO+%3D%3E+PL+345/2011 > Acesso em: 22 out. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 102 de 12 de fevereiro de 2007*. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em:
<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=340465>> Acesso em : 26 jul. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 1052 de 13 de abril de 2011*. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - para ampliar o prazo de internação do adolescente infrator, estabelecer a possibilidade de aplicação de medidas de segurança, e dá outras providências. Disponível em:
<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=498429>> Acesso em : 06 jul. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 109 de 12 de fevereiro de 2007*. Altera Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências". Disponível em:
<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=340508>> Acesso em : 06 jul. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 114 de 12 de fevereiro de 2007*. Altera o art. 121 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1.990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para ampliar o prazo de internação de adolescente infrator e o limite de idade de liberação compulsória, e dá outras providências. Disponível em :
<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=340525>> Acesso em: 08 ago. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 120 de 13 de fevereiro de 2007*. Altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em :
<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=340587>> Acesso em: 08 ago. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 157 de 14 de fevereiro de 2007*. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 - Código Penal, e a Lei nº 8.069, de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Disponível em:
<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=340717>> Acesso em: 08 ago. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 1627 de 13 de julho de 2007*. Dispõe sobre os sistemas de atendimento socioeducativo, regulamenta a execução das medidas destinadas ao adolescente, em razão de ato infracional, altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=36009>
2> Acesso em : 06 jul. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 165 de 14 de fevereiro de 2007*. Aumenta para até 10 (dez) anos o tempo de internação e amplia o limite de idade para liberação compulsória do adolescente infrator, aplicando medida sócio-educativa especial em caso de ato infracional descrito como crime hediondo, praticada por adolescente com mais de 16 (dezesesseis) anos; determina o cumprimento da medida de internação em local diferenciado e específico. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=34080>
4> Acesso em : 26 jul. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 173 de 14 de fevereiro de 2007*. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=34083>
5> Acesso em : 26 jul. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 177 de 14 de fevereiro de 2007*. Altera a Lei nº 8.069, de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=34085>
7> Acesso em : 26 jul. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 179 de 14 de fevereiro de 2007*. Altera o art. 121 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para ampliar, a critério do juiz, o prazo de internação de adolescente infrator e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=34086>
6> Acesso em : 26 jul. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 1895 de 02 de agosto de 2011*. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=51342>
6> Acesso em : 26 set. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 2215 de 16 de outubro de 2007*. Altera o inciso I do art. 122 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=37210>
1> Acesso em : 26 jul. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 241 de 27 de fevereiro de 2007*.

Altero o artigo 121 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para aumentar o prazo máximo de internação do adolescente infrator e o limite de idade para a liberação compulsória. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=34277>
9> Acesso em : 26 jul. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 2523 de 19 de novembro de 2003*. Acrescenta art. à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para aumentar o limite máximo da medida de internação do menor que comete ato infracional descrito como homicídio, e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=143463>> Acesso em: 26 set. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 2575 de 25 de novembro de 2003*. Altera dispositivos sobre adoção internacional e medidas socioeducativas de internação do menor infrator em estabelecimentos de recuperação e ressocialização; aumenta para 16 anos a idade de início da atividade laboral do menor; agrava a pena para o crime de pedofilia pela Internet e para as pessoas que usam menores como "escudo humano" em movimento de manifestação coletiva. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=144931>> Acesso em: 26 set. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 2588 de 25 de novembro de 2003*. Altera os arts. 103, 108, 121, 122 e 123, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre medidas de repressão aos atos infracionais graves e aos correspondentes aos crimes hediondos. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=145145>> Acesso em: 26 set. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 2628 de 28 de novembro de 2003*. Altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=146077>> Acesso em: 26 set. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 2754 de 12 de fevereiro de 2008*. Dispõe sobre o tratamento individual adolescente que tenha cometido ato infracional análogo a homicídio doloso e manifeste grave desvio de personalidade. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=382903>> Acesso em: 20 jul. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 2847 de 13 de abril de 2000*. Altera o parágrafo único do art. 2º, os §§ 3º e 5º do art. 121, o inciso I do art. 122 e acrescenta o § 2º ao art. 123, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=18710>> Acesso em: 26 set. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 322 de 07 de março de 2007*. Dá nova redação ao caput e aos parágrafos 2º e 3º, e suprime o § 5º do art. 121 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990). Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=343918>> Acesso em: 26 jul. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 3444 de 04 de maio de 2004.*

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre a internação do adolescente que praticar ato infracional de tráfico ilícito de entorpecentes. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=251187>> Acesso em: 10 jul. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 345 de 09 de fevereiro de 2011.*

Altera dispositivo da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para aplicação do Estatuto às pessoas entre 18 (dezoito) e 26 (vinte e seis) anos de idade. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=491705>> Acesso em: 26 set. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 346 de 09 de fevereiro 2011.* Altera dispositivo da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para prever aumento do tempo de internação de adolescente autor de ato infracional grave e conceder-lhe formação técnico-profissional. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=491706>> Acesso em: 05 ago. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 347 de 09 de fevereiro de 2011.*

Altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para tratar dos casos de aplicação da medida de internação. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=491707>> Acesso em: 26 set. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 348 de 09 de fevereiro de 2011.*

Cria dispositivos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para dispor sobre antecedentes, tratamento ambulatorial, internação em estabelecimento de tratamento psiquiátrico e responsabilidade do Estado para adequar as entidades de atendimento, públicas ou privadas, às diretrizes e normas deste Estatuto. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=491708>> Acesso em: 26 set. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 3503 de 22 de março de 2012.*

Altera dispositivos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=538328>> Acesso em: 07 set. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 3700 de 01 de novembro de 2000*. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=20070>
> Acesso em: 24 out. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 385 de 13 de março de 2007*. Altera dispositivo da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regula o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=34448>
2> Acesso em: 24 ago. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 3858 de 14 de maio de 2012*. Altera o art. 68 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a fim de dispor sobre o trabalho educativo. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=54449>
2> Acesso em : 26 jul. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 395 de 13 de março de 2007*. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - para ampliar o prazo de internação do adolescente infrator, estabelecer a possibilidade de aplicação de medidas de segurança, e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=34453>
5> Acesso em: 24 ago. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 3967 de 02 de setembro de 2008*. Altera o § 3º e acrescenta §§ 4º e 5º ao art. 112 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=40850>
1> Acesso em: 24 set. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 4295 de 21 de outubro de 2004*. Dá nova redação ao artigo 108 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=26743>
5> Acesso em: 10 jul. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 4603 de 4 de fevereiro de 2009*.

Altera dispositivos da Lei nº 8.069, de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=42290>
6> Acesso em: 05 ago. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 4617 de 10 de fevereiro de 2009*.

Altera a redação do parágrafo único do art. 2º e o § 5º do art. 121 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=42330>
1> Acesso em: 10 de ago. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 4753 de 2 de março de 2009*. Altera os § 3º e 5º e acrescenta o § 7º do art. 121 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=424571>> Acesso em 11 de ago. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 4808 de 10 de março de 2009*. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=425902>> Acesso em: 10 de ago. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 5035 de 08 de agosto de 2001*. Altera o § 3º, do art. 121 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=31980>> Acesso em: 24 out. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 5037 de 08 de agosto de 2001*. Altera o § 7º, do art. 121, do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=31982>> Acesso em: 24 out. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 5629 de 15 de julho 2009*. Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=442701>> Acesso em: 15 mai 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 6923 de 11 de junho de 2002*. Altera o parágrafo 1º, do art. 122, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=56105>> Acesso em: 22 out. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 7008 de 23 de março de 2010*. Dispõe sobre o período de internação de adolescente que comete ato infracional grave. Disponível em : <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=470638>> Acesso em: 08 ago. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 719 de 12 de abril de 2007*. Altera dispositivos do Livro II, Título III, Capítulo IV, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para ampliar o período de internação de adolescentes para seis anos no caso de crimes hediondos e assemelhados. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=347979>> Acesso em: 26 ago. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 7208 de 28 de abril de 2010*. Altera os arts. 103, 108, 121, 122 e 123, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre medidas de repressão aos atos infracionais graves e aos correspondentes aos crimes hediondos. Disponível em : <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=474899>> Acesso em: 08 ago. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 7398 de 26 de maio de 2010*. Dá nova redação ao § 3º do art. 121 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em : <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=478823>> Acesso em: 08 ago. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 853 de 29 de abril de 2003*. Modifica os arts. 121, 123, 124 e 185 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=113268>> Acesso em: 26 set. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 904 de 06 de maio de 2003*. Modifica a redação dos § 3º e 5º do art. 121, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=145145>> Acesso em: 26 set. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 934 de 02 de maio de 2007*. Dispõe sobre o período máximo de aplicação das medidas sócio-educativas de internação previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=349967>> Acesso em: 26 ago. 2012.

c) Referências das notícias mencionadas na análise

“ELES saíam com mais ódio”, diz mãe, *Folha de S. Paulo*, 23 nov. 2003, p. C4.

10 de abril é o Dia Nacional de Mobilização Contra a Redução da Maioridade Penal. Disponível em: <<http://www.andi.org.br/infancia-e-juventude/pauta/10-de-abril-e-o-dia-nacional-de-mobilizacao-contra-a-reducao-da-maioridad>> Acesso em: 13 jun. 2013.

84% apóiam redução da maioridade penal *Folha de S. Paulo*, 01 jan. 2004, p. C3.

88% apóiam redução da maioridade penal, *Folha de S. Paulo*, 09 dez. 2003, p. C3.

ACUSADO nega e diz também estar chocado, *Folha de S. Paulo*, 12 fev. 2007, p. C4.

ADOLESCENTE em jet ski atropela e mata criança na areia em Bertiooga, *Folha de S. Paulo*, 20 fev. 2012, p. C9.

ADOLESCENTE morre depois de ser espancado em centro de detenção no DF, *Folha de S. Paulo*, 05 nov. 2003, p. C4.

ADOLESCENTES suspeitos de cometer infrações dormem algemados no ES, *Folha de S. Paulo*, 05 abr. 2012, p. C5.

ADVOGADO afirma que atropelamento foi uma 'fatalidade', *Folha de S. Paulo*, 21 fev. 2012, p. C8.

ALCKMIN deve entregar Febem a 3º setor, *Folha de S. Paulo*, 15 nov. 2003, p. C3.

ALCKMIN quer punição rigorosa para menor envolvido em crime grave. G1 São Paulo, 11 abr. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/04/alckmin-quer-punicao-rigorosa-para-menor-envolvido-em-crime-grave.html>> Acesso em: 23 jun. 2013.

AMIGOS não viam sítio como local perigoso, *Folha de S. Paulo*, 12 nov. 2003, p. C3.

ANTES de morrer, aluna ficou em cativeiro, *Folha de S. Paulo*, 12 nov. 2003, p. C1.

APENAS 3% das comarcas têm varas de infância, *Folha de S. Paulo*, 09 abr. 2012, p. C1.

ARCEBISPO apóia redução da maioria, *Folha de S. Paulo*, 14 nov. 2003, p. C5.

AZEVEDO, Solange. Prisão perpétua à brasileira. *Istoé*, n. 2164, 29 abr. 2011. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/135118_PRISAO+PERPETUA+A+BRASILEIRA> Acesso em: 21 mar. 2012.

CADEIA linha dura é maior reduto, *Folha de S. Paulo*, 23 nov. 2003, p. C3.

CHINAGLIA propõe ampliar tempo de internação, *Folha de S. Paulo*, 14 fev. 2007, p. C3.

CONFISSÃO foi para livrar o irmão, diz a mãe, *Folha de S. Paulo*, 13 fev. 2007, p. C5.

CONGRESSO recebe pacote de governadores, *Folha de S. Paulo*, 01 mar. 2007, p. C4.

CONGRESSO recebe pacote de governadores, *Folha de S. Paulo*, 01 mar. 2007, p. C4.

CRIME reabre debate sobre maioria penal, *Folha de S. Paulo*, 15 nov. 2003, p. C1.

DERROTADA, base aliada tenta atrasar votação, *Folha de S. Paulo*, 27 abr. 2007, p. C3.

DETIDO negou a jornalistas ligação com as mortes *Folha de S. Paulo*, 14 nov. 2003, p. C5.

EM carro furtado, menino de 12 anos é detido pela 9ª vez, *Folha de S. Paulo*, 17 dez. 2008, p. C4.

ESPECIALISTAS divergem sobre o aumento do rigor penal, *Folha de S. Paulo*, 16 fev. 2007, p. C4.
Expressão utilizada na justificativa do PL 3858/2012.

FOLHA DE S. PAULO, *Crime e castigo*, Editorial, 23 nov. 2003, p. A2.

FOLHA DE S. PAULO, *Maioridade Penal*, Editorial, 13 nov. 2003, p. A2.

FOLHA DE S. PAULO, *Juventude e populismo*, Editorial, 23 jun. 2003, p. A2.

FORAGIDO fez ameaças a seus cúmplices, *Folha de S. Paulo*, 11 fev. 2007, p. C2.

FUNDAÇÃO Casa precisa se cuidar para não voltar a ser Febem, diz CNJ, *Folha de S. Paulo*, 09 abr. 2012, p. C1.

FUNDAÇÃO Casa precisa se cuidar para não voltar a ser Febem, diz CNJ, *Folha de S. Paulo*, 09 abr. 2012, p. C1.

GAROTO entrou no crime aos 10 anos, *Folha de S. Paulo*, 11 mar. 2007, p. C3.

GAROTO pega Toyota da mãe escondido, derrapa e bate em outros dois carros, *Folha de S. Paulo*, 30 jan. 2009, p. C8.

INSTITUIÇÃO diz que denúncias são investigadas, *Folha de S. Paulo*, 23 nov. 2003, p. C4.

INTERNOS fazem túnel de 12 m em Febem supersegura, *Folha de S. Paulo*, 13 mar. 2007, p. C3.

JOVENS trocam tráfico por roubo no Rio, *Folha de S. Paulo*, 11 mar. 2007, p. C3.

JUIZ da infância atende 1 milhão em SP, *Folha de S. Paulo*, 09 abr. 2012, p. C1.

JUIZ do caso defende pena maior para jovens, *Folha de S. Paulo*, 11 fev. 2007, p. C3.

JUSTIÇA já condena jovens envolvidos em bullying, *Folha de S. Paulo*, 29 abr. 2012, p. C1.

LULA descarta redução da maioria penal, *Folha de S. Paulo*, 10 fev. 2007, p. C 12.

MÃE ainda não crê na participação do filho nos crimes, *Folha de S. Paulo*, 13 nov. 2003, p. C4.

MÃE de João Hélio reconhece 2 acusados de matar o menino, *Folha de S. Paulo*, 07 mar. 2007, p. C3. Grifou-se.

MANUAL endurece regras para infratores, *Folha de S. Paulo*, 29 dez. 2003, p. C1.

MENINO de 12 anos mata a avó a facadas no Rio, *Folha de S. Paulo*, 16 fev. 2007, p. C5. Grifou-se.

MENOR já era suspeito havia uma semana, *Folha de S. Paulo*, 13 nov. 2003, p. C4.

MENOR participa de 1% dos homicídios em SP, *Folha de S. Paulo*, 01 jan. 2004, p. C1.

OAB critica proposta de Alckmin, *Folha de S. Paulo*, 18 nov. 2003, p. C3.

OUTRA testemunha diz à polícia que adolescente montou e ligou o jet ski, *Folha de S. Paulo*, 28 fev. 2012, p. C5.

PAI quer redução da maioria penal, *Folha de S. Paulo*, 13 nov. 2003, p. C4.

PARA a polícia, menor idealizou crimes, *Folha de S. Paulo*, 15 nov. 2003, p. C4.

PARA a polícia, os cinco sabiam de João, *Folha de S. Paulo*, 14 fev. 2007, p. C4.

PARA Alckmin, presídios estão preparados, *Folha de S. Paulo*, 23 nov. 2003, p. C3.

PARA especialistas, adolescentes já vivem em prisão, *Folha de S. Paulo*, 23 nov. 2003, p. C4.

PARA Lula, mudar lei não reduz violência, *Folha de S. Paulo*, 14 fev. 2007, p. C3.

PARA ministro, Estados não cumprem o ECA, *Folha de S. Paulo*, 15 nov. 2003, p. C1

PARA presidente da Febem, não há sequer meios de cumprir proposta, *Folha de S. Paulo*, 27 abr. 2007, p. C3.

PARA Sérgio Cabral, legislação precisa mudar, *Folha de S. Paulo*, 10 fev. 2007, p. C 12.

POLÍCIA muda de novo versão sobre o caso, *Folha de S. Paulo*, 13 fev. 2007, p. C5.

POLÍCIA prende 4º envolvido no assassinato de menino, *Folha de S. Paulo*, 11 fev. 2007, p. C1.

POLÍCIA realiza a reconstituição da morte do casal de estudantes, *Folha de S. Paulo*, 18 nov. 2003, p. C4.

PRESO liderou o assalto e arrastou João, diz a polícia, *Folha de S. Paulo*, 12 fev. 2007, p. C4.

R. já era suspeito de uma outra morte desde 2001, *Folha de S. Paulo*, 15 nov. 2003, p. C4.

REDUÇÃO da idade penal é criticada, *Folha de S. Paulo*, 02 dez. 2003, p. C3.

SE maioridade aos 16 já valesse, prisões teriam 11 mil a mais, *Folha de S. Paulo*, 16 fev. 2007, p. C3.

SEM acordo sobre maioridade penal, debatedores defendem mudanças, *Folha de S. Paulo*, 07 mar. 2007, p. C10.

SP concentra menores acusados de matar, *Folha de S. Paulo*, 23 nov. 2003, p. C3.

UNIÃO só libera 4,5% da verba pra infrator, *Folha de S. Paulo*, 18 nov. 2003, p. C1.

UNIDADE é fechada no improviso, *Folha de S. Paulo*, 29 dez. 2003, p. C1.

ZERO HORA. Meninos condenados. 29 jan. 2012. Disponível em:
<<http://www.clicrbs.com.br/pdf/12946335.pdf>> Acesso em: 13 jun. 2013.

ZILDA Arns defende pena maior para jovem infrator, *Folha de S. Paulo*, 16 fev. 2007, p. C4.

APÊNDICE A – Lista dos projetos de lei analisados (PP2)

Número do PL	Objetivo	Prazo máximo de internação	Em que casos esse prazo pode ser aplicado	Limite de idade para internação	Outras modificações	Tramitação
PL 3844/2012 Roberto de Lucena PV	* Proibir a realização de visita íntima a adolescente em medida socioeducativa de internação.	-	-	-	-	Tramitando na CSSF. Possui parecer ainda não apreciado.
PL 3680/2012 Hugo Leal PSC	* Estabelece critério para o conceito de reiteração: “A prática de uma infração grave anterior será suficiente para caracterizar a reiteração prevista pelo inciso II deste artigo”.	-	-	-	-	Apensado ao PL 347/2011. Não possui parecer. Tramitando em conjunto na CSPCCO.
PL 3503/2012 Ronaldo Benedet PMDB	* Aumenta o prazo máximo de internação.	* Pena mínima prevista para o crime análogo no CP.	A critério do juiz, e dependendo de avaliação psiquiátrica.	Indeterminado.	* Cria o critério da periculosidade do autor do ato infracional, diagnosticada em laudo psiquiátrico, para fundamentar a internação preventiva. * Obriga que a desinternação seja precedida de avaliação psiquiátrica. * Inclui no rol do artigo 122 ato infracional análogo a crime hediondo.	Apensado ao PL 347/2011. Não possui parecer. Tramitando em conjunto na CSPCCO.
PL 1895/2011 Alexandre Leite DEM	* Aumenta prazo máximo de internação. ** Estabelece tempo mínimo de internação. *** Cria a possibilidade de aplicação da medida de internação em concurso material.	* Dez anos após atingir a maioridade. ** 3 anos para AI cometidos mediante violência ou grave ameaça. 6 anos para AI que resultem em morte ou lesão corporal de natureza grave.	***Pluralidade de atos infracionais com violência e grave ameaça e que resultem em morte ou lesão corporal de natureza grave.	28 anos.	* Permite que o juiz, ao término do cumprimento do prazo de três anos de internação encaminhe o adolescente à medida de semiliberdade ou liberdade assistida. * Torna obrigatória a internação quando da prática de atos infracionais que resultem em morte ou lesão corporal grave. * Impede a concessão de remissão quando da prática de ato infracional praticado com violência ou grave ameaça à pessoa. * Impede a liberação do adolescente, mesmo com o comparecimento dos pais, quando se tratar de ato infracional praticado com violência ou grave ameaça à pessoa. * Permite o cumprimento da medida de internação em estabelecimento penitenciário, em ala separada, a partir de quando o jovem completar 18 anos.	Apensado ao PL 1052/2011. Não possui parecer. Tramitando em conjunto na CSPCCO.

SUBSTITUTIVO DA CSPCCO AO PL 348/2011 E 1035/2011	*Trata sobre a atenção integral à saúde do adolescente que cumpre a medida de internação.	Não modifica.	Caso em que o adolescente é dependente químico, possui transtorno mental, é deficiente mental, ou necessidade cuidados especiais	Não modifica.	* O substitutivo retira toda a parte coercitiva que equiparava a medida de internação para doentes mentais e dependentes químicos à medida de segurança no PL originalmente proposto, buscando realizar uma composição entre a medida socioeducativa e o tratamento de saúde. * Permite ao juiz que suspenda a execução da medida socioeducativa para o tratamento de saúde, inclusive domiciliar, se necessário. * Trata a saúde mental no âmbito do SUS (política social) e não das medidas socioeducativas (política penal).	Substitutivo aprovado na CSPCCO, tramita agora na CSSF.
PL 1035/2011 Dr. Ubiali PSB	-	-	-	-	* Cria a possibilidade de a condenação por ato infracional praticado por adolescente a partir dos 16 anos figurar como antecedente no caso de vir a praticar crime idêntico após atingir a maioridade.	Parecer da CSPCCO. Aprovado substitutivo. Tramita na CSSF. Apensado ao PL 348/2011.
PL 348/2011 Hugo Leal PSC	* Cria tratamento psiquiátrico em regime de internação por tempo indeterminado.	Indeterminado, enquanto não for averiguada, por perícia médica, a cessação da periculosidade.	Adolescentes com transtorno mental grave que coloquem em risco a sociedade ou eles próprios.		* Cria a possibilidade de a condenação por ato infracional praticado por adolescente a partir dos 16 anos figurar como antecedente no caso de vir a praticar crime idêntico após atingir a maioridade. * Torna condicional a liberação do adolescente submetido anteriormente à internação por transtorno mental. Caso torne a praticar ato infracional que indique a manutenção da periculosidade, deve retornar ao cumprimento da medida.	Parecer da CSPCCO. Aprovado substitutivo. Tramita na CSSF.
PL 1052/2011 Dr. Ubiali PSB (Idêntico ao PL 395/2007 do deputado Márcio França arquivado em 2009, justificativa	* Aumenta prazo da medida de internação. ** Inclui a medida de segurança no rol das medidas socioeducativas.	* Quatro anos, oito anos e aumento de 1 a 2/3. ** Prazo indeterminado na medida de segurança.	* Quatro anos no caso do art. 122 do ECA. * Oito anos em caso de "reincidência". * Aumento de 1 a 2/3 no prazo máximo de	Indeterminado.	* Obriga a realização de testes projetivos de personalidade, por equipe interprofissional composta por médicos psiquiatras e psicólogos, a todos os adolescentes autores de ato infracional. * Obriga que a desinternação seja precedida de autorização judicial, após a oitiva do representante do Ministério Público e de junta específica de avaliação da Infância e da	Parecer da CSPCCO pela rejeição. Não foi apreciado. Designado novo relator para projetos em apenso. Apensado ao PL

idêntica)			internação se o resultado for a morte da vítima ou a ocorrência de lesão corporal de natureza grave. * Para a medida de segurança deve ser constatada doença mental grave e a prática de ato infracional mediante violência ou grave ameaça à pessoa.		Juventude, composta por assistente social, psicólogo e psiquiatra. * Acrescenta a seção VIII ao Capítulo IV, do Título III, do Livro II (Parte Especial), intitulada “Das Medidas de Segurança”. * A medida de segurança poderá ser de internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico ou, à falta, em outro estabelecimento adequado; ainda, sujeição a tratamento ambulatorial. Não comporta prazo determinado. * O critério para o término da medida é a cessação de periculosidade. Em caso de o adolescente voltar a praticar ato que demonstre não haver cessado a periculosidade em até um ano após sua liberação terá o restabelecimento da medida de segurança. * O estabelecimento deve ter caráter hospitalar. * Conceitua “reincidência” no âmbito do ECA de maneira idêntica à do CP.	347/2011.
PL 347/2011 Hugo Leal PSC	* Aumenta o prazo da medida socioeducativa de internação no caso do art. 122, III.	* 6 meses.	Sempre.	Não trata.	* Cria novas situações nas quais será possível a internação do adolescente. São elas: ato infracional análogo a crime hediondo; análogo a tráfico ilícito de substâncias entorpecentes e drogas afins; praticado em ações de quadrilha, bando ou do crime organizado. * Amplia o prazo para a conclusão do procedimento de apuração do ato infracional estando o adolescente internado de 45 dias para 90 dias nos casos acima, excluindo a palavra “improrrogável”.	Parecer da CSPCCO pela rejeição. Não foi apreciado. Designado novo relator para projetos em apenso (PL 1895/2011; PL 3503/2012; PL 3680/2012).
PL 346/2011 Hugo Leal PSC	* Aumenta prazo máximo de internação.	5 anos.	Em caso de ato infracional que a legislação penal puna com reclusão.	Não menciona.	* Obriga à realização de atividades pedagógicas e técnico-profissionais durante o período de internação, inclusive provisória.	Tramita na CSPCCO.
SUBSTITUTIVO DA CSPCCO AO PL 345/2011 Relator:	* Aumenta o limite de idade do jovem a quem pode ser aplicado o ECA. ** Aumenta prazo máximo	** Indetermina do	Em caso de “reincidência” em qualquer tipo de “crime”.	26 anos.	-	Substitutivo aprovado na CSPCCO, tramita agora na

EnioBacci PDT	de internação.					CSSF.
SUBSTITUTIVO DA CSPCCO AO PL 345/2011 Relator: Fernando Francischini PSDB	* Aumenta o limite de idade do jovem a quem pode ser aplicado o ECA. ** Aumenta prazo máximo de internação.	**Indetermina do	Em caso de “reincidência” em crimes hediondos.	26 anos.	-	Substitutivo rejeitado. Foi aprovado o do Deputado EnioBacci na CSPCCO.
PL 345/2011 Hugo Leal PSC	* Aumenta o limite de idade do jovem a quem pode ser aplicado o ECA.	-	“Excepcionalment e”.	26 anos.	-	Parecer da CSPCCO. Aprovado substitutivo com 3 votos em separado. Tramita na CSSF

LEGISLATURA 2011-2014

SUBSTITUTIV O DA CSPCCO AOS PLS 7008/2010 e 7398/2010 Relator: Laerte Bessa PSC	* Aumenta prazo máximo de internação. ** Aumenta o prazo da medida socioeducativa de internação no caso do art. 122, III.	* 5 anos. ** 1 ano.	Atos infracionais análogos a crimes contra a vida, crimes hediondos e tráfico de drogas.	23 anos.	* Aumenta de 3 (três) meses para 1 (um) ano o prazo da internação no caso do art. 122, III (reiteração injustificada). * Cria a possibilidade de a condenação por ato infracional praticado por adolescente a partir dos 16 anos figurar como antecedente no caso de vir a praticar crime idêntico após atingir a maioridade.	Arquivado pelo art. 105 do RICD.
PL 7398/2010 Rita Camata PSDB	* Aumenta o prazo máximo da medida de internação.	5 anos.	* Ato infracional análogo a crime hediondo e tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.		* Cria a possibilidade de a condenação por ato infracional praticado por adolescente a partir dos 16 anos figurar como antecedente no caso de vir a praticar crime idêntico após atingir a maioridade.	Parecer da CSPCCO. Com voto em separado. Arquivado pelo art. 105 do RICD. Apensado ao PL 7008/2010.
PL 7208/2010 William Woo PPS Idêntico ao PL 2588/2003	* Aumenta o prazo máximo de internação provisória. ** Aumenta o prazo máximo da medida de internação.	*Indetermina do ** 30 anos.	* Atos infracionais graves, cuja pena ultrapassa quatro anos de reclusão e crimes hediondos. ** Reiteração em ato	Indeterminado.	* Exclui os princípios de brevidade e excepcionalidade do <i>caput</i> do art. 121 do ECA. * Torna a internação por prazo determinado. A decisão judicial será baseada em laudo de avaliação clínica,	Arquivado pelo art. 105 do RICD.

Vicente Cascione PTB			excepcionalmente grave (crime hediondo).		psicológica, psiquiátrica e assistencial, no qual os peritos deverão avaliar o grau de periculosidade do adolescente. * Diminui a frequência da reavaliação da medida de internação para quatro anos em caso de ato infracional de excepcional gravidade (equiparado a crime hediondo). * Prevê a transferência dos jovens que completarem 18 anos para ala especial de estabelecimento penitenciário. * Cria a medida de segurança para adolescentes que tenham constatada periculosidade decorrente de doença mental, desenvolvimento mental retardado, psicopatia ou psicose, a ser cumprida em hospital de custódia. * Condiciona a liberação de adolescente autor de ato infracional grave (punido pelo CP com mais de 4 anos de reclusão) ou excepcionalmente grave (crime hediondo) cometido sob efeito de droga, da qual é absolutamente dependente, à constatação da cura da dependência. * Proíbe o autor de ato infracional grave ou gravíssimo de praticar atividade externa.	
PL 7008/2010 William Woo PPS	* Obriga o adolescente a permanecer internado até os 21 anos.	Até completar 21 anos.	No caso de ato infracional grave (punido pelo CP com reclusão).	21 anos.	* Permite a internação até 3 anos por atos infracionais que na legislação penal não são punidos com reclusão.	Parecer da CSPCCO. Com voto em separado. Arquivado pelo art. 105 do RICD.
PL 4808/2009 Fernando de Fabinho DEM	* Aumenta o prazo máximo da medida de internação.	6 anos.	A critério do juiz.	26 anos.	-	Não chegou a ter parecer em nenhuma comissão. Arquivado.
PL 4753/2009 Osório Adriano DEM	* Aumenta o prazo máximo da medida de internação.	5 anos.	Casos de homicídio, latrocínio e assalto à mão armada.	Apenas refere que seria mais de 21 anos.	-	Não chegou a ter parecer em nenhuma comissão.

PL 4617/2009 William Woo PSDB	* Aumenta a idade limite da liberação compulsória.	Não menciona.	A critério do juiz.	28 anos.	-	Arquivado. Não chegou a ter parecer em nenhuma comissão. Arquivado.
PL 4603/2009 Vital do Rêgo Filho PMDB	* Aumenta o prazo da medida de internação.	5 anos.	A critério do juiz.	23 anos.	* Inclui no rol do art. 122 o inciso IV, possibilitando a aplicação de medida de internação em caso de “ato infracional equiparado a tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins ou racismo”.	Não chegou a ter parecer em nenhuma comissão. Arquivado.
PL 3967/2008 Renato Amary PSDB	* Aumentar o prazo máximo da medida de internação em caso de adolescentes que precisem de tratamento mental.	* 5 anos, prorrogáveis em casos excepcionais.	Cometimento de ato infracional por adolescentes portadores de deficiência, alterações mentais ou comportamentais que justifiquem desvio de conduta, caracterizado pela prática de ato infracional, constatado por laudo de médico, psicólogo ou psiquiátrico.	Indeterminado.	-	Não chegou a ter parecer em nenhuma comissão. Arquivado.
PL 2754/2008 Edson Ezequiel PMDB	* Aumenta prazo máximo de internação para conduzir adolescentes com “grave desvio de personalidade” a tratamento individual, especializado e multidisciplinar.	* 10 anos	Em casos de homicídio doloso tentado ou consumado que revele “grave desvio de personalidade” do adolescente, constatado em laudo pericial fundamentado. Caso haja um laudo atestando a cessação desse desvio, o adolescente pode ser liberado antes.	Indeterminado.	* Diminui a frequência da reavaliação da medida de internação de seis meses para um ano.	Não chegou a ter parecer em nenhuma comissão. Arquivado.
SUBSTITUTIV	* Aumenta o prazo da	* 90 dias	* Quando tratar-se de	26 anos	* Modifica a medida protetiva de internação	Substitutivo

O DA CSPCCO AOS PROJETOS DE LEI 2.847/2000 E APENSADOS <small>1164</small> (OBS: PARECER E SUBSTITUTIVO POSTERIORES À PROPOSIÇÃO DO SINASE PL 1627/2007)	internação provisória. ** Amplia o prazo máximo da medida de internação. *** Amplia o prazo máximo da medida de internação no caso do art. 122, III.	prorrogáveis por mais 90 dias. ** 8 anos *** 6 meses.	ato infracional: cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa; crimes definidos como hediondos; praticado em ações de quadrilha, bando ou do crime organizado; consistente em tráfico ilícito de substâncias entorpecentes e drogas afins. ** Quando tratar-se de ato infracional: cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa; crimes definidos como hediondos.	em abrigo, independentemente da perda do poder familiar, para torná-lo compulsório, por até 90 dias, nos casos de prática de prostituição ou qualquer situação de exploração sexual; submissão a situação análoga à de escravo; uso de produtos entorpecentes. * Cria a possibilidade de a condenação por ato infracional praticado por adolescente a partir dos 16 anos figurar como antecedente no caso de vir a praticar crime idêntico após atingir a maioridade. * Inclui no rol de medidas socioeducativas (art. 112), o tratamento psiquiátrico ambulatorial; a inserção em regime de semiliberdade; a internação em estabelecimento educacional; a internação em estabelecimento de tratamento psiquiátrico. * Permite ao juiz que determine a realização de avaliação psiquiátrica dos adolescentes internados sempre que houver evidências de algum tipo de transtorno. Caso a avaliação confirme a existência de algum tipo de transtorno, o juiz lançará mão das medidas ligadas ao tratamento psiquiátrico, dependendo da periculosidade. * Determina que as entidades de tratamento psiquiátrico para adolescentes autores de ato infracional tenham características hospitalares. * Determina o estabelecimento de prazo máximo para o cumprimento da medida de internação quando da sentença, levando	aprovado com complementação e votos em separado na CSPCCO. Arquivado por prejudicialidade.
--	--	---	--	--	--

¹¹⁶⁴ PLS 3.362/2000; 3.700, DE 2000; 5.035, DE 2001; 5.036, DE 2001; 5.037, DE 2001; 6.923, DE 2002; 852, DE 2003; 904, DE 2003; 2.523, DE 2003; 2.588, DE 2003; 2.628, DE 2003; 3.444, DE 2004; 102, DE 2007; 109, DE 2007; 114, DE 2007; 120, DE 2007; 165, DE 2007; 177, DE 2007; 179, DE 2007; 184, DE 2007; 241, DE 2007; 322, DE 2007; 395, DE 2007; 565, DE 2007; 719, DE 2007; 820, DE 2007; 934, DE 2007; 978, DE 2007 e 2.215, de 2007.

						<p>em consideração a culpabilidade, a conduta social, a personalidade do adolescente, os motivos e as conseqüências do ato infracional.</p> <p>* O adolescente deverá ser reavaliado um ano após o início do cumprimento da medida; a seguir, o intervalo se reduz para seis meses.</p> <p>* Obriga a todo adolescente a realização de avaliação psiquiátrica e testes projetivos de personalidade a serem realizados por médicos, assistentes sociais e psicólogos antes do início do cumprimento da medida de internação.</p> <p>* Permite ao juiz requerer exames psicológicos antes de decidir pela desinternação do adolescente, sempre que entender necessário para garantia do próprio adolescente e da sociedade.</p> <p>* Prevê internação em estabelecimento psiquiátrico aos adolescentes com transtorno mental grave, por tempo indeterminado sem prazo máximo de duração, com liberação condicionada à cessação da periculosidade.</p> <p>* Torna condicional a liberação do adolescente submetido anteriormente à internação por transtorno mental. Caso torne a praticar ato infracional que indique a manutenção da periculosidade, deve retornar ao cumprimento da medida.</p>
PL 2215/2007 Laerte Bessa PMDB	* Aumenta os casos em que o adolescente pode ser submetido à medida de internação.	* Permanece 3 anos	Acrescenta-se ao art. 122, I o trecho “ou conduta descrita como crime hediondo ou a ele equiparado, prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, ou terrorismo”.	* Permanece 21 anos.	-	<p>Apensado ao PL 2847/2000</p> <p>Parecer favorável na CSPCCO em conjunto com os demais apensados.</p> <p>Arquivado por prejudicialidade.</p>

PL 934/2007 Ayrton Xerêz DEM	* Aumenta o prazo da medida de internação.	* 8 anos	Atos infracionais cometidos mediante violência ou grave ameaça.	Indeterminado.	-	Apensado ao PL 2847/2000 Parecer favorável na CSPCCO em conjunto com os demais apensados. Arquivado por prejudicialidade.
PL 820/2007 Clodovil Hernandes PTC	* Aumenta o prazo da medida de internação.	* 8 anos	Se, diante da específica gravidade e ofensividade do ato infracional, for verificado, mediante avaliação, que o adolescente ainda não apresenta “condições de personalidade” para o convívio social.	26 anos.	* Cria o limite máximo de dois anos para o cumprimento da medida de liberdade assistida. * Cria o limite máximo de três anos para o cumprimento da medida de semiliberdade. * Diminui a frequência da reavaliação da medida de internação de seis meses para um ano.	Apensado ao PL 2847/2000 Parecer favorável na CSPCCO em conjunto com os demais apensados. Arquivado por prejudicialidade.
PL 719/2007 Léo Alcântara PR	* Aumenta o prazo da medida de internação.	* 3 anos * 6 anos	* Nas situações descritas no art. 122. * Em caso de crime hediondo ou assemelhados.	Indeterminado.	* Cria a possibilidade de a prestação de serviços à comunidade ser realizada em escritórios e fábricas particulares. * Inverte o tratamento das atividades externas durante a internação do adolescente tornando-as excepcionais. * Insere uma progressão de regime de cumprimento da medida socioeducativa da internação para a semiliberdade após o cumprimento de pelo menos 1/3 do período fixado pelo juiz. Porém, não suprimiu o art. 121, §2º, mantendo o prazo indeterminado. Desse modo, não há como calcular esse prazo para a progressão da medida. * Suprime a limitação de três meses de internação para o caso do art. 122, III (reiteração injustificada).	Apensado ao PL 2847/2000 Parecer favorável na CSPCCO em conjunto com os demais apensados. Arquivado por prejudicialidade.
PL 565/2007 William Woo PSDB	*Aumenta o prazo da internação provisória. ** Aumenta o prazo da medida socioeducativa de	* Seis meses. ** Seis meses.	A critério do juiz.	Não menciona.	-	Apensado ao PL 2847/2000 Parecer favorável na

	internação no caso do art. 122, III.					CSPCCO em conjunto com os demais apensados. Arquivado por prejudicialidade.
PL 395/2007 Márcio França PSB	* Aumenta prazo da medida de internação. ** Inclui a medida de segurança no rol das medidas socioeducativas.	* Quatro anos, oito anos e aumento de 1 a 2/3. ** Prazo indeterminado na medida de segurança.	* Quatro anos no caso do art. 122 do ECA. * Oito anos em caso de “reincidência”. * Aumento de 1 a 2/3 no prazo máximo de internação se o resultado for a morte da vítima ou a ocorrência de lesão corporal de natureza grave. * Para a medida de segurança deve ser constatada doença mental grave e a prática de ato infracional mediante violência ou grave ameaça à pessoa.	Indeterminado.	* Obriga a realização de testes projetivos de personalidade, por equipe interprofissional composta por médicos psiquiatras e psicólogos, a todos os adolescentes autores de ato infracional. * Obriga que a desinternação seja precedida de autorização judicial, após a oitiva do representante do Ministério Público e de junta específica de avaliação da Infância e da Juventude, composta por assistente social, psicólogo e psiquiatra. * Acrescenta a seção Villao Capítulo IV, do Título III, do Livro II (Parte Especial), intitulada “Das Medidas de Segurança”. * A medida de segurança poderá ser de internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico ou, à falta, em outro estabelecimento adequado; ainda, sujeição a tratamento ambulatorial. Não comporta prazo determinado. * O critério para o término da medida é a cessação de periculosidade. Em caso de o adolescente voltar a praticar ato que demonstre não haver cessado a periculosidade em até um ano após sua liberação terá o restabelecimento da medida de segurança. * O estabelecimento deve ter caráter hospitalar. * Conceitua “reincidência” no âmbito do ECA de maneira idêntica à do CP.	Apensado ao PL 2847/2000 Parecer favorável na CSPCCO em conjunto com os demais apensados. Arquivado por prejudicialidade.
PL 322/2007 Vieira da Cunha PDT	* Aumenta prazo da medida de internação e suprime a idade de liberação compulsória.	Cinco e dez anos.	Cinco anos no caso do art. 122 do ECA. Dez anos em caso de crime hediondo.	Indeterminado.	* Diminui a frequência da reavaliação da medida de seis meses para um ano.	Apensado ao PL 2847/2000 Parecer favorável na

						CSPCCO em conjunto com os demais apensados. Arquivado por prejudicialidade.
PL 241/2007 Paulo Maluf PP	* Aumenta prazo da medida de internação e da idade para a liberação compulsória.	Vinte anos	A critério do juiz.	38 anos	-	Apensado ao PL 2847/2000 Parecer favorável na CSPCCO em conjunto com os demais apensados. Arquivado por prejudicialidade.
PL 184/2007 Colbert Martins PMDB	* Exclui o limite máximo da medida de internação e a idade de liberação compulsória.	Indeterminado	O juiz decidirá o prazo no qual o adolescente ficará privado de liberdade.	Indeterminado.	-	Apensado ao PL 2847/2000 Parecer favorável na CSPCCO em conjunto com os demais apensados. Arquivado por prejudicialidade.
PL 179/2007 Alexandre Santos PMDB	* Aumenta prazo da medida de internação	12 anos	Quando o juiz entender, baseado em laudos médicos e a manifestação do Ministério Público,	Indeterminado.	* Após os 18 anos o jovem deverá cumprir a medida em estabelecimento prisional.	Apensado ao PL 2847/2000 Parecer favorável na CSPCCO em conjunto com os demais apensados. Arquivado por prejudicialidade.
PL 177/2007 Onyx Lorenzoni PFL	* Aumenta prazo da medida de internação.	6 anos	Por participação de quadrilha ou bando ou em atividades do crime organizado. Resulta em lesão	Indeterminado.	* Duplica-se o prazo de internação em caso de homicídio e aumenta-se em 50% em caso de lesão corporal grave * Impõe o prazo mínimo de 3 anos de internação em caso de lesão corporal grave	Apensado ao PL 2847/2000 Parecer favorável na CSPCCO em

			grave. Homicídio.		quando o adolescente participava de quadrilha ou bando ou crime organizado. * Nesse mesmo caso o limite mínimo é de 4 anos e meio se resultar morte da vítima.	conjunto com os demais apensados. Arquivado por prejudicialidade.
PL 173/2007 Onyx Lorenzoni PFL	* Aumenta prazo de internação provisória. * Aumenta prazo da medida de internação.	90 dias a provisória 5 anos a medida	Ato infracional “grave” (qualquer crime) ou “gravíssimo” (crime hediondo) Possuir entre 15 e 18 anos	Indeterminado.	* Permite a colocação em família substituta estrangeira da criança autora de ato infracional. * Cria a possibilidade de recolhimento de crianças que estejam à noite sozinhas na rua. * Cria a classificação ato infracional gravíssimo – equiparado a crime hediondo; ato infracional grave – equiparado a crime; ato infracional leve – equiparado a contravenção penal. * Obriga a aplicação das medidas de proteção do art. 101, VII e VIII à criança que reiteradamente pratica ato infracional grave ou gravíssimo ou que descumpra medida anterior. * Obriga a aplicação das medidas do art. 112, IV, V ou VI em caso de ato infracional grave e a do art. 112, VI no caso de ato infracional gravíssimo. * Permite que o juiz decida se o adolescente que completar 21 anos será transferido para unidade prisional ou para a instituição exclusiva para adolescentes a que se refere o art. 23. * Veda a concessão de remissão em caso de ato infracional grave ou gravíssimo. * Veda a liberação a que se refere o art. 174 em caso de AI grave ou gravíssimo.	Apensado ao PL 2847/2000 Parecer favorável na CSPCCO em conjunto com os demais apensados. Arquivado por prejudicialidade.
PL 165/2007 Perpétua Almeida PCdoB	* Aumento do prazo de internação.	Dez anos	Adolescentes com mais de 16 anos que pratiquem crimes hediondos.	21 em caso de crimes comuns. Indeterminada em caso de crimes hediondos.	* Excepciona os princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento em caso de crimes hediondos. * Prevê a internação de adolescentes condenados por crime hediondo em local diferente dos demais e com garantia de	Apensado ao PL 2847/2000 Parecer favorável na CSPCCO em conjunto com os demais

					atividades pedagógicas e profissionais após completarem 18 anos.	apensados. Arquivado por prejudicialidade.
PL 157/2007 Onyx Lorenzoni PFL	* Aumento do prazo de internação. * Inclui o envolvimento em quadrilha ou bando ou em atividades do crime organizado entre as hipóteses de internação.	Seis anos.	Por participação de quadrilha ou bando ou em atividades do crime organizado. Resulta em lesão grave. Homicídio.	Não menciona.	* Duplica-se o prazo de internação em caso de homicídio e aumenta-se em 50% em caso de lesão corporal grave * Impõe o prazo mínimo de 3 anos de internação em caso de lesão corporal grave quando o adolescente participava de quadrilha ou bando ou crime organizado. * Nesse mesmo caso o limite mínimo é de 4 anos e meio se resultar morte da vítima. * No mesmo PL busca aumentar a pena da formação de quadrilha em caso de usar adolescentes.	Apensado ao PL 2847/2000 Parecer favorável na CSPCCO em conjunto com os demais apensados. Arquivado por prejudicialidade.
PL 120/2007 Neilton Mulim PR	Torna indeterminado o prazo máximo da medida de internação. Torna indeterminado o prazo da internação provisória.	O prazo da medida de internação não poderá exceder a metade da pena do crime.	Conforme o ato infracional praticado.		* Cria a Comissão da Infância e Juventude para elaboração de laudo que servirá como requisito para o juiz estabelecer a medida socioeducativa a ser aplicada ao adolescente; * extingue o prazo máximo de internação que será decidido pelo Juiz, conforme o ato infracional praticado; * determina a separação do infrator maior de idade do abrigo destinado ao menor. * Após os dezoito anos o adolescente vai para unidade prisional. * Relativiza o art. 178 (prevê que o transporte de adolescente não pode ocorrer em situação atentatória à sua dignidade), nos casos de “violência plenamente justificada”.	Apensado ao PL 2847/2000 Parecer favorável na CSPCCO em conjunto com os demais apensados. Arquivado por prejudicialidade.
PL 114/2007 Alberto Fraga PFL	Aumento do prazo de internação. Aumento do limite de idade da liberação compulsória.	Cinco anos.	Não especifica.	24 anos.	Nada mais.	Apensado ao PL 2847/2000 Parecer favorável na CSPCCO em conjunto com os demais apensados.

						Arquivado por prejudicialidade.
PL 109/2007 Solange Amaral PFL	Aumento do prazo de internação. Inclui como medida socioeducativa ser preso em estabelecimento prisional comum.	Nove anos prorrogáveis por igual prazo a critério da autoridade judiciária.	Em caso de ato infracional tipificado como homicídio qualificado ou como crime hediondo	21 anos, quando atinge essa idade só pode ser liberado com exame psicológico e decisão judicial fundamentada.	Veda a realização de atividades externas aos que cumprem medida por crime hediondo. A idade de 21 anos só levará à liberação com um exame psicológico minucioso. Exclui a possibilidade de remissão em caso de crime hediondo.	Apensado ao PL 2847/2000 Parecer favorável na CSPCCO em conjunto com os demais apensados. Arquivado por prejudicialidade.
PL 102/2007 Jorge Tadeu Mudalen PFL	Aumento do prazo de internação e da internação provisória. Aumento do limite de idade da liberação compulsória.	Seis anos 90 dias a provisória	Ato cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa ou tráfico de drogas	24 anos	Reavaliação a cada doze meses Incomunicabilidade por até dois dias	Apensado ao PL 2847/2000 Parecer favorável na CSPCCO em conjunto com os demais apensados. Arquivado por prejudicialidade..

LEGISLATURA 2007-2010

PL 4295/2004 Pastor Francisco Olímpio PSB	Aumento do prazo da internação provisória.	90 dias prorrogáveis por mais 90 dias.	A critério do juiz.	-	-	Parecer da CSSF pela rejeição. Não apreciado. Arquivado nos termos do art. 105 RICD.
PL 3444/2004 Jefferson Campos PMDB	Inclui o tráfico ilícito de entorpecentes no rol do art. 122 do ECA.	-	-	-	-	Apensado ao PL 3362/2000 Parecer favorável na CSPCCO em conjunto com os demais apensados. Arquivado por prejudicialidade.

PL 2628/2003 Jutahy Junior PSDB	<ul style="list-style-type: none"> * Aumenta o prazo da medida de internação. * Inclui no rol das medidas socioeducativas do art. 112 a “internação em estabelecimento prisional comum” a partir dos 18 anos. * Torna determinado o prazo da medida de internação. 	10 anos.	Em caso de reiteração em ato infracional cometido com emprego de violência ou grave ameaça à pessoa.	Não menciona.	Obriga o juiz a decidir sobre a manutenção da internação e encaminhamento do adolescente a estabelecimento prisional comum apenas após avaliação social, psicológica e médica e oitiva do Ministério Público.	Apensado ao PL 2847/2000 Parecer favorável na CSPCCO em conjunto com os demais apensados. Arquivado por prejudicialidade.
PL 2588/2003 Vicente Cascione PTB Idêntico ao PL 7208/2010 William Woo	<ul style="list-style-type: none"> * Aumenta o prazo máximo de internação provisória. ** Aumenta o prazo máximo da medida de internação. 	<ul style="list-style-type: none"> * Indeterminado ** 30 anos. 	<ul style="list-style-type: none"> * Atos infracionais graves, cuja pena ultrapassa quatro anos de reclusão e crimes hediondos. ** Reiteração em ato excepcionalmente grave (análogo a crime hediondo). 	Indeterminado.	<ul style="list-style-type: none"> * Exclui os princípios de brevidade e excepcionalidade do <i>caput</i> do art. 121 do ECA. * Modifica a definição de ato infracional do art. 103 para incluir o termo “autor ou partícipe”. * Cria a possibilidade de a internação provisória possuir tempo indeterminado (até a sentença), em caso de ato infracional praticado com violência ou grave ameaça à pessoa ou análogo a crime hediondo. * Torna a internação por prazo determinado. A decisão judicial será baseada em laudo de avaliação clínica, psicológica, psiquiátrica e assistencial, no qual os peritos deverão avaliar o grau de periculosidade do adolescente. * Diminui a frequência da reavaliação da medida de internação para quatro anos em caso de ato infracional de excepcional gravidade (equiparado a crime hediondo). * Prevê a transferência dos jovens que completarem 18 anos para ala especial de estabelecimento penitenciário. * Condiciona a liberação de adolescente autor de ato infracional grave (punido pelo CP com mais de 4 anos de reclusão) ou excepcionalmente grave (crime hediondo) cuja periculosidade é presumida em razão de doença mental à constatação, através de laudo psicológico, psiquiátrico e clínico que ateste a cura da doença. * Condiciona a liberação de adolescente autor 	Apensado ao PL 2847/2000 Parecer favorável na CSPCCO em conjunto com os demais apensados. Arquivado por prejudicialidade.

					de ato infracional grave (punido pelo CP com mais de 4 anos de reclusão) ou excepcionalmente grave (crime hediondo) cometido sob efeito de droga, da qual é absolutamente dependente, à constatação da cura da dependência. * Proíbe o autor de ato infracional grave ou gravíssimo de praticar atividade externa.	
PL 2575/2003 Ronaldo Vasconcellos PTB	* Aumenta o prazo máximo da medida de internação. * Aumenta a idade limite da liberação compulsória.	4 anos.	“Excepcionalmente”	Não menciona.	* Altera o título da medida socioeducativa de internação para “internação em estabelecimento de recuperação e ressocialização do infrator”. * Permite a cumulação de medidas socioeducativas em caso de pluralidade de atos infracionais. * Acrescenta o inciso IV ao rol do art. 122, possibilitando a aplicação de medida de internação caso o ato infracional se trate de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e de racismo.	Apensado ao PL 00 Parecer favorável na CSPCCO em conjunto com os demais apensados. Arquivado por prejudicialidade.
PL 2523/2003 Moroni Torgan PFL	* Aumenta o prazo máximo da medida de internação.	9 anos.	Reiteração em ato infracional análogo a homicídio.	Indeterminado.	-	Apensado ao PL 2847/2000 Parecer favorável na CSPCCO em conjunto com os demais apensados. Arquivado por prejudicialidade.
904/2003 Rogério Silva PPS	* Amplia o prazo máximo de internação.	Indeterminado.	Ato infracional análogo a homicídio e latrocínio.	Indeterminado.	-	Apensado ao PL 2847/2000 Parecer favorável na CSPCCO em conjunto com os demais apensados. Arquivado por prejudicialidade.

852/2003 Luiz Antonio Fleury PTB	* Amplia o prazo máximo de internação.	6 anos.	-	Indeterminado.	* Cria um regime disciplinar especial ao adolescente privado de liberdade, de maneira atorná-lo incomunicável, mediante decisão judicial, que levará em conta a gravidade das infrações por ele praticadas, bem como a possibilidade de fuga ou o fato de pertencer a organização criminosa. * Permite que o adolescente cumpra a medida de internação em estabelecimento prisional, em ala separada, desde que possua mais de 18 anos e através de decisão judicial fundamentada, nas hipóteses de rebelião, possibilidade de fuga, pelas natureza das infrações praticadas ou caso este pertença a organização criminosa.	Apensado ao PL 2847/2000 Parecer favorável na CSPCCO em conjunto com os demais apensados. Arquivado por prejudicialidade.
LEGISLATURA 2003-2006						
PL 6923/2002 Pompeo de Mattos PDT 11/06/2002	* Amplia o prazo máximo de internação.	6 anos.	Não especifica.	24 anos.	-	Apensado ao PL 2847/2000 Parecer favorável na CSPCCO em conjunto com os demais apensados. Arquivado por prejudicialidade.
PL 5037/2001 EnioBacci PDT 08/08/2001	* Cria a possibilidade de o adolescente cumprir a medida de internação em estabelecimento prisional comum.	-	-	-	-	Apensado ao PL 2847/2000 Parecer favorável na CSPCCO em conjunto com os demais apensados. Arquivado por prejudicialidade.
PL 5036/2001 EnioBacci PDT 08/08/2001	* Aumenta a idade da liberação compulsória.	-	Se houver o resultado morte da vítima.	Indeterminado.	-	Apensado ao PL 2847/2000 Parecer favorável na CSPCCO em

PL 5035/2001 EnioBacci PDT 08/08/2001	* Amplia o prazo máximo da medida de internação.	8 anos.	Observada a gravidade do delito.	-	-	conjunto com os demais apensados. Arquivado por prejudicialidade. Apensado ao PL 2847/2000 Parecer favorável na CSPCCO em conjunto com os demais apensados. Arquivado por prejudicialidade.
PL 3700/2000 Ronaldo Vasconcellos PFL 01/11/2000	* Amplia o prazo máximo da medida de internação.	4 anos.	Ao final de três anos de internação o adolescente ainda não tem avaliação favorável.	Indeterminado.	* Inclui no caput do art. 121 como objetivos da medida de internação "conciliar os objetivos educativos e de reintegração sócio-familiar do adolescente infrator com a preservação da paz social e a garantia da ordem pública". * Diminui a frequência da reavaliação da medida de internação para a cada doze meses. * Determina que em caso de avaliação favorável do internado e mesmo quando encerrado o prazo máximo de internação seja ele colocado em regime de semiliberdade ou de liberdade assistida. * Cria a necessidade de o adolescente que cumpriu três anos de medida tenha a medida prorrogada por mais um ano em caso de ainda não ter avaliação favorável. * Possibilita que, caso a maioria seja atingida e o adolescente ainda não tenha avaliação favorável, o juiz determine a sua transferência para colônia agrícola ou para instituição de trabalho, reeducação ou ensino profissional destinada ao jovem adulto por até dois anos, sob supervisão do juiz da execução penal. * Possibilita ao juiz decretar o recolhimento do	Apensado ao PL 2847/2000 Parecer favorável na CSPCCO em conjunto com os demais apensados. Arquivado por prejudicialidade.

					<p>adolescente a hospital de custódia e tratamento psiquiátrico, em caso de "evidenciado o estado mental patológico do adolescente, que possa colocar em risco a sua própria incolumidade física ou a de outros".</p> <p>* Insere inciso no art. 122 para incluir "outras infrações de natureza grave" como requisito para a medida de internação.</p> <p>* Define ato infracional grave como aquele "aquele cometido com ameaça ou violência contra a pessoa, ou o que a lei penal comine pena mínima de reclusão igual ou superior a dois anos e, pelas circunstâncias do fato e condições pessoais, revele séria deformação de personalidade do adolescente".</p>	
PL 3362/2000 Eunício Oliveira PMDB 28/06/2000	* Amplia o prazo máximo da medida de internação.	4 anos.	Ao final de três anos de internação o adolescente ainda não tem avaliação favorável.	Indeterminado.	<p>* Diminui a frequência da reavaliação da medida de internação para a cada doze meses.</p> <p>* Determina que, a partir dos 21 anos, o adolescente que tiver avaliação negativa permaneça internado, passando à supervisão do juiz da execução penal.</p> <p>* Altera o inciso I do art. 122 para incluir dentre as situações que ensejam a internação a prática do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins ou outra infração de natureza grave assim considerada pela autoridade judicial</p> <p>* Permite o recolhimento compulsório de "menores" em situação de rua por determinação judicial.</p>	<p>Apensado ao PL 2847/2000</p> <p>Parecer favorável na CSPCCO em conjunto com os demais apensados.</p> <p>Arquivado por prejudicialidade.</p>
PL 2847/2000 Darcísio Perondi PMDB 13/04/2000	* Amplia o prazo máximo da medida de internação.	5 anos.	Tratar-se de ato infracional cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.	23 anos.	<p>* Altera o art. 122, I para incluir dentre as causas de aplicação de medida de internação o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.</p> <p>* Permite que jovens entre 18 e 23 anos cumpram a medida de internação em estabelecimento prisional comum, em ala separada, sob a jurisdição do Juízo da Infância e Juventude.</p>	<p>Parecer favorável na CSPCCO em conjunto com os apensados.</p> <p>Arquivado por prejudicialidade.</p>

LEGISLATURA 1999 -2002 (apenas o PL 2847/2000 e apensados)

APÊNDICE B – Lista das reportagens selecionadas

Nº	Edição	P.	Título	Categoria
1º PERÍODO				
1.	05/11/2003	C4	Adolescente morre depois de ser espancado em centro de detenção no DF	Instituições de internação
2.	07/11/2003	C3	Central não é interditada	Investigação policial
3.	12/11/2003	C1	Antes de morrer, aluna ficou em cativeiro	Investigação policial
4.	12/11/2003	C3	Amigos não viam sítio como local perigoso	Investigação policial
5.	12/11/2003	C3	Mentira de filhos pode ser natural, diz psicóloga	Interpretação - especialista
6.	12/11/2003	C4	Famílias pedem diálogo entre pais e filhos	Repercussão
7.	12/11/2003	C4	Polícia evita que moradores ataquem menor	Investigação policial
8.	12/11/2003	C3	Rapaz planejava prestar direito para ser delegado	História de vida-interesse humano
9.	12/11/2003	C3	Garota queria trabalhar em acampamentos	História de vida-interesse humano
10.	13/11/2003	C4	Menor já era suspeito havia uma semana	Investigação policial
11.	13/11/2003	C4	Mãe ainda não crê na participação do filho nos crimes	História de vida-interesse humano
12.	13/11/2003	C4	"Não tenho ódio, mas jamais perdorei"	História de vida-interesse humano
13.	13/11/2003	C4	Pai quer redução da maioridade penal	História de vida-interesse humano
14.	14/11/2003	C5	Preso mais um acusado de matar estudantes	Investigação policial
15.	14/11/2003	C5	Detido negou a jornalistas ligação com as mortes	Investigação policial
16.	14/11/2003	C5	Arcebispo apóia redução da maioridade	Iniciativas legislativas – Maioridade penal
17.	15/11/2003	C1	Crime reabre debate sobre maioridade penal	Iniciativas legislativas – Maioridade penal
18.	15/11/2003	C1	Para ministro, Estados não cumprem o ECA	Iniciativas legislativas – Maioridade penal
19.	15/11/2003	C3	Alckmin deve entregar Febem a 3º setor	Instituições de internação
20.	15/11/2003	C4	Para a polícia, menor idealizou crimes	Investigação policial
21.	15/11/2003	C4	R. já era suspeito de uma outra morte desde 2001	Investigação policial
22.	17/11/2003	C4	Menor e amigo que o libertou são presos	Investigação policial
23.	18/11/2003	C1	União só libera 4,5% da verba pra infrator	Instituições de internação
24.	18/11/2003	C1	Secretaria quer condicionar verba a projetos dos Estados	Instituições de internação
25.	18/11/2003	C4	Polícia realiza a reconstituição da morte do casal de estudantes	Investigação policial
26.	18/11/2003	C4	Hebe diz que, se entrevistar menor, ele "não sai vivo"	Espetacularização
27.	18/11/2003	C3	Para ministro, mudar lei só favorece elite	Iniciativas legislativas – Maioridade penal
28.	18/11/2003	C3	OAB critica proposta de Alckmin	Iniciativas legislativas – Prazo de internação

29.	19/11/2003	C4	Alckmin vai à Câmara discutir texto do ECA	Iniciativas legislativas – Prazo de internação
30.	19/11/2003	C4	Hebe não comenta ameaça a menor	Espetacularização
31.	20/11/2003	C5	Procurador defende mudança 'sem paixão'	Iniciativas legislativas – Prazo de internação
32.	20/11/2003	C5	Caso Embu tem inquérito encerrado	Investigação policial
33.	21/11/2003	C9	Mudanças em vigor no ECA têm limitações	Iniciativas legislativas – Prazo de internação
34.	21/11/2003	C9	Criado comitê contra a redução da maioria	Iniciativas legislativas – Maioridade penal
35.	22/11/2003	C4	Passeata hoje, em SP, pede mudanças no ECA.	Iniciativas legislativas – Maioridade penal
36.	22/11/2003	C4	Ministro receberá pai de Liana	Iniciativas legislativas – Maioridade penal
37.	22/11/2003	C4	Vice de SP vê 'drible' na Constituição	Iniciativas legislativas – Prazo de internação
38.	23/11/2003	C3	Para Alckmin, presídios estão preparados	Iniciativas legislativas – Prazo de internação
39.	23/11/2003	C3	Cadeia linha dura é maior reduto	Instituições de internação
40.	23/11/2003	C4	SP concentra menores acusados de matar	Instituições de internação
41.	23/11/2003	C4	Para especialistas, adolescentes já vivem em prisão	Instituições de internação
42.	23/11/2003	C4	"Eles saíam com mais ódio", diz mãe	História de vida-interesse humano
43.	23/11/2003	C4	Instituição diz que denúncias são investigadas	Instituições de internação
44.	25/11/2003	C1	Ari Friedenbach, pai de Liana, quer criar ONG	Iniciativas legislativas – Maioridade penal
45.	27/11/2003	C4	Lula quer mais rigor contra jovem que mata	Iniciativas legislativas – Prazo de internação
46.	27/11/2003	C4	Bastos descarta reduzir maioria	Iniciativas legislativas – Maioridade penal
47.	27/11/2003	C4	Justiça aceita denúncia contra 4 em Embu-Guaçu	Processo penal
48.	28/11/2003	C7	Presidente do STF apóia mudar o ECA	Iniciativas legislativas – Prazo de internação
49.	02/12/2003	C3	Lula anuncia pacote de ações de R\$ 55,9 bi	Políticas sociais
50.	02/12/2003	C3	Redução da idade penal é criticada	Iniciativas legislativas – Maioridade penal
51.	09/12/2003	C3	88% apóiam redução da maioria penal	Iniciativas legislativas – Maioridade penal
52.	10/12/2003	C4	Presidentes do STJ e do TST apóiam redução	Iniciativas legislativas – Maioridade penal
53.	20/12/2003	C5	Três jovens são acusados de matar taxista	Investigação policial
54.	20/12/2003	C5	'Não podíamos deixá-lo vivo'	Investigação policial
55.	29/12/2003	C1	Manual endurece regras para infratores	Instituições de internação
56.	29/12/2003	C1	Unidade é fechada no improviso	Instituições de internação
57.	01/01/2004	C1	Baixo índice surpreende pai de Liana Friedenbach	Pesquisas sobre o ato infracional
58.	01/01/2004	C1	Jovens matam mais no interior	Pesquisas sobre o ato infracional
59.	01/01/2004	C1	Menor participa de 1% dos homicídios em SP	Pesquisas sobre o ato infracional
60.	01/01/2004	C3	84% apóiam redução da maioria penal	Iniciativas legislativas – Maioridade penal
2º PERÍODO				
1.	09/02/2007	C1	Criança é arrastada em roubo até a morte	Investigação policial

2.	09/02/2007	C3	"Ele estava feliz. O pai o viu jogar pela 1ª vez", diz amiga	História de vida-interesse humano
3.	09/02/2007	C3	No enterro, irmã se desespera e afirma que a culpa foi dela	História de vida-interesse humano
4.	10/02/2007	C1 2	Casa de acusado é apedrejada; família teme retaliação	Investigação policial
5.	10/02/2007	C1 2	"Ele me entregou porque gosta de mim", diz Diego	História de vida-interesse humano
6.	10/02/2007	C1 2	Lula descarta redução da maioridade penal	Iniciativas legislativas – Maioridade penal
7.	10/02/2007	C1 2	Para Sérgio Cabral, legislação precisa mudar	Iniciativas legislativas – Maioridade penal
8.	10/02/2007	C1 2	Preso outro envolvido na morte de menino	Investigação policial
9.	11/02/2007	C1	Polícia prende 4º envolvido no assassinato de menino	Investigação policial
10.	11/02/2007	C2	Foragido fez ameaças a seus cúmplices	Investigação policial
11.	11/02/2007	C3	Juiz do caso defende pena maior para jovens	Iniciativas legislativas – Prazo de internação
12.	12/02/2007	C4	"Eu queria um milagre", diz mãe de João Hélio	História de vida-interesse humano
13.	12/02/2007	C4	Homenagem a garoto silencia 50 mil torcedores no Maracanã	Repercussão
14.	12/02/2007	C4	Acusado nega e diz também estar chocado	Investigação policial
15.	12/02/2007	C4	Preso liderou o assalto e arrastou João, diz a polícia	Investigação policial
16.	13/02/2007	C1	Senado retoma debate da maioridade penal	Iniciativas legislativas – Maioridade penal
17.	13/02/2007	C4	Cabral defende a descriminalização das drogas e a redução da maioridade penal	Iniciativas legislativas – Maioridade penal
18.	13/02/2007	C4	Ellen Gracie critica mudar lei em "clima de emoção"	Iniciativas legislativas – Maioridade penal
19.	13/02/2007	C4	É a 4ª vez que o Congresso se mobiliza	Iniciativas legislativas – Maioridade penal
20.	13/02/2007	C5	Confissão foi para livrar o irmão, diz a mãe	Investigação policial
21.	13/02/2007	C5	Laudo aponta que o menino ficou preso ao cinto abdominal	Investigação policial
22.	13/02/2007	C5	Polícia muda de novo versão sobre o caso	Investigação policial
23.	14/02/2007	C3	49% dos jovens no Rio voltam a cometer crime	Pesquisas sobre o ato infracional
24.	14/02/2007	C3	Aliados tentam evitar votação no Senado	Iniciativas legislativas – Maioridade penal
25.	14/02/2007	C3	Chinaglia propõe ampliar tempo de internação	Iniciativas legislativas – Prazo de internação
26.	14/02/2007	C3	Para Lula, mudar lei não reduz violência	Iniciativas legislativas – Maioridade penal
27.	14/02/2007	C3	Senado proíbe bloqueio de verbas da segurança	Iniciativas legislativas – Maioridade penal
28.	14/02/2007	C4	Foragido, acusado descumpria regime aberto desde dezembro	Investigação policial
29.	14/02/2007	C4	Na Argentina, lei pode levar jovens à prisão perpétua	Iniciativas legislativas – Maioridade penal

30.	14/02/2007	C4	Na acareação, acusados batem boca	Investigação policial
31.	14/02/2007	C4	Para a polícia, os cinco sabiam de João	Investigação policial
32.	14/02/2007	C5	Em missa de 7º dia, irmã de João Hélio pede "justiça"	História de vida-interesse humano
33.	15/02/2007	C1	Câmara reduz benefício para crime hediondo	Iniciativas legislativas –
34.	15/02/2007	C1	Pais de João vão defender mudança na lei	Iniciativas legislativas – Maioridade penal
35.	15/02/2007	C3	Jovem diz a juiz que tentou soltar o menino	Investigação policial
36.	15/02/2007	C3	Vítimas da violência homenageiam João e cobram justiça	Repercussão
37.	15/02/2007	SP	Base governista consegue adiar votação no Senado sobre redução de maioria	Iniciativas legislativas – Maioridade penal
38.	16/02/2007	C1	Câmara eleva pena de cúmplice de jovens	Iniciativas legislativas –
39.	16/02/2007	C3	Reconstituição da morte de João Hélio é realizada sob protestos de moradores	Investigação policial
40.	16/02/2007	C3	Se maioria aos 16 já valesse, prisões teriam 11 mil a mais	Iniciativas legislativas – Maioridade penal
41.	16/02/2007	C4	Especialistas divergem sobre o aumento do rigor penal	Iniciativas legislativas – Maioridade penal
42.	16/02/2007	C4	Maierovitch quer medidas mais amplas	Iniciativas legislativas – Maioridade penal
43.	16/02/2007	C4	Zilda Arns defende pena maior para jovem infrator	Iniciativas legislativas – Prazo de internação
44.	16/02/2007	C4	Garoto fugiu de casa aos 5 anos e morou na rua	História de vida-interesse humano
45.	16/02/2007	C5	Menino de 12 anos mata a avó a facadas no Rio	Investigação policial
46.	18/02/2007	+6	Os atos fundadores	Interpretação - especialista
47.	18/02/2007	C1 1	Rapaz de 16 é filmado ao matar comerciante	Investigação policial
48.	18/02/2007	C1 1	Governadores vão propor mudança na lei	Iniciativas legislativas – Maioridade penal
49.	27/02/2007	C1	Promotoria irá denunciar 4 por morte de garoto	Processo penal
50.	28/02/2007	C3	Congresso adia discussão sobre segurança	Iniciativas legislativas –
51.	28/02/2007	C3	Pais de João Hélio falam em novela da Globo	Espetacularização
52.	01/03/2007	C4	Congresso recebe pacote de governadores	Iniciativas legislativas – Maioridade penal
53.	01/03/2007	C4	Após protesto, Senado adia votação da maioria penal	Iniciativas legislativas – Maioridade penal
54.	01/03/2007	C4	Evento discute em SP combate à violência	Repercussão
55.	01/03/2007	C4	Mulher é morta após marcar encontro na Web	Investigação policial
56.	07/03/2007	C1 0	Sem acordo sobre maioria penal, debatedores defendem mudanças	Iniciativas legislativas – Maioridade penal
57.	07/03/2007	C3	Mãe de João Hélio reconhece 2 acusados de matar o menino	Investigação policial
58.	10/03/2007	C1	Em depoimento, adolescente nega sua participação	Investigação policial

9				
59.	11/03/2007	C3	Jovens trocam tráfico por roubo no Rio	Pesquisas sobre o ato infracional
60.	11/03/2007	C3	Passeata no Rio refaz trajeto em que João Hélio foi arrastado	Repercussão
61.	12/03/2007	C3	Anderson, 8, dormia quando pai foi rendido	Investigação policial
62.	12/03/2007	C3	Em fevereiro, garoto morreu preso ao cinto	Memória
63.	12/03/2007	C3	Fiquei no meio do fogo cruzado, contou o pai do garoto de 8 anos	História de vida-interesse humano
64.	13/03/2007	C3	Internos fazem túnel de 12 m em Febem supersegura	Instituições de internação
65.	21/03/2007	C9	ALUNO É MORTO A FACADAS EM ESCOLA	Investigação policial
66.	19/04/2007	C6	4 dos 13 mortos no Rio não tinham ficha criminal	Mortos pela polícia
67.	27/04/2007	C1	Comissão reduz maioria penal para 16	Iniciativas legislativas – Maioridade penal
68.	27/04/2007	C1	SENADO VOTOU 20 PROJETOS DE SEGURANÇA	Iniciativas legislativas – Maioridade penal
69.	27/04/2007	C3	Derrotada, base aliada tenta atrasar votação	Iniciativas legislativas – Maioridade penal
70.	27/04/2007	C3	Jovem de hoje sabe mais o que faz, afirma ex-ministro do Supremo	Iniciativas legislativas – Maioridade penal
71.	27/04/2007	C3	Para presidente da Febem, não há sequer meios de cumprir proposta	Iniciativas legislativas – Maioridade penal
72.	27/04/2007	C4	CNBB e OAB fazem críticas à redução da maioria	Iniciativas legislativas – Maioridade penal
73.	27/04/2007	C4	Primeira etapa foi vencida, diz pai de João Hélio	Iniciativas legislativas – Maioridade penal
3º PERÍODO				
1.	17/12/2008	C4	Em carro furtado, menino de 12 anos é detido pela 9ª vez	Investigação policial
2.	17/12/2008	C4	Uso de algema foi para impedir fuga, diz polícia	Investigação policial
3.	18/12/2008	C3	Adolescente é suspeito de ter matado ginecologista	Investigação policial
4.	15/01/2009	C4	Mãe entrega suspeito de matar médica	Investigação policial
5.	30/01/2009	C8	Garoto pega Toyota da mãe escondido, derrapa e bate em outros dois carros	Investigação policial
4º PERÍODO				
1.	20/02/2012	C9	Adolescente em jet ski atropela e mata criança na areia em Bertioga	Investigação policial
2.	21/02/2012	C8	Advogado afirma que atropelamento foi uma 'fatalidade'	Investigação policial
3.	21/02/2012	C8	Jet ski é 'brinquedo assassino', diz pai de menina atropelada na praia	História de vida-interesse humano
4.	22/02/2012	C7	Atropelador de criança será ouvido pela polícia amanhã	Investigação policial
5.	24/02/2012	C5	Garoto não comparece para falar sobre acidente de jet ski	Investigação policial
6.	24/02/2012	C5	ECA proíbe identificar adolescente	Direitos da criança e do adolescente suspeito
7.	27/02/2012	C4	Dona de jet ski nega empréstimo de embarcação	Espetacularização (Fantástico)
8.	28/02/2012	C5	Outra testemunha diz à polícia que adolescente montou e ligou o jet ski	Investigação policial
9.	12/03/2012	C4	Defesa de Bruno diz que Eliza está morta e culpa Macarrão	Processo penal/processo infracional
10.	12/03/2012	C4	No processo, todos os réus negam participação no caso	Processo penal/processo infracional

11.	14/03/2012	C4	Garoto diz que dono do jet ski autorizou uso da embarcação	Investigação policial
12.	30/03/2012	C6	Delegado responsabiliza quatro por morte de menina atingida por jet ski	Investigação policial
13.	30/03/2012	C6	Empresário não é localizado para comentar o caso	Investigação policial
14.	05/04/2012	C5	Adolescentes suspeitos de cometer infrações dormem algemados no ES	Instituições de internação
15.	09/04/2012	C1	Apenas 3% das comarcas têm varas de infância	Justiça da Infância e Juventude
16.	09/04/2012	C1	Fundação Casa precisa se cuidar para não voltar a ser Febem, diz CNJ	Instituições de internação
17.	09/04/2012	C1	Juiz da infância atende 1 milhão em SP	Justiça da Infância e Juventude
18.	09/04/2012	C1	TJ admite falta de estrutura do Judiciário de SP	Justiça da Infância e Juventude
19.	13/04/2012	C3	Dono de jet ski é denunciado por morte de menina em Bertioga	Processo penal
20.	13/04/2012	C4	Adolescente mata avó que o proibiu de jogar videogame	Investigação policial
21.	26/04/2012	C4	2 homens são presos e 1 jovem é apreendido após roubos em série	Investigação policial
22.	29/04/2012	C1	Justiça já condena jovens envolvidos em bullying	Processo infracional
23.	29/04/2012	C4	Advogada pede punição para sete jovens	Processo infracional
24.	29/04/2012	C4	'Tinha medo de apanhar na frente de todo mundo'	História de vida – interesse humano
25.	29/04/2012	C4	Mãe de acusada diz que filha também sofre	História de vida – interesse humano

ANEXO A – Árvore de apensados do PL 2847/2000

CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Câmara Deputados Atividade Legislativa Documentos e Pesquisa Comunicação Transparência Responsabilidade Social Participe

Você está aqui: Página Inicial > Atividade Legislativa > Projeto de Lei e Outras Proposições > PL 2847/2000 > Apensados e Outros Documentos da Matéria

Projetos de Leis e Outras Proposições

PL 2847/2000 Árvore de Apensados e Outros Documentos da Matéria

- PL 2847/2000
 - Apensados (38)
 - PL 3362/2000
 - Apensados (4)
 - PL 3444/2004
 - PL 5212/2009
 - Apensados (1)
 - PL 5869/2009
 - Outros
 - PL 3700/2000
 - PL 5035/2001
 - Outros
 - PL 5036/2001
 - Outros
 - PL 5037/2001
 - Outros
 - PL 6923/2002
 - PL 852/2003
 - PL 904/2003
 - PL 2523/2003
 - Outros
 - PL 2588/2003
 - PL 2628/2003
 - PL 102/2007
 - PL 109/2007
 - PL 114/2007
 - PL 120/2007
 - Outros
 - PL 165/2007
 - Outros
 - PL 177/2007
 - PL 179/2007
 - PL 184/2007
 - PL 241/2007
 - PL 322/2007
 - Outros
 - PL 395/2007
 - PL 565/2007
 - PL 719/2007
 - PL 820/2007
 - PL 934/2007
 - PL 941/2007
 - PL 978/2007
 - PL 2215/2007
 - PL 2754/2008
 - PL 3967/2008
 - PL 4617/2009
 - PL 4753/2009
 - PL 4808/2009
 - Outros